

António Vieira, Francisco Costa, Paula Remoaldo (Orgs.)

Cidades, criatividade(s) e sustentabilidade(s)

Actas das VIII Jornadas de Geografia e Planeamento

14 a 16 de Novembro de 2012 - Guimarães, Portugal



António Vieira, Francisco Costa, Paula Remoaldo (Orgs.) Cidades, criatividade(s) e sustentabilidade(s)



Apoio:
CEGOT
Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



António Vieira, Francisco Costa e Paula Remoaldo (Orgs.)

CIDADES, CRIATIVIDADE(S) E SUSTENTABILIDADE(S)
Actas das VIII Jornadas de Geografia e Planeamento
15 e 16 de Novembro de 2012 – Guimarães, Portugal

Título:
Cidades, criatividade(s) e sustentabilidade(s)

Organização:
António Vieira, Francisco Costa e Paula Remoaldo

Autores:
Álvaro Campelo, Ana Catarina Alves, Ana Gomes, Andreia Pereira, António Bento-Goncalves, António Cardoso, António Lourenço, António Pedrosa, António Vieira, Ardemírio Silva, Carla Carocha, Carmen Ferreira, Catarina Pinheiro, Clara Oliveira, Clayton Dal Pozzo, Domingos Santos, Edina Schimanski, Emília Araújo, Eurico Loureiro, Flávio Nunes, Flora Ferreira-Leite, Francisco Costa, Guilherme Pozzer, Heidi Martins, Helena Pina, Israel Guarda, Jasmine Moreira, João Azevedo, Jorge Leão, José Cadima Ribeiro, José Rodrigues, José Cordeiro, José Yáñez, Laurentina Vareiro, Manuela Laranjeira, Márcia Pinto, Marcos Silva, Maria Paiva, Maria Sánchez-Fernández, Maria Teresa Silva, Mariana Oliveira, Maria Guerreiro, Marta Correia, Mécia Mota, Miguel Otón, Miguel Pereira, Paula André, Paula Remoaldo, Paulo Mendes, Paulo Seixas, Paulo Fernandes, Paulo Nossa, Paulo Moro, Raquel Mendes, Renata Monezzi, Rita Domingues, Rita Gomes, Sara Silva, Sara Herdeiro, Sarah Moura, Teresa Costa, Virgínia Teles, Washington Rocha

Imagem da Capa:
Mafalda Beatriz Marinho dos Santos Remoaldo

Formatação de Textos:
Marta Correia e Ricardo Martins

ISBN:
978-989-97394-1-3

Depósito Legal:
351534/12

Ano de Edição:
2012

Editor:
©UMDGEO – Departamento de Geografia da Universidade do Minho
Campus de Azurém
4800-058 Guimarães
Portugal

Colecção:
Actas

Número:
2

Reservados todos os direitos.

Os textos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

| | |
|---|------------|
| NOTA INTRODUTÓRIA | 7 |
| HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E CULTURA | 9 |
| A praça: espaço para a criatividade e sustentabilidade do poder <i>Álvaro Campelo</i> | 11 |
| O CEDOCAVE - centro de documentação sobre água no Cávado e ave: um projeto para preservar a memória e divulgar o património e cultura da água <i>Francisco Silva Costa; José Manuel Lopes Cordeiro</i> | 21 |
| Os primórdios da exploração da água na cidade de Guimarães: uma perspetiva segundo os estudos de Paul Choffat e Charles Lepierre <i>Francisco Silva Costa; Mariana Oliveira</i> | 29 |
| Patrimónios: mobilidade e cripto-história da arte no baixo Tâmega e no vale do Sousa <i>José Carlos Meneses Rodrigues</i> | 37 |
| Azulejos do palácio: suas origens e significações <i>Renata Poliana Cezar Monezzi</i> | 44 |
| TURISMO E DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS | 53 |
| Estilos de vida de profissionais de saúde: narrativas <i>Clara Costa Oliveira; Ana Gomes</i> | 55 |
| Cultura e desenvolvimento local em Portugal: decálogo de princípios orientadores para um casamento (mais) feliz <i>Domingos Santos</i> | 62 |
| A antiga estação da companhia paulista em campinas (São Paulo – Brasil): estrutura simbólica transformadora da cidade. (1872-2012) <i>Guilherme Pinheiro Pozzer</i> | 72 |
| The effects of place of residence on tourist motivations: the case of urban quadrangle of Minho <i>Laurentina Vareiro; Raquel Mendes</i> | 80 |
| Prácticas de responsabilidad social en los hoteles de Galicia y norte de Portugal <i>María Dolores Sánchez-Fernández</i> | 90 |
| Os peregrinos da cidade são: representações sociais de “sem-abrigo” emanadas pela sociedade civil lisboeta <i>Maria Teresa Denis Silva</i> | 97 |
| Expectativas dos residentes em relação à capital europeia da cultura “Guimarães 2012” <i>Mécia Mota; Paula Remoaldo; J. Cadima Ribeiro</i> | 105 |
| Como a globalização influencia a alteração dos espaços urbanos <i>Paulo Castro Mendes; Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa; Paulo Jorge Teixeira Fernandes; Sara Gomes Herdeiro</i> | 111 |
| TRANSFORMAÇÕES E CRIATIVIDADE EM ESPAÇOS URBANOS | 119 |
| Autossegregação e novas práticas espaciais no espaço urbano contemporâneo <i>Clayton Ferreira Dal Pozzo</i> | 121 |
| A sustentabilidade como política: o lugar do tempo na reflexão sobre a cidade <i>Emília Araújo; Heidi Martins</i> | 128 |
| Cidade sensorial: a dimensão sensitiva no urbanismo contemporâneo <i>Flávio Nunes</i> | 135 |

| | |
|--|------------|
| Planeamento e contingência: formalidade e urbanidade na Praça Paiva couceiro em Lisboa <i>Maria Rosália Guerreiro; Israel Guarda</i> | 141 |
| Os centros cosmopolitas de cultura: uma nova tradução cultural da cidade-região? <i>Paulo Castro Seixas; Márcia Pinto</i> | 150 |
| Reciclagem urbana. Gerir o passado como activo económico-social: uma geografia afetiva do território. <i>Paula André</i> | 159 |
| Programa minha casa minha vida e expansão urbana na região metropolitana de Natal/RN – Brasil <i>Rita de Cássia da Conceição Gomes; Maria Cristina Paiva</i> | 165 |
| SIG E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 177 |
| Infraestrutura de dados espacial aplicada à preservação e promoção da memória cultural, no âmbito do projeto FOZTUA <i>António Vieira; Marta Correia; Eurico Loureiro; António Pedro Lourenço</i> | 179 |
| Transformações no uso do solo na bacia do rio Borá – BA, no período de 1984 a 2001: análise do avanço da agricultura, com recurso a geotecnologias <i>Marcos de Oliveira Silva; António Vieira; Ardemírio de Barros Silva</i> | 187 |
| Sistemas de informação geográfica e realidade aumentada: guia interactivo do caminho português de santiago em Barcelos <i>Miguel Pereira; Miguel Pazos Otón; José Manuel Cotos Yáñez</i> | 194 |
| AMBIENTE, CIDADE E SUSTENTABILIDADE | 201 |
| Os incêndios florestais no inverno de 2011-2012 no distrito de Braga – resultado da evolução natural ou de mudanças climáticas? <i>António Bento-Gonçalves; António Vieira; Flora Ferreira-Leite</i> | 203 |
| Povoamento disperso e centralidades médias da bacia terminal do Lima: um desafio para o ordenamento do território e para a gestão de riscos. <i>António Pedrosa; Andreia Pereira</i> | 211 |
| A sustentabilidade agrícola face aos recursos hídricos existentes na Várzea da Nazaré <i>Carla Caroça</i> | 224 |
| A <i>Garthfarm</i> : uma resposta criativa de horta urbana em contexto de crise económica <i>Carmen Ferreira; Helena Pina</i> | 231 |
| A importância da educação ambiental no processo de defesa do patrimônio natural e cultural: o caso de Piraí da Serra – Paraná – Brasil <i>Edina Schimanski; Jasmine Cardozo Moreira; Paulo Rogério Moro</i> | 240 |
| A ancestral relação do homem com o fogo – a longa história dos incêndios florestais em Portugal <i>Flora Ferreira-Leite; António Bento-Gonçalves</i> | 246 |
| Áreas protegidas e actores no desenvolvimento local. Estudo de caso: a Veiga de São Simão (Viana do Castelo) <i>João Azevedo; António Cardoso</i> | 253 |
| O semiárido brasileiro e a emergência de um padrão institucional em torno dos recursos hídricos <i>Rita Alcântara Domingues</i> | 264 |

| | |
|---|------------|
| INVESTIGAÇÃO JÚNIOR | 273 |
| Novas espacialidades nos trilhos do <i>Geocaching</i> <i>Ana Catarina Alves; Virgínia Teles</i> | 275 |
| Integração das funções climáticas no contexto da estrutura ecológica como contributo para a sustentabilidade ambiental urbana. O caso de Guimarães <i>Catarina de Almeida Pinheiro; Maria Manuela Laranjeira</i> | 281 |
| Sinalização dos locais de insegurança existentes no casco histórico de Guimarães segundo a perceção dos munícipes <i>Sara Catarina Gomes da Silva</i> | 289 |
| As vantagens de um corredor verde numa cidade – o caso de Collserola - Montjuïc em Barcelona <i>Sara Catarina Gomes da Silva; Jorge Luís Blom Carneiro Leão</i> | 302 |
| Caracterização do sistema de vigilância para incêndios florestais do parque nacional da chapada diamantina – Bahia, Brasil. <i>Sarah Moura Batista dos Santos; Washington Jesus Sant'anna da Franca Rocha</i> | 308 |
| Condições térmicas avaliadas por índices urbanísticos e temperaturas de superfície numa cidade de pequena dimensão (Fafe, Portugal) <i>Teresa Costa; Maria Manuela Laranjeira</i> | 314 |

NOTA INTRODUTÓRIA

O Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em colaboração com a Associação de Estudantes de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho (GeoPlanUM) realizou nos dias 15 e 16 de Novembro de 2012, a VIII edição das Jornadas de Geografia e Planeamento, Cidades, Criatividade(s) e Sustentabilidade(s), que decorreu no Campus de Azurém, na Associação Comercial e Industrial de Guimarães e no CampUrbis, em Couros.

A organização do evento contou também com o apoio do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) da Universidade do Minho, da Associação Comercial e Industrial de Guimarães e da ESRI-Portugal.

As Jornadas de Geografia e Planeamento constituem o evento mais importante organizado pelo Departamento de Geografia da Universidade do Minho, desde finais dos anos noventa do século XX, sendo a primeira vez que se regista a memória das mesmas em suporte de papel.

O período de grave crise económica e social vivenciado presentemente em Portugal, que se estende também a inúmeros países à escala internacional, bem como a importância crescente das cidades, motivaram a escolha do título “Cidades, Criatividade(s) e Sustentabilidade(s)” para a oitava edição. De facto, a atualidade é marcada pela sucessiva concentração de população nas cidades, sendo este processo visível à escala mundial e também em Portugal, onde já cerca de dois terços da população reside em espaços urbanos.

Este fenómeno faz com que exista uma crescente competitividade entre as cidades, a vários níveis, conduzindo à necessidade de abordagens mais sustentadas e mais racionais na sua gestão. Estas devem focar-se na valorização das cidades enquanto suporte da qualidade de vida das populações, da criatividade, do desenvolvimento económico e da sustentabilidade ambiental.

As Atas do evento estruturaram-se em seis eixos temáticos, correspondendo aos painéis que suportaram o evento e as 39 comunicações apresentadas: História, Património e Cultura (Painel I); Turismo e dinâmicas socioeconómicas (Painel II); Transformações e criatividade em espaço urbano (Painel III); SIG e ordenamento do território (Painel IV); Ambiente, cidade e sustentabilidade (Painel V); e Investigação Júnior (Painel VI).

A Investigação Júnior foi considerada como uma oportunidade de os investigadores mais jovens poderem discutir publicamente, com os pares e com os investigadores seniores, as pesquisas que estão a realizar ou realizaram recentemente.

Os textos presentes neste livro de atas foram revistos e avaliados pelos membros da Comissão Científica, aos quais deixamos o nosso agradecimento pela árdua tarefa.

Não poderíamos também deixar de expressar publicamente o nosso agradecimento a todas as pessoas e instituições que possibilitaram a concretização deste evento: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Capital Europeia da Cultura – Guimarães 2012, Associação Académica da Universidade do Minho, Fraternal, Adegas Cooperativas de Guimarães, Residência das Trinas, elementos do secretariado, Marta Correia, Ricardo Martins e Isabel Salgado.

Os organizadores

António Vieira
Francisco Costa
Paula Remoaldo

Comissão Organizadora

António Vieira
Francisco Costa
Paula Remoaldo

Instituições Organizadoras

Departamento de Geografia da Universidade do Minho
Associação de Estudantes de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho (GeoPlanUM)

Comissão Científica

Álvaro Campelo (Universidade Fernando Pessoa)
Ana Francisca de Azevedo (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
António Bento Gonçalves (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
António Pedrosa (Departamento de Geografia da Universidade do Porto)
António Vieira (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
Dulce Pimentel (Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa)
Flávio Nunes (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
Francisco Costa (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
João Sarmento (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
Joaquim Mamede Alonso (Escola Superior Agrária da Instituto Politécnico de Viana do Castelo)
José Alberto Rio Fernandes (Departamento de Geografia da Universidade do Porto)
José Manuel Lopes Cordeiro (Departamento de História da Universidade do Minho)
Luciano Lourenço (Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra)
Lúcio Cunha (Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra)
Manuela Laranjeira (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
Maria José Caldeira (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
Maria José Roxo (Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa)
Miguel Bandeira (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
Paula Remoaldo (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)
Virgínia Teles (Departamento de Geografia da Universidade do Minho)

Apoios



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais



Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais



aaum
associação académica
da universidade do minho



GUIMARÃES 2012
CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA



HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E CULTURA

A PRAÇA: ESPAÇO PARA A CRIATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO PODER

Álvaro Campelo

Universidade Fernando Pessoa
campelo@ufp.edu.pt

Resumo

São vários os factores que organizam e conferem à cidade uma identidade histórica. Um dos mais interessantes e que mais desafios coloca à cidade contemporânea, é o do exercício político de organização urbana dos espaços que privilegiam a interacção humana, como é o caso das praças. Se num primeiro momento elas respondem a necessidades evidentes dos habitantes da urbe, seja o comércio, o lazer ou manifestações ritualizadas da comunidade, com o tempo e a afirmação das autoridades que gerem o espaço público, as praças são o espelho e a “evidência” histórica do exercício do poder, seja ele qual for. Tomando como exemplo a Praça do Toural, de Guimarães, norte de Portugal, procuramos nesta comunicação fazer uma etnografia do poder através da “arquitetura/paisagem” do espaço urbano.

Palavras-chave: Urbanismo; política do espaço; sociedade; poder; património material e imaterial.

1. Introdução

A cidade é umas das inovações mais extraordinárias do génio humano (Hall, 1999). Ela é um processo construtivo temporal de obras arquitectónicas, de ordem/desordem urbanística, de herança histórica e de prática social. Por isso, a arquitectura e o urbanismo não revelam somente uma opção estética e a preferência formal de um arquitecto ou do seu cliente, ou ainda uma contingência espacial (Portas, 1969); elas revelam as aspirações sociais e o papel de uma cultura material numa sociedade, que se transforma em cultura imaterial e numa metáfora visual do seu tempo. É neste contexto que se pode falar do património cultural de uma determinada cidade. Um património material e imaterial, sujeito e produtor de experiências na apropriação do espaço urbano. Uma experiência de actores sociais que disputam e negociam as políticas e estratégias de quem detém o poder. Por esta razão Henri Lefebvre, promovendo uma leitura marxista sobre a cidade, escrevia no número inaugural da revista *Espaces et Sociétés*, há cerca de quarenta anos, que “há uma política do espaço, porque o espaço é político!”. Lefebvre não tinha por objecto de estudo os espaços urbanos numa visão funcionalista e economicista, pois a sua preocupação estava no uso do espaço urbano, na condição de cidadão para o usuário da cidade, pelo chamado “direito à cidade”, enquanto possibilidade emancipadora, dando lugar à chamada “questão urbana” (Lefebvre, 1972). Assim, o espaço “*permet des actions, en suggère ou en interdit*” (Lefebvre, 2000), superando a mera institucionalidade do político. O espaço urbano, na sua condição de “espaço político”, terá de viver da contingência da ordem estabelecida e da busca em oferecer aos seus praticantes a possibilidade de se concretizarem como sujeitos políticos, na base de uma igualdade para todos (Garnier, 2007; Dikeç, 2005).

Assistimos actualmente, dentro dos processos de globalização, à dita mundialização da economia, nomeadamente de uma economia cultural, em que as estratégias patrimoniais ocupam particular destaque nas referências ao local. Um mundo onde todos circulam e a novidade é cada vez mais uma realidade exótica (Appadurai, 1991). Se no passado as dinâmicas locais, por si só, justificavam a mudança, as políticas urbanas e culturais, as cidades actuais situam-se entre lógicas de afirmação e de competição com outras cidades. A rivalidade e a competição nesta estratégia global são colocadas por alguns pensadores marxistas dentro da lógica de uma economia capitalista de acumulação e de dominação, sempre mutante, onde a capacidade de se apoderar do espaço depende da produção do mesmo, o que leva a uma instabilidade crónica das configurações espaciais (Harvey, 2001, 2008; Sassen, 2006). Mas também os contextos socialistas e comunistas vêm na cidade uma oportunidade de produção de uma narrativa para consumo interno e externo, criando “cidades cenários”, monstros que servem como propaganda de uma ideia de ordem e de modernidade. Uma ordem e uma modernidade impossível de praticar, porque não é esse o objectivo. Veja-se o caso de Pyongyang, na Coreia do Norte, transformada em cidade cenário para o interesse da ditadura hereditária comunista dos Kim! Nunca na história se havia produzido uma tutela tão estrita de um governo sobre a construção de um país inteiro.

Construir um cenário perfeito para uma sociedade perfeita. Não são cidades em competição, mas “ideias de sociedade” vendidas como produto a consumir acriticamente.

Por outro lado, a competição anteriormente referida entre cidades, faz-se cada vez mais na base de um conceito de património hegemónico e universalista (De Cesari, 2010). O objectivo é pertencer à nova ordem da pós-modernidade, fornecendo ao habitante da cidade a sensação de pertencer a um cosmopolitismo, exportável nas formas e nos eventos (Graham *et al.*, 2000; Handleman, 1998). A revalorização por parte da Unesco do Património Material (numa primeira fase) levou as autoridades a interessarem-se pelos centros históricos. A partir daí o “uso do património” (Smith, 2006) entrou nas estratégias do poder. Um poder autorizado e sancionado pela norma da UNESCO, possibilitando a rede comparativa e exemplar, mesmo que a originalidade e excepcionalidade fossem critérios de referência. Os centros voltam a ser atractivos para a elite. Transformam-se em lugares nobilitados, através de um processo de “enobrecimento/nobilitação”, também chamado de “gentrificação” (do inglês *gentrification*) (Glass, 1963; Authier, 1993; Fijalkow & Préteceille, 2006; Herzefeld, 2010). O conceito de gentrificação nasce da forma como as autoridades (privadas e públicas), em contexto das grandes mutações socioeconómicas do desenvolvimento capitalista, produzem uma renovação dos centros urbanos, reabilitando os bairros populares, de cujo resultado surge o abandono das pessoas aí residentes, e a vinda de novos grupos sociais com capacidade para comprar e usufruir dos novos equipamentos.

Uma das estratégias do poder, na gestão do espaço urbano, é delimitar ou restringir o acesso ao mesmo. Tal estratégia faz-se através de medidas objectivas ou simplesmente pela criação de um estatuto especial e elitista do espaço, de modo a que o seu uso “normal” seja restrito a determinados grupos, introduzindo conceitos como os de “pessoas de bem”, “pessoas educadas ou civilizadas” (Elias, 2000), ou até, os de “poluição e de tabu”, no sentido proposto por M. Douglas (1966). E neste último caso, o corpo e seus usos assume particular importância na prática do espaço público, nas formas de exibição e de controlo (Foucault, 1972, 1976), no agenciamento dentro da cidade. Uma forma de controlar o corpo é controlar a sua exibição pública e higienizar o espaço público (Herzefeld, 2006). Muitas das intervenções de reconversão do espaço público, mesmo tendo por objectivo uma valorização patrimonial para um uso turístico, não passam, desta forma, de um processo civilizador de domínio, denominando o marginalizado, o “poluído”, em determinados grupos e práticas ao longo da história. Higieniza-se o espaço, oferecendo a limpeza e ordem da modernidade, ao mesmo tempo que se oculta, como proscrito, o passado que fez desse espaço algo de interessante e identitário para a comunidade que se quer dar a conhecer ao turista.

Interessa-nos aqui ver como este processo civilizador se faz através da gestão dos espaços públicos, por parte do poder, como estratégia de legitimação desse poder. A capacidade criativa das autoridades em serem agentes de decisão na transformação e domínio do espaço, criando-o, para o dominar, interessa-nos quando a colocamos em contraponto com a prática do que usa esse espaço, transformando-o em lugar antropológico, onde constrói a sua identidade plural, numa resposta às estratégias do poder, por actos tácticos (Certeau, 1990). Interessa-nos esse sentido do lugar, que enquanto praticado dá sentido ao espaço, possibilitando a apropriação, a ligação afectiva e a construção de um mundo cognitivo que faz do seu quotidiano uma realidade vivida, ao mesmo tempo familiar e criadora (Hidalgo & Hernández, 2001; Hayden, 1995; Feld & Basso, 1996; Authier, 1993; Boyer, 1994). Criadora, porque essa experiência do lugar permite-lhe tanto um não investimento contínuo na percepção do espaço, como a atenção ao surpreendente, que num dado momento e numa determinada perspectiva surge como relevante (Campelo, 2010).

E ao contrário do que se poderia supor, também as classes mais pobres são capazes de responder ao domínio da autoridade e até aos processos de gentrificação do espaço público que o poder quer privilegiar (Flamand, 2001). O sentido de comunidade, de apropriação e de subversão estão profundamente interiorizados nas vivências destes grupos sem poder (Sauvadet & Bacqué, 2011; Mallett, 2004; Swaroop & Morenoff, 2006; Trentelman, 2009; Windsong, 2010). Mas o que se passará nesse espaço por excelência que são as Praças das cidades? De que forma nelas se cruzam e chocam as estratégias do poder instituído com as práticas dos usuários da cidade, principalmente dos que não pertencem às elites? Como é que elas também são utilizadas como “lugares cenário” para a comunicação do poder e para a legitimação das suas estratégias?

Se bem que existam praças surgidas de um planeamento consciente, as raízes das Praças nas cidades medievais estão muito ligadas às actividades rurais. Também aqui, ao longo da história de cada cidade, houve uma nobilitação do uso e do seu papel na vida cidadã; e daí o interesse na gestão urbana deste espaço aberto e no domínio das práticas aí desenvolvidas.

Ao contrário da casa e da rua, a praça ocupa no imaginário e na prática do cidadão um outro sentido de pertença ou de apropriação. Se a rua nos obriga a uma proximidade negociada, a um envolvimento com os vizinhos e a obrigações com a comunidade (Swaroop & Morenoff, 2006); ou a casa nos dá a protecção e se concretiza em projectos de pertença e de experiência emotiva, numa fenomenologia de afectos e emoções que transportam a identidade da intimidade a um lugar (Merleau-Ponty, 1976; Mallett, 2004; Windsong, 2010); a praça, por sua vez, exige um outro tipo de fenomenologia, onde as emoções e os papéis estão sujeitos a estratégias definidas por um poder exterior ao que a pratica. Poder que tem consciência de que só o domínio e gestão das práticas desse lugar – seja pelo ordenamento da forma, pelos adereços aí colocados, ou pelos “actos” aí projectados ou permitidos – possibilita a própria evidencia desse poder, bem como a sua legitimação.

Aqui o espaço é público e livre, mas não será que a sua renovação frequente não traz consigo essa estratégia de aburguesar o seu uso, condicionando as práticas, e civilizando (modernizando) os que o praticam? Assim, talvez fosse mais correcto falarmos também de uma “gentrificação de uso ou apropriação”. Um processo que se faz nas próprias designações, desde a de “campo”, “terreiro”, “praça do campo”, até à de “Praça”! Esta, por si só, bastou para designar o “espaço por excelência” da cidade, cume de uma transformação onde os adereços arquitectónicos, espaciais e paisagísticos – porque de uma “paisagem urbana” se trata – se conjugam para fazer deste lugar o espaço para os eventos nobres da cidade, determinados pelo poder.

A Praça tem desde o seu início esse carácter de espaço nobre (Teixeira, 2001). Contudo, mesmo respondendo a estratégias do poder, não deixará de ser uma oportunidade para o homem popular. Os actores sociais que a definem e a dimensionam para usos civilizados, só podem excluir os outros, reafirmando constantemente a sua distinção, definida pelo código comportamental de uso público destes espaços. Desde a casa até à Praça, percorrendo a rua, as elites mantêm os laços sociais de referência inalteráveis, sendo que o contacto com o “outro” popular, mais do que permitir uma relação entre estratos sociais, servia para reforçar a evidente distinção e a censura dos actos e práticas incivilizadas. As práticas populares do espaço são mais complexas e ricas do que inicialmente se poderia supor (Sauvadet & Bacqué, 2011). A classe popular tinha na rua a sua “casa”. Como diria Gavroche, personagem de *Les Misérables*, de Victor Hugo, quando saía de uma casa para a rua: “*Reignons chez nous!*” A rua é o habitat do povo! É um complemento natural da vida doméstica (Flamand, 2001), expressão dos seus sentimentos e da luta quotidiana. Nada a estranhar se esta luta e estes sentimentos extravasem para a Praça, pois é para ela que conflui a rua. Mas aqui a regras já são outras e o poder público apresenta-se mais claro. Isto é certo, mas nada que impeça a irrupção da vida popular, do marginalizado, ou do migrante desconhecido. No entanto, sujeitam-se todos à censura e à ordem estabelecida (no uso dos espaços e nos comportamentos, daí não ser estranha a presença mais assídua nestes lugares das autoridades policiais). E é dentro dessa sujeição que a irreverência e a subversão tem sentido e interesse¹!

Ao contrário do “largo” – espaço cujas dimensões variavam muito – que nasce por referência a um fluir necessário exigido por monumento ou conjunto de vias, dadas as regras de proxémica e da gestão dos fluidos, a praça justifica-se por si mesma e coordena a “agência” cidadina. Já não se trata apenas de uma organização urbana, mas de uma representação urbana! Como vimos, nesta representação, o jogo social faz-se com interesses conhecidos ou expectáveis, onde cada elemento – actores, edifícios, monumentos, adereços e organização espacial – tem importância ou “relevância” nos interesses e nos sentidos que se pretendem comunicar. Fundamental para a vida social, a praça também queria responder à vida natural, integrando sempre um ponto de água, ele mesmo elemento focal e atractivo para o convívio da cidade. Ao longo dos séculos a Praça condensou essas camadas de sentido que gestão do poder procurou assegurar e as práticas dos seus usuários interpretou. Trata-se de uma herança histórica, de um património cultural, material e imaterial, que, mais uma vez, a autoridade pretende gerir e fazer render para os seus interesses legitimadores.

A apropriação da Praça como espaço de um património autorizado, no sentido que Laurajane Smith (2006) nos propõe, volta a colocar a questão dos papéis de cada um dos seus praticantes. A cidade e a praça, pela decisão de um poder, transfigurou-se num património cultural autorizado, sendo que a consagração por parte de organismos internacionais concretiza essa “authorized heritage”. Como se responde a esse património autorizado? Regressando à Praça, numa apropriação por parte do indígena, na renegociação da memória histórica da sua prática, através de uma performance criativa e crítica ao poder estratégico que a “autoriza”! E essa é a capacidade

¹ 1) on suppose que les pratiques de l'espace correspondent, elles aussi, à des manipulations sur les éléments de base d'un ordre bâti; 2) on suppose qu'elles sont, comme les tropes de la rhétorique, des écarts relatifs à une sorte de «sens littéral» défini par le système urbanistique (Certeau 1990, 151-152).

extraordinária da Praça: sujeita a um poder que a constituiu e constitui, ao mesmo tempo expressa a capacidade de os seus praticantes em irromperem na criatividade da cidadania e na consciência do seu próprio poder. Se o poder se reinventa transformando e impondo nova ordem na praça, logo o cidadão anónimo revela também a sua capacidade para a reinventar, escapando ao total domínio desse poder que de forma real ou suposta é seu senhor. Os trabalhos de Herzfield na Grécia, Roma e na Tailândia mostram como essa capacidade crítica é difícil em sociedade menos informadas e mais pobres, as quais se sujeitam às grandes narrativas das autoridades sobre o seu património, porque delas podem tirar algum dividendo, integrando-as entre um processo mundial de consagração e de fruição turística (Herzfeld, 2006), num “universalismo contaminante” (De Cesari, 2010). O espaço e a cultura servem a nação, porque a nação precisa dessa identidade identificável, a sintetizar num folheto turístico (Smith, 1984; Macleod & Carrier, 2010; Darby, 2000; Baker, 2010).

Até que ponto o nosso estudo de caso, a Praça do Tournal, é passível a uma leitura crítica nos moldes aqui colocados?

2. O Largo do Tournal, Guimarães

As designações para a Praça do Tournal são várias, mas todas elas concordam em designá-la como o centro cívico de Guimarães. Numa descrição orgânica, vemo-la ser classificada em muitos textos de “coração” da cidade! Não deixa de ser interessante esta classificação, tendo em conta que fica fora da zona histórica da cidade e tem de competir com a Praça da Oliveira, essa sim com grandes pergaminhos históricos! Do nosso trabalho de campo sobressai a dimensão cívica da Praça, como lugar de encontro, onde negócio e política superam o saber e o crer! Tal como existe uma arte da arquitectura e do urbanismo, também existe uma arte do relacionamento (Cullen, 1996). A Praça do Tournal tem essa arte! Carne e pedra, corpo e cidade confundem-se (Sennett, 1994). Mantém-se ou supõe-se a alma!

Excêntrica, como vimos, ao burgo antigo, fora das muralhas, era no século XVII um terreiro, onde se vendia gado e outros bens. Como sabemos, as cidades medievais tinham espaços distintos para a venda de bens específicos. Se havia um “campo da feira”, também havia locais para a venda do gado, dos legumes, das alfaias, etc. Guimarães na era excepção. Mas o que dizem as fontes, nas palavras do Padre Torcato Peixoto de Azevedo, é que já ao momento a Praça do Tournal era “uma das melhores do reino” e nela se fazia mercado em variadas lojas de diversos artigos! Nela se feirava pão e panos de linho, artigo que tão grande fama haveria de dar a Guimarães posteriormente! No seu imenso vazio, tinha como pontos focais, a sul, o chafariz, de 1588 (próximo do qual se juntou o pelourinho), de esforço e preocupação real, dando para a sua realização quarenta mil reis cada ano, até finalizar a sua construção, e, a norte, o Cruzeiro do Fiado, levantado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em 1650.

Mas ali, junto à muralha do lado poente do velho burgo, e no acesso à principal porta de Guimarães, apareceram os primeiros prédios pelo final do século XVIII, procurando, por um lado, aproveitar o efeito produzido pela dinâmica que o terreno aberto já criara como espaço público, e, por outro, com a pressão dos locais e garantia de D. Maria I, salvaguardar a largueza da Praça. É um conjunto de casas uniforme e de arquitectura límpida, regular e urbanismo planificado, que definiu para sempre um dos cenários mais identitários da Praça. A poente do descampado já havia construção, um pouco caótica, é certo, mas que deu ao conjunto a forma e a “delimitação” (Cullen, 1999) que ajudou a configurar a futura Praça. Se até aí as casas dessa parte eram na sua maioria de alpendrada sobre colunas de pedra, vieram depois a melhorar consideravelmente com o desenvolvimento em Guimarães da indústria e do comércio para o Brasil. Não é propósito deste texto fornecer a história da Praça do Tournal, mas, em breve resumo, convém dizer que ela se vai transformando ao longo do tempo, com a sua “criação” no século XVII, regulada no século XIX, reconfigurada na instauração da república, com pequenas alterações em 1920, com a colocação do mosaico em quartzito e basalto, e com a colocação da fonte-monumento nos anos 50, até à remodelação inaugurada em 2011, por ocasião dos preparativos para Guimarães 2012, Capital Europeia da Cultura.

Assim, já em meados do século XIX vê-se surgir na Praça o Jardim Público. Esta intervenção é a primeira a actuar conscientemente e de forma planeado na organização da superfície do terreno. Convém salientar que a calçada faz parte da paisagem urbana (Cullen, 1999). Esta foi a estratégia de controlo social do espaço aberto: uma calçada aplicada, civilizando o espaço aberto; um jardim público gradeado, educando, controlando e protegendo o lazer! O que está em jogo é uma narrativa de gestão de comportamentos e de gostos, na criação de dois palcos distintos para a evidência de uma sociedade que privilegia a sua coesão na organização do espaço público e na emergência de artes e performances controladas por uma elite ilustrada e ilustrante. O Jardim

Público é bazófia de quem se pensa longe do rural, mas desejoso do paraíso! Ele expressa a distinção e o domínio do natural, já não na parte traseira da casa, desorganizado e rude, para responder às necessidades básicas do viver. O natural deixa agora espelhar o saber técnico de uma humanidade que o organiza e domina. O lago que está no meio é a prova definitiva de que se pode transformar o caos das águas genésicas em mundo pacífico, e ordenado aos propósitos de um homem agora também demiurgo! E num arrebate de maior exigência técnica e menor esforço, surge, em 1896, no lugar do lago, uma taça com um repuxo no meio!

Este Jardim mudará de lugar ao momento da implantação da República e de grandes obras na Praça, com a entrada nela da estátua de D. Afonso Henriques, ícone de Guimarães e da nacionalidade, vinda do Terreiro de S. Francisco. Mas também aí não cria raízes, pois é substituído por um fontanário, regressando D. Afonso para junto do seu castelo, em 1940.

A revolução republicana transforma a ordem da Praça, numa estratégia de mudança e de reforço identitário. O jardim escapa às grades que o confinavam a um canto, o pavimento renova-se com uma calçada à portuguesa e dá-se a configuração que perdurará à Praça. Chama-se D. Afonso para o “coração” da cidade, e impõe-se respeito e ordem à efervescência da participação pública. Por sua vez o Estado Novo apodera-se de um Portugal inventado em Castelos, palácios e heróis. Cumpre ao D. Afonso Henriques seguir as ordens, porque a missão é nacional e não seriam os caprichos locais a determinar pertenças e intimidades. Lá ficou o Toural com uma nova fonte e novos edifícios, mas sem o seu rei conquistador! Prova de que as grandes discussões já não passavam pela paisagem urbana da Praça, mas por simples questiúnculas sobre as quais ainda se podia discutir, é a “grande” exigência de remoção das árvores e das duas palmeiras do Toural em 1929, e a consequente falta de abrigo para o sol nos anos seguintes! Uma marquise projectada e anunciada nunca foi construída, mantendo-se, portanto, a questão da sombra para os que passeavam e compravam. Mas as árvores voltaram a surgir e foram elas também a causa de alguma polémica aquando da recente remodelação da Praça.

Mas antes de analisarmos esta renovação recente, vejamos como a Praça é esse mundo de excepção e de revelação da sociedade vimaranense, como nos informa o Blogue “memórias de araduca” de António Amaro das Neves, (<http://araduca.blogspot.pt/search/label/Toural>):

Todos os actos importantes, festivos, lutosos ou tumultuosos do quotidiano de Guimarães passavam pelo Toural: os nascimentos e os casamentos na família real enchiam a praça de luminárias e foguetório. Ali tinham lugar as principais manifestações políticas, nomeadamente as convulsões ao longo do período das lutas liberais, desde a guerra civil à Maria da Fonte e à Patuleia ou, um pouco mais tarde, à Revolta da Maria Bernarda. Era também no Toural que se ajustavam contas incertas, tendo ficado na memória algumas cenas de pugilato célebres.

Ou:

Em toda a parte são notórias as grandes festas que os moradores desta vila fazem nesta Praça. Vendo-se toda a parte da muralha para elas armada de custosa tapeçaria e coberta das senhoras que as querem ver, e todo o patim e escada se vê coberto de gente.

(Padre Torcato Peixoto de Azevedo, *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, manuscrito de 1692, Cap. 89.)

Ou ainda:

Outrora, quando o comércio dos linhos, das cutelarias e dos curtumes de coiros espalhava profusamente entre o povo de Guimarães riqueza e alegria, faziam-se a miúdo pomposas festas na praça do Toural. Aproveitavam-se todas as solenidades e quaisquer pretextos de regozijo público para se fazerem danças populares com esquisitas invenções de vestuário, cavalhadas, fogo de vistas, e outras diversões, cujo aparato era realçado pela grandeza da praça, pela multidão dos espectadores."

[l. de Vilhena Barbosa, in *Archivo Pittoresco*, 7.º ano (1864), pág. 217-218]

E:

No Jardim a Banda do 20, à uma hora da tarde, no Inverno, começava o seu concerto com a assistência da boa sociedade que tinha saído da missa do meio-dia, em S. Francisco."

[Coronel António de Quadros Flores, *Guimarães na última quadra do romantismo, 1898-1918*, Tipografia Ideal, 1967, cap. XVIII, pág. 58]

O Toural revelava-se como a sala de Guimarães para engalanar qualquer acontecimento ou festa que merecesse particular distinção. Servia ele também, e daí acredita-se tenha fundamento o seu nome, para "corridas" de touros. Anteriormente mencionamos que a designação estava associada ao local de venda de gado (de touros). Pode ser que não haja contradição entre o que foi dito e o que agora afirmamos, como testemunham as fontes bibliográficas. Importa contudo dizer que estas "corridas" tinham várias formas, conforme os festejos. Tanto os touros seguiam controlados pelo grupo de festeiros, entre danças e cantares, como eram soltos e "corridos", num caos tão delirante como perigoso para os presentes. É notória a tradição de fazer correr os touros por ocasião das festividades do Corpo de Deus em tantas terras de Portugal! Não faltam indicações e notícias destas corridas em Guimarães, junto com advertências e interditos, quando o folguedo ultrapassou em demasia o propósito religioso, em licenciosidade desnecessária! Que melhor sítio para o fazer senão nessa praça aberta e grande? E é nessa génese que está o cerne do sentido para esta Praça: celebrar o evento mais respeitável e digno, definido por autoridades com poder, ao mesmo tempo que se joga a possibilidade de contrariar essa autoridade, em tácticas subversivas e contrastantes.

Uma dessas práticas é a do ritual da Festa das Nicolinas. A Praça do Toural está ligada a esta festividade tão expressiva da vida cultural vimaranense. A festa dos estudantes de Guimarães tinha aqui um dos seus palcos mais importantes, pois aqui se erguia, no passado, o "Pinheiro" (mastro) anunciador da festividade, bem como no chafariz se dava banho aos intrusos. Também as Maçazinhas iniciavam-se aqui e seguiam pela rua de Santo António. Dentro do espaço do poder, irrompe a força regeneradora de uma juventude em diálogo desafiante com a sua cidade. O ritual reforça a identidade de um burgo que precisa da desordem momentânea e da irreverência da idade, para dar legitimidade ao que permanece e sentido à novidade. A recitação do "pregão" denunciava essa capacidade subversiva e desafiadora. Não faltava o "jogo", actividade tão subversiva como necessária:

Na sobreloja parece que de longe a longe se armava uma banca de "monte", mais frequentada nas Gualterianas, nestas com jogo grosso desde o tostão às duas "croas" em pleno, cavalos e cruces, que era o máximo de parada na roleta, sem ainda terem aparecido as "fichas", que tudo ali era em metal sonante, vendo-se até as libras de ouro.

[in Coronel António de Quadros Flores, *Guimarães na última quadra do romantismo, 1898-1918*, Tipografia Ideal, 1967, cap. XVIII, pág. 57]

Neste início da segunda década do século XXI, a cidade de Guimarães assiste e participa num dos maiores empreendimentos urbanos a que foi sujeita ao longo da sua história. Sendo sede da Capital Europeia da Cultura para o ano 2012, a cidade junto com o galardão viu chegar uma dotação orçamental apropriada à organização do evento. Renovaram-se e criaram-se instituições e equipamentos culturais, ao mesmo tempo que a cidade melhorou o seu aspecto e o seu equipamento urbano. Entre as intervenções a destacar, a renovação da Praça do Toural, pela importância do local, plenamente justificado pelo que anteriormente mencionamos, e pelas propostas apresentadas, mereceu grande destaque entre a população local e entre os órgãos de comunicação social.

Vários projectos foram propostos. Uns mais radicais do que outros; mais ou menos futuristas ou com a obsessão interpretativa da história e identidade do local. O debate foi intenso e as conclusões nunca foram consensuais. Levantavam-se questões como as seguintes: que lugar (caso o houvesse) para as árvores, para os carros (estacionamento subterrâneo no Toural?), para as pessoas; qual o equipamento a incluir na praça; que material a usar e que motivos a desenhar no pavimento, etc.! Não interessa para este trabalho seguir os particulares da polémica. Interessamos o resultado final, a avaliação dos vimaranenses e o processo político/institucional que levou a este resultado. O Blogue de António Amaro das Neves faz uma síntese do primeiro olhar nesse dia de inauguração:

Dia de Natal. Meio-dia. Os sinos da torre de S. Pedro tocam o hino de Guimarães. Na grande praça, os vimaranenses, teimosos como só eles, reincidentes em contrariar os que denunciavam (e também os que desejavam) que o novo Toural seria um desastre. Deserto, vazio, espaço por onde se passa mas onde não se vive, não-lugar lhe chamaram aqueles que anunciavam que a requalificação tinha tudo para dar errado. Afinal, deu certo. A praça voltou a ser o lugar onde as pessoas se juntam para discutirem as trivialidades do dia-a-dia. Está de volta a nossa sala de receber, o nosso sítio de ver e de mostrar, o nosso pasmatório.

E os leitores do Blogue comentam, em 26 e 27 de Dezembro de 2011, respectivamente:

O Toural tá lindo, porra. Falta talvez, algo, no seu meio, para ganhar ainda um pouco mais de vida. Então a Alameda, um verdadeiro espaço a nível dos melhores. Mesmo à semana, é notório, muito mais pessoas a passear no seu areal...Parabéns Guimarães.Ferreira M. (Fafe)

Tenho de reconhecer, que está mais "europeu", mais contemporâneo, ganhando mais dimensão na sua amplitude.Parece-me merecer, mais algumas pequenas "coisas" para o seu miolo.Da forma que está, fica algo despido, e umas floreiras, e talvez mais alguns bancos, melhorariam certamente a sua imagem, e claro a sua funcionalidade. Só espero, não começar a ver carros a parar nos apelativos lugares descampados... De tudo o resto, Guimarães ficou a ganhar! (Zeca Diabo).

Mas a obra ainda não tinha terminado! Na Praça do Toural renovada, um elemento surge como estranho, com grande dificuldade em entranhar-se na vida dos vimaranenses: a obra da artista Ana Jotta, uma "grade" dourada, que reacende a polémica!

Vejamos os comentários (<http://araduca.blogspot.pt/2012/04/sobre-o-varandim-do-toural.html>):

Porque a obra ali obrada, não passa, para mim, de uma EIRA, na linha da monomania dos grandes Arquitectos [...] de aversão aos espaços verdes, preterindo-os pelo deserto do vazio enorme. Confronte, por favor, o Campo da Vinha em Braga, e os Aliados no Porto, para não ir mais longe. [...] Indignação que permite dizer, com o pedido de desculpa sobretudo se me estou a dirigir a uma Senhora, a coberto do eufemismo de um linguajar vicentino, que eventualmente vimaranense terá sido, que o Varandim da Ana Jota (com todo o respeito) não mais é (desculpem lá, insisto) que uma CAGADA Sobre uma Merda. Fraternalmente (G.Reis Torgal).

Concordo em absoluto. Aquela peça sem nome vem coroar toda a "obra da artista": retirar à Cidade (a nossa Guimarães) a memória da década de 50, anular a celebração do Milénio, trocar um belíssimo jardim por uma eira com um mapa perfeitamente estúpido! Tudo bem na pressa de gastar fundos; tudo mal no desrespeito pelas realizações de Vimaranenses de outros tempos!A minha esperança de que um dia a Cidade se redima do crime cometido e a autora, a artista, se previna de conhecimentos básicos antes de dar entrevistas e mesmo de tentar a "arte" de "despir uma praça datada" para nos mostrar "as paredes que os vimaranenses não viam"![...] Esse tal de "varandim dourado" não merece o seu temido vandalismo pois não passa de uma "coisa" a ser retirada dali, tal como o suposto Afonso das Portas da Vila. Amanhã mesmo, se não puder ser hoje, no respeito que a Cidade nos merece. ("Alberto").

Os meios de comunicação actuais, associados ao momento de excepção de ser Capital Europeia da Cultura, em 2012, vêm dar outra repercussão à discussão. Está-se a falar do Toural, do "centro cívico" ou "coração" de Guimarães, ou ainda, do "chiado de Guimarães", "sala de visitas", "Praça Maior"! Já antes fora campo, terreiro, rossio, mas agora, na condição de "Praça" e com todos aqueles cognomes, a discussão poderia ser pacífica? Não, não podia! Ela resume grande parte da história e identidade de Guimarães desde o século XVII. As autoridades estão apostadas em se legitimarem num poder esclarecido e cosmopolita, e não abdicam de o fazer, mas os cidadãos assumem esse direito à cidade e à memória desse coração que os mantém vivos. Terão ambos de negociar! Provavelmente o resultado final seja o dessa negociação. Toda a transformação tem

risco, mas pode-se e deve-se comunicar. Muita da crítica não está tanto num ou outra preferência estética, está mais na afirmação desse direito de criticar, na afirmação de que se está nesse lugar, que se sente como uma pertença, lugar de memórias e experiências que integram uma vida. O poder terá de saber lidar com essa história e essas memórias, ao mesmo tempo que terá de abrir a sua “ordem” à ordem inventiva, criadora e sempre transformadora de uma cultura local que aí irá germinar.

3. Conclusão

Como a cultura não é “uma coisa”, mas “um processo”, o Largo do Toural, enquanto processo histórico, é por si só uma expressão cultural da comunidade histórica de Guimarães. E importa aqui dizer que com isso não pretendemos classificar, valorizar ou denegar o que nele “acontece”, mas sim analisar e interpretar as narrativas e os sentidos presentes nesse processo; ver como o poder e a comunidade nele participam e nele decidem; compreender o interesse na sua “modernização cosmopolita” e o seu papel nas estratégias patrimonialistas e turísticas. E tudo isto numa cidade que tanto é discutida como expressando a identidade de uma comunidade local, como se afirma detentora de uma identidade nacional, de cuja preservação se arroga a ser património da humanidade. Mas este discurso, se bem que presente nas pessoas comuns, é gerido e alimentado por uma estratégia das autoridades locais e, talvez mais no passado, mas que justifica o investimento do presente, das autoridades nacionais. Se a Praça do Toural é o “coração da cidade”, e este o berço da nacionalidade, fácil será supor que a gestão deste espaço e as políticas de seu ordenamento e uso exijam criatividade aos decisores, para a contínua legitimidade do discurso hegemónico e sintetizador da cidade. Mas os grupos minoritários e o homem comum estão aí para contrariar e discutir esse discurso; ora para o reivindicar quando é do seu interesse e do seu conservacionismo reaccionário, ora para o negar, quando se sente vítima ou não beneficiário das políticas promovidas pela autoridade para se legitimarem na acção. É assim que a cidade se constrói numa multiplicidade de factores e de actores, gerindo uma “estética do poder” (Zukin 1995)².

A estratégia final é fazer com que a praça seja ela também uma “casa” para o grupo que vive a cidade, espaço para a afirmação de uma identidade colectiva, transformando a estratégia do poder para a aceitação inconsciente de um espaço dominado, num espaço pensado, num espaço de pertença, numa relação afectiva entre os cidadãos e um espaço específico (Hidalgo & Hernández, 2001; Trentelman, 2009), ou seja, um espaço antropológico, existencial (Merleau-Ponty, 1976), emancipador.

Estamos num momento em que a casa já não se suporta, a rua já não integra e já não nos relaciona com o vizinho, e a praça já não serve para celebrar a comunidade. Por isso sai-se da casa, percorre-se a rua, transformando-a em revolta, que desagua na praça da contestação. A Praça como cenário para o espectáculo de uma modernidade tardia vai exigir ao homem comum que se pense interveniente, se quer sobreviver! Daí poderá confirmar-se plenamente esse artesanato do saber democrático, as práticas do “desenvolvimento sustentável”, da “boa governância” e da “democracia participativa”, as três bases para um pensamento autorizado sobre o urbano contemporâneo.

Bibliografia

- Appadurai, A. (1991). Global ethnoscares: notes and queries for a transnational anthropology. In Fox, R. (ed.). *Recapturing Anthropology*. Santa Fé : Sch. Am. Res. : 191-210.
- Authier, J.-Y. (1993). *La vie des lieux. Un quartier du Vieux-Lyon au fil du temps*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Baker, L.D. (2010). *Anthropology and the Racial Politics for Culture*. Durham, NC : Duke Univ. Press.
- Boyer, M.C. (1994). *The city of Collective Memory*. Cambridge, MA : MIT Press.
- Campelo, A. (2010). Espaço, construção do mundo e suas representações. In Bettencourt & Alves (eds.). *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interacção com o espaço natural da pré-história à actualidade*. Braga : UM, pp. 191-206.
- Certeau, M. de. (1990). *L’Invention du quotidien. 1. Arts de faire*. Paris : Gallimard.
- Cullen, G. (1996[1971]). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.

² “Building a city depends on how people combine the traditional economic factors of land, labor, and capital. But it also depends on how they manipulate symbolic languages of exclusion and entitlement. The look and feel of cities reflect decisions about what – and who – should be visible and what should not, on concepts of order and disorder, and on uses of aesthetic power. In this primal sense, the city has always had a symbolic economy” (Zukin 1995, 7).

- Darby, W. (2000). *Landscape and Identity: Geographies of Nation and Class in England*. Oxford: Berg.
- Dikeç, M. (2005) «Space, Politics, and the Political», *Environment and Planning D: Society and Space*, 23(2), p. 171-188..2
- De Cesari, C. (2010). World Heritage and mosaic universalism. A view from Palestine. *Journal of Social Archaeology*, Vol. 10(3): 299-324.
- Douglas, M. (1966). *Purity and Danger. An analysis of concepts of Pollution and Taboo*. London: Routledge and Keegan Paul.
- Elias, N. (2000[1994]). *The Civilizing Process. Sociogenetic and Psychogenetic Investigations*. Oxford: Basil Blackwell.
- Feld, S.; Basso, K. H. (eds.) (1996). *Senses of Place*. Santa Fé, NM: School of American Research Press.
- Fijalkow, Y.; Préteceille, E. (2006). "Gentrification: discours et politiques urbaines (France, Royaume-Uni, Canada)". *Sociétés Contemporaines*, n.º 63.
- Flamand, J. – P. (2001). *Loger le peuple. Essai sur l'histoire du logement social*. Paris: La Découverte.
- Foucault, M. (1972). *Histoire de la folie à l'âge classique. Folie et déraison*, Paris: Gallimard. coll. « Tel ».
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité*, vol. 1 : *La volonté de savoir*, Paris: Gallimard.
- Garnier, J.-P. (2007). *Contra los territorios del poder Por un espacio público de debates y...de combates*. Barcelona: Virus editorial.
- Glass, R. (1963). *Introduction to London: Aspects of Change*. London: Center for Urban Studies.
- Graham, B.; Ashworth, G.; and Tunbridge, J. (2000). *A geography of heritage. Power, culture and economy*. London: Arnold Press.
- Hall, P. (1999). *Cities in Civilization. Culture, Innovation and Urban Order*. London: Pantheon.
- Handleman, D. (1998 [1990]). *Models and Mirrors: Towards an Anthropology of Public Events*. New York: Berghahn Books.
- Harvey, D. (2001). *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*. London: Routledge.
- Harvey, D. (2008). *Géographie de la domination*. Paris: Les prairies ordinaires.
- Hayden D. (1995). *The Power of Place*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Herzfeld, M. (1991). *A place in history – social and monumental time in a Cretan Town*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Herzfeld, M. (1997). *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. New York, NY: Routledge.
- Herzfeld, M. (2006). Spacial Cleansing: Monumental Vacuity and the idea of the West. *Journal of Material Culture*, 11: 127-149.
- Herzfeld, M. (2010). Engagement, gentrification, and the neoliberal hijacking of history. *Current Anthropology*, 51 (Supplement 2): S259-S267.
- Hidalgo, M.C. & Hernández, B. (2001). Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21: 273-281.
- Lefebvre, H. (1972). *La pensée marxiste et la ville*. Paris: Casterman/Poche.
- Lefebvre, H. (2000) [1974]. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Macleod, D.; Carrier, J. (eds.) (2010). *Tourism, power and culture. Anthropological insights*. Bristol, UK: Channel View Publications.
- Mallett, S. (2004). Understanding home: A critical review of the literature. *The Sociological Review*, 52: 62–89.
- Merleau-Ponty, M. (1976). *Phénoménologie de la perception*. Paris : Gallimard.
- Portas, N. (1969). *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa : Livros Horizonte.
- Sassen, S. (2006). *Territory, authority, rights – from medieval to global assemblages*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Sauvadet, T.; Bacqué, M. – H. (2011). Les pratiques populaires de l'espace. *Espaces et sociétés*, n.º 1441-145(1): 7-13.

- Sennett, R. (1994). *Flesh and Stone : The Body and the City in Western Civilization*. New York : Norton.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. London: Routledge.
- Smith, N. (1984). *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Blackwell.
- Swaroop, S. & Morenoff, J. D. (2006). Building community: The neighborhood context of social organization. *Social Forces*, 84: 1665–1695.
- Teixeira, M. (2001). *A Praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Trentelman, C. K. (2009). Place attachment and community attachment: A primer grounded in the lived experience of a community sociologist. *Society and Natural Resources*, 22:191–210.
- Windsong, H. A. (2010). There is no place like home: Complexities in exploring home and place attachment. *The Social Science Journal*, 47: 205-214.
- Zukin, S. (1995). *The Cultures of Cities*. Oxford: Blackwell.

O CEDOCAVE - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE ÁGUA NO CÁVADO E AVE: UM PROJETO PARA PRESERVAR A MEMÓRIA E DIVULGAR O PATRIMÓNIO E CULTURA DA ÁGUA

Francisco Silva Costa

Universidade do Minho, CEGOT
costafs@geografia.uminho.pt

José Manuel Lopes Cordeiro

Universidade do Minho, CITCEM
jmlopes.cordeiro@gmail.com

Resumo

O CEDOCAVE- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE ÁGUA NO CÁVADO E AVE, é um projeto da autoria da Universidade do Minho e que se propõe desenvolver um Projeto-âncora sustentado no arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte por forma a concretizar diversas ações/atividades num edifício a recuperar na zona de Couros da cidade de Guimarães.

Palavras-chave: CEDOCAVE, arquivos, água, património, Rio Ave, Rio Cávado.

Abstract

The CEDOCAVE – CÁVADO AND AVE WATER DOCUMENTATION CENTER is a project of Universidade do Minho, wich the propose is to develop an anchor-project based on the collection of historical documents of ARH-North, in order to implement various actions / activities in a building to recover in the Couros Area of the city of Guimarães.

Key-words: CEDOCAVE, archives, water, heritage, River Ave, River Cávado

1. Introdução

O CEDOCAVE - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE ÁGUA NO CÁVADO E AVE é um projeto que se desenvolve numa área que em Portugal se encontra ainda numa fase embrionária: a organização, exploração e divulgação da informação contida nos arquivos públicos. O CEDOCAVE pretende recuperar a memória em torno do património e cultura ligados à água no Domínio Público Hídrico (DPH) das bacias hidrográficas do rio Ave e rio Cávado.

2. Ponto de partida: a preservação dos arquivos públicos

A salvaguarda de documentos, nomeadamente de origem pública, que testemunhem a vida coletiva, nos seus mais diversificados aspetos, como elementos essenciais da memória histórica de um país, constitui hoje em dia uma necessidade imperiosa, traduzida nas estratégias que tanto as autoridades nacionais como as da União Europeia têm vindo a preconizar no sentido de se conseguir uma maior aproximação dos cidadãos ao seu património arquivístico.

No que respeita a Portugal, e de acordo com LACERDA (2011), a Direção-Geral de Arquivos (DGARQ) tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas sobre a situação dos arquivos da Administração Central do Estado (ACE), com vista a uma caracterização da estrutura e do funcionamento dos sistemas de arquivo das respetivas entidades que a integram, ao conhecimento da atuação das secretárias-gerais no âmbito das suas competências de gestão de documentos de arquivo, assim como do fornecimento de dados que suportem a elaboração de uma proposta de estratégia conjunta das secretárias-gerais no domínio da qualificação dos sistemas de arquivo da ACE.

O objetivo destas iniciativas ambiciona também resolver um problema que se tem arrastado, sem solução, durante décadas, evitando a contínua acumulação de grandes massas documentais, na maioria dos casos sem orientações relativamente ao processo de avaliação e triagem, a fim de se pôr em prática uma política que contribua para a informação dos cidadãos, ou seja, preservando e tornando acessíveis aqueles documentos. Deste modo, espera-se que o período de constrangimento orçamental que o país atravessa devido ao plano de resgate internacional que está a ser aplicado não venha a condicionar a disponibilidade dos meios necessários para a concretização destes objetivos, postergando uma vez mais a sua resolução para um futuro incerto.

2.1. Fundamentação

Conforme o Decreto-Lei n.º 47/2004 de 3 de Março, o Estado, especialmente através da administração central, bem como as demais entidades públicas e privadas têm o direito e o dever de preservar, organizar, defender e valorizar o património arquivístico nacional. Constituem o

património arquivístico os documentos, qualquer que seja a data, forma ou suporte material, produzidos ou recebidos por uma entidade pública ou privada no exercício da sua atividade. Inicialmente conservados a título de prova ou informação; esses documentos, se considerados de valor permanente, decorrente da sua relevância jurídica, política, económica, social, cultural ou científica, devem ser integrados em arquivos históricos para que possam ser utilizados pelos investigadores e pelos cidadãos em geral. A obrigatoriedade de incorporar em arquivos públicos a documentação histórico-cultural de interesse nacional é referida em vários diplomas legais, nomeadamente nos Decretos-Leis n.ºs 447/88, de 10 de Dezembro, 16/93, de 23 de Janeiro, e 60/97, de 20 de Março, e na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Costa e Cordeiro, 2012).

A Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte) é possuidora de um valioso acervo documental resultante da atividade centenária desenvolvida pelos diferentes organismos com tutela sobre a gestão da água e o planeamento dos recursos hídricos, compreendendo, entre os milhares de pastas aí existentes, os processos relacionados com o Domínio Público Hídrico (DPH) das Bacias Hidrográficas das Regiões Hidrográficas 1, 2 e 3.

O acervo documental e técnico dos antigos Serviços Hidráulicos do Douro, no norte de Portugal, pertença da atual Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte), é a oportunidade para entendermos uma Instituição Pública, onde a água e o seu uso marcam profundamente as relações sociais e as expectativas económicas. Para fazermos a história dos Serviços Hidráulicos do Douro e compreendermos o papel desempenhado por esta instituição pública na economia e sociedade nortenha, são fundamentais os documentos técnicos e administrativos que produziu, assim como toda a correspondência e projetos que lhe foram endereçados, enquanto entidade competente na gestão dos recursos hídricos, no norte de Portugal, CAMPELO (2011). Os processos arquivados no acervo da ARH-NORTE, I. P., contam casos de estudo que percorrem os usos das águas públicas para diferentes fins, as modalidades da sua utilização, nas técnicas mais tradicionais associadas à rega, e a sua inserção nos diferentes processos produtivos industriais, realçando a importância da hidroeletricidade, no desenvolvimento das bacias hidrográficas, sem esquecer os usos públicos e a ocupação das margens para outras atividades (Costa, 2012). Desde o Minho ao Douro, passando pelo Lima, Cávado, seus afluentes mais importantes e outros cursos de água, que marcam o mapa hídrico do Norte de Portugal, confrontamo-nos com a arte dos engenheiros e desenhadores, nos projetos promovidos pelas Hidráulicas; com os pedidos e queixas de cidadãos, com a avaliação dos projetos propostos por particulares; com as histórias dos Guarda-rios e com os relatos pormenorizados do escrivão recolhido em seu ofício. Mapas, projetos, ofícios, cadastros, relatórios, notações de correspondência,... (Campelo, 2011).

No acervo morto da ARH – NORTE, I. P., estão identificados vários constrangimentos, dos quais se destacam:

- A falta de conhecimento da sua existência por parte da comunidade científica e da população em geral;
- O depósito do acervo em salas com poucas condições para a sua conservação e utilização;
- A falta de organização, descrição e instrumentos de acesso à documentação;
- A dificuldade ou mesmo impossibilidade no acesso e na fruição do património arquivístico;
- A inexistência de estratégias e medidas de preservação e conservação do acervo documental (fotografias. 1 e 2).

Fotografias 1 e 2. Aspeto do Arquivo da ARH do Norte situado em Braga.



O acervo documental da ARH do Norte está disperso pelas cidades de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, em depósitos improvisados que possuem poucas condições para a sua conservação. O arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte relacionado com os processos do Domínio Público Hídrico nas bacias do rio Ave e rio Cávado situa-se num apartamento T3 da cidade de Braga, num espaço reduzido e de uma forma geral, em mau estado e desorganizado. Neste apartamento, arrendado à CCDR do Norte, encontram-se também outros documentos produzidos por esta instituição ao longo dos últimos anos.

De entre os milhares de pastas aí existentes, encontram-se os processos relacionados com o Domínio Público Hídrico (DPH) das Bacias Hidrográficas do Ave e do Cávado, desde 1886 até à atualidade, em processos numerados sequencialmente por ano e colocadas em pastas de arquivo, também sequencialmente ordenadas (Costa, 2012).

3. O CEDOCAVE – DA IDEIA AO PROJETO

No início de 2011, estabeleceram-se contatos e foram feitas reuniões entre a Administração da Região Hidrográfica do Norte e a Universidade do Minho, no sentido de elaborar um protocolo entre as duas entidades, que foi assinado em Julho do mesmo ano, tendo em vista o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada da informação do seu arquivo. Neste contexto, foi elaborado pela Universidade do Minho (UM) o Projeto “O Sistema de Informação Arquivística da Administração da Região Hidrográfica do Norte: desenvolvimento da sua gestão integrada”, e que foi apresentado a esta entidade no mês de Julho de 2011. O objetivo central deste Projeto é o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada da informação de arquivo da ARH do Norte, tendo em vista a sua utilização pela entidade produtora e o seu uso para fins de investigação, sobretudo aquela que tem maior interesse histórico. O Projeto apresentado foi aprovado na generalidade, ficando por definir o quadro financeiro de suporte e as candidaturas aos programas nacionais e da União Europeia.

Em 2012, com a criação da Agência do Ambiente e a incorporação da ARH do Norte na sua orgânica, tornou-se imperioso a transladação do arquivo de Braga para instalações independentes e autónomas em termos de gestão. No seguimento desta mudança fomos contactados pela ARH do Norte no sentido de se tentar encontrar uma solução em termos de instalações para a acomodação do referido arquivo. Iniciamos estas diligências junto de responsáveis da Câmara Municipal de Guimarães e expusemos o projeto “CEDOCAVE”, que contempla a organização e gestão do arquivo existente em Braga, tendo o mesmo manifestado o apoio institucional. Após a Câmara Municipal de Guimarães ter mostrado interesse em contribuir com uma solução para a questão do alojamento do arquivo, foi reiterado o interesse da autarquia em receber o arquivo tendo apontado um edifício para a sua eventual instalação na recém-recuperada Zona de Couros (fotografia 3).

Fotografia 3. Local de Implantação do CEDOCAVE na Zona de Couros.

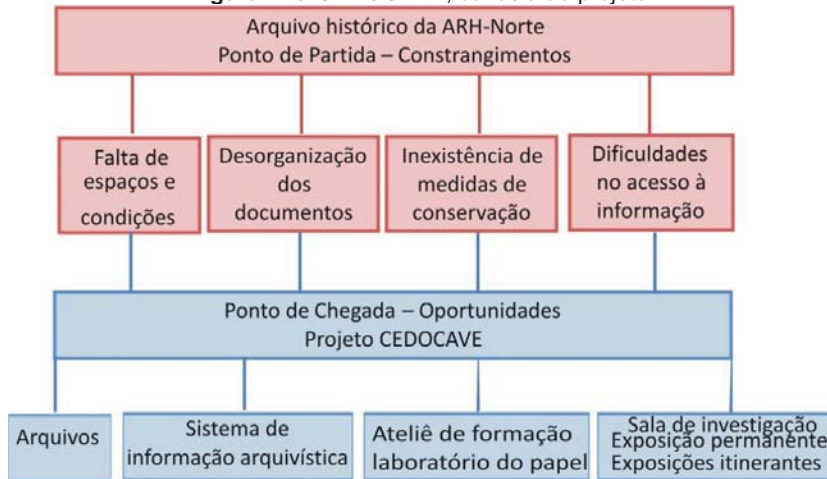


Tal localização mostra que o CEDOCAVE pode tornar-se um projeto de revitalização urbana no quadro do centro histórico de Guimarães.

3.1 O CEDOCAVE como projeto-âncora

A necessidade de recuperar e reabilitar o importante acervo histórico da Administração da Região Hidrográfica do Norte, resulta das pesquisas realizadas no arquivo por parte de investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho nos últimos anos. Com a criação do CEDOCAVE propõe-se desenvolver um Projeto-âncora sustentado no arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte por forma a concretizar diversas ações/atividades (figura 4).

Figura 4. O CEDOCAVE, da ideia ao projeto.



Para a concretização deste projeto, será necessário desenvolver uma parceria tripartida, ARH do Norte, como proprietária do arquivo físico, Câmara Municipal de Guimarães, como proprietária das instalações onde será sediado o CEDOCAVE e a Universidade do Minho, como gestora do mesmo espaço e de todas as suas valências.

3.1.1. A sala de arquivo

Num primeiro momento, torna-se fundamental proceder à transladação do acervo da ARH do Norte alojado em Braga para um espaço funcional que assegure a sua correta acomodação. Prevê-se a necessidade de um espaço com uma área aproximada de 150 m² com condições de luz e humidade adequados à conservação dos documentos que aí vão estar depositados. Neste intuito, já foram desenvolvidas conversações entre a universidade do Minho e a Câmara Municipal de Guimarães.

3.1.2. “O Sistema de Informação Arquivística da Administração da Região Hidrográfica do Norte: desenvolvimento da sua gestão integrada”

Com o objetivo de organizar, preservar e disponibilizar à sociedade este importante fundo documental, a UM apresentou à Direção da Administração da Região Hidrográfica do Norte a implementação do projeto *O Sistema de Informação Arquivística da Administração da Região Hidrográfica do Norte: desenvolvimento da sua gestão integrada*, o qual procurará também desenvolver um modelo de gestão da informação arquivística da ARH do Norte, tendo o mesmo sido aprovado, aguardando neste momento a resolução das indispensáveis formalidades administrativas para se iniciar a sua execução. O objetivo central deste projeto é o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada da informação de arquivo da ARH do Norte, tendo em vista a sua utilização pela entidade produtora e o seu uso para fins de investigação, sobretudo aquela que tem maior interesse histórico.

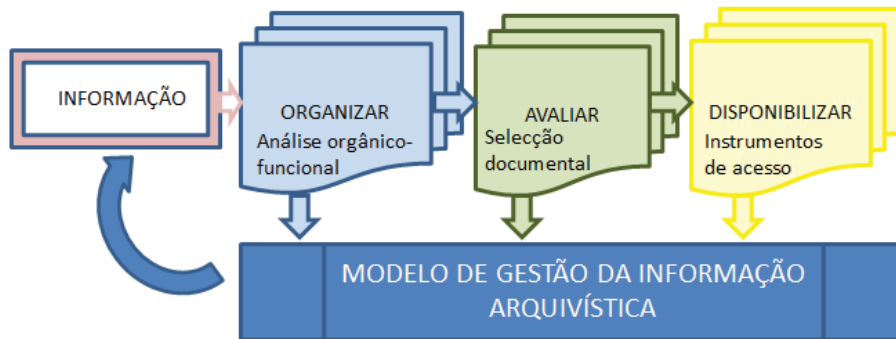
O sistema de arquivo da ARH do Norte será analisado nas suas várias fases (administrativa, intermédia e histórica), sendo privilegiados os aspetos relativos à gestão documental e as operações que constituem todo o processo de tratamento da informação arquivística: recenseamento dos arquivos administrativos; avaliação, seleção e eliminação de documentos; transferências periódicas; meios de controlo e de acesso à informação (Costa e Cordeiro, 2012). O estudo será desenvolvido a partir da documentação descentralizada pelos arquivos da ARH do Norte (Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real) em estreita cooperação com os serviços administrativos (diretamente envolvidos no processo de produção documental e seus utilizadores primários) e com investigadores especializados (quer para estudo da história institucional e da administração, nas suas várias facetas, quer como utilizadores potenciais da informação de arquivo).

Paralelamente à análise da documentação de arquivo histórico existente no arquivo a criar no CEDOCAVE far-se-á o estudo dos circuitos da documentação, sua utilização, meios de acesso à informação e instrumentos de controlo existentes. O estudo desenvolvido permitirá avançar para a aplicação de sistemas automatizados na gestão da informação, incluindo o disco ótico, como tecnologia de reprodução documental. O projeto visa, ainda, conduzir à promulgação de uma portaria regulamentadora dos prazos de conservação e eliminação de documentos da ARH do Norte e à criação institucional do seu arquivo (Costa e Cordeiro, 2012).

O “*Sistema de Informação Arquivística da Administração da Região Hidrográfica do Norte: desenvolvimento da sua gestão integrada*” tem como finalidade desenvolver um modelo de gestão da informação arquivística da ARH do Norte com base nos seguintes objetivos (Costa e Cordeiro, 2012):

- Fazer uma análise orgânico-funcional dos organismos produtores para se chegar ao conhecimento do contexto de produção da informação;
- Fazer a análise da documentação existente nos diferentes depósitos do arquivo da ARH do Norte;
- Fazer um recenseamento da documentação existente nos arquivos para controlo físico da mesma e para permitir a organização das séries arquivísticas e, por consequência, a elaboração do inventário;
- Proceder ao estudo necessário para se efetivar a avaliação e a seleção documental;
- Produzir instrumentos de trabalho arquivístico para controlo e acesso à informação;
- Elaborar um estudo de contextualização da informação e de instrumentos de acesso à informação tendo por base as normas internacionais de descrição arquivística e de registos de autoridade;
- Produzir estudos sobre a história da ARH do Norte e ao contexto social e cultural dos mesmos (figura 5).

Figura 5. Modelo de gestão arquivística a implantar no CEDOCAVE.



A situação do sistema de informação arquivística da ARH do Norte é deveras preocupante. A documentação que deixa de ter utilidade administrativa é acumulada em condições precárias, sem qualquer tratamento documental, o que dificulta, ou mesmo impossibilita, o acesso à mesma, quer por parte da própria entidade produtora, quer para outros fins, nomeadamente de investigação. A documentação foi-se acumulando, ao longo dos anos, na maioria dos casos sem orientações relativamente ao processo de avaliação e triagem, de que ela deve ser objeto. Esta situação, para além de ter repercussões negativas óbvias, relativamente ao funcionamento dos serviços administrativos, inviabiliza qualquer tipo de investigação séria sobre a história das entidades antecessoras à ARH do Norte, já que as fontes estão inacessíveis e sem controlo, do ponto de vista arquivístico. O projeto vai-se iniciar praticamente, do zero. Embora, do ponto de vista arquivístico, haja fundamentação teórica, em termos gerais, que o permitam desenvolver e assegurar-lhe resultados positivos, não há, contudo, qualquer estudo semelhante face a um arquivo de uma Administração da Região Hidrográfica - que tem especificidades próprias -, o que o torna completamente inovador. A metodologia que vai ser usada nas várias fases do projeto pode ser aplicável a outros casos, pelo que ele representa já um avanço face ao conhecimento nesta área, quer no nosso País, quer mesmo a nível internacional. Do ponto de vista da história das entidades antecessoras da Administração da Região Hidrográfica do Norte, também tudo está praticamente por fazer, pois até ao momento as principais fontes de investigação - a documentação da própria ARH do Norte - estão quase inacessíveis, e até mesmo, ignoradas. O desenvolvimento, que com o presente projeto se pretende dar ao trabalho, representa um progresso muito considerável na conceção do modelo de gestão arquivística para um sistema de informação relacionado com a gestão da água e o planeamento dos recursos hídricos. A situação da esmagadora maioria dos depósitos é bastante deficiente e implica, por isso, trabalhos prévios muito morosos de arrumação e ordenação física dos documentos, com vista a constituir uma base sólida para estabilizar e tornar eficiente o sistema de gestão da informação arquivística da ARH do Norte. Além disso, o estudo que se irá desenvolver, relativamente à avaliação dos documentos, será um passo decisivo para propor à Direção-Geral de Arquivos a promulgação de uma portaria regulamentadora dos prazos de conservação e eliminação documental (instrumento legal até agora inexistente) (Costa e Cordeiro, 2012).

Em Portugal, são muito poucos os estudos relativos à gestão de documentos de arquivo, bem como as aplicações informáticas concebidas especificamente para o efeito. Por outro lado, no nosso País existe um vazio legal no que respeita à avaliação de documentos, com vista à respetiva triagem e eliminação.

Quanto aos sistemas de arquivos dos Serviços Hidráulicos, não há estudos que sirvam de base para a sua caracterização. A realidade internacional não tem afinidades com a nossa, embora a abordagem do ponto de vista arquivístico seja idêntica. O levantamento da legislação e o estudo orgânico-funcional da ARH do Norte, desde as origens mais remotas, é um instrumento fundamental, que constitui um elemento indispensável à rigorosa compreensão do sistema de informação arquivística. Seguidamente, proceder-se-á à análise da documentação existente no arquivo da ARH do Norte, com recurso a *software* específico para gestão de arquivos, nas suas várias fases (desde a produção à conservação definitiva) (Costa e Cordeiro, 2012).

3.1.3. Sala de investigadores

Torna-se absolutamente necessário a criação no CEDOCAVE de uma sala para investigadores por forma a possibilitar o acesso à informação aí existente. Será assim necessário um espaço com 5 postos de trabalho e o respetivo mobiliário, pontos de luz, comunicações e internet. Estima-se uma área de 25 m² numa sala contígua ao arquivo. O acesso será devidamente controlado e progressivo, em função da execução do Sistema de Informação Arquivística.

3.1.4. Exposição permanente “Património e Cultura da água - Memórias dos Serviços Hidráulicos”

A exposição contará essencialmente com algumas peças do acervo documental e técnico dos antigos Serviços Hidráulicos do Douro, no Norte de Portugal, pertença da atual Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte), para o qual já obteve a respetiva autorização.

São assim várias as áreas temáticas de interesse científico tidas em conta na análise dos processos de licenciamento do Domínio Público Hídrico do arquivo da ARH do Norte, podendo destacarem-se os seguintes domínios de investigação:

- A organização territorial - a importância dos cantões no contexto da organização territorial das sub-bacias hidrográficas; as sucessivas alterações na divisão das bacias hidrográficas por cantões;

- As competências e atribuições técnico-administrativas – procedimentos administrativos e organização interna dos processos, autos de transgressão, editais e outros documentos;

- O uso das águas públicas e a ocupação do domínio público hídrico - a rega e os regadios, a cultura do linho na sua relação com as águas públicas, o papel dos moinhos no aproveitamento hidráulico das águas públicas, outros engenhos ligados ao aproveitamento das águas públicas – a serração e os lagares de azeite, as indústrias tradicionais: têxtil, papel, cutelarias, fundições, os aproveitamentos hidroelétricos, outros usos das águas públicas como os lavadouros públicos, a navegabilidade e o transporte por barcos, a pesca e os repovoamentos piscícolas, as praias fluviais...;

- Os trabalhos de limpeza e a extração de inertes;

- As alterações morfométricas e as ações de regularização fluvial;

- As situações de conflito - a poluição industrial, as lavarias, a extração de pedra (as pedreiras).

Da exposição constarão peças documentais (plantas, projetos, livros e documentação variada), cartografia, peças de vestuário (por exemplo a farda de guarda-rios) e instrumentos técnicos utilizados em trabalho de campo, sendo necessário uma sala com aproximadamente 100 m²

3.1.5. Exposições temáticas itinerantes

As exposições temáticas visam divulgar os documentos de maior interesse histórico depositados num fundo documental a constituir. Os documentos expostos virão do fundo documental referido (originais) e de outros decorrentes do trabalho elaborado a partir deste. A planificação das exposições dependerá do interesse demonstrado e da contratualização com as autarquias do Ave e Cávado, bem como de outras entidades e organismos públicos ou privados – escolas, universidades, museus, associações empresariais, associações locais, organismos públicos e empresas do setor da água, entre outras. As exposições poderão ter uma temática mais generalista (usos do DPH, ocupação ...) ou centrar-se em contextos mais específicos (referidos no ponto anterior), assumindo um carácter mais local (lugar, freguesia, ribeiro...) ou regional (bacia, sub-bacia, rio, concelho ...). O financiamento das exposições itinerantes será assegurado pelas entidades e organismos interessados.

3.1.6. Ateliê de formação e laboratório do papel

Pretende-se criar no CEDOCAVE um espaço que possibilite a realização de ações de formação e cursos de especialização na área de preservação e recuperação de documentos deteriorados ou danificados e de livros antigos. O principal objetivo é o de promover o conhecimento sobre os cuidados a ter com livros e documentos antigos ou danificados e técnicas de proteção de livros e reparação de danos em papel. Trata-se de uma valência inovadora que será gerida nas componentes científicas e técnicas pela Universidade do Minho, com a cooperação de outras instituições ligadas à conservação documental. O financiamento destas ações de formação e cursos de especialização será garantido pelo pagamento das respetivas inscrições/propinas. Conta-se com o contributo de especialistas da Universidade do Minho e de outras instituições do país e do estrangeiro. Para este ateliê de formação, necessita-se de uma sala no CEDOCAVE com 20 postos de trabalho numa área aproximada de 80 m².

Prevê-se também a criação de um laboratório que permita a adequação das ações de formação e cursos de especialização sobre a componente prática nas suas diferentes modalidades. O laboratório deverá possuir os instrumentos e tecnologias adequados para possibilitar as operações de preservação e recuperação de documentos e livros gráficos antigos, e funcionar em regime de prestação de serviços às diferentes entidades e organismos interessados em tais trabalhos, por modo a garantir o seu funcionamento e sustentabilidade financeira. A modalidade de contratação de um ou mais especialistas para o laboratório está dependente do volume de trabalho, sendo de esperar uma grande adesão face às insuficiências que se registam neste campo de atividade em Portugal. O laboratório deve estar em anexo à sala de ateliê e dispor de uma área aproximada de 30 m².

4. Considerações finais

A riqueza documental do arquivo da ARH-NORTE e suas potencialidades no âmbito da investigação permitem estudos diversificados, quer no domínio da Geografia, das ciências histórica, do património, do planeamento e também em alguns campos da arqueologia, da hidráulica e hidrologia. Garantir a sua conservação é essencial, pelo que a sua gestão integrada e sua institucionalização através do CEDOCAVE é um passo importante na defesa de uma memória comum que urge preservar.

A implantação do CEDOCAVE na Zona de Couros torna-se, assim, mais um elemento a ter em conta na revitalização urbana do centro histórico de Guimarães.

Bibliografia

- Campelo, A. – “das hidráulicas aos recursos hídricos: história, sociedade e saber”. *Edições ARH do Norte*, I.P. Porto, 2011, 139 p.
- Cordeiro, J. M. L. – “Indústria e energia na Bacia do Ave (1845-1959)”, *Cadernos do Noroeste* (Série História 1), 2001, 15 (1-2).
- Costa, F. S. – “O rio Ave no início do século XX: uma perspetiva segundo os aproveitamentos hidroeléctricos”, in *Actas do II Simpósio dos Aproveitamentos Hidroeléctricos*, Vila Real, 2003, 13 p.
- Costa, F. S. – “Os aproveitamentos hidráulicos e hidroeléctricos do rio Ave no período 1902-1936”, *Actas do 7º Congresso da Água*, Lisboa, 2004, 15 p.
- Costa, F. S. – “As águas públicas na bacia do Ave: Uma perspetiva do ordenamento do território no início do século XX”, *Actas do 7º Congresso da Água*, Lisboa, 2004, 14 p.
- Costa, F. S. - A gestão das águas públicas – O caso da Bacia Hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973, *Dissertação de Doutoramento*, Universidade do Minho, Braga, 2008, 857 p.
- Costa, F. S. - “Águas públicas e sua utilização no concelho de Fafe - Um contributo do ponto de vista histórico-geográfico”, *Câmara Municipal de Fafe*, Fafe, 2010, 144 p.
- Costa, F. S. - O arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte. Roteiro metodológico in *Caminhos da Água. Paisagens e usos na longa duração*, Coord. Manuela Martins, Isabel Vaz de Freitas, Maria Isabel del Val Valdivieso, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Braga, 2012, pp. 267-292
- Costa, F. S., Cordeiro, J. M. L. – O arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte - Um contributo na abordagem histórico-geográfica do Domínio Público Hídrico, *Atas do 11º Congresso da Água*, Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, Porto, 2012, 10 p. (Cd-Rom).
- Lacerda, S. - “Os Arquivos!”, *Boletim da Direcção-Geral de Arquivos*, 18, Julho - Setembro 2011, pp. 1 - 2.

OS PRIMÓRDIOS DA EXPLORAÇÃO DA ÁGUA NA CIDADE DE GUIMARÃES: UMA PERSPETIVA SEGUNDO OS ESTUDOS DE PAUL CHOFFAT E CHARLES LEPIERRE

Francisco Silva Costa
Universidade do Minho, CEGOT
costafs@geografia.uminho.pt

Mariana Oliveira
Câmara Municipal de Guimarães
marianafilipa@gmail.com

Resumo

No final do século XIX dois conceituados cientistas emergem no plano de melhoria do abastecimento de água à cidade de Guimarães: Paul Choffat e Charles Lepierre. Recuperar estes estudos e perspetivá-los numa abordagem histórico-geográfica é o objetivo desta comunicação.

Palavras-chave: Guimarães, nascentes da Penha, abastecimento, hidrogeologia, qualidade da água.

Abstract

The beginnings of exploitation of water in the city of Guimarães: a perspective according to studies of Paul Choffat and Charles Lepierre. Recovering these studies and perspective them in a historical-geographical approach is the objective of this communication.

Keywords: Guimarães, springs of Penha, supply, hydrogeology, water quality.

1. Introdução

O abastecimento de água à cidade de Guimarães é um tema de estudo com bastante relevância, devido à presença dos vários imóveis hidráulicos de grande valor patrimonial que testemunham o abastecimento de água à população ao longo dos tempos. Remontando ao fim da Idade Média, o abastecimento público em Guimarães deve ser visto como uma herança do passado. A aquisição e exploração de águas de nascentes na serra da Penha para o abastecimento de água a Guimarães datam do final do século XVI (Costa, 2007). No século XIX, o consumo de água pela população urbana de Guimarães que vinha a aumentar, sobrecarregava as antigas infraestruturas de abastecimento público que vinham a degradar-se de forma acelerada. Neste cenário, várias propostas para a concessão do exclusivo do abastecimento de água eram apresentadas ao executivo da Câmara Municipal de Guimarães, enquanto este concentrava esforços no sentido de melhorar o encanamento das águas potáveis e desenvolver a exploração de novas nascentes fazendo face ao aumento de desvios das águas por particulares e aos anos de seca que se verificaram nas últimas décadas do século XIX (Costa, 2007).

Em 1899, na sessão da Câmara Municipal de 7 de Junho, o presidente da autarquia afirmava ser o abastecimento de água a Guimarães “...sem dúvida a primeira obra que se impõe...” (O Comércio de Guimarães, n.º 1394, 13.6.1899: 2).

2. A investigação ao serviço de um bem público – os estudos científicos de Paul Choffat e Charles Lepierre

É perante a determinação da câmara municipal de Guimarães em avançar definitivamente com o projeto relativo à exploração e canalização de águas potáveis para abastecimento da cidade, que é solicitado ao geólogo Paul Choffat, a elaboração de um relatório sobre a viabilidade da exploração de novas fontes de alimentação em água a partir das nascentes da Penha e encomendado um estudo da qualidade da água ao microbiologista Charles Lepierre.

2.1 O Relatório hidro-geológico sobre o abastecimento d'água da cidade de Guimarães (1898) de Paul Choffat

Paul Choffat³ seria, assim, convidado a participar no desenvolvimento de um relatório hidrogeológico sobre o abastecimento de água de Guimarães, de forma a avaliar as potencialidades da Serra da Penha e as necessidades da cidade partindo das formas de interação entre a água e o sistema geológico. O documento, denominado *Relatório hidro-geológico sobre o abastecimento d'água da cidade de Guimarães*, divide-se em duas partes: *Considerações gerais e Aumento das águas atuais*:

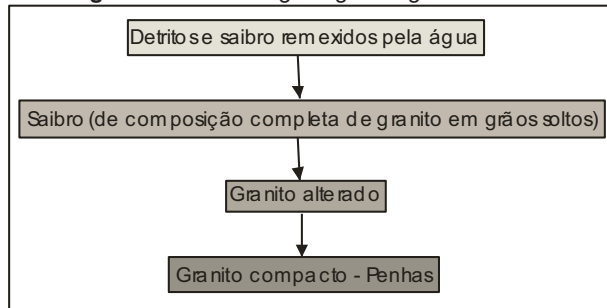
³ O suíço Paul Choffat (1849-1919) desenvolveu atividade científica em Portugal a convite de Carlos Ribeiro depois de 1878.

- a primeira parte reúne informações sobre as características naturais (incidindo nas condições meteorológicas, geológicas e pedológicas), as origens das águas que abastecem a cidade e as necessidades atuais e futuras relativas ao consumo urbano;
- a segunda parte desenvolve generalidades sobre as águas da Serra da Penha, a produção aquífera e as potencialidades da sua exploração.

No sentido de contextualizar a cidade de Guimarães na sua envolvente próxima, Choffat faz um enquadramento geográfico onde reúne, de um modo sumário, uma série de aspetos globalizantes relacionados essencialmente com a morfologia e a hidrografia.

Na caracterização das condições geológicas, Choffat refere que toda a região é formada por um granito de grandes cristais, alterando-se com grande facilidade. A decomposição efetua-se concentricamente, em redor de massas mais resistentes que, ou ficam completamente envolvidas na rocha alterada, ou ficam livres das partes alteradas e sobressaindo à superfície do terreno em forma de grandes penedos arredondados em parte enterrados, ou finalmente completamente fora do terreno – penhas (Costa, 2007) (figura 1).

Figura 1. Sucessão geológica segundo Choffat.

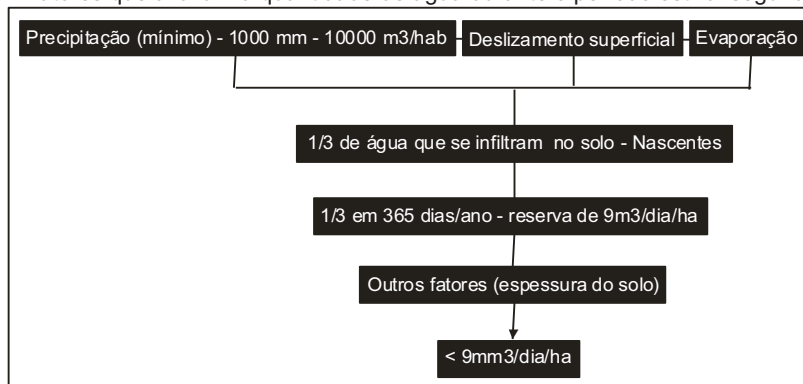


Choffat refere que no granito alterado, se encontram, com frequência, poços com cerca de 10 a 13 metros de profundidade (Choffat, 1904).

Para aferir acerca das condições meteorológicas da área de estudo, Choffat recorreu a R. P. J. Kempf, que fez observações de elementos climáticos em Braga, desde 1888. Choffat refere que, dada a proximidade das duas localidades, os climas podem ser considerados análogos (Choffat, 1904).

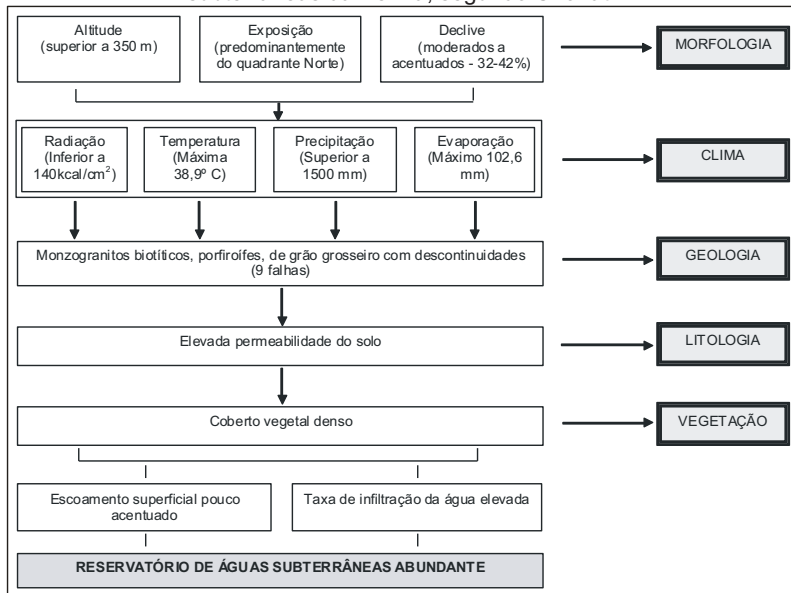
Choffat refere a conjugação de diferentes fatores para avaliar a quantidade de água durante o período estival: a precipitação, o deslizamento superficial, a evaporação e a espessura do solo (figura 2).

Figura 2. Fatores que avaliam a quantidade de água durante o período estival segundo Choffat



As condições geológicas da região, associadas à elevada precipitação e permeabilidade dos solos, são os principais responsáveis pela ocorrência de numerosas captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público (figura 3).

Figura 3 - Condicionantes biofísicas que geram o processo de constituição do reservatório de águas subterrâneas da Penha, segundo Choffat.

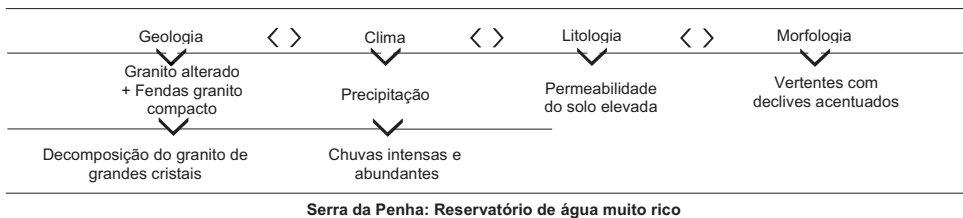


A Serra da Penha constitui, indiscutivelmente, o principal reservatório de água da cidade e é precisamente na vertente para ai voltada que nasceu, em resultado de diversas pesquisas, uma panóplia de minas que ainda hoje contribuem para o abastecimento público da sua área (Costa, 2007).

Desta forma, na vertente NW da Serra da Penha, encontramos sete conjuntos de minas caracterizadas por uma certa homogeneidade, no que diz respeito aos aspetos físicos da área de implantação.

Na abordagem ao tema da circulação da água no subsolo, Choffat relaciona quatro fatores essenciais: geologia, clima, pedologia e morfologia (figura 4).

Figura 4. Fatores essenciais para a circulação da água no subsolo da Penha segundo Choffat.



Em 1898, a cidade era alimentada por águas de poços, águas canalizadas por particulares e águas canalizadas pela Câmara (quadro 5) (Choffat, 1904).

Quadro 5. Localização das fontes de alimentação da água da cidade de Guimarães em 1898.

| Poços | | Localização | Altitude (m) | Observações |
|--------------|--------------|--|--|---------------------------------------|
| Particulares | | Existem em grande parte das casas | Abaixo 210 | |
| Câmara | | Madrôa | 169 | Má qualidade das águas |
| | | Laranjaes | 196 | |
| | | Largo do Carmo (2) | 212; 219 | |
| | | Campo de S. Salvador | 243 | |
| Canalizadas | Particulares | Casa da Misericórdia | | Servem os pontos mais altos da cidade |
| | | Casas do Conde de Margaride | | |
| | | Convento de Santa Luzia | Acima dos 500 | |
| | | Casa d'Arga | | |
| | Câmara | É distribuída perto da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira | - Reunidas a 410 - Distribuídas a 198 | |

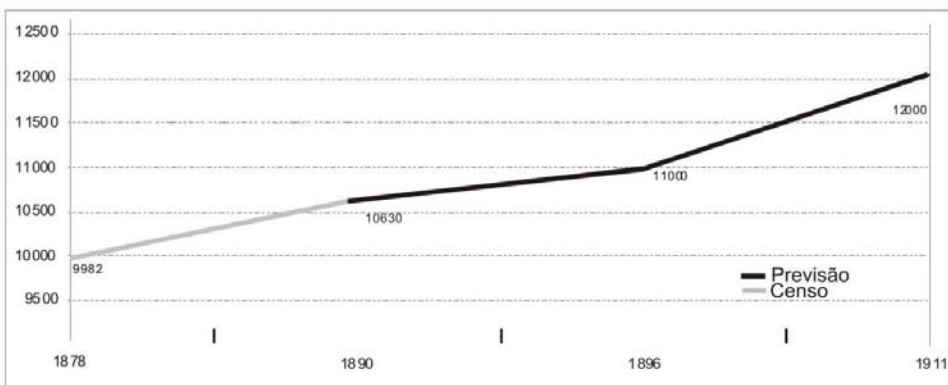
O abastecimento de água, feito essencialmente a partir das fontes, bicas e chafurdos existentes na cidade, era alimentado por nascentes privadas e pelas águas provenientes das minas da Penha. Dispersos pela cidade, numa orientação predominantemente NE-SW, estes pontos de água concentravam-se intramuros no centro histórico, sobretudo na parte ocidental da freguesia da Oliveira e no setor oriental de São Sebastião (Costa, 2007).

As populações da parte alta da cidade e das freguesias limítrofes ao centro urbano eram insuficientemente servidas no que respeita a essas formas primitivas de abastecimento de água.

Não se pode dissociar o abastecimento de água das necessidades da população, pelo que Choffat faz uma abordagem aos quantitativos populacionais das freguesias pertencentes à cidade (Oliveira, S. Paio, S. Sebastião e partes das freguesias de Azurém, Creixomil, Costa e Urgeztes ligadas à cidade) e relaciona-os com os consumos de água.

Através da evolução populacional em dois momentos censitários consecutivos, Choffat admite um crescimento proporcional para o ano de 1890 e 1911 (figura 6) (Choffat, 1904), no entanto, um valor subestimado relativamente àquele que se verificou nos censos de 1911, em que a população desta área atingiu um total de 13.259 habitantes.

Figura 6. Estimativa de evolução da população até 1911 segundo Choffat.



Seria a partir destes valores que Choffat calcularia os dados aproximados dos consumos de água decorrentes das mais diversas utilizações (particulares e públicas), estimando uma média de 58 litros por habitante, por dia, para 1911 (Choffat, 1904).

O Eng.º Choffat conclui este estudo com a formulação destas hipóteses de trabalho, realçando que *o processo mais lógico parece-me ser o de principiar por aumentar as águas da Câmara pelas pesquisas indicadas, e fazer a medição do caudal estival* (Choffat, 1904). Estas hipóteses apontam para alternativas que Choffat defendeu e que se concentravam na exploração da água na serra da Penha, tendo em conta:

- A melhoria das condições das captações subterrâneas já existentes de forma a aumentar o caudal nas minas;
- A abertura de novas minas;
- O controlo do volume de águas fornecidas durante o ano;
- O armazenamento de água (Costa, 2007).

2.2 O Estudo químico e bacteriológico das águas de Guimarães (1900) segundo Charles Lepierre

Em meados do século XIX, a cidade de Guimarães começa a perceber que a água disponível é escassa, principalmente na época estival, em que algumas nascentes chegavam a secar. E como, em geral, cada linha de água fornecia um conjunto de fontes e chafarizes ligados sequencialmente, quando as nascentes secavam, todo o circuito de alimentação era quebrado, com evidentes prejuízos para a população abrangida (Costa, 2007).

A escassez da cobertura da rede pública mantinha uma maior dependência de fontes naturais ou poços e havia convicção de que a água *podia ser bebida* sem necessidade de ser tratada. Um menor grau de contaminação ambiental, e a ignorância dos efeitos provocados pelos desperdícios agrícolas e pecuários, tornavam a água num bem disponível, logo consumível onde aparecia. Esta preocupação da água explica o facto de em alguns discursos, aparecerem ainda referências a questionar o pagamento da água. A ideia de que a água está disponível onde e como a natureza a oferece conduzia a comportamentos *perigosos* e a problemas com as autoridades, face ao encerramento de fontes por motivos sanitários (Santos, 2001).

Até finais do século XIX, a avaliação e o controlo da qualidade da água para consumo humano eram realizados de forma empírica, confiando-se, primordialmente, na aparência física da água. A qualidade da água era avaliada essencialmente através das suas características organolépticas, tendo por base o senso comum de se exigir que ela se apresentasse límpida, agradável ao paladar e sem cheiro desagradável.

No século XX, com a descoberta da existência de seres microscópios – microrganismos, por Louis Pasteur (1863), os avanços científicos nos métodos de deteção de microrganismos (postulados de Robert Cokk em 1883) e dos surtos epidemiológicos de cólera e febre tifóide na Europa conduziram à introdução de novas metodologias para o controlo da qualidade da água para consumo humano e à associação da água como meio de proliferação de doenças (Costa, 2007).

É neste quadro que, no final do ano de 1899, António Faria da Comissão Executiva da Câmara Municipal encomendou um estudo ao microbiologista Charles Lepierre (O Comércio de Guimarães, n.º 1453, 19.1.1900: 1) sobre a qualidade de todas as origens e pontos de abastecimento de água à população vimaranense, sob o ponto de vista da sua potabilidade química, física e bacteriológica.

As colheitas e análises da água que abasteciam a cidade foram realizadas em Setembro de 1889, em condições de assepsia e sujeitas a exames de natureza físico-químico e microbiológico (O Comércio de Guimarães, n.º 1453, 19.1.1900:1). Lepierre realizou análises nas origens – nascentes da Penha e em vários locais de consumo – fontes e tanques - *as águas que abastecem Guimarães dividem-se em dois grandes grupos: as águas das fontes e poços que nascem na cidade ou nas proximidades, e as águas canalizadas pela Câmara ou por particulares e que provem da serra da Penha* (Lepierre, 1900).

Quando os critérios de avaliação da água se limitavam à análise da sua dureza, as águas que abasteciam Guimarães eram consideradas de excelente qualidade: *ainda há poucos anos a análise das águas se limitava quase que exclusivamente à determinação do seu grau hidrotimétrico total ou parcial. Em face desta determinação, todas as águas de Guimarães deveriam ser consideradas de óptima qualidade, como se pode ver pelo quadro analítico respectivo* (Lepierre, 1900). No entanto, a melhoria de novas técnicas de química, levou a que novos parâmetros fossem considerados para avaliação da qualidade da água para consumo humano. Nesta altura, são também introduzidos os critérios microbiológicos: *... A cidade de Guimarães está edificada numa região formada por granito de grandes cristais, que se alteram com grande facilidade, dando assim ensejo a que a água da chuva rapidamente se infiltra no solo (Paul Choffat). Todos sabem que as águas que brotam dos terrenos graníticos são particularmente pobres em princípios solúveis, a sua mineralização não excedendo alguns centigramas...Daí*

resulta que, comparando as águas puras da região com as águas submetidas ao nosso exame, se encontrarmos nestas maior resíduo, principalmente constituído por certos sais solúveis de origem humana ou animal, podemos concluir que houve poluição...É infelizmente o que se observa com a grande maioria das águas de fontes que brotam na cidade e que entram na alimentação do povo (Lepierre, 1900).

Dos onze pontos de água analisados, nove foram classificados com qualidade má (figura 7), o que leva Charles Lepierre a referir que *podemos já dizer, à vista destes resultados, que as águas que abastecem Guimarães são em geral conspurcadas e poluídas por germens nocivos (Lepierre, 1900).*

Esta poluição estava associada, essencialmente, a dois fatores:

- A falta de um sistema geral de esgotos – *Em Guimarães não existe canalização geral de esgotos; os despejos são colhidos em fossas, na sua maioria permeáveis, por isso o solo em que assenta a cidade deve ser riquíssimo em cloretos, sulfatos, fosfatos, substâncias azotadas mais ou menos oxidadas pelos fermentos nítricos, numa palavra, num receptáculo fecundo de micróbios. Nestas condições péssimas não é para estranhar que a análise revele o que a lógica permite deduzir, isto é, que as águas das fontes e poços são em geral “más”, quer do ponto de vista químico, quer do ponto de vista bacteriano (Lepierre, 1900).*

- A falta de um sistema de transporte de água potável adequado – *Quanto às águas provenientes da Penha, o exame “in loco” leva a pensar que muito provavelmente que as águas serão puras ou quase puras. A “composição química”, mesmo com canalização imperfeita, pouco poderia variar num trajecto pouco extenso, como aquele que percorre a água encanada, mas a sua composição bacteriana reagente mais sensível, sofrerá naturalmente variação e aumentos indicadores da contaminação devido à imperfeição desta própria canalização (Lepierre, 1900).*

No início do século XX, a água que abastecia o município de Guimarães era de má qualidade do ponto de vista químico e bacteriológico. A água nas minas da Penha, na origem, possuía boa qualidade mas, devido à falta de uma canalização adequada, chegava ao consumidor em más condições de potabilidade. A falta de estanquicidade do sistema de distribuição e a não utilização da desinfecção da água eram os principais fatores de contaminação da água de abastecimento. Face aos resultados obtidos nas análises de Charles Lepierre, a comissão executiva da Câmara Municipal mandou fechar alguns poços e colocar dísticos nas fontes da cidade com a indicação de águas impróprias para o uso público (Costa, 2007).

Figura 7. Pontos de água e qualidade segundo Charles Lepierre.



3. Considerações finais

É inegável o contributo dos estudos de Paul Choffat e Charles Lepierre no desenvolvimento do projeto de abastecimento de água à cidade de Guimarães. Inovadoras em muito aspetos, as investigações levadas a cabo por estes dois cientistas permitiram sustentar a tomada de decisões ligadas ao planeamento e à gestão dos recursos hídricos no município de Guimarães. O trabalho de campo e as análises de laboratório foram metodologias postas em prática numa perspetiva pluridisciplinar o que enriqueceu as propostas apresentadas e mostram ser um caso raro aplicado ao abastecimento de água no norte do país no final do século XIX.

Referências bibliográficas

Choffat, P. (1904) – “Relatorio hydro-geologico sobre o abastecimento d’agua da cidade de Guimarães” in *Revista de Guimarães*, 21, (3-4), Set.-Dez. 1904, p. 145.

Costa, F. (2007) – Os primórdios da exploração da água: as Minas da Penha (até 1930). In Ribeiro, Célia e Neves, António Amaro das (Coord.) - “Mãe-d’água, Centenário do abastecimento público de Guimarães”, Vimagua, Guimarães, p.94-117.

Lepierre, C. (1900) - Estudo químico e bacteriológico das águas de Guimarães, Coimbra, Imprensa académica.

Santos, M. R. G. C. (2001) – As novas ciências da comunicação, in *Água e suas vivências*, colóquio organizado pelo Goethe-Institut Lissabon, Quercus ANCN, Lisboa, pp. 11-22.

Fontes

O Comércio de Guimarães, n.º 1394, 13.6.1899.

O Comércio de Guimarães, n.º 1453, 19.1.1900.

PATRIMÓNIOS: MOBILIDADE E CRIPTO-HISTÓRIA DA ARTE NO BAIXO TÂMÉGA E NO VALE DO SOUSA

José Carlos Meneses Rodrigues

Instituto de Estudos Superiores de Fafe

Investigador no CEPESE (UP)

meneses.jc@gmail.com

Resumo

Amarante, Marco de Canaveses, Penafiel e Felgueiras contêm templos com esculturas do maneirismo ao neoclássico e "ao estilo". Mas o estudo é dirigido para a mobilidade e o desaparecimento de retábulos-mores. A transferência do conjunto arquitetónico de S. Nicolau de Canaveses integra o texto, na sequência da construção da barragem do Torrão, no rio Tâmega.

Palavras-chave: mobilidade, desaparecimento, talha, retábulo, arquitetura.

Abstract

Amarante, Marco de Canaveses, Penafiel and Felgueiras contain temples with carving from Mannerism to the Neoclassical and "style." But the study is directed towards mobility and the disappearance of main altarpieces. The transfer of the architectonic ensemble of St. Nicholas Canaveses integrates on the text, following the construction of the Torrão dam, on the Tamega river.

Keywords: mobility, disappearance, carving, retable, architecture.

1. Introdução

Para este evento, procedemos ao levantamento dos retábulos-mores, colaterais e laterais de 166 templos que integraram a nossa tese de doutoramento defendida em 2004: *Retábulos do Baixo Tâmega e do Vale do Sousa (sécs. XVII-XIX). Do Maneirismo ao Neoclássico*. Debruçámo-nos apenas sobre os retábulos-mores por considerarmos que constituía uma amostra suficiente para o objetivo da comunicação.

O Concílio de Trento (1545-1563) vai marcar profundamente a arte sacra devido às imposições através das constituições sinodais que, por sua vez, embocavam nas paróquias onde padres e fregueses eram corresponsáveis pela *decência* dos retábulos, das imagens e das restantes peças de talha, assim como das alfais religiosas e da paramentaria. O controlo era exercido pelas *visitações* que, considerando algo *indecente*, exaravam o veredito mediante coimas a aplicar se as substituições não se cumprissem no prazo determinado [RODRIGUES, 2004, I, 95].

Em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, a talha sofre um incremento valioso, arte que chegou aos nossos dias, mas com um futuro comprometedor. O mecenato da realeza, da Igreja, das misericórdias, das confrarias, das ordens religiosas e dos leigos foi crucial para a igreja *forrada a ouro* [RODRIGUES, 2004, I, 95-98], ou uma arte cenográfica que transforma o espaço sagrado numa *caverna dourada* [MARQUES, 2009, 65]. Em si engloba um conjunto de ritos em função das construções artísticas: do púlpito, o pregador interpreta a palavra de Deus, a música dos órgãos e o canto; o ouro alude ao sol, à luz divina, a Cristo. Por isso, a capela-mor é eleita o ponto central do templo e da eucaristia, cumprindo-se a obrigação de fabricar o respetivo retábulo, posteriormente dourado.

O entalhador coloca toda a sabedoria e capacidade técnica na elaboração retabular, constituindo o índice do estilo e do talento e, num sentido muito justo, o grande abecedário da talha portuguesa [MARQUES, 2009, 66].

Pelo espaço, não recorremos à mobilidade e à cripto-história da arte em Guimarães, fazendo todo o sentido que o fizéssemos: i) é a continuidade da malha do nosso estudo, ii) era ponto obrigatório, na época medieval, de paragem dos peregrinos de Santiago de Compostela (N. S.^a da Oliveira e S. Torcato), depois de as populações do sul do Douro e do Tâmega usarem as barcas de passagem do Tâmega, seguindo para Penafiel, Lousada, Felgueiras, Vizela, Guimarães, Braga, Ponte de Lima, Valença...Santiago de Compostela.

2. Mobilidade interna e externa de retábulos-mores

O nosso trabalho consistiu no levantamento de 166 edifícios religiosos, igrejas e capelas públicas, na sua maioria paroquiais (Quadro 1). Pela extensão do estudo, restringimo-nos à talha atinente aos retábulos das capelas-mores. Por **existentes**, designamos os espécimes que se consideram conforme as regras da tratadística: Barroco nacional, transição Barroco nacional-Barroco joanino, Barroco joanino, Rococó, transição Rococó-Neoclássico, Neoclássico.

Um número pouco significativo (32), pouco mais de 1/5, num universo de 166 retábulos-mores, que nos induz para várias situações: i) conservação do original (Várzea de Ovelha e Aliviada e Vila

Boa do Bispo, Marco de Canaveses, Caramos, Felgueiras, Ordem Terceira de S. Francisco, Penafiel, S. Domingos, Amarante), ii) substituição dos primitivos, conforme o avanço estilístico e a capacidade financeira da paróquia, iii) proximidade dos grandes centros produtores artísticos da talha, nos séculos XVII e XVIII, concretamente as cidades do Porto e de Braga e a vila de Guimarães, iv) existência de polos regionais, cujos artistas (entalhadores, ensambladores, imaginários e pintores-douradores) conheciam os cânones da tratadística erudita, procedendo a interpretações periféricas. Exemplos: Penafiel e Amarante, mais terras de pintores de entalhadores [RODRIGUES, 2004, III, 25-128].

A variação de 6 a 10 exemplares tem a ver com originais e peças posteriores, identificados ou não identificados, e referem-se, basicamente, às cidades de Amarante e Penafiel, bem como edifícios monásticos.

A **mobilidade** soma 31 exemplares, incluindo a externa (26) e a **interna** (5), [Figs. 1-4] não sendo surpresa o valor reduzido da última, resultando, nos casos que conhecemos, à alteração arquitetónica do templo e à reutilização de retábulos [RODRIGUES, 2004, I, 441-450] colaterais e laterais com acrescentamentos. A **externa** [Figs. 3-9] [RODRIGUES, 2004, I, 410-437] tem outro significado: aquisição por doação ou por compra, resultando, frequentemente, na adulteração dos retábulos em virtude do seu afeiçoamento ao novo espaço; por isso, amputações, substituições e acrescentamentos são a consequência normal nestes cenários. 26 casos, variando de 5 (Penafiel) a 9 (Amarante), significa que podem ter sido adquiridos tardiamente, passado para novas paroquiais, dominando os exemplares do Barroco nacional.

Estamos em condições de definir um cenário polifacetado sobre a talha [FERREIRA-ALVES, 1988-1989, 7-9]: i) a demolição de templos e consequente destruição de talha; ii) a alteração arquitetónica; iii) a construção de novas paroquiais; in) as intervenções da DGEMN; v) a mutilação e a desfiguração de retábulos - acrescentos, substituições, amputações; vi) a reutilização de estruturas para outras funções; vii) a incorreta colocação dos arranjos de flores nos altares; viii) a instalação sonora; ix) a instalação elétrica; x) a mobilidade no interior sacro e a proveniente do exterior; xi) a comercialização de estruturas retabulares; xii) a proliferação de restauradores causadores de repintes constantes. As intervenções mais frequentes incidem no trono, sacrário, remate, sotobanco e mesas de altar [RODRIGUES, 2004, I, 91].

Quadro 1. Amarante. Felgueiras, Marco de Canaveses. Felgueiras.
Retábulos-mores

| Templos | Desaparecimento | Mobilidade de externa | Mobilidade de interna | Desaparecimento | Ao estilo | Total |
|---------------------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|-----------|-------|
| Amarante | | | | | | |
| 45 | 6 | 9 | 1 | 14 | 15 | 45 |
| Felgueiras | | | | | | |
| 35 | 7 | 6 | 1 | 6 | 15 | 35 |
| Marco de Canaveses | | | | | | |
| 38 | 9 | 6 | 0 | 5 | 18 | 38 |
| Penafiel | | | | | | |
| 48 | 10 | 5 | 3 | 5 | 25 | 48 |
| 166 | 32 | 26 | 5 | 30 | 73 | 166 |

Figuras 1, 2. Penafiel. S. Mamede de Recesinhos



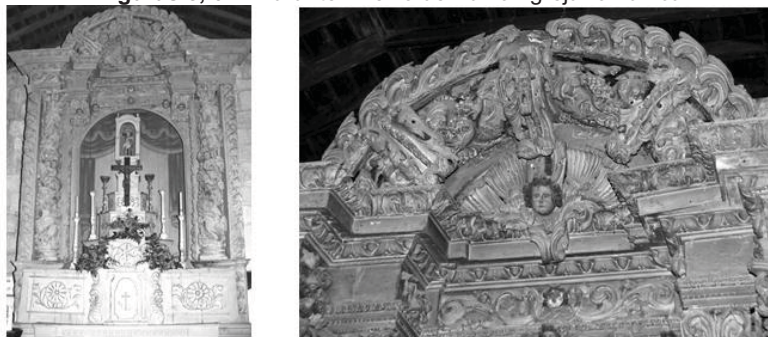
Fonte: JCMRodrigues. *Maneirismo (finais do século XVII). Reutilização do retábulo anterior na sequência do alargamento da capela-mor, em jeito de transepto. Mantém a origem o banco, as colunas com o primeiro terço em talha miúda, as pinturas nos intercolúnios, a arquitrave e os entalhamentos laterais do remate. O trono, o remate e o sotobanco desvirtuam o primitivo espécime.*

Figuras 3, 4. Amarante. Travanca. Igreja do mosteiro



Fonte: JCMRodrigues. *Barroco nacional. Antigo retábulo colateral do Evangelho. Tipologia de dois, três pares de colunas. Sem trono. Embasamento incompleto. Colunas com uvas, parras e aves, sem meninos. Misulas e banco com composições acantiformes.*

Figuras 5, 6. Amarante. Freixo de Baixo. Igreja românica



Fonte: JCMRodrigues. *Proveniência desconhecida. Barroco nacional (finais do séc. XVII, início do séc. XVIII), incompleto. Tipologia de dois, três pares de colunas. Dourado inexistente, embasamento e trono da fase neoclássica. Alguns entalhamentos deslocalizados.*

Figuras 7, 8. Amarante. Santa Cristina



Fonte: JCMRodrigues. *Proveniência do convento de S. Bento de Avé-Maria, Porto. As fitas e as laçarias do terceiro par de colunas prenunciam um retábulo para a transição do Barroco joanino (c. da terceira década do século XVIII).*

Figuras. 9, 10. Felgueiras. Sendim



Fonte: JCMRodrigues. *Proveniência desconhecida. Barroco nacional. Remate adulterado com entalhes florísticos em vez das aduelas e dos acantos. Tribuna incompleta e sacrário do Barroco joanino.*

3. Retábulos desaparecidos ou a cripto-história da arte...

As paredes fundeiras de cerca de 1/6 das capelas-mores dos 166 templos apresentam-se despidas de retábulos. A DGEMN é a principal responsável deste cenário. O Estado Novo tentava conciliar a estética moderna com os interesses do Estado de forma a inculcar na mentalidade portuguesa o amor à Pátria, o culto do passado glorioso e dos seus heróis, a consagração da ruralidade e da tradição, ideário que passava pela *expurgação* dos valores que não exaltassem as descobertas, o estilo manuelino... [RODRIGUES, 2004, I, 91]. Daí a expurgação da talha que, em muitos casos, trouxe ao vivo os frescos das capelas-mores e dos espaços reservados aos retábulos colaterais. As igrejas de Tabuado, S. to Isidoro e S. Nicolau formam um conjunto que, nos anos 80 do século XX, foram recuperados pelo Instituto José de Figueiredo.

Noutras situações, foram os próprios párocos que tomaram a iniciativa de desnudar as capelas-mores e as naves das igrejas que parquiavam.

O Quadro 1 fornece-nos um total de 30 igrejas, estabelecendo-se Amarante no primeiro lugar (14), seguindo-se Felgueiras (6), Marco e Penafiel (5). Entre outras razões, o número afetado a Amarante terá a ver com o facto de se verificar nas paróquias inseridas na serra do Marão.

Volvendo ao quadro, encontramos 73 retábulos “ao estilo”, significando, numa primeira leitura que, tardiamente, se procedeu à feitura de cópias do maneirismo, do barroco nacional, do barroco joanino, do rococó, da transição para o neoclássico.

Não é o caso, porque encontramos, maioritariamente, espécimes com estruturas e ornamentação neoclássica com coordenadas do barroco e também do rococó.

Maneirismo e barroco nacional, barroco nacional e barroco joanino, mas com estruturas forma aleatória.

Figuras 11, 12. Felgueiras. Airões. Igreja românica



Fonte: JCMRodrigues. *Desaparecimento do retábulo-mor (DGEMN) e deslocação dos retábulos colaterais (ao estilo barroco-rococó).*

São outras modalidades que surgem nas nossas igrejas. Não estaremos num cenário de desaparecimento de retábulos consonantes com as regras estilísticas a favor de “gostos” como os descritos? Então, avançaremos com um número substancial de cripto-história da arte: **103 retábulos** no universo estudado de 166!

É, de facto, um panorama muito difícil de gerir em tempos de mudança: a tendência para a construção de edifícios religiosos com a metaforização dos símbolos fundamentais (a cruz, o sacrário, o altar, a nave, o coro alto, o batistério...), o aumento de agnósticos, entre outros motivos, não favorecem a preservação da talha existente, já escassa.

4. A mobilidade na arquitetura: núcleo de S. Nicolau, Marco de Canaveses

No final da década de 80 do século XX, a EDP, juntamente com a Câmara Municipal do Marco de Canaveses, levou a cabo uma tarefa digna de registo, na sequência da construção da Barragem do Torrão (Tâmega 1): a trasladação do Senhor da Boa Passagem e da capela de S. Lázaro, na margem esquerda do rio, para uma cota superior, na envolvente da igreja românica de S. Nicolau, como resultado da inutilização da ponte.

Junto à ponte, a memória do exército napoleónico (2.^a invasão) que as populações de Canaveses conseguiram sustentar, em 31 de Março e 1 de Abril de 1809, quebrando, para o efeito, um arco da ponte, construída no início da década de 40 do século XX, ao lado da românica [AGUIAR, 1947, 75]!

Figura 13. Núcleo de S. Nicolau. Marco de Canaveses



Fonte: CMMCanaveses. *Senhor da Boa Passagem, capela de S. Lázaro, a escassos metros da ponte de Canaveses. A igreja românica em cota ligeiramente superior.*

Figura 14. Não passaram!



Fonte: CMMCanaveses. *Memória deslocada para a entrada direita da ponte nova, atualmente próxima do núcleo de S. Nicolau.*

Figuras 15, 16. Núcleo de S. Nicolau. Marco de Canaveses.



Fonte: CMMCanaveses. *Trasladação para plano superior.*

5. Conclusão

Propusemo-nos fazer uma abordagem à mobilidade (parte) da talha das igrejas de Amarante, Felgueiras, Marco de Canaveses e Penafiel, bem como ao conjunto arquitetónico do núcleo de S. Nicolau de Canaveses. Guimarães, na continuidade da mancha de estudo, estava nos nossos planos; decidimos a exclusão de templos desmantelados e deslocados, assim como a deslocalização da estátua de Afonso Henriques, pela escassez de espaço.

O núcleo de S. Nicolau é um caso de bem conservar o património arquitetónico.

Já a talha existente (modelos originais) e a deslocada (não adulterada) constituem uma situação para a qual não vislumbramos um futuro acolhedor por razões demais conhecidas. No entanto, numa perspetiva de conservação e restauro, quando é possível reunir os apoios inerentes, somos adeptos de tratamento do suporte lenhoso e toda a construção estrutural, englobando a preparação do substrato e a decoração estética da obra: i) a desinfeção e a desinfestação; ii) a consolidação por impregnação; iii) a consolidação por meios mecânicos.

Bibliografia

AGUIAR, P. M. Vieira de. *Descrição histórica, corográfica e folclórica do Marco de Canaveses*. Porto: Oficina de S. José, 1947.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. "A talha dourada: uma área patrimonial em crise". In *Revista Polígrafia*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, n. os 7/8, 1998/1999.

MARQUES, Luís Miguel da Ponte. *Conjuntos retabulares em madeira: tecnologias de construção e princípios regentes de reabilitação*. Tese de Mestrado, Universidade do Minho, 2009. RCAAP. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/9742>.

RODRIGUES, José Carlos Meneses. *Retábulos no Baixo Tâmega e no Vale do Sousa (séculos XVII-XIX). Do Maneirismo ao Neoclássico*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2004.

AZULEJOS DO PALÁCIO: SUAS ORIGENS E SIGNIFICAÇÕES

Renata Poliana Cezar Monezzi
Unicamp
renarq@gmail.com

Resumo

O objetivo da pesquisa é investigar as origens e influências dos azulejos decorativos do revestimento das fachadas da edificação conhecida como Palácio dos Azulejos (Campinas -SP, Brasil). Construído nos finais do século XIX por dois importantes fazendeiros do café da região campineira, o Palácio dos Azulejos é um caso singular de duas residências geminadas que foram transformadas em uma única edificação quando adquiridos pela prefeitura.

O Palácio dos Azulejos é um sobrado que foi edificado no estilo neoclássico e suas fachadas são revestidas por azulejos decorativos no padrão tapete.

Em uma época em que existiam predominantemente residências térreas e construções em taipa de pilão, o edifício simbolizava, como moradia na cidade, a riqueza e a influência dos barões do café e da cultura cafeeira. Atualmente, a edificação é sede do Museu de Imagem e Som da cidade de Campinas.

Palavras-chaves: Patrimônio Histórico; Elementos Decorativos; Azulejaria; Palácio dos Azulejos; Campinas (São Paulo - Brasil)

Abstract

The objective of the research is to investigate the origins and influences of decorative tiles coating the facades of the building known as the Palace of the Tiles (Campinas-SP, Brazil). Built in the late nineteenth century by two important coffee farmers in the region Campinas, the Palace of Tiles is a singular case of two semi-detached houses that were converted into a single building when purchased by the city hall.

The Palace of Tiles is a townhouse that was built in the neoclassical style and its facades are covered with decorative tiles in carpet standard.

In an era where there were predominantly single-storey homes and buildings in rammed earth, the building symbolized, as housing in the city, the wealth and influence of the barons of coffee and coffee culture. Nowadays, the building is home to the Museum of Image and Sound in the city of Campinas.

Key-words: Historical Heritage; Decorative Elements; Tiles; Palace of the Tiles; Campinas (São Paulo - Brazil)

1. Introdução

O presente artigo inicia uma investigação sobre as origens do uso de azulejos decorativos no enriquecimento de fachadas de edificações do século XIX, em especial na região sudeste brasileira. A pesquisa focou sua análise nos azulejos de uma edificação conhecida como Palácio dos Azulejos localizada na cidade de Campinas, SP, Brasil.

O Palácio dos Azulejos é uma edificação construída no final do século XIX e um dos poucos exemplares da região sudeste com as fachadas revestidas por azulejos. Foi Paço Municipal dessa cidade e atualmente é a sede do Museu de Imagem e Som.

O domínio da origem, da técnica e dos detalhes dos azulejos contribui para que se conheça melhor a história dessa edificação no seu contexto local e também as relações entre os possíveis países de origem de fabricação dos azulejos e o Brasil. Vale ressaltar que o Brasil, naquele período, não possuía uma produção significativa e com qualidade técnica comparada a países como Portugal cuja produção de azulejos era bastante importante no cenário internacional. Desse modo, a importação de azulejos e de outros elementos decorativos, em especial portugueses, era muito recorrente e significativo no contexto nacional.

Em 2004, o Palácio dos Azulejos foi restaurado e nesse período foi realizado o levantamento das tipologias e as características dos azulejos in loco, assim como um levantamento sobre as fábricas portuguesas e francesas em decorrência da identificação de alguns modelos similares aos encontrados nos catálogos das fábricas.

Entre as peças decorativas encontradas nesta edificação merecem destaque também os vasos decorativos cerâmicos localizados sob a platibanda da edificação. Nesses vasos foram identificados os selos da fábrica Santo Antônio do Porto, fábrica portuguesa tradicionalmente conhecida pela produção de elementos decorativos cerâmicos como azulejos, vasos, etc. A partir dessa informação buscou-se identificar quais eram os padrões dos azulejos e elementos decorativos produzidos em Portugal no período. Buscaram-se os catálogos específicos das fábricas portuguesas a fim de encontrar indícios da proximidade estética do fazer arquitetônico e mesmo indícios que pudessem orientar uma possível identificação das origens dos azulejos do Palácio.

Paralelamente a esse estudo realizou-se também uma análise comparativa entre essa edificação e as demais edificações da região sudeste do Brasil cujas fachadas são revestidas por azulejos: foram observadas e comparadas edificações localizadas nas cidades do Rio de Janeiro -

RJ, Itu - SP e Santos - SP. E pesquisou-se os jornais e os almanaques de Campinas - SP do período em que foi construído o Palácio dos Azulejos com o intuito de encontrar informações referentes à compra e venda de materiais cerâmicos na cidade. No entanto, o material conseguido foi bastante escasso e por isso foi dado maior destaque aos levantamentos no próprio edifício. Com essa pesquisa, o estudo dos azulejos forneceu informações, não apenas das técnicas construtivas empregadas ao longo do século XIX nos casarões da região sudeste do Brasil, mas também do gosto vigente da época e das características urbanas e arquitetônicas extremamente significativas na história das cidades brasileiras e nas cidades de origem, cuja fabricação das peças também foi muito significativa. Por meio dessa pesquisa, portanto, pode-se compreender esse processo de formação e o modo como essa arquitetura foi desenvolvida no Brasil, assim como a atuação de países como Portugal e França na formação dessa identidade.

2. Palácio dos Azulejos

Antigo Solar do Barão de Itatiba, o Palácio dos Azulejos é um sobrado situado no centro velho da cidade de Campinas na esquina entre as ruas Ferreira Penteado e Regente Feijó, próximo a Matriz Nossa Senhora da Conceição. É um caso singular de duas residências geminadas que foram transformadas em uma única edificação quando adquiridos pela prefeitura. Construído em 1878 pelo Barão Joaquim Ferreira Penteado, e pelo genro, Antônio Carlos Pacheco e Silva, dois importantes fazendeiros do café da região de Campinas, o atual Palácio dos Azulejos era a morada na cidade e simbolizava, numa época onde existiam predominantemente residências térreas e construções em taipa de pilão, a riqueza e a influência dos barões do café na cidade de Campinas.

O Palácio dos Azulejos, seguindo a moda europeia, foi edificado nos moldes do estilo neoclássico. Possui platibanda coroada com vasos e estátuas, esquadrias em madeiras almofadadas, claraboias, pisos em marchetaria de várias tonalidades, bandeira, guarda-corpos e suportes de luminárias em ferro fundido, pinturas murais, elementos mouriscos nos pisos e sua fachada é revestida por azulejos. É uma edificação que evidencia a transição da taipa de pilão para o uso do tijolo. As paredes que suportam o peso do pavimento superior, chamadas de paredes mestras, possuem embasamento em pedra. Essas paredes são feitas em taipa de pilão, técnica construtiva tradicional brasileira, e encamisada por tijolos e medem cerca de 90cm de espessura. Já as paredes do pavimento superior, medindo em torno de 50 cm de espessura, foram feitas em taipa de mão (também conhecida como pau-a-pique) e tijolos.

Figura 1. Fachada Palácio dos Azulejos



Fonte: Estúdio Sarasá, 2004.

Lemos (1985: 35) constata que *“nas fachadas, as molduras tímidas, as pilastras pouco salientes esculpidas na espessura dos esboços, os gradis de ferro forjado com suas pinhas de vidro reluzente, as armações das luminárias eram também o máximo que a rude técnica construtiva e o pobre repertório de materiais disponíveis permitiam”*. Com o surgimento de novos conhecimentos, novos materiais e novas técnicas, a acomodação baseada na tradição cultural dos velhos tempos

foi rompida e a alvenaria argamassada de tijolos passou a se contrapor “à terra socada que, durante muito tempo, ainda permaneceu como símbolo de segurança, de autenticidade paulista”. A fachada do Palácio dos azulejos, seguindo os parâmetros do estilo neoclássico, possui platibanda decorada com brasões relevados em estuque e duas tipologias de azulejos. Ela está encima por um conjunto esculturas alegóricas (denominadas acrotérios) e vasos cerâmicos decorativos. Vale comentar que, durante o restauro e limpeza desses vasos decorativos, identificou-se o selo da Fábrica Santo Antônio do Vale da Piedade.

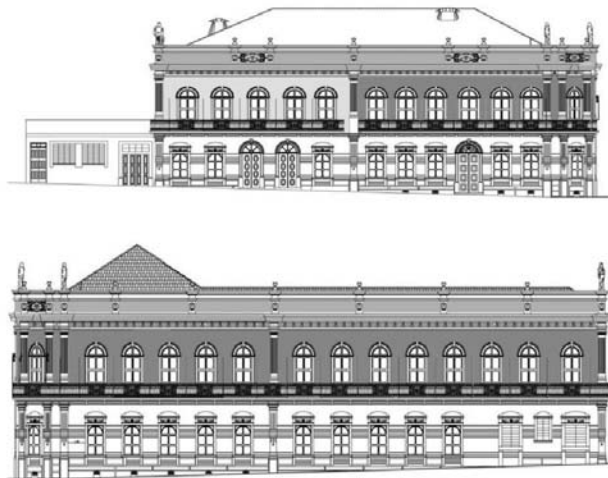
No entablamento, a arquitrave possui decoração floral em relevo intercalada com uma tipologia de azulejo. No andar superior, grandes portas-balcão em arco-pleno com dois tipos de folhas (envidraçada e de madeira lei almofadada) saem para uma sacada de pedra de cantaria sustentada por mísulas distantes cerca de um metro. Esta sacada sustenta gradis decorados em ferro fundido que segue o alinhamento da fachada e somente se interrompe no limite entre as duas residências. Os paramentos são revestidos com azulejos, dois tipos protegendo a fachada referente à casa do Barão e um à casa contígua. Ainda nesse andar, encontram-se os suportes para luminárias em ferro fundido e pilastras com capitel de ordem jônica.

No térreo as janelas possuem guarnições em madeira e vergas retas encimadas por uma decoração de meandros e uma flor central. As portas são guarnecidas por pedras de cantaria e possuem folhas de madeira lei almofadadas. Aquela porta que dá acesso ao lado referente ao sobrado do Barão possui bandeira em ferro fundido com a data da construção e desenho elaborado. Os capitéis das pilastras deste pavimento são da ordem dórica e a construção possui um pequeno porão, recurso utilizado contra a umidade, composto por seteiras retangulares fechadas com gradis.

Ao longo de sua história, o Palácio dos Azulejos sofreu uma série de reformas e transformações. Entre elas, destacam-se duas grandes reformas referentes às transformações da fachada. As demais estavam mais relacionadas às adaptações internas transcorridas das novas necessidades da prefeitura. A primeira grande mudança foi no ano de 1911, quando os azulejos que revestiam os paramentos do andar térreo foram retirados e um novo revestimento com alvenaria de tijolo foi aplicado. De acordo com Tonon (2003: 116-119), o prefeito atuante na época, Heitor Penteado, acreditava que o prédio era “pouco próprio e não condizia com a importância incontestável da Municipalidade campineira” e, assim, merecia ser modernizado.

Em 1936, a segunda reforma importante foi concretizada com a construção do chanfro na esquina da Regente Feijó e Ferreira Penteado. De acordo com a mesma autora (TONON, 2003: 116-119), “a imposição de sua construção tinha chegado através do Ato n°663, de 10 de Agosto de 1934, também conhecido como ‘Consolidação do Código de Obras Arthur Saboya’ editado pela prefeitura de São Paulo, composto por oitocentos artigos e logo adotado por muitas prefeituras”. Nesse código, privilegiava-se a circulação do automóvel que não comportava mais as ruelas e logradouros existentes.

Figura 2 e 3. Fachada da Rua Regente Feijó e Fachada da Rua Ferreira Penteado respectivamente



Fonte: Imagens produzidas por Renata Monezzi a partir das plantas de elevação coletadas no Arquivo Setorial de Patrimônio Cultural de Campinas – CSPC.

O código de construções de Campinas, elaborado em 1934, *“tem em seu artigo nº123 as indicações de como deveriam ficar as edificações feitas nos cruzamentos das vias públicas”* e como o Palácio dos Azulejos que se adentrava nesta condição sofreu essa transformação que acabou lhe conferindo maior monumentalidade. Deste modo, atualmente foram identificados cinco tipologias diferentes que compõem as fachadas do Palácio dos Azulejos: uma tipologia que recobre a fachada correspondente ao lado da residência do genro (fachada Rua Regente Feijó) seguindo padrão floral nos tons azul e preto, uma tipologia cobrindo a fachada correspondente a residência do barão no formato estrelado nas cores azul e vinho, dois tipos de frisos nos formatos tipo grego e fita, nas cores azul, usados nos emolduramentos dos panos das platibandas e fachada do lado correspondente a residência do barão e finalmente uma tipologia estilizada cuja composição se dá pela combinação de quatro peças, nas cores azul e marrom, localizadas no entablamento e intercaladas por elementos florais em estuque.

3. A azulejaria em Portugal e no Brasil

O azulejo como elemento decorativo na arquitetura brasileira sofreu uma série de transformações desde suas primeiras aparições nos interiores de igrejas e capelas até seu auge no século XIX quando passou a decorar as fachadas dos casarões urbanos.

A cultura portuguesa, no desenho urbano e nos padrões estéticos da arquitetura, teve papel significativo no desenvolvimento das tradições construtivas e decorativas no país. De acordo com Santos Simões (2001: 219-224), a tradição e os costumes portugueses começaram a contribuir de fato na formação da cultura brasileira a partir da fundação da cidade de Salvador por Tomé de Sousa juntamente com a chegada das missões jesuíticas no país. Para esse autor, a administração, as hierarquias, as atividades, as realizações técnicas e artísticas brasileiras seguiam o estilo e as influências portuguesas.

Dessa forma, quando o azulejo passou a decorar os interiores das edificações portuguesas, o Brasil recebeu essa influência e seria possível encontrar aqui, *“em perfeito sincronismo com as demais artes e como resultado de um mesmo processo de culturação, ou seja, transporte puro de gostos, das técnicas e até dos materiais”*, o azulejo no enriquecimento dos interiores de igrejas e colégios construídos pelas missões jesuíticas (SIMÕES, 2001: 220).

Portugal teve papel importante na inserção e no desenvolvimento da azulejaria no Brasil. Até finais do século XVIII, foi o principal fornecedor deste produto em terras brasileiras e exerceu aqui influências culturais significativas, em especial, quanto ao modo de utilizar essa peça cerâmica na arquitetura (torres de igrejas, claustros, corredores, saguões, sacadas, etc., e nos paramentos dos exteriores). Segundo Alcântara (1997: 28) *“os azulejos mais antigos que possuímos em quantidade significativa são do século XVII e estão concentrados na região Nordeste, devido à economia açucareira, à agroindústria, aos engenhos, à riqueza”*.

A produção de azulejos era estritamente artesanal e por isso mais cara e especializada. Dessa maneira, os azulejos ficavam protegidos nos interiores e a solução de azulejar os exteriores somente foi praticada posteriormente. Os azulejos não foram adotados, *“como se praticava em larga escala nos países muçulmanos, não tanto por uma questão de gosto, mas apenas por imperativos econômicos”* (MOITA, 1997: 13).

A partir da Revolução Industrial as relações comerciais mudaram: novas técnicas foram introduzidas na azulejaria e uma nova dinâmica foi estabelecida.

A produção azulejar nesse processo de industrialização passou a adotar a técnica da estampilha, o que tornou a fabricação de azulejos muito mais rápida e barata. Isso possibilitou ampliar o mercado azulejar e aplicar esse produto em grande escala, em especial, no emprego do revestimento dos exteriores.

No Brasil, a aplicação dos azulejos nas fachadas das habitações, em especial, na região nordeste, rapidamente se popularizou. O azulejo além de conferir um ar de alacridade às ruas e edificações, protegia as moradas contra as intempéries. Cidades como Belém do Pará e São Luís do Maranhão ainda possuem uma quantidade significativa de casarões revestidos externamente por azulejos. Cidades litorâneas e as cidades do interior, enriquecidas pela agricultura, pela extração de recursos naturais ou ainda por serem centros comerciais, por possuírem maior contato com os interesses da metrópole, tiveram sua produção arquitetônica muito mais enraizada nas influências decorativas portuguesas.

De acordo com Alcântara (1997: p.61), após a Revolução Liberal, a burguesia portuguesa emergente cujo *“gosto não estava comprometido com os valores estéticos até então dominantes”*, teve nos azulejos fabricados neste período, industrializados e parcialmente mecanizados, suas exigências atendidas e satisfeitas. Essa burguesia enriquecida logo inseriu o azulejo na arquitetura

do estilo neoclássico e as fachadas revestidas por esse elemento decorativo passaram a ganhar mais glamour e beleza.

No Brasil, por sua vez, o modismo neoclássico vigente rapidamente se manifestou e as novas construções brasileiras, particularmente as edificações urbanas e as casas grandes do engenho, passaram a seguir os parâmetros neoclássicos da metrópole, ostentando, assim, a riqueza da nova elite brasileira.

Além disso, a partir do início do século XIX, as transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil, como a vinda da corte de D. João VI, o decreto de liberdade de comércio e indústria em 1808 e a posterior Proclamação da Independência em 1822, promoveu a vinda de azulejos decorativos de outros países europeus fornecedores, “*inicialmente a Espanha, Holanda e França e depois também a Inglaterra, a Bélgica e a Alemanha*” (ALCÂNTARA, 1997: 61).

O azulejo, “*tomado como indispensável para guarnecer os exteriores, impermeabilizando-os e isolando-os*”, foi usado largamente nas fachadas dos edifícios do século XIX desde Belém do Pará até Santos e Pelotas (SIMÕES, 2001: 224). Alcântara (1997: 62) constatou nas notícias de importações, grandes e numerosos carregamentos desse material ao Rio de Janeiro e em levantamentos executados no nordeste, encontrou inúmeros edifícios azulejados em Salvador, Belém, São Luís e Manaus.

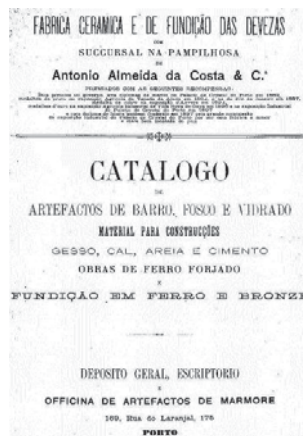
4. Fabricação de Azulejos

Na pesquisa foram avaliadas edificações ainda existentes cujas fachadas são revestidas por azulejos (cidades de Santos, Itu e Campinas / SP - e Rio de Janeiro/ RJ). As peças identificadas nestas edificações foram comparadas às produzidas em Portugal e França a partir dos modelos de peças encontrados nos catálogos portugueses e franceses. A seguir segue a descrição de algumas fábricas portuguesas e francesas cuja produção de azulejos muito se assemelha aos encontrados na região sudeste brasileira⁴:

4.1. Fábricas Portuguesas

- Fábrica de Massarelos: Fundada em 1766 por Manuel Duarte Silva, produziu azulejos com as cores azul, verde, amarelo e cor de vinho entre os anos de 1766 a 1918. Numa segunda fase, entre 1819 a 1845, a fábrica é arrendada pela fábrica de Miragaia e passa a usar na confecção de seus azulejos uma pasta fina e as cores azul e vinho, além daquelas produzidas pela fábrica de Miragaia. Entre os anos de 1845 a 1873, passou a usar somente a cor azul na decoração e a técnica da estampilha adotou-se, além do emprego do barro vermelho para a produção dos biscoitos⁵. A seguir até 1895, a fábrica procura se modernizar, produzindo azulejos relevados e lisos, louças sanitárias e várias peças artísticas. Posteriormente, produziu faiança tipo inglês com decalques.

Figura 4. Catálogo Fábrica das Devezas



Fonte: site <http://paginas.fe.up.pt/porto-ol/mlr/devesas.html>

⁴ Os Catálogos Franceses foram identificados na publicação de Urioste (1996). Já a produção Portuguesa foi orientada pela equipe do Museu Nacional do Azulejo em Portugal através de correspondência por correio.

⁵ Parte não vidrada do azulejo

- Fábrica de Miragaia: Fundada em 1775 por João da Rocha e João Bento da Rocha, produziu até 1827 azulejos decorados em azul e castanho, peças com fundos amarelos e policromias. Em 1827 até meados de 1840, passa a utilizar o processo de gravura em cobre, produzindo faiança com pintura azul sobre recalque. Após esse período inicia processo de declínio e entra em falência por volta de 1852.
- Fábrica das Devezas: Fundada em 1865 na Quinta das Devesas, em Vila Nova de Gaia, junto à estação de caminho de ferro das Devesas, foi uma das mais importantes fábricas do país. Essa fábrica produziu telhas, azulejos, louças, tijolos, cal e gesso. Sua produção azulejar tinha uma grande variedade de cores e tipos. Ficou famosa por sua produção de peças relevadas.
- Fábrica de Santo António do Vale da Piedade: Fundada em 1784 por José Rossi na Quinta de Vale da Piedade em Vila Nova de Gaia, dedicou-se a produção de peças de faiança e azulejos. Após 1861 passou a produzir grande quantidade de peças com ornamentação em relevo para interiores e, em especial, exteriores. O Brasil recebeu uma grande quantidade de peças produzidas por essa fábrica: no Museu do Açude, Rio de Janeiro, encontram-se algumas peças (vasos, estátuas, pinhas, globos e leões de gosto neoclássico) que recebem o selo desta fábrica e os seus azulejos são encontrados em diversas localidades do país⁶.

4.2. Fábricas Francesas

No século XIX, além de Portugal, outros países contribuíram significativamente na decoração e enriquecimento da arquitetura brasileira a partir da azulejaria. No caso dos azulejos vindos da França, sobretudo, da região de Dèsvres, destacam-se os da fábrica Charles Fourmaintraix, importante produtora de cerâmicas. Essa fábrica francesa exportou quantidades expressivas de azulejos durante o século XIX, em especial, para o Uruguai, para Argentina e por todo o litoral brasileiro. Para Alcântara (1997: 68), essa fábrica francesa buscava matérias-primas na região do rio Prata e ao notar *“o gosto pelo azulejo, usado nas casas do litoral sulamericano”* passou a exportar seus azulejos, usando-os como lastro de navio.

Os azulejos franceses se diferenciavam dos demais de mesma época pela existência de *“motivos compostos por pontos, traços, pequenos arabestos, círculos ou curvas”*. A razão dessa opção decorativa era a *“possibilidade do uso da estampilha, sem retoques manuais, o que se tornava indispensável, por exemplo, no gênero dos padrões adotados pelos azulejos portugueses”* (ALCANTARA, 1997: 65-66). Além dessas características particulares da azulejaria francesa, segundo Urioste (1996: 102), destacam-se também a cor de branco leitoso do fundo (parte vidrada) e o tamanho das peças de 11 cm x 11 cm, bem menores que os azulejos portugueses com dimensões geralmente de 13 x 13 cm. A introdução dos azulejos franceses na América só passou a ter relevância após o uso da estampilha para a decoração azulejar pelas fábricas francesas. Com essa nova técnica semi-industrial, o desenho naturalista (comum até o momento) passou por uma transformação e os desenhos começaram a ser essencialmente geométricos com figura central bem demarcada.

As primeiras fábricas de azulejos franceses se instalaram na região de Desvres por volta de 1764. Entre os finais do século XVIII e as primeiras décadas do século seguinte existiam cerca de duas ou três fábricas de produção artesanal e de pequenas dimensões (aproximadamente dois empregados por fábrica). Em 1804 foi fundada a primeira fábrica de azulejos da família Fourmaintraux, La Grand Place. O senhor François Joseph Marie Fourmaintraux, fundador da dinastia das fábricas de azulejos Fourmaintraux, teve três filhos que se dedicaram, conforme Urioste (1996: 127), à indústria cerâmica. Um deles, Louis François, se associa ao pai em 1820 e cria a segunda fábrica da família na Rue des Poitiers. Em 1843, juntamente com sua esposa Charlotte Hornoy, amplia sua firma e cria a fábrica de cerâmicas Maisons Fourmaintraux-Hornoy. Com a morte de François Joseph Marie Fourmaintraux, a fábrica na Rue des Poitiers é arrendada pelos outros dois filhos, Antoine e Alexandre. Com a morte do primeiro, o segundo transfere a fábrica para o irmão François, formando, em 1887, Maisons Fourmaintraux Reunies e Fourmaintraux Hornoy. Em 1872, François entrega a fábrica para seus filhos que passa a se chamar Fourmaintraux Frères. Segundo Urioste (1996: 126), essas fábricas foram responsáveis pela grande quantidade de azulejos franceses encontrados na região do Rio da Prata, destacando-se a fábrica de Fourmaintraux-Hornoy.

⁶ Cabe lembrar na no Palácio dos Azulejos foram identificados nos vasos que decoram a platibanda da edificação com os selos dessa fábrica.

Figura 5 e 6. Catálogos originais das Fábricas Fourmaintraux Frères e de Petitpas Fabricant de Carreaux de Faïence, França que apresentam padrões muito similares aos encontrados no Palácio dos Azulejos.



Fonte: URIOSTE, 1996: 122 e 145

As fábricas estampavam no tardo, lado não vidrado da peça, o selo de fabricação. Segundo Urioste (1996: 132-134), na maioria dos azulejos vindos de Pas de Calais e outras áreas da França vinha estampada as marcas de suas respectivas fábricas. Essa prática passou a existir a partir de um decreto do prefeito da vila de Desvres o qual estipulava que toda peça produzida na vila levasse o selo com o nome do fabricante e da região (Desvres - Pas de Calais). Essa postura foi muito importante para a identificação posterior dos azulejos franceses e de suas origens. Para este autor, em outras localidades da França, como Beauvais, era recorrente o hábito de copiar os motivos decorativos de outras fábricas francesas (região de Desvres) e até mesmo de fábricas estrangeiras. Vale notar que o fato de existir selo no tardo pode não ser garantia que foi realmente produzido na fábrica indicada, existiam fábricas que decoravam azulejos cujo biscoito era originário de outras usinas.

Urioste acrescenta ainda que na maioria dos casos é possível conhecer a procedência dos azulejos mediante o estudo de seu selo. Existem, no entanto, uma quantidade expressiva de peças que não levam selos no tardo (podendo ser lisos ou acanalados), e no caso dos azulejos portugueses, essa prática não era comum, a maioria não levava selos no tardo. Como existia o costume de copiar azulejos de procedências diferentes, muitos dos azulejos que recebem motivos decorativos iguais ou muito semelhantes podem ter sido provenientes da França.

5. Conclusão

Com base nas comparações entre os catálogos das fábricas portuguesas e francesas acima comentados e os levantamentos realizados na edificação pode-se observar a existência de exemplares muito semelhantes com relação às tipologias gráficas encontradas no Palácio dos Azulejos e demais edificações identificadas na região sudeste brasileira. Nos catálogos franceses podem-se observar exemplares de mesmo motivo daquele azulejo padrão estrela, à tipologia localizada na área do entablamento e ao friso tipo grego. Foram identificadas algumas variantes de tonalidades e dimensões. Já nos catálogos portugueses podem-se observar os modelos tipo floral e o modelo friso tipo fita. Tratando-se de uma prática comum no período onde uma mesma tipologia podia apresentar diversas procedências é difícil afirmar a precisão das origens das peças aqui observadas.

No entanto, ao longo dessa pesquisa, foi possível realizar um amplo levantamento em duas frentes: a história do azulejo como importante elemento decorativo na construção - entendendo-se suas origens, as especificidades da produção portuguesa e francesa (mais diretamente ligadas ao Brasil) e a presença dos azulejos como elemento decorativo nacional - e um amplo estudo sobre o Palácio dos Azulejos em si - apontando sua construção, suas diferentes ocupações e as intervenções pelas quais passou.

Os resultados obtidos são inéditos. Nunca anteriormente os azulejos do Palácio haviam sido fotografados em detalhes, descritos e analisados. O mesmo vale para os outros elementos decorativos dessa edificação. De fato, a ocorrência do início do restauro do edifício durante a vigência da pesquisa mostrou-se rica e oportuna. Com a permissão obtida para frequentar a obra, foi possível participar das descobertas diárias e manusear o objeto de estudo de forma muito enriquecedora.

O estudo dos azulejos nos fornece informações, não apenas das técnicas construtivas empregadas ao longo do século XIX nos casarões da região sudeste, mas também do gosto

vigente da época e das características urbanas e arquitetônicas extremamente significativas na história das cidades brasileiras.

Referências:

- ALCÂNTARA, Dora. *Azulejos na Cultura Luso-brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.
- LEMOS, Carlos A.C. *Azulejos Decorados na modernidade arquitetônica Brasileira* In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 20, Rio de Janeiro, RJ Ed, 1987.
- MOITA, Irisalva. *Cerâmica aplicada à arquitetura oitocentista em Lisboa*. In: ALCÂNTARA, Dora. *Azulejos na Cultura Luso-brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997, p.13.
- SIMÕES, João Miguel dos Santos. *Estudos de Azulejaria*. Coleção Presenças da Imagem. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2001.
- TONON, Joana. *Palácio dos Azulejos: de Residência à Paço Municipal - 1878-1968*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- URIESTE, Alejandro Artucio. *El Azulejo en la arquitectura de Rio de la Plata – siglo XVIII y XIX*. Intendencia Municipal de Montevideo, Editorial dos Puntos, 1996.

TURISMO E DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS

ESTILOS DE VIDA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: NARRATIVAS

Clara Costa Oliveira
IE-CEHUM-UM
claracol@ie.uminho.pt

Ana Gomes
CEHUM-UM
1986gomes@gmail.com

Resumo

Apresentam-se narrativas de uma instituição de saúde de Portugal, de profissionais de saúde que lá laboram. Elas retratam estilos deste tipo de instituição. Alicerçam-se no paradigma de produtividade e de excelência, mas também nos fazem pensar em modos de vida alternativos dentro desse mesmo espaço. Palavras-chave: estilos de vida; narrativa; sentido interno de coerência; recursos gerais de resistência; salutogenesis.

Abstract

We present narratives from healthcare professionals laboring in a health institution of Portugal. They depict, in our view, lifestyles of such an institution. Both are founded on productivity and excellence paradigm. They also make us think of alternative ways of life in that area and urban labor.

Key-words: life styles; narrative; internal sense of coherence; general resistance resources; salutogenesis.

1. Estilos de vida e saúde em contexto hospitalar

No paradigma patogénico no qual assenta a maior parte da atuação dos profissionais de saúde em contexto hospitalar, falar em estilos de vida equivale a um elenco de comportamentos que se devem evitar, e outros que se devem estimular, e avaliar, nos pacientes. Raramente se pensa nos estilos de vida dos profissionais de saúde, nomeadamente naqueles que dizem especialmente respeito diretamente às dimensões profissionais, como ao espaço físico, às relações (des)humanas, à gestão das emoções, etc.

No paradigma salutogénico no qual trabalhamos, porém, as questões de estilo de vida, neste contexto, dizem respeito à capacitação que os profissionais de saúde adquiriram (ou vão adquirindo) para produzirem saúde, ou seja, para se irem equilibrando face às adversidades de vários tipos que com que usualmente se deparam. Assim, ainda que consideremos a expressão «estilos de vida» interessante (do ponto de vista operativo na prevenção primária, sobretudo), não podemos deixar de considerar que ela se tem vindo a tornar cada vez menos útil a quem trabalha na educação/promoção da saúde e não só na prevenção da doença.

Posing the salutogenic question, namely, 'How can we understand movement of people in the direction of the health end of the continuum?'—note, all people, wherever they are at any given time, from the terminal patient to the vigorous adolescent—we cannot be content with an answer limited to 'by being low on risk factors'. To answer the question requires another neologism: **salutary** factors. I would not quarrel with 'health-promoting' factors or any other term, as long as the concept is clear: factors which are negentropic, actively promote health, rather than just being low on risk factors (Antonovsky, 1996: 14).

É neste contexto conceptual que apresentamos narrativas de profissionais de saúde de um hospital do norte de Portugal, onde além de descritos estilos de vida profissionais muito desgastantes, se indicam também os modos como estes profissionais aprenderam, criaram e utilizaram recursos gerais de resistência ao sofrimento que diariamente enfrentam, por circunstâncias diferentes, e que as narrativas enunciam, direta ou indiretamente.

No final das narrativas, procederemos à sua análise de conteúdo de tipo estrutural-hermenêutico, tendo em conta as concepções salutogénicas de A. Antonovsky (1988).

2. Narrativas

Narrativa 1 – Em desassossego de nós....

Tempo: 8 horas!

Tempo de chegar a tempo, tempo de começar a estar nesse tempo: tempo de identificar o dedo, tempo de ir para o elevador, tempo de iniciar o sistema informático, tempo de sentar, tempo de ler a lista enorme dos utentes do dia, tempo de contar o tempo, tempo de começar a chamar...

Utente A!

Tempo de perguntar qual o sofrimento, tempo de perguntar há quanto tempo esse sofrimento, tempo de olhar o tempo que resta, tempo de ouvir, tempo de pensar, tempo de decidir, tempo de prescrever e de encaminhar, tempo de percepção do tempo decorrido, tempo já em débito para chamar o próximo utente:

Utente B!

Tempo de perguntar qual o sofrimento, tempo de se enganar no nome do utente, tempo ainda retido no tempo do utente A, tempo de se desculpar, tempo de consciencialização da falta de tempo para os utentes A, B, C... tempo de consciencialização da inexistência de tempo suficiente para sintonizar e compreender a globalidade da história do sofrimento, da resiliência dos utentes A, B, C...tempo de desencontro consigo próprio, tempo de desencontro com esta modalidade apressada e descontinua de prática clínica, com os seus objetivos e parâmetros intrínsecos, tempo de se questionar como continuar...

UTENTE C! UTENTE D!

Espaço: instituição de saúde/corredores/sala de consultas

Passos apressados no percurso acidentado da grande amplitude do espaço no perímetro envolvente à instituição, passos congestionados na fila de acesso à identificação pelo dedo, passos contidos no elevador, passos em desassossego nos corredores escuros e labirínticos, passos em tropeço na exiguidade da sala de atendimento ao utente...

Espaço anónimo, espaço em vidro e em betão formatado, espaço inerte entremeado de “corredores” cansados, esbarrados em janelas foscas embaciadas. Espaço sem a visão e sem a luz do horizonte do dia que mora lá fora. Espaço em ar ventilado e não arejado. Espaço esgotado dos nomes em voz alta repetidos. Espaço em descompasso e em desarmonia entre a imensidão cinzenta e vazia ao deambular da multidão perdida e a pequena área acanhada e encolhida à introspeção, à conversação, ao encontro do nós... Tempo e espaço em doença, porque na pressa, ora febris, ora atordoados, porque nas relações, ora vazios, ora aglutinados. Tempo e espaço em sofrimento, porque sem sentido, porque não articulados, porque desencontrados dentro de nós.

E nesse aí, todos os dias, na contagem dos minutos, ali estamos nós, os que querem fazer-se ouvir, os que têm medo de ouvir, os que não têm tempo para ouvir, para falar, para pensar ou para sentir, os que refletem sobre isso e questionam, os que já não se questionam, os que já só tentam respirar nesse deixar-se ir para fora de si...

E nesse aí, todos os dias, na contagem dos minutos, ali estamos nós, ora contrariados, ora esvaziados e muitas vezes perdidos, porque não encontrados em nós e pelos outros, no tempo e no espaço necessários a esse encontro prévia e tão laboriosamente esperado: de uns, anos e anos de investimento no estudo da ciência e do saber acumulados, de boas práticas clínicas ensinados e ensaiados; de outros, meses e meses de sofrimento e dúvidas acumulados, de esperanças adiados... Todos muito bem preparados para esse encontro do nós que afinal tem tanta dificuldade em acontecer...

Porque estamos todos encolhidos, contidos e retidos num tempo e num espaço que não é o nosso! Porque estamos todos em incoerência connosco próprios! Porque estamos todos em cedência em relação a um sistema anónimo de valores, de regras, de princípios que temos dificuldade em compreender e em encontrar um sentido! Porque estamos muitos, uns e outros, em estado de sobrevivência...

E é neste cenário, de todo alheio aos sentidos, do eu, do nós e mesmo de qualquer arquitetura moderna bioclimática, que os horizontes se vão interrompendo e esbarrando de forma crónica, os de dentro e o de fora, na ditadura do número, em detrimento da história desse nome, desse alguém que está ali, dos saberes que precisam crescer e ser partilhados, dos encontros e das relações de sentido que precisam acontecer...

Nota muito importante de resiliência: Quem está atento, descobre que a emergir de todo este desassossego,

aqui e ali, num tempo e num ritmo muito próprios que só a eles diz respeito, há quem nasça, há quem morra, há quem renasça...

aqui e ali, num tempo e num espaço verdadeiramente partilhados, há quem se consiga encontrar no encontro com quem também quer e está disponível para ser encontrado...aqui e ali, reinventam-se estratégias, procura dar-se um novo sentido aos sentidos, alimenta-se a arte e a imaginação [...] cria-se a necessidade de tertúlias e da partilha espontânea e académica dos saberes, consolidam-se os apegos e diluem-se os medos, isolam-se os ruídos das vergastas dos tempos e das gentes...

aqui e ali fazem-se os heróis da resiliência...aqui e ali o nós está a acontecer...

Narrativa 2 - Vida de enfermeira...

A minha experiência de sofrimento mais marcante foi a morte dos doentes. Como enfermeira numa unidade de cuidados de medicina interna, presto cuidados a doentes com doenças crônicas e terminais de todas as idades, em que o fenômeno da morte, acontecimento limite da existência humana, é expectável e até comum. Mas confesso que, quando ingressei nessa unidade, não estava nada preparada para o que iria suceder, muito menos para o fato de, para além de cuidar do doente, também era preciso cuidar dos familiares mais próximos. [...] Atendendo à conjuntura, em que, diariamente, repetidamente, morriam doentes, emergiram em mim sentimentos de tristeza, isso porque não só assisti ao sofrimento do doente como também dos seus familiares, e fazer parte deste sofrimento sem conseguir amenizá-lo é frustrante e, mesmo quando conseguimos, continua a ser muito triste ver a degradação humana e o sofrimento dos familiares. Primeiramente, disseram-me que, no início, seria difícil, mas, com o tempo, passava. Passaram quatro anos, no entanto, nunca passou. Tenho, porém, que admitir que, para além dos sentimentos de tristeza ao acompanhar os doentes e familiares, em algumas situações após a morte do doente e ao deixar de assistir os familiares, senti alívio. [...]

Aprendi, com os familiares dos doentes, que a morte representa a passagem para uma outra etapa existencial, numa abertura à transcendência que as crenças religiosas preconizam, e que constitui também uma oportunidade de punir ou premiar as pessoas, de acordo com a avaliação da moralidade do seu comportamento em vida. A crença na existência de Deus, ou melhor, na existência de uma entidade reguladora que ajuíza a conduta humana, situa o humano perante o todo. Embora a sentença possa ser considerada injusta pelos familiares, revela-se mesmo, nesse julgamento, a íntima crença de uma vida eterna sob a égide divina. O final de um ciclo e a passagem para outro (esperançosamente melhor) traduz a possibilidade de um reencontro noutras circunstâncias, e não uma separação irremediável. [...] A maior parte das vezes, agarrei-me às crenças e à religião para ganhar coragem e apoiar os familiares. Tendo em conta o nível de significância em que se encontravam, fui ao encontro de suas crenças e respeitei as suas convicções. Por mais absurdas que me parecessem, naquele momento, ao fazer parte do todo, não me pareceram absurdas.

Após essas experiências verdadeiramente avassaladoras do ponto de vista emocional, reconfigurei a minha vida, no que concerne à gestão do tempo, uma vez que passei a definir, de modo diametralmente diferente, a quantidade e a qualidade do tempo despendido com quem mais amo. Isso porque a situação terminal de um doente acarreta, previsivelmente, um conjunto amplo de mudanças na vida dos familiares mais próximos. Quando vi doentes com a idade da minha mãe morrerem de modo tão prematuro e envoltos em tanto sofrimento, coloquei-me no lugar dos filhos que os visitavam diariamente, tão jovens, com tantos planos, tantas atividades por realizar e, naquele momento, as suas vidas estavam estagnadas no mais profundo sofrimento, a acompanharem a mãe no leito de morte. De dia para dia, identificava as alterações dos seus hábitos quotidianos, nomeadamente, no que diz respeito à nutrição, ao sono e ao desempenho profissional.

A degradação do estado de saúde da pessoa, com a sua inerente hospitalização, determina a destruição da estrutura familiar instituída, uma vez que ficam papéis relevantes por desempenhar, os quais até então seriam da responsabilidade do doente. Se a instalação do quadro clínico for galopante, a família sentirá essa desordem de uma forma mais intensa do que numa situação em que o tempo for suficiente para que esses papéis se diluam entre os restantes elementos da família, ou se arranjam outras soluções adaptativas. Na realidade, foi possível encontrar casos de reorganização familiar, com o desempenho de novos papéis por parte dos familiares.

Mas também observei situações de conflito entre pai e filha, no que concerne à partilha de horas para acompanhar a doente, uma vez que a filha cobrava ao pai a mesma disponibilidade, pelo menos naquele momento, dado aproximar-se do fim. Considero que o sofrimento possibilita uma aprendizagem dinâmica que, fundamentalmente, se resume a aprender a viver [...].

Observei situações em que a presença da negação revelou-se pela dificuldade dos familiares em acreditar no prognóstico da situação, encontrando subterfúgios, como a possibilidade de formulação do diagnóstico errado por parte dos médicos [...]. Por outro lado, associadas à alteração dos hábitos de vida e à ideia da morte como injustiça, revelaram-se comportamentos hostis, emergindo a fase de cólera. Alimentados pela impotência face às circunstâncias, os familiares eram invadidos por um sentimento de perda. O estado depressivo surge preparando a pessoa para a separação. A esmagadoramente maioria dos familiares que conheci encontrava-se nessa etapa do processo, dado que, na generalidade dos casos, aguardava-se a morte da pessoa em dias ou semanas [...].

Quanto ao desenrolar sadio do processo que deve consagrar a última etapa, em que o familiar não nega as circunstâncias que rodeiam o doente, nem experimenta sentimentos de raiva ou se sente deprimido com o destino inevitável, só o assisti uma vez, uma esposa casada há 25 anos cujo marido faleceu de doença prolongada. A senhora estava presente no momento do último suspiro do marido, e a única reação foi dar-lhe a mão, deixou cair uma lágrima e encerrou os olhos. Nunca lhe perguntei em que terá pensado nos instantes a seguir, mas imediatamente imaginei que estava a recordar os momentos passados ao lado do marido, desde que o conheceu até aquele dia, em que, como ela me dizia, não se separaram, o marido apenas mudou de lado, com alguma ironia. Quando tal acontece, alcança-se a verdadeira aceitação da morte, “aceitar o que Deus quer, ou o que Deus quiser”.

O “já estar à espera” de que a morte chegue, reflete um aparente sentimento de abnegação, porém, por vezes, este co-habita com uma ânsia implicitamente presente, de que algo há ainda a fazer para salvar a vida do doente. Na realidade, a assunção, por parte do familiar, da aceitação dos fatos pode não determinar a perda da esperança numa reviravolta do quadro clínico. De fato, a esperança percorre todas as etapas do processo de morte, e prova disso é que, quando a equipe executou um procedimento específico em alguns doentes, os familiares demonstraram acreditar na “luz ao fundo do túnel” [...]. Depois dessas experiências, passei a refletir sobre o sentido da vida e da morte com as pessoas que mais amo, isso porque a preparação para a assunção da morte é a base para enfrentar as situações mais dolorosas. No entanto, por paradoxal que pareça, é desse comprometimento com o doente em fase terminal que esses significados emergem. A verdade é que o sofrimento exige ser partilhado, e é essa expressão de solidariedade humana que permite dar um sentido positivo à experiência da morte [...].

Para terminar, e a propósito da premissa de que o sofrimento dos profissionais de saúde, de modo genérico, com o tempo passa, o meu não passou, por essa razão fui transferida [para outro serviço, a meu pedido].

Narrativa 3 - Aprendizagem de uma médica interna...

Terminei o curso de Medicina há pouco mais de um mês. [...] No meu entender, todos os profissionais de saúde devem ter um cuidado acrescido na forma como falam e se comportam com as pessoas que os procuram. Falo também por experiência própria, porque também procuro o médico e já senti, como utente/ paciente/ doente, as consequências que o “desleixo” nesse cuidado da linguagem e comportamento podem ter.

Como estudante de Medicina passei por vários serviços hospitalares e tive oportunidade de observar de perto o trabalho de vários médicos e assistir a várias situações, muitas das quais me orgulham de pertencer a esta classe, outras nem tanto.

A primeira grande lição no contexto das relações humanas durante as residências hospitalares foi “Como [não] dar más notícias”. Era a minha segunda experiência no hospital, o meu estágio anterior tinha tido a duração de aproximadamente um mês. Não sabia ainda muito bem como lidar com a minha posição de aluno, o quanto deveria, ou não, exprimir as minhas opiniões.

Um dia, aparentemente como todos os outros, acompanhei um dos elementos da equipa durante uma das visitas aos doentes internados, como já era habitual. Entramos num quarto, fechei a porta e corri a cortina que separava as duas camas - tarefa já interiorizada em mim - não sabia que esta visita seria diferente, ninguém me tinha dito. O médico que eu acompanhava cumprimentou verbalmente a doente, uma senhora de 40 e poucos anos, que acreditava ter uma pneumonia e, como se sentia melhor, pensava que lhe vinham comunicar a alta. O médico manteve-se de pé, a olhar para o processo na mão e com um tom sério disse-lhe que pelos exames realizados muito provavelmente a senhora teria um cancro no pulmão. Eu fiquei sem reação, nada no comportamento do médico me tinha permitido antever aquilo que se iria passar. A senhora permaneceu a olhar para o médico, sem dizer nada.

O médico (mantendo-se de pé e a olhar para o processo clínico) retomou a palavra, explicando-lhe quais seriam os procedimentos a que seria sujeita. No final da explicação reparou que a senhora estava a chorar, nesse momento pousou-lhe a mão no ombro e disse-lhe que as coisas iriam correr bem. Despediu-se dizendo que iria tratar dos papéis para poder ir passar o fim-de-semana em casa e que voltaria a ser internada na segunda-feira, e saiu.

Sinto que poucos são os que estão preparados para dar más notícias. É claro que todos preferíamos não ter que as dar, mas se elas existem, então que sejam dadas com o menor impacto negativo possível. Naquela altura não sabia como dar uma notícia destas aos doentes, mas sabia que esta forma não tinha sido a melhor. A doente continuou sem reação a ver o médico sair do quarto e era notório que ainda não tinha tido tempo de perceber a sua situação.

Um ano depois desta experiência, já com mais confiança em mim e mais reivindicante na minha posição de aluno tive a oportunidade de falar com uma pessoa doente em estado terminal. Era uma senhora (a D. Ana) em plena aceitação da sua condição e em paz com tudo e todos. Tenho que dizer que foi uma lição de vida. Estava internada para fazer uma cirurgia cujo único objetivo era o alívio sintomático.

Foi uma experiência muito enriquecedora. O médico que a estava a tratar e que a ia operar visitava-a frequentemente. Não sei se já se conheciam antes deste internamento, não sei se já a tinha tratado antes, mas vê-lo cuidar dela foi uma grande lição para mim. A D. Ana estava num quarto individual (não sei se propositadamente, acho que não), o médico entrou comigo, fechou a porta, cumprimentou-a pondo-lhe a mão no ombro e olhando-a com empatia.

Apresentou-me e perguntou-lhe se se importava com a minha presença. Como a senhora não se opôs, ambos nos sentamos e conversamos com a doente. Foi uma visita diferente daquelas a que estava habituada. A morte estava aceite, quer pela doente, quer pelo médico e ambos trabalhavam juntos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos últimos dias, semanas ou meses.

Grande parte da conversa foi sobre os sentimentos da D. Ana, estava preocupada com o marido que se recusava a sair de casa para ir viver com os filhos. O médico ouvia-a, despreocupado com as horas, sempre mantendo o contacto visual e uma postura de real interesse.

Nos dias seguintes fiz a visita sozinha à Dona Ana, uma experiência que contribuiu para a minha evolução/ aprendizagem na criação e estabelecimento de uma relação com os doentes. Aprendi a aceitar os silêncios, a não ter resposta para tudo, a estar “apenas” presente e a resistir àquela tentação de dizer: “vai correr tudo bem”. Não ia correr tudo bem, a senhora sabia que em breve iria morrer e agradecia a Deus ter tempo para conseguir organizar tudo antes de ir.

Estas foram as situações mais extremas que vivenciei; no entanto diariamente durante os três anos de residências hospitalares e também nos centros de saúde tive a oportunidade de vivenciar situações que, quer pela positiva, quer pela negativa contribuíram para a minha aprendizagem e evolução não só a nível profissional, mas também pessoal.

Quero acreditar que situações como a primeira que descrevi irão acontecer cada vez menos, porque cada vez mais se fala da humanização da Medicina e os profissionais de saúde estão mais atentos e são mais pressionados a mudar nesse sentido.

No entanto, receio que pequenas situações, não tão flagrantes, permaneçam no comportamento de muitos médicos e contribuam para o sofrimento do doente. Descuidos na linguagem e no comportamento podem fazer com que as pessoas não se sintam devidamente compreendidas e cuidadas e consequentemente não revelem o verdadeiro motivo da consulta ou não consigam esclarecer dúvidas que lhes estão a causar sofrimento. Exemplos disto, são as consultas de Cirurgia Geral em que o doente entra no consultório, e a primeira coisa que o médico lhe diz é: “Bom dia, o que tem para tirar?”; são as consultas de Medicina Geral e Familiar em que o médico levanta a voz ao doente e discute com ele porque o mesmo aparentemente (segundo o resultado das análises) não cumpriu o tratamento; ou ainda são as visitas aos doentes internados na Medicina Interna em que um grupo de médicos discute a condição clínica de um determinado doente na sua presença, sem sequer se preocupar se o mesmo está a entender o que está a ser dito.

4. A salutogenese nestas narrativas

Para alguns profissionais de saúde, em todo o mundo, é já clássica a presença do paradigma salutogénico, apoiado na obra do sociólogo da saúde Aaron Antonovsky. Devemos salientar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu nos objetivos a atingir no programa Saúde para todos no século XXI, algumas perspetivas deste paradigma. Ao nível prático, porém, os profissionais de saúde continuam usualmente a atuar com o paradigma patogénico (aqui se incluindo vários tipos de modelos e teorias de educação para a saúde, desde o biomédico ao biopsicossocial)

A vertente salutogénica não pretende substituir o paradigma patogénico, que pode ser muito útil, em determinadas circunstâncias, como na prevenção primária da saúde pública. A salutogenia interessa-se sobretudo por perceber como pessoas em situação de sofrimento conseguem possuir uma boa saúde, quais os recursos gerais de resiliência (RGR) que constroem, descobrem e utilizam para se equilibrarem face a fatores de desequilíbrio, de qualquer tipo (não só fisiológicos, portanto) nas suas vidas (Oliveira et al., 2012).

Para Antonovsky, os três tipos mais importantes dos RGR são a flexibilidade homeostática, os vínculos com pessoas concretas e os vínculos com comunidades. Mas eles só são eficazes em seres humanos que tenham desenvolvido ao longo da sua vida um sentido interno de coerência

nas suas vidas; este tipo de pessoas atribui significados inclusivos nas suas vidas a acontecimentos considerados pertinentes, mesmo que emocionalmente vividos como negativos isto acontece quando estas pessoas conseguem criar, encontrar e utilizar, pessoas e/ou instituições comunitárias que as ajudaram nesse processo. Assim sendo, quão mais desenvolvido um sentido interno de coerência (SOC), mais recursos gerais de resistência essas pessoas possuem.

Analisemos pois, ainda que brevemente, o que de salutogénico podemos encontrar nas narrativas acabadas de ler.

Na primeira narrativa os fatores patogénicos estão claramente identificados: tempo a menos para cuidar, para pensar, para diagnosticar, para se encontrar, bem como questões ligadas aos edifícios e ao congestionamento dentro dos mesmos. Mas também a indiferença e o medo nas relações humanas que leva a um desassossego contínuo, desagregador de quem devia estar em paz interior para poder cuidar dos outros.

Na mesma narrativa, porém, encontramos RGR criados por alguns dos protagonistas desta narrativa: o recurso comunitário, discreto mas firme e partilhado entre os envolvidos, gerando solidariedade, confiança, suporte emocional e psicológico. O ambiente físico passa a ser melhorado, graças à criatividade de todos envolvidos nesse nós que se vai constituindo simultaneamente com a identidade quase perdida de cada um, co-construindo-se sentido interno de coerência de profissionais que não desistem nem de si, nem dos seus utentes.

For not everybody obeyed. Some research subjects who thought they were hurting someone refused to continue. In general, more subjects refused to obey when the victim was brought physically closer to them, with the greatest disobedience occurring when the subjects could touch the victims. Perhaps we should expect episodes of bad treatment of patients by people following the orders of remote authorities. Accepting this fact is necessary in order to prevent ill treatment. To some degree, obedience is a requirement of training, but abuses of authority do not have to happen in medical institutions (Cassell, 2005)

No que respeita à segunda narrativa, ela é bem representativa do estilo de vida dos enfermeiros, em geral, e de alguns serviços em especial, onde o contato com a dor e o sofrimento dos pacientes e respetivas famílias está sempre presente, sendo que muitos destes profissionais estão por vezes sujeitos a processos de luto contínuos, dado que acabam por estabelecer vínculos com alguns dos doentes (em situações de internamento prolongado, e com crianças, por exemplo: Marie de Hannezel, 2001).

A narrativa desta enfermeira é curiosa por nela assumir que os familiares dos doentes foram o seu principal recurso geral de resistência, nomeadamente, as crenças religiosas dessas pessoas, mesmo que lhe parecessem absurdas. Humildade, respeito e compaixão é o que revela esta narrativa, bem como coragem de se dar aos outros e deles receber, de cuidar e deixar-se cuidar, sem que os familiares dos doentes disso dessem conta, provavelmente. O recurso comunitário de resistência desta profissional de saúde foi pois encontrado, e utilizado, dentro de comunidades um pouco invulgares, aos olhos de quem conhece mal o funcionamento deste tipo de serviços. É também uma narrativa de alguém que lida com o sofrimento dando-se aos outros, o que é considerado por muitos autores (Cassell, 2009; Oliveira et al., 2012) como a melhor forma de diminuição do próprio sofrimento. Trata-se de um recurso de resistência ao sofrimento intrapessoal, para o qual - infelizmente - muitos profissionais de saúde não estão sensibilizados, por medo de sofrer mais, quando o efeito usualmente é exatamente o contrário: aprender a gerir as suas próprias emoções para o bem do outro.

Esta narrativa revela também, porém, lados menos nobres por parte de alguns familiares de pacientes, pois aquilo que cada cuidador (informal, neste caso) pode (não) dar de si próprio, relaciona-se diretamente com histórias de vida incorporadas, nas funções que nelas desempenharam no passado junto do paciente, e vice-versa. Não é pois o fato de um familiar estar doente que nos transforma (nem a eles) em melhores pessoas, como muitas vezes se acredita.

A lição mais importante que este testemunho apresenta relaciona-se diretamente com o sentido interno de coerência, que foi sendo elaborado de maneira mais aprofundada, conseguindo estabelecer prioridades na vida da enfermeira, dedicando mais e melhor tempo às relações com aqueles que ama e que a amam. A paz, o conforto, a proteção que recolhe destas relações mais próximas contribuem, simultaneamente, para a sua coragem ativa em dar e receber, em procurar

à sua volta os recursos de resistência ao sofrimento, e de os utilizar. Ainda nesta linha de raciocínio, ela encontrou um outro recurso de resistência: pedir a transferência para outro serviço, nomeadamente especializando-se numa área que ela considera menos desgastante.

Quanto à terceira narrativa, deparamo-nos com o olhar observacional de quem é simultaneamente médico e aluno, de quem assume 'o lado de lá', o do utente, num exercício de empatia constante. O que ele nos descreve são histórias de comportamentos inadequados, e de outros adequados, aos contextos descritos. O principal problema por ela levantado diz respeito ao relacionamento médico-doente, em especial à comunicação verbal e não verbal, e à diferença que posturas atentas, dedicadas e compassivas podem trazer ao doente. Esta médica revela que no seu internato aprendeu como se deve ser uma médica boa, e não somente uma boa médica (Oliveira e Pinto-Machado, 2009). Soube discernir quais aqueles que podiam ser os seus recursos de resistência face a esta questão e não hesitou em aprender com eles. Se a narrativa nos alerta para o papel das famílias como cuidadores (paradoxais, para muitos) dos profissionais de saúde, o testemunho desta médica ex-interna explicita outro fenómeno muito pouco enunciado como recurso de resistência por este tipo de profissionais: os próprios doentes. Comunicar com alguém que está em fase de aceitação (Kubler-Ross, 1979) do seu estado terminal e aprender a comunicar (pelo silêncio, pela linguagem não verbal e pela verbal) deu sentido ao seu ofício de exercer medicina e, nesse sentido ajudou a estruturar a coerência interna desta médica. E deu-lhe esperança, como sempre acontece quando a nossa vida tem sentido. Esperança de que as relações humanas médico-doente venham progressivamente a mudar para melhor, mesmo quando testemunhava situações menos abonatórias neste domínio. "All good medicine flows through the relationship between patient and doctor. It is within that relationship – it cannot be done in abstract – that judgment about the importance of evidence to a particular patient should be made by an individual physician" (Cassell, 2009).

Referências bibliográficas

- ANTONOVSKY, A. *Unraveling the mystery of health*. London: Jossey-Bass, 1988.
- ANTONOVSKY, A. The salutogenic model as a theory to guide health promotion. *Health Promotion International*, 1996, vol. 11, nº 1, p. 11-8.
- CASELL, E. Comparative Effectiveness Research and the Doctor-Patient Relationship. *The Hastings Center [Em linha]*. 2009 [consultado em 2012.10-12]. Disponível na World Wide Web: <http://healthcarecostmonitor.thehastingscenter.org/ericcassell/comparative-effectiveness-research-and-the-doctor-patient-relationship/#ixzz21MiHLWcc>
- KÜBLER-ROSS, E.. *Perguntas e respostas sobre a Morte e o Morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- DE HANNEZEL, M.. *Nós Não Nos Despedimos*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- OLIVEIRA, C. C. et al.. *Aprendizagem e sofrimento: narrativas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.
- OLIVEIRA, C. C. e PINTO-MACHADO, J. Formação personalista no curso de Medicina da Universidade do Minho. *Acção Médica*, 2008, vol. 17, nº 2, p. 225-242.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL: DECÁLOGO DE PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA UM CASAMENTO (MAIS) FELIZ

Domingos Santos

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Universidade do Minho, CICS
domingos.santos@ipcb.pt

Resumo

Entender os processos de desenvolvimento local implica identificar a diversidade de situações e potencialidades que se podem associar às iniciativas de raiz local. Neste artigo, argumenta-se que as políticas culturais autárquicas devem revestir um claro figurino territorialista, ou endógeno, porque só assim poderão constituir-se como verdadeiros instrumentos de valorização dos ativos locais e de qualificação das comunidades.

Face a alguns dos mais pertinentes desafios existentes no contexto português de desenvolvimento local, serão enunciados dez princípios orientadores básicos a que uma política cultural municipal, de matriz endógena, precisa de responder eficazmente, bem como as principais características que lhes devem transmitir forma e conteúdo.

Palavras-chave: política cultural municipal, cultura, desenvolvimento local, Portugal

Abstract

To understand the processes of local development involves identifying the diversity of situations and possibilities that can be associated to bottom-up initiatives. In this article, we argue that municipal cultural policies should assume a clear territorial and endogenous dimension because only then could constitute themselves as true instruments of valuation of assets and qualification of the local territories and their communities.

Given some of the most pertinent challenges existing in the Portuguese context of local development, ten guiding indicative principles are outlined in order to better design and implement a municipal cultural policy, as well as their main characteristics in terms of shape and content.

Keywords: municipal cultural policy, culture, local development, Portugal.

1. Introdução

A intervenção no campo cultural a nível municipal é, ainda, uma atividade emergente, com uma significativa dimensão experimentalista, a que, não raras vezes, está associado um défice de reflexão teórica e analítica mais do que metodológica e instrumental. Em Portugal, predomina, aliás, neste sector, uma conceção *obreirista* que significa, na prática, o primórdio da ação sobre a conceptualização, a análise ou o diagnóstico – segundo alguns, interessa é que se faça, se se está a trabalhar com critérios de eficácia e de eficiência isso é, ou tem sido, uma questão menor, uma matéria frequentemente descurada neste campo da intervenção social. Não é de admirar que, nestas circunstâncias, alguns autores, como López de Aguilera (2000), falem da denominada *agrafia do sector cultural*, que se traduz na inexistência de uma produção escrita substantiva e suficientemente significativa sobre a intervenção no sector cultural. Essa produção em Portugal está, ainda, aquém do desejável, produz-se pouco e nem sempre com critérios de qualidade devidamente cuidados.

Neste artigo são indicados dez princípios norteadores que achamos críticos no domínio da intervenção municipal em matéria cultural, cobrindo um vasto espectro de dimensões que, na nossa perspetiva, são decisivos para uma integração mais eficaz da cultura enquanto vetor estruturante e estratégico do desenvolvimento a nível local.

A reflexão segue, aliás, na esteira de propostas similares desenvolvidas por López de Aguilera (2000) e Picart (2004), a propósito da realidade espanhola que, em larga medida, apresenta um conjunto de condicionalismos que se aproximam dos contextos e desafios existentes a nível local no nosso país.

2. Cultura e desenvolvimento local – contexto e desafios

O papel da cultura no desenvolvimento dos diferentes territórios é, atualmente, amplamente reconhecido, mesmo se essa preocupação não encontra tradução estruturada efetiva no quadro das políticas públicas. A atenção é, geralmente, focalizada sobre os impactos, diretos e indiretos, na formação de públicos para a programação cultural que é promovida, na valorização do património, na dinamização da economia local, na promoção do turismo.

A cultura, todavia, de um modo geral, ocupa ainda, por um lado, uma dimensão periférica na definição das políticas municipais de desenvolvimento e, por outro lado, frequentemente, é o resultado de intervenções casuísticas a que falta o devido enquadramento estratégico. Torna-se,

atualmente, imperativo dotar de maior centralidade o papel que a cultura pode deter na formulação de políticas locais de desenvolvimento. As mudanças de paradigma no desenvolvimento económico e social, integrando crescentemente novas dimensões culturais e criativas, têm contribuído para alimentar a construção de uma visão alargada de cultura onde se encontram diferentes características partilhadas por uma determinada comunidade – modos de vida, sistemas de valores, tradições e modelos de consumo – em processos onde o conhecimento desempenha um papel decisivo na respetiva articulação.

As iniciativas e projetos de cariz cultural, devidamente assentes em lógicas de valor acrescentado e em características diferenciadoras, funcionam como um elemento útil e pró-ativo, não só de prestação de serviços à comunidade, como também, de qualificação e capacitação dos cidadãos tomados individualmente e das populações num quadro específico de favorecimento da coesão social e territorial – é este o cerne da intervenção da dimensão cultural enquanto instrumento colocado ao serviço de lógicas de desenvolvimento integrado e sustentado. A sua efetivação assenta, largamente no tríptico objetivo de configurar-se como (1) um meio de reforço da cidadania, (2) uma alavanca da coesão social e territorial e (3) como fator estratégico de afirmação competitiva, gerador de emprego e de riqueza.

O desenvolvimento territorialista ou endógeno deve compaginar a moldura de ação privilegiada, no âmbito de um modelo de intervenção cultural de promoção de cidadania. A capacidade de gerar dinâmicas sociais qualificantes a partir de ativos artísticos, culturais e patrimoniais pressupõe a mobilização das energias comunitárias, bem como uma forma de organização transversal estabelecendo redes de relações. É este o quadro argumentativo onde nos movemos: a cultura enquanto ativo ao serviço de lógicas ascendentes ou endógenas de desenvolvimento local (Grefe, 2002; Vázquez Barquero, 2007; Santos, 2009). O grande objetivo estratégico de atuação deve ser o da atenuação das distâncias entre criação e receção, tornando, simultaneamente, as comunidades mais aut centradas nos seus valores e crenças mas abertas ao mundo e às dinâmicas de mudança da contemporaneidade.

3. Princípios orientadores da intervenção municipal em matéria cultural

O decálogo de princípios norteadores da intervenção autárquica que a seguir são enunciados resulta de uma leitura pessoal dos desafios com que, atualmente, os municípios portugueses são confrontados. A sua listagem não obedece a critérios de prioridade, nem esgota o leque de possibilidades de linhas estratégicas de ação municipal na área cultural.

3.1. Assumir a cultura como pilar central nas estratégias de desenvolvimento local

Se há setor que tem ocupado um papel menor nas políticas de desenvolvimento local em Portugal, esse setor é o da cultura. Basta analisar os orçamentos e planos de atividades das autarquias locais para perceber que é ainda muito reduzido o papel que lhe é atribuído. E, muito interessante e elucidativo: nos organigramas camarários, geralmente a vereação do pelouro da cultura engloba também a educação e o desporto, mas a fatia do envelope financeiro atribuído às atividades culturais, quase invariavelmente, é a menor, por vezes, ridiculamente pequena (Neves, 2005).

Habitados a cuidar da gestão dos espaços públicos e da provisão das infraestruturas e dos equipamentos, a larga maioria dos municípios portugueses ainda não se apercebeu do papel que a cultura pode assumir nas políticas de desenvolvimento local quer como veículo de qualificação dos cidadãos e das instituições, quer enquanto instrumento de renovação das fontes de atratividade locais que, atualmente, face à globalização e à sociedade do conhecimento, implicam significativas alterações na forma e no conteúdo do de desenvolvimento local (Batalha, 1997; Azevedo, 2004; Santos Silva, 2007),

Nesta matéria, ao nível do poder local, forçoso é romper com as velhas lógicas instaladas que tendem a conceber o desenvolvimento segundo uma visão *etapista*: primeiro há que atender às necessidades infraestruturais básicas, depois às questões relacionadas com a educação e a saúde, remetendo, na prática, para as *calendas gregas*, as políticas na área cultural. Não é fácil fazê-lo, desde logo porque há grupos de interesse que aproveitam essa cristalização em torno desse paradigma de não-desenvolvimento.

As políticas autárquicas devem assumir um crescente e efetivo compromisso com a cultura enquanto vetor estratégico de desenvolvimento sustentável (Santos Silva, 2003). A cultura, entendida em sentido amplo, tem que passar a ocupar um lugar central na agenda política local e servir de veículo para, enquanto fator de diferenciação e de afirmação identitária das comunidades locais, qualificar as comunidades e os territórios locais.

3.2. Inscrever a cultura numa lógica de desenvolvimento local

O desenvolvimento local e regional, distintamente da visão funcionalista que o assimilava ao conceito de crescimento económico, deve ser integrado e sustentável, centrado no território e na respetiva comunidade. De igual modo, um projeto de intervenção cultural deve servir-se dessa abordagem intersectorial para criar laços de complementaridade e sinergia que possam servir os propósitos do desenvolvimento sustentável.

Os planos de intervenção no setor cultural devem constituir-se como instrumentos colocados ao serviço do desenvolvimento local. O pior que pode acontecer na formulação dos projetos culturais, tanto quanto nos projetos orientados para outras atividades, é o seu autofechamento em torno de lógicas exclusivas do próprio setor. Um projeto vertical ao invés de um projeto ramificado sectorial e territorialmente. O desejável é o projeto assumir um cariz transversal que potencie e irrigue outros setores, que abra a porta para fertilizações intersectoriais, caminhando no sentido de iniciativas com um carácter cada vez mais integrado e integrador.

Os projetos culturais devem, assim, participar da estruturação do território que servem, estabelecendo pontes com outras áreas de ação, como a educação, o desporto, o turismo, a saúde, o emprego, entre outras. A sua projeção conceptual e metodológica deve abandonar a estreiteza das intervenções mais tradicionais e verticais centradas exclusivamente no sector cultural para, pelo contrário, assumir um âmbito mais transversal, focalizado nas exigências e nas oportunidades dessa comunidade e desse espaço geográfico concreto (OCDE, 2005).

O projeto visa reforçar a oferta cultural existente no seio desse território? O projeto direciona-se para fazer emergir ou reforçar a identidade territorial? O projeto pretende mobilizar os atores locais da cultura para, assim, criar uma dinâmica de desenvolvimento centrada num tema federador? O projeto quer-se constituir como um veículo de marketing territorial e de reforço da atratividade turística? Enfim, qualquer que seja o objetivo central do projeto, o essencial é que ele não deixe de cumprir uma lógica de serviço e de enriquecimento da comunidade local.

É fundamental que se perceba que os bens culturais (e naturais) devem integrar-se no planeamento do desenvolvimento económico e territorial, e constituir um motor de *empowerment* e de criação quer de capital social (Putnam, 1995), quer de riqueza e de postos de trabalho (Boisier e Canzanelli, 2008). Um desenvolvimento em que se perceba o território como espaço de socialização e de identificação que transcenda a geografia ou a paisagem, e em que as comunidades locais sejam o ponto cardeal de referência para a auto-organização e a participação social.

3.3. Traçar o diagnóstico: identificar os desafios

É fundamental dotar de maior racionalidade e saber estruturado a ação no setor cultural ao nível municipal – no fundo, trata-se de imprimir a esta esfera da atividade uma lógica de planeamento estratégico. Um dos grandes equívocos do ato de projetar e planear nos diversos sectores de atividade prende-se com o preconceito de que os diagnósticos são por demais conhecidos de todos os agentes interessados, pelo que, o que se defende frequentemente, é uma atitude *obreirista*. Interessa é passar à ação e não cair em delongas associadas à elaboração de estudos de diagnóstico.

Em Portugal, por exemplo, são raríssimos os municípios, ou outras entidades públicas ou privadas, que desenvolvem projetos culturais alicerçados em estudos de diagnóstico sérios e aprofundados. Prevalece um sentimento entre os agentes do setor de que todos já perceberam os defeitos e as virtudes do setor, partilham os mesmos quadros de diagnóstico e, portanto, este é um passo metodológico que pode perfeitamente ser ultrapassado com vantagens de tempo e de custo. Nada mais errado! Como lembra um provérbio grego, “o início é metade de todas as ações”. Por outras palavras, um mau começo pode deitar tudo a perder neste processo de planeamento. É muito importante que os autarcas percebam as virtualidades dos processos de planeamento estratégico participativos, enquanto meios imprescindíveis para dotar de coerência externa e interna as suas ações.

O diagnóstico é uma fase essencial de qualquer projeto que precisa de ser percorrida com seriedade e com profissionalismo – não uma mera formalidade processual que apenas precisa de ser elaborada porque, por exemplo, a candidatura a um determinado programa de financiamento a tal obriga. Convirá, sobretudo, partir para esta etapa com a humildade de que não se tem as respostas antes de formular as questões. Isso requer abertura de espírito e capacidade para reunir e aplicar instrumentos metodológicos adequados a cada situação (Cerezuela, 2007).

Um dos aspetos críticos a que convirá dar a devida atenção é evitar traçar um quadro de diagnóstico centrado apenas, ou quase exclusivamente, nas debilidades do sector em determinado território ou instituição que esteja a ser estudada. Por mais escassas que sejam,

convém salientar as potencialidades detetadas, quer seja pela existência de um ou outro agente mais dinâmico que poderá vir a desenvolver um papel mais relevante, quer seja pela deteção de conhecimentos específicos que podem ser colocados ao serviço de uma determinada estratégia de desenvolvimento do setor. Parece fundamental caracterizar o setor de maneira ampla mas simultaneamente sintética e rigorosa – ninguém, atualmente, muito menos muitos dos decisores políticos, lê estudos muito extensos e fastidiosos. Isso quer significar que se deve optar pela realização daquilo que na gíria se denomina de *diagnóstico estratégico*, um documento que seja norteado pelo critério de focar o que é importante, estabelecendo bem a fronteira entre o essencial e o acessório.

O importante nestas matérias é evitar a chamada *síndrome de Calimero*, aquele personagem dos desenhos animados que passa a vida a lamentar-se porque a vida sempre lhe corre mal. Se orientarmos os nossos instrumentos de diagnóstico apenas para detetar debilidades e bloqueios, estamos, por certo, a incorrer nesse perigo que importa, desde esta fase, evitar a todo o custo. Isso tornaria, por certo, o estudo de diagnóstico uma peça deprimente, ineficaz e cerceadora do imenso potencial de desenvolvimento que o projeto deve conter. Nesse sentido, é verdadeiramente essencial que os estudos de diagnóstico consigam, mais do que descrever a *fotografia* da situação de partida, mostrar ao decisor e ao leitor quais são as relações de causa-efeito que justificam determinada característica encontrada. Mais do que identificar uma ou outra característica importa apontar as razões que subjazem a esse fenómeno. Em grande medida, na minha perspetiva, esse é o ponto que distingue verdadeiramente um bom diagnóstico de um diagnóstico apenas sofrível.

Nesta matéria, é muito importante que os membros da equipa de projeto detenham competências suficientes para distinguir os sintomas da doença. Quando se trata de relações causa-efeito é fundamental proceder a essa distinção. A doença existe muito antes dos sintomas. Os sintomas não são a doença, mas podem muito bem constituir o ponto de partida da cura.

3.4. Trabalhar com base numa conceção ampla de cultura

Este é um princípio basilar do trabalho em cultura e na relação desta com as lógicas de desenvolvimento local. Não cabe aqui o debate acerca da natureza destas atividades culturais e de como podemos definir com precisão as suas difusas fronteiras. Como base de trabalho, e tendo em conta os crescentes cruzamentos entre as diferentes formas da atividade cultural, convirá partir de uma conceção ampla de atividades culturais, incluindo todas as formas relacionadas com aquilo que é tradicionalmente associado à arte e à cultura popular, tentando evitar distinções dicotómicas e simplificadoras, como aquelas que tradicionalmente distinguem entre alta cultura e cultura de massas, entre arte e indústria, entre atividades performativas ou de apresentação única e produtos reproduzíveis, entre mercantilização ou não da sua produção e consumo, entre provisão pública ou pelo mercado. Este alargamento da noção de cultura é absolutamente vital no processo de planeamento estratégico, permitindo uma mais ampla e diversificada base de trabalho.

Parecem-nos particularmente relevantes não só os movimentos de dessacralização da cultura, com o desenvolvimento e legitimação simbólica das mais diversas formas de cultura popular, como igualmente a crescente diversidade de subculturas, associada à pluralidade e segmentação das identidades e à desierarquização das práticas culturais recetivas. Importa ligar ao passado, aos diferentes formatos de cultura e património material e imaterial, ao legado histórico-cultural, mas, de igual modo, às fileiras emergentes das chamadas indústrias criativas – é esta constelação de atividades culturais (Costa, 1998), particularmente rica e diversificada, ligando passado, presente e futuro, que nos parece uma clara mais-valia do ponto de vista do planeamento estratégico do desenvolvimento local.

Criar fronteiras artificiais e muros maniqueístas que impedem uma visão integradora de todo o conjunto que percorre o arco criação-difusão-consumo parece particularmente redutor e limitativo da ação municipal nesta área. Todo este cabaz, se bem compreendido e integrado, consubstancia um ativo único da maior relevância numa lógica de promoção do desenvolvimento local endógeno ou territorialista - o que implica explorar novos modos de organização associados à identificação e à preservação dos recursos territoriais culturais, fomentando projetos originais, inovadores e mesmo com uma dimensão experimental.

3.5. Servir objetivos de fomento da democracia cultura

O modelo de desenvolvimento territorialista faz da preservação e da valorização dos seus recursos endógenos a grande finalidade das dinâmicas económico-sociais. Mais do que importadores passivos de cultura, os territórios e as suas comunidades reposicionam-se como

protagonistas de toda a dinâmica cultural, colocando toda a herança patrimonial e as novas indústrias da cultura ao serviço do reforço das dinâmicas de animação local, numa perspetiva de inclusão social e de reforço da coesão comunitária. Um projeto cultural tem de constituir-se como veículo privilegiado de fomento de universos onde seja fundamental a afirmação de uma estética da criação ou da produção, com vista ao surgimento de território, por excelência, de democracia cultural (Teixeira Lopes, 2009). Mais do que conquistar públicos para a cultura, pretende-se antes, como sugere Santos (2003: 92), a *coprodução de sentidos de inclusão social*.

No fundo, o objetivo deve passar por, como sublinham Pinto e Portugal (2001), alargar o círculo dos intervenientes culturais nas dinâmicas culturais, não tanto através do estímulo à receção/consumo das obras da cultura instituída (característica das mediações visando o alargamento de públicos), mas, sobretudo, por intermédio da criação de condições para dar visibilidade a disposições e operadores estéticos autónomos de cidadãos comuns.

Trata-se de fazer da democratização cultural o ponto de partida e o meio por excelência de alcançar um modelo mais enquadrado pelas lógicas da democracia cultural. Em boa verdade a intervenção no setor cultural será muito redutora se perspetivada em torno do triângulo aumentar o número de públicos, criar novos públicos e fidelizar públicos (Azevedo, 2004; Santos Silva, 2007; Telmo Gomes e Lourenço, 2009).

Nesse sentido, não se renegando, de modo algum, a abertura ao mundo e uma sensata aposta na receção de eventos culturais externos, o grande desafio vai, todavia, no quadro de uma verdadeira lógica de animação cultural comunitária, para a priorização dada às estratégias e iniciativas que assentem no fomento das estéticas de produção, elevando, assim, as comunidades do patamar de meras receptoras à condição de criadoras de bens e serviços culturais que lhes são exclusivos e particulares. Tudo isso com lógicas próprias e específicas de cada território, procurando que, através de um trabalho de animação das comunidades, das associações, dos cidadãos, se trilhe antes um caminho de afirmação de valores identitários locais e de criação de autoestima por referência ao seu passado e ao seu projeto de futuro. As comunidades locais e regionais passam de espectadoras de desenvolvimento a verdadeiras protagonistas do seu devir, dos seus caminhos de futuro, das suas diversidades e do seu desenvolvimento. É este, claramente, o domínio da democracia cultural (Teixeira Lopes, 2009). Assente numa lógica territorialista de desenvolvimento, este modelo recusa que os territórios, as comunidades locais e os cidadãos fiquem reféns de políticas e estímulos culturais que lhes são veiculados por estratégias institucionais e/ou industriais. O grande repto passa por valorizar os ativos culturais locais, por pouco auspiciosos que possam parecer, trabalhando num quadro de participação ativa e de profundo envolvimento das populações locais. E garantir um justo mas sempre difícil equilíbrio entre a oferta de programação e a dinâmica de animação.

3.6. Servir os propósitos de reforço competitivo da base económica local

Sem enveredar por uma mera lógica mercantil dissociada dos objetivos de desenvolvimento local e regional, a cultura é, como sublinhámos, também ela entendida como um recurso que pode, e deve, ser colocada ao serviço da polarização de investimento, da geração de iniciativas económico-empresariais e, bem assim, da criação de emprego. A ligação entre a economia e a cultura foi durante muito tempo encarada como se os interesses económicos e a criação cultural e artística fossem, pura e simplesmente, antinómicos e incompatíveis, onde a produção e/ou comercialização da arte e dos bens culturais eram deixadas à esfera do mercado, e as artes e a cultura, em si, eram encaradas como pertencendo à jurisdição da sociedade e do Estado – esta é, hoje, uma visão que, por simplista e redutora, se encontra definitivamente ultrapassada.

São, atualmente, cada vez mais reconhecidos os efeitos positivos das estratégias de desenvolvimento local assentes na promoção dos valores culturais. Efeitos que podem ser diretos, indiretos ou induzidos sobre o valor acrescentado, o investimento, o emprego e, mais importante ainda, cumulativamente sobre toda a dinâmica socioeconómica local (Florida, 2004; OCDE, 2005). A abordagem metodológica que parece mais ajustada é alicerçada pela referência a um sistema dinâmico, evolutivo e interativo, onde as atividades elementares se estruturam através de múltiplos processos que se ancoram no passado (através de ações de preservação da memória e de conservação do património), se enriquecem no presente (através de iniciativas e atividades inovadoras e criativas) e se projetam no futuro (através da geração de novos padrões de modernidade, singulares e cosmopolitas). A cultura vive e morre com o seu território. É tempo de perceber que todos estes territórios precisam de ir ao encontro do mundo e não esperar que o mundo venha ao seu encontro, o que implica explorar novos modos de organização associados à identificação e à preservação dos recursos territoriais culturais e gizando novas fileiras económicas.

Este é um grande desafio para os territórios, nomeadamente os de baixa densidade: organizar-se como territórios ativos, serem capazes de ir (re)criando recursos específicos e intransferíveis, mediante um perfil de inovação em que os produtos e as técnicas, gradativamente diferenciados e melhorados, assentem na paisagem, na cultura e no saber-fazer historicamente constituído à escala local. É fazer da especificidade local o critério fundamental de qualidade e de afirmação competitiva, associando os produtos ao prestígio de um determinado território ou de um espaço natural (Santos, 2011). Domínios importantes a explorar nestes territórios são as chamadas novas jazidas de emprego que poderão a vir a ter uma importância decisiva no desenvolvimento, como, a título meramente exemplificativo, os empregos culturais, o turismo rural e de natureza, os serviços pessoais, etc. Cremos que o ambiente, os recursos naturais, o património e a paisagem constituem recursos do território que interessa valorizar numa tripla perspetiva: de salvaguarda do património natural, de preservação de fatores identitários regionais e de mobilização de elementos em que se podem apoiar novas atividades geradoras de emprego e riqueza. Trata-se, no fundo, de proceder a uma releitura da noção de património, acrescentar-lhe valor e colocá-lo ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento local (Santos, 2009).

É necessário identificar e caracterizar as características de desenvolvimento baseadas na identidade dos diferentes espaços, na sua história, nos seus recursos materiais e imateriais, no seu potencial artístico e criativo. É neste sentido que os processos endógenos de desenvolvimento podem adquirir especial significado e coerência, permitindo que as economias locais e regionais cresçam com base no potencial de desenvolvimento aí existente. Trata-se de criar mecanismos de inserção dos produtos e bens culturais na economia, esbatendo a relação dicotómica cultura-economia, colocar os produtos e serviços culturais ao serviço da economia local, mas evitando, ou menorizando, o predomínio de lógicas mercantilistas desenquadradas da finalidade estratégica de qualificação do território.

3.7. Equilibrar a aposta na herança do passado e na criação contemporânea

Um dos pontos que deve merecer uma redobrada atenção é procura incessante de um justo equilíbrio entre a aposta estratégica centrada no legado histórico-cultural, quer tangível quer intangível, e a aposta nos diferentes figurinos de criação contemporânea. Trata-se, por um lado, de evitar a todo o custo, derivas patrimonialistas excessivas e, por outro, de proceder a uma releitura e uma dessacralização da noção de cultura. São, de algum modo, tensões, que há que saber gerir em contínuo, entre um localismo cultural e uma conceção mais universalista de cultura – algo que, cada vez faz menos sentido. Como lembrava Miguel Torga, “o universal é o local sem paredes”. Uma política cultural contemporânea deve conter nela própria uma sede de contemporâneo e deve criar os mecanismos e os dispositivos que facilitem essa revelação, não esperando que a criação surja por geração espontânea.

A ligação entre património, herança, memória e criação é um *continuum* indissolúvel, é absolutamente destituído de sentido desenvolver estratégias municipais na área cultural que não contemplem, de forma razoável e equitativa, estas duas vertentes da equação cultural. Caso contrário, enveredar-se-á por um caminho conducente ao aparente confronto entre um passadismo cego e um futurismo bacoco. Devem corporizar, em termos de formulação de política cultural municipal, apostas estratégicas gémeas, tão grande é a sua inter-relação a favor do desenvolvimento integrado das comunidades locais.

Sabemos, contudo, que é absolutamente fundamental combater a ideia instalada e prevalecente de que as atividades culturais, assentando no lastro do património e na herança histórica, estão meramente voltadas para o passado e não se projetam nem são criadoras de futuro. A generalidade dos concelhos portugueses, sobretudo em áreas periféricas e rurais, enfrenta, atualmente, um cenário tendencial de progressivo esvaziamento e desaparecimento, algo que já está a ocorrer há décadas, como o demonstram as estatísticas demográficas. Esse progressivo esvair do mundo rural carrega consigo o peso de uma perda – a da nossa memória identitária mais próxima e primeira, plasmada no legado cultural, social, simbólico e ambiental que permitiu que nos fizéssemos como somos, e não de outro modo. Não é fácil inverter esta tendência estrutural, este círculo vicioso que, progressivamente, vai tornando cada vez mais colossal, quase utópico, o desafio de reinventar novas formas de criação que permitam conservar e revivificar o património cultural. Isso, porém, não significa que seja admissível qualquer forma de separação entre a necessária proteção, estudo e fruição do património cultural e o igualmente necessário apoio à criação contemporânea.

3.8. Promover as parcerias locais e focalizar-se nos cidadãos

Um dos principais eixos condutores dos projetos de intervenção na área cultural passa pela mobilização alargada da rede de atores institucionais e empresariais locais. Esse é um vetor a que convirá atender desde que se começa a desenhar o projeto, não já numa fase ulterior, porventura terminal, por meras razões burocrático-administrativas – porque, por exemplo, o projeto para ser financiado no âmbito de determinado programa nacional ou comunitário obriga a que esse requisito, de auscultação ou de constituição da parceria local, esteja preenchido.

Não se trata, portanto, de um passo *pro forma*, do preenchimento de um ritual meramente procedimental mas, antes, de um meio de enriquecer o projeto, buscando na articulação de complementaridades em rede (*networking*) vantagens de escala, de diversidade e de alcance. Ancorado no território, a ação cultural deve assentar nas especificidades locais e na promoção da identidade comunitária. Essa deve ser a bússola condutora de toda a intervenção projetual, o que implica que o projeto resulte da mobilização atempada de vontades e da iniciativa dos diferentes atores locais. O projeto, como instrumento de planeamento do desenvolvimento local, realiza-se, por isso, com, e pelos, atores locais e não somente para os referidos atores locais – o que faz, bem entendido, toda a diferença. Doutro modo, corre-se o risco de não passar de um conjunto de ideias bem-intencionadas mas a que falta o necessário suporte e força motriz para levar a efeito com um mínimo de garantia de sucesso. É a única forma de lhe comunicar legitimação social, caso contrário será sempre vistos como um projeto cultural da autarquia ou, pior ainda, do presidente da câmara. E, quando assim é, e há, infelizmente, alguns casos conhecidos, acabam sempre no mofo de uma gaveta.

Nesta matéria, de trabalho de equipa, de construção conjunta e corresponsável, em que, em Portugal não há tradição, convirá que a entidade líder tenha perfeita noção que, embora lhe esteja cometida a tarefa de coordenação e de *pivotagem* do processo, deverá, contudo, manifestar largueza de visão para que os diferentes *stakeholders* envolvidos tenham oportunidade de emitir a sua opinião, de ver os seus pontos de vista valorizados no projeto, permitindo, no fundo, enriquecer a iniciativa no seu todo, sem, no entanto, a desvirtuar ou tornar incoerente.

A implicação formal e/ou informal do conjunto de atores da rede é um fator decisivo para o sucesso da iniciativa. O grande desafio é tornar de posse coletiva um projeto que é de todos e a todos cabe pelo menos parte da responsabilidade da sua formulação e execução. O pior que pode suceder a um projeto emanado de uma parceria é ele tornar-se propriedade ou couto de um ou outro ator, colhendo indiferença ou mesmo rejeição por parte de todos os outros membros da rede. Convém, neste sentido, evitar voluntarismos excessivos das autarquias que acabam por engendra, frequentemente, fenómenos de municipalização da ação cultural na comunidade, com isso abafando outras forças vivas e energias locais. Fundamental, nesta matéria, é (re)ativar o tecido associativo cultural de base local que, hoje, por vicissitudes várias se encontra moribundo, mas constitui ainda um capital muito valioso que é necessário repensar e dotar de novos desafios ajustados aos tempos. Provavelmente, é tempo de implementar orçamentos participativos na esfera cultural.

Se isso for conseguido, ultrapassando as inevitáveis fricções por diferença de objetivos e opiniões, desdramatizando eventuais tensões existentes, este torna-se um processo riquíssimo de aprendizagem coletiva. Todos os atores ficarão mais capacitados para assumir futuros desafios em conjunto, cria-se uma base mais sólida, por certo, para sustentar novas ações e projetos conjuntos. No fundo, é toda a comunidade que fica a ganhar com estas dinâmicas em que uma intervenção de natureza projetual serve os desígnios abrangentes da comunidade de atores locais e fomenta novas mediações culturais.

A intervenção na paisagem cultural local está, pois, dependente da capacidade de estimulação, angariação e mobilização dos ativos institucionais e empresariais localmente existentes. Fundamental, como já se deixou antever, é a capacidade de estabelecer pontes para a construção de projetos culturais com uma sólida ancoragem social e territorial (Santos, 2011).

3.9. Ser fator gerador de coesão social e territorial

A cultura exerce inequivocamente efeitos diretos e indiretos sobre cidadãos. Constitui, desde logo, um motivo de orgulho, de identificação positiva, quer os seus habitantes participem ou não das ações, das manifestações culturais ou das instituições do sector. O dinamismo cultural é um dos motores da atividade global social e territorial desses espaços e conflui para a dinâmica geral que tipifica essas comunidades.

Quanto mais internalizado pela comunidade é um determinado projeto, quanto mais vivenciado ele é, mais ele contribui para o bem-estar coletivo e a autoestima da população. Doutro modo, corre o risco de estar tão à margem, ser tão lateral ao sentir e ao devir dessa comunidade que,

eventualmente, poderá ser percebido como um corpo estranho. Não raras vezes, atividades culturais nascentes acabam, com o tempo, se devidamente conduzidas e acarinhadas, por gerarem fenômenos graduais de absorção pelas comunidades locais. Essa apropriação é o aspeto mais elucidativo da capacidade de fertilização das comunidades locais com projetos culturais. Esse fenômeno de apropriação, em boa verdade, deve constituir um dos grandes objetivos de qualquer projeto de intervenção cultural, doutro modo ele permanecerá exógeno às dinâmicas sociais de base local e regional e, portanto, excêntrico e externo, não pertencente à comunidade.

No essencial, percebe-se, sob o ponto de vista do impacto dos projetos culturais nas dinâmicas locais, que a cultura desempenha funções sociais que são mais importantes para a vitalidade comunitária de que o projeto propriamente dito, seja diretamente sobre os cidadãos, seja, por exemplo, em termos de imagem e de marketing da localidade ou região. Essa apropriação, que decorre, frequentemente, de um crescendo de participação dos diferentes segmentos populacionais, ajuda a promover a capacidade de troca de ideias e fertiliza a base social local, abrindo-a a novos estímulos, renovando-a face a novas tendências, integrando-a em redes mais ou menos informais, dotando-a, enfim, de uma crescente aptidão para captar conhecimentos e recriar saberes.

Nessa perspectiva, há que ter todo o cuidado em não desenhar planos de intervenção na área cultural fechados sobre si próprios, alheios aos diferentes segmentos populacionais locais e às suas necessidades culturais, já existentes ou meramente latentes. Infelizmente, não tão raramente quanto isso, ainda se veem implementar e desenvolver projetos incapazes de atender a estes objetivos. Neste caso, as comunidades são meras hospedeiras passivas de iniciativas que tanto poderiam decorrer nesses territórios como noutros, de forma praticamente indiferente. É preciso lembrar sempre que os projetos culturais devem estar orientados para a transformação da realidade social e a melhoria da qualidade de vida das populações. Se o projeto se conseguir posicionar como veículo do reforço do tecido social local, então esse projeto alcançou o objetivo primeiro que deve nortear as intervenções nesta área de atividade. Convirá, em boa verdade, combater, em paralelo, eventuais excessos atinentes a abordagens de pendor mais populista e elitista.

Definir e implementar estratégias culturais inclusivas, garantindo níveis ajustados de coesão social e territorial, sabendo que não há público mas públicos e que consegue atender a toda a comunidade local, assegurando a cultura como um direito de todos os cidadãos, deve ser um dos principais eixos condutores da ação municipal nesta área.

3.10. Fugir do efeito moda e dos mimetismos

Abundam exemplos de fenômenos de autarquias que, sem estudos de suporte e de apoio à decisão, enveredam: ora por ações *de bandeira* (festivais musicais de Verão, por exemplo) que, buscando o prestígio e o mediatismo de curto-prazo, se revelam, não raramente, efêmeras, incosequentes e, quantas vezes, destituídas de sentido estratégico; ora por, não resistindo a fenômenos e comportamentos de emulação e cópia, intervenções que mais não fazem do que repetir iniciativas levadas a cabo *ad nauseam* por outros municípios (feiras medievais, por exemplo). Abundam os casos em que decisores autárquicos mais incautos ficam reféns de gabinetes de consultoria que lhes impingem os mais variados projetos, quase sempre sem uma lógica que se preste a objetivos de desenvolvimento local.

Não se trata tanto de programar ou gerir, mas antes de animar, uma tarefa que impõe um trabalho de terreno exigente, no sentido de ir criando microdinâmicas associativas, empresariais, comunitárias e individuais que possam dar azo a projetos culturais assentes na preservação, na valorização e na divulgação dos valores culturais intrínsecos a cada uma dos territórios. Não renega o Estado nem o mercado mas esse não é, claramente, o seu foco – é antes o cidadão, é para ele, por ele e com ele que constrói o edifício da sua atividade profissional.

Daí que, mais do que procurar soluções fáceis de curto-prazo, tipo chave-na-mão, se torne imperioso entender que este é um domínio, por excelência, de valorização sobretudo do estrutural em detrimento do conjuntural, da paulatina alteração de dinâmicas sociais no campo da cultura e de qualificação das comunidades e territórios. Trata-se de refutar a aposta na cultura somente enquanto espetáculo, mera diversão insípida e vazia de conteúdos - o enfoque, nesses casos, não é colocado no cidadão mas antes está centrado no consumidor. Se é importante cuidar da imagem externa convém não esquecer nunca as realidades internas – dito doutro modo, privilegiar mais a substância do que a forma!

Este modelo de cultura de cidadania requer, naturalmente, uma forte capacidade de organização das comunidades e dos poderes públicos locais. Como assenta na procura e afirmação dos valores endógenos, é óbvio que remete para a necessidade das autarquias locais assumirem um

figurino de intervenção na área cultural que valorize esta ativação das forças locais. A ideia base é a da capacidade para se utilizarem todos os meios e capacidades humanas e materiais para se satisfazerem as necessidades culturais locais. Se quisermos ser realistas cabe-lhe um papel fundamental de perceber a importância de interligação do trabalho de democratização da cultura e da democracia cultural.

4. Conclusão

São as comunidades locais que, organizadamente, definem e decidem quais as suas prioridades em matéria cultural – que tipos de intervenção pretendem realizar? Mais direcionadas para a preservação e valorização do património? Mais incentivadoras das atividades criativas e artísticas locais? Mais orientadas para a promoção dos diferentes figurinos de associativismo local? Predominantemente impulsionadoras da sua afirmação identitária?

O risco, nesta matéria, é justamente o de algumas autarquias, por miopia estratégica, adulterarem estas intervenções desejáveis, que suscitem, sobretudo, um papel *pivot* e regulador do Estado local, criando, em vez disso, um quadro de municipalização da intervenção cultural, de quase monopólio, com isso, abafando as forças e energias que é preciso conseguir despoletar.

Se isso acontecesse, como, de algum modo, por incapacidade de visão estratégica, tem vindo a ocorrer em alguns casos, estar-se-ia a reproduzir, desta vez a nível local, uma lógica de intervenção estatizante. O papel da cultura é o de, justamente, instigar o cidadão a realizar sua cidadania e participar ativamente da dinâmica do seu território. Para se estabelecer um trabalho mais sistemático e abrangente, é preciso definir uma política municipal de cultura articulada com o desenvolvimento local.

Bibliografia

- AZEVEDO, Natália. Políticas Culturais na Área Metropolitana do Porto. Comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia. *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga: Universidade do Minho, 12-15 de Maio, 2004.
- BATALHA, Maria Leonor Franco. *A Cultura como Factor de Desenvolvimento Rural. O Papel das Autarquias Municipais*. Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1997.
- BOISIER, S. e CANZANELLI, G. Local Economic Development and Globalization, *Universitas Forum*, 2008, vol.1, 1, p.1-13.
- CEREZUELA, David. *Diseño y Evaluación de Proyectos Culturales*. Barcelona: Ariel.2007.
- COSTA, P. A fileira das actividades culturais e a economia urbana. Comunicação apresentada ao 1.º Congresso Português de Sociologia Económica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4-6 de Março de 1998.
- FLORIDA, R. *The Rise of the Creative Class and how it is Transforming Work*. Chicago: The University of Chicago Press. 2004.
- GREFFE, Xavier. *Le Développement Local*. Paris: Éditions de l'Aube.2002.
- LÓPEZ DE AGUILETA, Iñaki. *Cultura y Ciudad. Manual de Política Cultural Municipal*. Gijón: Ediciones Trea. 2000.
- NEVES, José Soares. *Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. 2005.
- OCDE. *Culture and Local Development*. Paris:OCD. 2005.
- PICART, Toni Puig. Vamos Gerir a Cultura da Cidade com os Cidadãos. In JAUME, Trilla (coord.). *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004, p. 301-316.
- PINTO, J. M. e PORTUGALI, B. *Pontes de partida. Reflexões sobre um projecto de democratização cultural em meio escolar*. Porto: Afrontamento. 2001.
- PUTNAM, Robert D. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, January 1995, p. 65-78.
- SANTOS, Domingos. A perspectiva territorialista., In COSTA, José Silva e NIJKAMP, Peter (coords.). *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: APDR, 2009, p. 218-229.
- SANTOS, Domingos. “Dos modelos de desenvolvimento local aos projectos de animação cultural: conceitos, dimensões e desafios. Comunicação apresentada nas I Jornadas de Animação Cultural: que Desafios?. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, 7-8 de Abril de 2011.
- SANTOS, Helena. A propósito dos públicos culturais: uma reflexão ilustrada para um caso português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2003, 67, p. 75-97.
- SANTOS SILVA, Augusto. Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa. *Revista do Observatório das Actividades Culturais*, 2003, 12, p.10-20.

- SANTOS SILVA, Augusto. Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, Problemas e Prática*, 2007, 54, p.11.-33.
- TEIXEIRA LOPES, João. Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural. *Saber & Educar*, 2009, 14, p.1-14.
- TELMO GOMES, Rui e LOURENÇO, Vanda. *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos Serviços Educativos em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. 2009.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. *Investigaciones Regionales*, 2007, 11, p. 183-210.

A ANTIGA ESTAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA EM CAMPINAS (SÃO PAULO – BRASIL): ESTRUTURA SIMBÓLICA TRANSFORMADORA DA CIDADE. (1872-2012)

Guilherme Pinheiro Pozzer
guipozzer@yahoo.com.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a antiga estação ferroviária da Companhia Paulista em Campinas (São Paulo - Brasil), a atual "Estação Cultura - Prefeito Antônio da Costa Santos" para melhor compreender a inserção da edificação na cidade, para evidenciar seus simbolismos e suas múltiplas apropriações pela cidade. O trabalho inicia com a inserção dessa pesquisa na historiografia ferroviária brasileira para, em seguida, analisar a historicidade da estação a partir de seu primeiro edifício, inaugurado em 1872, e da grande reforma que deu seu contorno atual, em 1884.

Palavras-chave: Campinas (São Paulo, Brasil); Estações ferroviárias; História urbana; Patrimônio industrial.

Abstract

This research aims to study the old railroad station of Companhia Paulista in Campinas (São Paulo - Brazil), the current "Culture Station - Mayor Antonio da Costa Santos" to better understand the building insertion in the city, to highlight its symbolisms and its multiples appropriations by the city.

The work begins with the insertion of this research in Brazilian railroad historiography to then analyze the historicity of the station from its first building, opened in 1872, and the makeover that gave its outline today, in 1884

Keywords: Campinas (São Paulo, Brazil), Railway stations, urban history, industrial heritage.

1. Historiografia ferroviária no Brasil: entre o processo desmaterializado e materialidade contextualizada.

Na historiografia ferroviária em geral é consenso que a chegada das ferrovias e de suas estruturas afetou com grande intensidade e de múltiplas maneiras os lugares por quais passou, o que permitiu, então, múltiplas interpretações sobre como se processaram essas mudanças. No caso brasileiro, a leitura de algumas obras-chave permite evidenciar as tendências de análise do fenômeno ferroviário no país bem como afirmar que os estudos produzidos nas últimas décadas do século XX podem ser tomados como "exemplares" da dinâmica historiográfica nas produções nacionais.

Assim, é possível "dividir" as produções nacionais em três grandes grupos da historiografia. No primeiro grupo, da primeira metade do século XX, há uma preocupação em descrever quase que factualmente o estabelecimento das ferrovias no Brasil, marcar as diferentes rotas e assinalar as principais companhias organizadas.⁷ O segundo grupo, por volta das décadas de 1960 e 1970, privilegia o interesse sobre as questões econômicas decorrentes da implantação das ferrovias no país.⁸ O terceiro grupo, cujos trabalhos datam a partir do final da década de 1980, caracteriza-se pela produção de obras que buscaram apontar novos caminhos e possibilidades de estudos sobre as ferrovias, daí a produção de pesquisas que abordaram pontos de vistas variados, voltados para questões sociais, políticas e culturais.

De certo modo, os estudos do segundo grupo passaram a refletir sobre a grande quantidade de dados e informações coletadas pelo primeiro, interpretando-os para responder questões que dissessem respeito à economia gerada em torno das estradas de ferro. O terceiro grupo pareceu estabelecer uma crítica às produções do segundo, tendo-os, porém, como referência para muitos dos estudos produzidos, seja como contraponto, seja como complemento. Desse modo, não se invalida no terceiro grupo dos estudos sobre ferrovias o que foi produzido no segundo, mas, sobretudo, evidenciam-se outras visões possíveis sobre as transformações provocadas pelas ferrovias e suas estruturas.

Assim, nas análises do segundo grupo da historiografia encontra-se uma sistematização que enfatiza a ideia de as ferrovias terem sido utilizadas em decorrência da expansão produtiva, de modo que o desenvolvimento das vias férreas estaria ligado à necessidade de garantir um meio de transporte mais eficiente e mais barato.

O terceiro grupo da historiografia aumentou as perspectivas de estudo sobre as ferrovias no país, sobretudo a partir do fim da década de 1980. Ressalta-se aqui a ideia de a ferrovia configurar-se

⁷ Destacam-se o trabalho de Adolfo Pinto (1903) e de Clodomiro Pereira da Silva (1904).

⁸ Destacam-se Odilon Nogueira de Matos (1974), Sérgio Milliet (1982, c. 1940), Julian Smith Duncan (1933), Flávio Saes (1974) e Robert Mattoon (1971).

um símbolo dos ideais de modernidade, progresso e civilização em oposição à barbárie. Francisco Foot Hardman (1988) e Maria Inês Malta Castro (1993), no entanto, tratam da barbárie como sendo criada em virtude do progresso e da modernidade, enquanto, Simone Narciso Lessa (1993) trabalha a ideia de barbárie como existente aos olhos dos contemporâneos para representar os lugares onde o progresso, seja material ou cultural, ainda não tivesse chegado.

Dessa forma, o impacto causado pela transformação nos transportes teria se dado pelo fato de que mesmo os lugares mais remotos começavam a interligarem-se por meios de comunicação sem precedentes no que se refere à velocidade, capacidade de transporte, circulação de pessoas, mercadorias e culturas as mais diversas.

Os autores desses grupos ao trabalharem questões econômicas, sociais, culturais e políticas como partes do processo de implantação das estradas de ferro colocam apenas *en passant* questões como as implicações da inserção dos trilhos e estruturas ferroviárias nas cidades ou como a arquitetura das edificações “dialogavam” com a arquitetura local.

Assim, muito embora a partir da década de 1980 tenham surgido autores preocupados com as relações simbólicas estabelecidas pela ferrovia nos lugares pelos quais passou e quais as implicações sociais de sua instalação naqueles lugares, as estruturas ferroviárias, como as estações, foram tratadas nos trabalhos como consequência do processo por eles examinado.

Em outras palavras, a historiografia, sobretudo no que foi chamado acima de segundo grupo, apresenta em seus estudos uma realidade praticamente “imaterial”. Sua preocupação com as questões econômicas parece ter desmaterializado a história das ferrovias no sentido de que inseriu suas estações, por exemplo, em um processo histórico produtor de um sentido avassalador e quase inexorável. Esses discursos dão a impressão de que no momento em que houvesse diminuição de acúmulo de capitais a partir das matérias-primas que as sustentavam, associados ao crescente investimento no transporte rodoviário, era esperado que as ferrovias entrassem em decadência e suas estruturas caíssem em desuso. Nesses trabalhos as pessoas e seus referenciais culturais são meros coadjuvantes e as edificações são meros cenários, enquanto a acumulação capitalista é o ator principal no teatro da história ferroviária.

Portanto, apesar do volume de obras que se pode encontrar sobre ferrovias, dos quais foram citados apenas alguns exemplos, é visível a insuficiência de trabalhos mais específicos que tentem compreender o passado das ferrovias por meio de sua materialidade, além da possível inexistência de trabalhos no campo da história que tratem especificamente das estruturas ferroviárias, sobretudo das estações.

Isso, entretanto, não significa que não houve esforços nesse sentido, pois existem pesquisas em outras áreas do saber que dialogam com a história e que têm como foco a cultura material produzida pelas ferrovias no país, como de estudos nos campos da arquitetura, com os trabalhos de Beatriz Mugayar Kühl (1998) e Ana Villanueva (1996) e da arqueologia, como Daisy Morais (2004).

Esses trabalhos, porém preocupam-se em traçar a história da arquitetura das edificações ferroviárias sem dar atenção à inserção dessas estruturas no cotidiano dos locais aos quais as ferrovias haviam chegado. Assim, tais obras ao tratarem de questões arquitetônicas e urbanísticas acabaram por restringir suas análises ao âmbito das disciplinas em que são desenvolvidas e deixaram em grande medida a historicidade desses espaços em segundo plano, senão apenas como contexto.

Em síntese, o que se encontrou costumeiramente na bibliografia sobre ferrovias no Brasil foram trabalhos que acabaram por inserir suas estruturas em um processo que desmaterializou sua história; estudos em que se privilegiaram questões sociais, culturais e simbólicas, entre outras, mas que deixam os espaços das ferrovias em segundo plano por suas questões serem diferentes; e, por fim, estudos em que a materialidade ferroviária é central, mas a historicidade das mesmas é secundária, senão para contextualizá-las, também porque as preocupações de tais trabalhos são diferentes dos outros.

Nesse sentido, a contribuição dessa pesquisa está na produção de um estudo preocupado com a materialidade das ferrovias, no caso a estação ferroviária da Companhia Paulista em Campinas, que aprofunde a compreensão de sua história de forma ampla e ainda se preocupe em chamar a atenção para sua preservação, conservação e possíveis formas de se reutilizar aqueles espaços que estejam em desuso.

2. O primeiro edifício da estação (1872-1884): estrutura simbólica em um momento de transição.

A força do evento de inauguração da linha férrea até Campinas em 11 de Agosto de 1872 ganhou destaque entre os historiadores e memorialistas da cidade ao longo dos anos. A descrição

daquele momento feita pelo jornal *Gazeta de Campinas* evidencia a sensação de que a cidade vivia um momento que deveria ficar lembrado como o que iniciou um novo tempo na cidade, provocador de mudanças estruturais e transformadoras do cotidiano e das sensibilidades, em que a ferrovia era representativa de progresso material, mas também da possibilidade de trazer à Campinas valores ligados à noção de progresso e civilização então existentes, de cosmopolitismo, que propiciaria “intercâmbios culturais”, romperia quaisquer barreiras entre os homens e traria um futuro de prosperidade por onde quer que seus trilhos passassem.

Nesse sentido, tais valores podem ser verificados na cidade por meio das transformações urbanas em que se destacam, para além da própria ferrovia, a chegada da iluminação, do telégrafo, além de calçamentos em diversas ruas. Desse modo, a ferrovia foi responsável direta ou indiretamente por melhorias urbanas praticamente desde o início dos trabalhos na linha, além de ser evidência e acelerador da transformação da perspectiva que se tinha na época sobre a cidade.

Assim, a inserção da estação ferroviária trouxe mudanças profundas à área em que foi instalada, tendo promovido diversas melhorias, fazendo com que a área próxima à estação ganhasse importância e o interesse sobre ele passasse a crescer, além de ter provocado a expansão do centro até o local.

Embora tratar da arquitetura da primeira estação traga grandes dificuldades, pois as informações são escassas, destacam-se, duas imagens representando a frente do edifício: a primeira, de autoria de Jules Martin, representa o cotidiano da estação e foi a primeira imagem impressa publicada na cidade, no *Almanaque Literário* para 1873. A segunda, apesar de evidenciar o grande porte da estação, de um ângulo um pouco diferente, não tem autoria certa e nem data de produção. Ambas mostram a extensão da fachada do edifício e evidenciam que a estrutura da primeira configuração da estação de 1872 era “de grande porte e de linhas classicizantes”, (KÜHL, 1998: 156) com um corpo central, provido de um relógio e dois laterais, sendo que a plataforma não ocupava toda a extensão da parte detrás do edifício, mas apenas ao longo do corpo central.

Figura 1. Gravura de Jules Martin, 1872.



Fonte: CMU.

Figura 2. Autoria desconhecida, s/d



Fonte: CCLA

A imagem de Jules Martin revela o cotidiano da estação ferroviária, a necessidade de se estar na estação para esperar alguém a tal hora, de se pegar o trem noutra, de se buscar despachar correspondências, de ir do centro à estação em trolés por conforto ou necessidade, pressa ou requinte, dentre outras atividades, expressam a sensação de movimento e evidenciam a transformação da própria temporalidade da cidade.

Apesar de os relatórios da Companhia Paulista fornecerem diversas informações sobre o que se estava fazendo na ferrovia, não há menção alguma sobre como eram construídas as edificações, embora haja grande destaque para as questões técnicas referentes às linhas ferroviárias.

Percebe-se pelas imagens que a edificação estava situada no perímetro da cidade de modo que sua fachada estava voltada para ela e sua plataforma, por onde passariam os trens, estava voltada para áreas até então não ocupadas efetivamente. Assim, a estação ferroviária poderia ser tomada como mediadora na convivência entre o homem e a máquina e entre o que era “tradicional” e o que era “novidade” nas cidades.

Em Campinas é perceptível que a ferrovia tenha representado uma mudança em termos de desenvolvimento urbano da cidade. Entretanto, no que se refere à questão arquitetônica, não há uma verdadeira ruptura entre o primeiro edifício da estação e os outros edifícios da cidade, e por isso ela poderia fazer de forma mais paulatina o papel de mediadora entre a cidade ainda possuidora de traços coloniais e a ferrovia, um dos símbolos da era industrial.

Entretanto, por não haver indício do uso de ferro em sua plataforma, que faria essa transição, é possível que ocorresse justamente o contrário. Ou seja, haveria uma ruptura em que o transeunte passaria de uma edificação integrada à cidade ao “mundo industrial”, ao contato com a maquinaria.

Inicialmente, então, o destaque da primeira estação como edificação não se deve por se diferenciar das outras construções, mas por sua posição na cidade e sua ampla volumetria para

comportar sua função, pois era um edifício de grande porte, ligada a um símbolo industrial, a ferrovia. Entretanto, apesar de ser uma construção ligada a um dos símbolos do progresso material, ela se constituiu uma edificação ligada à tradição arquitetônica da cidade.

Figura 3. Campinas no ano de 1880.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Campinas

Na imagem acima, o detalhe da esquerda evidencia a estação, presente bem ao fundo na imagem, atrás da Igreja Matriz Nova. Ao observar outras edificações da cidade é possível notar que a estação estava numa área mais elevada em relação ao centro, o que permite a visualização de sua dimensão, pois, embora esteja distante, aparece claramente. No detalhe à direita está presente uma maria-fumaça passando pelos trilhos que seriam da Companhia Mogiana, fundada em 1873 e cuja inauguração do tráfego ocorreu em 1875.

A imagem apresenta uma visão panorâmica da área urbanizada, cujo ponto de vista é de uma área considerada nos jornais como um dos grandes melhoramentos da cidade (o Jardim Público), destaca duas das principais edificações da cidade (a Matriz Nova e a estação) e evidencia um dos grandes adventos tecnológicos daquele período (a ferrovia). Por sua composição, a imagem parece fazer uma apologia à cidade e a seu desenvolvimento.

A força das imagens e metáforas utilizadas para descrever a chegada da ferrovia com toda sua maquinaria permite ter ideia do impacto causado nas pessoas em termos de sensibilidade do espaço. Em certo sentido, a estação, por não representar uma ruptura com as outras edificações da cidade, poderia ser um atenuante dos impactos com a maquinaria ferroviária, preparando cotidianamente os cidadãos para o contato com os artefatos industriais, ao mesmo tempo em que se constituía símbolo dos mesmos.

Desse modo, essa edificação pode ser vista como um representante do momento de transição pelo qual passava a cidade, na qual uma nova forma de pensar o espaço urbano, como foi colocado anteriormente, estava ganhando vulto. Em contrapartida, pode-se pensar essa edificação como representativa da cidade que antecede o processo de transformações pelas quais Campinas havia passado no último quartel do século XIX, pois suas características estéticas a ligavam com as edificações com caráter colonial.

A estação da cidade adquiriu a conotação de elemento de transição em dois sentidos: de um lado, para estudos que passem pela análise da urbanização em Campinas, a estação se constitui símbolo de um processo histórico, a transição da cidade dita colonial para a cidade cujo objetivo maior era estar em fase com as grandes novidades *modernas* do século XIX.

De outro lado, a estação é significativa por ser um espaço em que novas sensibilidades teriam aflorado, por representar uma transição entre o “mundo” até então conhecido das pessoas de Campinas e o “mundo” das infinitas possibilidades que a ferrovia trazia como símbolo do progresso e da modernização.

Além disso, a primeira estação fez parte de um processo no qual a “arquitetura burguesa” do século XIX passou a ser reconhecida como portadora de uma linguagem de símbolos oficiais, uma expressão de autoconfiança, manifesta em edificações cuja dimensão extraordinária nada tinha a ver com as finalidades a que se destinavam, mas com a proclamação da riqueza e do poderio das cidades. (BRESCIANI, 1984/1985: 43).

Embora não se tenha dados sobre o método utilizado na sua construção, a primeira estação da Companhia Paulista, ao menos esteticamente, parece expressar de forma simbólica na sua arquitetura a ideia de cidade em transição, e não apenas a carga simbólica própria das ferrovias, no que se refere aos ideais de industrialização e modernização.

Em meados da década de 1880, a edificação foi reestruturada completamente, após uma série de pequenas mudanças e reformas na edificação original ao longo da década de 1870 até 1884, quando adquiriu novos contornos na sua arquitetura.

Figura 4. A estação de Campinas em 1880



Fonte: Museu da Cidade de Campinas

Antes, porém, houve uma modificação significativa na estação, quando em 1880, *na estação de Campinas o alpendre foi prolongado afim de que os passageiros possam entrar ou sair dos trens sem se molharem, assim também foi colocado fora do vestibulo, dando assim mais espaço para o movimento dos passageiros, o escritório para despacho de bagagem. Também foi arranjado n'um quarto grande dentro do edificio dos viajantes, um restaurante.*⁹

A imagem acima, até então única fotografia que se tem da estação original da Companhia Paulista, evidencia a ampliação do *alpendre* que consta no relatório e permite a visualização das características da edificação, como o fato de parte da mesma ter sido construída em tijolos. Na fotografia, a parte frontal do edifício, voltada à cidade está à direita e, à esquerda, pode-se ver uma maria-fumaça e um poste provavelmente da rede-telegráfica.

A presença das pessoas na plataforma permite ter uma ideia mais precisa do prédio e evidencia sua grande dimensão. A construção de um restaurante e do alpendre demonstra maior valorização dos passageiros, pois visa oferecer mais conforto aos que transitavam nas linhas.

Poder-se-ia sinalizar essa mudança como significativa no que se refere à valorização daquele espaço, que com o passar do tempo, curto relativamente (12 anos), precisou ser ampliado. Tal ampliação se desenvolveu por meio de uma reforma radical, que rompe com as características arquitetônicas da estação original e da própria cidade, mas é simbólica no que se refere à maneira como Campinas deveria ser pensada.

3. O segundo edificio da estação (1884-1900): evidência de um novo olhar sobre a cidade.

Com a intensificação do tráfego ferroviário e o paralelo desenvolvimento urbano, Campinas adquirira vulto, sobretudo, por sua produção cafeeira, o que levou vários autores a colocá-la como o maior centro produtor de café de São Paulo e um dos maiores do país, se não fosse o maior.¹⁰

Entretanto, ao mesmo tempo em que houve um crescente aumento do movimento de cargas e passageiros na estação de Campinas, a edificação começou a evidenciar problemas estruturais que exigiram constante atenção da Companhia Paulista.

Seja pelos problemas do prédio ou pelo aumento do tráfego ferroviário, o fato é que a edificação começou a evidenciar problemas estruturais, passou a exigir constante atenção da Companhia Paulista, de modo que a partir de 1884 a Companhia Paulista iniciou um trabalho de reestruturação completa da estação de Campinas, concluído em 1889, como consta no relatório daquele ano: *demoliu-se a estação velha de Campinas, e calçou-se a frente da nova com paralelepípedo.*

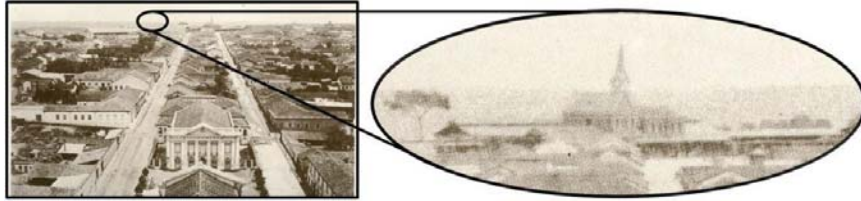
A nova estação de Campinas seguiu “padrões arquitetônicos ingleses, no estilo gótico vitoriano”.¹¹ Sem seguir a simetria da edificação anterior, a nova construção era de tijolos aparentes e tinha como elemento mais marcante a torre do relógio. As duas fotografias abaixo evidenciam com precisão as características da edificação.

⁹ MFJ. Relatório da Companhia Paulista. 29 de Fevereiro de 1880. Pp. 13-14. “Obras e estações”.

¹⁰ Cf. BADARÓ, R. (1996), SEMEGHINI, U. C. (1991), e MATOS, O. N. de. (1974).

¹¹ Histórico da Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Campinas realizado por Nestor Goulart dos Reis Filho para o Processo de Tombamento pelo CONDEPHAAT. Processo n°. 20682/78.

Figura 5. Fotografia do centro da cidade voltado para estação.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Campinas

Dentre as diversas imagens encontradas da segunda estação, esta acima, em que ela aparece em toda sua extensão, ao fundo na imagem, é a que permite visualizar com mais nitidez sua primeira configuração. A estação, ao fundo, destaca-se na paisagem, a torre eleva-se muito acima das edificações em redor, e atrás se vê um vasto espaço aberto.

Figura 6. A estação de Campinas após a reforma de 1884



Fonte: MIS

Ainda que a reconstrução tenha ligação apenas com problemas estruturais do edifício original, pelas mudanças que provocou sua configuração, esta intervenção permite levantar algumas questões que vão além de uma simples reforma estrutural, pois parece conferir de modo mais intenso, o status de entrada da cidade, de “porta da cidade”, tanto física quanto simbolicamente. Consta-se nitidamente que a reestruturação da edificação foi radical e conferiu a ela maior monumentalidade se comparada à primeira configuração. Assim, esta intervenção foi representativa por trazer à tona uma nova simbologia da estação, para além daquela inerente ao edifício, na medida em que ela parece denotar uma mudança nos modos de se “encarar” a cidade, uma vez que Campinas buscava ostentar ares de civilizada e progressista na materialidade que a compunha.

*Entre Campinas desse tempo [1869], que já se preparava com ares de moça civilizada e gentil, e a de hoje, existe como que um abismo,*¹² afirma um folhetim publicado na Gazeta de Campinas em 1884. Abismo esse que significa uma mudança de status da cidade perante sua própria população e as pessoas que por ela passavam, perante as cidades vizinhas e também perante outros centros urbanos.

Inúmeras são as evidências de que o modo de encarar a cidade se transformava naquele momento, o que exigia espaços e edificações condizentes com os anseios da população. Porém, isso somente pode ser afirmado a partir da estação ferroviária ao se levar em conta que a mudança radical em sua estrutura ocorre paralelamente a outras reestruturações em outras edificações de relevância na cidade. Isso porque a documentação consultada expressa certo “silêncio” com relação à estação nas críticas à cidade: ela não figura como uma edificação significativa nem como uma das edificações que precisariam ser remodeladas ou reformuladas. Ainda assim, os princípios estéticos que regeram as configurações daquela edificação poderiam ter assinalado posições sociais da empresa e daqueles que de algum modo se ligavam a ela. E, além de a estação poder ser tomada como um símbolo da pujança daqueles grupos, ela poderia representar a própria pujança de Campinas, refletida em seu progresso material e cultural aos olhos dos contemporâneos.

¹² AEL. Gazeta de Campinas. 31 de Outubro de 1884. P. 02. “Reflexões do passado”.

Assim, tem-se a estação como elemento simbólico, pois foi representação da pujança da cidade e do status dos investidores da Companhia Paulista, mas, sobretudo, do progresso e civilização aspirados. Transformou o cotidiano na cidade ao dar entrada para um mundo repleto de novidades, para tecnologia e para técnica, para a maquinaria ferroviária, como também se configurou um marco territorial urbano.

4. Considerações finais

A situação da antiga Companhia Paulista insere-se no contexto de decadência ferroviária que assolou o Brasil na segunda metade do século XX. Hoje, a antiga estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro passou a ser um centro cultural (*Estação Cultura - Prefeito Antônio da Costa Santos*), sua materialidade, pervertida de significado, foi posta quase como estorvo. Remanescente de um passado pouco conhecido ou simplesmente lembrado em tom nostálgico para a grande parte das pessoas, a edificação adquiriu diferentes significados ao longo dos anos tanto nas representações sobre ela quanto na sua função.

Assim, a principal inquietação que moveu essa pesquisa foi a constatação de que, com a decadência da função primordial da estação, as representações sobre ela se modificaram e sua própria significação para a cidade foi transformada em sua trajetória. Por isso, almejou-se compreender como se deu essa transformação a partir das diferentes representações simbólicas daquela edificação para Campinas-SP. A base teórica para a construção de um método de análise do objeto desta pesquisa pautou-se no diálogo com outras disciplinas, dentre as quais se destacaram a arquitetura e a arqueologia, sendo que esta última forneceu elementos à análise da edificação como cultura material, tratando-a como a materialização de expressões culturais daquela sociedade que a gerou.

A estação alterou o planejamento da cidade, suas sensibilidades e temporalidades além de ter se constituído um espaço de alteridade. Dessa forma, sua estrutura e o espaço por ela ocupado materializaram as diversas possibilidades de significação daquele edifício à cidade de Campinas. Sua trajetória, sobretudo nas últimas décadas do século XX, é emblemática no que se refere à própria história dos espaços ferroviários contemporaneamente. Seu tombamento como patrimônio, bem como sua posterior reutilização foram as únicas maneiras de se garantir a existência daquela estrutura, embora sua conservação não tenha sido assegurada. Entretanto, portadora de carga simbólica que a colocava mais em ligação com seu passado, distante da realidade contemporânea, a edificação precisou ser resignificada, por meio de seu tombamento, e refuncionalizada, por meio de sua transformação em espaço cultural, para garantir sua inserção na cidade não como ruína, mas como uma edificação cujas possibilidades de utilização ainda não se esgotaram.

Bibliografia

- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. 1996. Campinas: o despertar da modernidade. Campinas: CMU.
- BRESCIANI, Maria Stella M. 1984/1985. "Metrópoles: as faces do monstro urbano". RBH V. 05 Nº. 8/9. Pp. 35-68.
- CASTRO, Maria Inês Malta. 1993. O preço do progresso. A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. (1905-1914). Campinas: Dissertação de Mestrado/ UNICAMP.
- DUNCAN, Julian Smith. 1932. Public and private operation of railways in Brazil. New York, MAS.
- HARDMAN, Francisco F. 1988. Trem fantasma. São Paulo: Cia. Das Letras.
- KÜHL, Beatriz M. 1998. Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura.
- LESSA, Simone Narciso. Trem de ferro: cosmopolitismo no sertão. Campinas: Dissertação de Mestrado/UNICAMP, 1993.
- MATOS, Odilon Nogueira de. 1974. Café e ferrovias. São Paulo: Alfa-Omega.
- MATTOON, Robert H. 1971. The Cia. Paulista de Estradas de ferro (1868-1900): a local railway enterprise in São Paulo. Tese de Doutorado/Yale University.
- MILLIET, Sérgio. 1982. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec.
- PINTO, Adolpho Augusto. 1903. História da Viação Pública de S. Paulo. São Paulo: Vanorden.
- REIS, Nestor Goulart. 2004. Estação cultura: patrimônio ferroviário do povo de Campinas. São Paulo: Via das Artes.
- SAES, F. A. M. 1974. As ferrovias de São Paulo Paulista, Mogiana e Sorocabana 1870 – 1940. São Paulo: Hucitec.

SEMEGHINI, Ulisses C. 1991. Do café à indústria: uma cidade e seu tempo. Campinas: UNICAMP.

SILVA, Clodomiro Pereira da. Política e Legislação de Estradas de Ferro. São. Paulo: Laemmert, 1904.

VILLANUEVA, Ana. 1996. Preservação como projeto: área do pátio ferroviário central das antigas Cia. Paulista e Cia. Mogiana – Campinas – SP. São Paulo: Dissertação de Mestrado/FAU-USP.

Documentação

Almanaque de Campinas. Anos de 1872 e 1873.

Jornal Gazeta de Campinas. Série documental entre 1869 e 1888.

Histórico da Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Campinas realizado por Nestor Goulart dos Reis Filho para o Processo de Tombamento pelo CONDEPHAAT. Processo nº. 20682/78.

Histórico da Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Campinas para o processo de tombamento pelo CONDEPACC. Processo no. 004, 21 de Fevereiro de 1989.

Relatórios da Companhia Paulista.

Arquivos

Arquivo da Câmara Municipal de Campinas (CMC); Arquivo do Museu da FEPASA em Jundiaí (MFJ); Arquivo Edgar Leuenroth (AEL); Arquivo Municipal de Campinas (AMC); Museu da Imagem e do Som (MIS); Museu da Cidade de Campinas (MUCI).

THE EFFECTS OF PLACE OF RESIDENCE ON TOURIST MOTIVATIONS: THE CASE OF URBAN QUADRANGLE OF MINHO

Laurentina Vareiro

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Universidade do Minho, CICS
lvareiro@ipca.pt

Raquel Mendes

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
rmendes@ipca.pt

Abstract

The aim of this preliminary study is three-fold. Firstly, the study identifies the push and pull motivational factors of residents of the Urban Quadrangle of Minho. Secondly, the study examines whether there are differences between the tourist motivations of residents of the four different municipalities. Finally, the study investigates if there are any differences in the motivations of those who choose national and international destinations.

Keywords: Factor analysis, push and pull motivations, Urban Quadrangle of Minho, tourism.

Resumo

Os objetivos deste estudo preliminar são a três níveis. Em primeiro lugar, identificar os fatores motivacionais push e pull dos residentes do Quadrilátero Urbano do Minho. Em segundo lugar, o estudo examina se há diferenças entre as motivações turísticas dos residentes destes quatro municípios. Finalmente, o estudo investiga se existem diferenças nas motivações daqueles que escolhem destinos nacionais e internacionais.

Palavras-Chave: Análise factorial, motivações push e pull, Quadrilátero Urbano do Minho, turismo.

1. Introduction

Insight on the needs and preferences of tourists represents a key success factor in the tourism industry. This insight may be an important policy tool for tourism planners and managers in the development of products and marketing strategies.

This preliminary study is focused on the underlying reasons for the travel decisions of the residents of the Urban Quadrangle of Minho (composed of the municipalities of Barcelos, Braga, Guimarães, and Vila Nova de Famalicão). The aim of the research is three-fold. Firstly, the study identifies the push and pull motivational factors of residents of the Urban Quadrangle of Minho. Secondly, the study examines whether there are differences between the tourist motivations of residents of the four different municipalities. Finally, the study investigates if there are any differences in the motivations of those who choose national and international destinations.

Relying on data collected from questionnaires that were administered in 2012 to residents of the Urban Quadrangle of Minho, the empirical analysis was conducted based on the push and pull motivational framework. A principal component factor analysis is employed to identify push and pull factors. The mean scores of these factors are then compared across the four municipalities of the Urban Quadrangle of Minho to understand what factors are perceived more important for residents of each municipality. Additionally, these mean scores are used to determine decisive factors in the destination choice (national or international) of residents of the Urban Quadrangle in 2011.

This paper is organized as follows. The first section is dedicated to a brief literature review of tourism motivation. The second section describes the methodology used for empirical purposes, while the third section presents and discusses the estimated results. The main conclusions are reported in the final part of the paper.

2. Tourism Motivational Framework

Motivation is the fundamental reason for travel behavior and plays an important role in understanding the decision making process of tourists. There are several theoretical frameworks concerning tourism motivation. One of the most commonly applied motivational frameworks is the two-dimensional push and pull approach. The importance of push and pull factors in shaping tourist motivation was proposed by Dann (1977). Push factors are socio-physiological motives that help to explain the individual's need to travel, such as the desire for rest, relaxation, health, and adventure. These factors are referred to as intangible forces that are internal to individuals and that push them into making travel decisions.

Pull factors are related to destination choice. They emerge as a result of the attractiveness of the destination's attributes, such as historical and cultural resources, beaches and recreation facilities. These pull factors are defined as tangible forces that are external to individuals and that pull them

towards the travel destination. The main idea underlying the push and pull approach is that travel decision is formed in a two-stage sequence. The individual is initially pushed to travel by internal desires, and then pulled by external resources related to the destination.

Based on Dann's (1977) theoretical framework, Crompton (1979) conceptualized motivational factors that influence tourists' decisions. Nine motivational categories were identified. These categories were classified as either socio-psychological (push) motives or cultural (pull) motives. The socio-psychological motives include: "escape from a perceived mundane environment"; "exploration and evaluation of self"; "relaxation"; "prestige"; "regression"; "enhancement of kinship relationships"; and "facilitation of social interaction". The cultural motives were identified as "novelty" and "education".

Several studies aimed at capturing the underlying reasons for travel decisions are based on the push and pull motivational approach (e.g., Andreu, Bigné and Cooper, 2000; Jang and Cai, 2002; Jonsson and Devonish, 2008; Kim and Jogaratnam, 2003; Kim, Jogaratnam and Noh, 2006; Kozak, 2002; McGehee, Murphy and Uysal, 1996; Meng and Uysal, 2008).

3. Methodology

This study investigates the push and pull motivational factors of the residents of the Urban Quadrangle of Minho, composed of the municipalities of Barcelos, Braga, Guimarães, and Vila Nova de Famalicão. This association of municipalities aims to create synergy and allow a greater assertiveness, promote competitiveness, innovation and internationalization of the municipalities acting as a whole (Câmara Municipal de Braga, 2008). These four municipalities are included in the same district, and the geographical distance between them is of about twenty miles. This group of municipalities has a total of about 600,000 inhabitants (120,391 in Barcelos, 181,874 in Braga, 158 124 in Guimarães and 133 832 inhabitants in Vila Nova de Famalicão – INE, 2011). This region has a young population, likely to travel, and has faced a significant increase of tourists and events (e.g., Euro 2004, Guimarães European Capital of Culture 2012 and Braga European Youth Capital 2012). For all of these reasons, it is important to know what are the tourist motivations of the regions' residents, motorize these motivations over time and assess the extent to which major events and the growth of tourism changes/affects their tourist motivations. This study is a first step for these broader objectives.

3.1. Questionnaire instrument and data collection

The questionnaire consists of three main sections. In the first section, information about push and pull motivation is collected. Respondents are asked to specify how important each item is to them when making travel decisions using a five-point Likert scale (1 = not at all important; 2 = not very important; 3 = neutral; 4 = important; 5 = very important). A total of 23 push and 30 pull motivation items was used based on previous empirical research, namely a study conducted by Kim, Jogaratnam and Noh (2006). In the second section, respondents were asked to specify general information about their tourist travel made in 2011 (number of trips, length of stay, destination, travel group size, major reason for travel, trip organization). In the final section, information on socio-demographic characteristics such as gender, age, residence, marital status, education and household income was collected.

In the beginning of March 2012, a pre-test involving 10 graduate students was carried out. This exercise made it possible, among other things, to discover and correct any potential problems. Minor changes, mostly related to the clarity of the questions, were included in the final questionnaire.

In order to create the sample, the Director of Superior School of Management of the Polytechnic Institute of Cávado and Ave (authors' affiliation) was contacted. This school is located in Barcelos and most of its students are residents in the geographical area of the study. This allowed the coverage of the four municipalities that compose the Urban Quadrangle of Minho.

This graduate school was chosen due to the facility to contact the students and ask them for help in implementing the survey. Four questionnaires were distributed to each student from selected classes. One of the questionnaires should be answered by the student and the remaining should be filled out by family or friends that were residents in the cities in analysis. The students were asked to return the filled out questionnaires within a two weeks' time schedule. A total of 295 usable surveys were returned; however, it was found that only 257 were from residents of the municipalities under analysis.

The sample revealed itself to be biased given the underrepresentation of residents from Guimarães and Vila Nova de Famalicão. A new attempt to ensure the representativeness of the study population was made. New data were obtained during the month of October. However, the results

are not yet available. This bias is a limitation of the present study.

3.2. Data analysis

The data analysis in this study consisted of three stages. First, push and pull motivation factors were ranked and the five most important and the five least important were highlighted. The principal components factor analysis was employed separately to the push and pull expressions in order to identify underlying dimensions associated with residents' motivations for tourist traveling. A varimax rotation, the most common choice in the orthogonal rotation method, was used since it generally provides easier interpretation and the resulting factors were expected to be utilized in the subsequent analysis (Hair, Anderson, Tatham and Black, 1998). A cut-off eigenvalue of one was pre-determined. All items have factor loadings greater than 0.4 and were retained for each factor grouping. Cronbach's alpha was applied to test the reliability of factor groupings. The factors with alphas greater than 0.6 were retained for further analysis (Hair *et al.*, 1998). Second, based on the results of the factor analysis, independent sample t-tests were used to examine the differences regarding push and pull motivation between the residents of the four different municipalities. The mean scores of push and pull factors were compared across municipalities to understand what factors were perceived more important for residents of each municipality. Finally, these means were also used to investigate if there are any differences in the motivations of those who choose national and international destinations.

Data were analyzed using the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), version 19.0.

4. Results

Table 1 summarizes the socio-demographic profile of the survey sample. The respondents were mostly female (59.9%) and married (49.8%). The largest age cohort of respondents was the one aged between 25-44 years old (35.8%), followed by the 15-24 years old (29.2%). Despite the effort made to insure a better representativeness of the population of the Urban Quadrangle of Minho, the cohorts cited were overrepresented and the 45-64 years old respondents remained under-represented in the sample (57.5% was the corresponding Urban Quadrangle proportion).

A total of 37.5% of the survey respondents was endowed with a secondary education and 33.2% with a higher education level.

Table 1. Sample profile

| | Total (N=257) |
|----------------------------|-------------------------|
| Gender | |
| Female | 59.9% |
| Male | 40.1% |
| Age | |
| 15-24 | 29.2% |
| 25-44 | 35.8% |
| 45-64 | 23.7% |
| 65 and over | 11.3% |
| Marital status | |
| Single | 42.4% |
| Married | 49.8% |
| Divorced | 4.3% |
| Windowed | 3.5% |
| Education | |
| Primary | 29.2% |
| High school | 37.5% |
| Graduate school | 30.0% |
| Master/PhD | 3.2% |
| Household income | |
| Under 500 euros | 15.9% |
| 501-1000 euros | 39.1% |
| 1001-2500 euros | 39.1% |
| Over 2500 euros | 6.0% |
| Travel arrangements | |
| Complete package | 14.2% |
| Half board | 5.2% |
| Individually organized | 77.4% |
| Other | 3.3% |
| Municipality | |
| Barcelos | 40.1% |
| Braga | 37.4% |
| Guimarães | 10.5% |
| Vila Nova de Famalicão | 12.1% |

Source: Authors' own survey data.

4.1 Importance ranking of travelers' motivations

The importance levels of the Quadrangle travelers' motivations were measured on a five-point Likert scale (1 = not at all important; 2 = not very important; 3 = neutral; 4 = important; 5 = very important). Table 2 shows the importance rankings of 53 motivation expressions delineated into the push and pull categories.

With mean scores above 4.1, the most important push items include “to spend time with friends/someone special” (4.29), “seeing/experiencing a new destination” (4.20) and “to spend time with my family” (4.13). On the other hand, “meeting the opposite sex” (2.54) and “to do nothing” (2.74) were considered the least important. The top five items of pull factors included “clean/comfortable accommodations” (4.54), “security” (4.42) and “availability of information about destination” (4.22). The least important pull items were related to “game (bingos, casinos ...)” (2.26), “to participate in sport events” (2.56) and “to view sport events” (2.75).

Table 2. Importance rankings of push and pull motivations

| | Rank | Items | Mean | SD | |
|-------------|-----------------|-------|---|------|------|
| Push | Most important | 1 | To spend time with friends/someone special | 4.29 | 0.82 |
| | | 2 | Seeing/experiencing a new destination | 4.20 | 0.82 |
| | | 3 | To spend time with my family | 4.13 | 0.96 |
| | | 4 | To reduce stress | 4.08 | 0.96 |
| | | 5 | Enjoying good weather | 4.03 | 0.96 |
| | Least important | 1 | Meeting the opposite sex | 2.54 | 1.23 |
| | | 2 | To do nothing | 2.74 | 1.26 |
| | | 3 | Going places that friends have not visited | 2.88 | 1.10 |
| | | 4 | Visiting where my family came from | 3.16 | 1.15 |
| | | 5 | Talking about trips after returning home | 3.23 | 1.13 |
| Pull | Most important | 1 | Clean/comfortable accommodations | 4.54 | 0.62 |
| | | 2 | Security | 4.42 | 0.78 |
| | | 3 | Availability of information about destination | 4.22 | 0.72 |
| | | 4 | Beautiful landscapes and scenery | 4.17 | 0.84 |
| | | 5 | Good value for the cost | 4.12 | 0.88 |
| | Least important | 1 | Game (bingos, casinos ...) | 2.26 | 1.23 |
| | | 2 | To participate in sport events | 2.56 | 1.17 |
| | | 3 | To view sport events | 2.75 | 1.11 |
| | | 4 | Business/profession | 2.76 | 1.19 |
| | | 5 | Nightlife (bars, clubs ...) | 2.90 | 1.29 |

Source: Authors' own survey data.

Note: Respondents were asked to indicate the importance of each motivation when taking a tourist trip (1 = not at all important; 2 = not very important; 3 = neutral; 4 = important; 5 = very important).

4.2 Push and pull factors

In order to determine the underlying dimensions of the correlated destination attribute variables, the 23 push and 30 pull items were factor analyzed utilizing two principal components analysis with varimax rotation.

Push factors. The desires rising within travelers' mind, which trigger actual behavior, represent the push factors (Jang and Cai, 2002). Six factors were derived from the factor analysis of 23 push items (Table 3). These factors explained 62.92 percent of the variance. The first push factor was labeled "learning/knowledge" and accounted for 26.56 percent of the variance. It had a reliability alpha of 0.82 with an eigenvalue of 6.11. The second factor, labeled "family/friends" was comprised of 4 items: "visiting friends/relatives", "visiting where my family came from", "to spend time with my family" and "seeing nature". With an eigenvalue of 2.65, it captured 11.51 percent of the variance in the push motivation. The third factor, named "exhibitionism/eccentricity" explained 7.90 percent of the variance with a reliability alpha of 0.68. The fourth factor was labeled "relaxation" with 7.09 percent variance explained and a reliability alpha of 0.76. With a reliability coefficient of 0.70, factor five, namely "fun/adventure", accounted for 5.24 percent of the variance. The sixth push factor was labeled as "enjoyment" since it incorporated the items of "to spend time with friends/someone special" and "enjoying good weather". It had the lowest explanatory power (4.62 percent) with a reliability alpha of 0.62.

In sum, two factors, "learning/knowledge" and "family/friends", captured 38.07 percent of the push variance, contributing to explaining much of why the residents of the Urban Quadrangle of Minho travel.

Under the structure of the five-point scale for motivations used in the survey, 3 can be interpreted as an indifferent point that does not make a distinction between importance and unimportance. The higher the mean score is, the more important the motivation factor is. With the highest mean importance of 4.17, "enjoyment" was the most significant factor to the Quadrangle of Minho travelers. Another material factor was "learning/knowledge" with a mean of 3.92. It suggests that these factors were the main reasons for the residents of the Quadrangle of Minho travel decisions.

Table 3. Factor analysis for push motivation

| Push factors (Reliability alpha) | Loading | Eigen-values | Explained variance | Mean |
|---|---------|--------------|--------------------|-------------|
| 1: Learning/knowledge (0.82) | | 6.11 | 26.56 | 3.92 |
| Experiencing a new culture | 0.85 | | | |
| Learning something new | 0.77 | | | |
| Seeing many attractions | 0.72 | | | |
| Seeing/experiencing new destination | 0.64 | | | |
| Experiencing new/different life-style | 0.55 | | | |
| 2: Family/friends (0.74) | | 2.65 | 11.51 | 3.76 |
| Visiting friends/relatives | 0.78 | | | |
| Visiting where my family came from | 0.77 | | | |
| Spending time with my family | 0.67 | | | |
| Seeing nature | 0.48 | | | |
| 3: Exhibitionism/eccentricity (0.68) | | 1.82 | 7.90 | 3.07 |
| Talking about trips after returning home | 0.78 | | | |
| Going places friends have not visited | 0.72 | | | |
| To do nothing | 0.57 | | | |
| Visit a place recommended by friends | 0.55 | | | |
| 4: Relaxation (0.76) | | 1.63 | 7.09 | 3.79 |
| Being physically/emotionally refreshed | 0.79 | | | |
| To reduce stress | 0.77 | | | |
| Escaping from ordinary/responsibilities | 0.76 | | | |
| Rediscovering myself | 0.47 | | | |
| 5: Fun/adventure (0.70) | | 1.21 | 5.24 | 3.41 |
| Adventure | 0.80 | | | |
| Fun/entertainment | 0.62 | | | |
| Meeting new friends/local people | 0.55 | | | |
| Meeting the opposite sex | 0.52 | | | |
| 6: Enjoyment (0.62) | | 1.06 | 4.62 | 4.17 |
| To spend time with friends/someone special | 0.76 | | | |
| Enjoying good weather | 0.62 | | | |
| Total variances explained | | 62.92 | | |

Source: Authors' own survey data.

Notes: Extraction method – Principal component analysis; Rotation method – Varimax with Kaiser normalization; KMO=0.82; Bartlett's test of sphericity: p=0.00.

Pull factors. As drawing forces into travel destinations, the 30 pull items resulted in 8 factors with eigenvalues greater than or equal to one, and the factors accounted for 65.41 percent of the total pull variance. Due to a low reliability alpha of 0.55, the eighth factor (including "rivers / lakes / streams" and "good accessibility") was excluded for further analysis. The factor analysis was rerun with the remaining 28 items. Seven factors resulted from the rerun, the same outcomes that resulted from the previous analysis, not including the factor containing the eliminated items, with minor changes in factor loadings. These factors explained 63.83 percent of the total variance as presented in Table 4, and were labeled "sports/nightlife", "comfort/safety", "family oriented"; "culture/health", "reputation", "nature", and finally "sun/beach". The first pull factor, labeled "sports/nightlife" explained 21.85 percent of the variance with a reliability coefficient of 0.85. It is followed by factor 2 (14.70% of the total variance and Cronbach's alpha level of 0.76), which comprises items related to the "security", "availability of transportation" and "of information about

destination”, “clean/comfortable accommodations” and “good value for the cost”. Factor 3, labeled “family oriented”, explained 7.26 percent of the variance contained by the original variables, with the alpha level of 0.74. The final factor represents 4.18 percent of the total statistical variance and had a reliability alpha of 0.69. This factor is associated with the “warm/sunny weather” and “sea/beaches”.

Table 4. Factor analysis for pull motivation

| Pull factors (Reliability alpha) | Loading | Eigen-values | Explained variance | Mean |
|---|----------------|---------------------|---------------------------|-------------|
| 1: Sports/nightlife (0.85) | | 6.12 | 21.85 | 2.76 |
| To participate in sport events | 0.81 | | | |
| To view sport events | 0.75 | | | |
| Recreational/sport facilities | 0.74 | | | |
| Game (bingos, casinos ...) | 0.70 | | | |
| Nightlife (bars, clubs ...) | 0.70 | | | |
| Business/profession | 0.60 | | | |
| Shopping opportunities | 0.59 | | | |
| 2: Comfort/safety (0.76) | | 4.12 | 14.71 | 4.26 |
| Security | 0.71 | | | |
| Availability of transportation | 0.71 | | | |
| Clean/comfortable accommodations | 0.69 | | | |
| Availability of information destination | 0.67 | | | |
| Good value for the cost | 0.56 | | | |
| 3: Family oriented (0.74) | | 2.03 | 7.26 | 3.83 |
| Family oriented destination | 0.79 | | | |
| Travel time (route) | 0.69 | | | |
| Gastronomy | 0.66 | | | |
| Quiet rest areas | 0.64 | | | |
| 4: Culture/health (0.72) | | 1.81 | 6.46 | 3.52 |
| Religious events/attractions | 0.83 | | | |
| Health (Hydrotherapy, ...) | 0.70 | | | |
| Cultural/historical attractions | 0,64 | | | |
| 5: Reputation (0.70) | | 1.39 | 4.95 | 3.48 |
| Revisiting a destination | 0.66 | | | |
| Events reputation | 0.65 | | | |
| Local people | 0.61 | | | |
| Learning opportunities | 0.48 | | | |
| 6: Natural environments (0.72) | | 1.24 | 4.42 | 3.55 |
| Mountains | 0.79 | | | |
| Snow | 0.74 | | | |
| Beautiful landscapes/scenery | 0.64 | | | |
| 7: Sun/beaches (0.69) | | 1.17 | 4.18 | 3.86 |
| Warm/sunny weather | 0.83 | | | |
| Sea/beaches | 0.78 | | | |
| Total variances explained | | 63.83 | | |

Source: Authors' own survey data.

Notes: Extraction method – Principal component analysis; Rotation method – Varimax with Kaiser normalization; KMO=0.80; Bartlett's test of sphericity: p=0.00.

In sum, the three factors of "sports/nightlife", "comfort/safety" and "family oriented" accounted for 43.82 percent of the pull variance. These factors explained by what destination attributes the Quadrangle residents were greatly motivated. In addition, with high mean scores, "comfort/safety", "sun/beaches", and "family oriented" appeared as the most important pull factors to the Quadrangle travelers.

The mean scores of the extracted factors were also consistent with the rankings of the individual motivation items. “Enjoyment” a push factor with the highest mean of importance, includes two top individual push items. As the bottom pull factor, "sports/nightlife" encompasses the five less important items of individual pull motivations.

4.3 Municipality comparison on push and pull factors

After the push and pull factors were delineated, their mean scores were compared across municipalities (see Tables 5 and 6). The comparison revealed how different push and pull motivation factors were in relation to the place of residence of respondents, although the factors most valued and least valued are common to all municipalities, in both push and pull factors.

Table 5. Comparison of push factors by municipality

| Push factors | Barcelos | Braga | Guimarães | V.N. Famalicão |
|-------------------------------|-------------|-------|-------------|----------------|
| 1: Learning/knowledge | 3.99 | 3.95 | 3.79 | 3.72 |
| 2: Family/friends | 3.80 | 3.70 | 3.70 | 3.87 |
| 3: Exhibitionism/eccentricity | 3.14 | 3.03 | 3.13 | 2.92 |
| 4: Relaxation | 3.79 | 3.69 | 3.92 | 4.00 |
| 5: Fun/adventure | 3.47 | 3.38 | 3.32 | 3.36 |
| 6: Enjoyment | 4.11 | 4.09 | 4.43 | 4.33 |

Source: Authors' own survey data.

Note: Numbers in bold correspond to the highest values observed for each factor.

The push factor "enjoyment" scored the highest value for all municipalities, indicating that the residents from the Quadrangle are greatly motivated by their desire to enjoy time with friends or someone special and to enjoy good weather. Also, all municipalities groups place "exhibitionism/eccentricity" as the least important factor among the push factors. The t-test results indicated, however, that these differences were not statistically significant at the 0.05 level.

With regard to pull factors, all municipalities ranked "comfort/safety" as the most important factor. All groups place "sports/nightlife" as the least important factor among the pull factors.

Table 6. Comparison of pull factors by municipality

| Pull factors | Barcelos | Braga | Guimarães | V.N. Famalicão |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|
| 1: Sports/nightlife | 2.91 | 2.74 | 2.54 | 2.53 |
| 2: Comfort/safety | 4.28 | 4.26 | 4.20 | 4.24 |
| 3: Family oriented | 3.88 | 3.73 | 3.91 | 3.92 |
| 4: Culture/health | 3.59 | 3.50 | 3.64 | 3.21 |
| 5: Reputation | 3.47 | 3.56 | 3.49 | 3.27 |
| 6: Nature | 3.55 | 3.61 | 3.49 | 3.40 |
| 7: Sun/beach | 3.87 | 3.78 | 3.87 | 4.05 |

Source: Authors' own survey data.

Note: Numbers in bold correspond to the highest values observed for each factor.

4.4 Destination comparison on push and pull factors

The mean scores of push and pull factors were also used to determine decisive factors in the destination choice (national or international) of residents of the Urban Quadrangle in 2011 (see Tables 7 and 8).

The push factors provide information from what internally encourages residents to travel, while pull factors indicate which attributes of the destinations are more attractive to these individuals. Thus, the results can be used by planners and marketers of destinations to understand their competitive positions in the market (Jang and Cai, 2002).

The t-test results indicated that national destination had higher mean scores across all factors, except "learning/knowledge" and "exhibitionism/eccentricity", higher in respondents that choose international destinations. However, these differences were not statistically significant at the 0.05 level, except for factor 6 "enjoyment".

Table 7. Comparison of push factors by destination

| Push factors | national | international |
|-------------------------------|-----------------|----------------------|
| 1: Learning/knowledge | 3.93 | 4.02 |
| 2: Family/friends | 3.81 | 3.66 |
| 3: Exhibitionism/eccentricity | 3.07 | 3.13 |
| 4: Relaxation | 3.81 | 3.68 |
| 5: Fun/adventure | 3.45 | 3.40 |
| 6: Enjoyment | 4.28* | 4.00 |

Source: Authors' own survey data.

Notes: * $p < 0.05$. Numbers in bold correspond to the highest values observed for each factor.

Residents who choose domestic destinations ranked “*enjoyment*” as the most important factor to travel, followed by “*family/friends*” and “*relaxation*”. For residents who choose international destinations, the most valued factor was “*learning/knowledge*”, followed by “*enjoyment*”. Both groups put “*exhibitionism/eccentricity*” as the least important factor among the push factors.

Table 8. Comparison of pull factors by destination

| Pull factors | national | international |
|---------------------|-----------------|----------------------|
| 1: Sports/nightlife | 2.79 | 2.69 |
| 2: Comfort/safety | 4.26 | 4.25 |
| 3: Family oriented | 3.89 | 3.69 |
| 4: Culture/health | 3.52 | 3.55 |
| 5: Reputation | 3.44 | 3.52 |
| 6: Nature | 3.51 | 3.56 |
| 7: Sun/beach | 3.96* | 3.65 |

Source: Authors' own survey data.

Notes: * $p < 0.05$. Numbers in bold correspond to the highest values observed for each factor.

With regard to pull factors, the most important factor for both groups was “*comfort/safety*”. Also, both groups place “*sports/nightlife*” as the least important factor among the pull factors. All differences were not statistically significant at the 0.05 level, except for factor 7 “*sun/beach*”.

5. Conclusion

This preliminary study was aimed at capturing the underlying reasons for the travel decisions of the residents of the Urban Quadrangle of Minho. Specifically, the objective was to determine push and pull tourism motivational factors of region's residents, as well as to discover significant differences in these factors across the four municipalities of the Urban Quadrangle of Minho.

The two principal component factor analyses delineated 6 push and 7 pull factors. The push factors were labeled: “*learning/knowledge*”, “*family/friends*”, “*exhibitionism/eccentricity*”, “*relaxation*”, “*fun/adventure*” and “*enjoyment*”. The pull factors included “*sports/nightlife*”, “*comfort/safety*”, “*family oriented*”; “*culture/health*”, “*reputation*”, “*nature*”, and finally “*sun/beach*”.

The comparison of the mean scores of these push and pull factors across municipalities reveals that the most valued and least valued factors are common to all four municipalities. With regard to the push factors, the residents of the Quadrangle rank “*enjoyment*” as the most important factor; “*exhibition/eccentricity*” is considered the least important. Among the pull factors, the most decisive factor for all municipalities is “*comfort/safety*”; the least decisive reason to travel is “*sports/nightlife*”. Similar results are observed when comparing the mean scores of the push and pull factors across residents who choose national destinations and residents that choose international destinations. Hence, residents that choose national destinations rank “*enjoyment*” as the most important push travel reason, whereas residents that choose international destinations consider “*learning/knowledge*” the most important push factor, followed closely by “*enjoyment*”. Both groups of travelers consider “*exhibition/eccentricity*” to be the least decisive motive among the push factors. With regard to the pull factors, “*comfort/safety*” is valued the most important and “*sports/nightlife*” is considered to be the least important.

The insight gained by the empirical analysis conducted in this paper may be an important policy tool for tourism planners and managers in the development of products and marketing strategies with regard to the residents of the Quadrangle of Minho.

A limitation of the present study is the bias of the sample, given the underrepresentation of the residents of Guimarães and Vila Nova de Famalicão. In a future study, the results of a new attempt to ensure the representativeness of the study population will be presented.

References

- Andreu, L.; Bigné, E. and Cooper, C. Projected and perceived image of Spain as a tourist destination for British travelers. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 2000, vol. 9, nº 4, p. 47-67.
- Câmara Municipal de Braga. Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização – Programa Estratégico de Cooperação. 2008 [cited 10 May 2012]. Available from World Wide Web: <http://www.cm-braga.pt/wps/wcm/connect/ffd4d70040aa39ba934c9b4b94834e1e/PECQuadrilatero.pdf?MOD=AJPERES>.
- Crompton, J. Motivations for pleasure vacation. *Annals of Tourism Research*, 1979, vol. 6, nº 4, p. 408-424.
- Dann, G. Anomie ego-enhancement and tourism. *Annals of Tourism Research*, 1977, vol. 4, nº 4, p. 184-194.
- Hair, J.; Anderson, R.; Tatham, R. and Black, W. *Multivariate Data Analysis: With Readings*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1998.
- INE. Censos 2011 – Recenseamento da População e Habitação - Resultados Provisórios. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. 2011. [cited 10 May 2012]. Available from World Wide Web: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2.
- Jang, S. and Cai, L. Travel motivations and destination choice: a study of British outbound market. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 2002, vol. 13, nº 3, p. 111-133.
- Jonsson, C. and Devonish, D. Does nationality, gender, and age affect travel motivation? A case of visitors to the Caribbean island of Barbados. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 2008, vol. 25, nº 3, p. 398-408.
- Kim, K. and Jogaratnam, G. Travel motivations. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 2003, vol. 13, nº 4, p. 61-82.
- Kim, K.; Jogaratnam, G. and Noh, J. Travel decisions of students at a US university: segmenting the international market. *Journal of Vacation Marketing*, 2006, vol. 12, nº 4, p. 345-357.
- Kozak, M. Comparative analysis of tourist motivations by nationality and destinations. *Tourism Management*, 2002, vol. 23, nº 3, p. 221-232.
- McGehee, N.; Murphy, L. and Uysal, M. The Australian international pleasure travel market: motivations from a gendered perspective. *The Journal of Tourism Studies*, 1996, vol. 7, nº 1, p. 45-57.
- Meng, F. and Uysal, M. Effects of gender differences on perceptions of destination attributes, motivations, and travel values: an examination of a nature-based resort destination. *Journal of Sustainable Tourism*, 2008, vol. 16, nº 4, p. 445-466.

PRÁCTICAS DE RESPONSABILIDAD SOCIAL EN LOS HOTELES DE GALICIA Y NORTE DE PORTUGAL

María Dolores Sánchez-Fernández
Universidade da Coruña
msanchezf@udc.es

Resumen

En este trabajo se lleva a cabo el análisis de los grupos de interés que otorgan legitimidad y apoyo social al hotel. Se mide el grado de desarrollo de prácticas de responsabilidad social en los hoteles según las tres dimensiones: social, medioambiental y económica.

Palabras clave: RSC, hoteles, Euroregión, directores, comportamiento socialmente responsable

Abstract

This work carries out the analysis of interest groups that grant legitimacy and social support to the hotel. The degree of social responsibility practice development in the hotels is measured according to three dimensions: social, environmental and economic.

Key words: CSR, hotels, Euroregion, directors, socially responsible behavior.

1. Introducción

El objetivo de este trabajo es analizar el comportamiento socialmente responsable en los hoteles de tres, cuatro y cinco estrellas pertenecientes a la Euroregión, así como identificar los grupos de interés que otorgan legitimidad y apoyo social a estos hoteles. Se realiza el análisis del comportamiento socialmente responsable por parte de las unidades objeto de estudio en base a la hipótesis, la tendencia al comportamiento socialmente responsable varía en función de los países según los autores (Maigan y Ralston, 2002). Para ello procedemos a la comparación de los hoteles de tres estrellas ubicados en ambas regiones.

El sector turismo tiene varias características que lo convierten en una prioridad en la zona geográfica de Galicia y Norte de Portugal, dada su importancia como factor de desarrollo y motor de crecimiento. Uno de los ejes vertebradores en la política de turismo, es en la actualidad, la determinación de la oferta turística basada en la estrategia diferenciada de la calidad. Esta estrategia conlleva que el destino de las regiones Norte de Portugal y Galicia se destaque por la innovación constante de gestión de las empresas hacia la satisfacción del cliente, calidad, defensa del medioambiente, gestión sostenible de los recursos, bajo principios de la responsabilidad social, premisas de la excelencia turística en ambas regiones. El objetivo estratégico que se plantea desde el sector turismo es la aplicación de un modelo de gestión socialmente responsable. La responsabilidad social impregna un nuevo modelo de gestión en que las organizaciones consiguen sus objetivos de creación de valor en las tres dimensiones: social, económico y medioambiental. Este nuevo modelo de gestión socialmente responsable presenta una nueva forma de relacionarse con sus grupos de interés. El papel de los hoteles es clave en la oferta de sus servicios así como la ubicación de sus instalaciones. Es importante que estos profesionales se responsabilicen de las consecuencias y los impactos derivados del desarrollo de sus actividades.

En primer lugar desarrollaremos de forma teórica la importancia y las connotaciones del comportamiento socialmente responsable de las organizaciones y destacaremos la importancia de la internacionalización de las empresas y el desarrollo de su responsabilidad social. Seguidamente destacaremos la importancia de los grupos de interés y a continuación, desarrollaremos el análisis del comportamiento socialmente responsable a través de las prácticas RSC y la identificación de los grupos de interés que dan legitimidad y apoyo social a los mismos. Finalmente expondremos las conclusiones extraídas en el estudio. Se puede visualizar la bibliografía en el último apartado. Comenzamos a continuación con la exposición teórica en base al comportamiento socialmente responsable.

2. El comportamiento socialmente responsable en las organizaciones

Analizamos a continuación los diversos factores que puedan influir en la adopción de un comportamiento socialmente responsable por parte de las organizaciones. Las empresas adoptan un comportamiento socialmente responsable en función del país en que se encuentren ubicadas, debido a la implicación mayor o menor de las instituciones. Estas instituciones pueden influenciar a las empresas de manera positiva o negativa la adopción de un comportamiento socialmente responsable. Las empresas tienden a comportarse de manera diferente en función del país en el que desarrollan sus actividades (Maigan y Ralston, 2002). Estos autores en sus investigaciones hallaron que las instituciones nacionales ubicadas en los diferentes países adoptan diferentes

respuestas frente al comportamiento de las empresas. El alcance es diferente en función de la implicación de las instituciones de los países en los cuales se encuentren las empresas. Estos mismos autores encontraron que las instituciones pueden llegar a influir en el ápice estratégico de la empresa. Las corporaciones tienden a actuar con responsabilidad social (Galaskiewicz, 1991), si las instituciones normativas o culturales en un lugar crean un conjunto adecuado de incentivos para la adopción del comportamiento socialmente responsable. Las instituciones son un elemento clave para limitar o motivar la adopción de este comportamiento por parte de las organizaciones (Campbell, 2007). Los diferentes estudios reflejan que uno de los factores que influye que las empresas adopten un comportamiento socialmente responsable es la ubicación en donde se encuentren, los países donde operan y la relación de incentivos de por parte de las instituciones, actuando como actor limitativo o proactivo de este comportamiento.

3. La internacionalización de las corporaciones y la responsabilidad social

Así como la globalización tiene efectos positivos, ofrecer nuevas oportunidades, también atrae efectos negativos siendo para algunas organizaciones fuente principal de sus problemas (Stiglitz, 2006).

Las empresas en función en el país donde operan, se sienten condicionadas, más presionadas, a adoptar un comportamiento socialmente responsable de forma más o menos intensa en función de la mediación, que ejercen las instituciones (Maigan y Raltston, 2002). Las empresas adoptan un comportamiento diferente en función de donde desarrollen sus actividades las diferentes organizaciones, así como el nivel de mediación, la influencia que plasman estas a través de sus entornos institucionales, influencia de sus entornos institucionales (Campbell, 2007).

Las compañías adquieren un papel cada vez más relevante en la transformación tanto económico, ambiental como social en las zonas geográficas donde ejercen su ámbito de maniobra (Martín *et al.*, 2008). Por lo que este hecho influye en que cada vez más se tiene en consideración el impacto que en las organizaciones generan. Por todo ello hace que el concepto de la Responsabilidad Social Corporativa adquiera un papel relevante, traspasando el marco de las herramientas de gestión de las propias empresas, adquiriendo un nuevo rol y afectando a la percepción de los diferentes grupos de interés que se relacionan con la misma.

Además las empresas que operan en diferentes países difunden sus prácticas a lo largo de los diferentes países en los cuales llevan a cabo sus actividades. Identificando a los grupos de interés como una parte influyente en la que media la adopción de prácticas de RSC (Nieto, 2008). Este mismo autor señala que para contrarrestar los efectos negativos que tienen las empresas multinacionales con las relaciones de sus principales grupos de interés en los diferentes entornos en los que operan tienen en cuenta en satisfacer las expectativas de todos los grupos de interés que les afectan no tan solo de sus partes interesadas internas de la empresa. El autor identifica la presión de los grupos de interés como una de las principales causas por las cuales las empresas que operan a nivel internacional adoptan criterios de RSC. Por este motivo las empresas difunden sus prácticas a lo largo de los países en los cuales llevan a cabo sus actividades. Afirma este autor que mientras persista la exigencia de estos grupos de un comportamiento socialmente responsable en los mercados en los que operan, en los diferentes países en los que desarrollan su marco de actuación las empresas adoptarán de forma más o menos intensiva la adopción de prácticas y con ello, la colaboración a su difusión en los entornos en los que trabajan.

Las empresas adquieren un papel cada vez más importante en la transformación económica, ambiental y social en las zonas geográficas donde operan (Martín *et al.*, 2008). Por lo que cada vez se tiene más en cuenta el impacto que estas generan, por lo que hace que el concepto de la Responsabilidad Social Corporativa adquiera un papel relevante traspasando el marco de las herramientas de gestión de las propias empresas, adoptando un nuevo rol y afectando en las zonas geográficas donde estas desarrollan sus actividades.

4. La importancia de los grupos de interés

Las empresas que adoptan comportamientos socialmente responsables pueden obtener diferentes contribuciones positivas que exponemos a continuación: se anticipan a las presiones; evitan reacciones negativas de los grupos de interés; eluden la actuación de determinados grupos de interés de gran peso que podían verse influenciados; eliminan posibilidades de boicots; reducen riesgos en las amenazas de regulación; ofrecen garantías en las entidades financieras y empresas aseguradoras; reducen sanciones y evitan demandas legales (Maxwell, *et al.*, 2000; Baron, 2001; Lyon y Maxwell, 2006; Nieto, 2008). Con referencia a los riesgos de la no aplicación de las prácticas de responsabilidad social en la organización, aquellas empresas que no aplican la RSC son económicamente, socialmente y ambientalmente irresponsables exponiendo a los grupos de

interés a peligros en el desarrollo de sus actividades (Vargas y Vaca, 2009), los argumentos expuestos están basados en el Documento número 1 de la (AECA, 2004).

Dada la gran importancia de los grupos de interés consideramos realizar el estudio de aquellos que otorgan legitimidad entre los siguientes grupos de interés, tanto internos como externos a la organización:

- Clientes;
- Proveedores;
- Asociaciones empresariales;
- Administración pública;
- Ciudadanos;
- Medios de comunicación;
- Sector empresarial.

5. Análisis de los datos

5.1. Metodología

En este apartado exponemos en primer lugar la metodología utilizada para llevar a cabo el análisis de las prácticas de RSC. A continuación desarrollamos el análisis de los grupos de interés y las prácticas de RSC bajo las tres dimensiones: económica, social y medioambiental. Finalizando el estudio, realizando el análisis de las prácticas de RSC diferenciadas por zonas geográficas Galicia y Norte de Portugal, donde están ubicados los hoteles.

La unidad objeto de estudio son los hoteles de tres estrellas ubicados en Galicia y en el Norte de Portugal. La muestra recogida y analizada en este trabajo corresponde al 15% de la población. La encuesta se dirigió a los directores/as de los hoteles, realizando en primer lugar un pretest en el mes de abril de 2012 mediante formulario web. Posteriormente, se elabora el cuestionario definitivo y se dirige al resto de directores/as de hotel que no han cubierto el pretest inicial. Esta información se recoge en el periodo comprendido entre mayo de 2012 y junio de 2012 mediante el envío por correo electrónico del formulario electrónico y formatos .doc; de forma presencial; fax; correo postal ordinario y contacto telefónico.

Para la medición de los diferentes ítems se utilizó una escala tipo Likert, de 1 a 5, correspondiendo al nivel más bajo indicar estar en desacuerdo y el nivel más alto, estar de acuerdo con las afirmaciones que se expusieron en el cuestionario. A continuación en primer lugar desarrollaremos el análisis de los grupos de interés

5.2. Grupos de interés

En primer lugar analizamos los grupos de interés en el grado que otorgan legitimidad y dan apoyo social a nuestra unidad de análisis. Tanto en Galicia como en la Región Norte de Portugal consideran importante mantener relaciones estables con sus partes interesadas, en especial con los clientes y los empleados. Las partes más influyentes que otorgan legitimidad y apoyo social al hotel son los clientes y los empleados. Los grupos de interés que menos aportan son las diferentes administraciones públicas y los medios de comunicación de su entorno. Quedando los ciudadanos, los proveedores, las asociaciones empresariales y el sector empresarial en el que desarrollan su actividad en un tramo intermedio al otorgar legitimidad y apoyo social al hotel.

5.3. Dimensiones de la RSC

A continuación desarrollaremos el análisis de las prácticas de RSC bajo las diferentes dimensiones: social, económica y medioambiental. En primer lugar analizaremos la dimensión social. Los directores/as de hotel otorgan con un rango superior los ítems, adquiriendo una puntuación superior a 3,8 todos los ítems relacionados con la RSC en Galicia, alcanzando un límite tope de 4,4. Suponiendo en Portugal un porcentaje superior, inician a partir de un 4,2 tocando un techo con un 4,5, aquellos ítems de mayor relevancia.

En Galicia la práctica de mayor puntuación es la igualdad de oportunidades para todos los empleados y los mecanismos de diálogo con los empleados son dinámicas, lo que constituyen las prácticas más desarrolladas por los hoteles ubicados en esta zona geográfica. Los ítems más bajos puntuados relacionados con la dimensión social en Galicia son: las políticas de flexibilidad laboral, las que permiten conciliar la vida laboral con la vida personal y el salario está relacionado con las competencias y los rendimientos que obtienen.

La puntuación más alta que otorgan los hoteleros en Portugal está relacionada con la preocupación por mejorar la calidad de vida de los empleados, el fomento de la formación y el desarrollo profesional de los empleados y la existencia de igualdad de oportunidades para todos los empleados. Otorgan menor puntuación los hoteles ubicados en el N. de Portugal que el salario

está relacionado con la competencia y las políticas de flexibilidad laboral que permiten conciliar la vida laboral y personal.

En segundo lugar analizamos las prácticas relacionadas con la dimensión económica. La valoración comprende desde la puntuación mínima de 4,3 otorgada en Galicia hasta la puntuación máxima de 4,7, en Portugal muestra un rango entre el 4,5 de puntuación mínima hasta un máximo de 4,7.

En Galicia con menor puntuación se realizan las prácticas relacionadas con mantener los mejores niveles de precios en relación con la calidad ofrecida, siendo la más desarrollada el cumplimiento con los estándares nacionales e internacionales de calidad de los productos y/o servicios.

En Portugal identifican con menor puntuación las prácticas relacionadas con: la preocupación por proporcionar productos y/o servicios de alta calidad a los clientes así como proporcionar a los clientes información completa y precisa sobre los productos y/o servicios que ofrecen los hoteles. Las prácticas que realizan con mayor intensidad, se les otorga mayor puntuación, son la distinción por mantener los mejores niveles de precios en relación con la calidad ofrecida. Denotar la diferencia enmarcada entre las dos regiones, la práctica con mayor puntuación otorgada por Portugal es aquella que recibe la puntuación más baja en Galicia.

Por último analizaremos la dimensión ambiental. En Galicia se alcanzan los rangos comprendidos entre 3,4 como puntuación mínima y un máximo de 4,7, en Portugal la representación mínima se otorga con un 3,6 y la máxima con un 4,6.

En Galicia desarrollan con menor intensidad las prácticas relacionadas con la utilización de combustibles, productos en curso y/o transformadas de bajo impacto ambiental y la capacidad de minimizar el impacto ambiental. Las prácticas menos desarrolladas en Portugal en Galicia son la consideración del ahorro de energía para lograr mayores niveles de eficiencia y la predisposición de la reducción de gases, residuos y reciclaje.

En Portugal desarrollan con más intensidad las prácticas relacionadas el ahorro de energía para lograr mayores niveles de eficiencia y la predisposición de la reducción de gases, residuos y reciclaje de materiales. Las prácticas menos desarrolladas en Portugal es la utilización de combustibles, productos en curso y/o transformadas de bajo impacto ambiental y la valoración positiva de la introducción de fuentes de energía alternativas.

Las prácticas de RSC en función de las dimensiones no se desarrollan con la misma intensidad, en Galicia y en Portugal la dimensión que más desarrollan es la económica. En Galicia adquiere el segundo lugar, en intensidad de práctica, la dimensión ambiental y por último la social. El comportamiento es diferente en Portugal, posicionan la social en segundo lugar y en tercer lugar la dimensión ambiental. Aunque hay que denotar, que las puntuaciones otorgadas por los directores/as de hotel ubicados en la Región Norte de Portugal son más elevadas, de forma genérica en todas las dimensiones, que las otorgadas por los directores/as de hotel ubicados en Galicia. A continuación desarrollaremos el análisis de las prácticas más desarrolladas según la zona geográfica.

5.4. Análisis de las prácticas más desarrolladas según zona geográfica

En este apartado analizaremos las evidencias de las preguntas abiertas que muestran los directores/as de hotel cuando se le pregunta sobre las propuestas más concretas llevadas a cabo en los cuatro últimos años. Expondremos las prácticas más importantes que identifican realizar los hoteles según la zona geográfica donde se encuentren ubicados.

En los hoteles ubicados en Galicia mencionaron concretamente la realización de las siguientes acciones:

- Utilización de productos y envases ecológicos;
- Formación de empleados;
- Conciliación de la vida familiar y laboral;
- Medición de gases emitidos;
- Congelación de precios manteniendo la calidad de servicios y productos;
- Control del presupuesto de publicidad;
- Menús especiales y económicos;
- Flexibilidad de horarios;
- Implantación del programa de calidad de la Diputación;
- Implantación programa calidad propio;
- Políticas de mejora cuidado ambiental;
- Mejor eficiencia de sistema de riego;
- Alianzas con UNICEF;
- Defensa de los derechos fundamentales de la infancia;

- Contribuir al desarrollo humano;
- Ser impulsores de una sociedad más responsable, ética y solidaria;
- Donaciones a asociaciones benéficas;
- Programas de beneficio a empleados, familiares y amigos (acuerdos con proveedores de diferentes sectores);
- Incentivar la participación e implicación del personal en la posible mejora continua de la organización (Buzón de sugerencias);
- Hacer un uso eficiente de los equipos e invertir en sistemas que permitan ahorro de energía eléctrica;
- Mejora de la calidad de los servicios sin incrementar las tarifas;
- Control de limpieza en habitaciones;
- Cuestionario de satisfacción;
- Control de proveedores;
- Reducción del uso de energía en general;
- Mantenimiento y desarrollo del entorno cultural, promoción e información sobre recursos turísticos, costumbres y tradiciones;
- Donación y colaboración en campaña de lucha contra el hambre (Manos Unidas);
- Comunicación y mejora de las herramientas de trabajo mejorando y asegurando su eficacia;
- Revisión de la eficiencia energética;
- Correcto uso del agua;
- Implantación del código ético.

Se ha de tener en cuenta en las respuestas analizadas, las siguientes cifras alcanzadas de participación, en la respuesta abierta a estas preguntas: el 56% de los encuestados no han respondido a estas cuestiones, no han dado ninguna respuesta que hayan implementado, y destacamos el 17% de los hoteles mencionan que realizan formación.

Las prácticas de responsabilidad social que identifican que implantan los hoteles ubicados en la Región Norte son:

- Los estancias profesionales;
- Eventos de solidaridad social;
- Donaciones artículos varios (TV, colchones, etc);
- Recogida de óleos;
- Reciclaje de residuos;
- Formación;
- Medidas de utilización de energías renovables;
- Ahorro de energía (lámparas de ahorro energético);
- Acuerdos con empresas de formación para el desarrollo de las competencias de los colaboradores (a diferentes niveles);
- Recogida de residuos, reciclaje y reaprovechamiento;
- Sistemas de certificación medioambiental denominados: *Chave verde / ABAE, Eco-hotel*;
- Certificación de la eficiencia energética (SPCE);
- Colocación de paneles solares;
- Donaciones;
- Estancias de escuelas locales;
- Compra de mercancías a los proveedores locales (manteniendo la relación calidad / precio);
- Participación económica en eventos locales;
- Venta de *salas* con contrapartida de plantación de árboles, (aportación económica a la asociación relacionada con los desastres naturales);
- Comida (donaciones, dinero, comida, colchones, tv, etc) ligadas a causas relacionadas con niños desfavorecidos;
- Reciclaje de material;
- Consumo racional de agua;
- Separación de residuos.

Se ha de tener en cuenta que el 67% de los hoteles no dieron respuesta a las preguntas abiertas relacionadas con la implantación de prácticas de RSC en sus hoteles. Tres hoteles consideran que no es aplicable dar respuesta a estas preguntas ya que son de reciente apertura e indican que aún no tienen estrategia, que en próximos años, a medio plazo se propondrán medidas de este estilo en su estrategia.

6. Conclusiones

Se realiza el análisis de las prácticas de responsabilidad social corporativa bajo la hipótesis en la que se establece que las empresas tienden a adoptar un comportamiento socialmente responsable diferente en función del país en el que desarrolla su actividad (Maigan y Ralston, 2002). Se confirma la misma, se presenta una tendencia entre los hoteles de tres, cuatro y cinco estrellas pertenecientes a la región Norte de Portugal y Galicia de un comportamiento socialmente responsable. Los hoteles de ambas regiones desarrollan de forma diferente las prácticas de responsabilidad social. Apoyando esta afirmación presentados los argumentos expuestos a continuación. Los hoteles de la Región Norte de Portugal otorgan mayores puntuaciones, de forma genérica, en todas las dimensiones, que las prácticas de RSC puntuadas por los directores/as de hotel perteneciente a Galicia. Las prácticas de RSC en función de las dimensiones, no se desarrollan con la misma intensidad, en Galicia y en Portugal la dimensión que más desarrollan es la económica. En Galicia adquiere el segundo lugar en intensidad de práctica, la dimensión ambiental y por último la social. El comportamiento es diferente en Portugal, posicionan la social en segundo lugar y en tercer lugar la dimensión ambiental. Aunque hay que denotar, que las puntuaciones otorgadas por los directores/as de hotel ubicados en la Región Norte de Portugal son más elevadas, de forma genérica en todas las dimensiones, que las otorgadas por los directores/as de hotel ubicados en Galicia. En referencia a las prácticas que identifican los hoteles que han desarrollado a lo largo de estos últimos cuatro años, la tendencia en los hoteles ubicados en la Región Norte de Portugal es otorgarle mayor peso a las prácticas asimiladas a la dimensión social. En el caso de los hoteles ubicados en Galicia, la tendencia es el desarrollo del conjunto de las tres dimensiones de la RSC, no destacándose ninguna en particular por la intensidad de prácticas de RSC.

En relación con los grupos de interés en el estudio relacionado con aquellos que otorgan legitimidad y apoyo social. Tanto en los hoteles ubicados en Galicia como en la Región Norte de Portugal consideran importante mantener relaciones estables con sus partes interesadas, en especial con los clientes y los empleados. Las partes más influyentes que otorgan legitimidad y apoyo social al hotel son los clientes y los empleados. Los grupos de interés que menos aportan son las diferentes administraciones públicas y los medios de comunicación de su entorno. Quedando los ciudadanos, los proveedores, las asociaciones empresariales y el sector empresarial en el que desarrollan su actividad en un tramo intermedio al otorgar legitimidad y apoyo social al hotel.

Agradecimientos

Dra. Paula Remoaldo, Universidade do Minho, Centro de Investigação em Ciências Sociais, Portugal.

Dra. Laurentina Vareiro, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Centro de Investigação em Ciências Sociais, Portugal.

Catedrático Alfonso Vargas Sánchez, Universidad de Huelva, grupo GEIDETUR, España.

Y a todos aquellos que me han ayudado en la recogida de datos.

Bibliografía

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE CONTABILIDAD Y ADMINISTRACIÓN DE EMPRESAS. *Marco conceptual de la responsabilidad social corporativa*, Serie Responsabilidad Social Corporativa, documento nº. 1, 2004, Madrid.

BARON, D. P. Private politics, corporate social responsibility, and integrated strategy. *Journal of Economics and Management Strategy*, 2001, vol.10 nº. 1, p.7-45.

CAMPBELL, J. L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, 2007, vol. 32 nº.3, p.946-967.

GALASKIEWICZ, J. *Making corporate actors accountable: Institution-building in Minneapolis-St. Paul*. In Walter W. Powell e Paul J. DiMaggio (eds.) *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991, p. 293-310.

LYON, T. P. y MAXWELL, J. W. Greenwash: Corporate environmental disclosure under threat of audit. *Journal of Economics & Management Strategy*, 2011, vol.20, nº.1, p.3-41.

MAIGAN, I. e RALSTON, D. A. Corporate social responsibility in Europe and the U.S: Insights from businesses' self-presentations. *Journal of International Business Studies*, 2002, vol. 33 nº.3, p.497-514.

MARTÍN ROJO, I.; GASPAS GONZÁLEZ, A. I.; CARO GONZÁLEZ, F. J.; CASTELLANOS VERDUGO, M. e OVIEDO GARCÍA, M. A. (2008) *La responsabilidad social corporativa en los*

puertos deportivos y clubes náuticos de Andalucía: Diagnóstico y propuestas de mejoras para la innovación turística. Sevilla: C. y D. Consejería de Turismo. 2008. ISBN:978-84-691-7060-1.

MAXWELL, J. W.; LYON, T. P. e HACKETT, S. C. Self regulation and social welfare: The political economy of corporate environmentalism. *Journal of Law and Economics*, 2000, vol. 43, nº.2, p.583–618.

NIETO ANTOLÍN, M. La difusión de las prácticas de responsabilidad social en las empresas multinacionales. *Pecunia*, 2008, vol. 1 nº.extra, p.33-64.

STIGLITZ, J. (2006) *Cómo hacer que funcione la globalización*. Madrid: Taurus.
ISBN:9788430606153

VARGAS SÁNCHEZ, A. e VACA ACOSTA, R. M. Il ruolo della Pubblica Amministrazione spagnola nella promozione della responsabilità sociale d'impresa. *Sinergie-Rapporti di Ricerca*, 2009, vol.30, p.45-61.

OS PEREGRINOS DA CIDADE SÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE “SEM-ABRIGO” EMANADAS PELA SOCIEDADE CIVIL LISBOETA

Maria Teresa Denis Silva
IPL
teresa.denis@estesl.ipl.pt

Resumo

Tomando por noção de espaço público o ambiente ou o território da vida social, que medeia entre a esfera privada e a autoridade pública, onde os cidadãos e as pessoas em geral podem encontra-se livremente para trocarem ideias, conversarem, passearem, interagirem uns com os outros dentro dos limites impostos pela civilidade pública.

E, por “sem-abrigo” a situação generalizada de vivências que têm em comum o impedimento objectivo ou subjectivo do acesso a uma habitação. Habitação entendida não tanto como casa de família mas como alojamento, encarado como residência ou organização sedentária do espaço.

O texto que se apresenta aborda o tema da responsabilização, organização e ocupação do espaço público com base nas representações sociais emanadas pelos representantes d e algumas das organizações da sociedade civil lisboeta, que orientam a sua acção para a problemática daqueles que fazem do espaço público o seu “domicílio”.

Palavras-Chave: Espaço Público – Sem-Abrigo – Sociedade Civil

Abstract

Defining the notion of public space by the environment or the territory of social life, which mediates between the private sphere and the state, where citizens and people in general can be found freely exchange ideas, talk, roam, interact with each other within the limits imposed by public civility.

And by “Homeless” the widespread experiences that have the common objective or subjective impediment of access to housing. Housing understood not as a family home but as an accommodation, regarded as residence or sedentary space organization.

The following text addresses the issue of accountability, organization and occupation of public space based on social representations issued by representatives of some Lisbon’s civil society organizations, whose actions are guided by the issue of those who make of public space their “domicile”.

Keywords: Public Space – Homeless – Civil Society

1. Introdução

Este texto visa contextualizar o papel da sociedade civil secundária face à situação dos “sem-abrigo”. Assim, após uma breve introdução à problemática passaremos a apresentar uma abordagem quanto à responsabilização, organização e ocupação do espaço público da cidade de Lisboa com base nas representações sociais de “sem-abrigo” captadas, através de entrevistas semi-diretivas, efectuadas a alguns dos interventores directos que desenvolvem a sua acção em prol dos “sem-abrigo”.

Quando se fala de pessoas sem-abrigo advém de imediato a imagem da pessoa que não possui habitação, tendo como residência o espaço público de uma qualquer cidade ou vila. A vivencia da situação de “sem-abrigo” é normalmente associada a uma questão de natureza urbana, percepção que é reforçada pela presença das pessoas “sem tecto” nas ruas das grandes cidades. A rua é aqui entendida como uma porta de entrada para as pluralidades da dinâmica urbana que, enquanto espaço físico e social é propiciador e produtor de interações sociais, formais e informais, expostas, visíveis e simbólicas a serem norteadas pelas normas de civilidade dominante.

Lugar de encontro entre pessoas produtoras de ações e acontecimentos, a rua é o palco do quotidiano, da vida colectiva da cidade, onde a gestão, a apropriação e função social do espaço pode conduzir a conflitos devido às diferenças causadas nas relações entre a pluralidade de atores sociais como os moradores, comerciantes, transeuntes, vendedores ambulantes e pessoas sem-abrigo, marginais, pedintes que ocupam as arcadas dos prédios, os passeios, as paragens de autocarro, de onde o cidadão comum os expulsa com a imposição de uma organização espacial normalizada segundo as regras de gestão cívica. Ou seja, o espaço público deixa de ser um espaço a ser ocupado livremente tornando-se, cada vez mais, um palco de conflitos, reivindicações e ações que tornam a rua num espaço carregado de violência real e simbólica.

Estas pessoas sem-abrigo desenvolvem, no espaço, formas próprias para dele se apropriarem, sobretudo com vista a assegurarem estratégias de sobrevivência e convivialidade. No entanto, estes vínculos que ligam os indivíduos ao espaço, e que são uma condição para se estabelecer uma relação com o território, apresentam-se com uma grande fragilidade, caracterizando-se, essencialmente, como um exercício de sedentarismo débil e instável.

O conflito pela ocupação dos espaços públicos como, as ruas, os jardins, os viadutos, os passeios, as arcadas de edifícios, leva a que o sem-abrigo seja, cada vez mais, conduzido para a periferia das cidades ou mesmo para fora das cidades, para espaços desqualificados, baldios recônditos destituídos de humanidade, sacudidos para as terras de ninguém. Ou seja, a cidade impõe-lhes a ocupação de locais não visíveis esquecidos, abandonados, para que não alimentem ou gerem sentimentos de insegurança na população e não “conspurem” a paisagem urbana, os sem-abrigo são, deste modo, símbolos do desamparo, da negligência e da exclusão, representações que, segundo Pais (2001), colocam em movimento mecanismos diversos que conspiram para conformar a pessoa à imagem que se tem dele: um drogado, um marginal.

O espaço público é um bem colectivo e de utilização comum. O seu uso obedece às regras estabelecidas para esse fim, numa perspectiva de qualificação, de respeito pelas componentes ambientais e paisagísticas, e de melhoria da qualidade de vida.

Assim, a interação entre os sem-abrigo e o espaço que ocupam ou que os circunda é condicionado pelas regras impostas socialmente e que podem colidir com a sua vontade ou necessidades. As sociedades e a comunidade em particular, exigem o cumprimento de regras para uma boa gestão social do espaço que, quando são violadas são entendidas como comportamentos ilícitos, fruto da ação desviante daqueles que as não cumprem. Efetivamente, o rótulo de marginalidade inculcado ao sem-abrigo acarreta a exclusão destas pessoas, como parte integrante de uma sociedade que, nos termos de (Goffman, 2005:75), conduz a “precauções para aprisionar um homem naquilo que ele é, como se vivêssemos com o perpétuo receio de que possa escapar do que é, que possa fugir e de repente ver-se livre da própria condição (...), amedrontando a coabitação com aqueles que vivem na ordem”

2. Papel da sociedade civil face à situação de “sem-abrigo”

A sociedade civil organizada em IPSS, Fundações ou Associações, que orientam a sua ação para os problemas inerentes à exclusão social e em particular para a problemática daqueles que fazem do espaço público o seu “domicílio” fazem-no com base na sua ética, na sua conduta moral, através da cultura, dos costumes, dos comportamentos, das crenças, dos valores e/ou da razão. Ou seja, toda a conduta humana é produzida na praxis social assim, conforme a experiência de cada um, pode-se perspectivar diferentes formas de entender ou conceber a ética da relação com os outros a nível pessoal, interpessoal ou institucional.

Neste sentido, os princípios ideológicos ou filosóficos que impulsionam a existência e regem o funcionamento das instituições que contactamos (Comunidade Vida e Paz, Companheiro, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Casa de Santo António, Ninho, Associação Médica Internacional) prendem-se, no geral, com valores de conduta ética, com princípios humanitários, de ajuda e de preocupação com o outro, com o seu semelhante.

Estes princípios assumem duas vertentes que se interligam entre si, situando-se ambas ao nível da promoção da dignidade humana, quer pela via da promoção e defesa da cidadania, quer pela via da assistência. Assistência entendida aqui como a forma possível de promoção da dignidade humana, colocando-se nitidamente a separação entre assistência e assistencialismo quando referem, «fazemos caridade mas não caridadezinha. Caridade no sentido da disponibilidade ao outro, de solidariedade com quem precisa de ajuda, com o necessitado. Não fazemos caridadezinha paternalista mas sim um trabalho de emancipação do outro (...) os nossos princípios são os valores humanos, o respeito pelo outro e por si próprio» (CVPZ); «o princípio da dignidade humana é a orientação da nossa intervenção» (Ninho). Estas foram expressões que na generalidade os entrevistados, institucionais por estas ou por outras palavras, referiram.

Quadro 1. Princípios orientadores

| Princípios orientadores | Organizações |
|--------------------------------|--|
| Promoção/defesa dos direitos | IAC, Ninho, AMI, Comp. |
| Assistência | CVPaz, Comp., SCML, CSAnt., Ninho, AMI |

Podemos dizer que, de facto, o dever da assistência ao outro é o motor destas organizações. Das sete organizações inquiridas, seis apresentam a "assistência" como princípio orientador da sua existência e da sua ação prática; contudo, destas seis, três referem igualmente a promoção da cidadania, salientando que, se a sua esfera fica pela assistência, é porque não têm poder para mais, isto é, «embora reconheçamos os direitos de cidadania na prática nada podemos fazer, por isso ficamos na esfera do trabalho humanitário» (AMI).

O discurso do dever para com o outro é, por vezes, evidenciado ao ponto de assumir um cariz missionário, «os nossos princípios são tão interiorizados, por nós, que por vezes o nosso discurso se confunde; é, como se, o assumíssemos como uma verdadeira missão» (Ninho); este excerto demonstra o quanto os princípios destas organizações são assumidos, partilhados e aceites como uma missão. De facto, tanto quanto podemos observar, isto não parece ser apenas uma mera questão de retórica ou relações públicas os valores e objectivos parecem tornar-se reais e assumirem significado concreto para as pessoas no sentido de missão. «O nosso trabalho é como uma missão com esta população» (CSAnt); «(...)é com o outro e com a sua reinserção social, humana e psicológica que a nossa missão se realiza» (CVPaz).

De facto, as instituições sem fins lucrativos existem pela sua missão, existem, certamente, para mudar a situação de determinadas parcelas sociais, para mudar a vida dos indivíduos e para cumprir os seus objectivos, o que pelo que transpareceu da opinião dos nossos interlocutores, é aceite e assumido integralmente por todos.

Noutra perspectiva, devemos ainda relevar o aspecto destes princípios (deste sentido de missão) se articularem diretamente com a problemática ou com a população alvo: «a nossa preocupação e sensibilização é para com o grupo alvo (...) os nossos princípios são a afectividade com o grupo alvo» (IAC).

Quadro 2. Âmbito da ação

| População alvo da intervenção | Organizações |
|--------------------------------------|----------------------------------|
| "Sem-abrigo" indiferenciado | AMI, SCML |
| "Sem-abrigo" específico | IAC, CVPaz, Ninho, CSAnt., Comp. |

Assim, verificamos que, embora todas estas instituições desempenhem uma ação para/e com os "sem-abrigo", na prática aqueles apresentam-se face às organizações subdivididos por características específicas, por diferentes categorias sociais (homens, crianças, jovens mães solteiras, prostitutas, etc.). Apenas duas das organizações destinam o seu apoio, a sua intervenção, ao "sem-abrigo" indiferenciado, no geral, nos termos em que definimos o conceito. Então, nestas organizações há uma afinidade com a problemática, no geral e, no particular, com o problema que afecta este ou aquele grupo social e que, de certa forma, antecede, origina e se liga à situação de "sem-abrigo"; sendo que, neste mosaico de situações ser "sem-abrigo" é apenas o sintoma de algo mais profundo e que se articula com todas as formas de exclusão social, com todos os problemas sociais (novos e antigos). Efectivamente "ser membro de uma sociedade significa não apenas ter certos direitos políticos e civis, mas também ter garantias quanto à satisfação de um conjunto básico de direitos humanos inerentes à dignidade humana ou de necessidades comuns à condição humana"(Ferreira, 2000: 56). Ou seja, ser "Sem-abrigo" ou "estar excluído" implica um sentimento de "não pertença" á comunidade que o priva do exercício da sua cidadania.

Aspecto que a acção destas organizações não consegue alterar ficando o âmbito da ação pela solidariedade, pelo sentido do dever ao outro, na medida em que o núcleo instigador é sempre um

agente estranho à carência. Em nenhuma organização se sentiu a envolvimento de alguém que tenha vivenciado a situação de "sem-abrigo", que se identifique objectivamente com a carência, salientando assim, a distância entre "nós e os outros" ou seja, como refere Luberman, evidencia-se a existência de dois mundos, o dos ricos e o dos pobres, que ignoram os hábitos, ideias e sentimentos uns dos outros, que habitam zonas diferentes, são alimentados com comida diferente e não são governados pelas mesmas leis.

Efectivamente, no universo estudado, nenhuma instituição foi criada por alguém que tenha vivenciado a situação de estar, ou ficar, "sem-abrigo". Apenas manifestaram a sensibilização à problemática, ou melhor, ao grupo alvo da sua intervenção, pela afectividade, pelo dever ao outro no sentido ético ou moral, pela visão política ou social da justiça ou da cidadania, ou ainda pela questão técnico profissional em relação a situações que procuraram conhecer. Assim, todas estas instituições pertencem à sociedade civil organizada em torno da solidariedade que se manifesta pelo dever ético ou moral face ao outro, onde o fundamento não é a identidade da carência mas a subsidiariedade ou a complementariedade assente no dever para com o outro.

3. Representações sociais de "Sem-Abrigo" manifestadas pelos interventores sociais

A representação social é, por um lado, um produto de uma realidade exterior, de um pensamento que se consubstancia em determinado conteúdo, informações, imagens, opiniões, valores, atitudes em relação a um determinado objecto e, por outro lado, é um processo, uma atividade de apropriação da realidade e de elaboração psicológica e social dessa realidade. A representação corresponde, portanto, a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se relaciona com um objecto. Assim, "as representações sociais articulam imagens com significações, definindo um nível próprio de produção de construções de natureza cognitiva e afecto-avaliativa sobre os objetos sociais, devendo ser entendidas como um meio de compreender e comunicar aquilo que conhecíamos anteriormente» (Moscovici, 1984).

Desta forma, a imagem que se reflete, nos interventores sociais que trabalham com os "sem-abrigo", no que se refere à representação social daqueles, está intimamente ligada com o grupo alvo da sua intervenção. Assim, aqueles que apresentam uma definição no sentido lato do conceito, de forma mais abrangente, destinam a sua ação, também, ao "sem-abrigo" no geral, no sentido amplo do termo, como um fenómeno que se apresenta como uma das faces mais trágicas dos mecanismos de exclusão social ao traduzir o impedimento objectivo ou subjetivo de acesso a uma habitação. Habitação entendida não tanto como casa de família mas como alojamento, encarado como a representação básica de residência ou organização sedentária do espaço e que vai de encontro à definição apresentada pelas Nações Unidas (1998) que refere a situação de "sem-abrigo" como, «(...) households without a shelter that would fall within the scope of living quarters. They carry their few possessions with them sleeping in the streets, in door ways or on piers, or in any other space, on a more or less random basis (...)». Esta definição, sugere-nos, desde logo, a imagem de pessoas que deambulam pelas cidades, transportando os seus haveres, dormindo nas ruas e converte-se, assim, numa explicação simples e universal do fenómeno.

Neste sentido, os nossos interlocutores referem que, "sem-abrigo" é toda a situação de carência ou precariedade habitacional» (AMI); «(...) é o grau máximo de exclusão social, "sem-abrigo" é, o homem excluído de tudo, não há ninguém mais excluído» (CVPAZ); «o nosso entendimento é que "sem-abrigo" é aquele que não dispõe de qualquer espécie de alojamento, por isso aqui só ficam esses que estão completamente sem tecto» (Comp).

Quadro 3. Representação social de "sem-abrigo

| Representação social de "Sem-Abrigo" manifestada pelo entrevistado | Organizações |
|---|------------------------------|
| Problema específico / indivíduos/casa | Comp., Ninho, CSAnt. |
| Problema amplo ligado à exclusão social | AMI, IAC, CVPaz, SCML, CSAnt |
| Indivíduo com problemas psíquicos | SCML, CVPaz |

Verificamos assim, uma concepção que relaciona diretamente o problema do "sem-abrigo" com a carência habitacional, com a falta de um tecto ou de um alojamento. Desta concepção, que embora específica (falta de casa) é ainda bastante generalista, começaram a surgir outras mais estritas ou, até mesmo, relativas a subcategorias da população alvo objecto da sua intervenção: «não usamos muito o termo "sem-abrigo" pois é estigmatizante, a criança de rua é igual às outras, a diferença está no facto de ser uma vítima da sociedade, por isso preferimos o termo criança de rua» (IAC).

Enquanto membros da sociedade estabelecida, construímos implicitamente uma noção de estigma, que Goffman (1993) apresenta como uma «ideologia» para identificar a inferioridade de alguém que é estigmatizado, posto à margem, excluído. Assim, embora seja discutível esta diferenciação de nomenclatura, mais ou menos, estigmatizante, parece-nos que o que se procurou evidenciar foi a questão da criança de rua que se pode encontrar numa de duas situações: a criança que vive na rua para sobreviver e que pode não ser, de todo, "sem-abrigo" (embora no caso de ter abrigo este seja quase sempre degradado) e a situação vivenciada pelas crianças que vivem na rua e que encontram na rua o seu local de vida diurno e noturno. Assim, parece-nos que a diferenciação pode aparecer no sentido de relevar o estatuto de criança cidadã de direitos. A sensibilidade e a afectividade para com a criança de rua foi bastante evidenciada, «quando é uma criança é sempre uma situação dramática e chocante» (IAC). De facto, a situação da criança vagueando pela rua, sem lar, sem carinho, sem cuidados, mostra essa fragilidade imensa do nosso Estado de direito e a indiferença do cidadão comum ao compactuar com essa situação.

Desta forma, a representação social de "sem-abrigo" apresentada pelos entrevistados aproxima-se do grupo, ou da categoria social, objecto da sua intervenção: «"sem-abrigo", para nós, tem a ver com a rapariga grávida que fica na rua por exclusão, porque foi expulsa de casa ou do quarto arrendado, é a rapariga que está só, sem tecto, grávida ou com um filho e, quase sempre sem meios de subsistência.» (CSAnt.); «a prostituta nunca é "sem-abrigo" pois entre elas existe uma enorme solidariedade mas, quando quer deixar a prostituição, pode cair nessa situação, porque quebra os laços com o meio, então é preciso ajudar (...) de resto a ligação da prostituição com a situação de "sem-abrigo" só em casos de toxicod dependência» (Ninho).

Devemos, por outro lado, realçar a ênfase reconhecida à problemática relevando o "sem-abrigo" ao estatuto do "mais excluído dos excluídos". De facto, cinco dos nossos sete interlocutores referem o problema da situação de "sem-abrigo" como tendo amplas ligações à questão da exclusão social, ou seja, aos processos que, cada vez mais, conduzem indivíduos a situações de pobreza e de diminuição das capacidades inerentes à cidadania. «Este é um problema que tem origem noutros problemas sociais (desestruturação familiar, desemprego, pobreza, desorganização pessoal e humana)» (CVPaz); «Há sempre problemas sociais que estão por detrás, que conduzem a criança para a rua» (IAC); «O "sem-abrigo" é sempre alguém excluído de alguma coisa, do quarto, da casa, da família» (CSAnt); «Muitos destes problemas são originados por processos de exclusão social que têm a ver com o modelo de desenvolvimento que paira nas sociedades modernas; "sem-abrigo" é um problema estrutural, é um problema de exclusão social que só a consciência e a vontade política podem alterar (...) "sem-abrigo" é cada vez mais um problema estrutural, de civilização, de modelo de sociedade, não é só um problema nacional» (SCML). Como refere Costa (1998) poderão existir entre outras, quatro causas principais que conduzem para a situação de sem-abrigo: pobreza persistente, distúrbios de comportamentos, empobrecimento das redes sociais e perda de habitação acessível.

Assim, a problemática em questão é referenciada numa dimensão multicausal, classificando o "sem-abrigo" como o mais excluído dos excluídos - uma vez que vive a situação mais degradante que qualquer ser humano pode vivenciar, vivendo em condições muito distantes da dignidade

humana, «veja-se só, até o caracol tem um abrigo e a sua relação é tão estreita que não se separa dele» (SCML) - estabeleceu-se uma relação direta entre a situação de "sem-abrigo" e a problemática da exclusão social, referenciada por grande parte dos nossos entrevistados. Podem colocar-se, assim, algumas questões: Os problemas estruturais inerentes ao modelo de desenvolvimento que através de processos de natureza socioeconómica conduzem determinadas categorias de cidadãos a condições infra-humanas; A globalização que leva a que a origem e a solução para os problemas referenciados ultrapassem a escala nacional; Ao criar rupturas nos processos de desenvolvimento individual, a moderna civilização, coloca determinados indivíduos perante questões ou valores tão elementares como a sobrevivência diária.

De facto, sendo a habitação reconhecida como uma necessidade fundamental ao ser humano, como ficará a integridade física e mental de um indivíduo privado da sua segunda pele? Aqui, obviamente, entra-se na questão dos problemas de saúde física ou mental, levantada por dois dos entrevistados, na medida em que este tipo de vida acaba por criar problemas, tanto de foro físico quanto do foro psíquico - «o "sem-abrigo" vive só, vagueando pela rua ao Deus dará, desenvolvendo uma péssima autoestima, e ao cair na rua adquire alguns comportamentos desviantes, tornando-se por vezes em problemas do foro psiquiátrico» (CVPaz).

A situação de "sem-abrigo" está relacionada com os espaços, áreas de exclusão das sociedades modernas onde o individualismo se tornou um pesadelo existencial. Apesar dos problemas sociais ou psíquicos não serem tão recentes nem tão exclusivamente urbanos como parecem, é certo que as sociedades atuais induzem cada vez mais traumas sociais e psicológicos, que podem lançar, e lançam de facto, pessoas de todas as idades numa inadaptação profunda que é tão inerente aos próprios quanto aos sistemas sociais em que vivemos.

A relação estabelecida entre a situação "sem-abrigo" e a doença mental é uma característica que, a nosso ver, deve ser usada com bastante cuidado, no sentido de não estigmatizar. Contudo, é óbvio que ao cair-se na rua, na situação de "sem-abrigo", a nova forma de vida desprovida de qualquer sentido de humanidade originará mazelas de foro psicológico e mesmo físico. O trabalho elaborado pelo médico Rui Portugal (2003) subordinado ao tema "Avaliação do Estado de Saúde dos "sem-abrigo" Utentes do Refeitório dos Anjos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, confirma esta ideia, pois verificou que 82,5% da população inquirida apresentou queixas de saúde. A aplicação da escala de rasteio em saúde mental, no decorrer do mesmo estudo, veio revelar a existência de 62,9% de casos suspeitos de alterações do foro psiquiátrico. Também um dos nossos entrevistados refere que «os utentes do refeitório dos Anjos sofrem de perturbações, basta olhar para eles, para perceber isso (...) muitos deles, são pessoas que saíram de Hospitais psiquiátricos» (SCML). Esta questão deixa no ar o problema da doença psiquiátrica e, o modo como a sociedade se relaciona, ou não se relaciona, com ela.

4. Percepção dos entrevistados sobre a Representação Social de "sem-abrigo" detida pelo Cidadão Comum

A opinião que estes intervenientes sociais manifestaram como correspondendo à representação social de "sem-abrigo", detida pelo cidadão comum e anónimo, é, na sua generalidade, que o "sem-abrigo" é visto como um marginal, um vagabundo, um malandro" (IAC). Esta percepção é apresentada por seis dos sete entrevistados. Um deles estabelece, contudo, uma relação entre o "coitado" e o marginal. Isto é, «a imagem comum é de coitado não tem outra alternativa, mas nem sempre é assim, por vezes está nessa situação porque não quer fazer nada, porque não quer mudar de vida (...) ora é preciso criar uma certa incomodidade a esses indivíduos, há uma permissividade colectiva que tem de ser repensada, ele pode viver como quiser mas não pode incomodar os outros, nem colocar em causa a sua segurança física ou material (...) por vezes, pagamos ao arrumador por medo que nos estrague o carro» (Comp). Esta ideia do marginal que incomoda os outros é reforçada por outro entrevistado, «antigamente o pobre, o vagabundo não incomodava; agora a proliferação de pobres, "sem-abrigo", marginais começa a preocupar porque gera insegurança» (CVPaz).

Assim, segundo estas opiniões, a representação social de "sem-abrigo" predominante no senso comum não apresenta qualquer tipo de relacionamento com a questão da exclusão social ou, com os problemas sociais que proliferam nas nossas sociedades. Aspecto que corrobora o referenciado por Pais (2001) quanto aos arrumadores de carros que ao serem identificados como marginais, acabam por se verem a eles à margem das possibilidades de participação na sociedade, bem como da anunciada cidadania.

Podemos concluir que, pelas opiniões apresentadas, o problema dos "sem-abrigo" é, para o senso comum, uma questão que se prende menos com o sistema social, do que com o indivíduo, com

alguém que vive assim por opção ou porque não quer trabalhar, utilizando para sobreviver estratégias não muito correctas.

Quadro 4. Opinião sobre a representação social detida pelo cidadão comum

| Percepção dos entrevistados quanto à Representação Social de "sem-abrigo" detida pelo cidadão comum | Organizações |
|---|-------------------------------------|
| Marginal | AMI, IAC, Ninho, CVPaz, Comp., SCML |
| Vítima da sociedade | CSAnt., Comp. |

Temos, assim, duas perspectivas que oscilam entre aquele que é vítima e aquele que faz dos outros vítimas do seu modo de vida. Nas nossas sociedades a existência de situações de privação material e de indivíduos que não conseguem, pelos seus próprios meios, assegurar um nível de vida consentâneo com os padrões de consumo e de bem-estar dominantes, é encarada, institucionalmente, como um factor disfuncional do sistema ou, preferencialmente, do indivíduo. Ou seja apesar da heterogeneidade de situações e de trajectórias de vida que a problemática dos "sem-abrigo" encerra e que, segundo Pereira et al (2000), colocam em causa as explicações de carácter individual estas ainda proliferam, esquecendo os factores estruturais relacionados com a organização da sociedade, como o acesso ao emprego e ao mercado habitacional, bem como as políticas sociais, como as da saúde, da educação e da segurança social (Bento et al,2002).

Das narrativas dos interventores sociais que entrevistamos perpassa a ideia que o "sem-abrigo" é alguém que vive uma situação de marginalidade que não é tolerável dado que o espaço público se apresenta como o ambiente ou o território da vida social, que medeia entre a esfera privada e a autoridade pública, onde os cidadãos e as pessoas em geral podem encontra-se livremente para trocarem ideias, conversarem, passearem, interagirem uns com os outros dentro dos limites impostos pela civilidade pública o que significa que não deve ser ocupado para a realização de atos ou ações que estão destinados ao espaço privado, e muito menos quando à situação de dormir na rua se junta a representação social de "sem-abrigo como alguém que incomoda porque gera insegurança e, por outro lado, porque perturba a consciência de alguns que consideram desumano deixar pessoas caírem na situação de "sem-abrigo" apontada como a forma mais extrema de exclusão social.

No espaço urbano adoptamos uma vida pública e uma vida privada, fruto da imposição da forma de vida das cidades. Para as pessoas sem-abrigo, o público e o privado confundem-se, na medida em que o espaço público é também o privado e vice-versa. O espaço público é, para eles, o seu meio de sobrevivência por excelência, no entanto, mais do que a qualquer outro cidadão, é-lhes negado esse direito. Como Simmel (1971) nos demonstrou, à mobilidade e ao anonimato das grandes urbes associam-se amplos graus de liberdade individual, contudo a subjectividade individual não escapa aos mecanismos de controlo social de quem não se inibe de apontar o dedo acusatório aqueles que ousam sair da norma instituída.

Existe, então, uma contradição, se por um lado a pessoa sem-abrigo vive no espaço público, por outro, encontra-se politicamente destituído do uso desse espaço, que, por lei, lhe deveria ser garantido. Ao ser excluído da sociedade, permanecendo naqueles espaços, o sem-abrigo é obrigado a viver como um espectador silencioso, sem voz, sem domicílio, sem identidade

Referências bibliográficas

- Bento, A. e Barreto, E. (2002), *Sem-amor sem-abrigo*, CLIMEPSI, Lisboa.
- Bourdieu, P. (1993), *La misère du monde*, Éditions Seuil, Paris.
- Costa, B. (1998), *Exclusões Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- Cordeiro, G.I. e Vidal, F. (orgs.) (2008) *A Rua – Espaço, Tempo*, Sociabilidade Livros Horizonte, Lisboa.
- Edgar, B. et al (1999) *Services for homeless people: innovation and change in the European Union*. Policy Press, Bristol.
- Ferreira, M. L.B. (2000) *A Pobreza em Portugal na Década de Oitenta*, Conselho Económico e Social, Lisboa.
- Goffman, E. (2005) *A representação do eu na vida cotidiana*. Vozes, Petrópolis.

- Luberman, I. s/d *História da Riqueza do Homem*, Zahar editores, Rio de Janeiro.
- Moscovici, S. (1989) *Des Representations Colectives Aux Representations Sociales*, PUF, Paris.
- Pais, J. (2001) *Jovens «arrumadores de carros» - a sobrevivência nas teias da toxicodependência*, *Análise Social*, vol. XXXVI, n. 158-159, 2001, pgs. 373-398
- Pereira, A. P.; Barreto, P. & Fernandes, G. (2001). *Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa: A situação em 2000. Relatório Final*. Lisboa: Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa.
- Simmel, G. (1971) "The Poor", in *On Individuality and Social Forms*, The University of Chicago Press, Chicago.

EXPECTATIVAS DOS RESIDENTES EM RELAÇÃO À CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA “GUIMARÃES 2012”

Mécia Mota

Departamento de Geografia da Universidade do Minho
meciamota@gmail.com

Paula Remoaldo

Departamento de Geografia da Universidade do Minho
premoaldo@geografia.uminho.pt

J. Cadima Ribeiro

Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho
jcadima@eeg.uminho.pt

Resumo

O presente estudo pretende aferir os impactos percebidos pelos residentes de Guimarães do acolhimento pela cidade da Capital Europeia da Cultura 2012. Através de uma mostra de 510 inquéritos aplicados à população local, entre outubro e dezembro de 2011, procurou-se identificar alguns desses potenciais impactos. Os resultados revelam que apenas 42,4% tinha um conhecimento razoável do programa do megaevento e somente 14,9% pensava participar no mesmo.

Palavras-chave: Capitais Europeias da Cultura; Guimarães 2012; Percepções dos residentes; Impactos do acolhimento de megaeventos.

Abstract

This study tries to capture the impacts of the Guimarães European Capital of Culture 2012. Using data from 510 respondents of a survey conducted to residents, between October and December 2011, the paper lists a few of the perceived impacts of the hosting of this mega-event. Those results show that only 42.4% respondents had a reasonable knowledge of the programme of the mega-event and only 14.9% intended to participate in it.

Keywords: European Capitals of Culture; Guimarães 2012; Residents perceptions; Mega-events impacts.

1. Introdução

As atividades culturais e criativas enquanto elementos potenciadores do desenvolvimento territorial têm vindo a cativar crescente atenção não apenas em razão da importância que o turismo vem tendo na economia de muitos países mas, também, porque este se sugere um elemento diferenciador da oferta turística. Acresce que os destinos culturais são um dos segmentos da indústria do turismo que tem apresentado maior crescimento (Van der Ark e Richards, 2006; O.E.C.D., 2009). Um elemento recente na conformação desse tipo de destino tem-se expressado na apetência em crescimento que os jovens vêm revelando pelos seus produtos, contrariando o que se passava, por exemplo, nos anos noventa do século XX (Silberberg, 1995).

Guimarães assumiu-se, na última década, como um destino turístico cultural emergente à escala internacional, após a sua certificação pela U.N.E.S.C.O. como Património da Humanidade, tendo esta constituído alavanco para a sua projeção internacional. No seio dos vários agentes (*stakeholders*) da indústria turística, o comprometimento dos residentes é um elemento fulcral para o sucesso de um destino turístico. Por este motivo, torna-se fundamental envolver os residentes em todo o processo de planeamento turístico e analisar as suas percepções, aspetos que, no caso de Guimarães, não têm sido suficientemente acautelados até ao momento (Cadima Ribeiro, Vareiro e Remoaldo, 2012).

Mesmo a nível nacional, são poucos os estudos desenvolvidos sobre as percepções dos residentes relativamente aos impactos do turismo (e.g., Monjardino, 2009; Souza, 2009; Eusébio e Carneiro, 2010; Vareiro *et al.*, 2010), e nenhum se centrou na problemática dos megaeventos nem, em concreto, na avaliação dos impactos das Capitais Europeias da Cultura. Também não existe a cultura, instituída noutros países, de consulta dos residentes relativamente ao turismo, sendo este um sector que pode afetar significativamente o seu quotidiano.

Também à escala internacional, conforme anota Jackson (2008), não abundam os estudos que se preocuparam com a percepção e atitudes dos residentes tomando como foco o segmento do turismo cultural.

Pela importância que tomam os residentes num projeto de turismo onde a dimensão cultural tem um papel central, compreende-se que seja tido como importante levá-los a atuar como parceiros

no processo de desenvolvimento da atividade (Brunt e Courtney, 1999; Dyer *et al.*, 2007; Gursoy *et al.*, 2002; Gursoy e Rutherford, 2004; Sharma e Dyer, 2009). Atentos a isso, decidimos desenvolver uma investigação sobre esta matéria, tomando por objeto de análise Guimarães. Essa pesquisa foi iniciada em 2011 e prolongar-se-á, pelo menos, até 2014.

A investigação a desenvolver encerra, sobretudo, duas fases, uma em 2011 e outra em 2013. No caso dos residentes está em causa: i) a aplicação de um questionário à população das 69 freguesias do município, em 2011, no sentido de aferir a perceção do impacto esperado do megaevento “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012” e o tipo de participação planeada nele da população local; e ii) a aplicação de novo questionário em inícios de 2013, após a ocorrência do referido megaevento.

Os eventos de grande escala geram impactos que podem ocorrer ao nível económico, social, cultural, político, físico e ambiental. No entanto, estes impactos não são sempre positivos, pois o aumento do número de visitantes numa cidade, embora possa ser positivo em termos económicos, pode gerar efeitos negativos em termos ambientais decorrentes, por exemplo, de congestionamento no trânsito, do ruído ou dos resíduos produzidos.

Com base nestes pressupostos estruturou-se o presente texto do seguinte modo: na primeira secção, com base numa sumária revisão da literatura, são avançados alguns dos impactos dos megaeventos e a perceção dos residentes; na secção seguinte esboçam-se os procedimentos metodológicos usados; na secção 3 avançam-se os primeiros resultados do inquérito que foi aplicado entre Outubro e Dezembro de 2011, deixando análises mais aprofundadas dos dados para futuros textos. Na última parte são reunidas as principais conclusões e recomendações.

2. Impactos dos megaeventos e a perceção dos residentes

Os eventos culturais são incluídos entre os maiores motores da competitividade dos territórios (Richard e Crouch, 2000). Além disso, os eventos de grande escala, como as Capitais Europeias da Cultura, porque movimentam elevados recursos financeiros nacionais e comunitários, públicos e privados, encontram-se frequentemente sob escrutínio por parte de patrocinadores, organizadores e público em geral. Daí que cada organização se preocupe em medir os respetivos impactos que podem ser económicos, sociais, cultural, políticos, físicos e ambientais.

Desde os anos 80 do século XX que se vem assistindo à análise científica dos megaeventos, sobressaindo autores como Getz, em investigação datada de 1991, Ritchie, em trabalho de 1984, e Hall, em estudo datado de 1992, recordados por Gursoy e Kendall (2006) e Langen e Garcia (2009). Hall, em particular, salientou o facto de os efeitos ambientais, socioculturais e políticos serem, provavelmente, mais importantes dos que os económicos. Esta opinião foi corroborada também por Kim, Gursoy e Lee (2006); Ritchie, Shipway e Cleeve (2009). Isto acontece porque os organizadores estão mais preocupados em obter ganhos económicos e porque os impactos socioculturais são mais difíceis de quantificar e também porque a investigação preocupada com os impactos socioculturais pode encontrar resultados pouco abonatórios em termos políticos (Langen e Garcia, 2009). Alguns destes inconvenientes resultados podem ser o aumento do crime ou dos conflitos entre residentes e visitantes, que podem superar os ganhos económicos apercebidos (Langen e Garcia, 2009).

Todavia, ainda que estes autores sejam uma referência, os seus estudos não se direccionaram para a medição dos impactos dos eventos culturais e os seus métodos foram aplicados a eventos desportivos, tais como os Jogos Olímpicos (*e.g.*, Deccio e Baloglu, 2002; Ritchie *et al.*, 2009) ou a Copa do Mundo (*e.g.*, Lepp e Gibson, 2011).

Em 2004, a Comissão Europeia encomendou um estudo de avaliação das CECs entre os anos de 1995 e 2004, que conclui que estas são uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento cultural dos territórios. No entanto, esse mesmo estudo confirma a falta de desenvolvimento de uma política de seguimento das melhores práticas (*benchmarking*) e de comparação entre as cidades, por falta de indicadores comuns (Palmer/Rae Associates, 2004).

Liverpool é um exemplo a reter. Os impactos de Liverpool 2008 estão documentados num conjunto de estudos realizados entre os anos 2007 e 2009, com o objetivo de perceber o envolvimento dos residentes no evento, entre outras coisas. O estudo realizado por Melville *et al.* (2010) tentou perceber as opiniões e perceções dos residentes de quatro sectores da cidade (City Centre, Kirkdale, Knotty Ash e Aigburth) que participaram na Capital Europeia da Cultura. Versou sobre três grandes temáticas. A primeira referiu-se à opinião dos residentes sobre Liverpool Capital Europeia da Cultura (como os residentes se envolveram na CEC 2008 e nos eventos; os benefícios percebidos e as desvantagens da CEC 2008; como os residentes pensavam que a CEC 2008 iria influenciar o futuro da cidade de Liverpool). A segunda preocupou-se com a participação cultural dos residentes no megaevento (como os residentes entendiam a “cultura”, até

que ponto estavam interessados em diferentes tipos de atividades culturais; quantas vezes eles assistiam e participavam em eventos culturais; de que forma a CEC 2008 tinha contribuído para isso). Por último, foram consideradas as percepções dos residentes sobre o megaevento e do que aconteceu em concreto no seu bairro (os aspetos mais positivos e negativos em Liverpool e no seu próprio bairro; como eles se sentiram sobre a qualidade de vida na sua cidade e bairro; as suas preocupações sobre o crime e sobre os pontos de vista externos sobre a cidade, e como tudo isso mudou ao longo da CEC 2008).

Os resultados do estudo indicam que, em 2007, apenas 57% da população reconhecia que tinha um conhecimento razoável do megaevento. Após o mesmo, em 2009, cerca de 66% dos inquiridos responderam que participaram no evento. Nas percepções dos residentes sobre os impactos da CEC recolhidas no ano em que se celebrou o megaevento (2008), os inquiridos referiram a regeneração urbana, os efeitos em matéria de imagem, o aumento do número de visitantes, a programação cultural, os impactos positivos na coesão social e nas compras (Melville *et al.*, 2010).

3. Metodologia

Para a concretização dos objetivos que nos propusemos atingir, recorremos à aplicação de um inquérito por questionário aos residentes do município de Guimarães, entre outubro e dezembro de 2011, obtendo-se uma amostra de 510 elementos. Pretendeu-se com o mesmo avaliar a sua postura quanto à programação da Capital Europeia da Cultura 2012 e a sua intenção de participação no megaevento. Esta técnica foi usada tendo como complemento a realização de entrevistas semiestruturadas às associações culturais e recreativas de Guimarães (também entre outubro e dezembro de 2011). No tratamento estatístico dos inquéritos aos residentes, começa-se, no presente texto, por usar, uma estatística do tipo descritiva, com recurso ao Programa SPSS (IBM SPSS Statistics, versão 20.0).

O inquérito foi aplicado com o apoio de alunos das quatro escolas secundárias de Guimarães e de uma escola profissional do mesmo município. Em concreto, foi pedido aos alunos, entre os 10º e o 12º anos, que preenchessem o questionário e o levassem para casa e distribuíssem por familiares pertencentes a outras gerações. O questionário era composto por 18 questões e nesta comunicação usamos a questão 1, relativa à intenção de assistir ao evento “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012”, a questão 2, sobre a intenção de participar no evento, e a questão 4, sobre o grau de conhecimento da programação cultural do evento da Capital Europeia da Cultura 2012.

4. Análise dos resultados

Perfil dos respondentes

O Quadro 1 sumaria o perfil sociodemográfico da amostra do inquérito. Mais de metade dos inquiridos (58%) era do sexo feminino. Este resultado é próximo de outros estudos como o de Sharma e Dyer (2009) e Ambroz (2008). Ao compararmos a amostra com a população do município (universo), no sentido de se aferir a sua representatividade, constata-se que se afasta algo dos 51,4% de mulheres diagnosticadas através dos dados provisórios dos Censos de 2011 do Instituto Nacional de Estatística. No que ao nível de instrução mais representativo no município se refere este era o 1º ciclo do ensino básico (29,1%), enquanto que na amostra deparamo-nos com o 2º ciclo do ensino básico (47,6%). A amostra recolhida revela, assim, níveis mais elevados de instrução e também apresenta uma sobre representação do grupo dos mais jovens (15 a 24 anos – 15% no município *versus* 53,1% na amostra) e das mulheres.

Nas restantes páginas do presente texto analisam-se, muito brevemente, algumas das variáveis contempladas no questionário.

Quadro 1. Características dos inquiridos

| | N | % | | N | % |
|---------------------------|-----|------|-------------------|-----|------|
| Sexo | | | Trabalho | | |
| Masculino | 209 | 41,0 | Estudantes | 257 | 50,4 |
| Feminino | 296 | 58,0 | Outra situação | 253 | 49,6 |
| Não responde | 1 | 1,0 | | | |
| Idade | | | Residência | | |
| 15-24 | 271 | 53,1 | APU | 44 | 63,8 |
| 25-64 | 218 | 42,7 | AMU | 24 | 34,8 |
| 65 e mais | 12 | 2,4 | APR | 1 | 1,4 |
| Não responde | 9 | 1,8 | | | |
| Nível de instrução | | | Rendimento | | |
| Não sabe ler nem escrever | 2 | 0,4 | Até 500€ | 58 | 11 |
| 1º Ciclo do Ensino Básico | 77 | 15,1 | 501-1000€ | 174 | 34,1 |
| 2º Ciclo do Ensino Básico | 243 | 47,6 | 1001-2500€ | 126 | 24,7 |
| Ensino Secundário | 134 | 26,3 | Mais de 2500€ | 26 | 5,1 |
| Ensino Superior | 28 | 5,5 | Não responde | 127 | 24,9 |
| Mestrado ou Doutoramento | 4 | 0,8 | | | |
| Não responde | 22 | 4,3 | | | |

Fonte: Inquérito próprio, por questionário, realizado aos residentes de Guimarães entre outubro e dezembro de 2011.

Antes de se apresentarem os resultados obtidos, é importante fazer, em primeiro lugar, uma análise global dos mesmos. Surpreende-nos o facto de apenas 35,5% dos inquiridos terem mencionado que tencionavam assistir às atividades desenvolvidas no evento “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012” (Quadro 2).

Quadro 2. Intenção dos residentes de participar e conhecimento do programa do megaevento “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012”

| | N | % | | N | % |
|----------------------------|-----|------|---------------------|------|---------|
| Tenciona assistir | | | Conhecimento | | |
| Não | 57 | 11,2 | Muito baixo | 68 | 13,3% |
| Sim | 181 | 35,5 | Baixo | 133 | 26,1% |
| Provavelmente | 270 | 52,9 | Médio | 216 | 42,4% |
| Não responde | 2 | 0,4 | Elevado | 67 | 13,1 |
| Tenciona participar | | | Muito Elevado | 17 | 3,1 |
| Não | 230 | 45,1 | Não responde | 9 | 1,8 |
| Sim | 76 | 14,9 | Média | Moda | Mediana |
| Provavelmente | 200 | 39,2 | 2,66 | 3,00 | 3 |
| Não responde | 4 | 0,8 | | | |

Fonte: Inquérito próprio, por questionário, realizado aos residentes de Guimarães entre outubro e dezembro de 2011.

Quanto à participação nos espetáculos programados (quer como elemento participante, quer como voluntário, quer como organizador de atividades), 45,1% não tencionava participar, seguido de 39,2% que provavelmente tencionava fazê-lo e 14,9% que disse que tencionava associar-se de alguma forma à programação da CEC 2012. Tentando relacionar estes dados com o grau de conhecimento sobre a programação cultural do megaevento, anote-se que a média das respostas se situava nos 2,66 (a escala usada ia de 1 a 5 – cinco níveis na escala de Likert), a moda era de 3,00 (médio) e a mediana se posicionava igualmente nos 3 (médio). Isto significa que o conhecimento médio era o mais representativo (42,4%), seguido do baixo conhecimento (26,1%). Quando comparamos estes resultados com os do estudo de Melville *et al.* (2010), identifica-se uma diferença que é de ressaltar, a saber: no estudo destes indicava-se que, em 2007 (antes do megaevento “Liverpool Capital Europeia da Cultura”), 57% da população tinha um conhecimento razoável do megaevento e em 2009 (após o megaevento), cerca de 66% dos inquiridos responderam que participaram no megaevento.

No caso da nossa amostra, os motivos que levam as pessoas a não assistir a atividades do megaevento, focam-se nos “espetáculos ou outro tipo de atividades pouco interessantes” (33,3% dos inquiridos), seguidos de “outra razão” (29,8% dos inquiridos), e da “falta de transportes públicos” (19,3% dos inquiridos). Dos que tencionavam assistir às atividades, sobressai a indicação dos “espetáculos ao ar livre”, com 98,3% dos inquiridos a mencionar este tipo de atividades, seguido da “Música” (72,4%) e das “Exposições diversas” (59,1%). O teatro foi uma das atividades que menos parecia suscitar o interesse dos inquiridos (49,2%).

5. Conclusões e Recomendações

Em anos mais recentes, Guimarães registou um aumento do número de visitantes muito por causa da sua denominação como Património Mundial da Humanidade pela U.N.E.S.C.O., ocorrida em 2001. No mesmo sentido, ao acolher o megaevento “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012”, este estará certamente a contribuir para dar à cidade um melhor posicionamento como destino turístico, através da visibilidade que um evento como estes propicia à cidade anfitriã.

A amostra de que fazemos uso na nossa investigação segue as características sociodemográficas que foram retiradas em investigações empíricas similares (como, por exemplo: Sharma e Dyer, 2009; Ambroz, 2008), ainda que se denote uma sobre representatividade no grupo dos mais jovens e das mulheres, que foi difícil de ultrapassar, pois à data de realização da nossa investigação decorreram inúmeros inquéritos sobre a CEC 2012, nas mesmas escolas secundárias de Guimarães, o que criou dificuldades acrescidas ao desenvolvimento e monitorização da aplicação do nosso inquérito.

Através dos resultados obtidos é possível aferir uma mais baixa intenção da população de Guimarães de participar no megaevento do que, por exemplo, o que se verificou com a população de “Liverpool Capital Europeia da Cultura (realizada em 2008). Provavelmente, o mais baixo conhecimento da população vimaranense da programação cultural prevista deve-se à altura tardia em que a programação da CEC foi divulgada junto do público.

Mantemos a perspetiva que o acolhimento de “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012” pode ser uma boa oportunidade para Guimarães para se posicionar como um destino turístico. De qualquer modo, mais do que em nenhuma outra circunstância, para atingir esse objetivo é necessário considerar os residentes como uma peça essencial do sucesso do evento, pela implicação que isso tem na experiência turística dos visitantes.

Existem múltiplos caminhos para captar as perceções dos residentes sobre um evento como aquele que aqui tratamos. Esta comunicação, que divulga resultados parcelares de um inquérito realizado à população de Guimarães, procura ser uma contribuição nesse sentido.

Bibliografia

- AMBROZ, M. (2008), “Attitudes of local residents towards the development of tourism in Slovenia: The case of the Primorska, Dolenjska, Gorenjska and Ljubljana regions”, *Anthropological Notebooks*, 14(1), pp. 63-79.
- ARNAUD, C., FOUCHET, R. e SOLDI, E. (2010), “The cultural mega event as dismantled system: challenges, stakes and pitfalls of governance. Comparative analysis of European capitalism of culture”, *XI Workshop dei Docenti e dei Ricercatori do Organizzazione Aziendale, Incertezza, creatività e razionalità organizzativa*, Bologna, 16-18 de Junho de 2010.
- BRUNT, P. e COURTNEY, P. (1999), “Host perceptions of sociocultural impacts”, *Annals of Tourism Research*, 26(3), pp. 493-515.
- CADIMA RIBEIRO, J., VAREIRO, L. e REMOALDO, P.C. (2012), “The host-tourist interaction in a world heritage site: the case of Guimarães”, *China-USA Business Review*, 11(3), pp. 283-297.
- DECCIO, C. e BALOGLU (2002), “Nonhost community resident reactions to the 2002 Winter Olympics: The spillover impacts”, *Journal of Travel Research*, 41, pp. 46-56.
- DYER, P. et al. (2007), “Structural modelling of resident perceptions of tourism and associated development on the Sunshine Coast, Australia”, *Tourism Management*, 28, pp. 409-422.
- EUSÉBIO, C. e CARNEIRO, M.J. (2010), “A importância da percepção dos residentes dos impactos do turismo e da interação residente-visitante no desenvolvimento dos destinos turísticos”, Pen drive, *International Meeting on Regional Science: The Future of Cohesion Policy*, APDR e AECR, Elvas e Badajoz, 17 a 19 de Novembro, 25 pp.
- FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES (2009), *Plano Estratégico 2010-2012*, Guimarães, Fundação Cidade de Guimarães (disponível no site: <http://www.guimaraes2012.pt/PlanoEstrategico/index.html> - acedido em 02-06-2010).
- GURSOY, D. e RUTHERFORD, D. (2004), “Host attitudes toward tourism – an improved structural model”, *Annals of Tourism Research*, 31(3), pp. 495-516.

- GURSOY, D. e KENDALL, K.W. (2006), "Hosting mega events – Modeling locals' support", *Annals of Tourism Research*, 33(3), pp. 603-623.
- HALL, C.M. (1992), *Hallmark tourist events: impacts, management and planning*, London, Belhaven Press.
- I.N.E. (2011), *Censos 2011 – Resultados Provisórios*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- JACKSON, L. (2008), "Residents' perceptions of the impacts of special event tourism", *Journal of Place Management and Development*, 1(3), pp. 240-255.
- KIM H., GURSOY, D. e LEE, S. (2006), "The impact of the 2002 World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games", *Tourism Management*, 27, pp. 86-96.
- LANGEN, F. e GARCIA, B. (2009), *Measuring the impacts of large scale cultural events: a literature review*, Liverpool, Impacts 08.
- LEPP, A. e GIBSON, H. (2011), "Tourism and World Cup Football amidst perceptions of risk: The case of South Africa", *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 11(3), pp. 286-305.
- MELVILLE, et al. (2010), *Neighbourhood Impacts: a longitudinal research study into the impact of the Liverpool European Capital of Culture on local residents*, Liverpool, Impacts 08.
- MONJARDINO, I. (2009) "Indicadores de Sustentabilidade do Turismo nos Açores: o papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao Turismo na Região", *15º Congresso da APDR - Redes e Desenvolvimento Regional*, Praia, Cabo Verde, July 9-11.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (2009), *The impact of culture on tourism*, Paris.
- PALMER/RAE ASSOCIATES (2004), *Study on the European Cities and Capitals of Culture, and the European Cultural Months (1995-2004)*, Brussels, Author.
- RITCHIE, J.R.B. e CROUCH, G.I. (2000), "The competitive destination: A sustainable perspective", *Tourism Management*, 21, pp. 1-7.
- RITCHIE, B.W.; SHIPWAY, R. e CLEEVE, B. (2009), "Resident perceptions of mega-sporting events: A non-host city perspective of the 2012 London Olympic Games", *Journal of Sport & Tourism*, 14(2), pp. 143-167.
- RUSSO, A.P. e VAN DER BORG, J. (2002), "Planning considerations for cultural tourism: a case study of four European cities", *Tourism Management*, vol. 23, pp. 631-637.
- SHARMA, B. e DYER, P. (2009), "An investigation of differences in residents' perceptions on the Sunshine Coast: tourism impacts and demographic variables", *Tourism Geographies*, 11(2), pp.187-213.
- SILBERG, T. (1995), "Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites", *Tourism Management*, 16(2), pp. 361-365.
- SOUZA, C.A.M. (2009), *Turismo e Desenvolvimento: percepções e atitudes dos residentes da Serra da Estrela*, Universidade de Aveiro – Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Tese de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo, Portugal, Aveiro.
- VAN DER ARK, L.A. e RICHARDS, G. (2006), "Attractiveness of cultural activities in European cities: A latent class approach", *Tourism Management*, 27, pp. 1408-1413.
- VAREIRO, L.; REMOALDO, P.C. e CADIMA RIBEIRO, J. (2010), "Residents' Perception of the Cultural Tourism benefits: the case of Guimarães", *16º Congresso da APDR – Actas do Congresso (CD-ROM)*, Funchal, Madeira, 28 pp.

COMO A GLOBALIZAÇÃO INFLUENCIA A ALTERAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Paulo Castro Mendes

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
paulomendes_7@hotmail.com

Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa

Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra
paulonossa@gmail.com

Paulo Jorge Teixeira Fernandes

Departamento de Engenharia Mecânica, Centro de Tecnologia Mecânica e Automação,
Universidade de Aveiro
paulo.fernandes@ua.pt

Sara Gomes Herdeiro

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
saragomesherdeiro@gmail.com

Resumo

A globalização recentemente adquiriu uma importância inusitada, que conduziu à circulação de marcas a uma escala mundial, na qual os seus efeitos se repercutem na paisagem. Este fenómeno incide principalmente nas cidades, locais onde se verifica uma grande circulação/instalação de marcas que tornam mais visível a Hipervisualidade.

Palavras-chave: Cidades, Globalização, Hipervisualidade, Marcas, Paisagem

Abstract

Globalization has recently acquired an unprecedented importance, which led to the movement of global brands at global scale, in which their effects are more incident in landscape. This phenomenon focused on urban areas where there is a significant brands movement and installation which made more visible the Hypervisuality.

Key-words: Cities, Globalization, Hypervisuality, Brands, Landscape

1. Globalização e as suas dimensões

1.1. O que é a Globalização

Existem muitos termos para definir Globalização. Segundo Malcolm Waters (2010), a Globalização é um processo social, no qual as restrições geográficas relativas ao regime social e cultural dos países estão continuamente a ser superadas e em que as pessoas tomam consciência disso. Todavia, importa reter que a globalização não é um fenómeno universalmente aceite, sendo que a sua implementação criou uma dicotomia. Por um lado, a globalização potencia a mobilização de recursos, sejam estes humanos, artificiais ou naturais, bem como os fluxos de informação, capitais, serviços, bens e pessoas. Inevitavelmente, esta afeta negativamente o quotidiano das pessoas a diferentes escalas: ambiental, económica e social. De um modo mais amplo, a globalização é considerada como um fenómeno social, político, cultural e económico, inteiramente relacionado com a crescente liberalização de mercados e com a intensificação do papel das empresas transnacionais (ETN) e que se difunde mundialmente (DOMINGOS et al., 2009).

1.2. As dimensões da Globalização

A Globalização está associada à diminuição da distância-tempo e distância-custo (deslocações mais rápidas e menos dispendiosas) que afetam os processos de produção, consumo, informação e pensamento. Visto que é um processo multidimensional, as transformações inerentes são observadas ao nível mundial. Contudo é nas áreas urbanas, porque mais densas, onde o seu potencial de transformação é maior.

Normalmente, a literatura observa três dimensões da globalização: a económica, associada à produção transnacional realizada pelas ETN; a política, relacionada com os acordos intraestatais e a cultural, onde há uma convergência dos modos de vida, em detrimento de uma cultura universal, reflexo da influência das marcas ao nível do consumo e publicidade.

Adicionalmente são referenciadas a dimensão demográfica, intrinsecamente associada aos fluxos migratórios internacionais. A dimensão religiosa, que consiste na expansão de “novas” formas de religiosidade. A dimensão social, que permitiu o aparecimento de uma classe capitalista

transnacional, é constituída por uma elite financeira. Esta última polariza uma parte do rendimento mundial e é dotada de alguma notoriedade e poderio financeiro que lhe permite impor regras muito próprias. E por fim, a dimensão jurídica que está associada a uma desregulamentação dos mercados de trabalho, do capital e dos serviços. (WATERS, 2010).

1.3. Os atores da Globalização

Associados às dimensões da globalização existem os “atores” envolvidos, sendo estes de dois tipos: os macro atores (Stakeholders) como as Organizações Internacionais, as ETN, os Estados e, até mesmo, os media. São assim considerados, pelo facto de terem uma influência importante e rápida nas metas sociais, económicas e políticas das sociedades locais. E também os micro atores (Shareholders) que correspondem essencialmente aos indivíduos ou grupos de menor dimensão e poder de influência, pois “atuam”, na globalização, influenciados pelos macro atores (DOMINGOS et al., 2009).

2. Movimentação de Marcas: Estratégias das Multinacionais

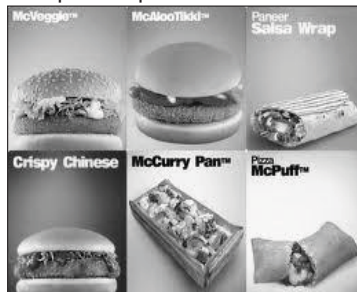
As multinacionais são empresas que surgiram e cresceram num determinado país e que, com o decorrer do tempo, expandiram a sua área de interesses para além das fronteiras nacionais, tendo como principais objetivos o aumento dos seus lucros, competitividade e, facto também importante, maior visibilidade.

Neste contexto, o processo de expansão para um determinado país/região é sempre minucioso, sendo necessário ir para além de uma mera investigação e seleção de mercados, percebendo a receptividade e nuances culturais capazes de influenciarem a adesão a determinado, produto/conceito. Regra geral, após a sua fixação, as ETN devem apostar numa publicidade inteligente, cultural e socialmente empática, de modo a que a sua marca seja (re)conhecida, satisfazendo determinadas necessidades ou criando outras, difundindo conceitos associados a modernidade e estilo de vida. Outro processo fulcral diz respeito à apresentação do produto à população.

Devido ao processo de globalização, as marcas vão-se instalando/circulando globalmente com crescente facilidade, chegando a áreas do globo impensáveis há poucas décadas, onde a transformação ideológica precedeu, regra geral, a transformação económica e social, não raro de forma segmentada. O leque de marcas com reconhecimento regional e mundial tem vindo a ser alargado.

Existem cada vez mais marcas que são reconhecidas em qualquer lugar, por via da designada transparência da marca, cuja identidade corporativa tende a ser preservada a todo o custo, como é o caso da Coca-Cola, da Pepsi, do McDonalds (ver Fig. 1), Starbucks, entre outras. Atualmente, é muito difícil um país não conter consumidores que não reconheçam produtos/conceitos, que se difundem globalmente, ainda que cultural e religiosamente adaptados,

Figura 1. Exemplos de produtos da McDonalds na Índia



Fonte: <http://www.medimanage.com/my-diet/articles/mcdonalds-i-am-so-not-lovin%E2%80%99-it.aspx>

Todavia, há marcas que nem sempre se conseguem impor no exterior mantendo uma integralidade comunicacional global, escorada no mesmo tipo de *slogan*, cor ou conteúdo. Alguns exemplos são sinalizados por Rosa Llamas (2011), no Brasil, não se utiliza o termo *Pepsi Diet*, uma vez que a palavra dieta é apenas utilizada para produtos com fins terapêuticos.

Também a Coca-Cola possui uma edição especial para o Festival de Parintins, Brasil, existindo latas de Coca-cola azuis. Neste evento, composto por duas equipas intervenientes, em que uma é de cor vermelha e outra de cor azul, os apoiantes da equipa azul recusam-se a consumir bebidas cuja embalagem detêm uma cor associada à identidade da equipa adversária, acabando assim por optar por produtos concorrentes (Ex: Pepsi). Devido às perdas económicas e de notoriedade inerentes, a Coca-Cola decidiu fabricar uma lata de cor azul, somente para este festival. Na Índia,

a McDonalds teve que alterar menus disponíveis visto que a vaca é considerada um animal sagrado. Outro exemplo é encontrado, em Portugal, ao nível do café. O facto de a população portuguesa estar habituada à denominada “bica”, isto é, café servido numa chávena pequena, e não a um café da dimensão existente nos EUA, leva com que a Starbucks e o seu conceito enfrente dificuldades de penetração/fidelização no mercado nacional. Assim sendo, uma marca pode optar pela estandardização, adaptação ou homogeneização. O primeiro caso tem como principais vantagens: uma imagem corporativa global, reduzidos custos e reduzidas hipóteses da marca ser confundida. Porém, tem como inconvenientes a falta de preocupação com as diferenças culturais e a restritividade das campanhas publicitárias. Por sua vez, a adaptação já possui uma maior preocupação com os hábitos locais, levando a uma maior capacidade de resposta aos ataques da competitividade. Como principal limitação destaca-se o custo mais elevado do processo. Por fim, a homogeneização é a opção mais usada pelas multinacionais, apesar do seu custo elevado, pois adapta-se aos costumes locais mantendo, todavia, uma identidade reconhecida internacionalmente (ver Fig. 2 e 3).

Figura 2.Publicidade urbana: café grátis da McDonalds



Fonte:<http://www.mktmais.com/2009/09/publicidade-urbana-cafe-de-graca-no.html>

Figura 3:Publicidade urbana: Quiosque da Coca-Cola, Copacabana, Rio de Janeiro



Fonte:<http://www.flickr.com/photos/flborges/7023443493/sizes/o/in/photostream>

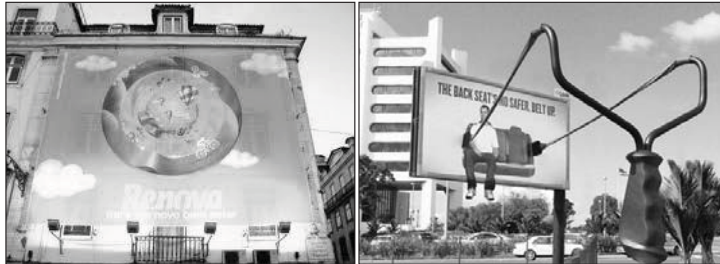
Para este reconhecimento das marcas a nível global, em muito contribui o papel das indústrias culturais. Um exemplo disso é o cinema, onde durante os intervalos dos filmes passam várias imagens associadas ao consumo de produtos, onde as marcas também vendem um conceito e um estilo de vida que comunicam nestes espaços. Concomitantemente, o cinema e a televisão são por excelência agentes de difusão de marcas/conceitos, associando paisagens ou experiências ao consumo de determinadas marcas/produtos conectados com estilos de vida dominantes ou glamourosos.

2.1. Evolução da paisagem

Consequente ao desenvolvimento das marcas e da amplificação dos mercados está a alteração da paisagem urbana por via das estratégias de comunicação que as ETN adoptam para sinalizarem os seus produtos, ou estilos de vida a eles associados. É pois nas cidades, onde se verifica uma maior densidade e centralidade funcional e simbólica, devida, sobretudo, à urbanização da população mundial que este impacte é mais impressionante. A cidade é o palco por

excelência para a promoção das marcas, quer pela facilidade em fazer uma comunicação directa junto de um crescente público-alvo, como também pela variedade de experiências e canais de comunicação que a vivência urbana proporciona. Por tal, a paisagem foi sofrendo transformações sucessivas ao longo dos tempos e, mais recentemente, não só a paisagem mas também a toponímia. O patrocínio de eventos e espaços desportivos, levou a (re)significação de espaços e lugares de lazer e/ou sociabilização, agora identificados pela designação da marca, produto ou patrocinador. Veja-se o caso do espaço já desmantelado da então denominada Praça Sony (Expo 98/ Parque das Nações), funcional e morfologicamente afeta ao lazer e eventos musicais e desportivos compatíveis com a filosofia comunicacional e promocional da marca. A diferença simbólica da paisagem emerge com maior clareza. A paisagem de fâcies rural, com espaços verdes surge associada à pureza, e qualidade ambiental, eleita para evocar serviços e evasão da rotina, e à paisagem de fâcies urbano, mais sofisticada e glamourosa, com signos de mobilidade e cosmopolitismo orientados para alvos de consumo que mais se identificam com modos e estilos de vida irreverentes e urbanos, conforme é visualizado na Figura 4.

Figura 4. Exemplos de paisagem de fâcies urbana



Fonte: <http://www.jorgemanuelbraz.com/2011/08/10/a-melhor-publicidade-criativa-em-fachadas-de-predios-urbanos/>

No que concerne a Portugal, o período anterior ao 25 de Abril de 1974 revelava uma imagem de país rural e tradicional, com condicionamentos diversos ao nível da introdução de marcas internacionais. Veja-se o exemplo da Coca-cola. Em 1974, ocorreu a primeira iniciativa para trazer a Coca-cola para Portugal, protagonizada pelo Príncipe russo Alexander Makinsky, o Relações Públicas da Coca-Cola na Europa. A sua comercialização e publicitação só foram alcançadas pela primeira vez em Portugal no verão de 1977.

A alteração de contexto político e económico, a explosão dos *media* e o aumento progressivo do poder de compra teve impacto direto na paisagem urbana nacional, nomeadamente nas zonas litorais e áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, fruto de um perfil de consumo e de introdução de novos produtos e ícones orientados para um mercado progressivamente massificado, contrastando com imagens promocionais orientadas para o país agrícola, enquanto desígnio nacional do Estado Novo (ver Fig. 5).

Figura 5. Azulejos publicitários em Portugal (1950-1960)



Fonte: <http://afonsooureiro.net/blog/?p=4936>

Outras formas de transformação da paisagem urbana podem ser consideradas, tendo em conta o tempo e ritmo de transformação. Neste contexto cabe aqui abordar o conceito de geodiversidade diacrónica e de geodiversidade sincrónica. A primeira pode ser rápida ou abrupta, estando,

sobretudo, ligada à rutura, nomeadamente originada por catástrofes naturais, com profundo impacte sobre a paisagem. No entanto, a geodiversidade diacrónica também se relaciona com as mudanças cíclicas ao nível estações do ano, como a cenografia invernal em Nova Iorque ou com acontecimentos estivais que proporcionam maior fruição de espaços públicos e consequente instalação de serviços/comércio de apoio. De igual modo assume relevância as diferenças existentes entre a paisagem diurna (daylightscape) e a paisagem noturna (nightscape). Relativamente à geodiversidade sincrónica, caracteriza-se pela diferenciação dos lugares através da presença de símbolos identificadores (geossímbolos). Estes podem ser divididos segundo os seguintes padrões:

- Naturais (quedas de água, vulcões, monte Everest, barreiras corais);
- Biográficos (evocam figuras de relevo que estejam/estiveram associadas ao local, como, por exemplo, o cantor/compositor Zeca Afonso e Coimbra);
- Vinculação a obras arquitetónicas, literárias ou cinematográficas (Sagrada Família-Barcelona);
- Diferenças no cheiro e som.

Deste modo, as paisagens culturais estão no centro de muitas estratégias de afirmação de lugares e marketing territorial, isto é, utilização das paisagens de determinado território para atrair população. É neste sentido que os geossímbolos se tornam importantes, pois permitem identificar um local.

2.2. A cidade pós-moderna

A cidade relaciona-se cada vez mais com as vivências, as práticas e as experiências urbanas, sobretudo as que estão mais ligadas ao consumo. Assim, a cidade pós-moderna tem presentes formas arquitetónicas e cenários particulares que rompem com a tradição e perturbam a paisagem urbana consolidada, levando a uma rutura do passado com o futuro.

De acordo com Herculano Cachinho (2006), o verdadeiro espírito da cidade encontra-se nos valores culturais, na diversidade, nos estilos de vida, sonhos, desejos e receios das pessoas. A cidade é, por isso, um espaço social de encontro, mas pouco harmonioso com as múltiplas territorialidades presentes, e ainda um espaço comum com um conjunto de relações sociais hierarquizadas e manifestações desiguais de poder. O mesmo autor metaforiza dizendo que a cidade é um palco onde existem espectadores e atores. Considerando a cidade um “espetáculo” e um espaço cénico, é possível responder a todos os sonhos e desejos da população, até porque toda a publicidade em volta das cidades está repleta de apelos emocionais, de pessoas sorridentes, corpos estruturados, imagens de locais cativantes. Todos os factos anteriores movem diariamente a população, e levam a que a mesma se compare ou aspire a atingir todos esses sonhos e desejos que lhe são comunicados.

2.3. Riscos associados à cidade pós-moderna (Hipervisualidade)

O desenvolvimento das marcas e das suas estratégias de comunicação está intimamente ligado aos espaços urbanos, caracterizados por uma centralidade funcional e simbólica, devida, sobretudo, à urbanização crescente da população mundial. Adicionalmente, na cidade verifica-se uma maior promoção das marcas, não só pela maior conectividade deste território, mas também porque se torna mais fácil a difusão da publicidade. A paisagem urbana está associada a espaços repletos de símbolos, regulamentados, estruturados, um todo vibrante de estímulos visuais e auditivos. O alargamento da internet e as evoluções recentes da tecnologia alavancaram a atenção para a imagem e o som. Deste modo, a promoção das marcas e a afirmação dos agentes privados fazem da paisagem um espaço hipervisualizado de sedução e apelo ao consumo. Este último tópico leva-nos para a questão da hipervisualidade, verificando-se no espaço urbano uma concorrência entre as várias marcas rivais, onde todas tentam alcançar maior nível de visibilidade. Em termos empresariais, verifica-se uma apetência pela ocupação de estruturas verticais. Como exemplos, temos as torres de Madrid ou o caso de Londres onde é visualizável o conceito de *Skylines*, isto é, linhas de contornos nas cidades que, por vezes, fazem parecer que a terra e o céu se interligam. No contexto empresarial, o facto de uma marca se localizar num edifício mais alto face à concorrência reforça a ideia de uma maior importância.

Relativamente às grandes marcas, observa-se uma tendência para a sua fixação nas artérias mais centrais dos principais centros urbanos. A estratégia de comunicação passa por sinalizar/publicitar os seus logótipos, por vezes, em tamanho exagerado, o que faz com que o transeunte tenha dificuldade em distinguir todas as marcas aí expostas apenas com um olhar rápido. Isto define a hipervisualidade. Em Nova Iorque (Times Square) e em Tóquio (Shinjuku), o fenómeno da hipervisualidade está bastante presente, sendo justificada pela dimensão dos seus centros urbanos (ver Figura 6).

Figura 6. Hipervisualidade em centros urbanos: Nova Iorque (esquerda) e Tóquio (direita)



Fonte: flirck.com

No caso português, o conceito de hipervisualidade não se encontra tão presente, quer pela densidade quer pelo poder aquisitivo médio no consumo. Regista-se até alguma perda de hipervisualidade nas áreas tradicionais de comércio urbano, uma vez que o comércio de rua, em muitas cidades encontra-se profundamente degradado. Isto, entre outros factores, deve-se à incorrecta concepção e aplicação de instrumentos e regras de ordenamento e planeamento urbano com implicações na economia local. Desde a inadequação dos instrumentos reguladores do mercado de arrendamento, que muito contribuíram para a necrose do edificado urbano, passando pela implantação de superfícies comerciais de média ou grande dimensão na bordadura de áreas urbanas, ou no interior de áreas de expansão da cidade, conjuntamente, têm dado inequívoco contributo para uma deterioração do comércio local, perdendo significado e consequente capacidade de atracção. A deslocação da atenção e da preferência dos consumidores para estes “novos” espaços de comércio e lazer, potenciados pelos bons acessos, conforto climático e entretenimento, favorece o empobrecimento da funcionalidade urbana e da potencial hipervisualidade que lhe estaria associada.

Todavia, não se pode considerar que o facto de o fenómeno da hipervisualidade não estar tão presente nas cidades seja um aspeto negativo. Isto porque existe uma manutenção da mística da cidade, que não é atropelada por um aglomerado de marcas e ícones comerciais que, em muitos casos, são descaracterizadores da estética urbana. O excesso de publicidade, banaliza o ambiente, degrada a função estética e as formas dinâmicas de comunicação estão associadas a maiores índices de perda de atenção de condutores e peões. Por outro lado, os factores positivos associados à hipervisualidade são o facto de a imagem ter maior capacidade de atracção, simbolizando o crescimento económico e poder aquisitivo.

3. Inquéritos

De modo a analisar o fenómeno da circulação de marcas e a percepção da importância da hipervisualidade no panorama português, foi feito um trabalho de campo no qual se realizaram inquéritos a uma amostra de conveniência envolvendo estabelecimentos comerciais e público consumidor de duas cidades portuguesas (Coimbra e Viana do Castelo). Deve dizer-se que esta tarefa foi desenvolvida durante os meses de Março e Maio de 2012, em amostragem de conveniência não sendo por tal representativa do universo comercial/consumo destas duas cidades.

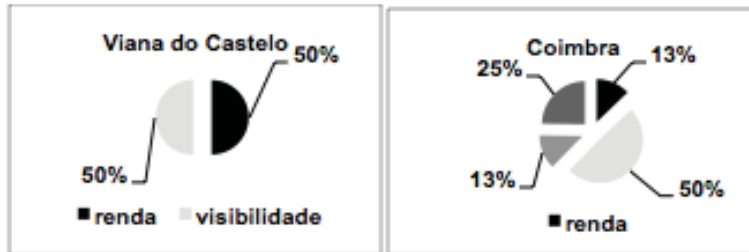
3.1. Inquéritos a estabelecimentos comerciais

Nesta secção são apresentados os resultados relativos aos inquéritos realizados aleatoriamente a proprietários de alguns estabelecimentos comerciais de Viana do Castelo e de Coimbra. O número total de inquéritos efetuados foi de 24, sendo que 11 (46%) foram efetuados em Viana do Castelo e os restantes 13 (54%) em Coimbra. No que concerne à localização dos consumidores inquiridos, os inquéritos dividiram-se por zona comércio tradicional e por um centro comercial nas cidades de Coimbra e Viana do Castelo.

Evidenciando apenas os aspectos mais importantes dos inquéritos aos estabelecimentos comerciais, destaca-se a questão que perguntava se os mesmos já tinham efetuado alguma alteração de local. Consegue-se ter uma percepção de que nas duas cidades a percentagem de estabelecimentos que não efetuou qualquer tipo de mudança foi superior a 50%. No entanto, em Viana do Castelo, foram efetuadas mais alterações de localização comercial do que em Coimbra.

Analisando um motivo de uma potencial mudança (ver Figura 7), verifica-se que em Viana do Castelo a renda e visibilidade, com 50%, são os fatores tidos em consideração, enquanto que em Coimbra é o fator económico o que mais influencia na decisão de alterar a localização atual (50%).

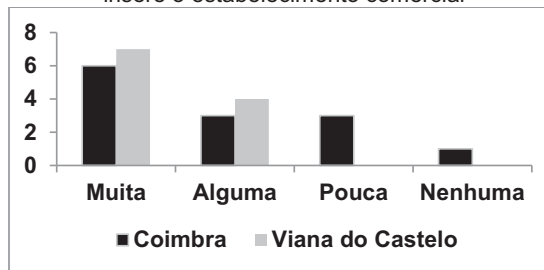
Figura 7. Motivo de uma potencial mudança de localização do estabelecimento comercial



Estando a percepção de crise económica cada vez mais presente, tornou-se pertinente perguntar a que nível, esta se fazia sentir na operacionalidade da loja, sendo que a maioria dos estabelecimentos comerciais respondeu que o seu impacto era significativo.

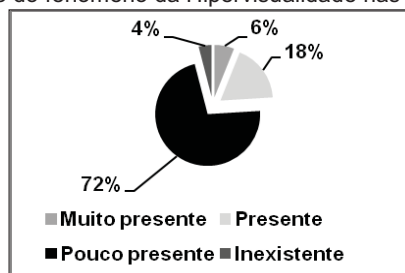
Em termos do grau de satisfação das vendas de acordo com a localização actual do estabelecimento comercial, verificou-se que este era bastante menor nos estabelecimentos comerciais inseridos em zonas comerciais tradicionais. Os funcionários destes estabelecimentos comerciais referiram que a ausência de marcas fortes (lojas âncora) contribui para que, entre outros fatores, a população não seja atraída a circular na zona onde estes estabelecimentos estão localizados. Este aspecto foi menos visível na cidade de Viana do Castelo (ver Fig.8).

Figura 8. Atribuição de importância dada à presença de várias “marcas âncora” na zona onde se insere o estabelecimento comercial



No que diz respeito aos inquéritos à população, o seu objetivo era avaliar o nível de conhecimento das mesmas sobre globalização, circulação de marcas e repercussão na paisagem urbana. Procurou-se averiguar a percepção de modificação da paisagem do lugar onde nasceram e residem ao longo do tempo. Praticamente a totalidade dos inquiridos respondeu positivamente à questão sinalizando a percepção de mutação temporal da paisagem. Na última questão dos inquéritos (ver Figura 9) percebe-se que poucas são as pessoas inquiridas, que reconhecem a hipervisualidade e em que grau está presente na paisagem urbana. Verificou-se que 76% dos inquiridos a consideram como um fenómeno “Pouco Presente” ou “Inexistente”.

Figura 9. Percepção do fenómeno da Hipervisualidade nas cidades em Portugal



4. Conclusões

Com o término deste trabalho conclui-se que as cidades são palco privilegiado de atuação para as marcas, fazendo com que a paisagem das mesmas seja alterada e se torne num espaço hipervisual. Contudo, este termo não se aplica a todos os espaços urbanos sendo o contexto português um caso disso, pois a instalação dos centros comerciais no “coração das cidades” empobrece a Hipervisualidade que lhes estaria associada.

Referências

ARTUS, P., VIRARD, M. Globalização: O pior está para vir. Traduzido por Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Ana Paula Faria, 2010, ISBN 9789728920685

CACHINHO, Herculano. Consumactor: Da Condição do Indivíduo na cidade Pós-Moderna. Finisterra, 2006, 41 (81), pp. 33-56, Lisboa.

DOMINGOS, C., LEMOS, J., CANAVILHAS, T. Geografia C 12º ano. Lisboa: Plátano Editora, 2009, ISBN 9789727706778.

FERNANDES, J.L.J. Artes Visuais, representações e marketing internacional. In Biblos, vol. VI (2ª série), Revista da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2008.

LLAMAS, Rosa. Marketing Internacional. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad de León (ULE), Espanha, 2011.

WATERS, Malcolm. Globalização. Oeiras: Celta Editora, 1999, ISBN 9789728027605

TRANSFORMAÇÕES E CRIATIVIDADE EM ESPAÇOS URBANOS

AUTOSSEGREGAÇÃO E NOVAS PRÁTICAS ESPACIAIS NO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO

Clayton Ferreira Dal Pozzo

Doutorando em Geografia

UNESP – Univ Estadual Paulista, Presidente Prudente

cltdp@yahoo.com.br

Resumo

O texto analisa o conceito ou noção de fragmentação socioespacial e as consequências e as especificidades deste processo, considerando duas cidades de porte médio no Estado de São Paulo: Marília e São Carlos.

Palavras-chave: Produção do espaço, Fragmentação socioespacial, Cidades de porte médio.

Abstract

The paper analyses the concept or notion of socio-spatial fragmentation and the consequences and specifics of this process by considering two mid-sized cities in São Paulo State, Marília and São Carlos.

Keywords: Production of Space, Socio-spatial Fragmentation, Middle-size Cities.

1. Introdução

Os processos de segregação socioespacial e, de modo mais recente, de fragmentação socioespacial têm comparecido de modo preponderante na estruturação do espaço urbano contemporâneo (SPOSITO, 2004; JANOSCHKA e GLASZE, 2003) Para analisar algumas especificidades, bem como as consequências desses processos tomou-se, como recorte, duas cidades brasileiras de porte médio: Marília e São Carlos, localizadas no Estado de São Paulo.

A partir do estudo realizado nestas duas cidades considerou-se que a relação entre novas centralidades urbanas e autosssegregação, a partir das práticas socioespaciais dos sujeitos autosssegregados, têm promovido mudanças nos níveis de integração espacial, as quais tendem a acelerar o processo de ruptura com a continuidade territorial e com a parcela de cidadãos submetidos à segregação imposta.

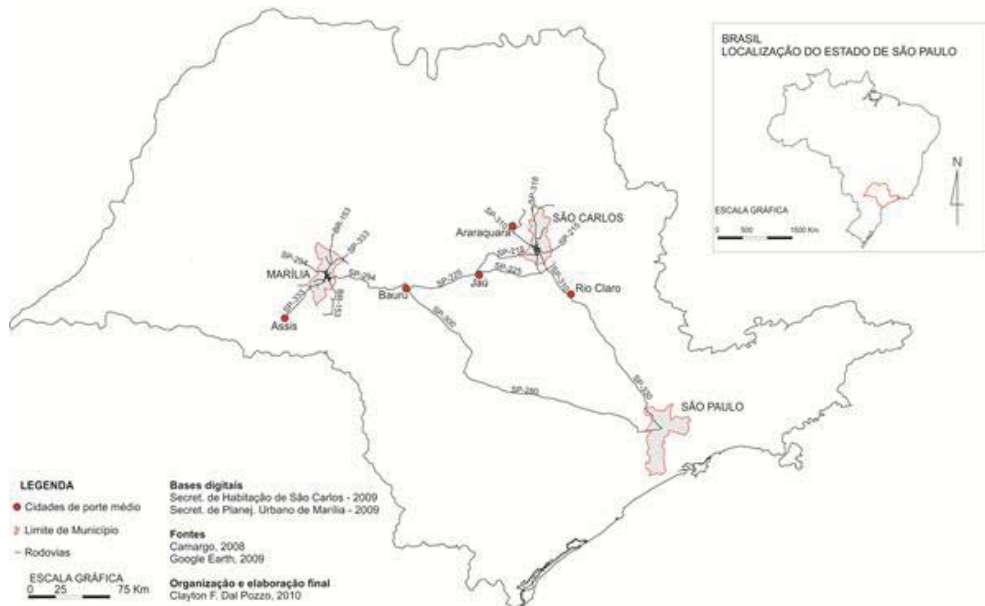
Deste modo, tem havido um aumento nos níveis de neutralização/oposição entre as diferenças que afetam a qualidade e a intensidade da sociabilidade entre os cidadãos.

Para apresentar os principais resultados obtidos com a realização da pesquisa, baseamo-nos num conjunto de depoimentos e na representação e análise comparativa das práticas socioespaciais dos sujeitos autosssegregados nestas duas cidades de porte médio pesquisadas.

2. Autosssegregação e fragmentação socioespacial

As cidades de Marília e São Carlos estão a uma distância de 276 Km entre si. Marília, localizado a Noroeste do Estado de São Paulo, está a uma distância de 426 Km da capital. Por sua vez, São Carlos, localizado na porção mais central do Estado de São Paulo, está a uma menor distância da capital paulista, qual seja, de 237 Km (CAMARGO, 2008, p. 71). A localização desses dois Municípios, no Estado de São Paulo, bem como, as principais rodovias que os ligam entre si e a São Paulo, podem ser observadas no Mapa 1.

Mapa 1. Estado de São Paulo.
Localização dos Municípios de São Paulo, de Marília e de São Carlos



O estudo da fragmentação socioespacial nestas duas cidades justificou-se, sobretudo, pela expressiva presença nelas de espaços residenciais fechados, pela localização desses empreendimentos e pela disponibilidade de vias de acesso rápido a eles, possibilitando aos seus respectivos moradores, estabelecer níveis elevados de acessibilidade aos grandes equipamentos urbanos destinados ao consumo, presentes em ambas.

Além disso, podemos considerar que, embora Marília e São Carlos tenham portes demográficos e ritmos de crescimento urbano semelhantes nos últimos vinte anos, essas cidades distinguem-se, sobretudo, se considerarmos os papéis que desempenham na rede urbana paulista (SPOSITO, GOES e SOBARZO, 2006).

Marília vem se destacando pela ampliação relativa na participação do PIB industrial paulista, enquanto São Carlos vem se notabilizando como polo tecnológico a partir da implantação de centros de pesquisa nesse Município (SPOSITO, GOES e SOBARZO, 2006).

A expansão territorial dessas cidades também se distingue notando-se descontinuidades territoriais em ambas, porém, São Carlos conforma uma aglomeração urbana com a cidade de Araraquara enquanto Marília, decorrente das características geomorfológicas de seu espaço urbano (caracterizadas pela presença de escarpas com sinuosidades acentuadas ocasionadas por processos erosivos e que, portanto, impedem uma plena integração viária entre os parcelamentos de solo que avançam em direção a essas respectivas escarpas), possui uma estruturação mononuclear e com limitações para uma efetiva dispersão urbana (SPOSITO, GOES e SOBARZO, 2006).

Considerando isto, analisamos dinâmicas e especificidades desses tecidos urbanos a partir do emprego de procedimentos metodológicos que visaram levantar dados e informações pertinentes ao tema problematizado.

Durante o segundo semestre de 2009, a partir dos dados de endereços residenciais disponibilizados em listas telefônicas distribuídas gratuitamente pela Empresa EPIL, foram encaminhados questionários aos sujeitos autosegregados em Marília e em São Carlos. Muito embora os resultados obtidos não se caracterizem como uma amostragem estatisticamente representativa, os conteúdos das respostas nos orientaram em análises comparativas considerando tendências de espacialização das práticas socioespaciais deles.

Como pode ser analisado a partir do Mapa 2, os espaços residenciais fechados implantados em Marília tendem a estar localizados no setor substituído pela municipalidade como "Zona Leste". Nesta Zona (a qual, em nossa pesquisa, foi subdividida em dois quadrantes), há um grande destaque para a formação de novas centralidades urbanas (fomentadas pela presença de

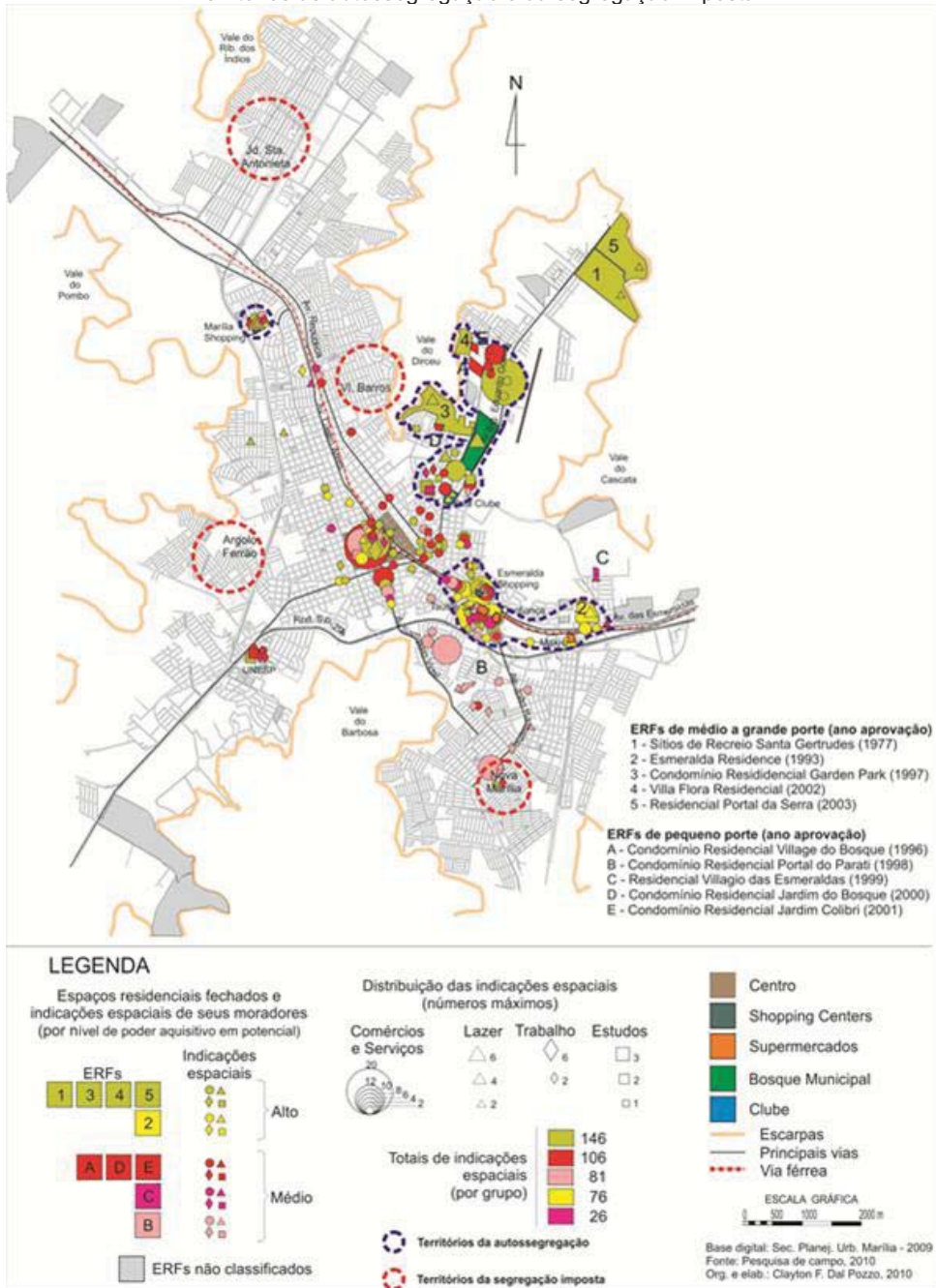
hipermercados, estabelecimentos comerciais e de serviços exclusivos e o Esmeralda Shopping) em duas de suas principais vias de acesso.

Já em São Carlos, como pode ser analisado a partir do Mapa 3, os espaços residenciais fechados tendem a se localizar próximos e ao longo das principais vias intraurbanas de circulação rápida, sobretudo, no Setor Norte e no Setor Noroeste (com destaque para o Parque Faber I, Parque Faber II e Residencial Swiss Park, empreendimentos residenciais fechados, situados em contiguidade com o Shopping Iguatemi).

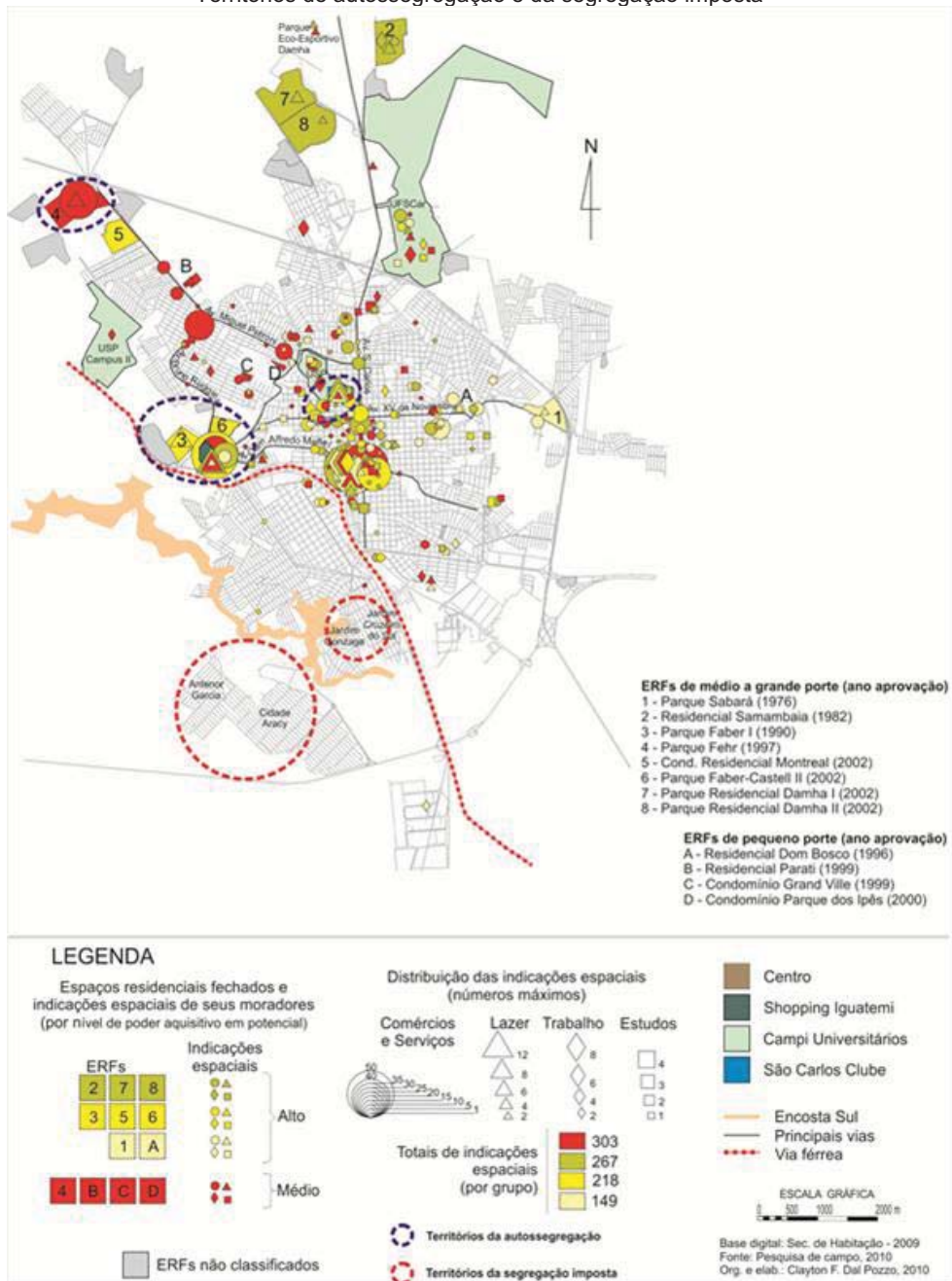
Nestas duas cidades, até meados da década de 1970 intensificou-se a diferenciação socioespacial que tendeu a orientar a ocupação dos setores urbanos, segundo níveis socioeconômicos distintos. Em função disto, enquanto a Zona Leste de Marília e o Setor Noroeste de São Carlos tenderam a ser ocupados pelos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, por outro lado, as Zonas Sul e Norte de Marília e o Setor Sudoeste de São Carlos, foram ocupados, predominantemente, pelos segmentos sociais de mais baixo poder aquisitivo.

Na década de 1980 a produção do espaço urbano deixa de ser orientado somente pelo processo de diferenciação socioespacial e passa também a se redefinir, segundo processos de segregação socioespacial. Neste período, houve uma acentuada expansão que se caracterizou pelo processo de ruptura com a continuidade territorial da cidade. Além da presença dos grandes vazios urbanos, alguns objetos técnicos (ferrovias e rodovias) e naturais (as escarpas em Marília e a Encosta Sul em São Carlos) também contribuem com esse processo.

Mapa 2. Marília
Territórios de autosegregação e da segregação imposta



Mapa 3. São Carlos
Territórios de autosegregação e da segregação imposta



As disparidades socioeconômicas também se intensificam com os processos de favelização (KOWARICH, 2009). Em São Carlos, esse processo tendeu a aparecer no Setor Sudoeste e, em Marília, de modo mais acentuado e disperso, ocorreram nas Zonas Sul, Oeste e Norte.

Na década de 1990 e, sobretudo, após o ano de 2000, intensificou-se a ocupação de espaços residenciais fechados, propiciando um maior afastamento entre os segmentos de mais baixo poder aquisitivo – os quais têm pouco poder de decisão de onde e como morar e, portanto, tendem a ser induzidos a uma segregação imposta - e os segmentos de mais alto poder aquisitivo – os quais têm o poder de justificar e, de fato, optar pela autosegregação.

Assim, a segregação socioespacial torna-se mais complexa porque segundo essa estruturação, não se trata apenas de firmar uma segmentação residencial, mas, de considerar o modo como esses sujeitos realizam as práticas socioespaciais considerando a cidade.

Para os sujeitos autosssegregados, a opção pelo afastamento ante aos segmentos de menor poder aquisitivo, na medida em que houve a escolha pela “neutralização” das diferenças, esboça-se um determinado território que também se delimita por um processo de integração seletiva e tendencialmente segmentada do espaço urbano.

Os territórios de autosssegregação também se realizam no processo de oposição aos territórios de segregação imposta, tendo em vista que a possibilidade do confronto e compartilhamento de significados entre aqueles que os compõem. (e que tendem a se distinguir, sobretudo, no âmbito da dimensão socioeconômica), se atenua.

No processo de elaboração do Mapa 3 e 4, houve a necessidade de estabelecer agrupamentos de espaços residenciais fechados combinando proximidade espacial e nível de poder aquisitivo em potencial deles. Este procedimento possibilitou indicar tendências de realização das práticas socioespaciais segundo esses mesmos critérios de agrupamento.

Também delimitamos algumas áreas, as quais são representativas dos territórios de autosssegregação e de segregação imposta. Além disso, são nos territórios de autosssegregação que os segmentos de médio e, sobretudo, os de alto poder aquisitivo, que moram nos espaços residenciais fechados pesquisados, tendem a circunscrever suas práticas socioespaciais.

Em geral, os territórios de autosssegregação contemplam dotações infraestruturais (sobretudo, no que se refere às vias de acesso rápido), e em função da presença de grandes equipamentos urbanos (e que, por vezes, também ofertam grandes áreas de estacionamentos), são voltados para o consumo de bens e de serviços, incluso, o lazer.

A identificação dos territórios de segregação imposta relaciona-se com as indicações espaciais dos sujeitos autosssegregados relativas às áreas, do espaço urbano, mais preteridas (ante a possibilidade de uma nova moradia) e que não são frequentadas ou não se tem contato.

Contudo, para uma análise mais criteriosa dos territórios de segregação imposta, as práticas socioespaciais dos sujeitos segregados, também deveriam ser analisadas, o que não foi contemplado por nossa pesquisa. Ressaltamos, portanto, a necessidade de novas pesquisas que possam avaliar como se realizam o uso e o consumo do espaço urbano, na perspectiva de uma comparação analítica equânime entre os sujeitos segregados e autosssegregados.

Em geral, as características que possibilitaram definir a fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos remetem para tendências de uma integração espacial limitada e circunscrita, alterações na preponderância do consumo do Centro em favor de novas centralidades (e, portanto, dos territórios de autosssegregação) e um grau acentuado de oposição/neutralização com determinadas parcelas do espaço urbano, representativas de uma segregação imposta.

Além disso, a tendência à aglomeração de espaços residenciais fechados em algumas porções do espaço urbano e a circunscrição das práticas socioespaciais dos sujeitos autosssegregados associadas ao aparecimento de novas centralidades urbanas, contribuem para acentuar o processo de consumo segmentado na cidade.

Os moradores de espaços residenciais fechados voltados aos segmentos de médio poder aquisitivo, embora contribua para a formação dos territórios de autosssegregação, o peso de suas participações é menor, sobretudo, porque o conjunto de suas práticas socioespaciais tende a se realizar de modo mais disperso e integrado ao conjunto da cidade.

Já os moradores de espaços residenciais fechados, voltados aos segmentos de alto poder aquisitivo, são os que mais contribuem para a formação desses territórios, pois, suas práticas socioespaciais expressam níveis de integração espacial menor e mais circunscrito.

Em Marília, os territórios de autosssegregação tendem a competir e, até mesmo, retirar a preponderância do Centro em favor das novas centralidades. Já o Centro de São Carlos se caracteriza como local preferido para a realização do conjunto das práticas socioespaciais dos sujeitos autosssegregados. Assim, os territórios de autosssegregação em Marília tendem a ser mais expressivos (ante a articulação menos acentuada com o Centro) do que em São Carlos.

As práticas socioespaciais ensejadas pelos sujeitos autosssegregados em São Carlos também denotam uma maior integração espacial com a cidade do que aquela ensejada em Marília. Em Marília, enquanto as práticas socioespaciais dos sujeitos autosssegregados tendem a se realizar, de modo mais expressivo, apenas na Zona Leste e, em menor medida, no Centro. Já em São Carlos, elas se realizam considerando uma área urbana mais extensiva.

No processo de definição dos níveis de fragmentação socioespacial em cidades de porte médio também comparece o grau de oposição entre os territórios de autosssegregação e de segregação imposta. Em São Carlos, muito embora, haja uma grande oposição em relação ao Setor Sudoeste

e, em especial, aos territórios de segregação imposta que aí se localizam, o mesmo não ocorre de modo igualmente intenso, com os demais setores do espaço urbano.

Em Marília, considerando as características de seu sítio urbano, houve mais elementos para reforçar as descontinuidades territoriais. Além disso, nesta cidade, houve um número maior de casos representativos de processos de favelização e que tenderam a se localizar em áreas próximas às escarpas, sobretudo nas Zonas Sul, Norte e Oeste, como já ressaltado.

O processo de oposição/neutralização entre os territórios de autosegregação e de segregação imposta se realiza, com exceção do Centro, nestas respectivas Zonas opondo-se, portanto, a uma área urbana mais extensa do que a oposição que se realiza em São Carlos.

3. Considerações finais

Com base nesse conjunto de aspectos, o nível de fragmentação socioespacial que se esboça no espaço urbano de Marília tende a ser mais acentuado do que a fragmentação que se realiza em São Carlos.

A partir da análise dos processos de fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos podemos considerar que, no âmbito político, o reconhecimento das desigualdades sociais, bem como, as possibilidades de superação delas, tendeu a não estar presente nos discursos dos sujeitos autosegregados.

De modo menos expressivo ainda, não foi possível vislumbrar aberturas de um projeto coletivo da cidade que estivesse pautado politicamente na equidade socioespacial, pelo contrário, o fomento aos processos de fragmentação socioespacial representam uma força contra a própria ideia de cidade.

Esse aspecto da fragmentação socioespacial se traduz a partir de um menor nível de compartilhamento de significados e de territórios entre os cidadãos e, sobretudo, entre o morador da cidade aberta (em especial, os cidadãos mais pobres) e o morador autosegregado (em geral, pertencentes aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo).

Referências

CAMARGO, José Eduardo. Guia Rodoviário 2008. São Paulo: Ed. Abril, 2008

GOES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e Insegurança urbana. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2009 [Relatório FAPESP].

JANOSCHKA, Michael; GLASZE, Georg. Urbanizaciones cerradas: um modelo analítico. Ciudades. Puebla, México: RNIU, n. 59, jul-set, 2003, p. 09-19.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOES, Eda Maria; SOBARZO, Oscar. Urbanização difusa, Espaço público e (In) segurança urbana. Projeto de pesquisa, FAPESP, 2006.

ZANDONADI, Júlio Cesar. A expansão territorial urbana na cidade de Marília – SP e os loteamentos fechados. Presidente Prudente, 2005. 125 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

A SUSTENTABILIDADE COMO POLÍTICA: O LUGAR DO TEMPO NA REFLEXÃO SOBRE A CIDADE

Emília Araújo

Universidade do Minho
era@ics.uminho.pt

Heidi Martins,

Universidade do Minho e Univ. do Luxemburgo,
martins.heidi@gmail.com

Resumo

A cidade vive o tempo, produz tempo e pode usar o tempo de forma criativa, como eixo de concretização e de criação artística e simbólica do espaço. Sociólogos e geógrafos têm apresentado nos últimos anos cada vez mais análises nas quais o tempo ganha relevo como eixo organizador do espaço e do território. Têm também produzido análises muito ricas sobre formas de apropriação do tempo e do espaço da cidade que conferem uma densidade narrativa e histórica aos lugares e aos seus rituais. Esta comunicação versa sobre a relevância do tempo como dimensão importante na reflexão e intervenção na cidade. Nela procura-se demonstrar os principais pontos de ligação entre o tempo e as formas de administração na cidade, dando relevo às mobilidades e deslocações.

Palavras chave: Tempo, Cidade, Espaço, Sustentabilidade, Política

Abstract

The city lives over time, produces time and can use time creatively. Sociologists and geographers have increasingly shown in recent years a wide range of analyzes in which time is treated as an important axis for the organization of space and territory. Those analyses also show how diverse modes of appropriation of time and space can offer the city a singular identity and a singular mode of presenting itself to population. This communication focuses on the importance of time as an important dimension in reflection and intervention in the city, giving relevance to nobilities and displacements as particular points of the time politics in the city

Keywords: Time, City, Space, Sustainability, Politics

1. Introdução

A partir de trabalhos seminais de autores como Simmel (1987;1988), Corbusier (1924), Wirth (1938), Lynch (1960), Lefebvre (1970) e particularmente de Thorsten Hagerstrand, outros sociólogos e geógrafos (Urry, 1985; Crand, 2001; Massey, 1994; Urry, 2004; Prior, 2011; Kornberger, 2010, May e Trift, 2011) têm vincado a importância do tempo como eixo organizador do espaço e do território. Existem várias iniciativas na Europa visando integrar o tempo de forma objectiva no planeamento urbano, cada vez mais dependente de aplicações técnico-científicas que alteram e mudam a paisagem e, por consequência, as formas e os conteúdos da (e para) a sua leitura (Schaick, 2009).

A cidade vive o tempo, produz tempo e pode usar o tempo de forma criativa, como eixo de concretização e de criação artística e simbólica do espaço. Todavia, os modos de produzir, de viver e de articular tempos não são sempre os mais benéficos para a população, desde logo porque a gestão do espaço e do tempo na cidade depende de relações de poder vários actores, grupos sociais e populações ocupantes do mesmo território (Castree, 2009).

O tempo e o espaço seriam duas dimensões estereis se não contemplássemos as interpretações e as apropriações realizadas pelos sujeitos, como veículos ativos de memória e de significação, pois a cidade é um espaço privilegiado de confluência de representações e de ideologias, sensações e sentimentos, e de imbricação entre elementos humanos e culturais e elementos físicos e naturais. Falaremos nesta comunicação de modo muito sucinto sobre a presença do tempo na cidade e os modos de gestão política que suscita

2. Os tempos na cidade: por diversas vezes uma ecologia intervencionada

Na cidade os tempos multiplicam-se e cruzam-se de formas diversas e, por vezes, contraditórias. Todas as cidades são diferentes e possuem formas distintas de administrar tanto o espaço, como o tempo dos seus habitantes, residentes, não residentes e estrangeiros. Pode-se falar-se na existência simultânea de várias configurações do tempo na cidade: umas baseadas nas articulações entre tempos de trabalho e tempos livres; outras baseadas nas articulações em tempos ocupados e não ocupados; e ainda outras baseadas nas articulações entre horizontes do passado, presente e futuro. Cada uma destas articulações tem presenças e formas de expressão diferenciadas, conforme os contornos e os valores em redor dos quais mais se organizam as

identidades, as políticas e os poderes que, material e discursivamente, ditam formas de apropriação do espaço e de administração do tempo.

Na Sociologia e na Geografia estas configurações podem receber o nome de cronotopos (tempo-espaço) definíveis a partir de diversas dimensões, tal como afirma Schaick (2009:4): “according to a limited amount of time (e.g. 24 hours, week, season) in which a mixed and layered presence of populations is distributed over time and space; according to the degree in which it attracts different groups of people to perform specific activities bounded by the available place and time for these activities; according to mobility characteristics and the physical form of the chronotope supporting different types of mobility and immobility, such as the promenade, the transfer point, the traverse, a row of benches to sit down, etc”.

As actividades predominantes nas cidades formam o núcleo duro da determinação das restantes articulações temporais, definindo um ritmo geral de vida, em torno do qual se espera que os tempos individuais (dos indivíduos, dos grupos, das famílias) se ajustem, de modo integrado. Mas esta integração, é apenas aparente no contexto da própria definição de cidade cada vez mais organizada através de transacções electrónicas, materialmente efectivas, sensoriais e experimentadas.

A maior parte das cidades cresceu e desenvolveu-se mediante a instalação e da satisfação dos tempos das actividades, dos serviços e dos afazeres, ou mesmo do lazer “ocupado”, da fixidez dos tempos de descanso e da sua cadência estruturada. Mas todos estes tempos convivem com os seus antónimos: os tempos da não actividade, da abundância obrigada de tempo livre, da ausência de lazer “ocupado” e da pluralidade e emergência dos tempos de descanso e dos próprios tempos de lazer (emergência que acompanha, quase sempre, a própria construção diária do espaço destinado a esse tempo).

À medida que se expandiram, as cidades, espaços conotados com criação de cultura, significação e civilização, enclausuram, pela ação da política, a diversidade de tempos: marginalizando uns (tempos de recolha, tempos de doença, tempos dos pedintes, tempos de trabalho socialmente menos prestigiantes), engavetando outros (tempos de prostituição, tempos de desporto, tempos de tráfico) e definindo outros como padrão (tempos de trabalho, tempos de aprendizagem, tempos de lazer, tempos familiares, horários nobres).

Vários trabalhos na área da sociologia urbana documentam fenómenos de exclusão, marginalização e de segregação que acontecem não só no espaço, como no tempo (Souza et al, 1999). Há vários locais nas grandes cidades que são “autorizados” a certos tipos de população, conforme a hora do dia e a estação do ano (por exemplo, certos espaços são mercados durante o dia e à noite lugares de prostituição e tráfico de droga; há locais que são passagens durante o dia e abrigos de certas populações migrantes durante a noite). Há locais na cidade que, dependendo da hora do dia, são “invadidos” e apropriados por populações distintas para actividades distintas, umas legais outras clandestinas (por exemplo, as estações de comboio na generalidade das cidades).

De alguma forma, o mesmo processo de crescimento das cidades condiz com as maiores ou menores possibilidades dos indivíduos se posicionarem face a esse ritmo dominante, face a essa temporalidade estandardizada, ficando mais ou menos beneficiários do “acesso” para a satisfação das necessidades.

Mas, se existem tempos marginais, escondidos e minorizados na cidade que acontecem, ou só podem acontecer, quando os tempos integrados, condizentes com os ritmos dominantes acabam, também é certo que existem outros tempos simplesmente paralelos, ritmos definidos pela sazonalidade de eventos do tempo sagrado e profano: por exemplo, aos tempos das festividades e celebrações.

Não existe uma única semiótica do espaço ou uma única linguagem universal do tempo. Não obstante, a organização do espaço e dos usos do tempo pode “definir relações entre pessoas, actividades, coisas e conceitos” (Harvey, 2001: 199). A cidade integra um mosaico de tempo (Harvey, 2001), mas o progresso e o impulso de mudança constantes que a ela se impõem, contrastam, por vezes, com os seus ritmos cíclicos e repetitivos – aqueles que orientam o quotidiano dos seus habitantes (do despertador, do café da manhã, da ida ao trabalho, da escola, das férias, etc.) e que lhes oferecem uma sensação de segurança.

A política de tempos tem particularmente em conta estes tempos e os seus ajustes.

3. A política de tempos: plano quotidiano

A “política de tempos” é definida como um conjunto de princípios e de acções que implicam diretamente os actores políticos e governos - a nível nacional, regional e local. Em geral, a “política de tempos” sugere a necessidade de investimento da parte dos governos em dimensões como os

transportes, os horários de escolas e de organismos culturais, das organizações de trabalho, das famílias e dos indivíduos. Envolve, por isso, elementos sociais e políticos mas também culturais e estruturais e normalmente implica intervenções e mudanças nos modelos de organização e de satisfação das necessidades das populações, assim como mudanças nos sistemas de valores e nos padrões de comportamento e de apropriação do espaço da cidade.

Tem-se realizado desde os anos noventa intervenções dirigidas aos tempos das cidades e nas cidades, nelas sendo contemplados os tempos e as necessidades das populações, assim como as possibilidades de intervenção da parte dos governos locais, empresas e entidades empregadoras em geral.

Estes programas de intervenção que, em detalhe, verificam a sincronização e a correspondência entre as possibilidades de tempo das famílias e as ofertas existentes e tentam superá-las com recurso a medidas criativas que podem implicar ou não a própria comunidade, estão assentes em diagnósticos elaborados e exaustivos normalmente orientados pelas autarquias locais, em conjunto com outras entidades dos governos regionais. Exemplos destes processos estão em várias cidades da Europa. Destaque-se a cidade de Lyon (projeto *espaces des temps*) onde a organização dos fluxos e transações na cidade dependem da integração do tempo como elemento que contribui para a qualidade de vida das populações. Nesta cidade, os horários das actividades e das organizações, assim como a participação das populações (ateliers de diálogo urbano) constituem dois pontos relevantes (Schaick, 2009). Refira-se ainda os casos de várias cidades italianas, tais como Turim, Milão e Pesaro. Em todas, os representantes políticos locais, juntamente com representantes de associações e a população participaram ativamente na definição de planos de administração e regulação do tempo.

A Itália é, aliás, um país pioneiro nos estudos e nas intervenções sobre os tempos das cidades (Paolucci, 1998; Belloni, 2007). Estudos que, além de propor a intervenção de políticos e de profissionais na área do planeamento e território, vincaram a necessidade de incluir na construção das cidades uma política desejável para as famílias, orientadas para a existência de espaços públicos destinados à participação cívica e cultural e também destinados ao lazer. De forma a gerar na cidade o cruzamento benéfico de ritmos, estas intervenções têm em conta a análise de diversas variáveis, entre as quais a idade e o sexo das populações, a actividade profissional, as taxas de natalidade e o número de crianças (Mareggi, 2000) e ambicionam reduzir os tempos gastos e perdidos na cidade (Bossi et al, 2010).

As várias dimensões da política de tempos que enunciámos são especialmente de foro sociológico. Referem-se a modelos de organização social e atendem a formas criativas de regular o tempo, aumentando as alternativas e as escolhas das populações. Além da planificação urbana propriamente dita, outros exemplos desta criatividade são a abertura das bibliotecas públicas ao fim de semana, ou dos museus e de outros equipamentos culturais ao fim da tarde e noite. São também demonstrações a instalação dos centros que oferecem serviços às famílias relacionados com compras, cuidados a crianças e a dependentes durante o tempo de trabalho. Incluem-se ainda os bancos do tempo geridos por várias associações e identidades (por exemplo, condóminos). Um dos eixos da política de tempos abrange, aliás, a gestão dos padrões de uso e gasto de recursos naturais escassos, como a água e outros.

A definição dos caminhos turísticos, que se intersecta com o ritmo das actividades da cidade, inclui a dimensão da gestão do tempo despendido, vivido e percebido por parte dos sujeitos em mobilidade.

A política de tempos, de modo muito ilustrativo apenas, implica ainda a disposição do tempo histórico no espaço da cidade e a criação de significações e de constructos simbólicos com poder na configuração identitária e na construção da imagem da cidade por parte dos estrangeiros, dos turistas, dos não habitantes.

4. A política de tempos: plano do futuro

Para o economista Sachs (2004) os cinco pilares do desenvolvimento sustentável são o social, o ambiental, o territorial, o económico e o político. O autor destaca este último avançando com a ideia de que quanto mais democrático for um sistema, mais capacidade tem de lidar de forma plural e pública com as questões e os problemas que preocupam as populações e que tanto podem referir-se ao seu quotidiano presente, como e fundamentalmente, ao seu futuro e, portanto, à sobrevivência e reprodução geracional. A proposta do autor é a de considerar a igualdade, a equidade e a solidariedade como partes integrantes do desenvolvimento para que “o pensamento económico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor” (Sachs, 2004:14).

São cinco dimensões que nos remetem para os pressupostos éticos orientadores da ação política. Ação cujo eixo de legitimação reside na intenção de alterar um determinado estado de coisas e

superá-lo. Os estudos sociais da ciência e da tecnologia indicam hoje haver um interesse crescente com a dimensão ética, justamente porque a invenção, a ciência e a técnica permitem todo um conjunto de acções e desencadeiam um sem número de mudanças nos estilos de vida, na organização, na experiência e no controlo do tempo e do espaço que acarretam, por si, ruturas nas fórmulas e nos ordenamentos tradicionais e assentes numa representação desacelerada do tempo e também balizada pela ideia da inesgotabilidade do mundo natural.

A discussão ecológica e, muito especialmente, a desconstrução do conceito, prática e discurso da sustentabilidade assentam em pressupostos e interrogações centrais sobre a perdurabilidade dos sistemas sociais e naturais no tempo (tempo futuro, tempo de há-de vir) e, portanto, sobre o confronto, conflito e convergência entre os diversos tempos sociais (tempos dos indivíduos, tempos das organizações, tempos económicos, tempos religiosos). Assentam, ainda, nesta mesma linha, em pressupostos e questionamentos acerca dos tempos sagrados e profanos, psicológicos e biológicos, científicos e tecnológicos e na forma como estes podem ou não dominar e fazer desaparecer os ritmos naturais, como acontece aliás, nas cidades projectadas, cuja arquitectura assenta num ideal tecnocientífico e robótico.

Quando perspectivamo o problema da “crise ecológica” e da “crise de sustentabilidade”, a partir da relação entre individual-coletivo e local-global, ou mesmo, centro-periferia ou Norte-Sul, estamos em permanência a recusar a “situação” da análise num qualquer destes pólos e a assumir a existência de um “di-ferencial” de tempo (de ajuste e de sintonia) entre individuo (no seu ritmo bio fisiológico, tempo biográfico e experiência localizada e situada) e sociedade (no seu ritmo macro global, cujos vértices de desconhecem, constrangedor e determinativo) e, portanto, entre as sociedades que não só dominam mais o passado (e o reatualizam em permanência), mas também mais domínio possuem sobre a inferência, previsão e planeamento do futuro (sempre potencial e não conhecido). A análise dos sistemas de vigilância ao nível de possíveis catástrofes humanas (terrorismo e crime) e ao nível das catástrofes naturais constitui um bom exemplo da forma como a política da cidade se importa, ou não, com a política do tempo.

Parte das abordagens mais recentes sobre a experiência das temporalidades e dos tempos nas cidades modernas advoga a presença macro sistémica de um modo de encarar a “reproduzibilidade”, a perdurabilidade da sociedade basicamente movido por interesses de satisfação imediata e *presentista* que, no espaço da cidade, se traduzem na sua própria alteração, em favor de evidências de lucro imediato. Os empreendimentos técnicos e tecnológicos, incluindo parques subterrâneos de estacionamento automóvel nos centros das cidades, são alguns dos exemplos, mas mais importantes serão os cenários e as estimativas sobre os efeitos dos fluxos populacionais, das mobilidades e, de novo, a prevenção e a simulação de catástrofes naturais e humanas.

5. As deslocações, as mobilidades como dimensões da política de tempos

Nos últimos anos criou-se uma ideia genérica veiculada por diversos actores com influência no debate público, segundo a qual as cidades tenderiam a ser espaços de elevada confluência tecnológica, usuárias de energias renováveis e, muito concretamente, adeptas de políticas de planeamento isomórficas. No âmbito das teorias sociais impôs-se com relativa facilidade a ideia de que as tecnologias de informação e de comunicação actuariam na reformulação das configurações das mobilidades, pois representariam a possibilidade de reduzir distâncias e, portanto, de certa forma, poderiam tornar os espaços das cidades não só mais saudáveis, como também menos populosos e menos atravessadas por problemas de mobilidade. Sendo viável assumir esta ideia para várias cidades, na maior parte delas, ela não é adequada, pois um dos problemas maiores sem resolução à vista nas cidades continua a ser a mobilidade e a sua pujança actual, muito em particular em contextos em que os lugares de residência não oferecem condições objectivas de vida e de permanência.

Transcrevemos a seguir uma frase em que os autores, não só argumentam que as mobilidades e as deslocações constituem hoje um ponto central na política regional e local, como consideram que as mobilidades provocam, por si mesmas, alterações nas temporalidades e nas paisagens temporais das cidades. A frase é a seguinte:

“Mobilities are centrally involved in reorganizing institutions, generating climate change, moving risks and illnesses across the globe, altering travel, tourism and migration patterns, producing a more distant family life, transforming the social and educational life of young people, connecting distant people through ‘weak ties’ and so on. The human body and the home are transformed, as proximity and connectivity are imagined in new ways and often enhanced by communication devices and likely to be ‘on the move’.

Changes also transform the nature, scale and temporalities of families, 'local' communities, public and private spaces, and the commitments people may feel to the 'nation'. Crucially, the nation itself is being transformed by these mobilities, as is the city" (Hanann, Sheller e Urry, 2006: 2).

Quer dizer, o próprio planeamento do espaço faz-se em paralelo com o planeamento das distâncias, estando nelas contidas a planificação do tempo e dos tempos. Em vários dos casos, estes planeamentos são balizados por diagnósticos participativos às populações, através dos seus representantes mais próximos. Nesta linha, observa-se por que razão as deslocações na cidade, às quais estão ligadas outras dimensões tais como a escolha do local de habitação, a aquisição de automóvel ou outro meio de transporte, assim como a localização e horários de equipamentos sociais, são um dos alvos fundamentais de uma política de tempos. Com efeito, o tempo que as famílias demoram a percorrer as distâncias compreendidas na satisfação das diversas necessidades dos seus membros (e designadamente quando existem crianças e ou dependentes a cargo) constitui um assunto de maior importância para a política de tempos, embora continue a não ser alvo de atenção por parte do Estado e dos governos locais que teimam em situar a organização do tempo familiar do lado da responsabilidade individual e muito pouco do lado das políticas públicas. Tal como afirmam Hanann, Sheller e Urry,

"mobility and control over mobility both reflect and reinforce power. Mobility is a resource to which not everyone has an equal relationship" (2006: 3).

Há notoriamente desigualdades e modos diferenciados de deslocação e de acesso determinados pela classe social de pertença (nos extremos, quem pode pagar a deslocação mais rápida usando carro ou outras facilidades ou quem tem tempo para despender numa deslocação a pé ou em bicicleta e quem não pode pagar nem uma coisa, nem a outra, por não ter nem dinheiro, nem tempo). Mas, muito distintivos e agentes de desigualdade são os padrões de organização e distribuição do tempo que determinam a diferença entre homens e mulheres no que respeita aos modos de se deslocarem, necessidades de deslocação e acréscimo de stresse derivado da necessidade de cumprir essa deslocação. Uma política de tempos implica o diagnóstico e a intervenção ao nível das mobilidades nas cidades que, por seu turno, também implica alterações ao nível do funcionamento estrutural e disposição espacial dos serviços e dos equipamentos sociais destinados às populações e às suas características. Em Portugal tem sido notada a debilidade destes ajustes nas zonas urbanas em que as famílias (na maioria das vezes mulheres) dependem muito tempo nas deslocações ligadas não só com o trajeto casa-trabalho, mas, igualmente, em relação às escolas, centros de saúde, equipamentos artísticos e outros (Torres e Silva 1998). Possuir carro próprio (e, por vezes, mais do que um na família) garante aos indivíduos ganhar tempo e estar à disposição das necessidades eventuais nos espaços domésticos e familiares. Uma política de tempos especialmente orientada para as populações passa pela definição de redes de transportes de zonas suburbanas para os centros das cidades, respeitando a cadência das necessidades das famílias (Schouten et al, 2012).

Transcrevemos a seguir um excerto de um grupo de foco realizado no âmbito de um projeto de investigação sobre usos do tempo e tecnologia comparando Braga e Castelo Branco. A mulher afirma mesmo que "o carro é uma coisa indispensável" e que "se houver um dia em que o carro tiver de ir para a oficina, eu não tenho um carro, já vejo, já atrapalha muito na vida das pessoas, por isso sem dúvida que o carro é mesmo ... eu até posso ter a máquina da roupa ou da loiça ou outro aparelho em casa avariado mas se tiver sem carro já fico muito...muito condicionada, isso o carro, sem dúvida, e eu tenho o meu e ele tem o dele, porque se dividíssemos o mesmo, então aí é que era... continuávamos a ficar limitados". Neste estudo destaca-se, aliás, ter sido observado que no distrito de Castelo Branco, o uso do automóvel para deslocações diárias é superior ao registado no distrito de Braga, facto explicável pela maior debilidade da rede de transportes públicos. Considerando a média dos dois distritos, mais de 80% dos inquiridos que utilizam os transportes públicos não têm filhos com idade inferior a 16 anos. No grupo etário em que normalmente se encontram os pais com filhos dependentes a posse de carro é mais comum, justamente devido ao facto de estes implicarem deslocações diversas, para vários pontos da cidade ao longo do dia e da semana. Só a falta de recursos económicos demove as famílias de terem carro: " Se tivesse carro, digo que sim, que ajudava imenso, agora eu não tenho carro, tenho que, uma pessoa tem que se desenrascar não é? Eu trabalho longe".

Tal como afirmámos, a sustentabilidade reside também na satisfação de necessidades várias e essenciais das populações, mas estas não se resumem à rede de transportes, implicam que os

próprios serviços estejam conscientes das tipologias das populações e reajam de forma a garantir que estas possam concertar os seus diversos interesses. Um bom exemplo a este respeito ainda continua a ser a forma dominante como os organismos públicos, incluindo serviços de saúde, determinam os tempos das populações e delas exigem uma sequência temporal absolutamente incompatível com o modo e possibilidade de vida destas, acabando por serem agentes de inactividade e de perda por parte das famílias. Tal como se afirma pela correspondência entre tempo e política social, é a própria temporalidade das instituições na cidade que se encontra muitas vezes em desajuste. Por exemplo, o facto de as creches, jardins e infância em geral integrarem actividades extracurriculares no tempo das suas actividades constitui uma fonte de equilíbrio temporal para as famílias que deixam de ter de se deslocar mais vezes durante o dia.

6. Conclusão

Este texto constitui uma reflexão sobre o lugar do tempo na análise e na intervenção política sobre a cidade. Por se tratar de um contributo a pensar as práticas na cidade como práticas cujos efeitos se fazem sentir ao nível dos tempos e das temporalidades das famílias e dos indivíduos, todas as dimensões propostas foram abordadas intencionalmente de um forma bastante sintética. Do texto, gostaríamos de reter a importância de três ideias. Em primeiro lugar, a de que a cidade, na sua especificidade, se constitui de uma pluralidade de tempos cuja disposição no espaço e realização concreta se baseiam na importância que representam para os actores políticos envolvidos; em segundo lugar, a ideia de que tanto no seio das políticas públicas, como no seio das iniciativas participativas das populações e das comunidades é possível definir e implementar vários eixos de uma política de tempos consentânea com os ritmos e os modos de vida das populações. Os diagnósticos às populações que contemplem a influência de variáveis sociodemográficas e socioeducacionais na determinação dos seus modos de vida, designadamente no que respeita aos usos do tempo e aos níveis de pressão de tempo revelam-se centrais para a definição de mudanças envolvendo ou não directamente as próprias populações. Em terceiro lugar, a ideia de que a política de tempos na cidade e para a cidade não se pode desligar nem da política de tempos para outros espaços, nem da visão da própria cidade no horizonte temporal histórico, nela sendo expectável incluir a projecção da cidade para o futuro e, fundamentalmente, o que a cidade é capaz de oferecer às próximas gerações dos seus habitantes.

Referências

- BELLONI, Maria Carmen. *Andare a tempo. Il caso Torino: una ricerca sui tempi della città*. Milão: Franco Angeli, 2007.
- BOSSI, Paolo, MORONI, Stefano e POLI, Matteo. *La città e il tempo: interpretazione e azione*. Maggioli, 2010.
- CASTREE, Noel. The Spatio-temporality of Capitalism. *Time & Society*, 2009, vol. 18, 1, pp. 26-61.
- CRANG, M. (2001). Rhythms of the city: Temporalised space and motion. IN May, J. e THRIFT, Nigel (Eds.), *Timespace: Geographies of temporality* (pp. 187-207). London, England: Routledge.
- HANNAN, Kevin, SHELLER, Mimi e URRY, John. Editorial: Mobilities, Immobilities and Moorings, *Mobilities*, 2006, Vol. 1, No. 1, p.1-22.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- HARVEY, David. *The Urbanisation of Capital*. Oxford: Blackwell, 1985.
- KORNBERGER, Martin. Governing the City : From Planning to Urban Strategy. *Theory, Culture & Society*, 2012, Vol. 29, No. 2, p. 84-106.
- LE CORBUSIER. *The City of To-morrow and Its Planning*. New York: Dover Publications, (1987 [1924]).
- LEFEBVRE, Henry. *The Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press, (2003 [1970]).
- LYNCH, David. *The Image of the City*. Cambridge. MA: MIT Press, 1960.
- MAREGGI, M. *Le politiche temporali urbane in Italia*. A-linea, Firenze, 2000.
- MASSEY, Doreen. *Space, place and gender*. Cambridge. England: Polity Press, 1994.
- MAY, J. e THRIFT., N. *Timespace: Geographies of temporality*. London, England: Routledge, 2001.
- PAOLUCCI, Gabriella. *La città macchina del tempo: politiche del tempo urbano in Italia*. Universidade Indiana: Franco Angeli, 1998.
- PRIOR, Nick. Speed, Rhythm, and Time-Space: Museums and Cities. *Space and Culture*, 2011
- SCHAICK, J. (2009) *European policy practices in time-space planning*. Delft: Faculty of Architecture. .

- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SCHOUTEN, Maria Johanna e ARAÚJO, Emília. O tempo livre em família: uma abordagem de gênero. *Atas do VII congresso de Sociologia*. Porto: APS, 2012.
- SIMMEL, George. O dinheiro na cultura moderna. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (orgs.) *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Unb, 1998, p.23-40
- SIMMEL, George. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- SOUZA, A. et. al. *Metrópole e globalização*. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. São Paulo: Cedesp, 1999.
- TORRES, Anália e SILVA, Francisco Vieira (1998), Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1998, 28, p.9-65.
- URRY, John. Social Relations, Space and Time. IN: Gregory, D. e URRY, John (eds) *Social Relations and Spatial Structures*, pp. 20–48. London: Macmillan, 1985.
- WIRTH, Louis. Urbanism as a way of life. *The American Journal of Sociology*, 1938, Vol. 44, No. 1, pp. 1-24

CIDADE SENSORIAL: A DIMENSÃO SENSITIVA NO URBANISMO CONTEMPORÂNEO

Flávio Nunes

Universidade do Minho – Departamento de Geografia
CEGOT

flavionunes@geografia.uminho.pt

Resumo

Novos desafios estão a condicionar a transformação das cidades contemporâneas. Este estudo pretende avaliar o modo como a dimensão multisensorial das cidades interfere com os processos de produção e apropriação do espaço urbano, motivando uma redefinição da teoria e prática do planeamento urbano. Palavras-chave: planeamento urbano, novo urbanismo, urbanismo sensorial, espaço público.

Abstract

Sensory city and the fabric of contemporary urbanism

New challenges are guiding the transformation of contemporary cities. This study seeks to evaluate the relevance of the multisensory dimension of cities in the processes of production and appropriation of urban space, and how this new approach is affecting the theory and practice of urban planning.

Key-words: city planning; new urbanism; sensory urbanism; public space.

1. Planeamento Urbano: uma actividade em redefinição

As Nações Unidas alertaram para a necessidade de uma urgente e profunda redefinição do exercício do planeamento urbano (UN-Habitat, 2009), imposta pelo surgimento de novos desafios que ameaçam as cidades contemporâneas. O planeamento urbano racionalista e positivista, com raízes no século XIX e que se difundiu globalmente por influências colonialistas e de expansão de mercados, é ainda a abordagem preferencialmente seguida. Contudo trata-se de uma abordagem ineficaz a enfrentar os desafios mais importantes que se colocam às cidades do século XXI, tais como a excessiva dependência de combustíveis fósseis, as alterações climáticas, a segregação sócio-espacial, a interacção digital, ou a necessidade de envolver de modo efectivo as comunidades locais e os seus diferentes actores no processo de transformação urbana. É por isso necessário proceder a uma alteração da abordagem que guia a actividade de planeamento sendo urgente redefinir a actuação do planeamento urbano.

É neste sentido que este relatório das Nações Unidas destaca a importância de explorar o 'Novo Urbanismo' enquanto referencial orientador que deve direccionar o processo de revisão do planeamento urbano, e cujos dez princípios mais relevantes foram sistematizados por Asher (2001) tendo sido posteriormente adoptados pelo European Council of Town Planners (ECTP, 2003), aquando da revisão da Carta de Atenas, bem como em 2007 pelos Ministros da União Europeia responsáveis pelo desenvolvimento urbano, aquando da assinatura da 'Carta de Leipzig para as Cidades Europeias Sustentáveis'.

Neste texto pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a operacionalidade de um destes dez princípios do 'Novo Urbanismo', especificamente o que tem merecido uma menor atenção por parte de quem reflecte sobre a condição urbana: a dimensão multisensorial das cidades.

Actualmente algumas intervenções urbanas, embora pontuais e muitas vezes desconexas, sugerem uma crescente valorização da dimensão sensorial nos processos de produção e apropriação do espaço urbano. A permanente preocupação em atingir padrões ascendentes de qualidade de vida na vivência urbana tem levado, em alguns contextos, os responsáveis pelo planeamento e gestão urbanística a trabalhar não apenas a dimensão visível, mas também a dimensão sonora, táctil e olfactiva das cidades (Howes, 2005; Zardini, 2005; Mostafavi and Doherty, 2010; Carmona et al., 2010), procurando, em última instância, oferecer nos lugares públicos e nos espaços exteriores uma qualidade equivalente à dos lugares privados e espaços interiores. Estas intervenções urbanas visam atingir patamares mais elevados de conforto e bem-estar, e ao mesmo tempo estimular modos alternativos de produzir e usar a cidade, através de abordagens que potenciam o cruzamento do planeamento urbano com a produção artística em espaços públicos; com movimentos para uma cidadania mais activa e reflexiva; com formas inovadoras de promoção de um maior conforto bio-climático em espaços urbanos; ou com a emergência de novos ritmos e percursos urbanos que se entrecruzam e alteram a nossa percepção da cidade.

Todavia, reconhece-se (Adams et al. 2007; Degen, 2008; Lucas and Mair, 2008) que o debate urbano actual carece de um esforço analítico capaz de produzir uma reflexão estruturada sobre a

importância da multi-sensorialidade na vivência urbana, e sobre o modo como esta deve ser equacionada e integrada nos planos e projectos urbanísticos que conduzem a transformação das cidades contemporâneas. Este é o objectivo central deste texto que pretende introduzir e clarificar uma nova dimensão de análise urbana (urbanismo sensorial), bem como novos conceitos (cidade inclusiva, cidade ecológica, cidade efémera, cidade intersticial) capazes de contribuir para aprofundar o debate em torno da necessária reorientação do planeamento urbano. Procura-se também reflectir sobre o modo como o urbanismo sensorial pode contribuir para mitigar algumas disfunções que caracterizam as cidades contemporâneas (por exemplo: sedentarismo; segregação sócio-espacial; desvalorização imobiliária; vandalismo do espaço público; ou insegurança urbana). Pretende-se igualmente traçar um quadro analítico-metodológico capaz que permita avaliar o potencial da introdução deste tipo de intervenções urbanas na vivência urbana quotidiana e na indução de novos modos de uso e apropriação do espaço público.

2. A dimensão sensorial das cidades

Segundo Cowan and Steward (2007) já o sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), nas suas reflexões em torno da construção social do espaço, destacou a relevância da interacção sensorial nas cidades do início do século XX. Mais tarde, também Kevin Lynch (1918-1984) deu uma especial ênfase à importância da experiência sensorial na construção mental da imagem urbana. De facto, importa clarificar que o interesse pela dimensão sensorial do ambiente urbano não é novo, mas sim o reconhecimento do papel que o planeamento urbano pode desempenhar no modo como esta multi-sensorialidade urbana se manifesta e, por essa via, no modo como interfere nos usos e representações do espaço urbano.

A dimensão sensorial da vida urbana, resultante da informação que permanente e inconscientemente captamos pelo conjunto dos nossos cinco sentidos, determina a interpretação particular que cada um desenvolve da sua cidade e condiciona o modo como dela se apropria. Por exemplo, nas preferências que toma aquando da escolha do local de residência; nas opções que faz no traçado dos seus percursos pedestres; nos ritmos diários ou semanais que estruturam a sua vivência urbana; ou, entre outras repercussões, na conotação/estigmatização que desenvolve face a alguns bairros ou espaços públicos.

Ao constatar que a abordagem tradicional do planeamento urbano não possuía os referenciais teóricos e metodológicos para compreender estas influências e para introduzi-las no desenho de instrumentos e políticas de gestão urbanística, Ascher (2001) abriu uma nova frente de reflexão e de actuação para os urbanistas ao considerar a dimensão multisensorial do espaço como um dos dez principais desafios que se colocam ao urbanismo contemporâneo. O desafio foi lançado e são várias as questões em aberto que aguardam ser esclarecidas.

Nos últimos anos o avanço que se tem obtido no conhecimento acerca das relações de causalidade entre a sensorialidade das cidades e os modos de produção, representação e apropriação do espaço urbano tem envolvido, por exemplo: a determinação do efeito das sonoridades urbanas na desvalorização imobiliária de parcelas da cidade (Raimbault and Dubois, 2005); a compreensão do efeito da excessiva impermeabilização do espaço no desconforto térmico e na menor utilização de alguns espaços públicos como espaços de estadia e convívio (Scudo and Dessi, 2006); o reconhecimento do efeito das paisagens olfactivas, sonoras e gustativas na memória do espaço (Law, 2001; Arkette, 2004; Lagerkvist, 2007; Tolaas, 2010); a descoberta do efeito das tecnologias sensoriais de captação de dados na alteração das práticas sociais do espaço urbano (Klauser, 2007); a constatação do efeito de particularidades tácteis numa maior adequação das cidades a invisuais (Devlieger et al., 2006) ou, o entendimento do efeito da luminotecnia no controle da insegurança urbana ou na criação de paisagens efémeras que, em alguns casos, reforçam a competitividade urbana (Neto, 2009).

Até ao momento todo este debate tem estado muito circunscrito à determinação das variáveis explicativas de como a dimensão sensitiva das cidades pode condicionar a vivência urbana. São necessários estudos que visem alargar esta reflexão, a partir do cruzamento de quadros analíticos e metodológicos variados, com a discussão do modo como intervenções urbanísticas de cariz sensorial podem ajudar a promover os ideais do 'novo urbanismo' ou seja: cidades mais comprometidas em promover o sentido de comunidade (Nunes, 2007; Azevedo e Nunes, 2011); cidades com a ambição de contrariar a tendência de expansão urbana fragmentada e descaracterizada (Madureira, 2006); cidades apostadas em assegurar a sustentabilidade do seu desenvolvimento (Laranjeira e Teles, 2004); cidades empenhadas em estimular o cruzamento de diferentes ritmos de fruição urbana (Fernandes, 2006); ou cidades implicadas numa maior integração entre natureza e espaço construído (Azevedo, 2008).

De certo modo pode referir-se que, numa primeira fase, o debate internacional fundamentou a pertinência de uma abordagem sensorial no urbanismo contemporâneo, todavia uma análise aos resultados desses estudos permite detectar que permanece por avaliar o modo como esta nova abordagem pode ser formalmente integrada nos diversos instrumentos de gestão urbanística (planos, projectos, estratégias e programas). Bem como o modo como pode, de forma programada, contribuir para mitigar algumas das principais disfunções urbanas (sedentarismo, stress, segregação sócio-espacial, desconforto bio-climático, vandalismo urbano, entre outras). Ou seja, a discussão em torno da operacionalidade do urbanismo sensorial é o próximo desafio que se coloca e que necessita de uma abordagem multidisciplinar e interventiva.

3. O potencial da dimensão sensorial na mitigação de disfunções urbanas

As cidades contemporâneas são o habitat preferencial da actualidade contudo, apesar de todos os esforços que o planeamento urbano tem dirigido para orientar a sua transformação, são também espaços cuja contínua evolução tem promovido a manifestação de vários problemas que comprometem a qualidade de vida dos seus residentes e visitantes. Curiosamente alguns desses problemas são resultado das opções tomadas no passado em matéria de planeamento e gestão urbanística (como a segregação sócio-espacial intra-urbana, o desconforto bioclimático dos espaços abertos, a perda de atractividade de alguns espaços públicos; ou a conflituosa interacção natureza-espaço construído). A discussão em torno deste paradoxo é de grande pertinência e relevância, contudo mais do que questionar a legitimidade e validade do planeamento urbano importa reflectir sobre o modo como este se deve reajustar, adoptando novas abordagens e metodologias.

Continuar a promover a gestão urbanística com base em planos que simplesmente procuram regular os modos de uso, ocupação e transformação do solo, é uma visão redutora do planeamento urbano, mesmo apesar de recentemente se terem procurado tornar mais estratégicas e participadas as opções expressas nesses planos. De facto, a gestão urbanística contemporânea necessita introduzir e testar novos procedimentos e metodologias de actuação. O urbanismo sensorial é uma dessas novas vias a ser explorada, sobretudo pelo potencial que encerra para mitigar alguns dos principais problemas que se colocam à cidade contemporânea, e que podem ser sintetizados em torno de quatro conceitos que traduzem quatro ambições/desafios que a cidade do século XXI deve cumprir: cidade inclusiva; cidade ecológica; cidade efémera; e cidade intersticial.

3.1. Cidade Inclusiva

A 'Cidade Inclusiva' é a cidade que acolhe e promove a diversidade; que se opõe à cidade dual; que combate a estigmatização de alguns dos seus bairros; que favorece a miscigenação social; ou, por exemplo, que se adequa a todos os cidadãos mesmo aqueles com necessidades especiais.

Em torno do desafio da 'Cidade Inclusiva' importa avaliar o contributo do urbanismo sensorial face ao problema urbano da segregação sócio-espacial. A concentração territorial intra-urbana de bolsas de pobreza e exclusão social é uma realidade que afecta muitas das nossas cidades. Razões essencialmente associadas ao custo do solo estão na base da decisão de instalação de muitos destes bairros em espaços distantes das principais centralidades funcionais e simbólicas, na maioria das vezes em espaços periféricos, marginais e mal servidos em termos de equipamentos colectivos âncora ou, por exemplo, em termos dos serviços de transportes públicos. Estas circunstâncias vão criando um sentimento de exclusão junto dos habitantes destes bairros face ao resto da população da cidade que, por sua vez, desenvolve percepções estigmatizantes sobre estas parcelas urbanas.

Analisando estes bairros problemáticos pode referir-se que a sua segregação é também resultado de opções de desenho urbano, em muitos casos do tipo cul-de-sac, em que o edificado é suportado por ruas sem saída, não sendo por isso locais de passagem mas apenas locais de destino. O facto de não haver uma boa integração e articulação com o resto da malha urbana, contribui bastante para que muito dificilmente sejam frequentados por população do resto da cidade.

Neste contexto importa avaliar o potencial de intervenções urbanísticas de cariz sensorial para promover uma maior frequência destes espaços por parte da restante população urbana, contribuindo, deste modo, para uma 'cidade inclusiva'. Ou seja, esta abordagem deverá determinar os efeitos de intervenções urbanísticas de cariz sensorial na alteração da vivência urbana quotidiana de bairros problemáticos, bem como na indução de novos modos de uso e apropriação do espaço público desses bairros.

3.2. Cidade Ecológica

A 'Cidade Ecológica' é a cidade que se procura afirmar como comunidade ambientalmente sustentável; que pretende garantir uma maior eficiência energética dos seus edifícios; que tenciona basear o seu funcionamento em recursos renováveis; ou, por exemplo, que promove uma gestão racional dos seus resíduos.

Em torno do desafio da 'Cidade Ecológica' importa avaliar o contributo do urbanismo sensorial face ao problema do desconforto bio-climático de alguns espaços abertos. É certo que as cidades constituem o habitat preferencial da humanidade na actualidade, contudo a cidade constitui também a mais radical expressão da capacidade de alteração das condições ambientais pelo Homem. Ao provocarem mudanças profundas na superfície terrestre e nas propriedades da atmosfera, os processos de urbanização alteram as condições de funcionamento das componentes do subsistema climático, manifestando-se na formação das "ilhas de calor" urbano mas também em alterações na radiação solar, no vento, na humidade e na precipitação. Por outro lado, a acentuação nas cidades das manifestações das alterações climáticas em curso, designadamente a tendência de aumento da frequência e da intensidade de fenómenos climáticos extremos como as ondas de calor, tem também contribuído para o desconforto bio-climático que se assiste em alguns espaços públicos. De facto, o clima urbano, e particularmente cada um dos mosaicos microclimáticos que o compõem, afectam directamente o conforto, o bem-estar e a saúde da população.

Neste contexto torna-se relevante determinar o potencial de intervenções urbanísticas de cariz sensorial destinadas a melhorar o conforto bioclimático dos espaços públicos, nomeadamente na alteração da vivência urbana quotidiana, bem como na indução de novos modos de uso e apropriação do espaço público. Deste modo pode dar-se um contributo para a revisão do planeamento urbano demonstrando a importância da inclusão de parâmetros bioclimáticos nas estratégias sensoriais de planeamento, na medida em que o clima urbano, e particularmente cada um dos mosaicos que o compõem, afectam directamente o conforto, bem-estar e a saúde da população.

3.3. Cidade Efémera

A 'Cidade Efémera' é a cidade que respeita ritmos e temporalidades diferenciadas; que enaltece a instantaneidade cromática, olfactiva e acústica da natureza presente em espaço urbano; ou, por exemplo, que valoriza o conforto e a comodidade do espaço público.

Em torno do desafio da 'Cidade Efémera' importa avaliar o contributo do urbanismo sensorial face ao problema da perda de atractividade de alguns espaços públicos. As cidades comportam desde sempre uma dimensão efémera, presente na vivência colectiva e na cenografia da paisagem. No espaço público emergem, de forma intencional ou não, um conjunto de elementos que despertam os sentidos e que contribuem para a sua atractividade/repulsividade. Neste sentido, considera-se importante identificar produções efémeras no meio urbano, espontâneas, (re)criadas ou marketizadas, mas que exerçam um domínio real sobre os sentidos, ora contribuindo para a repulsividade e quebra de fruição de determinado espaço, ora estimulando o bem-estar e a atractividade do espaço público.

A pertinência deste debate relaciona-se com o facto de se assistir na actualidade à perda de atractividade de alguns espaços públicos (especialmente nos centros das cidades) face à atractividade de espaços semi-públicos de maior comodidade e conforto (como os centros comerciais) mas também face a espaços abertos requalificados no âmbito de operações urbanísticas recentes e de grande investimento (como as frentes de água). Neste sentido, os centros das cidades parecem perder progressivamente a sua função como espaços de passeio e de convívio face a outros espaços mais atractivos. Por outro lado, surgem também novos comportamentos (como a socialização virtual) que promovem um menor uso do espaço público (a preferência para ocupação do tempo de lazer em espaços internos face a espaços externos).

Neste contexto torna-se relevante avaliar como intervenções urbanísticas que promovam experiências sensoriais efémeras (luminotecnia urbana; jogos de água; jardins verticais aromáticos; conforto térmico, acesso WiFi, ...) podem reforçar a capacidade atractiva de alguns espaços públicos. Ou seja, importa avaliar os efeitos de intervenções urbanísticas efémeras de cariz sensorial na indução de novos modos de uso e apropriação do espaço público dos centros das cidades, e sobretudo por parte de segmentos da população para quem essas práticas são menos habituais.

3.4. Cidade Intersticial

A 'Cidade Intersticial' é a cidade que atenta ao detalhe; que enobrece os espaços que tradicionalmente nos passam despercebidos; que valoriza os espaços vazios e obsoletos; ou, por exemplo, que confere uma função ao que está entre, resgatando o potencial gerador dos espaços de fronteira.

Em torno do desafio da 'Cidade Intersticial' importa avaliar o contributo do urbanismo sensorial face ao problema da conflituosa interacção natureza/espaço construído. Nas últimas décadas tem-se vindo a alertar para a importância da transformação urbana ser capaz de exprimir uma diferente forma de conceber a relação entre o ser humano e o ambiente físico, enfatizando uma crescente preocupação com o fabrico orgânico da cidade. A tentativa de resolução da tensão natureza/cultura que percorre o pensamento moderno ocidental e que contaminou o planeamento e a gestão do território, suscitando problemas graves no uso e fruição do espaço, é pois uma das problemáticas centrais que deve atravessar a abordagem do urbanismo sensorial.

A análise sistemática de espacialidades emergentes através de um conjunto de estudos de caso de urbanismo sensorial dirigidos para espaços urbanos intersticiais, permitirá colocar a cidade num outro patamar de entendimento, permitindo definir direcções alternativas para a compreensão do fenómeno urbano. Deste modo, importa determinar o papel do urbanismo sensorial na promoção de uma interacção menos conflituosa entre espaço construído e natureza, assim como avaliar o efeito de intervenções urbanísticas de cariz sensorial no enobrecimento e valorização de espaços vazios/remanescentes/obsoletos presentes na malha urbana

4. Uma investigação em curso

A 'Cidade Inclusiva', a 'Cidade Ecológica', a 'Cidade Efémera' e a 'Cidade Intersticial' são os conceitos-chave que estruturam o quadro analítico-metodológico com que se pretende abordar o contributo do urbanismo sensorial face ao processo de redefinição da teoria e prática do planeamento urbano.

Sendo conceitos inovadores, o aprofundamento do conhecimento em torno destas quatro dimensões da cidade contemporânea é um dos principais contributos que se pretende atingir com a investigação em curso, e que permitirá enriquecer o debate geral que tem vindo a ser feito em torno do sentido que deve orientar o processo de reformulação da actividade do planeamento urbano.

De modo a assegurar a continuidade e operacionalidade desta investigação, opta-se por seleccionar um problema urbano concreto para cada um destes quatro desafios que se colocam à cidade contemporânea. Esses quatro problemas urbanos que irão orientar as fases seguintes desta investigação são: o problema da segregação sócio-espacial no âmbito da 'Cidade Inclusiva'; o problema do desconforto bioclimático no âmbito da 'Cidade Ecológica'; o problema da perda de atractividade de alguns espaços públicos no âmbito da 'Cidade Efémera'; e o problema da tensão natureza-espaço construído no âmbito da 'Cidade Intersticial'.

Em torno desses quatro problemas desenvolve-se uma abordagem metodológica centrada em estudos de caso que permitirão avaliar o potencial do urbanismo sensorial para enfrentar algumas disfunções concretas da cidade contemporânea. Nos últimos anos algumas cidades começaram a implementar intervenções urbanas que pretendem reforçar a experiência de lugar por via da exploração da dimensão sensitiva das cidades: dimensão olfactiva (por exemplo: jardins verticais aromáticos); dimensão visual (por exemplo: iluminotecnia urbana); dimensão táctil (por exemplo: jogos de água interactivos); dimensão gustativa (por exemplo: hortas urbanas); ou dimensão sonora (por exemplo: fontes acústicas). Importa então inventariar criteriosamente este tipo de intervenções de modo a possibilitar uma reflexão aprofundada em torno do urbanismo sensorial, nomeadamente das suas implicações e operacionalidade.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Mags; MOORE, Gemma; COX, Trevor; CROXFORD, Ben; REFAEE, Mohamed e SHARPLES, Steve. The 24-hour city: Residents' Sensorial Experiences. *Senses & Society*, 2007, vol. 2 (2), p. 201-216.
- ARKETTE, Sophie. Sounds Like City. *Theory, Culture & Society*, 2004, vol. 21 (1), p. 159-168.
- ASCHER, François. *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. La Tour d'Aigues : Édition de l'Aube. 2001.
- AZEVEDO, Ana e NUNES, Flávio (ed.). *Geografia, Imagem e Ciberespaço*. Porto: Edições Ecopy. 2011.
- AZEVEDO, Ana. *A ideia de paisagem*. Porto: Figueirinhas. 2008.
- CARMONA, Mattew; TIESDELL, Steve; HEATH, Tim e OC, Taner. *Public Places Urban Spaces. The dimensions of Urban Design*. Amsterdam: Elsevier - Architectural Press. 2010.

- COWAN, Alexander e STEWARD, Jill (ed.). *The City and the Senses: Urban Culture Since 1500*. Hampshire: Ashgate. 2007.
- DEGEN, Mónica. *Sensing Cities: Regenerating Public Life in Barcelona and Manchester*. London: Routledge. 2008.
- DEVLIEGER, Patrick; RENDERS, Frank; FROYEN, Hubert e WILDIERS, Kristel (eds). *Blindness and the Multi-Sensorial City*. Antwerpen: Garant. 2006.
- ECTP - European Council of Town Planners. *The New Charter of Athens 2003. The European Council of Town Planners' Vision for Cities in the 21st century*. Brussels: European Council of Town Planners – Conseil Européen des Urbanistes. 2003.
- FERNANDES, José. Sustainable urbanism: reducing, recycling and reusing in a larger and more complex urban space. In LOIS GONZALEZ, Ruben (ed). *Urban changes in different scales; systems and structures*. Santiago de Compostela: Publicações da Universidade de Santiago de Compostela, 2006, pp. 251-264.
- HOWES, David. *Architecture of the Senses, in CCA, Sense of the City Exhibition Catalogue*. Montreal: Canadien Centre for Architecture. 2005.
- KLAUSER, Francisco. Disturbances in the Sensory Experience of the City. CCTV and the development of an unreal urban 'paralel world'. *Senses & Society*, vol. 2 (2), 2007, p. 173-188.
- LAGERKVIST, Amanda. Time travel, mediation, and multisensuous immersion in the future city of Shanghai. *Senses & Society*, vol. 2 (2), 2007, p. 155-172.
- LARANJEIRA, Manuela e TELES, Virgínia, Melhoria da funcionalidade ecológica num território fragmentado. Crítica à Reserva Ecológica Nacional. *VIII Conferência Nacional do Ambiente*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2004.
- LAW, Lisa. Home cooking: Filipino Women and the Geographies of the Senses in Hong Kong. *Ecumene*, 8 (3), 2001, p. 264-283.
- LUCAS, Ray e MAIR, Gordon, *Sensory Urbanism Proceedings 2008*. Edinburgh: The Flâneur Press. 2008.
- MADUREIRA, Helena. Na Procura de formas Urbanas Sustentáveis: a Necessidade de Contextualização Geográfica. *Revista da Euroregião Galiza-Norte de Portugal*, nº 10, 2006, p. 27-42.
- MOSTAFAVI, Mohsen e DOHERTY, Gareth (ed.). *Ecological Urbanism*. Baden: Lars Muller Publishers. 2010.
- NETO, Alexandre. *As Luzes da Cidade – iluminação arquitectónica e urbanística*. Lisboa: Instituto Superior Técnico. 2009.
- NUNES, Flávio. *TIC's, Espaço e Novos Modos de Trabalho em Portugal. Usos do Espaço e do Tempo em Contextos de Teletrabalho*. Braga: Universidade do Minho. 2007.
- RAIMBAULT, Manon e DUBOIS, Danièle. Urban soundscapes: experiences and knowledge. *Cities*, Vol. 22 (5), 2005, p. 339-350.
- SCUDO, Gianni e DESSI, Valentina. Thermal comfort in urban space renewal. *Communication at PLEA2006 – The 23rd Conference on Passive and Low Energy Architecture*, Geneva. 2006.
- TOLAAS, Sissel. The City from the Perspective of the Nose. In MOHSEN Mostafavi e GARETH Doherty (ed.). *Ecological Urbanism*. Baden: Lars Muller Publishers, 2010, p. 146-163.
- UN-Habitat. *Global Report on Human Settlements 2009. Planning Sustainable Cities*. London: Earthscan. 2009.
- ZARDINI, Mirko. *Sensations urbaines: une approche différente à l'urbanism*. Baden: Lars Muller Publishers - Centre Canadien d'Architecture. 2005.

PLANEAMENTO E CONTINGÊNCIA: FORMALIDADE E URBANIDADE NA PRAÇA PAIVA COUCEIRO EM LISBOA

Maria Rosália Guerreiro
CIES – IUL
rosalia.guerreiro@iscte.pt

Israel Guarda
IHA – FCSH-UNL
israelguarda5@hotmail.com

Resumo

O estudo evidencia os aspectos da configuração espacial da Praça Paiva Couceiro em Lisboa que a tornam um lugar de sucesso e portanto um lugar de urbanidade. Tendo em conta a teoria da sintaxe espacial, bem como a observação directa de comportamentos, procura-se estabelecer a relação entre os padrões espaciais, a vida espacial e a vida social naquela praça.

Palavras chave: configuração espacial, urbanidade, formalidade, padrões espaciais, vida espacial, vida social

Abstract

The study highlights aspects of the spatial configuration of the Plaza Paiva Couceiro in Lisbon that make it a place of success and therefore a place of urbanity. Through to the theory of space syntax and by direct observation of people behavior we seek to establish the relationship between the spatial patterns, spatial life and social life in that square.

Keywords: spatial configuration, urbanity, formality, spatial patterns, spatial life, social life

1. Introdução

O estudo esboça os aspectos relacionados com a configuração espacial da Praça Paiva Couceiro em Lisboa na óptica da Teoria da Lógica Social do Espaço. O objectivo é confrontar as técnicas de análise da sintaxe espacial com os resultados da observação directa das características morfológicas dos espaços públicos de sucesso baseada nos ensinamentos de William Whyte, pioneiro e mestre na observação dos espaços públicos, nomeadamente do comportamento das pessoas¹³.

Constata-se portanto que esta praça se insere dentro do paradigma da urbanidade e que portanto tem a capacidade de atrair um grande número de pessoas, mas que apesar disso, ela também se insere dentro do paradigma da formalidade, uma vez que o seu desenho obedece a certos princípios de formalização geométrica e ordem visual relacionados com a racionalização da estrutura global da cidade¹⁴.

Por outro lado, e apesar desta praça corresponder a uma ilha no meio de quatro faixas de rodagem, o seu funcionamento combate o mito modernista de que o tráfego pedestre e automóvel devem estar separados, aproximando-se assim mais do conceito de *shared space* que visa a utilização integrada de espaços públicos.

Trata-se portanto de perceber quais os aspectos da configuração espacial desta praça que a tornam um lugar de sucesso e portanto um lugar de urbanidade, tendo em conta a teoria da lógica espacial da cidade e as suas ferramentas que nos podem ajudar a entender os vários aspectos dessa configuração.

De acordo com as observações realizadas no local, levanta-se a hipótese de que as principais razões do sucesso desta praça se relacionam com questões de acessibilidade (movimento pedestre), e com questões de tamanho e configuração dos locais de permanência que permitem a utilização integrada do espaço público. Esta hipótese baseia-se no pressuposto ou ideia de que certos padrões espaciais dão origem a uma certa vida espacial e consequentemente a uma certa vida social (Holanda, 2002).

¹³ Conforme apresentados no seu livro *The Life of Small Public Spaces*, 1980.

¹⁴ Formalidade e urbanidade são conceitos introduzidos por Holanda (2002) para se distinguirem estes dois tipos de cidade.

Figura 1. A Praça Paiva Couceiro antes e depois da remodelação de 2010



Crédito: Maria Guerreiro

Construída nos anos 50, com um desenho formal que articula dois eixos estruturantes da cidade como um todo, prolongamentos da Rua General Roçadas (radial) e Rua Morais Soares (circular), localiza-se num ponto notável do território com boa acessibilidade. Esta praça, que sofreu melhoramentos no ano de 2010, apresenta, apesar do seu sucesso, alguns problemas que este estudo procura identificar e eventualmente solucionar, (Figura 1).

2. Acessibilidade

Uma análise do mapa axial de Lisboa (Fig. 2) dá-nos a indicação de que esta praça se localiza na periferia do núcleo integrador (conjunto de linhas mais claras) e isso será certamente um factor determinante da co-presença de pessoas e consequentemente do seu grau de urbanidade. No entanto, esta não será condição suficiente, uma vez que outros locais da cidade mais próximos do núcleo integrador não têm o mesmo sucesso devido essencialmente à hegemonia do carro sobre o peão. Por outro lado, também não será a existência de tráfego intenso que impossibilita a co-presença de peões. Dependerá antes do modo de compatibilidade entre estas duas componentes da cidade.

Figura 2. Mapa Axial de Lisboa com representação dos eixos mais integrados a branco.



Fonte: Medeiros (2006) - Crédito: Teresa Heitor & João Pinelo

Figura 3 – a) Mapa de Isovistas com valores superiores a branco e **b)** Mapa axial com valores superiores de Integração HH a preto.



Crédito: Maria Guerreiro

Da leitura do mapa de isovistas¹⁵ para a envolvente da praça, confrontada com as observações prévias do local, concluímos que as esquinas e ou os cruzamentos são as zonas que potenciam melhor o encontro entre as pessoas e correspondem portanto a um valor superior nesse mapa, Fig. 3a). Este padrão espacial também identificado por Whyte como “The street corner” (1980), evidencia que as esquinas são espaços públicos muito importantes na malha da cidade. Também Ruth Conroy dedica um capítulo da sua tese a esta temática. Estabelecendo uma correlação entre as características das isovistas e os pontos de encontro e paragem das pessoas, conclui que estas não param aleatoriamente para conversar, mas sim nos locais que oferecem propriedades visuais estratégicas, como denuncia o valor das isovistas nas esquinas desta praça, (2001).

Paralelamente, o mapa axial que representa a Integração HH¹⁶ foi feito para uma área a partir dum raio de 500 metros do centro da praça. O mapa revela a importância local do eixo Norte - Sul que se prolonga pela Av. General Rouçadas em direcção à Graça e ao Castelo de S. Jorge, (Fig. 3b)). A importância deste eixo neste local veio confirmar a informação obtida previamente sobre o movimento pedonal observado naquele sentido que corresponde a uma via de estruturação da cidade muito antiga sobre uma linha de continuidade do território (linha de cumeada) e através do qual a deslocação pedonal se faz com maior facilidade, quer do ponto de vista do esforço necessário para percorrer determinada distância, quer pela possibilidade de navegação à vista através dos pontos mais altos do território nesta zona da cidade.

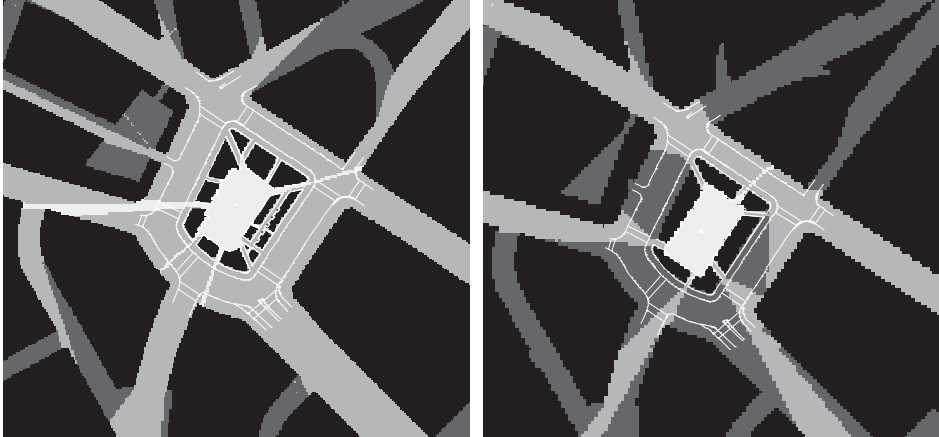
Uma variável que se revelou particularmente útil para a interpretação da acessibilidade neste local foi o *Visual Step Depth* (passo de visibilidade), (Fig. 4). A medida permitiu identificar a partir dum ponto localizado aproximadamente no centro da praça os caminhos topológicos mais curtos, ou seja os mais directos visualmente, aqueles que implicam o menor número de mudanças de direcção, o que é o mesmo que dizer, todos aqueles pontos que estão na isovista do ponto no centro da praça, (Turner, 2004).

Esta medida foi então aplicada à praça antes e depois da sua reformulação de 2010. Procurando relacionar as passadeiras que estão em continuidade pedonal com os acessos à praça, conclui-se que algumas melhorias foram introduzidas com a alteração de alguns acessos, nomeadamente do lado NO. No entanto, do lado SO da praça, a opção pelo acesso mais à direita contrariando a continuidade da passadeira mais à esquerda, que se apresentava no desenho da praça antes da sua reformulação, plenamente justificada pelo sentido do trânsito e pelo fluxo de pessoas nesse eixo, originou os padrões de jaywalking que observamos na Fig. 5 a). Este aspecto é particularmente relevante uma vez que o fluxo de pessoas neste local é um dos mais importantes, como nos confirma o mapa de integração visual HH, (Fig. 3b)). Por outro lado, o estabelecimento duma passadeira diagonal do lado SE que acompanhasse o sentido do movimento natural dos peões e aumentasse a visibilidade quer do peão quer do automobilista, poderia resolver alguns dos conflitos neste local, (Fig. 5 b)).

¹⁵ Uma isovista é a quantidade de espaço visível a partir de cada ponto do sistema (Batty, 2001)

¹⁶ A medida de integração, trata da rede de circulação e é a medida que nos permite saber quão profundo está um local face ao restantes do sistema, (Hillier, 1984).

Figura 4. Mapa Visual Step Depth – O caminho topológico mais curto



Créditos: Maria Guerreiro

3. Padrões espaciais, vida espacial e vida social

O espaço de permanência da praça é rectangular medindo cerca de 50 por 30 metros. As alterações de 2010 deram ao espaço um carácter mais convexo aumentando a sua conectividade, (Fig. 6a)). Estamos portanto, segundo Gehl, dentro do campo de visão social (0-100m), sendo que a distância de 30 metros é de grande relevância para a vida social de um espaço uma vez que a esta distância nós percebemos o outro como indivíduo, expressões faciais, estilo do cabelo, etc.. E a uma distância inferior a 25 metros conseguimos perceber o seu estado de espírito, (Gehl, 1971).

Figura 5. “Jaywalking patterns”. Atravessamento da via automóvel na continuidade dos acessos à praça nos lados a) SO e b) SE



Créditos: Sara Eloy e Maria Guerreiro

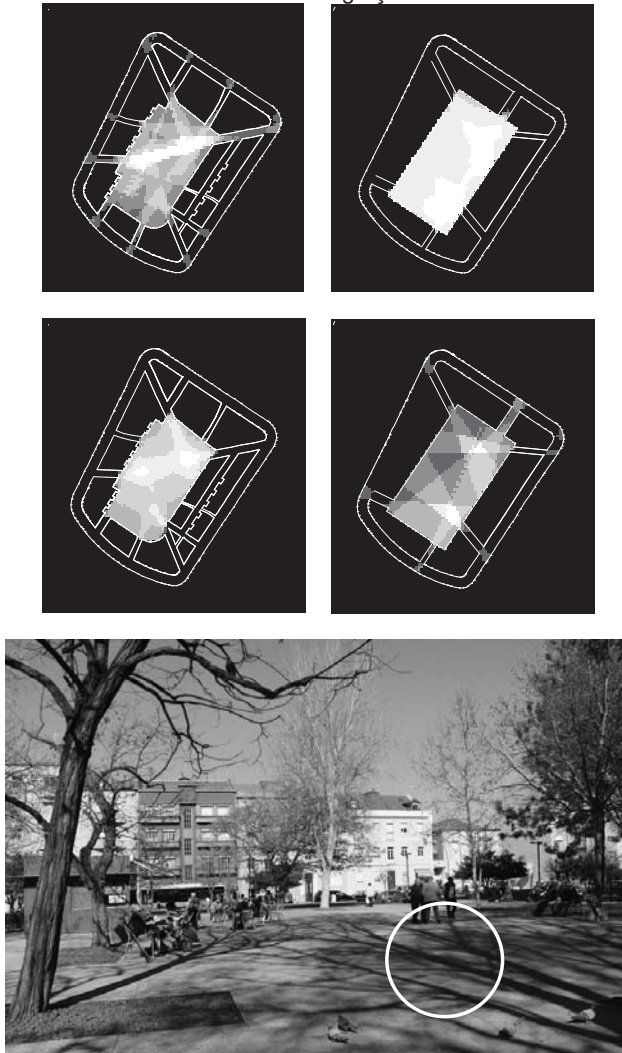
É curioso verificar como a mudança dos acessos à praça introduzidas em 2010 veio alterar completamente os valores de integração visual deste local, (Fig. 6b)). As observações in loco apresentadas na Fig. 6c) confirmam este aspecto evidenciando os encontros informais das pessoas nos valores de integração mais elevada.

Entre as variáveis locais calculadas pelo *software* Depthmap analisamos o Coeficiente Visual de Clustering (Fig. 7a)) bem como as medidas de controlo e de controlabilidade (Fig. 8). Verifica-se que o Mapa de Coeficiente Visual de Clustering para 2010, reforça a importância das diagonais da praça como áreas contínuas visualmente que atravessam diversos sistemas / áreas homogêneas. Paralelamente, os mapas de controlo e de controlabilidade¹⁷ dão-nos uma leitura da praça que reforça as observações de William Whyte identificadas previamente: Trata-se de reforçar a ideia pioneira deste autor de que a principal actividade do espaço público é “ver outras pessoas” (1980). Assim, esta função é muito melhor cumprida se a grande maioria das pessoas se dispuser à volta da praça, sobre os lugares para sentar, cada um controlando de uma forma confortável à sua frente tudo o que se passa em redor da praça. Do ponto de vista da configuração espacial, parece-

¹⁷ Enquanto as zonas de controlo valorizam as áreas visualmente dominantes as zonas de controlabilidade valorizam as áreas que são mais facilmente dominadas visualmente (Turner, 2004)

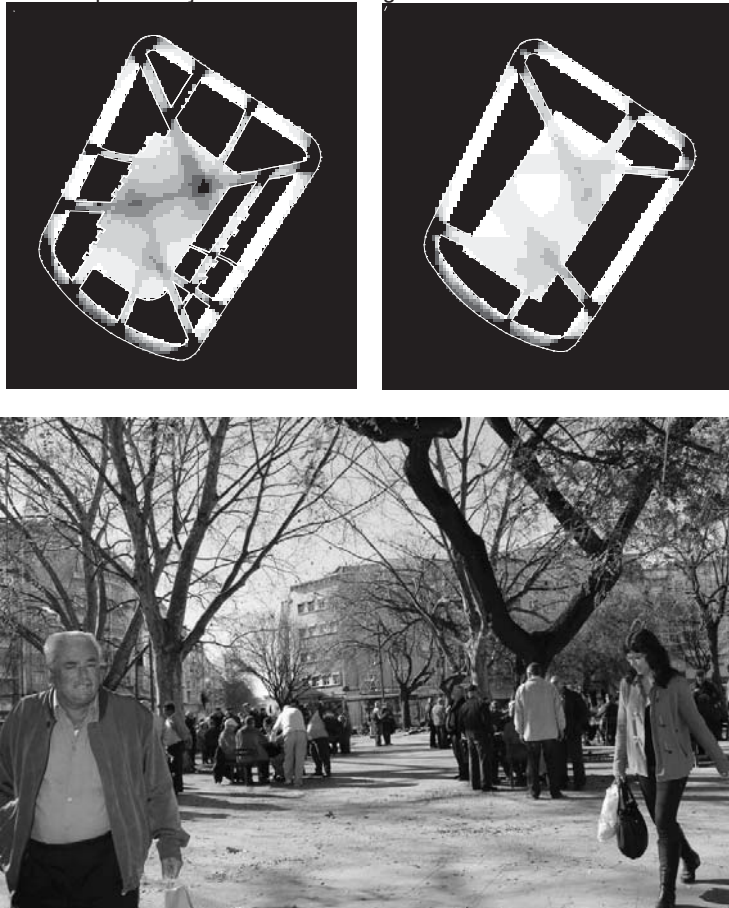
nos estar perante a situação apontada por Turner, em que as áreas de controlo e de controlabilidade são as mesmas (2004). No entanto, os dados fornecidos pelo mapa de controlo elaborado não confirmam esta percepção empírica tomada no local.

Figura 6. a) Mapas de Conectividade e b) Integração Visual HH, antes e depois de 2010, ambos com valores superiores a branco e c) Foto do lugar actual assinalando os encontros informais na zona de maior integração visual.



Créditos: Maria Guerreiro

Figura 7 – a) Coeficiente Visual de Clustering, antes e depois de 2010 e **b)** Foto do local actual com representação de áreas homogêneas e de continuidade visual.

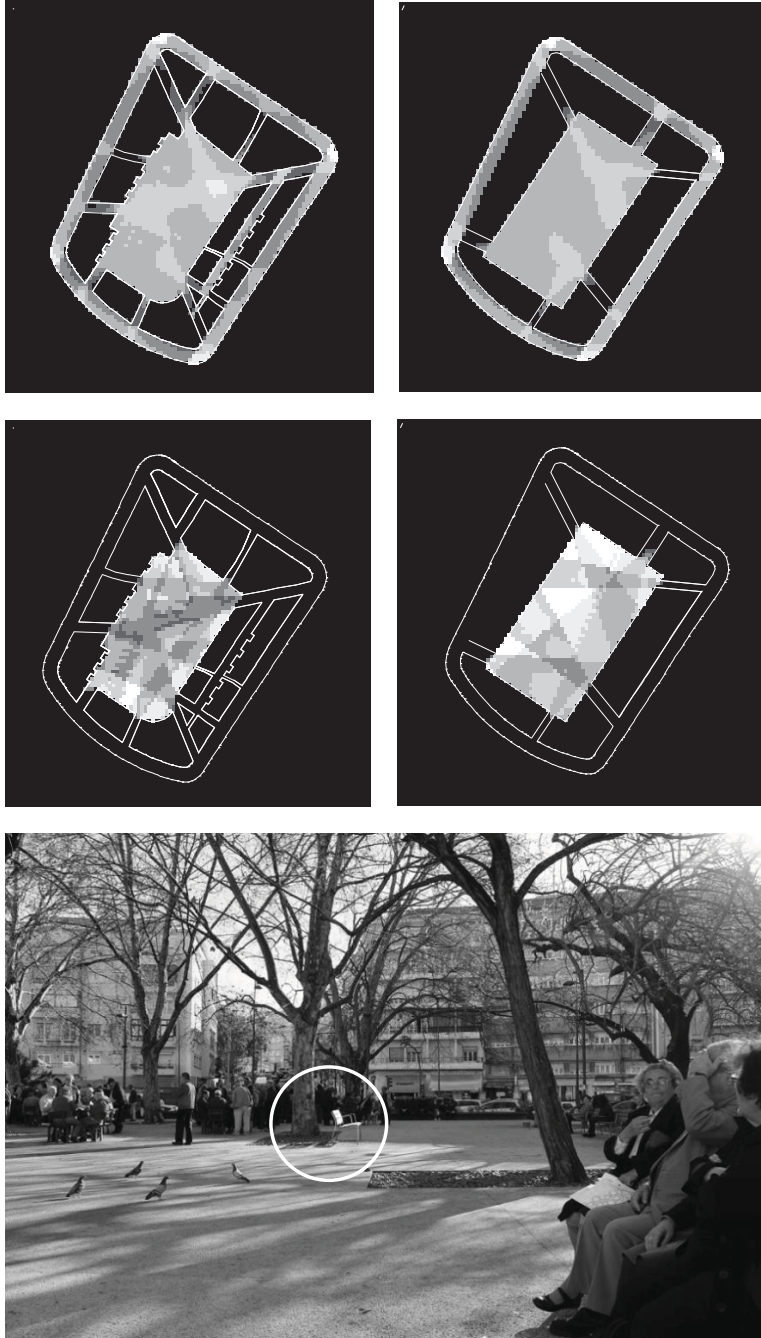


Créditos: Maria Guerreiro e Israel Guarda

É particularmente curioso o caso do banco que está sempre vazio mesmo quando a taxa de ocupação da praça é elevada (Fig. 8c). Este local é desvantajoso do ponto de vista da permanência não só porque a visibilidade é restrita - menos de 1/3 da praça mas também porque este fica bastante visível para os restantes observadores da praça.

Seria interessante desenvolver experiências neste banco, por exemplo retirando as costas, o que poderia permitir uma maior informalidade na escolha da direcção do sentar e do olhar por forma a aumentar a área de visibilidade a partir desse ponto. Um estudo mais desenvolvido sobre as isovistas neste local poderia também fornecer dados interessantes que justificariam melhor estes comportamentos e que não foi possível realizar no âmbito deste trabalho.

Figura 8. a) Áreas de Controlo e **b)** Áreas de Controlabilidade, antes e depois de 2010, com valores superiores a branco e **c)** Foto do local actual com evidência das pessoas em redor da praça, o centro vazio e o banco desocupado pela fraca visibilidade que apresenta.



Créditos: Maria Guerreiro

4. Conclusão

Nesta breve análise configuracional em que se exploraram alguns padrões espaciais verificou-se uma grande complementaridade e reforço mútuo entre as teorias de observação empírica desenvolvidas por William Whyte e as formalizações matemáticas fornecidas pelo uso do *software* Depthmap desenvolvido a partir da Lógica Social do Espaço ou Sintaxe Espacial.

Com estas análises ficou melhor comprovado o papel da acessibilidade no sucesso dos espaços públicos bem como a importância da configuração da praça na vida espacial e conseqüentemente na vida social daquele espaço.

Foram ainda apontadas as vantagens e as desvantagens das opções de desenho de reformulação da praça em 2010 bem como apontadas algumas soluções para alguns dos problemas da praça que ainda se mantêm, nomeadamente quanto às dificuldades de acesso nalguns pontos especialmente onde o eixo de integração visual apresenta os valores mais elevados.

Finalmente sugere-se que o desenho da praça e do seu mobiliário (fixo ou móvel) continue a evoluir no sentido do uso informal do espaço por forma a manter e a melhorar o grau de urbanidade entretanto alcançado.

Bibliografia

Batty, Michael. "Exploring Isovist Fields: space and shape in architectural and urban morphology". *Environment and Planning B: Planning and Design*. Pion. 2001, London, volume 28, 123 – 150. ISSN 0265-8135.

Conroy, R. *Spatial Navigation in Immersive Virtual Environments*. Dissertation Submitted to the Faculty of the Built Environment. London: University College of London, 2001. <http://discovery.ucl.ac.uk/1111/13/1111.PDF>.

Gehl, Jan. *Life Between Buildings*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987 (1971). ISBN 10: 1597268275.

Gehl, Jan. *Cities for People*. Washington D.C: Island Press, 2010. ISBN 10: 159726573X.

Hillier, B. e Hanson, Julianne. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. ISBN: 052133658.

Hillier, B., et al. "Natural movement: or configuration and attraction in urban pedestrian movement", *Environmental and Planning B: Planning and Design*. Pion. 1993, London, volume 20, 29 – 66. ISSN 0265-8135.

Holanda, F. *Espaço de Exceção*. Brasília: Editora Universidade Brasília, 2002. ISBN 85-230-0658-3.

Medeiros, V. A. S. *Urbis Brasiliae Ou sobre Cidades do Brasil. Inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas*. Tese Doutorado, Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2006. <http://hdl.handle.net/10482/1557>.

Turner, A. *Depthmap4 – A Researcher's Handbook*. London: Bartlett School of Graduate Studies, University College of London, 2004. <http://www.vr.ucl.ac.uk/depthmap/depthmap4.pdf>.

White, W. H. *The Social Life of Small Urban Spaces*. New York: Project for Public Spaces, 1980. ISBN 10: 097063241X.

OS CENTROS COSMOPOLITAS DE CULTURA: UMA NOVA TRADUÇÃO CULTURAL DA CIDADE-REGIÃO?

Paulo Castro Seixas

CAPP- ISCSP-Universidade Técnica de Lisboa
pseixas@iscsp.utl.pt

Márcia Pinto

Mestre pela UFP/Sector Criativo
marcia-pinto@hotmail.com

Resumo

Centros Cosmopolitas de Cultura (CCC) é o conceito proposto para exploração. Estes espaços transdisciplinares cruzam as artes e os seus protagonistas - criadores, intermediários e público - e têm remodelado a cultura urbana. O Contagiarte e o Maus Hábitos, na cidade do Porto, foram os nossos estudos de caso.

Palavras-chave: CCC (Centros Cosmopolitas de Cultura); Reterritorialização; Economia Cultural e Criativa; Cultura Urbana; Tradução Cultural.

Abstract

Cosmopolitan Culture Centers (CCC) is the concept for exploration. These spaces cross-cut disciplines, art and its protagonists - creators, intermediaries and public – and have reshaped the urban culture. The Contagiarte and Maus Hábitos in the city of Porto, were our case studies.

Keywords: CCC (Centers Cosmopolitan Culture); Reterritorialization; Cultural and Creative Economy; Urban Culture; Cultural Translation.

1. Introdução

O conceito de Centros Cosmopolitas de Cultura (CCC) surge como hipótese em exploração nesta investigação. Entende-se por Centros Cosmopolitas de Cultura espaços culturais sem classificação mediante a imposição de categorias, sendo lugares dedicados à transdisciplinaridade e ao cruzamento das artes e dos seus protagonistas: criadores, intermediários e público. Caracterizando-se, assim, como espaços culturais transdisciplinares e centros importantes ao nível da intermediação cultural, propõe-se, mesmo, que possam constituir um dispositivo de reterritorialização da economia da cultura e criativa e, nesse sentido uma nova tradução cultural da cidade contemporânea, enquanto região urbana polinucleada.

Apresentam-se, aqui, os resultados de uma investigação exploratória cujo objectivo foi o de conhecer o papel que estes espaços culturais transdisciplinares desempenham como intermediários culturais, assegurando a mediação entre a criação/produção e a receção/consumo da cultura, contribuindo, simultaneamente, para a formação das condições para que diversas formas de expressão cultural se apresentem no espaço público da cidade. Estes espaços têm vindo a desempenhar uma função decisiva na remodelação do ambiente cultural urbano da cidade do Porto e, nesse sentido, esta cidade serviu-nos de estudo de caso.

Nos últimos dez anos surgiram vários espaços culturais transdisciplinares no centro histórico do Porto, cuja oferta cultural proporcionou a criação de nova dinâmica cultural e contribuiu para o enriquecimento da programação cultural da cidade. O Contagiarte e o Maus Hábitos são dois excelentes exemplos desses espaços que se destacam pela sua hibrididade e diversidade cultural, lugares de encontro que fomentam a criação de novas práticas de consumo e fruição cultural e que, por sua vez, desempenham um papel fundamental ao nível da intermediação cultural (cf Fortuna e Silva, 2001; Ferreira, 2009). Partindo-se da ideia de que estes espaços culturais transdisciplinares ao exercerem a sua actividade na cidade do Porto contribuem para o crescimento da economia criativa, procura-se compreender qual o papel desempenhado pelos seus responsáveis enquanto intermediários culturais na construção de cidade, considerando-se que os programadores são os protagonistas da acção de promoção e divulgação de expressões culturais diversas estabelecendo elos de comunicação entre criadores e públicos e entre a economia da cultura e outros sectores.

No contexto desta nova era cultural e criativa, propõe-se que os Centros Cosmopolitas de Cultura configuram a reterritorialização da economia da cultura e criativa em que esta se cruza com a cidade. Assim, discutir-se-á a importância destes espaços como novas centralidades para a tradução e reconfiguração urbana/metropolitana através da criação de novas dinâmicas culturais no espaço público.

2. Economia da Experiência, Economia Cultural e Criativa e Intermediação Cultural num contexto de globalização

Num texto recente considerámos quatro modelos analíticos e de desenvolvimento urbano e territorial em Portugal nos últimos 30 anos, o modelo da Metrópole, o da Metropolização, o da Intermediação Socio-Cultural e o da Criatividade (Seixas, 2011). Os CCC são organizações que surgem no quadro de influência dos últimos dois modelos referidos e em que os territórios e as cidades sustentam o seu desenvolvimento em processos mais de *software* ou de programação imaterial do que de *hardware* ou infraestruturização material.

A análise dos CCC implica uma atenção a novos conceitos que enquadram o desenvolvimento territorial e urbano. Os conceitos de “economia da experiência” (Pine & Gilmore, 1999), como quarto paradigma que substitui a economia agrícola, industrial e a de serviços, assim como o de “economia da cultura”, que emerge, por um lado, de uma progressiva apropriação da cultura pelo capitalismo nas indústrias culturais mas, por outro lado, implica a cultura criativa como factor de produção no quadro do capitalismo avançado, ou seja, como circuito quaternário de acumulação de capital, a seguir à indústria, ao imobiliário e à produção de especialistas (Seixas, no prelo). Finalmente os processos de intermediação cultural, que sempre existiram, modificaram-se em função da globalização, tendo-se desterritorializado num primeiro momento (em que talentos globais eram contratados para atrair públicos globais) e colocando-se a hipótese de estarem em processo de reterritorialização, sendo os CCC um dos dispositivos de tais processos neste segundo momento.

A redução do espaço-tempo pelas telecomunicações e transportes, tornando mobilidade e velocidade variáveis centrais na abertura dos mercados no capitalismo avançado, implicaram novos processos e dispositivos de intermediação cultural entre produtores e consumidores a todos os níveis. E se, num primeiro momento – nas décadas de 1970 e 80-, a globalização surge como uma ameaça à dinâmica da diversidade cultural (o perigo da homogeneização), num segundo momento (claramente a partir da década de 1990) toma-se consciência da capacidade da cultura para ser uma variável independente e não apenas dependente, tendo o potencial necessário para produzir a globalização do local. É neste quadro que se desenvolveram tanto iniciativas de “destraditionalização” (sendo a corrida ao ‘novo rural’ turístico, assim como ao ‘património da humanidade’ da UNESCO bons exemplos) como de “urbanismo por formatação” (por estruturas em função de eventos como a Expo98 e a Casa da Música por exemplo) (cf Seixas, 2011). Neste quadro os intermediários socioculturais ou profissionais das terceiras culturas procuraram transformar projectos locais específicos em função de lógicas globais, quer na sua produção quer no seu consumo (talentos transnacionais em função de capitais transnacionais produziam públicos em massa transnacionais). Surge assim um novo paradigma de desenvolvimento das cidades e regiões assente na ligação da economia à cultura combinando aspectos económicos, culturais, sociais e tecnológicos de que, no contexto da globalização, resultaram fenómenos potenciadores de dinâmicas do movimento internacional de capitais, bem como, a facilidade e crescente mobilidade de talentos, assim como a mobilidade de grandes massas de públicos.

Ora os CCC, se por um lado, são uma óbvia consequência de todo este processo, por outro não se identificam com nenhum destes dispositivos de intermediação cultural expostos: destraditionalização ou urbanismo por formatação (Seixas, 2011). Pelo facto de serem organizações da sociedade civil, surgindo em lógicas de *bottom-up* e mobilizando recursos reduzidos também não se identificam com a mobilização internacional de talentos, capitais e públicos pela via dos ‘momentos mobilizadores’ que estiveram (e ainda estão em diferentes latitudes) na origem das cidades de eventos produtores de novas cidades. Propomos que, ao invés, os CCC são estruturas territoriais e urbanas culturais vivas que se inscrevem num espaço âncora e de intermediação cultural para o desenvolvimento quer de “prosumidores”, quer de “consumactores” de cultura (Cachinho, 2006). Uma proposta possível é então que os CCC se constituam como uma reterritorialização da economia da cultura. É como se após uma arritmia produzida pela globalização que desestruturou e desterritorializou capitais, talentos e públicos que pontualmente atingiram picos (a cidade dos eventos), se comesçassem a desenhar novas territorializações mais sustentáveis e resilientes da economia da experiência, cultural e criativa, e suas formas de intermediação.

3. Os Centros Cosmopolitas de Cultura como proposta

Os CCC como dispositivos de reterritorialização da economia da experiência, cultural e criativa, proposta neste texto, são função, porventura, de uma série de transições. Por um lado, a passagem de uma economia industrial a uma economia pós-industrial, associada à passagem de uma economia de base nacional ou, no máximo internacional, para uma economia global. Por

outro lado, já no quadro do capitalismo avançado, a passagem de uma conceção negativa de indústrias culturais avançada por Horkheimer em 1947 e identificada com a 'cultura de massa' por Adorno em 1962 (Horkheimer, 1979) a uma conceção central para a economia, especificamente a partir pelo governo de Tony Blair (DCMS, 1998) que levou a um frenesim em torno das indústrias culturais e criativas por todo o planeta cujos interesses requerem ainda atenção sociológica.

A conceção das indústrias culturais e criativas como processos complementares (EC, 2006) de uma economia do conhecimento, sustentada pelas novas tecnologias proposta pela Estratégia de Lisboa e o surgimento de uma série de conceitos como meio criativo, classe criativa e cidades criativas entre outros explicam uma preocupação com os processos de atração e manutenção de uma classe social mobilizadora da nova economia regional e urbana quer nos Estados Unidos quer na Europa (Florida, 2002, 2005; Howkins, 2001; 2007) no quadro da globalização. Tudo isto levou a uma corrida a 'oportunidades mobilizadoras' para a produção de eventos territoriais e urbanos na realização do desejo de eventos cosmopolitas de âmbito transnacional e, se possível, mesmo planetário. Tais processos típicos das décadas de 1990 e 2000 levaram a processos de desterritorialização de tal forma que se tornou necessário novos lugares de tradução e reterritorialização da cultura, da criatividade e da experiência. Ou seja, o que propomos aqui é que a reterritorialização é a consequência dialética da desterritorialização atingida.

Em Portugal, a análise do sector cultural e criativo e sua relevância para o desenvolvimento territorial e urbano é relativamente recente. Os principais trabalhos são o "Estudo macroeconómico: desenvolvimento de um *cluster* de indústrias criativas na região do Norte", da Fundação de Serralves (2008); o estudo sobre "O sector cultural e criativo em Portugal" de Augusto Mateus (2010); a Intelli, por sua vez, desenvolveu o primeiro estudo português de potencial criativo de uma cidade, Braga, apresentado em junho de 2010 e João Seixas e Pedro Costa (Seixas et al, 2009; Costa et al, 2009; Costa, 2012), em função do projecto de investigação Creatcity, têm trabalhado os 'bairros criativos', eventos e organizações e suas possíveis relações numa lógica comparativa (Lisboa; São Paulo; Barcelona). Uma das propostas destes investigadores é a necessidade de cooperação, articulação, deshierarquização e transversalidade face aos processos criativos (Costa, 2012).

Neste quadro podemos perguntar se os Centros Cosmopolitas de Cultura não funcionarão como uma forma de (ou uma tentativa pioneira de) múltipla intermediação cultural, exactamente pela integração vertical dos processos culturais, criando lugares de tradução de várias géneros culturais, de criação e formação de artistas e de públicos e de prossumidores e de consumactores no contexto urbano? Nos pontos seguintes, com base em dois casos (Contagiarte e Maus Hábitos), tentaremos abordar algumas destas questões de investigação ainda que através de um estudo meramente exploratório.

4. Centros Cosmopolitas de Cultura na Cidade do Porto¹⁸

4.1. A origem dos CCC na Cidade do Porto

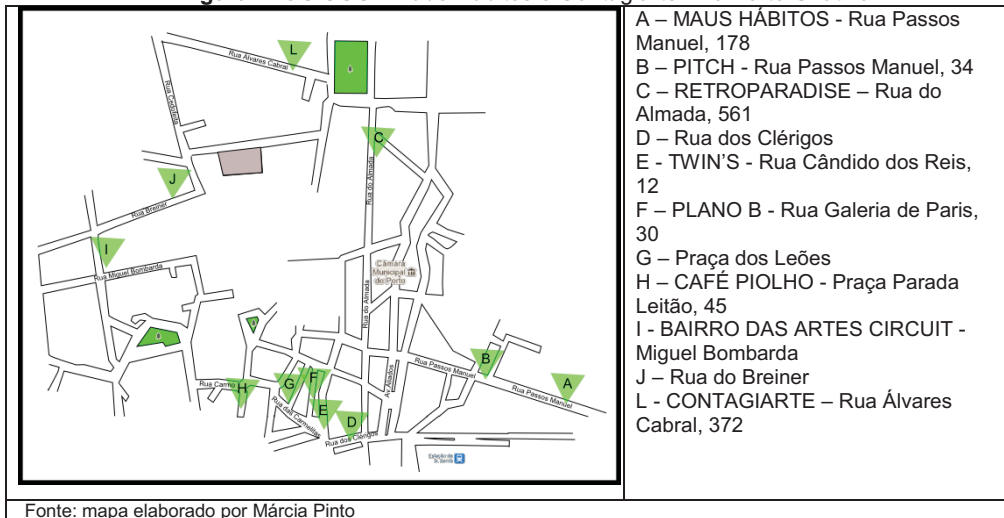
A par do grande evento da Porto 2001 aconteceram obras de renovação urbana que transformaram a baixa num "estaleiro". As praças e ruas revolvidas em pleno evento não permitiram associar o acontecimento cultural à efectiva regeneração urbana, pelo contrário, foram um entrave à recepção dos visitantes e motivo de revolta para os habitantes. Apesar de algumas intervenções ainda estarem por terminar em 2002, a cidade do Porto desde essa altura que dispõe de vários equipamentos culturais com condições espaciais para apropriações diversas e movimentos de "retorno". Esta regeneração urbana que no decorrer da Porto 2001 provocou até o encerramento de estabelecimentos comerciais, começa agora a dar frutos quer em termos económicos, quer ao nível cultural. Os novos espaços que se têm vindo a juntar ao comércio tradicional que conseguiu resistir, acarretam uma nova dinâmica económica para a cidade, e consequentemente, conquistam um lugar especial na oferta de programação cultural da cidade. Uma das razões pelo qual se dá esta transformação relaciona-se com o papel desempenhado pela Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana, cujos incentivos proporcionou a recuperação de vários quarteirões da cidade do Porto.

Se hoje olharmos para a Rua Galeria de Paris, cujo comércio característico antes das obras já é quase inexistente, deparamo-nos com uma nova dinâmica comercial. Nesta rua encontrávamos o estabelecimento Euro-Meia, O Gomes e Pestana, e a Fábrica Armazém Cunha, além destes havia a livraria Casa do Livro e o antigo Hospital Privado dos Clérigos. Deste tempo resistiram apenas o

¹⁸ O ponto 4 utiliza na íntegra texto da tese de mestrado de Márcia Clara Castro Pinto, intitulada Economia Criativa: Centros Cosmopolitas de Cultura na Cidade do Porto, orientada por Paulo Castro Seixas e apresentada na Universidade Fernando Pessoa em 2011 (Mestrado em Programação Cultural, Arte e Intervenção Social)

café Portinho e o Itaipú que tiveram de alargar o horário e adaptar-se a este novo ciclo. Isto porque a partir de 2008, os espaços que se fecharam foram ocupados por bares e cafés, nomeadamente, pelo Galeria de Paris, Café au Lait e La Bohème. A livraria Casa do Livro é substituída por um bar com o mesmo nome, e a partir de Junho de 2010, dá lugar ao Club More. No caso da Rua Cândido dos Reis, dá-se a abertura do bar Plano B e a este juntaram-se em 2008 o 3C - Clérigus Café Club e o Twins da Baixa. Em simultâneo, surgem lojas como A Vida Portuguesa, a Cooperativa Cultural Gesto, Mazzanine e Take Me conferindo um ar contemporâneo às outras lojas envolventes, como a Marques Soares, Biblioteca Musical e Coimbra Editora. Mais abaixo encontramos a Rua do Almada, cuja regeneração foi parcial e onde se reflecte um estilo comercial próprio através da venda de produtos, acessórios e vestuário vintage. Aqui somos convidados a viajar ao passado ao entrar em lojas como a Louie Louie e a Retro Paradise. Por sua vez, o “quarteirão do Piolho” constituído pela Praça dos Leões, Praça Parada Leitão e Largo do Professor Abel Salazar vê a celebração do espaço público, passando a zona interdita à circulação automóvel, conquistando praças renovadas e a criação de esplanadas que convidam à permanência e fruição do espaço público. A afluência de jovens estudantes universitários tem sido fenómeno de registo, especialmente, porque cerca de 1000 são oriundos de outras nacionalidades e têm mantido uma presença assídua nesta zona (a ‘cidade erasmus’ com renovação semestral e anual). O quarteirão de Miguel Bombarda, conhecido pelas galerias de arte, lança-se recentemente num programa de inaugurações “Simultâneas” ao sábado de dois em dois meses, reivindicando o seu público neste dia. Além desta iniciativa, inauguraram a 21 de Janeiro de 2012 o Bairro das Artes Circuit que pretende mudar a forma como todas as pessoas vivem aquela zona da baixa, transformando-a numa espécie de “nova aldeia”, com actividades tão variadas como aulas de ioga ou concertos de ópera. O “bairro” abrange sete ruas no chamado Quarteirão das Artes: Miguel Bombarda, do Breyner, da Maternidade, do Rosário, Adolfo Casais Monteiro, da Boa Nova e de D. Manuel II e o Largo da Maternidade.

Figura 1. OS CCC - Maus Hábitos e Contagiarte - no Porto Criativo



O Maus Hábitos embarcou nesta dinâmica cultural em 2001, aquando da inauguração da Porto 2001, que embora não visse os seus projectos serem contemplados na programação do grande evento, este impulsionou a sua actividade. Através do contacto com diversos artistas nacionais e internacionais foi possível apresentar uma programação autónoma e diversificada. Em 2009 vê juntar-se na mesma rua o Pitch e juntamente com o Passos Manuel promovem num sábado por mês as noites “Alta Baixa”. O Contagiarte começou por apresentar-se como associação cultural “Ácaro” em 2001, não deixando escapar a oportunidade do Porto, Capital da Cultura. No entanto, enquanto espaço aberto ao público só aparece em 2003 e, apesar de não ter visto ainda o seu quarteirão ser alvo de iniciativas de requalificação urbana, adaptou o edifício à sua missão e respectiva programação.

O Contagiarte e o Maus Hábitos são os espaços culturais transdisciplinares eleitos para este estudo, quer pela sua presença ao nível da oferta cultural, quer pela dinâmica criada enquanto intermediários socioculturais na construção de cidade.

Figura 2, 3 e 4. Rua Galeria de Paris, Maus Hábitos e Contagiarte



Foto de Márcia Pinto

Foto de Márcia Pinto

Foto de Paulo C. Seixas

Os centros Cosmopolitas de Cultura foram analisados em três dimensões: histórica, contextual e, especificamente, de Intermediação Cultural.

| | Indicadores | Contagiarte/Ácaro | Maus Hábitos |
|---------------------|--------------------------------|--|---|
| Dimensão Histórica | Ano | 2001(ass.) / 2003(Contagiarte) | 2001 |
| | Tipo de organização | Associação Cultural | Empresa |
| | Tipo de estrutura | Espaço Contagiarte, teatro e formação | Produção de eventos e conteúdos, formação e cedência de espaço para ensaios e apresentações |
| | Missão | "Mais importante do que mostrar o que se faz, é fazer participar no que se propõe" | Promoção e divulgação de jovens artistas |
| | Objectivos | Formar público | Promoção dos artistas e da arte em geral |
| | Equipa | Elementos da associação | Três elementos |
| | Indicadores | Contagiarte/Ácaro | Maus Hábitos |
| Dimensão Contextual | Política Cultural da Cidade | Sem relevância assumida | Sem relevância assumida |
| | Evento Porto 2001 | Uma oportunidade | Uma oportunidade |
| | Equipamentos Culturais | Visa colmatar a falta de espaços onde se possam apresentar projectos culturais de diversas áreas | Visa colmatar hábitos de consumo de cultura |
| | Programação Cultural da Cidade | Ausência de locais dedicados às artes performativas, teatro | Ausência de oportunidade dos artistas apresentar as suas obras |

4.2. CCC e Intermediação Cultural

| | Indicadores | Contagiarte/Ácaro | Maus Hábitos |
|------------------------|--|---|--|
| Intermediação Cultural | Competição cultural substituindo a económica | Reivindicação da originalidade na criação deste tipo de espaço; | Reivindicação da originalidade na criação deste tipo de espaço; |
| | | Identifica-se com o Maus Hábitos, entre outros; | Identifica-se com o Contagiarte, entre outros; |
| | | Estabelecimento de parcerias públicas e privadas; | Estabelecimento de parcerias públicas e privadas; |
| | | Objectivos quantitativos definidos na oferta cultural; | Objectivos quantitativos definidos na oferta cultural; |
| | | Público eclético; | Público eclético; |
| | | Recurso a redes sociais na divulgação. | Recurso a redes sociais na divulgação. |
| | | Sentimento de responsabilidade; | Sentimento de responsabilidade; |
| | | Mobilizador de públicos; | Trabalho para um público; |
| | | Recusa interferir no acto criativo; | Recusa interferir no acto criativo; |
| | Profissionais da Intermediação | Programação de acordo com o público; | Preocupação em atingir o público da programação mainstream. |
| | | Identificam-se com uma proposta artística consistente, coerente. | Recorrem ao aluguer de salas para manter o projecto; Actuam no mercado privado prestando consultoria de processos criativos. |
| | Zonas da Intermediação | A programação não obedece a critérios determinados; | A programação engloba um conjunto de profissionais; |
| | | A programação tem em conta o público-alvo; | Projectos geracionais; |
| | | Seleção das obras pela qualidade; | Seleção das obras pela qualidade; |
| | | Sinergias entre a programação do espaço Contagiarte e do Centro de Formação Cultural; | Programação visa a circulação de diferentes públicos; |
| | | Programação híbrida consciente. | Programação híbrida consciente. |

Inicialmente a cultura foi considerada como um factor de competitividade nas estratégias de desenvolvimento regional, local e urbano. No domínio do marketing territorial, a sua função passava essencialmente por captar turistas e investimento nacional e internacional. Por sua vez, a interpenetração da cultura na economia alcançou resultados cada vez mais relevantes na forma como os conteúdos culturais moldam a produção, distribuição e consumo de bens e serviços económicos. No contexto desta nova era criativa, os Centros Cosmopolitas de Cultura devem ser analisados como lugares em que a economia da cultura se cruza com a cidade. Estes espaços contribuem para a reconfiguração urbana através da criação de novas dinâmicas culturais no espaço público.

Na cidade do Porto encontramos dois Centros Cosmopolitas de Cultura: o Contagiarte e o Maus Hábitos, espaços culturais transdisciplinares de intermediação cultural. Como vimos, a origem destes projectos coincide com o ano do grande evento Porto 2001 Capital Europeia da Cultura. A visibilidade e notoriedade lançada pelo grande evento na área das artes possibilitaram a criação de uma programação cultural independente, onde a transdisciplinaridade é uma das principais características. Esta oportunidade aliada à vontade de promoção de artistas e respectivas obras fomenta a produção de projectos culturais e a divulgação dos mesmos nos CCC. Nesta altura o Maus Hábitos apresenta várias iniciativas culturais que, apesar de não estarem integradas na programação da Porto 2001, funcionam como uma programação autónoma atraindo públicos e conquistando massa crítica. Como que numa contra-corrente perante espaços culturais institucionais e com programação cultural definida por valores de serviço público, surgem os CCC com linhas orientadoras em que a “ausência” de critérios é a chave para a criação e promoção da arte e da cultura. Mas, serve principalmente para a criação de um ambiente urbano de resistência à cadeia de distribuição de cultura em massa e de combate à instrumentalização da cultura para fins unicamente económicos. Com a criação dos CCC constituem-se equipas de profissionais criativos ligados a várias áreas, domínios e contextos potenciando a criação de emprego e crescimento económico para a cidade. Estes profissionais desempenham um papel importante ao nível da intermediação cultural, cuja proximidade aos artistas os distingue como profissionais privilegiados de mediação entre a criação/produção e a recepção/consumo da cultura. Ao nível da

criação proporcionam condições técnicas, humanas e financeiras que sustentam a liberdade de produção de obras. Por outro lado, os intermediários culturais dos CCC estabelecem a ligação entre os artistas e o público criando condições para a recepção e fruição cultural da obra.

O recurso ao acolhimento artístico, entre outro tipo de projectos, apresenta-se como uma estratégia própria para que os CCC ofereçam uma programação alheia às lógicas do consumo em massa. A transdisciplinaridade com recurso a linguagens translocais resulta em espaços culturais híbridos modelando ambientes que estimulam a troca de ideias, e a valorização do espaço multicultural e cosmopolita. Como resultado de um vazio cultural nos anos seguintes ao evento Porto 2001, a Ácaro – Associação Cultural ligada especialmente ao teatro abre um espaço ao público designado por Contagiarte. Já nessa altura entenderam que as opções programáticas não deveriam ser exclusivamente dedicadas ao teatro, mas a áreas diversas como a dança, a música, as artes plásticas, entre outras. O principal objectivo dos CCC relacionam-se com a promoção da arte em geral, porém, a necessidade de formar públicos assume-se como principal missão. Neste sentido, os CCC transformam-se em lugares de experimentação e de formação cultural direccionada para artistas, mas sobretudo abertos ao público em geral. Os CCC são espaços em que o público não só usufrui enquanto espectador, aliás ele é participante e faz parte do conceito do projecto. Deste conceito dos CCC, o público emerge na experiência criativa resultando na fusão da criação e fruição cultural. É possível concluir que os CCC ocupam um papel relevante como intermediários culturais dando o seu contributo na construção de cidade e no desenvolvimento da economia criativa. A autonomia e independência na definição das linhas orientadoras de programação cultural são garantidas pelo recurso a actividades de índole comercial necessárias à sustentabilidade destes projectos. No entanto, este tipo de actividades enquadra-se na missão principal do conceito dos CCC, uma vez que, são fundamentais ao nível da captação de públicos. Os resultados desta investigação propõem a continuação da pesquisa e a realização de estudos sobre os CCC da cidade do Porto em comparação com outros projectos, nomeadamente, o Lx Factory e a Galeria Zé dos Bois em Lisboa. Podemos mesmo concluir que a intermediação cultural dos CCC, em função da sua filosofia, deveria apostar em programas culturais em rede, locais, regionais, nacionais e internacionais. Aliás, os CCC enquanto elementos centrais na cidade do Porto, encontram-se em conformidade com diversos projectos criados em Berlim e em Paris, como por exemplo, o Point Ephémère. Estes centros cosmopolitas de cultura representam o cruzamento das artes e dos seus protagonistas: criadores, intermediários e público.

4. Uma nova tradução cultural da cidade-região?

Lewis Mumford (1991) coloca a hipótese da cidade ter existido antes da cidade, em centros de reunião e convivência social de estranhos, como as aldeias, os cemitérios, os santuários, etc. Foi, porventura, a reunião desses centros num espaço específico que deu origem ao que viemos a chamar cidade. Mark Gottdiener (no prelo), por seu lado, propõe que uma 'Multi-Centered Metro Region' (MMR), ou seja, a região metropolitana polinucleada que caracteriza o século XXI, implica exactamente o centro como tematização e a tematização como mecanismo de produção de centros e competição entre centralidades. Ou seja, todos os equipamentos (residenciais, de negócios, de lazer) se apresentam como centros e a tematização é o próprio processo de produção de tais centralidades. Para Gottdiener nestas novas regiões urbanas, os centros comerciais e os aeroportos (e, por vezes, os espaços híbridos criados pela junção dos dois) competem em centralidade com o centro histórico (a city). No entanto, talvez possamos ir mais longe. Concordando com Gottdiener no sentido de afirmar que estamos perante uma nova forma urbana, será que os diferentes centros que a cidade criou na segunda metade do século XX, o centro histórico, o centro de negócios, o centro comercial, o interface ferro-rodovia-metropolitano e o centro de lazer (os parques) não se estarão a conjugar na região urbana polinucleada do século XXI? É neste quadro que queremos deixar algumas questões de investigação ainda centradas nos CCC. Não serão estes Centros Culturais – que têm a sua base em organizações específicas mas que são incompreensíveis se não se tiver em conta um contexto de centralidade cultural urbana que ajudam a criar e em que se movem e ganham sentido – o lugar de mais uma centralidade regional urbana em ação? Mas não serão mais que isso? Não serão eles uma forma de leitura dessas diferentes centralidades em conjunção? Os CCC constituem-se como lugares onde vamos passar tempo; vamos encontrarmo-nos com amigos ou com estranhos; tratamos de negócios; divertimo-nos em família; vamos comer; ver ou participar em situações artísticas... Enfim, são lugares que propõem a viagem ou o tornarmo-nos viajantes nessas inúmeras possibilidades. O facto, ainda, de proporem cada indivíduo como um "prossumidor" e um "consumactor" de cultura numa mesclagem de géneros sempre em dinâmica criativa parece colocar o indivíduo-em-

contínua-tradução num mundo-em-contínua-tradução como nova centralidade imaterial identitária e de construção da cidadania glocal.

Não serão, então, estes espaços a tradução cultural da cidade contemporânea?, já não da cidade moderna e da sua praça ao redor da qual se conjugavam as diferentes centralidades tradicionais, mas da cidade-região do século XXI na sua relação com outras cidades-regiões numa quadro de arquipélago urbano planetário. Os CCC podem bem ser uma metáfora da região urbana polinucleada e de como os diferentes centros funcionais se sobrepõem como territórios cognitivos para cada um de nós. A viagem e a tradução são metáforas centrais da segunda metade do século XX e do século XXI. Torna-se necessário traduzir e voltar a traduzir toda a diferença que produzimos. Traduzirmos ao longo da viagem é a única maneira de tentar saber para onde vamos. E, no entanto, sabemos que nos vamos perdendo cada vez que traduzimos. Por isso é preciso interesse, atenção e, ao mesmo tempo, aceitar a reserva, a simples desatenção ou a ironia. Os CCC parecem apresentar-se no quadro desse jogo e, assim, colocamos a hipótese de serem a tradução cultural de novas centralidades contemporâneas, quer imateriais e materiais: a identidade peregrina do indivíduo-em-tradução na cidade-região polinucleada no quadro de um mundo-em-tradução num arquipélago urbano planetário.

Bibliografia

- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. (1979). A Indústria Cultural. In: T. Adorno et alii. (Ed.). *Teoria da Cultura de Massas*. São Paulo, Editora Saga.
- CACHINHO, H. (2006). Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna. In Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, vol XLI, nº 81, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa
- COSTA, P.; SEIXAS, J.; OLIVEIRA, A. R. (2009) Das cidades criativas à criatividade urbana? Espaço, criatividade e governança na cidade contemporânea. In: Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, 1., 2009, Cabo Verde. Comunicação... Cabo Verde: Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, 2009.
- COSTA, P. (2012) Governança urbana, Estratégia 2020 e Crescimento Inteligente: Da retórica das cidades criativas à facilitação das dinâmicas criativas. In Fórum 2012: Governança e Gestão das Cidades à luz da Estratégia UE 2020 23 de Março, Castelo Santiago da Barra, Viana do Castelo
- DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORT (DCMS). (1998) *Creative Industries Task Force Document 1998 - 2001*. United Kingdom: DCMS, 1998.
- EUROPEAN COMMISSION. *The economy of culture in Europe*. Cidade: European Commission, 2006.
- FERREIRA, C. (2009). Intermediários Culturais e Cidade. In: Carlos Fortuna, e, Rogério Proença Leite. *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra, Edições Almedina.
- FLORIDA, R. (2002). *The Rise of the Creative Class... and How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. New York, Basic Books.
- FLORIDA, R. (2005). *Cities and the Creative Class*. London, Routledge.
- FORTUNA, C. E SILVA, A. S. (2001). A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In: B. de S. Santos(Ed.). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto. Afrontamento, pp. 409-461.
- FUNDAÇÃO DE SERRALVES (2008). *Estudo Macro-económico Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas na Região do Norte: Relatório Final*. Porto, Fundação de Serralves.
- GOTTDIENER, M. (no prelo) The New Form of Urban Space and its Architecture. In P. M. SANTOS e P. C. SEIXAS (edited by). (Forthcoming) *Metropolization, Globalization and Beyond. Europe's West Coast*. Institute of Governmental Studies, Univ of California, Berkeley
- HEELAS, P. (1996) Introduction: detraditionalization and its rivals. In: P. HEELAS; S. LASH; P. MORRIS (Ed.). *Detraditionalization: critical reflections on authority and identity at a time of uncertainty*. Oxford: Blackwell, 1996. p. 1-20.
- Howkins, J. (2007) *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas*. Published by Penguin in 2001, revised 2007.
- MUNFORD, L. (c1961. 1991). A Cidade na História. Suas Origens, Transformações e Perspectivas. São Paulo: Martins Fontes
- PINE, J.; GILMORE, J. (1999) *The Experience Economy*, Harvard Business School Press, Boston, 1999.
- Pinto, M. (2011). *Economia Criativa: Centros Cosmopolitas de Cultura na Cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

- SEIXAS, J.; COSTA, P. (2009) Das cidades criativas à criatividade urbana. Criatividade e governança na cidade contemporânea. In: Conferência Apresentada no Evento Próximo Futuro/Next Future, 1., 2009, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- SEIXAS, P. C. (2011) Urbanismo, cultura e globalização em Portugal: modelos analíticos e de desenvolvimento territorial. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), v. 3, n. 1, p. 55-75, jan./jun. 2011

RECICLAGEM URBANA. GERIR O PASSADO COMO ACTIVO ECONÓMICO-SOCIAL: UMA GEOGRAFIA AFETIVA DO TERRITÓRIO.

Paula André
ISCTE-IUL; DINÂMIA'CET-IUL
paula.andre@iscte.pt

Resumo

A comunicação "Reciclagem Urbana. Gerir o passado como activo económico-social: uma geografia afetiva do território", pretende desvendar uma cultura geográfica, através da participação cívica dos cidadãos de modo a experienciar e preservar o território, apresentando formas de revelar as novas geografias urbanas. Palavras-chave: reciclagem urbana; geografia; criatividade.

Abstract

The paper "Urban Recycling communications. Manage the past as socio-economic assets: an affective geography of the territory", intends to unveil a geographical culture through civic engagement of citizens in order to experience and preserve the territory, showing ways to reveal the new urban geographies. Key-words: urban recycling; geography; creativity.

1. Introdução

Hoje perante um tempo de patrimonialização, mais do que planear é preciso gerir. Partindo objectivamente da contemporaneidade a comunicação *Reciclagem Urbana. Gerir o passado como activo económico-social: uma geografia afetiva do território*, pretende desvendar e revelar uma cultura geográfica, através da participação cívica dos cidadãos de modo a experienciar e preservar o território, apresentando formas de revelar as novas geografias urbanas, assumindo o passado como activo económico-social. A geografia urbana contemporânea é complexa e dinâmica implicando novas formas de pensar o território e a sua reciclagem urbana, obrigando a uma visão que englobe um passado a partir do futuro. Consideramos que o território tem na geografia a origem da identidade, que a identidade da paisagem resulta das marcas na geografia, e que o conhecimento e a consciência do seu passado pode ser um activo económico e afetivo. Por isso concordamos com Manuel Castells ao salientar que "a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo" e que a "construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, e pela memória colectiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso"(Castells, 2008, 23).

2. Reciclagem Urbana; conceitos operativos

Design, resiliência, reciclagem, criatividade, sustentabilidade, e mundialização tornaram-se conceitos operativos das novas geografias urbanas, particularmente através dos estudos de Kruchen, Hopkins, Thackara, Muniz, Corboz, Florida, Carta, e Augé. A designer Lia Kruchen na sua obra *Design e Território: valorização de identidades e produtos locais* (2009), apresenta o *design* como um poderoso aliado para a valorização de identidades, territórios, e produtos através de casos de estudo realizados no Brasil, em Itália e em França. Lia Kruchen partindo do conceito francês de "terroir", promove a ligação entre o território, as pessoas e os produtos locais, entendendo-os como manifestações culturais. O permacultor Rob Hopkins iniciou e divulgou o conceito de cidade em transição (Hopkins, 2008) alertando para a necessidade da participação cívica das comunidades e estimulando a participação cívica da comunidade de Totnes para as questões relacionadas com a crise energética e a mudança climática. A sua *praxis* apoia-se em seis princípios (visão, inclusão, tomada de consciência, resiliência, envolvimento emocional e afetivo, criação de soluções críveis e adequadas) dos quais destacamos a resiliência, por se caracterizar pela capacidade de sobreviver a choques externos como a escassez do petróleo ou crises de produção de alimentos. Essa capacidade deve ser estimulada através de uma reeducação da população particularmente dos estudantes e através de iniciativas que fomentem a criação de jardins comunitários para plantação de alimentos. O filósofo inglês John Thackara em 2008 no seu projeto *City Eco Lab* refere que a descoberta, mapeamento e documentação dos recursos naturais, culturais e humanos de um território são um elemento-chave na construção da resiliência (Thackara, 2008). A partir da obra de John Hopkins *The Transition Handbook*, John Thackara desenvolve o *design* para a resiliência acrescentando-lhe a capacidade de rejuvenescer e avançando para a escala da cidade. John Thackara leva a cabo uma experiência de design sustentável centrado na alimentação na cidade de Middlesbrough (Inglaterra). Nesta cidade de 142 mil habitantes o objectivo era reduzir a distância espaço-temporal entre a produção dos

alimentos e o consumo dos mesmos. Os habitantes plantaram os seus alimentos em espaços de diferentes dimensões e escalas na cidade. Ficou comprovado como o *design* resiliente pode responder aos difíceis desafios da sociedade contemporânea assumindo-o como recriador de uma ordem primitiva. John Thackara chama a atenção para o facto da tendência da uniformização estar a mudar referindo que “a autenticidade, o contexto local e a produção local são atributos cada vez mais desejáveis nas coisas que compramos” (Thackara, 2008, 112). O filme *Lixo Extraordinário*, filmado ao longo de dois anos (Agosto de 2007 a Maio de 2009) acompanha o trabalho do artista plástico Vik Muniz num dos maiores aterros sanitários do mundo: o *Jardim Gramacho*, na periferia do Rio de Janeiro. Um grupo de catadores de materiais recicláveis é fotografado. A fotografia do catador Tião Santos, que recria a composição do quadro de Jacques Louis David *A morte de Marat* (1793) foi vendida em 2009 na casa de leilões londrina Philips de Pury por 28 mil libras. Este filme/performance e acção sobre aquele território margem reposiciona o conceito de obra de arte mas acima de tudo é exemplar do ponto de vista do carácter relacional espaço/habitante e de reciclagem urbana. O historiador de arquitetura André Corboz apresenta a sua teoria dos três P's (Produto, Processo e Projecto) aplicada ao território como operativa para o entendimento do que designa de cidade território e de território como palimpsesto (Corboz, 1983). O economista Richard Florida associou o desenvolvimento das classes criativas, com a identificação dos três T's (Tecnologia, Talento e Tolerância) assumindo-os como factores cruciais para alcançar o *ranking* das mega regiões (Florida, 2003). O arquiteto Maurizio Carta baseia a matriz da cidade criativa na teoria dos três C's (Cultura, Comunicação e Cooperação) e na articulação entre os agentes e os espaços das actividades criativas (Carta, 2007). O antropólogo Marc Augé partindo do conceito de *não lugar* teorizado por Michel de Certeau, na obra *L'Invention du quotidien* (1990), apresenta o contexto de uma sobremodernidade ou como refere um excesso de modernidade, no qual a sociedade é estruturada em torno da velocidade e do consumo, assumindo os *não lugares* como espaços de passagem sem identidade (Augé, 1992). Tal como refere António Guerreiro, depois da passagem da colonização à globalização Marc Augé considera que o mundo se urbanizou, tornando-se uma imensa cidade e que à medida que o urbano se generaliza a cidade muda, e aquilo a que se chamava centro histórico deixa de ser centro, havendo um descentramento da cidade. Segundo Marc Augé a grande cidade está em ligação com o mundo inteiro, e o centro do lar passou a estar na televisão e no computador, ou seja, a ligação ao exterior. Perante estas transmutações Marc Augé cria o conceito de *mundo-cidade* que se traduz na imagem de circulação e de redes urbanas a ligar todo o planeta. Se Marc Augé considera que essa consciência provoca em nós “mais a angústia pascalina dos espaços infinitos do que a vontade de imaginar o futuro” (Guerreiro, 2011: 37, 38), o urbanista François Ascher considera que a globalização e a aceleração dos movimentos de capitais das políticas de transferência das regulações para os mercados não fizeram senão aumentar as incertezas (Ascher, 2010: 51).

É fundamental investigar, questionar e reflectir sobre a complexa e contraditória realidade urbana contemporânea que engloba centro e periferia não havendo mais dicotomia, nem dupla realidade, mas que deve também englobar o passado no presente, ou pelo menos o conhecimento do passado no presente. Reciclar o espaço urbano não é mais sinónimo de centro histórico e a noção de património urbano deve englobar a periferia, a arquitectura corrente e o espaço banal do território urbano.

Devemos estar cientes que na contemporaneidade as geografias urbanas incluem necessariamente as periferias, porque elas são paisagem identitária. Por isso também concordamos com Nuno Portas quando refere que “um centro, um bairro histórico, se salva não só desde dentro, mas sobretudo desde fora, a partir do resto da cidade (...) o centro começa a defender-se através da periferia” (Portas, *et al.* 2003: 291). Consideramos que é necessário na contemporaneidade ler a emergência da nova geografia da cidade, analisar as novas “geografias das margens” (Campos, 2004, p.43), conhecer o organismo cidade e assumir a cidade como produtora de conhecimento. É necessário entender como pensam as cidades (Glaeser, 2011). Segundo François Ascher desde os anos setenta que o conceito de complexidade condiciona o *modus operandi* na cidade, porque a realidade não é una, e a sua unidade advém precisamente da complexidade, daí a contradição. A cidade está em contínuo processo de construção e transfiguração, e por isso concordamos com a definição de “cidade como projecto” (Ferreira, 2004: 271).

Em época de transição (Mészáros, 2008) e em época de deslocalização sem movimento (Bourdin, 2011), depois dos não lugares (Augé, 1992) e do conseqüente espaço dos *fluxus* (Castells, 1997), depois de uma arquitectura sem lugar não estaremos no tempo dos espaços sem lugar? (Muñoz, 2012). Mas como lidar com os novos espaços com a novas realidades designadas por pluralmente como cidade em rede (Dematteis), cidade genérica (Koolhaas), cidade global (Sassen), cidade

dispersa (Wall), cidade difusa (Indovina), metapolis (Ascher), *reverse city* (Viganò) ou *edge city* (Garreau). Como intervir sobre a morfologia ininterrupta e mutante, que afinal sempre existiu? Qual o valor e significado hoje do conceito *genius loci* lançado por Norberg Schulz? Defendemos a actualização e a passagem da experiência do lugar à experiência do território, através da criação do conceito *genius territorium*.

3. Revelar o Território; o passado como activo económico-social

Perante o que consideramos ser a territorialidade da geografia urbana contemporânea, pretendemos desvendar e revelar uma cultura geográfica, através da participação cívica dos cidadãos de modo a experienciar e preservar o território, apresentando formas de revelar as novas geografias urbanas, cujo principal objectivo será a reciclagem urbana.

Segundo o geógrafo Giuseppe Dematteis na encruzilhada da territorialidade urbana contemporânea, a centralidade não está no centro, mas sim na participação das redes (Dematteis, 1995). Cientes da morfologia contemporânea dos territórios *in-between*? (Sieverts, 1997) ou dos territórios *entre-soi*? (Mangin, 2004) e do desenho das novas dinâmicas do território urbano que acolheu e assumiu os territórios periféricos, entendemos que podemos e devemos intervir civicamente sobre os novos territórios urbanos.

A descaracterização da cidade-território torna necessário reciclar os seus espaços, e entendemos dever começar pela procura dos fundamentos e das raízes geográficas que deram origem aos diferentes espaços. Não se trata de espectacularização urbana, que no fundo é também uma forma de descaracterização da cidade, mas sim de educação geográfica e urbana. Vivemos no tempo da patrimonialização sem que isso signifique a cidade como entidade viva e sem que isso signifique um efectivo conhecimento da história da cidade por parte dos seus habitantes. As políticas de enobrecimento dos espaços centrais (*gentrification*) detetadas em contexto britânico por Ruth Glass, através da renovação dos residentes em bairros operários (Glass, 1964), e posteriormente caracterizadas por Neil Smith (1996), assentam em premissas de reabilitação de áreas centrais degradadas, mas na realidade, revelam acções que são suportadas por interesses imobiliários e resultam não inclusivas. O *Urban Task Force Report* (1999) deu particular destaque à renovação urbana e alertou para o facto de não se dever limitar a acção a um esforço político. A nova territorialidade e a nova ordem morfológica dos espaços fragmentados, descontínuos e heterogéneos (Viganò, 1999) obrigam a novas formas e novas acções de reciclagem do território urbano. Novas formas de ler, de actuar e de dar a ver a cidade-território.

Embora a história da cidade se revele pelas “relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado”, a verdade é que “a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas (...), cada segmento marcado, por sua vez, de arranhões, riscos, cortes e detalhes” (Calvino, 2000, 14,15). Segundo Thomas Bender a modernidade da cidade é precisamente o diálogo com o passado e “o passado deve estar presente” (Bender, 2001). Por isso consideramos que é fundamental que a cidade comunique o seu passado no seu próprio espaço. É assim primordial ler a cidade, descodificar os seus fragmentos, chamando a atenção para as particularidades da paisagem, síntese das vivências da cidade. Estar atento às mudanças da cidade não deve significar esquecer o passado; estar atento à cidade que emerge não deve significar esquecer a cidade sedimentada; estar atento aos novos eixos não deve significar esquecer os eixos estruturadores da cidade.

A cidade-território de hoje engloba imagens polarizadas (Harvey, 2004: 209) e devemos estar atentos às novas dinâmicas do olhar e da produção artística que têm por base as diferentes realidades. As áreas problemáticas ou descaracterizadas podem e devem ser objecto de olhares e de intervenções artísticas. Paul Makeham chama a atenção para a necessidade da performance urbana assumir um valor cívico, em que as intervenções artísticas assumem valores relacionais entre a cidade e os habitantes (Makeham, 2005, 158).

Assumindo que “a forma da cidade é a cartografia da sua história” (Terán, 2009, 5), e partindo objectivamente da geografia urbana contemporânea como fonte primária, usando a história no seu sentido etimológico grego, isto é, no sentido de “ver” ou “conhecer”, onde “histórias, são ditas monumentos, pelo facto de que consagram a memória dos feitos (Pinto, 2009, 117), e trabalhando sobre um passado activo, advogamos a divulgação pública dos processos de evolução da composição urbana para desvendar e revelar a geografia urbana.

Conscientes de que a história é sempre uma visão contemporânea do passado, e assumindo a cidade como produtora de conhecimento, propomos a envolvimento dos cidadãos no longo processo de ordenamento do território, assumindo-os como parceiros, no sentido de uma prática participada de reciclagem urbana, que conduza a uma geografia afetiva do território.

4. Patrick Geddes, *Civics* e *Index Museum*

O biólogo e urbanista Patrick Geddes, representante do movimento britânico *Town Planning*, precursor do planeamento regional e seguidor da *Théorie Social* e da *École des Voyages* de Le Play, procurou fomentar o valor cívico urbano do habitante através de exercícios do olhar sobre o território e de mostras urbanas, criando o conceito de *civics*. Para Patrick Geddes “a planificação urbana é também um exercício de cidadania, um exercício cívico, que deve mobilizar a população previamente sensibilizada” (Emelianoff, 2000-2001: 87), através da realização de exposições, da organização de museus, e de políticas de instrução cívica para todas as idades. Influenciado pelos inquéritos da Escola de Le Play, nomeadamente os inquéritos ao território, Patrick Geddes constrói um *corpus* documental simultaneamente retrospectivo e prospectivo, essencialmente visual e gráfico. Este manancial de conhecimento segundo Geddes devia ser exibido num espaço que estabelecesse “uma função de mediação entre o indivíduo e o seu meio urbano, social e geográfico” (Chabard, 2008: 112). Com esse objetivo Patrick Geddes em 1892 compra em Edinburg uma torre que já tinha funcionado como observatório, e transforma-a na *Outlook Tower*, um observatório cívico, concebido também como um museu vivo da cidade. Na *Outlook Tower*, “ponto de referência para a educação da consciência cívica” (Sica, 1981: 33), a visita iniciava-se pelo topo, pela cúpula, onde estava instalada a câmara escura, que ensinava a ver, podendo-se avistar toda a região; de seguida descia-se para o terraço, a partir do qual eram permitidos diversos pontos de vista, que instigavam a um estudo mais minucioso; os diversos pisos que se desciam davam a conhecer diversas cidades do mundo revelando o seu desenvolvimento urbanístico. Patrick Geddes neste *Index Museum*, que era simultaneamente uma enciclopédia gráfica do mundo e um *Centro de Estudos Regionais*, promovia no verão encontros nos quais participaram os geógrafos Piotr Kropotkin, Élisée Réclus e Edmond Desmolin. Patrick Geddes encantado com as grandes exposições universais, considerando-as como “formidáveis ferramentas de educação e de emancipação popular” organiza em 1900 na *Exposition Universelle de Paris*, uma *Mostra Urbanística* e uma *Escola de Verão (École Internationale de l'Exposition)*, na qual em três meses proferiu cerca de 40 conferências. Geddes entendia que era necessário para além do conhecimento histórico captar as tendências coevas, captar os fenómenos em marcha. Nesse sentido em 1911 organiza a *Cities and Town Planning Exhibition*, uma exposição itinerante de urbanismo para a qual contou com a colaboração de Raymond Unwin, Thomas Adams, John Burns entre outros e onde se pretendia *ex-ponere* a “evolução das cidades como um lento processo cívico, envolvendo todo o território regional como todos os seus habitantes e suas actividades” (Chabard, 2008: 78, 112). Partindo destes fundamentos teóricos e destas experiências de Patrick Geddes entendemos que as novas geografias urbanas podem e devem ser palco de mostras urbanísticas quer por via da exibição de maquetes públicas, fotografias de grande formato, quer ainda pela produção de instalações, performances, representações teatrais, ou mesmo através do *design* de comunicação e do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, apelando a uma participação cívica dos cidadãos que construa laços afetivos com o território.

5. Considerações Finais

É fundamental que a cidade-território comunique os seus múltiplos passados arquitectónicos e morfológicos, materializados nos diferentes tempos, que comunique as suas vidas e também os seus desejos, e que o faça no seu próprio território. É crucial assumir as cidades como laboratórios da geografia e do imaginário social, como *locus* das práticas de *civics* de acordo com o conceito atribuído por Patrick Geddes, criando identidades no novo código do território urbano. É necessário estimular e promover o debate e a troca de informação, para uma eficaz reciclagem urbana e muito particularmente para fomentar acções que envolvam processos de educação urbana. Finalmente consideramos que habitantes informados são cidadãos com direito a participar nas políticas de transformação do espaço urbano, e que a geografia perpassa o seu carácter, para lá das intervenções da arquitectura e do urbanismo, sendo essa a sua força e a sua modernidade.

Bibliografia

ANDRÉ, Paula. Começar pelo Chão. GOMES, J. F. Silva [et. al.], *CLME'2011-III CEM, 6º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia – 3º Congresso de Engenharia de Moçambique*. Porto: FEUP – FEUEM – OE, Edições INEGI, 2011.

ANDRÉ, Paula. Reabilitação Participada do Território Urbano: Centro e Periferia. *PLURIS 2012. Planeamento Urbano Regional Integrado e Sustentável. Reabilitar o Urbano*. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, 2012.

- ASCHER, F. *Novos Princípios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- AUGÉ, M. *Non-Lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Le Seuil, 1992.
- BENDER, Thomas. *The unfinished city. New York and the Metropolitan Idea*. New York: The New Press, 2001.
- BOURDIN, A. *O urbanismo depois da crise*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.
- CALVINO, I. *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema, 1999.
- CAMPOS, M. *Vazios Operativos da Cidade. Territórios interurbanos na Grande Vitória*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese Doutorado, 2004.
- CARTA, M. *Creative City, Dynamics, Innovations, Action*. Barcelona: Laboratorio Internazionale Editoriale, 2007.
- CASTELLS, M. *La sociedad red. La era de la información: economía, sociedad y cultura*, (Vol.1), Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CERTEAU, M. *L'invention du Quotidien*. Paris: Gallimard, 1990.
- CHABARD, P. *Exposer la ville. Patrick Geddes (1854-1932) et le Town planning movement*, (2 vols.), Paris: Université Paris 8 – Vincennes-Saint Denis, These Doctorale, 2008.
- CORBOZ, A. El território como Palimpsesto, in A. M. Ramos (eds.) *Lo Urbano en 20 Autores Contemporaneos*, Barcelona: Ediciones UPC, 1983.
- DEMATTEIS, G. *Progetto Implicito. Il contributo de la geografia umana alle scienze del territorio*. Milano: Franco Angeli, 1995.
- DRUCKER, Peter. *The Landmarks of Tomorrow: a report on the post-modern world*. New York: Harper & Row, 1959.
- EMELIANOFF, C. L'écologie urbaine entre science et urbanisme, *Quaderni*, (43), 2000-2001. 85-99.
- FLORIDA, R. *The Rise of the Creative Class*. London: Routledge, 2003.
- GLAESER, E. *El triunfo de las ciudades*. Madrid: Taurus, 2011.
- GLASS, R. *London: aspects of change*. London: MacGibbon & Kee, 1964.
- GUERREIRO, A. Marc Augé, *Atual, Expresso*, Lisboa, (23 Julho), 2011, 36-38.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HOPKINS, Rob. *The Transition Handbook: from oil dependency to local resilience*. London: Green Book, 2008.
- KRUCHEN, Lia. Design e Território: valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: EDUSP, 2009.
- MAKEHAM, Paul. Performing the city. *Theatre Reserche International*. Vol. 30, nº 2, Julho, 2005.
- MANGIN, D. *La Ville Franchisée. Formes et Structures de la Ville Contemporaine*. Paris: éditions de la Villette, 2004.
- MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico, *Política e Sociedade*, (13), 2008, 17-33.
- MUÑOZ, F. *Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.
- PINTO, Luciano César Garcia. A Cidade Etimologizada : os sentidos acerca do espaço urbano nas Etymologiae de Isidoro de Sevilha. *Archai*, Brasília, n.3, Julho, 2009.
- PORTAS, N., DOMINGUES, Á., CABRAL, J. (eds.) *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidade*. Lisboa: F.C.G., 2003.
- SICA, P. *Historia del Urbanismo. El siglo XX*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.
- SIEVERTS, T. *Cities Without Cities. An Interpretation of the Zwischenstadt*. London: Spon Press, 1997.
- SMITH, N. *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. London: Routledge, 1996.
- THACKARA, John. *Plano B: o design e as alternativas viáveis em um mundo complexo*. São Paulo: Saraiva: Versar, 2008.
- TERÁN, Fernando de. *El pasado activo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Akal, 2009.
- URBAN Task Force Report Towards an Urban Renaissance. London: E & FN Spon, Routledge, 1999.
- VIGANÒ, P. *La Città Elementare*. Milano: Skira Editores, 1999.

Webgrafia

- ANDRÉ, Paula. Construção da Memória dos Vazios Úteis da Cidade. Conhecer para Divulgar e Divulgar para Revelar. *Seminário Espaços Urbanos – Vazios Úteis*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2007.http://seu2007.saau.iscte.pt/Actas/Actas_SEU2007_files/Paula_Andre2.pdf

ANDRÉ, Paula. Making Public the Public Space. *Public Art Observatory. Waterfronts of Art III. Public Art & Urban Design: Interdisciplinary and Social Perspectives*. Barcelona, (2003).
<http://www.ub.edu/escult/Water/water04/articulos/andre.pdf>
LIXO Extraordinário. <http://www.lixoextraordinario.net/filme-sinopse.php>
THACKARA, John, http://doorsofperception.com/archives/2008/12/design_opportun.php

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E EXPANSÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN – BRASIL

Rita de Cássia da Conceição Gomes

Professora dos Programas de Pós- graduação em Geografia e em Ciências Sociais da UFRN.

Maria Cristina Paiva

Mestranda do Programa de Pós- graduação em Geografia da UFRN.

Resumo

Considerando que não podemos viver sem ocupar lugar no espaço e que, o ato de morar é uma das formas de manifestação de ocupação desse espaço podemos dizer então que a moradia tem em si, um conteúdo político, social, econômico e principalmente espacial. Nessa espacialidade, podemos observar características diversas da habitação e de formas espaciais e, portanto uma produção diferenciada da cidade. Orientado por esse pensamento, o trabalho apresentado analisa, com base em documentos e pesquisa de campo, o Programa Minha Casa Minha Vida direcionado para as populações de baixa renda e o seu papel no processo de expansão urbana na região Metropolitana de Natal (RMN) que, segundo (BENTES et.al., 2009) apresenta problemas para o seu desenvolvimento, principalmente do ponto de vista social, sendo a pobreza e a exclusão características marcantes dos municípios que a compõem. Outro aspecto importante para a compreensão do tema abordado é o grau de integração entre os municípios metropolitanos. Isso porque, a produção do espaço urbano nos demais municípios metropolitanos assume clara dependência da dinâmica de crescimento acelerado e desordenado da metrópole, Natal. Esse é um fator determinante para entendermos a expansão do mercado imobiliário e a seletividade intrínseca a esse processo, tornando o acesso à moradia algo cada vez mais distante, entendido esse não apenas como o acesso à habitação em si, mas sim, às demais condições que envolvem o direito à moradia, e que não são observados pelo Estado ao formular políticas públicas voltadas à população pobre. Partindo do exposto, o argumento condutor da análise é de que a política habitacional brasileira, desencadeada a partir dos anos de 1980, não é uma decorrência somente do déficit habitacional existente, mas se constituiu, também, numa resposta do Estado ao capital e a interesses externos, bem como serviu de instrumento de controle econômico e político, uma vez que contribuiu para amenizar os conflitos pela posse do solo urbano. E, sendo assim, o PMCMV, se apresenta com duplo objetivo: atender à demanda da casa própria pela população de baixa renda e aquecer o mercado imobiliário da RMN. Embora esse programa se manifeste como uma ação positiva do Estado ao cumprir a sua função social, várias consequências de cariz negativa resultam de sua implementação, como a ampliação dos espaços urbanos, e, por conseguinte a dispersão das cidades, que dentre outros problemas provoca o aumento do consumo do solo e de energia. Enquanto Natal não possui nenhum condomínio do PMCMV destinado à população de interesse social, em Parnamirim, município que apresenta maior grau de integração com Natal, encontra-se o maior número de empreendimentos para a população de baixa renda. Diante dessa realidade, fica a constatação de que a metrópole praticamente se ausenta do dever de garantir o direito à habitação popular, ficando a cargo dos municípios vizinhos essa função, o que reforça ainda mais o processo de desigualdade socioespacial existente entre os municípios que compõem a Região metropolitana de Natal.

Palavras-chave: política pública – planejamento urbano – habitação social – Estado – desigualdade socioespacial

Abstract

Assuming that we can't live without taking place in space and that the act of living is one of the manifestations of occupation of this space, then we can say that housing is in itself a political content, social, economic and especially space. In this spatiality, we can observe several characteristics of housing and spatial forms and therefore a differentiated production of city. With that thought, the presented article analyzes, based on documents and field research, the My Home My Life Program, targeted for low-income populations and their role in the process of urban sprawl in the Metropolitan Region of Natal (RMN). This region presents problems for its development, especially in social terms, where poverty and exclusion, hallmarks of the municipalities that comprise it, second (Clementino, 2009). Another important aspect to the understanding of the subject is the degree of integration between the metropolitan municipalities. This is because the production of urban space in other metropolitan municipalities assumes clear dependence of the accelerated and disordered of Metropolitan Region of Natal. This is a determinant point to understand the expansion of the housing market, and the intrinsic selectivity of this process, making access to housing something increasingly distant. This access isn't only the access to housing itself, but, other conditions involving the right to housing, and which are not observed by the State to formulate public policies aimed at the poor. Based on that, the argument conductor of the analysis is that the Brazilian housing policy triggered from the 1980s, is not only a consequence of existing housing deficit, but it was also a state's response to capital, and outside interests. That policy served as an instrument of economic and political control since helped to mitigate the conflicts for possession of urban land. Thereby, the PMCMV, presenting dual purpose: to meet the demand of home ownership by low-income and heat the housing market of NMR. Although this program is manifested as a positive action of the state to fulfill its social role, its implementation has several negative consequences. For

example, the expansion of urban areas, and therefore the spread of cities, causes increased consumption of energy and soil, as well as disruption of the surrounding systems, among other problems. Parnamirim, municipality that has a higher degree of integration with Natal, presents the largest number of projects for people of low income, while Natal doesn't have any condo PMCMV for the population of social interest. Given this reality, observed that the metropolis virtually absent of its duty to guarantee the right to housing, leaving it to the neighboring cities that function. Therefore, the process of socio-spatial inequality between municipalities that integrates the metropolitan region of Natal is reinforced.

Keywords: public policy - urban planning – social housing - State - sociospatial inequality

1. A questão da moradia no Brasil e a política habitacional

A constituição do Brasil urbano, hoje existente, tem início a partir de 1950. No entanto, é somente a partir dos anos de 1960 que, diante o aguçamento do problema da moradia, foi instituída uma política habitacional demarcada pela criação do Banco Nacional de habitação – BNH e do Sistema Financeiro de Habitação - SFH. Até então, a política habitacional existente caracterizava-se pela aquisição da casa própria, que se dava por meio da oferta de crédito imobiliário pelas Caixas Econômicas e pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) ou por bancos incorporadores imobiliários. Em 1946, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra foi criada a Fundação da Casa Popular.

A criação do Sistema Financeiro de Habitação juntamente com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH) tinha por objetivo maior solucionar o problema da moradia que fora desencadeado a partir da forte migração campo cidade que passou a ocorrer após os anos de 1960 e se aprofundou ainda mais a partir de 1970, quando o Brasil deixou de ser um país rural para ser um país eminentemente urbano. Sendo assim, tanto o SFH como o BNH tinha por missão “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda”.

O aporte inicial de um bilhão de cruzeiros antigos, e mais um crescimento garantido pela arrecadação compulsória de 1% da folha de salários sujeitos à Consolidação das Leis Trabalhistas do país, sinalizavam para a importância da habitação popular na pauta das ações governamentais, sendo essa aumentada a partir de 1967, quando, no governo de Costa e Silva, o BNH recebe a gestão dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sendo implementado o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos. Tais ações ampliaram de forma significativa o capital do BNH, passando esse a ser uma das mais importantes instituições financeiras do país e a maior instituição mundial voltada especificamente para o problema da habitação. No Brasil, o BNH passou a ser a segunda maior instituição financeira do país, ficando atrás somente do Banco do Brasil.

Com um ativo superior a 30 bilhões de cruzeiros, o BNH teria *a priori* totais condições de ser o grande impulsionador da superação do déficit habitacional brasileiro durante a ditadura militar, fato esse que não aconteceu. Nesse sentido, a cada ano que passava, o país se urbanizava ainda mais e os problemas urbanos aumentavam, dentre eles o da moradia que se apresentava cada vez mais expressivo, uma vez que as populações improvisavam a sua moradia, construindo barracos nos espaços “vazios” das cidades dando origem, dessa forma as denominadas favelas.

Diante dessa ineficácia da política habitacional brasileira asseveramos que a sua compreensão envolve, também, a compreensão das formas de inserção do Brasil no contexto do desenvolvimento econômico mundial, que se expressa pela expansão do capital. Dessa forma, não podemos efetivar uma leitura da política habitacional brasileira que emergiu, principalmente a partir dos anos 1960 como uma preocupação do estado brasileiro centrada no problema da moradia que se agravava com o rápido movimento migratório que se desencadeou pós-64, mas sim, como uma resposta do Estado ao capital e aos interesses externos, ao mesmo tempo em que serviu de instrumento de controle econômico e político, auxiliando, em certos momentos, na amenização dos conflitos pela posse do solo urbano.

A ineficácia do BNH certamente está associada ao fato de que a sua própria lógica estava voltada para transmitir as suas funções para a iniciativa privada. O banco arrecadava os recursos financeiros e em seguida os transferia para os agentes privados intermediários que elaboravam os planos urbanísticos municipais, sendo essa elaboração paga com recursos obtidos por meio de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Outra forma de transferência ocorria por meio as cobranças das prestações devidas que estavam a cargo de agentes privados, companhias habitacionais, iniciadores, sociedades de crédito imobiliário, entre outros, que retinham parte dos juros, e ainda mantinham os recursos financeiros oriundos das prestações durante um ano antes de o devolverem ao BNH.

Desse modo, tanto o BNH como SFH tornaram-se agentes eficazes no processo de reprodução do capital, em especial o imobiliário, e na dinamização da economia nacional, mas não foram

capazes de solucionar o problema central inerente a criação de ambos que era a falta de moradia, principalmente das populações de baixa renda.

Diante dessa realidade o problema da moradia ainda se faz presente nas cidades brasileiras, uma vez que o déficit habitacional ainda é muito elevado. É o que nos mostra os dados apresentados pelo Ministério das Cidades segundo o qual o déficit habitacional do Brasil em Julho de 2010 era de 5, 6 milhões de unidades habitacionais. Desses, 83 % se davam na área urbana, correspondendo a 4,6 milhões e 17% na área rural, demonstrando, assim o esvaziamento do campo que se contrapõe ao intenso processo de urbanização. É importante ressaltar que o déficit habitacional se diferencia no conjunto de região para região, sendo as regiões Norte, Nordeste e sudeste aquelas que apresentam os maiores índices, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1. Brasil – déficit habitacional por regiões

| Brasil | NORTE | NORDESTE | SUL | SUDESTE | CENTRO-OESTE |
|------------------------------------|--------------|-----------------|------------|----------------|---------------------|
| 5,6 Milhões de Unid. Habitacionais | 10 % | 35,1 % | 0,5 % | 36,9 % | 7,5 % |

Fonte: Ministério das cidades, 2010.

Os dados são bastante reveladores da situação em que se encontra a problemática da moradia no Brasil. No entanto é importante ressaltar que as regiões Nordeste e Sudeste são as que apresentam maiores déficits. No caso do Nordeste, sabemos que a falta de moradia se dá em virtude da grande desigualdade social existente. Já a região Sudeste possui um número bastante elevado de favelas, decorrente do acelerado processo de urbanização promovido pela intensiva migração que ocorre em direção a essa região, merecendo destaque as áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Esse processo de urbanização, desencadeado de início nas principais cidades brasileiras, especialmente as grandes e médias e na atualidade em todas as cidades independente da dimensão, passou a requisitar uma série de serviços e equipamentos que se colocavam na pauta de reivindicação da população que deixou o campo para morar na cidade. Nesse interim está presente a questão do déficit de moradia.

Entender a questão da moradia na sociedade capitalista significa desvendar também as contradições inerentes ao seu acesso. Tal entendimento deve, antes de tudo, procurar desvendar o significado da terra, isto é um bem natural que não pode ser reproduzido e, assim sendo, não pode ser criado pelo trabalho. Portanto, o fato de alguém trabalhar na terra não significa dizer que vai produzi-la, isto porque as edificações sobre a terra são produtos do trabalho, mas a própria terra não o é. Para Tolosa (1977, p.16-17):

[...] na sociedade capitalista a terra é, também, uma espécie de capital, que está se valorizando. É na verdade um falso capital, porque é um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva, investe-se capital – dinheiro em terra e espera-se a sua valorização.

Portanto, devemos pensar a terra como um equivalente de capital, que se valoriza sem trabalho, sem uso. A terra além de uma falsa mercadoria, também se apresenta como um falso capital. A valorização da terra acontece graças a sua monopolização do acesso a um bem de extrema necessidade á sobrevivência, que diante da realidade capitalista torna-se caro e escasso (TOLOSA, 1977).

Diferentemente do mercado de compra e venda de outras mercadorias, no mercado de terras, a lei da oferta e da procura não funciona da mesma forma. Na expansão do perímetro urbano ou loteamentos de glebas, o preço da terra, no geral, aumenta e não diminui. Isso porque, essas novas áreas que são incorporadas nem sempre contam com uma infraestrutura básica. Tal fato gera uma ampliação do valor nos terrenos que já estão disponíveis e que, por sua vez se encontram em áreas que já possuem essa infraestrutura, sendo o preço da terra definido segundo a localização dos terrenos. Diante dessa realidade o preço da terra enquanto mercadoria sem valor constitui uma renda, ou seja, parte do valor de troca que se destina ao proprietário. A renda se constitui num tributo que se paga ao proprietário da terra e que resulta do monopólio da terra por uma classe ou fração de classe.

Assim, solucionar o problema da moradia no Brasil ou em qualquer país de economia capitalista subdesenvolvida, não se constitui numa tarefa fácil. Isso porque, a terra, mesmo não sendo uma

mercadoria produzida socialmente, tem um preço e confere ao seu dono o direito de auferir uma renda pelo fato da sua posse. Para se produzir uma casa para morar é necessário, antes de tudo, que se tenha a propriedade do solo. Não pode ser ignorado que, em virtude da sua condição de mercadoria, a terra passa a ser monopolizada por aqueles que têm dinheiro para comprá-la.

O estado brasileiro tem sido um importante agente nesse processo de produção, uma vez que promove a distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos que são indispensáveis à reprodução da vida nas cidades, especialmente nas grandes cidades de modo que a produção da cidade se dá de forma social. Na contramão disso a sua apropriação acontece de forma individual. E o poder político é chamado para exercer um papel extremamente ativo nessa produção. É nesse sentido que o Estado brasileiro tem se colocado diante o problema da moradia, se apresentando como um importante agente produtor e consumidor do espaço, através de investimentos e implementação de infraestruturas urbanas, criando mecanismos de créditos para financiamento de habitações e estabelecendo normas regulamentares do uso do solo. A nosso ver, não se pode negar que a atuação do Estado acontece de forma conflitante, uma vez que sua intervenção sempre está a privilegiar as classes mais favorecidas, o que reforça a sua participação no “processo de acumulação, funcionando como elemento de valorização do capital” (MELLO, *apud* FRANÇA, 1997, p.1).

Fazendo uma matriz de temporalidade da intervenção do estado brasileiro no que se refere à habitação podem ser destacadas as seguintes ações:

a) na década de 30 o Estado brasileiro assume a responsabilidade da produção e oferta de casas populares, com a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs, sendo o atendimento dispensado, principalmente aos associados.

b) em 1964 foram criados o BNH e o Sistema Financeiro de Habitação;

c) a criação em agosto de 1964 do Sistema Federal de Habitação e Urbanismo – Serfhau, órgão responsável pela elaboração e coordenação política nacional no campo do planejamento local.

Estes órgãos tinham por pressuposto dar conta da política habitacional brasileira, perseguindo os seguintes objetivos: coordenar a política habitacional dos órgãos públicos; orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria, propiciando a melhoria do padrão habitacional do ambiente; eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção civil e estimular a poupança privada e o investimento (RODRIGUES, 1989).

A ação do BNH não se limitou apenas à habitação, atuou, também, no setor de desenvolvimento urbano, sendo considerado como um dos mais expressivos agentes financeiros do processo de desenvolvimento urbano. Esse banco financiou obras de infraestrutura urbana, melhorou o sistema viário e pavimentou das cidades, bem como a rede de energia elétrica, de transportes e de comunicação além de incentivar a educação e cultura, serviços públicos, dentre outros. Podemos então afirmar que o BNH foi um importante promotor das transformações urbanas no Brasil.

O Sistema Financeiro de Habitação - SFH, gerenciado pelo BNH, foi de fato um instrumento oficial através do qual se estabeleceram as condições para a capitalização das empresas ligadas à construção civil, além de permitir a estruturação de uma rede de agentes financeiros privados, realizando, assim, o financiamento da produção.

Para muitos estudiosos, a primeira fase do planejamento urbano brasileiro se dá paralelo à atuação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - Serfhau, que tinha por meta básica promover a elaboração e a implantação de planos de desenvolvimento local e integrado, de acordo com o planejamento nacional e regional e, ainda, colaborar com os governos municipais na execução do planejamento local e integrado, inclusive na organização de serviços de natureza municipal, assistindo-os em assuntos de seu interesse, como a realização de estudos relacionados com a radicação de população e as migrações internas.

É com a criação desses órgãos, a partir do final dos anos de 1960, que o Estado brasileiro passa a exercer de forma mais efetiva sobre o espaço urbano, criando um aparato institucional voltado para a reprodução do espaço urbano.

A política habitacional tem que ser vista como uma forma encontrada pelo capital, sob a égide do Estado, de imprimir ao espaço urbano uma valorização. A sua ocorrência promoveu o aumento em demasia do preço da terra e dos impostos. Desse modo, parte daqueles que lutaram por esta transformação são, pela impossibilidade de pagar estas taxas, empurrados para longe, para recomeçar a produção social da cidade em outro lugar e mais uma vez vão propiciar a expropriação de renda que é feita por uma pequena parcela da sociedade na qual a grande massa da população não está incluída.

Os incorporadores imobiliários, isto é as empresas que individualmente ou associadas aos proprietários de terra, devem lotear glebas para o uso habitacional, obedecendo, portanto, a legislação em vigor. No entanto, nem sempre os loteamentos são efetuados por tais empresas. Em diversas ocasiões, parte da população, que fora excluída não apenas do processo de moradia, mas de diversos outros processos, produzem a cidade de maneira clandestina, sendo a autoconstrução a alternativa encontrada por essa população para suprir a demanda pela moradia. A autoconstrução tem sido o caminho encontrado pela maioria da população brasileira, residente nas grandes cidades, para resolver o problema da habitação. Trata-se de um processo bastante demorado, uma vez que acontece a partir da utilização do tempo livre da família, como seja: os finais de semana e os períodos de férias. Assim, o ritmo da autoconstrução persegue o ritmo do tempo livre do trabalhador, bem como a disponibilidade de dinheiro dos integrantes do grupo familiar, resultantes dos extras do grupo familiar como: o terço de férias e o décimo terceiro salário.

Desse modo, o sobre-trabalho é um elemento de grande significado no processo de autoconstrução, contribuindo para que a moradia não faça parte do cômputo do salário. Ou seja, esta realidade nos mostra que “o tempo de trabalho para auto- construir não é calculado monetariamente, não entra no cômputo do salário, mas faz parte do tempo de trabalho necessário para garantia de abrigo, faz parte do tempo de descanso que é usado para o trabalho e também do desgaste do trabalhador, e da super-exploração da força de trabalho.” (RODRIGUES, 1989, p.32). Para os mais pobres a autoconstrução torna-se uma alternativa viável, uma vez que a mão-de-obra não entra nos custos de produção.

Fica patente que a autoconstrução tem sido uma alternativa frequentemente utilizada pelo trabalhador, como forma de “resolver” um dos mais cruciais problemas familiar que é ter onde morar. “Ao produzir casas em lugares sem infraestrutura alguma e com um sobre-trabalho individual, a autoconstrução reproduz as condições gerais de reprodução do espaço urbano, definindo e redefinindo o lugar de cada um na cidade.” (Rodrigues, 1989, p.34). O que mais nos chama a atenção é o fato de que o próprio Estado brasileiro incentivou a autoconstrução através da implementação de programas como: João de Barro; Aliança para o progresso, Multirão-autoconstrução.

Desse modo, emerge com grande intensidade as chamadas áreas clandestinas, onde predominam as favelas, os cortiços e as vilas, com nenhuma condição de moradia, fazendo surgir uma enorme quantidade de moradias subnormais que passa a ser ocupada pela população de baixa renda.

Nos primeiros anos de atuação do BNH a política habitacional foi direcionada para atender à demanda das classes menos favorecidas. Por volta do ano de 1975, os segmentos populares foram relegados a um segundo plano, pois a política habitacional direcionou os existentes para atender à classe média. Desse modo, ficou evidente que a quantidade de moradias inseridas na proposta do Estado de atendimento ao interesse social não correspondeu às expectativas.

No intervalo temporal 1970 a 1980 os recursos do BNH ficaram escassos, tendo em vista, principalmente a inadimplência dos mutuários já contemplados com a casa própria e a diminuição dos recursos oriundos do FGTS, mediante o aumento do desemprego e a retirada dos fundos por parte dos trabalhadores que ficaram desempregados. A partir de 1986, quando ocorreu a extinção do BNH, a Caixa Econômica Federal - CEF ficou com a atribuição de desenvolver a política habitacional do país.

Com a extinção do BNH, o sistema habitacional brasileiro passou a vivenciar intensas crises, resultando num elevado endividamento do sistema financeiro de habitação, sem falar na incapacidade de implementação de novos projetos. As crises foram originadas, principalmente da inadimplência dos mutuários, tendo em vista o aumento crescente das prestações, o que não era acompanhado pela política salarial. Nesse contexto, houve uma paralisação na política habitacional, ficando esta limitada às secretarias e ministérios que ao longo de vários governos foram criados.

A Constituição de 1988 ao incluir o capítulo da política urbana, garantiu um respaldo legal importante no que se refere ao planejamento e gestão urbanos. Trata-se dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal que estabelecem a gestão da política urbana brasileira. No entanto, essa garantia legal não foi suficiente para a efetiva justiça social e a gestão democrática nas cidades.

No governo de Collor de Melo, com uma orientação voltada para o neoliberalismo, a política habitacional foi severamente comprometida, tendo em vista o confisco das Cadernetas de Poupança, além da estagnação na poupança e no FGTS. O Estado reduz sua participação no mercado de terras, dificultando, ainda mais, o acesso das populações mais pobres à moradia, por um lado, e o aumento da especulação imobiliária por outro.

Os programas habitacionais passaram para o controle do Ministério de Ação Social, já que o Ministério do Interior tinha sido extinto. Destacam-se nesse período o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), com uma previsão de construção de 245 mil casas em 18 meses, sendo essa efetivação por meio de contratação de empreiteiras privadas. Mais uma vez o capital imobiliário era privilegiado com a ação do Estado. No entanto esse programa não se cumpriu seja no prazo estabelecido, seja no cumprimento da meta de construção, uma vez que apenas foram construídas 210 mil moradias.

Na chamada era Collor, o Brasil passou a contar com 60 milhões de cidadãos de rua, em uma realidade no qual 55,2% das famílias que se encontravam em déficit habitacional recebiam até dois salários mínimos.

Ao final do governo Collor de Melo e início do governo FHC a realidade habitacional do Brasil, segundo a Fundação João Pinheiro baseado nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentava um déficit habitacional quantitativo de 5,3 milhões de habitações e 10,3 milhões de habitações em condições precárias de infraestrutura.

Durante o governo de Itamar Franco (1992-1994) Vice-presidente de Collor de Melo a política habitacional passou por mudanças interessantes, sendo exigida a participação dos conselhos gestores estaduais de política pública de habitação bem como a participação comunitária dos governos locais e uma contrapartida financeira desses últimos aos investimentos da União.

Foram lançados dois programas habitacionais: o Programa Habitar Brasil destinado a municípios com mais de 50 mil habitantes e o Programa Morar Município, destinado a municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Embora destinados a municípios com número populacional diferenciado, ambos apresentavam características básicas idênticas, dependendo de verbas orçamentárias ou de recursos advindos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

Politicamente, os programas representaram um avanço no que diz respeito à gestão da política habitacional, uma vez que era exigida a participação da população através de suas representações expressas pelos conselhos comunitários municipais. Porém, do ponto de vista operacional, no que se refere ao déficit habitacional ocorreu pouca efetividade.

No período de 1995 a 1998 assume o governo brasileiro Fernando Henrique Cardoso – FHC. Durante esse período o setor de habitação passa por uma reorganização, sendo extinto o ministério do Bem Estar Social e criada a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), a qual seria responsável pela formulação e execução da política de habitação. Essa secretaria fazia parte do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

É importante ressaltar que nesse período ocorreram diversos movimentos em prol da moradia, os quais foram importantes para as mudanças efetivadas pelo então governo. Dentre esses movimentos merece destaque a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR). É no âmbito desse fórum que é instituído o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular, que têm por objetivo central implantar uma política habitacional em escala nacional voltada para as populações de baixa renda. Porém os estados e municípios seriam responsáveis pela constituição dos seus próprios fundos voltados para a moradia além de fazer a gestão por meio da participação dos conselhos, caracterizando assim, uma ação com a efetiva participação popular, segundo a qual seriam definidas as prioridades a serem estabelecidas no âmbito da execução da política, observando os beneficiários, isto é a população de baixo poder aquisitivo que por falta de condições habitavam moradias precárias.

Embora o projeto se apresentasse segundo uma concepção descentralizada e democrática, as medidas governamentais como a extinção das Câmaras Setoriais da Construção e o veto à lei do Saneamento aprovada pelo Congresso revelavam o caráter autoritário e antidemocrático expresso nas ações governamentais, as quais eram definidas segundo a ideologia neoliberal que se expressa por meio de uma participação reduzida do Estado, associada à liberalização do mercado.

Nesse contexto, as políticas de conteúdo social foram bastante reduzidas, de modo que pouco investimento foi feito em prol da política habitacional, com uma oscilação em torno de tão somente 0,1% do orçamento. Ressalte-se que em 2001, os gastos com habitação chegaram apenas a 0,14% do orçamento da União.

No governo de FHC foram criadas novas linhas de financiamento habitacional, tomando como base projetos de iniciativa dos governos estaduais e municipais. Dentre os programas implementados destaca-se o programa Carta de Crédito Individual e Associativismo, tendo sido continuados o Pró- Moradia e Habitar - Brasil os quais apresentavam semelhanças expressivas, diferenciando-se com relação à origem dos recursos. O Habitar - Brasil era financiado com

recursos do OGU, o Pró-Moradia era financiado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

No período de 1999-2002, correspondente ao segundo mandato de FHC, o setor de habitação recebeu financiamento do BIRD, sendo contemplado o Programa Habitar, que a partir de então passou a ser denominado de Habitar Brasil. Durante o governo de FHC a habitação no âmbito dos municípios foi pouco contemplada, de modo que a população de baixa renda pouco teve acesso à casa própria.

O início do governo Lula, em janeiro de 2003, foi marcado pela criação do Ministério das Cidades, superando dessa forma a condição setorial até então assumida pelos problemas urbanos, dentre eles o da moradia. Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que a partir de então a construção da política habitacional passou a considerar os princípios de participação popular, do planejamento e da integração das políticas urbanas. Para tal, é transferida para os municípios a responsabilidade sobre a definição do uso e ocupação do solo, sendo assim observado o cumprimento da Constituição de 1988.

Outro fato de relevância no âmbito da política habitacional foi a criação Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS que, dentre outros, tem por objetivo proporcionar à população carente o acesso à terra urbanizada e à habitação de qualidade. Nesse contexto, associada à crise econômica internacional instalada é criado em 2008 o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, que além de buscar solucionar o problema da moradia para as populações de baixa renda, se revestiu numa ação importante do governo brasileiro para alavancar a economia através do setor da construção civil. Vários estão sendo os impactos do PMCV de conteúdo social e, principalmente territorial, dentre eles sublinhamos a expansão do espaço urbano das cidades, e de modo específico do espaço metropolitano de Natal, do qual falaremos a seguir.

2. O PMCMV expansão urbana na Região Metropolitana de Natal/RN – Brasil

Natal, como diversas cidades médias brasileiras, apresentou intenso processo de urbanização, especificamente partir da segunda metade do século XX. Em tal processo, a ação do Estado se fez presente de forma expressiva, sendo quase impossível entender a dinâmica da cidade sem entender a política desencadeada pelo Estado brasileiro a partir de suas formas de inserção nos recentes estágios do desenvolvimento capitalista nacional, considerando determinadas peculiaridades locais, o que confere ao crescimento dessa cidade uma identidade própria.

Durante a 2ª Guerra Mundial, quando foi instalada em Natal uma base aérea americana, surge a primeira demanda por habitação, já que havia necessidade de abrigar as pessoas que ali se instalavam em decorrência da guerra. Ocorre então a construção de moradias em diversas localidades da cidade, de modo que se vivencia o primeiro momento de valorização fundiária e, por conseguinte de expansão do espaço urbano. A política habitacional desencadeada nos anos de 1960, referida anteriormente, proporcionou a Natal uma expansão expressiva de seu espaço urbano, atrelando a esse uma nova dinâmica propiciada pela expansão de atividades ligadas ao comércio e serviços. Emerge nesse contexto uma das mais importantes atividades econômicas do estado do Rio Grande do Norte da atualidade que é a atividade turística.

O primeiro conjunto habitacional construído, além das vilas militares, foi o da cidade da esperança, edificado na década de 1960. Já na década de 1970, com a implantação do Distrito Industrial de Natal, situado em Igapó, a zona norte da cidade passou a ser contemplada com recursos da política habitacional vigente, sendo então construídos os diversos conjuntos habitacionais os quais apresentavam moradias com um padrão arquitetônico de qualidade mais simples, já que o propósito era atender uma demanda da classe trabalhadora da área industrial do estado. Mas, não foi somente a zona norte a área a ser contemplada com o surgimento de conjuntos habitacionais. Diversos conjuntos também foram construídos na zona sul, conforme identificação no quadro 1.

Sobre os conjuntos habitacionais listados podem ser efetuadas algumas inferências tais como: entre os conjuntos da zona norte e os da zona sul existe uma diferença no que diz respeito à população contemplada. As habitações dos conjuntos da zona sul eram destinadas a populações de melhor condição socioeconômica que a população da zona norte. Outro aspecto importante refere-se à localização desses conjuntos. Todos eles foram construídos em áreas distantes do centro da cidade, criando assim, as externalidades urbanas. Desse modo, os conjuntos habitacionais citados foram construídos em áreas periféricas da cidade contribuindo para aumentar o perímetro urbano da cidade, incorporando, dessa forma, novos terrenos urbanos que ficaram “disponíveis” para o mercado de terras.

Quadro 1. Conjuntos habitacionais construídos em Natal no período 1977 - 1990

| ZONA SUL | ZONA NORTE |
|-----------------|----------------------|
| Ponta Negra | Pajuçara |
| Cidade Satélite | Potengi |
| Pitumbu | Panatis |
| Mirassol | Nova Natal |
| Neópolis | Santa Catarina |
| Potilândia | Soledade |
| Candelária | Gramoré |
| - | Santarém |
| - | Parque dos Coqueiros |

Fonte: SEMURB

Com a construção desses conjuntos habitacionais ocorreu a expansão da infraestrutura urbana indispensável à reprodução da cidade como: telefonia, coleta de lixo, água e luz. Em fim, o Estado financiou toda a infraestrutura dessas áreas, valorizando, assim, os terrenos desses novos espaços urbanos construídos, os quais passaram a se constituir nas áreas de solo urbano mais caro da cidade. Assim, ao serem criadas as áreas de externalidades, os espaços que ficaram desocupados entre os conjuntos e áreas ditas centrais, passaram a ser ocupadas com estabelecimentos comerciais e de serviços, além de residências de alto padrão de construção, destinadas a populações de maior poder aquisitivo.

A região Metropolitana de Natal foi contemplada com a atual política habitacional, que tem como marca o atendimento às populações pobres, visando então, extinguir as habitações que não oferecem condições de moradia digna, por meio da implementação do PMCMV, que tem por objetivo construir um milhão de habitações, priorizando famílias com renda de até três salários, muito embora também contemple famílias que possuam renda de 10 salários mínimos. Esse programa teve início em 2009 durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo estruturado a partir da parceria entre União, estados, municípios, empreendedores e movimentos sociais.

No ano vigente, o programa está em sua segunda edição, e será responsável pela implementação de mais oito mil unidades habitacionais no território norte-rio-grandense. Mais de 150 municípios potiguares, com população de até 50 mil habitantes serão contemplados com a construção de aproximadamente 50 unidades, cada um.

Ressalta-se que o referido programa habitacional favoreceu de modo especial os municípios metropolitanos, figura 1, ocorrendo, então, um intenso processo de expansão urbana de Natal, cidade polo, em direção aos municípios metropolitanos periféricos, notadamente: Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Extremoz.

Figura 1. Municípios integrantes da RMN, por ano.



Fonte: Observatório das Metrôpoles (RMN – núcleo Natal/RN).

Os municípios citados apresentam maior integração com a metrópole, o que lhes confere também, participação mais significativa em relação ao recebimento dos recursos do PMCMV, apresentando-se como complementares na dinâmica metropolitana, recebendo contingentes populacionais cada vez mais significativos de pessoas que desejam morar mais próximo de Natal. De acordo com os dados fornecidos pela caixa econômica Federal 2012 a região metropolitana foi contemplada com mais de 8.000 mil unidades habitacionais conforme pode ser visto no quadro 2.

Quadro 2. Empreendimentos do PMCMV na RMNATAL por municípios

| Município | Empreendimentos | Nº residências |
|-----------------------|--------------------------------|-----------------------|
| Ceará Mirim | Residencial Fauna | 381 |
| | Residencial Flora | 202 |
| | Residencial Terra | 230 |
| | Residencial Mar | 299 |
| | Total | 1.112 |
| Extremoz | Jardim Extremoz I | 200 |
| | Jardim Extremoz II | 196 |
| | Jardim Extremoz III | 190 |
| | Jardim Extremoz IV | 204 |
| | Total | 790 |
| Macaíba | Francisco Alípio | 256 |
| | Lucia Marta | 284 |
| | Minha Santa | 500 |
| | Total | 1.040 |
| PARNAMIRIM | Nelson Monteiro | 352 |
| | Waldemar Rolim I | 496 |
| | Vida Nova | 464 |
| | América I | 496 |
| | América II | 496 |
| | Ilhas do Pacífico | 432 |
| | Ilhas do caribe | 496 |
| | Ilhas do Atlântico | 496 |
| | Total | 3.728 |
| | São Gonçalo do Amarante | Jomar Alecrim |
| Total | | 305 |
| Nizia Floresta | Clovis Ferreira | 199 |
| | Total | 199 |
| Monte Alegre | Conjunto Esperança | 215 |
| | Total | 215 |
| Natal | Vivenda Planalto I | 224 |
| | Vivenda Planalto II | 224 |
| | Vivenda Planalto III | 224 |
| | Vivenda Planalto IV | 224 |
| | Total | 896 |

Fonte: Caixa Econômica Federal

Nessa perspectiva, o último Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo IBGE, confirma a concentração populacional na Região Metropolitana de Natal, ao apresentar uma população de 1.323. 584 o que corresponde a mais de 40% da população do Rio Grande do Norte que de acordo com o censo mencionado é de 3.168.027. Segundo pesquisa do INCT - Observatório das Metrópoles, os dados do Censo 2010, apontam que o crescimento populacional na região metropolitana de Natal na última década foi de 2,88% ao ano, mais que o dobro da taxa de crescimento do Rio Grande do Norte no mesmo período.

Outra tendência importante confirmada pelos dados censitários é a de consolidação da mancha urbana principal que ocorre a partir do crescimento de Natal em direção à Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Extremoz, ratificando o maior crescimento populacional na periferia da RMN, configurando um “espraiamento” da população ao longo da região. Abertos os dados da RMN considerando Natal e sua “periferia” observa-se que as taxas de crescimento populacional continuam mais elevadas na “periferia que no polo metropolitano” (CLEMENTINO e FREIRE, 2011). A figura 2 mostra que essa tendência de expansão já vinha sendo verificada desde 2006.

Figura 2. Mancha urbana da RMN, nos anos de 2001 e 2006, consecutivamente.



Fonte: Observatório das Metrôpoles, núcleo Natal/RN.

O PMCMV tem sido um dos fatores determinantes para o “espraiamento” em direção à periferia, confirmando o modelo de cidade compacta e difusa, melhor definida como cidade “com-fusa”. Essa lógica de crescimento das cidades modernas tem se caracterizado por um modelo de configuração espacial fomentado pelos agentes imobiliários em parceria com o Estado. Em uma palavra, o funcionamento do mercado imobiliário formal produz uma forma de cidade compacta e difusa, assim como o funcionamento do mercado informal de solo também produz uma forma de cidade popular ou informal compacta e difusa (ABRAMO, 2007, p. 26).

No âmbito da RMN, observa-se claramente o desenvolvimento desse processo, que apresenta novos elementos no contexto de produção do espaço urbano, passíveis de estudos mais aprofundados. A nosso ver, a metrópole Natal, tem seguido essa dinâmica de compactação e difusão, na medida em que as áreas formais aptas para moradia, em sua maior parte, encontram-se restrita à população de maior poder aquisitivo, estimulando o “espraiamento” para áreas que apresentam o preço do solo mais “acessível”. Todavia, o que percebemos é que nas áreas periféricas ocorre um movimento intenso de ocupação informal de terrenos, dando margens à formação de novas favelas, visto que os desprovidos de emprego e renda não possuem acesso ao direito de morar.

As moradias suburbanas são uma realidade na RMN, e embora se apoie no discurso de habitação destinada à população de interesse social, o PMCMV não tem apresentado resultados satisfatórios nesse sentido, no caso específico de Natal. Isso se deve principalmente ao fato da metrópole não ter sido contemplada com nenhum empreendimento voltado exclusivamente a população de 0 a 3 salários mínimos. Os conjuntos habitacionais voltados à população denominada de interesse social localizam-se nos municípios vizinhos, com ênfase para o município de Parnamirim, que se destaca como o município do Rio Grande do Norte que mais recebeu investimento do PMCMV para a construção de unidades habitacionais para a população na faixa de renda mencionada anteriormente.

O que se constata na dinâmica de expansão da metrópole Natal, é que não existe uma preocupação explícita com a população de “interesse social”. Esse fato é reafirmado pelo PMCMV, que intensifica a lógica perversa onde os pobres não possuem acesso à cidade. Em contrapartida, os municípios periféricos recebem investimentos para a construção de moradias destinadas a população nessa faixa de renda, localizadas em grande parte, nas franjas urbanas, com acesso limitado e precário a serviços de saúde, educação, lazer e transporte.

Como visto, a expansão urbana está, até certo ponto, vinculada a especulação imobiliária que é praticada de formas bastante diferenciadas. Normalmente são vendidos em primeiro lugar os lotes de pior localização. A partir da ocupação do loteamento, as outras áreas circunvizinhas vão sendo colocadas à venda e, neste caso, com um valor agregado, referente ao espaço até então já construído.

Outro aspecto a ser considerado são as áreas que, estrategicamente são deixadas desocupadas para fins de instalação de serviços e comércio ou mesmo de conjuntos comerciais.

A produção de habitações em Natal significa também a produção da cidade. A partir da construção da casa, com sua diversidade e heterogeneidade, uma nova paisagem passou a emergir e, por conseguinte, as contradições da produção do espaço urbano na sociedade capitalista passaram a

ter uma maior visibilidade. Estamos nos referindo à produção das áreas segregadas que são ocupadas pela população excluída do processo produtivo. Ou seja, a política habitacional realizada pelo Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que propiciou a moradia para uns, renda para alguns e também segregou outros. Estamos pensando nos condomínios fechados, que se proliferam nas franjas geográficas da cidade, como é caso do *Green Village* e tantos outros. São essas, portanto, as diversas faces dessa política.

3. Considerações finais

As questões até então colocadas dão sentido à continuidade dos estudos sobre o acesso à moradia, problemática tão grave que aflige milhões de brasileiros que não têm onde morar ou quando encontram este lugar, ele está situado em áreas de riscos ou em áreas impróprias à construção de moradias. Constantemente, recebemos em nossas casas, através dos noticiários da televisão, a informação de que inúmeras pessoas estão desabrigadas em virtude de desabamento de morros ou transbordamento de rios, ou nos deparamos com a presença cada vez mais acentuada, dos espaços de segregação socioespacial das cidades: suntuosos edifícios, condomínios fechados ao lado de favelas, cortiços e mocambos. Um resultado verdadeiro da perversão socioespacial das cidades neste limiar de século.

Isso se retrata na péssima qualidade em que grande parte da população das grandes e médias cidades brasileiras vive. Na sociedade capitalista o preço do solo urbano torna-se cada vez mais caro e ao mesmo tempo em que o solo também se torna também mais raro. A conjugação dessas duas condições impõe às pessoas de menor poder aquisitivo a “alternativa” de ocupar áreas de riscos e insalubres à vida humana.

Portanto, considerando que para se ter acesso à casa é necessário efetuar pagamentos de juros, taxa de administração e de crédito, seguros por morte, invalidez, danos físicos do imóvel e correção monetária, a grande maioria dos cidadãos brasileiros não conta com uma política habitacional. A nosso ver, isso reduz a acumulação capitalista, pois é através da compra da casa própria que os trabalhadores geram lucros para os bancos e seguradoras e ainda para empreiteira, contribuindo, dessa forma para a reprodução do capital, o que não vem ocorrendo diante das dificuldades de acesso dos mais pobres à habitação.

Nesse contexto, o papel do Estado tem sido o de gestor e intermediário do capital financeiro, ultimamente andando contíguo com o capital imobiliário, assim como com a indústria da construção civil. É desse modo, que o espaço urbano vem sendo construído, através de uma articulação entre o capital e o Estado, que privilegia as classes mais bem aquinhoadas, deixando a mercê grande parcela da população pobre, uma vez que um número ínfimo dessa população tem tido acesso ao crédito para casa própria, restando-lhe a alternativa da cidade clandestina, ilegal, que se reproduz pela favela, cortiços, ocupação de áreas de riscos, etc.

Embora o BNH tenha sido extinto, o Estado brasileiro se reestruturou no sentido da promoção de política pública habitacional, dessa vez sem os princípios de um Estado de bem estar social ou assistencialista como muitos o chamam. O Estado continuou a exercer um papel importante, assumindo a condição de intermediador de recursos entre o poder público e a iniciativa privada no que se refere aos programas habitacionais. Houve, a partir desse momento, o surgimento de novos programas com base nos empreendimentos associativos, condomínios fechados ou mesmo habitações isoladas, muito embora, na sua maioria por meio de financiamentos ou de autofinanciamento de longa duração, através dos bancos, excluindo muitos cidadãos brasileiros.

Como exemplos, Natal teve sua reprodução espacial edificada, a partir do encaminhamento das políticas habitacionais vigentes no intervalo de 1960 a 1980. Dos anos de 1990 em diante, a (re) construção espacial da cidade passou a contar com a construção de condomínios fechados, de apartamentos e casas. Estes são produzidos com a intervenção de firmas construtoras. Possuem como característica principal a homogeneidade das edificações e do padrão de renda das famílias previamente escolhidas. Também se apropriam do espaço que seria público e expressam um modo de vida próprio. Os condomínios fechados são, na realidade, guetos locais, onde a classe média passa a viver confinada.

Atualmente, uma das áreas mais dinâmicas no que se refere à construção e atuação da política habitacional diz respeito à região que está numa das faixas de transição entre os municípios de Natal e Parnamirim. Ocorre, portanto, um novo momento de crescimento da cidade com o PMCMV. No dizer de Singer (1978), o crescimento urbano implica na reestruturação do uso das áreas já ocupadas. Assim sendo, podemos então dizer que este acontece graças ao adensamento da área originalmente ocupada, e, por conseguinte o aumento e intensificação dos serviços devido o aumento da demanda como também em virtude da ampliação do solo ocupado, tendo em vista a

incorporação de novas terras que até então faziam parte da área rural. Nesse caso, há também a necessidade de aumentar a oferta de serviços.

O estudo sinalizou para o fato de que, a política habitacional brasileira, não atendeu na íntegra o seu objetivo maior, isto é, de solucionar o problema da moradia para a população carente, mas viabilizou a expansão capitalista nas áreas urbanas, definindo um mercado urbano de terras, segregando áreas e valorizando e, desse modo o espaço urbano vai sendo (re)construído concretizando dessa forma o rápido processo de urbanização vivenciado nas grandes e cidades médias brasileiras. Natal é um exemplo dessa realidade.

Nessa reta final da reflexão, as constatações vislumbradas, nos levam a pensar que o processo de urbanização, em certa medida impulsionado pelas políticas habitacionais implementadas pelo poder público brasileiro, contribui para melhorar as condições de vida da população, isso é inegável, se levarmos em conta alguns indicadores sociais como a mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer. Entretanto, não podemos afirmar que a vida da população do país melhorou de um modo geral e que essa melhora está ligada a esse processo. A evolução de outros indicadores socioeconômicos e urbanísticos evidenciam contradições socioespaciais nas cidades brasileiras. Somente a persistência na investigação científica nos levará a conclusões mais definitivas, por isso vamos persistir.

Desde os anos de 1980 que a maior parte da população brasileira mora na cidade. De acordo com o censo demográfico de 2010, o percentual de população urbana no Brasil é de 84,4%. Este fato, cada vez mais exigiu uma ação positiva do Estado no ato da construção da moradia. Dessa forma, o Estado brasileiro, ao promover a distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivo, indispensáveis à reprodução da vida nas cidades, no caso particular a moradia, tem contribuído, também, para a expansão urbana, criando condições favoráveis para que outros setores da sociedade ligados diretamente ao capital se reproduzissem. É o caso das empresas de transportes, empreiteiras e outros setores.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Pedro. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo. V. 9, N. 2, 2007.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Bentes; SILVA, Alexsandro Ferreira C.; Necessidades Habitacionais, Dinâmicas do Mercado Formal de Terras e Demarcação Territorial: apontamentos metodológicos. Rio de Janeiro: ANPUR, 2009.

FRANÇA, Vera Lúcia. Aracajú: Estado e metropolização. Tese de Doutorado. Unesp, 1997, Rio Claro/SP.

FREIRE, Flávio Henrique M. de Araújo; CLEMENTINO, Maria do Livramento M.

O Rio Grande do Norte e sua região metropolitana no Censo de 2010. Observatório das metrópoles - núcleo Natal, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores Sociais. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao. Acesso em 2010.

_____. Ministério das Cidades. Déficit habitacional por regiões. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=137&Itemid=55. Acesso em 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 1989.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista, 1978. In: A produção capitalista da casa e (da cidade) no Brasil industrial. Organizadora: Ermínia Maricato. 2. ed. São Paulo: Alfa ômega, 1982.

TOLOSA, Hamilton C. Política Urbana e Redistribuição de Renda. Revista Pesquisa

SIG E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAL APLICADA À PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL, NO ÂMBITO DO PROJETO FOZTUA

António Vieira

CEGOT, Departamento de Geografia, Universidade do Minho
vieira@geografia.uminho.pt

Marta Correia

Mestranda em Geografia
Departamento de Geografia, Universidade do Minho
martafxcorreia@gmail.com

Eurico Loureiro

CITCEM, NIGP, Universidade do Minho
eurikoloureiro@gmail.com

António Pedro Lourenço

Departamento de Geografia, Universidade do Minho
plourenco.sig@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados iniciais do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto FozTua, relacionados com a implementação da Infraestrutura de Dados Espacial necessária para a gestão da informação produzida e definição das ferramentas informáticas (no âmbito das tecnologias de informação geográfica) adequadas à sua prossecução.

Palavras-chave: Projeto FozTua; IDE; SIG.

Abstract

The objective of this paper is to present the initial results of the work undertaken within the project FozTua, related to the implementation of the Spatial Data Infrastructure needed to manage the data produced and the definition of tools (in the context of geographical information technologies) suitable for its accomplishment.

Keywords: FozTua Project; SDI; GIS.

1. Introdução

O projeto FozTua, na sua componente museológica, tem como objetivos principais o desenvolvimento de um conjunto diversificado de atividades que permitam a projeção e implementação do Núcleo da Memória do vale e da linha do Tua, incluindo as atividades de investigação e de produção de conteúdos (Beira *et al.*, 2011).

Neste núcleo museológico pretende-se reunir e dinamizar num espaço contemporâneo elementos da memória coletiva e da história do Vale do Tua e da Linha do Tua, visando constituir, de forma sustentável: pólo educativo e interpretativo, orientado especialmente para a população escolar; pólo atrativo e “contemplativo” orientado para o turismo cultural e da natureza; e elemento de estímulo à auto-estima das populações locais e dos concelhos envolventes (Beira *et al.*, 2011).

Trata-se de um projeto desenvolvido através de uma parceria entre a EDP, a Universidade do Minho e o MIT Portugal.

Neste contexto, a integração da equipa de investigação do Departamento de Geografia da Universidade do Minho neste projeto tem como objetivo o desenvolvimento e implementação de uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) de suporte à gestão da informação produzida ao longo do projeto e útil à produção de conteúdos de carácter geográfico a integrar no núcleo museológico. Serão também desenvolvidos diversos estudos relacionados com as dinâmicas demográficas, socioeconómicas e de transformação dos núcleos populacionais da área dos concelhos ao longo da segunda metade do séc. XX.

Assim, apresentam-se os resultados iniciais do trabalho desenvolvido, relacionados com a definição da estrutura de dados a implementar ao nível da Infraestrutura de Dados Espacial, bem como com a definição das ferramentas informáticas (no âmbito das tecnologias de informação geográfica) mais adequadas à sua prossecução.

2. Enquadramento da área em estudo

A área correspondente à bacia hidrográfica do Tua em território nacional estende-se por cerca de 3.122 Km² e localiza-se na região de Trás-os-Montes, nos distritos de Bragança e Vila Real (figura 1).

O Rio Tua, com as suas cabeceiras em Espanha, ganha o seu nome próximo de Mirandela, depois da confluência dos rios Tuela e Rabaçal. É um afluente da margem direita do Rio Douro, confluindo com este junto da localidade de Foz Tua (fotografia 1).

O ponto mais elevado localiza-se a 1320 metros de altitude, na Serra da Nogueira, no limite oriental da área da bacia, encontrando-se o ponto de menor altitude junto da foz do Tua, a cerca de 70 metros de altitude.

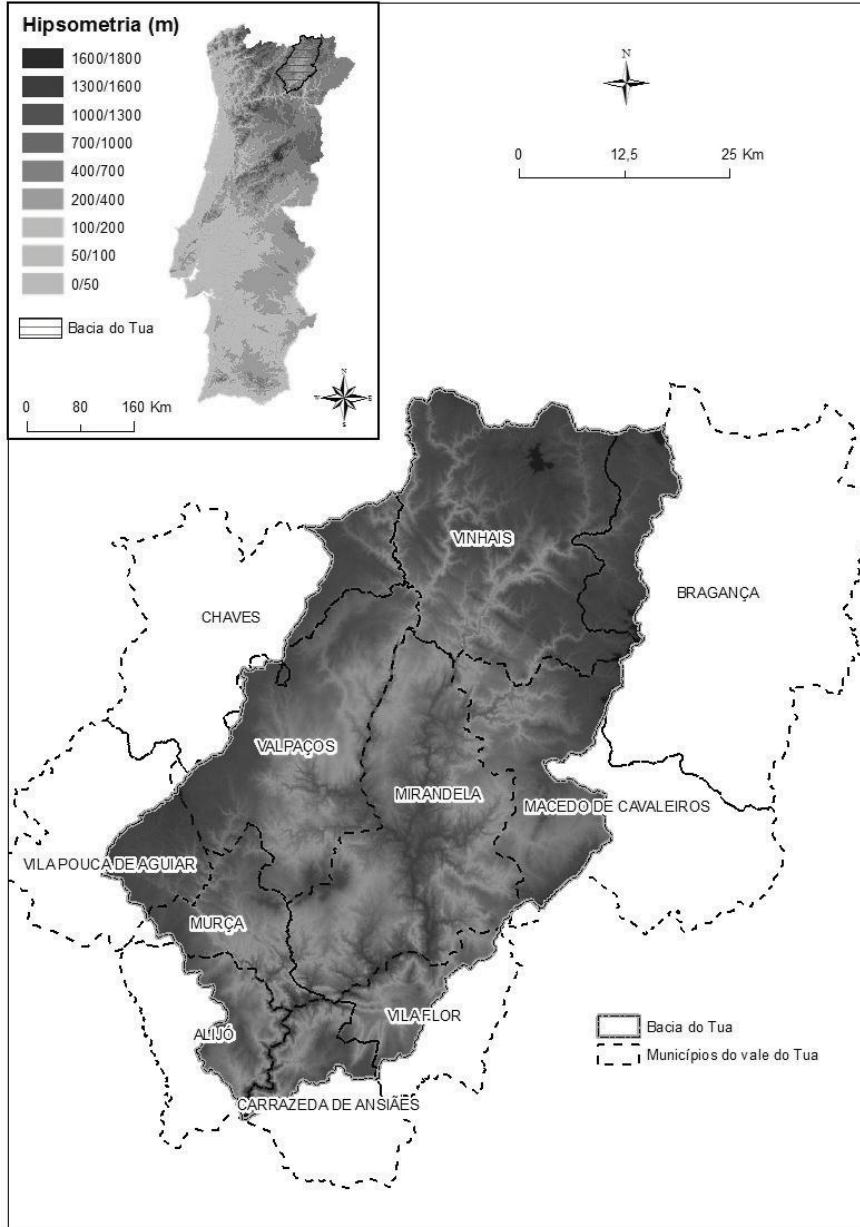
O substrato geológico é caracterizado pelo predomínio de materiais metasedimentares, essencialmente materiais xistentos mas também quartzíticos, registando-se igualmente uma presença significativa de rochas granitoides. Quer as rochas quartzíticas quer os granitoides vão ter um papel fundamental na geomorfologia, originando a individualização de relevos salientes e presença de declives acentuados.

Do ponto de vista climático a área de estudo caracteriza-se por uma distribuição heterogénea da precipitação, observando-se uma concentração mais significativa no setor N e NE, onde atinge valores totais anuais superiores a 1200 mm, contrastando com os valores próximos dos 400 mm, no setor intermédio do vale do Tua. Quanto à temperatura, mantém-se o comportamento heterogéneo da sua distribuição, atingindo-se valores médios anuais inferiores nos setores N e E e O, da ordem dos 7° C, correspondentes a áreas topograficamente mais elevadas, sendo esses valores mais elevados no vale do Tua nomeadamente na aproximação ao vale do Rio Douro, onde se atingem valores médios anuais superiores a 17° C.

Fotografia 1. Confluência do Rio Tua com o Douro, junto a Foz Tua.



Figura 1. Enquadramento da área de estudo



Fonte: APAmbiente.

3. A importância da informação de carácter espacial e integração das Tecnologias de Informação Geográfica

O projeto FozTua tem como objetivo fundamental a preservação da memória ligada à linha do Tua e ao vale do Rio Tua. A prossecução desse objetivo maior sustenta-se na recolha, produção, análise e gestão de informação relativa às diversas temáticas consideradas no contexto do projeto do núcleo museológico em implementação, integrando-se também aqui a informação de carácter geográfico.

Neste sentido, consideramos fundamental a implementação de soluções integradas de análise da informação, baseadas em Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Desta forma é possível desenvolver um diversificado conjunto de análises, tendo em consideração a interação espacial e

temporal inerente aos vários fenómenos de base territorial. De facto, uma das potencialidades dos SIG é a capacidade de incorporação de uma vasta quantidade de informação espacial e alfanumérica, e sua modelação.

Com a implementação de uma IDE será possível o armazenamento de um elevado volume de dados, a sua estruturação e disponibilização para os processos de análise espacial desenvolvidos em ambiente SIG. Este sistema permitirá, ainda, numa primeira fase, o acesso e interligação aos dados por parte das diversas equipas e intervenientes no projeto e, posteriormente, a divulgação de informação produzida no decorrer do projeto, quer no suporte à produção de conteúdos para o núcleo museológico, quer ao nível de relatórios e outros documentos, quer mesmo ao nível da produção cartográfica para publicação em ambiente Web SIG.

O desenvolvimento de uma IDE pressupõe, também, que se tenha em consideração um conjunto de pressupostos, nomeadamente, relativos aos seus objetivos, natureza, princípios ou componentes, que permitam a sua implementação de forma estruturada e sustentada.

Neste sentido, vários autores têm referido a necessidade de se definirem, *a priori*, os princípios globais orientadores da infraestrutura e os seus componentes (Coleman e McLaughlin, 1997, Jacoby et al., 2002, Compvoets et al., 2004, cit. por Afonso, 2008). Contudo, e como defende Loenen (2006), a sua definição deve adequar-se às próprias necessidades da iniciativa, devendo ter-se em conta as características específicas e a natureza de cada IDE, para que aos diversos componentes seja atribuído o papel adequado na infraestrutura.

Consequentemente, tendo em consideração a IDE que pretendemos implementar, consideramos fazer sentido a definição dos seguintes componentes: estrutura institucional; estrutura normativa; tecnologia; política de dados; dados; metadados; serviços; e pessoas.

A estrutura institucional compreende o conjunto de agentes e fatores que suportam o desenvolvimento de uma IDE, e que estão relacionados com as instituições que albergam e mantêm a infraestrutura, mas também com as entidades produtoras de informação geográfica, definindo o contexto institucional em que se desenvolve a IDE.

A estrutura normativa reflete o conjunto de normas e padrões, de implementação indispensável, que permite que os dados, as tecnologias e os serviços possam ser utilizados de forma harmoniosa e partilhados respeitando critérios de compatibilidade e interoperabilidade.

No que diz respeito à tecnologia para a implementação de uma IDE, são necessários diversos mecanismos informáticos, que abrangem diversas áreas distintas, e que permitirão uma gestão integrada da informação geográfica. Aqui se podem incluir os sistemas SIG Desktop, os SGBDE (Sistemas de Gestão de Bases de Dados Espaciais), as aplicações de aquisição de dados (detecção remota, GPS), os sistemas de serviços de dados espaciais e de edição de metadados ou demais aplicações auxiliares, como por exemplo as aplicações para serviços Web.

A política de dados constitui um componente que se torna importante sempre que nos referimos à disponibilização de dados geográficos ao público. De facto, é necessário que essa disponibilização respeite os direitos de propriedade dos dados, bem como outros aspetos legais a considerar. Para isso, devem ser estabelecidos, quando necessário, protocolos e acordos com as instituições produtoras da informação a disponibilizar.

No que diz respeito aos dados propriamente ditos, o foco deve prender-se com a pertinência dos mesmos relativamente aos objetivos, natureza e finalidade da IDE a implementar. A estruturação da IDE deve ser pensada com base nestes pressupostos e consequentemente, a definição dos dados a integra-la se coadunar de acordo com eles. Além disso, colocam-se outras questões na definição dos dados, de natureza mais técnica, e que se prendem com os modelos de dados a incorporar ou a tipologia dos dados e sua relação com os objetivos da IDE (aspetos a que nos referiremos mais pormenorizadamente de seguida).

Os metadados constituem um elemento fundamental para as IDE. De forma simples, correspondem à descrição da informação geográfica (Rocha, 2005). Os metadados são um recurso valioso para quem pretende disseminar informação geográfica e para quem a procura. Eles transmitem informação acerca do conteúdo, do formato, propriedade ou restrições de acesso aos dados geográficos, entre outras características. Encontram-se normalmente organizados em catálogos e devem obedecer a normas e padrões amplamente aceites e utilizados. A este respeito são de referir as normas internacionais da família ISO 19100 ou a iniciativa 'Dublin Core Metadata'.

Os serviços correspondem às funcionalidades implementadas na IDE, disponíveis através de portais Web, e que permitem disseminar a informação (geográfica e outra), baseados nas especificações do OGC (Open Geospatial Consortium) para a criação de 'Web Services' (OGC, 2010). Os serviços Web mais comuns, no âmbito da informação geográfica, são o 'Web Map

Service' (WMS), o 'Web Feature Service' (WFS), o 'Web Coverage Service' (WCS), o 'Gazetteer Service' (GS), o 'Web Catalogue Service' (CSW) e o 'Style Layer Descriptor' (SLD).

Por fim, mas não menos importante, as pessoas representam o componente fulcral das IDE. Não só pelo seu papel na sua implementação, mas porque a função primordial das IDE é, fundamentalmente, disseminar a informação geográfica para um número de utilizadores alargado. Quanto maior for este número de utilizadores, maior será o valor de determinada IDE.

4. A IDE FOZTUA

Os objetivos desta infraestrutura de dados espaciais podem ser considerados a três níveis distintos: por um lado, permitir uma elevada inter-relação e dinâmica de partilha de informação no seio do projeto FozTua, facilitando o armazenamento centralizado e acessível por todos os elementos das várias equipas de investigação envolvidas, potenciando a investigação sustentada e estabelecendo uma ponte permanente entre as diversas áreas de desenvolvimento do projeto; por outro lado, potenciar a análise da informação e a produção de outputs e conteúdos diversificados para o núcleo museológico, tendo em consideração os vários objetivos norteadores da sua atuação/intervenção; por fim, e indo mais ao encontro do objetivo fundamental das IDE, promover a disseminação de informação geográfica produzida no seio do projeto e facilitar o seu acesso por parte do público em geral.

Para a prossecução dos objetivos propostos, nomeadamente no que diz respeito à criação da IDE, procedemos à identificação dos componentes fundamentais à sua implementação. Como referimos anteriormente, os componentes considerados refletem uma realidade muito específica e encontram-se adequados aos objetivos e necessidades identificados. Neste sentido foram considerados os seguintes componentes: estrutura institucional, estrutura normativa, tecnologia, política de dados, dados, metadados, serviços e pessoas.

a) A Estrutura institucional - o facto de não se tratar de uma IDE tradicional (não se enquadrando no âmbito das instituições oficiais de produção de informação geográfica), reflete a diferente estrutura institucional que lhe está implícita. Assim, consideramo-la como uma IDE temática, pelo carácter bastante específico da informação geográfica que lhe está associada, mantendo todo o conjunto de objetivos e assumindo as adequadas normas presentes nas restantes IDE.

Neste sentido, esta IDE deve traduzir na sua implementação as diretrizes emanadas dos níveis superiores, quer ao nível do enquadramento europeu (traduzido na Diretiva INSPIRE), quer nacional (de acordo com a infraestrutura do SNIG).

Ao nível da própria IDE e sua implementação no âmbito do projeto FozTua, há a considerar ainda as instituições e equipas que se encontram ligadas, com responsabilidades distintas, a vários níveis. Assim, consideram-se: a EDP, como entidade promotora do projeto; a Universidade do Minho e o MIT, como instituições que lideram o projeto; as várias equipas de investigadores, das referidas instituições e externas, responsáveis pela produção de parte significativa da informação geográfica; a equipa do Departamento de Geografia da Universidade do Minho, como membro do projeto e produtor de informação geográfica, sendo responsável e executor da IDE, estando a seu cargo igualmente a sua manutenção no período vigente do projeto; o Núcleo museológico de Foz Tua, como destinatário final e responsável pela manutenção, a longo prazo, da IDE. É esta instituição que albergará a infraestrutura física (servidores) da IDE.

b) a Estrutura normativa - de forma a implementar nesta IDE um conjunto diversificado de serviços, tecnologias e dados, torna-se imprescindível o respeito pelas normas e padrões internacionalmente estabelecidos, de forma a obtermos a desejada coerência, compatibilidade ou interoperabilidade.

Neste sentido, ter-se-ão em conta as normas internacionais da família ISO 19100, os padrões definidos pelo OGC e demais recomendações enquadráveis no âmbito da IDE.

c) a Tecnologia - a IDE FozTua contará com um conjunto de tecnologias que compreendem diferentes áreas:

- ao nível do armazenamento, deve ser considerada a infraestrutura física e o software utilizado. Os dados produzidos no âmbito do projeto serão integralmente armazenados nos servidores SIG do projeto FozTua, sendo de considerar, no entanto, os servidores de instituições onde se encontra alojada informação espacial estruturante ou dados de referência. No que diz respeito ao *software* para armazenamento e gestão dos dados, será implementado um SGBD-OR;

- ao nível da tecnologia de processamento de informação geográfica, além dos dispositivos periféricos de captura de dados, as tarefas de integração, manipulação e análise dos dados serão

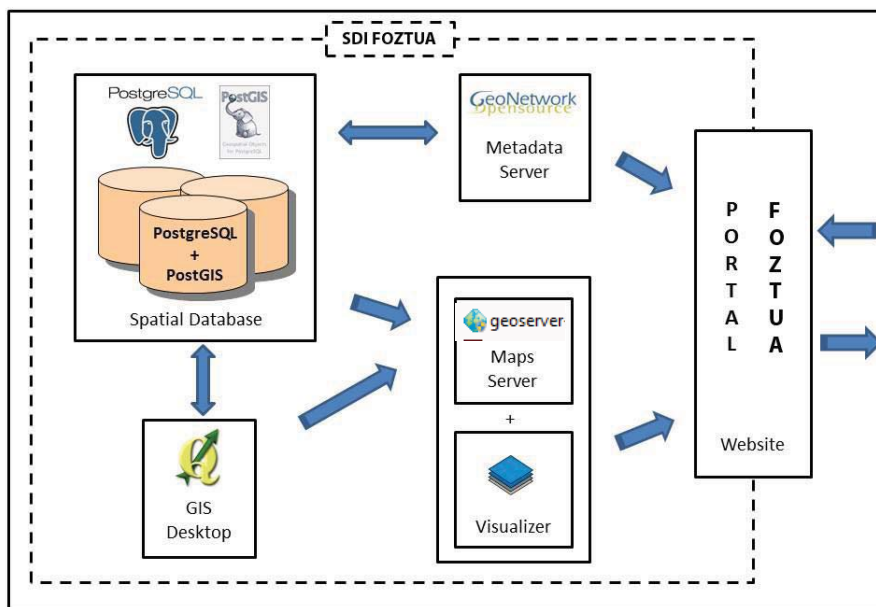
desempenhadas por aplicações SIG Desktop, essencialmente opensource. Neste campo, apesar da elevada diversidade de opções disponíveis, dar-se-á preferência ao *software* QuantumGIS, pelo seu interface amigável, pela sua robustez e pela disponibilização de elevado número de ferramentas de análise espacial. Apresenta, igualmente, um elevado grau de integração com os demais softwares utilizados na IDE, nomeadamente com o SGBD-OR PostgreSQL/PostGIS e com o servidor de mapas GeoServer;

- na produção e gestão de metadados optou-se por utilizar uma aplicação de elevado desempenho, também opensource, muito conceituada. O Geonetwork é como um catálogo dos dados que tem ligação à Web para que os interessados na informação, ao visualizarem os dados na Web possam também, consultar os metadados, ou seja, é um *software* com ligação à Web que contém informação/metadados sobre os dados da Base de Dados;

- no âmbito das tecnologias para a disponibilização de 'Web Services' recorreremos, também a softwares opensource, amplamente disseminados e com garantia de elevada operacionalidade. Assim, utilizar-se-á o GeoServer que é um *software* opensource que serve como plataforma de desenvolvimento na construção de aplicativos espaciais. Quando os dados já possuem as devidas condições para serem apresentados na Web, o visualizador de mapas na Web permite disponibilizar os dados espaciais (mapas temáticos, imagens espaciais) e possibilita o acesso aos respetivos dados vetoriais e correspondentes metadados por parte do utilizador *online*. Este serviço permite entre outros: a gestão de elementos de mapas (como: elementos a visualizar, escala e legenda); a produção de mapas temáticos baseada em expressões lógicas ou regulares (por exemplo através da execução de 'Queries' em rasters, layers vetoriais e Bases de Dados); identificação de camadas de informação; elaboração de camadas de informação; entres outros, permitindo trabalhar em diversas plataformas (como: Linux, Windows, etc.) e com informação em vários formatos matriciais e vetoriais (como: TIFF/GeoTIFF, EPPL7, e vários outros através de Shapefiles ESRI, PostGIS, ESRI ArcSDE, etc.).

O esquema da figura 2 permite verificar de forma simplificada, a estrutura (do ponto de vista da tecnologia) idealizada para a IDE FozTua.

Figura 2. IDE FozTua



d) a Política de dados - ao nível da política de dados na IDE FozTua é necessário distinguir os princípios e regulamentos que vão nortear a partilha e utilização de dados pelas diversas equipas integrantes do projeto, e os protocolos ou acordos de cooperação com outras instituições produtoras e disseminadoras de informação geográfica.

Estes instrumentos serão implementados de forma a assegurar uma adequada utilização e disseminação da informação geográfica, tendo em consideração os direitos de propriedade intelectual e autoral ou demais direitos legais da mesma.

e) os Dados - os dados a integrar na BDE são de dois tipos: dados geográficos e dados não geográficos (alfanuméricos).

No que diz respeito aos dados geográficos consideraram-se os dados produzidos pelas equipas do projeto, especialmente os decorrentes da análise espacial implementada em ambiente SIG a partir da análise dos dados recolhidos no terreno. Consideram-se, também, os dados de natureza estruturante, disponibilizados por instituições oficiais de produção cartográfica geral e temática, em Portugal.

Relativamente aos primeiros, a propriedade intelectual e os direitos de autor pertencem às equipas do projeto FozTua e ao próprio projeto, enquanto os segundos, são essencialmente de disponibilização gratuita e propriedade das entidades que os produziram e disponibilizaram.

Relativamente aos dados alfanuméricos, numa primeira fase serão integrados na BDE apenas os dados resultantes dos trabalhos de campo e pesquisas realizados pelas várias equipas ligadas ao projeto FozTua.

Também serão produzidos e integrados na BDE dados relativos ao uso do solo e caracterização da ocupação do solo, dados demográficos, redes de comunicação, entre muitos outros.

Outros dados considerados relevantes serão também considerados.

f) os Metadados - uma das tarefas indispensáveis a realizar ao longo do processo de implementação e manutenção da IDE é a produção de informação sobre os dados – os metadados. Neste contexto, será utilizado o *software* Geonetwork (geonetwork-opensource.org) e serão referências as normas da família ISO 19100 e requisitos do OGC.

g) os Serviços - os serviços possíveis de implementar na IDE FozTua são: o 'Web Map Service' (WMS), o 'Web Feature Service' (WFS), o 'Web Coverage Service' (WCS), o 'Gazetteer Service' (GS), o 'Web Catalogue Service' (CSW) e o 'Style Layer Descriptor' (SLD). O seu desenvolvimento e implementação serão faseados, sendo disponibilizados os serviços de acordo com a sua disponibilidade e regras de publicação definidas no âmbito do projeto.

A sua disponibilização será realizada a partir de um Portal Web, que integrará, por um lado, as aplicações relacionadas com os serviços de dados geográficos (ligados à IDE), e por outro lado, uma aplicação Web para disponibilização de conteúdos não geográficos relacionados com o projeto. Associada a este Portal estará uma intranet, que permitirá acesso privilegiado aos investigadores ligados ao projeto FozTua, nomeadamente para carregamento de dados, acesso aos dados e manutenção do Portal e da IDE.

h) as Pessoas - no que diz respeito às pessoas, consideramos aqui não só os elementos que tornam este projeto possível, mas essencialmente aquelas a quem os resultados se dirigem. Deste modo, devemos aqui considerar um grupo bastante abrangente de potenciais utilizadores desta IDE:

- em primeiro lugar, as instituições de governo com responsabilidade no âmbito da gestão do território, bem como as relacionadas com o turismo e a cultura, a nível nacional, regional ou local;
- também os agentes locais com interesses ao nível do turismo e do património;
- agentes económicos nos diversos setores de atividade;
- outros interessados.

5. Aspetos conclusivos

O projeto FozTua integra-se num processo de implementação de um conjunto de iniciativas de valorização do vale do Tua e da linha do Tua, materializado na criação do Núcleo Museológico da Memória do vale e da linha do Tua.

Neste contexto, com o objetivo de valorizar a componente espacial e os aspetos ligados à territorialidade intrínseca a este projeto, promoveu-se o desenvolvimento e implementação de uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) de suporte à gestão da informação produzida ao longo do projeto e útil à produção de conteúdos de carácter geográfico a integrar no núcleo museológico.

Assim sendo, este trabalho apresenta os resultados dos trabalhos preliminares desenvolvidos no âmbito da definição dos pressupostos e da estrutura a implementar ao nível da IDE FozTua, bem como com a definição das ferramentas informáticas (no âmbito das tecnologias de informação geográfica) mais adequadas à sua prossecução.

Bibliografia

AFONSO, C. S. P. V. *Infra-estruturas de Dados Espaciais nos Municípios – Contributo para a definição de um modelo de implementação*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, 2008, 125 p.

BEIRA, Eduardo, MONTEIRO, Jorge e OLIVEIRA Maria Manuel. *Vale e linha do Tua. Núcleo de Memória, Foz Tua. Estudo prévio*. EDP, MIT, UMinho, 2011.

LOENEN, B.. *Developing geographic information infrastructures. The role of information policies*. DUP Science, Delft University Press, 2006,390 p.

ROCHA, J. G. P. B. *Informação Geográfica: Meta-Informação, Codificação e Visualização*. Dissertação de Doutoramento, Departamento de Informática, Escola de Engenharia, Universidade do Minho, 2005, 154 p.

Open Geospatial Consortium (OGC) - (acesso em 10 de Setembro de 2010). Disponível na internet: <http://www.opengeospatial.org/>

VIEIRA, António, BENTO-GONÇALVES, A. J., MARTINS, C. O., LOUREIRO, E. *Sistema integrado de informação, em ambiente SIG, aplicado à erosão de solos na sequência de incêndios florestais*. Geo-Working Paper, Série de Investigação 2009/20, Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento, Universidade do Minho, 2009.

VIEIRA, António, BENTO-GONÇALVES, A. J., MARTINS, C., FERREIRA-LEITE, F., LOUREIRO, E. *Implementação de um Sistema Integrado de Informação de apoio à avaliação geomorfológica de áreas críticas à erosão dos solos após incêndios florestais*. Geo-Working Papers, Número especial 2011/3, Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento, Universidade do Minho, Guimarães, 2011.

TRANSFORMAÇÕES NO USO DO SOLO NA BACIA DO RIO BORÁ – BA NO PERÍODO DE 1984 A 2001: ANÁLISE DO AVANÇO DA AGRICULTURA, COM RECURSO A GEOTECNOLOGIAS

Marcos de Oliveira Silva

Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana – BA - Brasil
marcosolisilva@gmail.com

Antônio Vieira

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), Departamento de Geografia, Universidade do Minho
vieira@geografia.uminho.pt

Ardemírio de Barros Silva

Departamento de Ciências Exatas: Área das Geociências, Universidade Estadual de Feira de Santana – BA - Brasil
ab Barros@uefs.br

Resumo

Este trabalho teve como objetivo fundamental a aplicação das geotecnologias na análise multitemporal da cobertura vegetal da bacia hidrográfica do Rio Borá, localizada no Oeste da Bahia - Município de Luís Eduardo Magalhães, tendo por base imagens de satélite dos anos de 1984 e 2011.

Palavras-chave: Geotecnologias; alterações no uso do solo; Estado da Bahia; Brasil.

Abstract:

The main objective of this work is to apply geotechnologies in multitemporal analysis of vegetation cover in Borá River basin, located in Western Bahia - Municipality of Luís Eduardo Magalhães, based on satellite images of the years of 1984 and 2011.

Keywords: Geotechnology; Landuse changes; State of Bahia; Brazil.

1. Introdução

As grandes transformações observadas nos padrões de uso e ocupação do solo, operadas no estado da Bahia na sequência dos processos de modernização da agricultura no Brasil, a partir da década de 70, têm causado profundas alterações na distribuição da vegetação natural, conduzindo ao seu retrocesso (SANTOS, 2000).

Das principais transformações no uso do solo ocorridas, destaca-se a substituição da agricultura de subsistência por agricultura mecanizada do agronegócio, principalmente na região de Juazeiro, com cultivo de frutas tropicais, e do Oeste baiano, com a plantação de soja, milho, algodão, entre outros. Nesta, o elevado predomínio de relevo de chapadões e o clima úmido favoreceram a intensificação de tais transformações (SEI, 2009), conduzindo a significativos impactos na paisagem.

A expansão da agricultura pelos cerrados brasileiros desencadeou um conjunto de ações públicas e privadas que alteraram profundamente as formas e os conteúdos destes espaços, transformando-os num novo território caracterizado como um meio técnico científico informacional consequência da sobreposição de atividades primárias e a agricultura moderna, especialmente a mecanizada (FILHO, 2008).

Atualmente a necessidade humana de extrair conhecimentos da superfície terrestre para a apropriação dos seus mais variados recursos e ao mesmo tempo garantir a preservação dos mesmos face à constante degradação ambiental resultante de inadequada utilização, tem levado os cientistas e pesquisadores a desenvolver e utilizar técnicas cada vez mais inovadoras e sofisticadas capazes de potencializar as ações de minimização ou até mesmo eliminação das agressões ao ambiente. No caso específico do Oeste baiano, a agricultura mecanizada de grandes extensões territoriais tem contribuído para a contínua degradação do bioma cerrado, levando a perda da sua biodiversidade (SOUZA, 2010).

Nesta perspectiva, as geotecnologias têm-se revelado uma importante ferramenta de auxílio a uma grande diversidade de utilizações, desde ações de pesquisa de recursos, passando pela prevenção de impactos negativos das atividades humanas sobre o território, até às ações de recuperação ambiental, entre muitas outras. A geotecnologia, através do geoprocessamento, apresenta um enorme potencial de utilização, principalmente devido ao seu baixo custo, se comparada às pesquisas sem utilização das mesmas (SCHEER, 2006). Quanto à aplicação de

produtos das geotecnologias de Sensoriamento Remoto na detecção da cobertura vegetal e das mudanças no padrão de uso da terra, tem sido realizada em todo o mundo. No Brasil, estes trabalhos têm sido bastante desenvolvidos, sobretudo na sequência das iniciativas desenvolvidas pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), especialmente no que diz respeito à disponibilização gratuitas de imagens de satélites CBERS e principalmente da série Landsat, com representação temporal desde 1970.

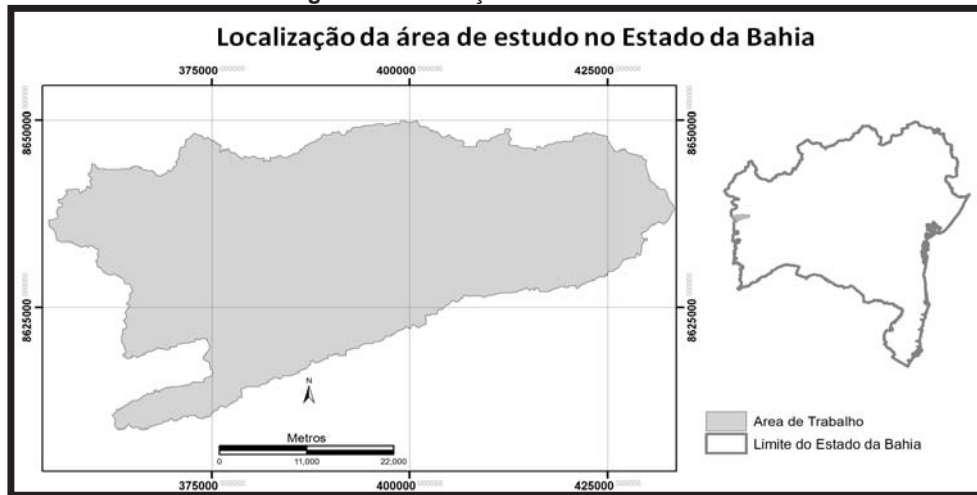
As análises e mapeamento multitemporal do uso e ocupação do solo ao nível das bacias hidrográficas também têm sido amplamente desenvolvidas, tendo em conta a fácil individualização desta unidade de paisagem, como exemplificado no trabalho de Kleinpaul (2005), que mapeou multitemporalmente o uso do solo da microbacia de Arroio Grande no município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. Neste contexto, destacam-se as geotecnologias, nomeadamente os SIG e o Sensoriamento Remoto, enquanto importantes ferramentas para acompanhar de maneira ágil as transformações do uso do solo, principalmente apoiando a criação de cartografia que represente esta dinâmica, favorecendo as corretas tomadas de decisão. Assim, este trabalho teve como objetivo fundamental a aplicação das geotecnologias na análise multitemporal da cobertura vegetal da bacia hidrográfica do Rio Borá, localizada no Município de Luís Eduardo Magalhães no Estado da Bahia, tomando por base as imagens de satélites dos anos de 1984 e 2011. Nesta análise, procurou-se identificar as áreas em que ocorreram alterações da vegetação natural, nomeadamente pela sua substituição por área agricultável.

2. Materiais e Métodos

2.1. Caracterização da área de estudo

A bacia hidrográfica do Rio Borá localiza-se no município de Luis Eduardo Magalhães, no território de identidade do Oeste da Bahia (Figura 1), mais especificamente entre as coordenadas geográficas 12°15' e 12°35' de Latitude Sul e 45°35' e 46°20' de Longitude Oeste, apresentando uma área total de 1.780 km².

Figura 1. Localização da área de estudo

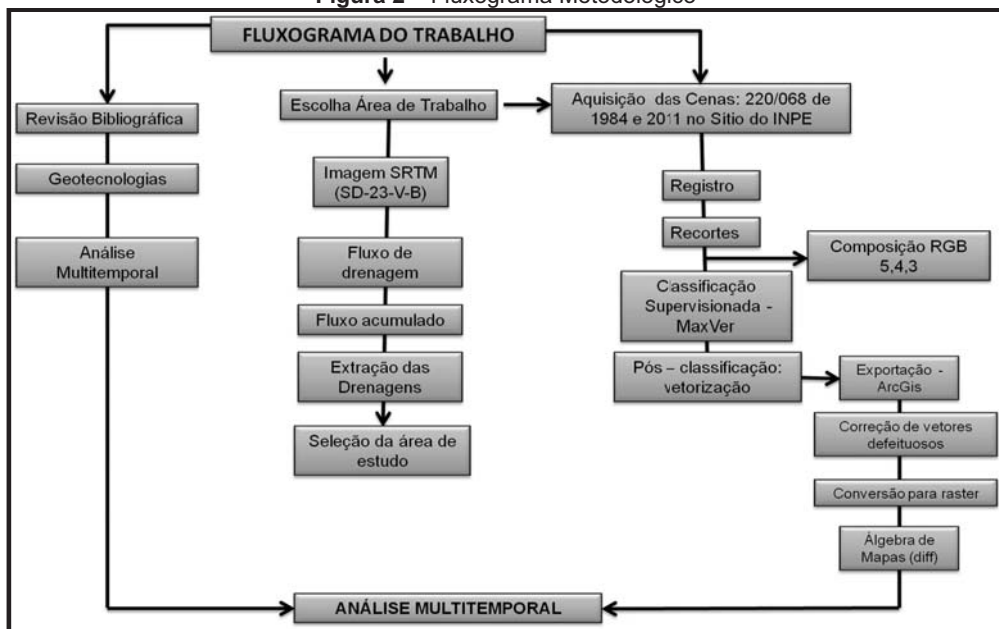


É uma sub-bacia do Rio de Ondas, que, como boa parte da região Oeste da Bahia, possui um tipo climático subúmido a seco, com temperatura média em torno de 24°C e pluviosidade em 1100 mm, concentradas entre os meses de outubro a abril. Em relação à cobertura vegetal, é formada principalmente pelo bioma cerrado. Os solos são essencialmente das classes dos Latossolos, Cambissolos, Luvisolos e Neossolos (SEI, 2009). A geologia é caracterizada pela presença de rochas do tipo: ardósias, arenitos finos e médios, argilitos, calcários, depósitos eluvionares e coluvionares, além dos depósitos fluviais, dolomitas, folhelhos e siltitos. Do ponto de vista geomorfológico, apresenta um relevo essencialmente tabuliforme, em torno dos 760 m de altitude, denunciando uma típica morfologia de chapadões (SEI, 2009). A partir destas características é possível verificar o grande potencial da área para a agricultura, sendo favorecida principalmente pela disposição geomorfológica de relevo plano e dos solos desenvolvidos, favorável à utilização das máquinas agrícolas.

2.2. Procedimentos metodológicos

O desenvolvimento do presente trabalho implicou a incorporação e interrelação de diversas geotecnologias, podendo-se distinguir várias etapas na sua prossecução (Figura 2). Após a necessária fase de recolha bibliográfica versando o tema aqui em análise, procedeu-se a um conjunto de operações prévias de preparação e adequação dos dados geográficos de base. Assim, procedeu-se à individualização da bacia hidrográfica a partir da imagem SRTM e posterior escolha e recolha das cenas que cobrem a área em estudo, acessíveis no sítio do INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial). De seguida desenvolveram-se as tarefas relacionadas como processamento digital das imagens de satélite, tendo como resultado obtido o mapa das áreas agricultáveis para 1984 e 2011. Subsequentemente, procedeu-se à importação dos dados vetoriais resultantes das imagens pós-classificadas para o ArcGis, no qual se fez a edição dos mesmos, sua posterior transformação para raster e aplicação de álgebra de mapa. Por fim, realizou-se uma adequada análise dos dados obtidos. Importa salientar que, por não possuímos arquivo digital dos limites da área de trabalho, foi necessário o tratamento da imagem SRTM (SD-23-V-B) a partir do roteiro para geração de carta de drenagens e delimitação de bacias hidrográficas utilizando o MDE (Modelo Digital de Elevação) no ArcGis 10.

Figura 2 – Fluxograma Metodológico



2.2.1. Imagens de satélite utilizadas

As imagens utilizadas correspondem à órbita/ponto 220/068 para representação dos dois cenários. Utilizaram-se, assim, duas cenas a partir das datas 1984 e 2011 das imagens TM/Landsat 5 de 20/06/1984 e 02/08/2011, com resolução espacial de 30 metros. Para a composição da imagem foram utilizadas as bandas 5, 4 e 3, correspondentes a região do infravermelho médio (1,55 a 1,75 μm), infravermelho próximo (0,76 a 0,90 μm) e do vermelho (0,63 a 0,69 μm). Utilizou-se esta composição de bandas por se entender que elas representariam melhor os alvos da área de estudo, segundo aponta Scheer (2006), objetivando sua melhor classificação, tendo-se aplicado como técnica de classificação a supervisionada.

2.2.2. Processamento digital das imagens

Para uma classificação adequada, realizou-se a correção geométrica a partir do registro imagem-imagem. Assim, a partir da imagem georreferenciada, neste caso a imagem de 2011, utilizou-se a ferramenta “map-registration-select GCPs: Image to Image” do software ENVI 4.5, obtendo-se 0.6 de RMS (erro médio quadrático). Logo após o georreferenciamento foi realizado o recorte da área de trabalho a partir do arquivo shapefile construído com o tratamento da imagem SRTM. Mais especificamente, nesta classificação utilizou-se o método Maxver (máxima verossimilhança) cuja ferramenta se designa “maximum Likelihood” no software utilizado. Esta técnica consiste na

implementação de um processo de decisão para que o computador possa atribuir certo conjunto de pontos da imagem (pixels) a uma determinada classe (NOVO, 1992). Trata-se de um método que considera a ponderação das distâncias entre médias dos níveis digitais das classes, utilizando parâmetros estatísticos. A distribuição de valores de reflectância numa área de treino é descrita por uma função de densidade de probabilidade, desenvolvida com base na estatística Bayesiana. Este classificador avalia a probabilidade de um determinado pixel pertencer a uma categoria à qual ele tem maior probabilidade de associação [INPE 2002].

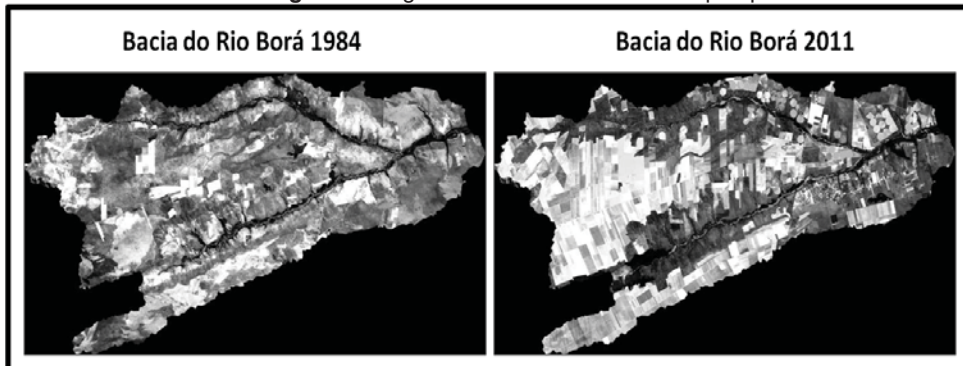
A partir da linguagem computacional de Álgebra de Mapas foi aplicado o operador lógico "diff" nos mapas gerados na etapa anterior pela classificação supervisionada, utilizando para tanto a ferramenta "Raster calculator" do ArcGis 10. O respectivo operador estabelece que se um valor de célula no raster A e raster B é diferente, o valor de célula no raster A é retornado. Por outro lado, se os valores de célula são os mesmos, o valor 0 (zero) é retornado.

3. Resultados e Discussão

Após os procedimentos do pré-processamento, foi aplicada a técnica de classificação supervisionada a partir do método Maxver para as respectivas imagens, atribuindo-lhes três classes, sendo elas: agricultura, vegetação densa, vegetação rala. Dessa forma, procurando analisar o avanço da área agricultável a partir de 1984 até 2011, foi suficiente o estabelecimento de apenas três classes. Para a classe "agricultura" os principais critérios de determinação foram a textura vegetacional lisa, além das características geométricas das áreas, geralmente expressas nas imagens por áreas de cores verdes e/ou magenta, em formato retangular ou circular acentuado (pivô central) uma vez que são formas características das atividades humanas no uso do solo, principalmente a agrícola. Para a classe "vegetação densa" foram escolhidas todas as áreas que tivessem uma acentuada cor verde e que não tivessem formato retangular, uma vez que na natureza a vegetação não se desenvolve geometricamente. Para a classe "vegetação rala" foram escolhidas áreas que evidentemente não obedecessem a padrões geométricos, tampouco evidenciassem uma concentração vegetacional ou intensidade de cores verdes, além das áreas em que era nítida a evidência de solo exposto.

Numa primeira aproximação, antes mesmo da classificação, é possível verificar nitidamente o avanço da área agricultável entre os dois períodos analisados (Figura 3). Fazendo uma comparação da cobertura vegetal entre as imagens, fica evidente o avanço da agricultura, principalmente a irrigada - pivô central.

Figura 3. Imagens de satélite utilizadas na pesquisa



A análise permite inferir que a predominância de pivô central em determinada área na imagem é devido à proximidade do exutório do rio, além da mesma estar situada em relevo plano que, conforme a distribuição do domínio geomorfológico no estado da Bahia, corresponde ao domínio dos Chapadões Ocidentais, caracterizados por elevadas pluviosidades e solos desenvolvidos, portanto, propícios às atividades agrícolas. Efetivamente, estes fatores estarão na base deste processo de transformação profundo da paisagem da área em estudo, apresentando-se como uma das principais causas para a intensidade do desflorestamento nesta área, já que as áreas planas são as mais valorizadas para agricultura do agronegócio.

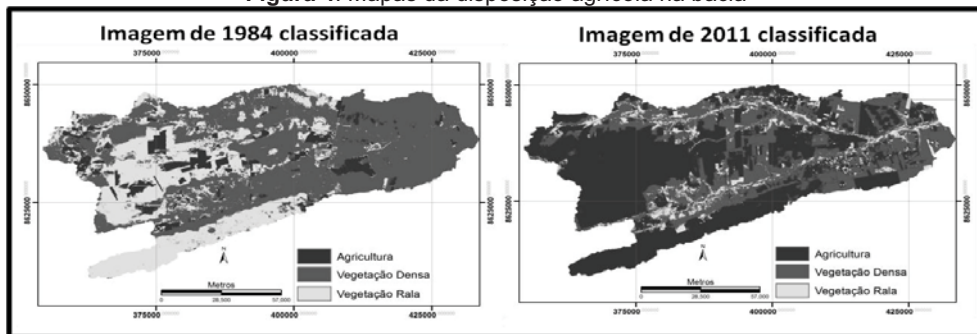
Os mapas mostram que as áreas da classe "agricultura" em 2011 aumentaram significativamente em relação às mesmas áreas no mapa de 1984, enquanto as áreas da classe vegetação densa regrediram intensamente. Além disso, as áreas da classe vegetação rala praticamente

desapareceram no mapa de 2011. O avanço da área agricultável torna-se mais evidente quando se quantifica as classes para os dois períodos em análise (Tabela 1).

Tabela 1. Evolução da área – classes dos mapas de 1984 e 2011

| Classe | 1984 (Km ²) | 2011 (Km ²) | Evolução (Km ²) | % |
|-----------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------------|------|
| Vegetação densa | 1009 | 607 | -401 | -40 |
| Vegetação rala | 565 | 146 | -419 | -74 |
| Agricultura | 209 | 1030 | 820 | +392 |
| Total | 1783 | 1783 | | |

Figura 4. Mapas da disposição agrícola na bacia



Deste modo, as classes “vegetação densa” e “vegetação rala” apresentam um retrocesso de 40% e 74% respectivamente, enquanto a classe agricultura apresenta 392% de aumento da área, que era de 209 km² em 1984 passando para 1030 km² em 2011, ou seja, um aumento de 820 km² em apenas vinte e sete anos.

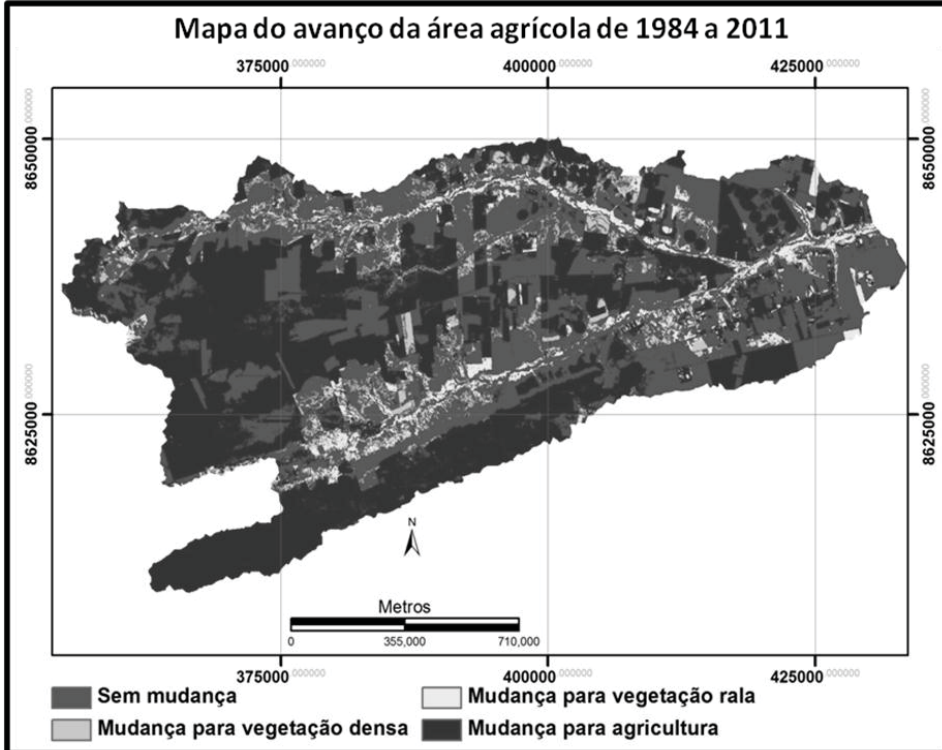
Com a análise da classificação, pôde-se observar que o software ao estabelecer o processamento fez confusão nalgumas classes. Apesar da seleção das áreas de treino para realizar a classificação, alguns polígonos (regiões) que deveriam pertencer a uma determinada categoria foram incluídos automaticamente noutra, ou seja, algumas áreas que deveriam ser classificadas como vegetação rala foram classificadas como agricultura. Por outro lado, algumas classes foram generalizadas, pois alvos distintos foram considerados como pertencentes a uma mesma categoria.

Este fenómeno é devido principalmente às características espectrais semelhantes entre algumas classes ou simplesmente possíveis erros ao selecionar os *pixels* para classificar os

alvos. Apesar de tudo, percebeu-se que a aplicação da técnica de processamento digital de imagens aumenta substancialmente a capacidade de extração de informações sobre alvos da superfície terrestre e cumpri de maneira hábil os objetivos.

Da análise realizada conclui-se que a agricultura registou um significativo avanço, principalmente sobre a classe da vegetação rala. Entretanto, é perceptível a grande quantidade de perda de área da vegetação densa para a agricultura, significando que grande quantidade de floresta do bioma Cerrado foi transformada em áreas agricultáveis. Os dois mapas gerados foram submetidos a uma análise visual e posteriormente a uma modelagem, justamente para espacializar as áreas que de facto foram transformadas em áreas agrícolas. Para tanto foi aplicado o operador lógico “diff” a partir da ferramenta “raster calculator” do ArcGis 10. Este operador cumpriu com grande satisfação as expectativas.

Figura 5. Mapa do Avanço da Área Agricultável, entre 1984 a 2011.



As classes estabelecidas pelo operador lógico foram quatro, sendo elas: a classe 0 (zero), nomeada como “sem mudança”, que corresponde às áreas em que não houve diferenças das classes entre os mapas de 1984 e 2011; a classe 1 (um), nomeada “Mudança para vegetação densa”, que são as áreas que foram classificadas como “agricultura” e/ou “vegetação rala” no mapa de 1984 e passaram a ser “vegetação densa”; a classe 2 (dois), nomeada “Mudança para vegetação rala,” que são as áreas que foram classificadas como “vegetação densa” e/ou “agricultura” em 1984 e que passaram a ser “vegetação rala” em 2011; por último, a classe 3 (três), nomeada “Mudança para agricultura”, onde foram detectadas todas as áreas que não eram agricultura em 1984 e passaram a ser em 2011. Deste modo, as áreas que aparecem com tom mais escuro no mapa são as que apresentavam um uso do solo distinto do uso agrícola em 1984, correspondendo ao avanço da agricultura na bacia do rio Borá durante o período considerado. A análise da representatividade das classes de uso do solo no presente mapa comprova o avanço da agricultura em 2011, quando comparado com a tabela 1 que mostrou claramente este crescimento.

4. Conclusões

Através deste trabalho confirmou-se o potencial das geotecnologias para manipulação rápida e econômica de dados de detecção remota referente aos recursos naturais, além da utilização dessas técnicas para estudar e analisar as transformações no ambiente, resultantes das diferentes atividades antrópicas, cuja representação em SIG se conseguiu fazer de maneira dinâmica e simplificada.

Quanto ao avanço da área agrícola constatada na bacia hidrográfica que analisamos, vários fatores poderão ser apontados como sua causa ou condicionante. Em primeiro lugar, o fato da localização da área em estudo em condições morfológicas propícias à prática das atividades agrícolas, principalmente a irrigada e mecanizada. Em segundo lugar, devido ao grande crescimento de investimentos agrícolas que se deu no Brasil e especificamente no Oeste da Bahia, a partir da década de 1970. Dessa forma, ambos os fatores, além de outros, a cada dia tem levado à perda da biodiversidade vegetal para a agricultura na área de estudo, cuja principal produção é o cultivo de soja, principalmente para exportação. Face a esta realidade, torna-se

emergencial a ação de políticas públicas que visem gerenciar o uso e ocupação do solo nas respectivas áreas.

Referências

- ALMEIDA, Aline Souza; SANTOS, Rosângela Leal; CHAVES, Joselisa Maria. Mapeamento de Uso do Solo no Município de Jeremoabo – BA: Uso do Algoritmo Máxima Verossimilhança (Maxver). In Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.7255.
- INPE.Tutorial SPRING. INPE, São José dos Campos, 2002.
- KLEINPAUL, JOEL JULIANO; PEREIRA, Rudiney Soares; HENDGES, Elvis Rabuske; BENEDETTI, Ana Carolina Paim; ZORZI, Cícero; FERRARF, Renata Análise Multitemporal da Cobertura Florestal da Microbacia do Arroio Grande, Santa Maria, RS. Bol. Pesq. FI., Colombo, n. 51, p.171-184. jul./dez. 2005. Disponível em <http://www.cnpf.embrapa.br/publica/boletim/boletarqv/boletim51/boletim51_pag171-184.pdf> acedido em 25 de outubro de 2011.
- NOVO, Evelyn Márcia Leão de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 2. ed São Paulo: E. Blucher, 1992.
- SANTOS, Clóvis Caribé Menezes. Impactos da Modernização da Agricultura no Oeste Baiano: Repercussão no Espaço do Cerrado a partir da Década de 80. Salvador: UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado).
- SCHEER, Marcia Aparecida Procópio da Silva; ROCHA, Jansle Vieira. Detecção de mudanças no uso da terra no município de Sertãozinho (SP) por meio de técnicas de geoprocessamento, 1981 – 2001. Revista Brasileira de Cartografia nº58/02, Agosto, 2006 (ISSN 1808-0936). Disponível em< <http://lsie.unb.br/index.php/rbc/article/view/109/93>> acedido em 25 de dezembro de 2011.
- SILVA, Ardemírio de Barros. Sistemas de informações geo-referenciadas: conceitos e fundamentos, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- SILVA, J. R.; MOURA, A. C. M.; GLERIANI, J. M.; SOUZA, W. P. de; MAGALHÃES, L. S. Detecção de mudanças da cobertura e uso da terra no município de Ouro Preto – MG, no período de 1989 a 2010. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR), 15, 2011, Curitiba. Anais... São José dos Campos: INPE, 2011. Disponível em <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p0506.pdf>> acedido em 25 de outubro de 2011.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Estatística dos municípios baianos. Salvador: SEI, 2009. V.3; 270.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E REALIDADE AUMENTADA: GUIA INTERACTIVO DO CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO EM BARCELÓS

Miguel Pereira

Universidade de Santiago de Compostela
mnmp00@gmail.com

Miguel Pazos Otón

Universidade de Santiago de Compostela
miguel.pazos.oton@usc.es

José Manuel Cotos Yáñez

Universidade de Santiago de Compostela
manel.cotos@usc.es

Resumo

Este aplicativo é um protótipo que está a ser desenvolvido especificamente para o troço do Caminho Português de Santiago que atravessa o concelho de Barcelos. O Guia possui a geoinformação necessária para que o Peregrino, à passagem pelo concelho de Barcelos rumo a Santiago, possa aceder a partir do seu "smartphone" a toda a geoinformação essencial.

Este Guia será uma mais valia para os Peregrinos que atravessem Barcelos, pois independentemente do dispositivo móvel que possuam ou do seu sistema operativo, o Peregrino terá tudo o que Barcelos tem para oferecer na palma da sua mão, com o mínimo de adaptação ou esforço.

Palavras-chave: SIG, Realidade Aumentada, Caminho Português de Santiago, Dispositivos móveis, Geolocalização.

Abstract

This application is a prototype that is being developed specifically for the section of the Portuguese Way to Santiago that crosses the municipality of Barcelos. The Guide has the geoinformation needed for the Pilgrim, in the passage by the municipality of Barcelos to Santiago, and can be accessed from the "smartphone".

This guide will be an asset to the Pilgrims passing through Barcelos, for whatever mobile device they own or your operating system, the Pilgrim have everything Barcelos has to offer in the palm of your hand, with minimal adaptation or effort.

Keywords: GIS, Augmented Reality, Portuguese Way of St. James, Mobile devices, Geolocation

1. Introdução

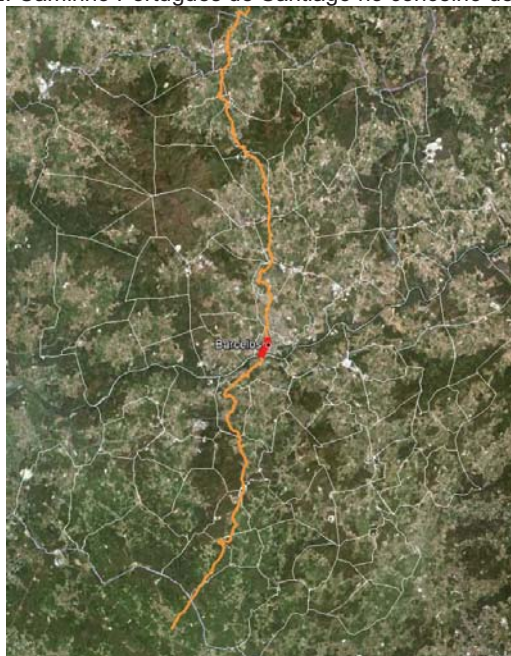
No âmbito dos trabalhos de investigação, apresentamos o Guia Interactivo do Caminho Português de Santiago em Barcelos. Este aplicativo é um protótipo que está a ser desenvolvido especificamente para o troço do Caminho Português de Santiago que atravessa o concelho de Barcelos. O Concelho de Barcelos tem cerca de 374 Km², divididos por cerca de 89 freguesias. O troço do Caminho Português de Santiago tem uma extensão aproximada de 30 quilómetros, atravessando o concelho de sul para norte, ficando a sede do concelho precisamente a meio.

Figura 1. Caminho Português de Santiago e localização relativa de Barcelos



Elaboração própria/Google Earth (2012)

Figura 2. Caminho Português de Santiago no concelho de Barcelos



Elaboração própria/Google Earth (2012)

2. Metodologia

O Guia que apresentamos possui a geoinformação necessária para que o Peregrino, à passagem pelo concelho de Barcelos rumo a Santiago, possua e tenha acesso, a partir do seu "smartphone" a toda a geoinformação essencial. Assim, o Peregrino terá ao seu dispor um conjunto de geoinformação interactiva sobre Barcelos, tais como: Monumentos, Albergues de Peregrinos, Alojamento hoteleiro, Restaurantes, informação direccional, alertas de Perigo, Lendas de Barcelos associadas ao Caminho de Santiago, Agenda Cultural, Farmácias, Bombeiros, Polícia, Hospital, etc.

Para conseguirmos obter toda esta geoinformação, organizá-la, estruturá-la e adaptá-la à tecnologia da realidade aumentada, foram necessários estabelecer determinados passos metodológicos para que o aplicativo de torne uma realidade.

1.º passo:

Levantamento de campo – aqui foi levantada toda a geoinformação necessária e essencial para suportar o aplicativo. Todo o percurso do Caminho Português de Santiago que atravessa o concelho de Barcelos, foi percorrido a pé. Assim, conseguiu-se georreferenciar o próprio itinerário, levantou-se todos os pontos de interesse relevantes e georreferenciaram-se as indicações direccionais e a sinalética de perigo. Nesta fase também se recorreu à pesquisa bibliográfica das lendas, dos monumentos existentes e ao levantamento fotográfico dos principais pontos de interesse e dos principais troços do Caminho de Santiago;

2.º passo:

Organização e estruturação da geoinformação – após o levantamento no terreno procedeu-se à organização e estruturação de toda esta geoinformação. Para isso tornou-se emergente a organização em ambiente SIG, onde os dados alfanuméricos foram organizados e estruturados em bases de dados arquitectadas para o efeito. Em relação aos elementos georreferenciados e marcados no terreno, foram devidamente organizados em "Layers", estruturados no formato polígono (Ex: pontos de interesse) e linha (Ex: eixo do Caminho de Santiago). Toda a geoinformação passou a estar organizada, acessível, consultável e questionável em ambiente SIG;

3.º passo:

Preparação dos elementos a integrar na plataforma de realidade aumentada – após a 2.ª fase ficaram ainda por organizar alguns elementos a integrar a plataforma de realidade aumentada. Nesta fase foram efectuados e finalizados as pinturas que compõem a identificação no aplicativo dos monumentos relacionados com este itinerário e a execução dos ficheiros mp3 com a locução mais exaustiva da descrição dos monumentos. Para isto, contamos com a colaboração de um pintor que, simultaneamente, também efectuou as locuções. Para a primeira tarefa, os desenhos foram efectuados em papel vegetal, onde posteriormente foram "scannerizados" e receberam um tratamento de imagem. Para as locuções, recorreu-se a um estúdio de gravação onde as mesmas foram gravadas no formato mp3;

4.º passo:

Inserção de todos os elementos na plataforma de realidade aumentada – nesta fase, foi necessário migrar a geoinformação existente em ambiente SIG para esta plataforma. Como recorremos a softwares de apoio para realizar esta tarefa e, porque o ambiente SIG ainda não é compatível com as plataformas de realidade aumentada, esta migração de geoinformação teve de ser feita manualmente. Esta tarefa revelou-se longa e cercada de cuidados para que a migração não fosse efectuada com erros;

5.º passo:

Teste e refinamento da aplicação de realidade aumentada – é nesta fase que neste momento nos encontramos. Estamos presentemente a testar a aplicação no terreno. Com isto, regressamos ao terreno para percorrer novamente o Caminho

de Santiago em Barcelos, para calibrare refinar a geolocalização e demais componentes do aplicativo.

Ao nível da interactividade com o utilizador, cada um destes pontos de interesse será sinalizado no Guia através de uma pintura (fig. 3 e fig.4) feita por um pintor Barcelense (no caso dos monumentos) e ícones gráficos de simbologia universal (no caso da restante geoinformação). Associada a essa informação gráfica estará uma caixa de texto com informação sucinta sobre o ponto de interesse (fig. 6) e nos locais mais importantes, além da caixa de texto, existirá um ficheiro áudio que disparará automaticamente assim que o Peregrino entre no raio de 30 metros do ponto de interesse. Esse ficheiro áudio será feito em duas línguas: Português e Inglês. Como o sistema de Realidade Aumentada fornece a geoinformação que está a uma distância máxima de 2 quilómetros em linha recta face à nossa geoposição, teremos associado um mapa que permitirá ao utilizador aceder ao ponto de interesse, não só a pé, mas também de veículo motorizado.

Este Guia é um "upgrade" de uma outra plataforma interactiva, baseada em operadores SIG, que surgiu nos trabalhos de investigação para obtenção do Mestrado, vencedora do Prémio Nacional Cidades de Excelência 2009 - categoria inovação - e também seleccionada como boa prática administrativa, no âmbito do projecto europeu DLA (Digital Local Agenda) - "*Barcelos nos seus dedos*". O Guia Interactivo do Caminho Português de Santiago em Barcelos é então a evolução da anterior plataforma, sendo este Guia criado especificamente para "smartphones", utilizando a tecnologia da Realidade Aumentada e as mais recentes evoluções ao nível da geolocalização. Pretende-se que no futuro este protótipo seja aplicado em outras cidades, regiões e conjugação com outros equipamentos e dispositivos de cariz mais urbano. Baseado nesta premissa, a próxima fase do projecto será a interacção deste aplicativo com painéis de rua tácteis e interactivos (fig. 6). Baseados na Patente de Invenção Nacional n.º 10672, publicado em 12 de Abril de 2012, pretende-se instalar uma rede de interactividade ao longo da cidade de Barcelos. Pretendem-se criar uma rede de pontos de conexão (fig.7) e interacção entre o painel interactivo e o dispositivo móvel do utilizador. Essa interactividade passa, entre outros, pelo descarregamento de mapas adaptados para a utilização em GPS no ambiente ou sistema operativo do dispositivo móvel, agenda cultural com geolocalização, principais pontos de interesse com interactividade de contactos e descarregamento para utilização GPS (Ex: gpx, ov2, csv, etc). O painel também utilizará a tecnologia de realidade aumentada, girando sobre si próprio até um ângulo máximo de 360°. Para evitar actos de vandalismo, cada painel é activado através do registo pelo Cartão de Cidadão do utilizador ou de uma senha a fornecer pelo Posto de Turismo. Este painel além da sua interactividade com os dispositivos móveis do cidadão, tem como missão orientar o cidadão num determinado território, sendo totalmente versátil e dinâmico. No fundo, pretende-se com estes painéis substituir os actuais e tradicionais painéis estáticos, com o mapa da cidade em formato papel e a indicação "você está aqui". Com estes painéis o cidadão poderá consultar e levar consigo toda a geoinformação relevante.

3. Resultados

Embora ainda estejamos numa fase, onde os resultados ainda não são mensuráveis, possuímos contudo metas para esses resultados.

O que queremos com este trabalho de investigação é que:

- este aplicativo seja replicado em outros territórios e em outras realidades;
- queremos que todo o Caminho Português de Santiago esteja acessível através desta plataforma e que Barcelos seja apenas o ponto de partida e o caso base de estudo;
- e que o utilizador/turista ao utilizar esta multiplataforma, se envolva no território em que está através da sua cultura, tradição, vivência e que, acima de tudo, este aplicativo (através do dispositivo móvel do utilizador ou dos painéis interactivos urbanos) se revele um verdadeiro convite para que o turista regresse.

4. Conclusão

Com este sistema integrado os Peregrinos/Cidadãos que passem por Barcelos terão ao seu dispor, através de um painel e/ou do seu dispositivo móvel, independentemente do seu sistema operativo, tudo o que Barcelos tem para oferecer na ponta dos seus dedos, com o mínimo de adaptação ou esforço.

Figura 3. Menu de introdução ao aplicativo (1.ª parte)



Elaboração própria (2012)

Figura 4. Menu de introdução ao aplicativo (2.ª parte)



Elaboração própria (2012)

Figura 5. Teste ao funcionamento do aplicativo (fase inicial)



Elaboração própria (2012)

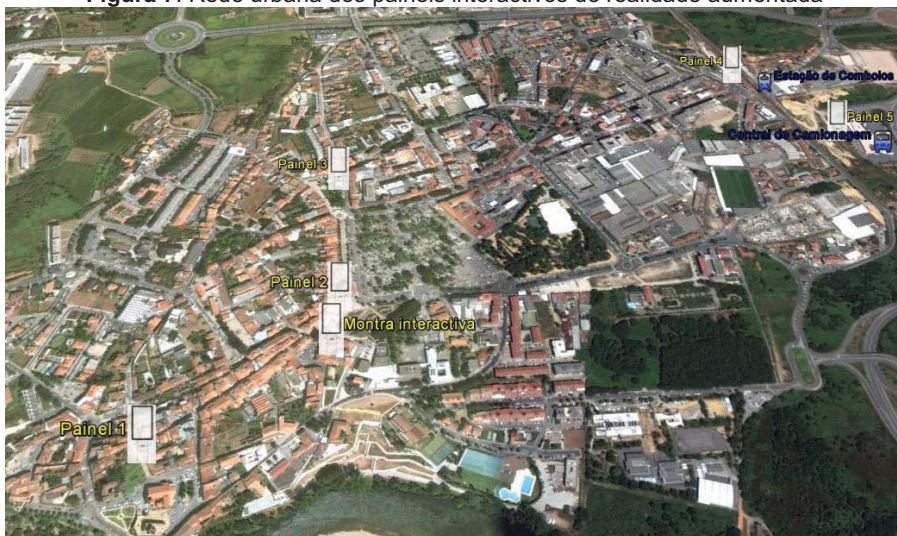
| Identificador | Descrição |
|---------------|---|
| 1 | Radar como marcação de todos os Pontos de interesse num raio de 2 quilómetros. O centro do radar é a localização actual do utilizador |
| 2 | Ícone do ponto de interesse seleccionado |
| 3 | Caixa de texto com a identificação do ponto de interesse seleccionado |
| 4 | Imagem do ponto de interesse seleccionado |
| 5 | Ícone da informação suplementar sobre o Ponto de Interesse seleccionado |
| 6 | Ícone de atalho para a captação fotográfica |
| 7 | Partilha de informação/foto para as redes sociais (Ex: facebook, twitter, etc.) |
| 8 | Ícone para encerramento da aplicação |
| 9 | Imagem real obtida pela câmara do dispositivo móvel |

Figura 6. Protótipo do Painel Interactivo com realidade aumentada (fase de anteprojecto)



Elaboração própria (2011)

Figura 7. Rede urbana dos painéis interactivos de realidade aumentada



Elaboração própria/Google Earth (2012)

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “*Barcelos, Cidades e Vilas de Portugal*”, Editorial Presença, Lisboa, 1990.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “*Castelologia Medieval do Entre-Douro-e-Minho. Das Origens a 1220*”, FLUP, Porto, 1978.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “*Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*”, FLUP, Porto, 1969 (policopiado).
- ANTUNES, João M. Viana – “*Carta Patrimonial de Barcelos*”, Barcelos Património, Barcelos, 1993.
- BONIFACE, C.; COOPER, C. – “*World Wide Destinations – The Geography of travel and tourism*”, Butterworth-Heinemann, Oxford, 2001.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS – “*Relatório sectorial do Turismo*”, Revisão do Plano Director Municipal, 2004.
- CARDOSO, António Homem Cardoso; ALMEIDA, Lourenço de – “*O Caminho Português de Santiago*”, Editora Lucerna, 1.ª edição, Cascais, 2005.
- CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA (CEFA) – “*Novas tecnologias de informação CAD/GIS/GPS*” – não publicado, Barcelos, 2006.
- CHRISMAN, Nicholas – “*Exploring geographic information systems*”, John Wiley & Sons, Inc., 1997.
- FONSECA, Ana Duarte; FERNANDES, João Cordeiro – “*Detecção Remota*”, Editora LIDEL, Lisboa, 2004.
- PARDELLAS, Xulio – “*Turismo religioso: o Camino de Santiago*”, Universidade de Vigo, 2005.
- PUEBLA, Javier Gutiérrez; GOULD, Michael – “*SIG: Sistemas de información geográfica*” – Editorial síntesis, Madrid, 1992.
- SCHMALSTEIG, D., FUHRMANN, A., SZALAVARI, Z., GERVAUTZ, M. – “*Studierstube – An Environment for Collaboration in Augmented Reality*” – CVE '96 Workshop, 1996.
- SOUSA, João – “*Sistemas de Informação Geográfica com o Autodesk Map 3D*”, FCA editora de informática, 2005.

AMBIENTE, CIDADE E SUSTENTABILIDADE

OS INCÊNDIOS FLORESTAIS NO INVERNO DE 2011-2012 NO DISTRITO DE BRAGA – RESULTADO DA EVOLUÇÃO NATURAL OU DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

António Bento-Gonçalves

Departamento de Geografia da Universidade do Minho
Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)
bento@geografia.uminho.pt

António Vieira

Departamento de Geografia da Universidade do Minho
Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)
vieira@geografia.uminho.pt

Flora Ferreira-Leite

Doutoranda – Bolseira FCT
Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)
floraferreiraleite@gmail.com

Resumo

O Inverno de 2011-2012 foi marcado por uma seca prolongada a que se associou uma vaga de incêndios. Usando o distrito de Braga como caso de estudo, analisamos o período de 1 de janeiro a 15 de março de 2012 em termos de incêndios florestais, relacionando-os com eventuais mudanças climáticas em curso. Palavras-chave: Incêndios Florestais; Mudanças Climáticas; Braga; Inverno.

Abstract

Forest fires in 2011-2012 winter in the district of Braga – natural evolution or climate change? The winter of 2011-2012 was marked by a prolonged drought and a wave of forest fires. Using Braga district as a case study, we analyzed the period from 1 January to 15 March 2012 in terms of forest fires, relating them to possible climate changes underway. Key-words: Forest Fires; Climate Change; Braga, winter.

1. Introdução

As últimas décadas têm sido marcadas por uma crescente preocupação em torno das problemáticas relacionadas com as mudanças climáticas e os seus efeitos diretos e indiretos para a sociedade.

A acompanhar esta tendência, também se multiplicou a investigação, procurando-se identificar causas, efeitos e medidas de mitigação.

É mais ou menos consensual que, a partir dos dados obtidos até ao momento e de acordo com a sua análise, se tem vindo a registar um aquecimento global do planeta. Também tem sido apontada a influência antropogénica para o incremento deste fenómeno.

A análise dos dados climáticos e das suas tendências, bem como as influências de origem humana, têm vindo a ser objeto de reflexão e de modelação, com o objetivo de perspetivar e prever o comportamento do sistema climático e avaliar estas mudanças climáticas. O estabelecimento de relações entre este fenómeno global e a ocorrência de incêndios florestais, nomeadamente na região mediterrânea, tem sido também uma preocupação dos investigadores.

2. Mudanças Climáticas e incêndios florestais

Na Europa Ocidental, a maior parte dos incêndios florestais ocorre no Verão, especialmente nas regiões de clima mediterrâneo. Como salienta Stephen Pyne (1996), o clima mediterrâneo poderia servir como definição de ambiente propício a incêndios. Os países europeus da região mediterrânea sofrem, em média, 50 000 fogos por ano que queimam cerca de 600 000 hectares floresta (Rowell and Moore, 2000). Por outro lado, há evidência da existência de uma relação entre o aumento da frequência e intensidade dos incêndios florestais e as mudanças climáticas globais e regionais (Dale *et al.*, 2001), nomeadamente no que diz respeito ao aumento na frequência de fenómenos extremos que se traduzem no aumento do número de dias quentes e secos (Durão e Corte Real, 2006).

De facto, o clima determina de uma forma muito importante a quantidade e o tipo de vegetação de cada região e a dinâmica sazonal do seu teor de humidade, influenciando direta e indiretamente a ocorrência de fogos florestais e respetiva propagação (Pyne *et al.*, 1996).

Atualmente, tal como no passado, a estrutura e composição da floresta é influenciada pelo regime de fogo (Heinselman, 1973; Wright e Bailey, 1982), definido pela distribuição das dimensões dos fogos, pela frequência dos eventos (incluindo a sua sazonalidade), pela intensidade e severidade, e pelo padrão espacial das áreas ardidas (Ventura e Vasconcelos, 2006)

Neste contexto, numerosos estudos têm usado GCMs (Global Climate Model) para simular o clima futuro, de forma a estimar o impacto das mudanças climáticas no regime de fogo. A maioria dos modelos parece prever um agravamento do aquecimento a altas latitudes no Inverno. Relativamente à precipitação, muitos modelos sugerem um aumento dos *deficits* de humidade, sobretudo no interior dos continentes durante o Verão.

Também a variabilidade dos eventos extremos pode ser alterada (Mearns et al., 1989; Solomon e Leemans, 1997), o que pode ter um impacto significativo na atividade do fogo uma vez que muitos dos maiores incêndios ocorrem num pequeno número de dias com clima extremo de fogo (Flannigan e Wotton, 2001).

A maioria destes estudos mostra uma grande variação regional da resposta da severidade do fogo às mudanças climáticas, que vão desde aumentos significativos em determinadas regiões a mudanças pouco significativas ou mesmo diminuição da severidade do fogo noutras (Bergeron e Flannigan, 1995; Flannigan et al., 2000).

Assim, julga-se que o principal impacto do aquecimento global ficará a dever-se a alterações na frequência e na severidade dos extremos climáticos, o que terá inevitavelmente por consequência o aumento do risco meteorológico de incêndio, sendo que a frequência de ocorrência de condições extremas é um fator de maior importância para a ocorrência de fogos do que as alterações nos valores médios das variáveis meteorológicas (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2001).

O mesmo se verifica nos estudos realizados para o território nacional, de facto, alguns cenários climáticos para o futuro sugerem um agravamento do risco meteorológico de incêndio no território do continente português (Pereira & Santos, 2003).

2.1. Mudanças climáticas no noroeste de Portugal continental

Na sequência das perspetivas de mudanças climáticas previstas nos trabalhos citados e sua direta relação com os incêndios florestais, foi desenvolvido um estudo no âmbito do projeto Adaptaclima, cujo principal objetivo se prendia com a avaliação do impacto das alterações climáticas nos incêndios florestais no AVE e elaboração de um plano de adaptação a esses impactos. Neste sentido, procedeu-se à análise das variáveis climáticas e realizou-se uma avaliação da magnitude das alterações climáticas na área considerada, num enquadramento temporal futuro específico (Bento-Gonçalves *et al.*, 2011a, 2011b).

Consequentemente foram implementados modelos climáticos baseados nas variáveis climáticas regionais consideradas adequadas, levados a cabo pelo Meteo Galicia (MeteoGalicia, 2010a, 2010b), tendo como área de estudo o AVE, utilizando-se os dados referentes às estações meteorológicas de Braga, Pedras Rubras e Montalegre.

As variáveis utilizadas para este estudo corresponderam às séries de Temperatura máxima, média e mínima, bem como as de Precipitação.

A análise das séries de Temperatura permitiu-nos identificar as tendências observadas à escala anual, estacional e mensal, para o período de 1970-2009.

Relativamente à tendência anual, observou-se um aumento significativo da Temperatura. Para as estações de Braga e Montalegre o aumento nas Temperaturas máxima, média e mínima foi de 0,5°C/Década. Na estação de Pedras Rubras o aumento foi de 0,5°C/Década para as Temperaturas média e mínima, mas de apenas 0,2°C/Década para a Temperatura máxima.

No que diz respeito à tendência estacional, verificamos que é a Primavera a estação do ano que apresenta um maior incremento da temperatura, atingindo em média, valores em torno dos 0,7°C/Década. Este comportamento verifica-se em todas as séries e temperaturas consideradas, embora com menor intensidade.

Relativamente à tendência mensal das temperaturas, destaca-se o mês de Março com aumentos mais significativos: nas estações de Braga e Montalegre o incremento observado é de cerca de 1°C/Década, enquanto em Pedras Rubras o aumento é menos significativo, de cerca de 0,6°C/Década.

Outro aspeto que tivemos em consideração, a partir dos dados diários das três séries de temperatura, foi a análise dos extremos. Concluiu-se que ocorreu uma diminuição significativa da frequência de dias frios e noites frias. Esta tendência foi mais acentuada na Primavera e no Verão, tendo atingido os valores mais significativos em Pedras Rubras no Verão (decrésimo de noites frias de -3,34 dias/década).

Quanto aos dias quentes, identificou-se um aumento, ocorrendo essencialmente na Primavera e Verão. Este aumento foi de cerca de 1,5 dias/década na Primavera (mais significativo em Braga) e de cerca de 2,5 dias/década no Verão (em Montalegre e Braga). Também se observou um acréscimo de noites quentes. No caso de Braga este acréscimo ocorreu não só na Primavera e Verão mas também no Outono. Em Pedras Rubras ocorreu em todas as estações do ano.

No que diz respeito à Precipitação acumulada anual, não se observa nenhuma tendência significativa em qualquer das três séries.

Por seu lado, relativamente ao comportamento estacional da Precipitação, observa-se uma tendência positiva quase significativa em Braga, no Outono, correspondente a um provável aumento de 1,58%, enquanto em Montalegre se observa também uma tendência positiva quase significativa no Outono de cerca de 1,97%/década.

Ao nível das tendências mensais, identifica-se uma diminuição da Precipitação no mês de Fevereiro e um aumento no mês de Outubro.

De referir que estes resultados estão de acordo com os obtidos no estudo das tendências para a Galiza, analisado para o período de 1960-2006, por Cruz *et al.* (2006).

Assim, com o previsível aumento, no mês de Março, da temperatura média entre 0,6°C e 1°C, conjugado com a diminuição da precipitação no mês de Fevereiro, irá aumentar o risco de incêndio nos meses de Fevereiro e de Março, havendo igualmente a esperar um forte incremento da recorrência dos incêndios florestais nesses meses, com um aumento da área queimada, aumento da erosão e ainda, aumento dos conflitos silvopastoris.

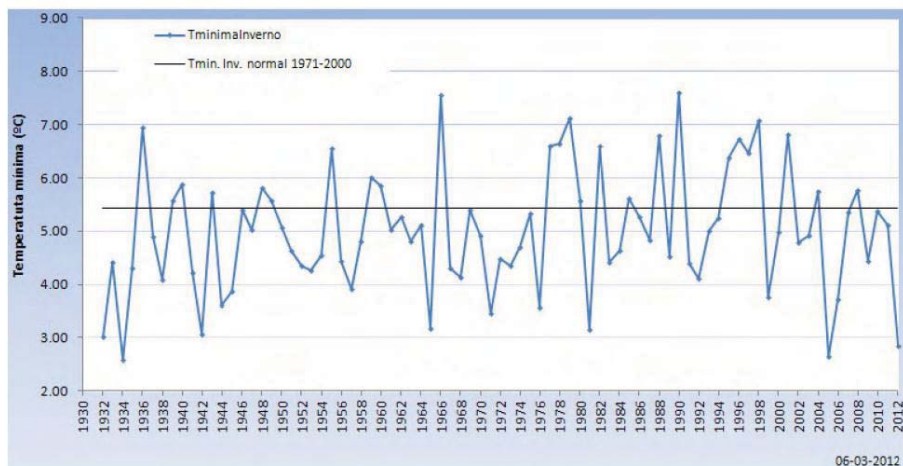
3. O inverno de 2011-2012

3.1. A seca

O Inverno de 2011-2012 foi marcado por uma seca prolongada. O Inverno climatológico de 2011/12 (meses de dezembro, janeiro e fevereiro) caracterizou-se pelo frio e quase ausência de precipitação em Portugal Continental.

Segundo o Boletim Climatológico Sazonal - inverno 2011/12 (IM, 2012) o valor médio da temperatura mínima do ar no inverno de 2011/12 em Portugal Continental foi o 3º mais baixo desde 1931 (Figura 1), registando uma temperatura mínima de 2.84°C, com uma anomalia em relação ao valor normal 1971-2000 de -2.59°C.

Figura 1. Temperatura mínima do ar no inverno em Portugal Continental – Desvios em relação à média 1971-2000



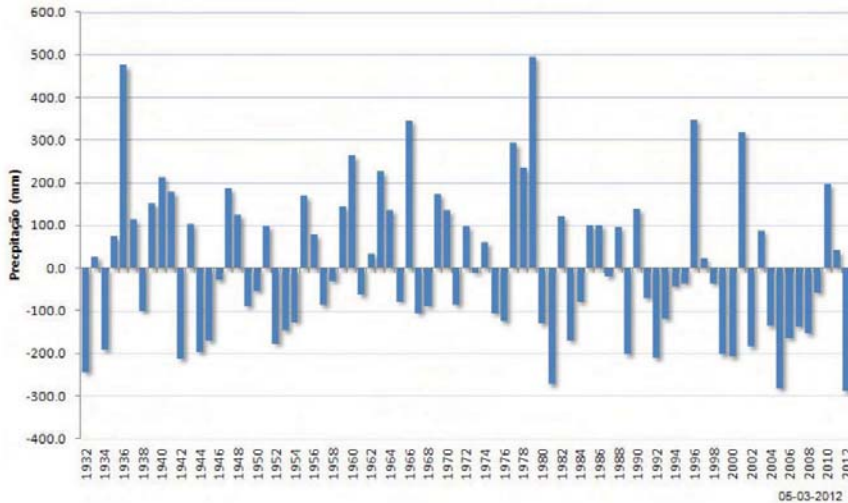
Fonte: IM, 2012

O valor médio da temperatura média do ar também foi inferior ao valor normal 1971-2000, com uma anomalia de -1.19°C e o valor médio da temperatura máxima do ar foi ligeiramente superior ao valor normal, em +0.21°C.

Durante o inverno verificaram-se vários dias com temperatura mínima inferior a 0°C em muitas regiões, com registo de valores mínimos absolutos em fevereiro, assim como a ocorrência de uma onda de frio prolongada em fevereiro em várias localidades.

Com um valor médio de precipitação de 63.9mm, o inverno registou um valor muito inferior ao normal 1971-2000 (352.5mm), o que permite classificá-lo como extremamente seco, sendo mesmo o inverno mais seco desde 1931 (Figura 2), ano de início dos registos continuados de observações (IM, 2012).

Figura 2. Precipitação total no inverno em Portugal Continental - Desvios em relação à média 1971-2000 (mm)



Fonte: IM, 2012

Esta situação ficou a dever-se à persistência excecional de um anticiclone de bloqueio na região Atlântica entre o Continente e os Açores que se estendia em direção à Europa Central, que se estabeleceu a partir da segunda metade de dezembro 2011 e permaneceu até final de fevereiro 2012.

Como consequência dos baixos valores de precipitação neste inverno, instalou-se uma situação de seca meteorológica que se foi intensificando em todo o território nacional.

Com efeito, em 29 de fevereiro de 2012, 100% do território continental encontrava-se nas classes de seca mais graves de acordo com o índice meteorológico de seca PDSI¹⁹, sendo que 68% se encontrava na classe de seca severa e 32% na de seca extrema, e a precipitação acumulada no ano hidrológico 2011/2012 no período de 1 de outubro de 2011 até 29 de fevereiro de 2012 (306,9 mm) era muito inferior ao respetivo valor da normal (1971-2000) (569 mm) (IM, 2012).

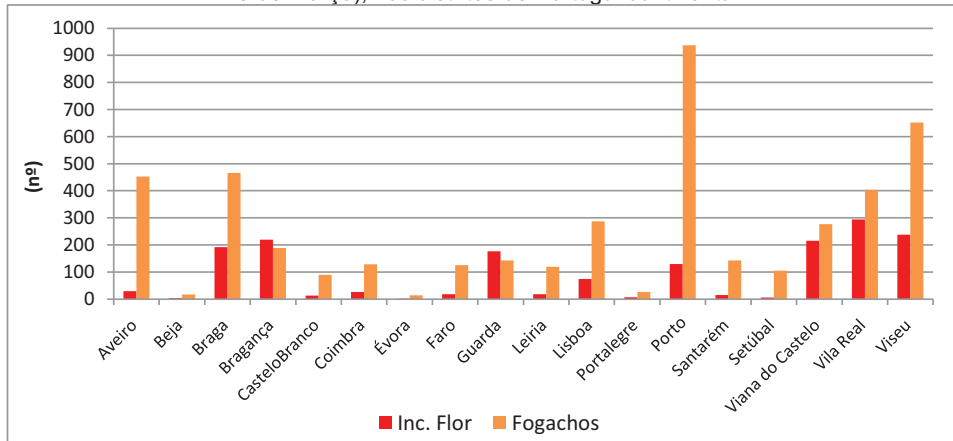
Em relação ao valor médio da quantidade de precipitação total no continente, verifica-se que fevereiro de 2012 foi o mais seco desde 1931, com um valor médio de 2,2 mm. (IM, 2012).

3.2. Os incêndios florestais

No inverno de 2011-2012 assistiu-se a uma vaga de incêndios de norte a sul do país, com maior incidência nos distritos a norte do rio Tejo, tendo mesmo em seis deles, sido ultrapassadas as 400 ocorrências, apenas no período de 1 de janeiro a 15 de março de 2012 (Figura 3).

¹⁹ O índice PDSI (*Palmer Drought Severity Index*) foi desenvolvido por Palmer (1965) e implementado e calibrado para Portugal Continental (Pires, 2003). Este índice baseia-se no conceito do balanço da água tendo em conta dados da quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo e permite detetar a ocorrência de períodos de seca classificando-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).

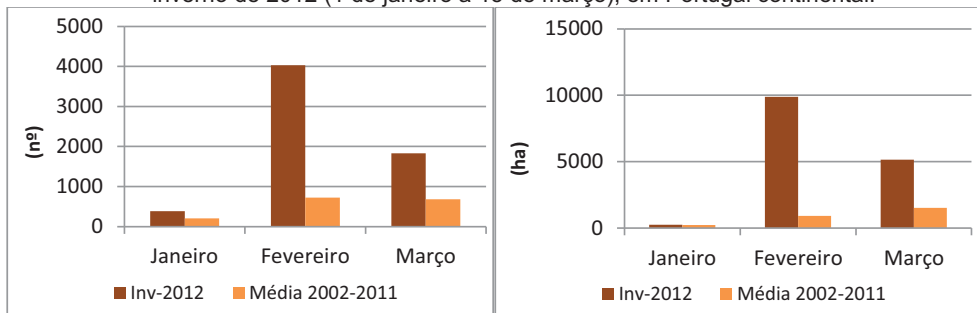
Figura 3. Número de fogachos e de incêndios florestais no inverno de 2011-2012 (1 de janeiro a 15 de março), nos distritos de Portugal continental.



Fonte: www.icnf.pt

No referido período, a nível nacional, foi o mês de fevereiro que mais se destacou com 4032 ocorrências a que correspondeu uma área ardida de 9889 hectares (Figura 4a, b).

Figura 4a, b. Número de ocorrências de incêndios florestais (a) e área ardida (b) nos meses de inverno de 2012 (1 de janeiro a 15 de março), em Portugal continental.

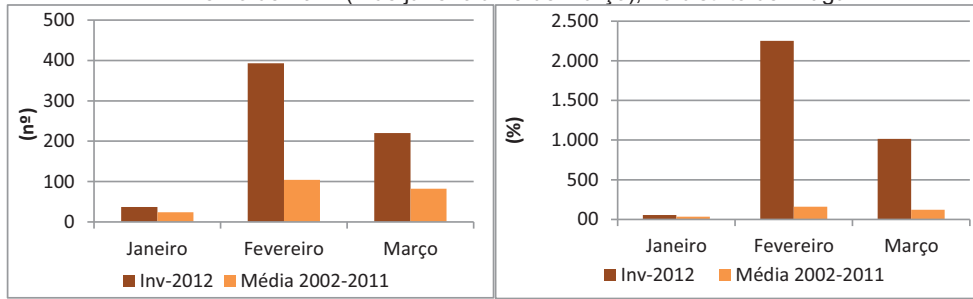


Fonte: www.icnf.pt

Neste contexto e ainda a nível nacional, podemos destacar a ocorrência de 33 incêndios com uma área ardida superior aos 100 hectares (considerados estatisticamente Grandes Incêndios Florestais), os quais foram responsáveis por uma área ardida de 6933 hectares, o que corresponde a 45,4% do total da área ardida, entre 1 de janeiro e 15 de março de 2012 (ICNF, 2012).

Também no distrito de Braga, acompanhando a realidade nacional, se destacou o mês de fevereiro, com 393 ocorrências e 2250,8 hectares, tornando o referido mês em responsável por 60,5% e 67,8% do total da ocorrências e da área ardida, respetivamente, no período em análise (Figura 5a, b).

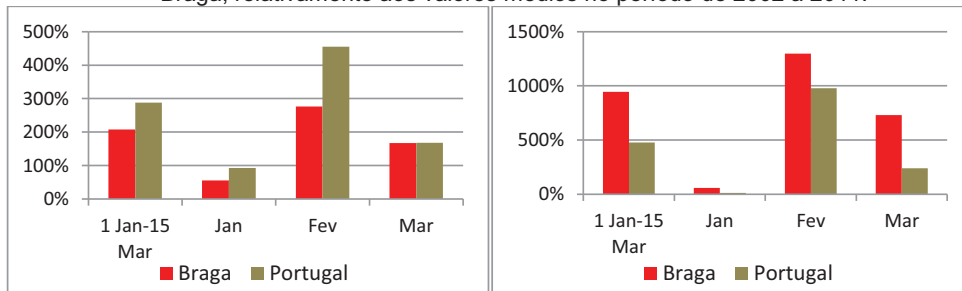
Figura 5a, b Número de ocorrências de incêndios florestais (a) e área ardida (b) nos meses de inverno de 2012 (1 de janeiro a 15 de março), no distrito de Braga.



Fonte: www.icnf.pt

No distrito de Braga, no mesmo espaço temporal, ocorreram sete Grandes Incêndios Florestais, que queimaram 1391 hectares, o que corresponde a 41,9% do total da área ardida (ICNF, 2012). Entre 1 de janeiro e 15 de março de 2012, a nível nacional, registou-se pois um aumento muito significativo, quer no número de ocorrências de incêndios florestais, que passou das 1610 (valor médio no período de 2002-2011) para as 6252 (aumento de 288,3%), quer das áreas ardidas, passando dos 2649 hectares (valor médio no período de 2002-2011) para os 15288 hectares (aumento de 477,1%) (Figura 6a, b).

Figura 6a, b Diferença percentual no número de ocorrências de incêndios florestais (a) e na área ardida (b) do inverno de 2012 (1 de janeiro a 15 de março), em Portugal continental e no distrito de Braga, relativamente aos valores médios no período de 2002 a 2011.



Fonte: www.icnf.pt

Verifica-se que foi o mês de fevereiro, com um aumento de 455,4% no número das ocorrências e um aumento de 977,2% na área ardida, que mais contribuiu para as enormes diferenças percentuais entre o inverno de 2012 e os valores médios correspondentes ao período de 2002 a 2011 (Figura 6a, b).

No distrito de Braga, comparativamente a Portugal continental, verificou-se uma menor diferença (208,1%) entre o valor médio no período de 2002-2011 e o número de ocorrências no inverno de 2012, mas observou-se uma maior diferença (944,5%) relativamente à área ardida, no referido inverno de 2012 (Figura 6a, b).

À semelhança do que se passou a nível nacional, também foi o mês de fevereiro que apresentou as maiores diferenças, destacando-se o aumento de 1296,3% na área ardida (Figura 6a, b).

4. Conclusão

A diminuição da precipitação no mês de fevereiro, projetada no “Adaptaclima”, a tornar-se uma realidade, mesmo não associada ao aumento da temperatura no mês de Março, é por si só propiciadora de condições favoráveis à ocorrência de um elevado número de incêndios florestais e de uma extensa área ardida. No entanto, devido às baixas temperaturas, a percentagem de área ardida em grandes incêndios florestais, relativamente à área ardida total, situou-se abaixo dos valores médios, quer no continente, quer no distrito de Braga.

A seca verificada no inverno de 2011-2012, a qual foi responsável pela vaga de incêndios verificada no mesmo período, deverá ser o alerta para as autoridades a adaptarem-se às mudanças climáticas em curso (ex: diminuição da precipitação no mês de fevereiro, concentração da precipitação no outono, aumento dos eventos extremos, ...), conduzindo a uma reorganização

das estruturas de prevenção, vigilância e combate, melhor adaptadas a uma “época de fogo” menos concentrada nos meses de verão e com incêndios de características diferentes, quer em termos de intensidade, quer em termos de severidade.

Fruto de mudanças climáticas em curso (?), ou apenas da variabilidade inter-anual do clima mediterrâneo, a ocorrência de seca extrema no inverno, mesmo com temperaturas reduzidas, mostrou-se propiciadora de condições favoráveis à deflagração de um elevado número de incêndios florestais, e mesmo à ocorrência de grandes incêndios florestais, pelo que, no futuro, se deverá dar mais atenção a este tipo de situação.

Bibliografia

- BENTO-GONÇALVES, A., VIEIRA, A., FRREIRA-LEITE, F., MARTINS, J., SILVA, D., SOARES, V. *Adaptação aos efeitos derivados das alterações climáticas. A floresta e as mudanças climáticas no Ave*. Guimarães: AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave, 2011a. ISBN 978-989-95470-5-6
- BENTO-GONÇALVES, A., VIEIRA, A., FRREIRA-LEITE, F. *Adaptação aos efeitos derivados das alterações climáticas. As mudanças climáticas e os incêndios florestais no Ave*. Guimarães: AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave, 2011b. ISBN 978-989-95470-5-6
- BERGERON, Y., FLANNINGAN, M. Predicting the effects of climate change on fire frequency in the Southeastern Canadian Boreal forest. *Water, Air, Soil Pollution*. 1995, 82, p. 437-444.
- CRUZ, R., LAGO, A., LAGE, A., RIAL, M., DIAZ-FIERROS, F., SALSÓN, S. Evolución recente do clima de Galicia. Tendencias observadas nas variables meteorológicas. In *Evidencias e impactos do cambio climático en Galicia*. Galicia, Xunta de Galicia, 2009, p. 1-58.
- DALE, V., JOYCE, L., MCNULTY, S., NEILSON, R., AYRES, M., FLANNIGAN, M., HANSON, P., IRLAND, L., LUGO, A., PETERSON, C., SIMBERLOFF, D., SWANSON, F., STOCKS, B., WOTTON, B. Climate Change and forest disturbance. *Bioscience*. 2001, 51 (9), 723-734.
- DURÃO, R., CORTE-REAL, J. Alterações Climáticas: Futuro dos Acontecimentos Extremos e do Risco de Incêndio. In PEREIRA *et al. Incêndios Florestais em Portugal, Caracterização, Impactes e Prevenção*. Lisboa: ISA Press, 2006, p. 231-255.
- FLANNINGAN, M., STOCKS, B., WOTTON, B. Forest Fires and Climate Change. *Science of the Total Environmental*. 2000, p. 221-230.
- FLANNIGAN, M., WOTTON B. Climate, weather and area burned. In *Forest Fires: Behavior & Ecological Effects* (eds Johnson EA, Miyanishi K). Academic Press: New York, 2001, p. 335 - 357.
- HEINSELMAN, M. Fire intensity and frequency as factors in the distribution and structure of northern ecosystems. In *Fire Regimes and Ecosystem Properties*. U.S. For. Serv. Gen. Tech. Rep., 1981, WO-26. p. 7-57.
- INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS. Relatório provisório de incêndios florestais – Fases Alfa, Bravo e Charlie. 01 de Janeiro a 30 de Setembro. Lisboa, 2012.
- INSTITUTO DE METEOROLOGIA. Boletim Climatológico Sazonal - inverno 2011/12. Lisboa, 2012.
- MEARNS, L., SCHNEIDER, S., THOMPSON, S. Climate variability statistics from General Circulation models as applied to climate change analysis. In *Natural Areas Facing Climate Change* (ed Malanson GP). SPB Academic Publishing, The Hague, 1989, p. 51 - 73.
- METEOGALICIA. *Informe sobre impactos sobre el Val do Ave – Portugal – Variables: precipitación, temperatura, evaporación, viento y radiación de onda corta (relatório interno)*. Conselleria de Medio Ambiente Territorio e Infraestruturas. Santiago de Compostela, 2010a.
- METEOGALICIA. *Informe sobre evidencias en Portugal – Variables: temperatura e precipitación (relatório interno)*. Conselleria de Medio Ambiente Territorio e Infraestruturas. Santiago de Compostela, 2010b.
- PEREIRA, J., SANTOS, M. *Cartografia das Áreas Queimadas e do Risco de Incêndio em Portugal Continental (1990-1999)*. Lisboa: Direção Geral das Florestas, 2003.
- PIRES, Vanda. *Frequência e intensidade de fenómenos meteorológicos extremos associados a precipitação*. Tese de Mestrado em Ciências e Engenharia da Terra. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.
- PYNE, S., ANDREW, P, LAVEN, R. *Introduction to Wildland Fire*. New York: John Wiley & Sons Inc., 1996.
- ROWELL, A., MOORE, P. Global Review of Forest Fires. WWF/IUCN.
- SOLOMON, A., LEEMANS, R. Boreal forest carbon stocks and wood supply: Past, present and future responses to changing climate, agriculture and species availability. *Journal of Agricultural and Forest Meteorology*, 1997, 84, p. 137-151.

VENTURA, J., VASCONCELOS, M. Alterações climáticas: Futuro dos acontecimentos extremos e do risco de incêndios. In PEREIRA *et al.* *Incêndios Florestais em Portugal, Caracterização, Impactes e Prevenção*. Lisboa: ISA Press, 2006, p. 93-114.

WRIGHT, H, BAILEY, A. *Fire Ecology: United States and southern Canada*. John Wiley and Sons: New York, 1982.

POVOAMENTO DISPERSO E CENTRALIDADES MÉDIAS DA BACIA TERMINAL DO LIMA: UM DESAFIO PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PARA A GESTÃO DE RISCOS.

António Pedrosa
CEGOT/Bolsista CAPES / UFU
aspedros@gmail.com

Andreia Pereira
bolseira FCT /FLUC/ CEGOT
andreaiflup@gmail.com

Resumo

A expansão do edificado na bacia terminal do rio Lima concretiza-se pela densificação da matriz de povoamento disperso pré-existente, encontrando-se desvinculada das características naturais, históricas e produtivas do território. Sem políticas de planeamento capazes de contrariar o crescimento “anárquico”, os novos espaços construídos são pouco eficientes e de risco acrescido. Esta análise incidirá sobre o agravamento dos riscos naturais nas zonas de transição entre espaços contrastantes quanto a dinâmicas naturais e socioeconómicas.

Palavras-chave: urbanização difusa, dinâmicas socioeconómicas, riscos naturais, ordenamento do território.

Abstract

The expansion of the built area in the final sector of the watershed of river Lima develops from the preexistent scattered settlement pattern, being disconnected from the natural, historical and productive dimensions of the territory. Without planning policies that were capable of preventing this "anarchic" growth, new built areas become ineffective and more risk prone. This analysis will focus on the worsening of natural hazards in the interfaces between contrasting spaces in what concerns to natural and socioeconomic dynamics.

Key-words: diffuse urban growth, socio-economic dynamics, natural hazards, territory management.

1. Introdução

As relações entre o ordenamento do território e a gestão de riscos naturais e tecnológicos têm sido amplamente debatidas pela comunidade científica nacional. No entanto, a integração de cartas de risco nos instrumentos de gestão territorial de âmbito local e regional é uma conquista relativamente recente, apenas concretizada na última geração de instrumentos de gestão territorial. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovado pela lei n.º58/2007, de 4 de Setembro “foi o primeiro instrumento de gestão territorial moderno que expressamente considerou os riscos e as vulnerabilidades territoriais na definição do modelo territorial”. (JULIÃO, 2009).

Não olvidando a extrema importância desta evolução para a prevenção e mitigação de riscos em Portugal, teremos de anotar que as metodologias oficialmente recomendadas para a avaliação e cartografia de riscos traduzem-se em cartas de susceptibilidade e vulnerabilidade estáticas, cuja validade se restringe a um período temporal específico e limitado, não sendo capazes de reflectir e enquadrar as dinâmicas territoriais. Referimo-nos concretamente às orientações técnicas constantes do Guia Metodológico para a Produção de Cartografia de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, cuja edição foi decretada pelo Despacho n.º 27660/2008.

Não é intuito deste trabalho proceder a uma análise crítica das metodologias de avaliação e cartografia de risco apresentadas neste documento, nem tão pouco debater se a normalização absoluta das técnicas aplicadas à escala nacional e europeia poderá implicar um desajustamento face à especificidade dos factores e processos de risco actuantes em territórios diferenciados. Reconhecemos o pioneirismo deste guia, que tem orientado a integração dos riscos no âmbito dos numerosos processos de revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's).

Defendemos, porém, que a interpretação da relação entre os riscos naturais e tecnológicos e as dinâmicas naturais e socioeconómicas exige um entendimento mais profundo do território, o qual apenas poderá ser alcançado mediante uma leitura diacrónica, integradora e sistémica.

A compreensão da manifestação do risco num determinado quadro geográfico, beneficia da sua divisão em sub-unidades territoriais, classificadas em função de uma matriz de critérios que inclui não só as suas características biogeofísicas, mas também a relação entre usos e funções e respectivas tendências evolutivas.

Esta linha de abordagem é especialmente útil em espaços de organização complexa e multifacetada, como é o caso da região do Minho, permitindo decifrar e monitorizar diferentes perfis de territórios de risco, com problemáticas e dinâmicas próprias.

No presente trabalho centramo-nos sobre a bacia terminal do rio Lima, onde expansão do edificado verificada principalmente no último quartel do século XX concretiza-se pela densificação da matriz de povoamento disperso pré-existente. Contudo, se esta obedecia à lógica funcional e orgânica dos territórios agro-silvo-pastoris, a urbanização recente encontra-se completamente desvinculada das características naturais, históricas e produtivas do espaço que ocupa e transforma.

Sem políticas de planeamento capazes de contrariar o crescimento “anárquico”, onde se encontram ausentes preocupações com a harmonização de usos e funções, com a definição de centralidades cívicas ou vias estruturantes, este urbanismo “à la carte” tem produzido territórios pouco eficientes, pouco ecológicos e de risco acrescido.

Não negligenciando a pluralidade de fenómenos de risco que este crescimento potencia, iremos centrar-nos sobre o agravamento dos riscos naturais. Esta análise incidirá sobre os processos associados às zonas de transição entre espaços contrastantes quanto às suas dinâmicas naturais e tipologias de ocupação. Visamos concretamente, o *hinterland* de centralidades médias, as manchas de edificação dispersa, as áreas de interpenetração do uso agro-florestal, industrial e residencial e os espaços agro-pastoris serranos em declínio. Estas constituem áreas de maior risco em relação a riscos como os movimentos de vertente, os incêndios florestais e a degradação da paisagem.

Diagnosticar as causas e avaliar a intensificação dos riscos naturais decorrente da urbanização difusa não planeada poderá contribuir para a identificação de zonas críticas e áreas de contenção a considerar no âmbito dos instrumentos de gestão territorial.

2. A estrutura territorial da bacia terminal do rio Lima: da matriz histórica aos processos de transformação recentes

A bacia terminal do rio Lima é um território de múltiplos contrastes naturais e humanos ditados, antes de mais, pela dicotomia entre a alta e a média montanha, os espaços de meia-encosta e a planície aluvial. Neste sector a jusante da barragem do Alto Lindoso o vale do Lima apresenta-se progressivamente mais aberto e com vertentes suaves, dando forma à ribeira Lima.

Por oposição ao modelo de concentração serrano, o povoamento disperso da ribeira Lima – cujas raízes ascendem à fundação das *villae* romanas, consolidando-se durante a presúria da reconquista e a criação dos domínios senhoriais – constituiu, desde sempre, um exigente desafio aos esforços de organização e administração do território.

Desde a romanização, as condições naturais do Noroeste ditaram um modelo particular de organização da propriedade. Se noutras regiões da Hispânia foi implantado o latifúndio; as *villas* rústicas apresentam aqui uma menor dimensão, surgindo parceladas em sub-unidades culturais. Assim, a descontinuidade e complexidade administrativa, o minifúndio e o parcelamento estão presentes desde os primórdios da ocupação deste vale, motivados por factores naturais e agudizados por conhecidos processos históricos, destacando-se a «*pulverização jurisdicional*» resultante da concessão de terras à Nobreza e ao Clero na Idade Média, bem como a extinção dos morgadios no século XIX.

Sobre este sistema territorial actuará o fenómeno de urbanização difusa que, desde o último quartel do século XX, se expande pelas freguesias mais próximas das centralidades regionais, obstando a um equilibrado ordenamento do território. Como consequências directas ressaltam a elevação dos custos de infra-estruturação e manutenção das redes e serviços básicos e o incremento da probabilidade de ocorrência de processos de risco e da vulnerabilidade das populações.

Quadro 1. Evolução do uso do solo na bacia terminal do rio Lima entre 1990 e 2006

| Classes de Uso do Solo | Área (hectares) | | Área ocupada em relação ao total da bacia (%) | | Variação 90 – 2006 (%) |
|---|-----------------|---------------|---|-------------|------------------------|
| | 1990 | 2006 | 1990 | 2006 | |
| Tecido urbano contínuo | 179,45 | 230,75 | 0,153% | 0,196% | 22,23 |
| Tecido urbano descontínuo | 1.715,09 | 2.633,16 | 1,459% | 2,241% | 34,87 |
| Outros espaços edificados | 317,68 | 618,38 | 0,270% | 0,526% | 48,63 |
| Culturas temporárias de sequeiro | 291,99 | 291,99 | 0,248% | 0,248% | 0,00 |
| Culturas temporárias de regadio | 995,28 | 995,28 | 0,847% | 0,847% | 0,00 |
| Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes | 19.335,9 1 | 17.382,6 5 | 16,454% | 14,791 % | -11,24 |
| Vinhas | 68,93 | 438,77 | 0,059% | 0,373% | 84,29 |
| Pastagens permanentes | 2.471,48 | 2.467,43 | 2,103% | 2,100% | -0,16 |
| Sistemas culturais e parcelares complexos | 1.858,47 | 2.801,99 | 1,581% | 2,384% | 33,67 |
| Agricultura com espaços naturais e semi-naturais | 7.447,41 | 7.344,87 | 6,337% | 6,250% | -1,40 |
| Florestas de folhosas | 3.798,02 | 3.705,50 | 3,232% | 3,153% | -2,50 |
| Florestas de resinosas | 13.736,6 5 | 7.600,13 | 11,689% | 6,467% | -80,74 |
| Florestas mistas | 10.367,0 8 | 8.043,20 | 8,822% | 6,844% | -28,89 |
| Florestas abertas, cortes e novas plantações | 13.507,8 5 | 21.094,2 0 | 11,494% | 17,950 % | 35,96 |
| Vegetação herbácea natural | 5.847,28 | 5.669,83 | 4,976% | 4,825% | -3,13 |
| Matos | 11.283,5 0 | 11.177,5 1 | 9,602% | 9,511% | -0,95 |
| Vegetação esparsa | 20.926,7 9 | 21.430,6 0 | 17,807% | 18,236 % | 2,35 |
| Áreas ardidas | 380,91 | 317,27 | 0,324% | 0,270% | -20,06 |
| Rocha nua | 1.532,17 | 1.530,25 | 1,304% | 1,302% | -0,13 |

Fonte: Tratamento estatístico elaborado a partir da cartografia CORINE Land Cover 1990 e 2006 para Portugal Continental, à escala 1: 100.000, do Instituto Geográfico Português

A evolução do uso do solo na bacia terminal do rio Lima entre 1990 e 2006 (QUADRO 1) evidencia a tendência de expansão do tecido edificado, bem como a intensificação do seu carácter disperso. A interpretação da evolução patente no quadro 1 carece do esclarecimento do significado exacto dos dados cartográficos que lhe estão subjacentes. O guia técnico da cartografia Corine Land Cover (Bossard *et. al*, 2000) informa que “No caso de mosaicos de zonas cultivadas e zonas construídas, utiliza-se um limiar mínimo de 30% de ocupação urbana para determinar a classificação da zona como tecido urbano descontínuo. Caso a zona urbana ocupe uma área inferior a 30% do total, adopta-se a classificação de sistemas culturais e parcelares complexos”. Daqui se depreende que a área de ocupação urbana difusa poderá ser ainda superior aos números apresentados, sobretudo se tivermos em linha de conta que a área cartográfica mínima desta cartografia é de 25 ha. Procuramos suprir esta imprecisão na análise mais fina conduzida em quatro áreas seleccionadas enquanto casos de estudo exemplificativos de diferentes perfis evolutivos.

É igualmente expressiva a redução da área de floresta de resinosas, com uma variação negativa de 80%, bem como de floresta mista, que regista um decréscimo de perto de 30%. Exibindo tendência inversa, as florestas de produção em exploração activa, enquadradas na classe “Florestas abertas, cortes e novas plantações”, apresentam uma taxa de crescimento de 35%. No que respeita à área agrícola, saliente-se o declínio de 11,24% das culturas temporárias e/ou

pastagens associadas a culturas permanentes, tipo de uso muito característico dos espaços agro-pastoris do Alto Minho, onde as associações culturais na mesma parcela são tradicionais, em virtude da matriz minifundiária da propriedade. Atente-se ainda no notável crescimento da área de vinha, com um incremento superior a 84%, decorrente do recente processo de afirmação de mercado do vinho verde.

Este quadro global das variações do uso do solo permite-nos identificar as grandes forças de mudança da estrutura territorial e de mutação da paisagem da área em estudo nos últimos 20 anos: - a urbanização difusa, a abandono dos espaços agro-silvo-pastoris tradicionais, a expansão da floresta de produção e os incêndios florestais.

Os Censos de 1991, 2001 e 2011 confirmam a tendência de decréscimo da população residente na bacia terminal do rio Lima, acentuando-se no último período intercensitário, onde se verifica uma variação negativa superior a 3% (QUADRO 3). Paralelamente a densidade populacional também sofre uma redução na ordem dos 5% (QUADRO 2). Em contraste, o número de edifícios evidencia um incremento de 18%, assistindo-se, de igual modo, ao reforço da densidade de edifícios, com um crescimento de aproximadamente 5%.

Quadro 2. População residente e n.º de edifícios em 1991, 2001 e 2011

| | 1991 | 2001 | 2011 |
|------------------------|---------|---------|---------|
| População Residente | 166.065 | 165.864 | 160.476 |
| Densidade Populacional | 136,73 | 135,98 | 129,17 |
| N.º de Edifícios | 63.436 | 67.210 | 74.897 |
| Densidade de Edifícios | 43,36 | 50,84 | 56,31 |

Fonte: Censos 2011 (XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação), Resultados Provisórios, INE, 2011.

Quadro 3. Variação (%) da população residente e do n.º de edifícios entre 1991, 2001 e 2011

| | 1991/2001 | 2001/2011 | 1991/2011 |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|
| População Residente | -0,12 | -3,25 | -3,37 |
| N.º de Edifícios | 5,95 | 11,44 | 18,07 |

Fonte: Censos 2011 (XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação), Resultados Provisórios, INE, 2011.

Esta macro análise, de âmbito regional, necessita de ser complementada por uma espacialização mais fina das dinâmicas funcionais e sociodemográficas, a fim de possibilitar a delimitação e caracterização de diferentes perfis de territórios de risco, articulando os factores de unidade e diversidade presentes na bacia terminal do rio Lima. Neste sentido, a definição da escala e intervalo de tempo mais adequados à análise da susceptibilidade e da vulnerabilidade são preocupações inerentes ao conceito de territórios de risco.

3. Dinâmicas territoriais e criação de condições de risco

A identificação e tentativa de delimitação de territórios de risco obriga a perspectivar o espaço geográfico como um cenário de cruzamento de forças, agentes e processos, encontro que poderá conduzir a situações de ruptura e desequilíbrio traduzindo-se, em última análise, na ocorrência de desastres.

Deste modo, o conceito de território de risco expressa uma unidade espacial com uma forte susceptibilidade e/ou vulnerabilidade a um conjunto de riscos específicos, cuja incidência resulta das próprias dinâmicas ambientais e socioeconómicas, ou seja, da interacção de processos segundo um padrão sistemático e/ou recorrente.

A própria organização da ocupação humana do espaço pode ser geradora de condições que despoletam a manifestação de riscos latentes ou geradoras de novos riscos. A coexistência, por vezes promiscua, de usos e funções (residencial, industrial, comercial) potencia a ocorrência e a propagação de desastres naturais e tecnológicos.

Os espaços urbanos constituem ambientes artificiais, tecnologicamente regulados, onde se verifica uma alteração profunda do funcionamento dos processos naturais, sejam os sistemas de drenagem, os mecanismos de evolução da morfologia do terreno, as dinâmicas ecossistémicas ou ainda o comportamento das variáveis climáticas (PELLING, 2003). A plena dimensão das

modificações introduzidas nos sistemas biogeofísicos nas áreas urbanizadas é muitas vezes difícil de avaliar e frequentemente negligenciada pelas autoridades responsáveis pela administração territorial. Por outro lado, a elevada densidade populacional e concentração do tecido edificado que usualmente caracteriza os meios urbanos traduz-se numa elevada vulnerabilidade individual e colectiva face aos riscos (GODSCHALK, 2003) dificultando a implementação de medidas de prevenção e a prestação de socorro em cenários de crise.

Nas áreas periurbanas e de urbanização difusa, frequentemente objecto de pressão urbanística, manifestam-se as consequências da ocupação desordenada. A construção de novas áreas residenciais, industriais e comerciais não planeada – que não é enquadrada ou contorna os instrumentos de gestão territorial –, produz territórios desprovidos de infra-estruturas, equipamentos e serviços essenciais, altamente expostos a riscos naturais, tecnológicos e sociais. Nos territórios onde o tecido edificado evolui segundo uma matriz descontínua, a interpenetração de usos e funções agrava as condições indutoras da ocorrência de desastres. Recorrentemente, a expansão urbana contorna “clareiras” disfuncionais, rodeando antigas áreas de uso agro-silvo-pastoril votadas ao abandono ou a uma gestão casuística e ineficaz.

Por outro lado, a expansão de novas áreas urbanizadas em territórios tradicionalmente rurais, de matriz agro-silvo-pastoril, compromete os equilíbrios anteriormente existentes, por desconhecimento ou desrespeito das dinâmicas naturais, aumentando os impactos de processos como as inundações, os incêndios ou a instabilidade de vertentes. Não podemos esquecer que as comunidades humanas, no seu processo de apropriação do espaço, transformam profundamente o território a nível geomorfológico, hidrológico, pedológico e biológico. As práticas agrícolas e pastoris passam a constituir parte integrante dos ecossistemas dos espaços rurais, levando à sua conversão em geossistemas antropizados. Este facto é particularmente premente nos territórios de média montanha do Alto Minho, intensamente transformados por uma ocupação humana multissecular. A fixação dos grupos agro-pastoris nas vertentes serranas implicou uma reestruturação global destes territórios, condicionada pela aptidão edáfica, hidro-climática e florística dos vários sectores altitudinais das encostas para a prática da agricultura e para o pastoreio do gado.

A sustentabilidade e equilíbrio destes territórios serranos encontram-se intrinsecamente dependentes das várias intervenções do Homem sobre o Meio, condicionando a drenagem hídrica superficial e sub-superficial dos solos, assegurando a conservação e limpeza das matas e florestas, contribuindo para a manutenção da biodiversidade. Refira-se a extrema importância das práticas agro-pastoris tradicionais para a prevenção de diversos tipos de riscos naturais, designadamente a instabilidade de vertentes (influenciada quer pelas dinâmicas hidrológicas, quer pela transformação das características hidro-morfológicas), a perda da fertilidade dos solos, os incêndios florestais e a diminuição da biodiversidade.

A antropização dos ecossistemas de montanha explica a necessidade do seu reequilíbrio quando o Homem abandona estes espaços, quando se procede à modernização das práticas agro-pastoris tradicionais ou ainda quando se verifica uma reconversão do uso do solo.

4. Identificação e caracterização de tipologias de territórios de risco na bacia terminal do rio Lima

A abordagem adoptada para a análise da relação entre as dinâmicas territoriais e a criação de condições catalisadoras de riscos naturais na bacia terminal do rio Lima foi a selecção de cinco casos de estudos, agrupando cada um destes um número variável de freguesias, representativos de diferentes perfis de relação Homem – Meio e de cenários distintos quanto à evolução demográfica e de edificação das últimas duas décadas.

Os critérios subjacentes à definição dos casos de estudo prenderam-se com a sua inserção no relevo da bacia, o sistema de povoamento, os usos do solo predominantes e o seu padrão de distribuição e a evolução dos indicadores demográficos e da edificação no período 1991 – 2011.

A análise das tendências demográficas baseou-se nos dados disponibilizados pelos Censos 2011 (INE, 2011). Quanto à evolução do uso do solo foi realizada através do tratamento geo-estatístico em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica) da Cartografia de Ocupação do Solo para 1990 (COS'90, IGP – Instituto Geográfico Português) e 2006 (ESA-IPVC - Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo), à escala 1:25.000.

Com base nestes critérios foram consideradas cinco tipologias de “*territórios de risco*”, com dinâmicas funcionais e sociodemográficas díspares:

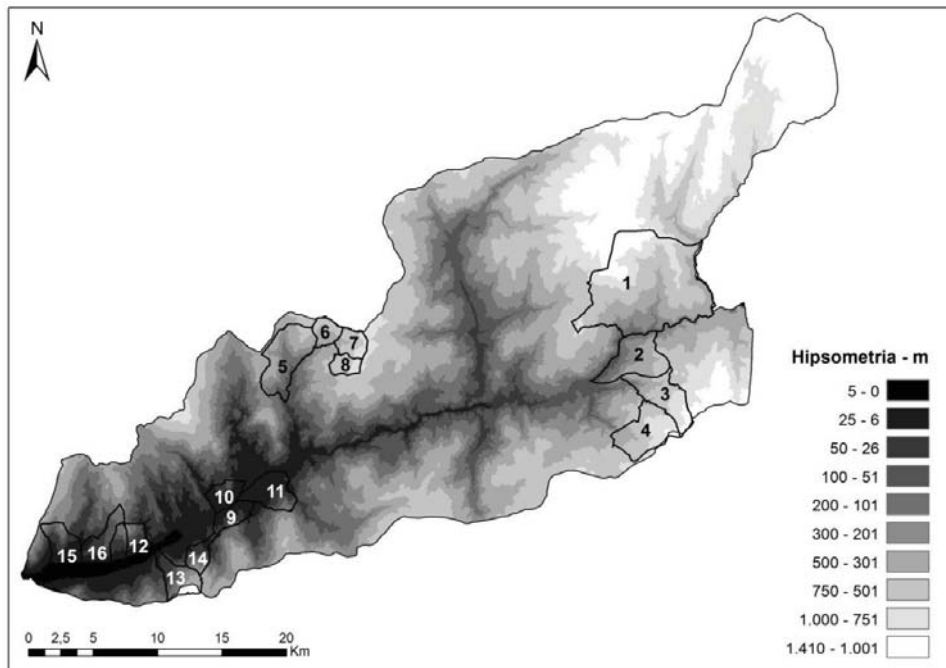
- Freguesias de alta montanha – Germil, Ermida, Soajo e Britelo;
- Freguesias de média montanha – Rendufe, Labruja, Labrujó e Vilar do Monte;
- Freguesias da “*Ribeira Lima*” – Vitorino das Donas, Fontão e Correlhã;

- Freguesias periurbanas – Cardielos, Deocriste, Geraz do Lima (Santa Maria)
- Freguesias suburbanas – Meadela e Santa Marta de Portuzelo.

A análise individual das tipologias elencadas, seguidamente apresentada, permitirá avaliar em que medida as tendências evolutivas identificadas constituem um potencial agravamento das condições de risco.

Figura 1. Localização das áreas de estudo sobre hipsometria da bacia terminal do rio Lima

- | | |
|------------------------|---------------------------------|
| 1. Soajo; | 11. Correlhã; |
| 2. Britelo; | 12. Cardielos; |
| 3. Ermida; | 13. Deocriste; |
| 4. Germil; | 14. Geraz do Lima (Santa Maria) |
| 5. Labruja; | 15. Meadela; |
| 6. Rendufe; | 16. Sta Marta de Portuzelo. |
| 7. Labrujó; | |
| 8. Vilar do Monte; | |
| 9. Vitorino das Donas; | |
| 10. Fontão; | |



Fonte: Elaboração própria.

4.1. Freguesias de alta montanha

As freguesias de Soajo, do concelho de Arcos de Valdevez e Britelo, Ermida e Germil, do concelho de Ponte da Barca apresentam uma posição periférica na bacia hidrográfica, especialmente em relação ao principal pólo urbano, a capital de distrito, Viana do Castelo.

Integradas quase na totalidade no Parque Nacional Peneda-Gerês, constituem um exemplo típico de espaço de montanha no Noroeste Português. Com uma variação altitudinal que oscila entre os 200 e os 1200 m, apresentam um relevo acidentado, caracterizado por fortes declives. Esta morfologia de origem tectónica define o encaixe mais vigoroso do rio Lima num vale de alinhamento rígido.

A evolução demográfica do conjunto das freguesias pauta-se por uma variação negativa da população residente em quase 40% e uma redução da densidade populacional em cerca de 65%. Regista-se, simultaneamente, uma ligeira diminuição do número de edifícios.

O cenário de despovoamento que as estatísticas expressam, não se faz reflectir numa redução significativa da área agrícola, implementada quase exclusivamente nos sectores de menor

altitude, que se mantém praticamente inalterada. Acreditamos que o recuo da actividade agrícola tenha sido um fenómeno centrado nas décadas de 70 e 80.

O processo de transformação do uso do solo (QUADRO 4) que mais de destaca é a diminuição drástica da área florestal, - 29 %, e o correspondente aumento da área de matos e vegetação degradada. A explicação para esta evolução encontra-se nos fogos de grandes dimensões e curto período de retorno que têm afectado esta área ao longo dos últimos 20m anos. Segundo as estatísticas oficiais da Autoridade Florestal Nacional Principal mais 2/4 da área total foi atingida por incêndios florestais entre 1990 e 2011.

Ao risco de incêndio soma-se a conseqüente perda valores ambientais e paisagísticos, seja pela destruição dos povoamentos de resinosas nos sectores mais elevados, seja pela degradação do mosaico agro-florestal nos sectores mais próximos ao Lima, onde as culturais anuais de regadio, surgem intercaladas com bosques mistos e carvalhais.

A área urbana também sofre um aumento expressivo, cerca de 42%, ainda que nunca chegue a representar uma ocupação importante neste território.

Quadro 4. Evolução do uso do solo entre 1990 e 2006 para a tipologia “Alta Montanha”

| | | Britelo | Ermida | Germil | Soajo | Total |
|---------------|------|---------|--------|---------|---------|---------|
| Uso urbano | 1990 | 30,77 | 4,88 | 3,90 | 63,32 | 102,87 |
| | % | 2,39 | 0,44 | 0,30 | 1,08 | 0,89 |
| | 2006 | 63,00 | 6,71 | 3,19 | 103,27 | 176,18 |
| | % | 4,88 | 0,60 | 0,25 | 1,77 | 1,53 |
| Uso agrícola | 1990 | 162,21 | 51,83 | 57,31 | 475,22 | 746,57 |
| | % | 12,57 | 4,65 | 4,43 | 8,13 | 6,47 |
| | 2006 | 146,42 | 53,33 | 56,09 | 497,31 | 753,16 |
| | % | 11,35 | 4,78 | 4,33 | 8,51 | 6,52 |
| Uso florestal | 1990 | 385,00 | 182,12 | 78,76 | 1399,15 | 2045,03 |
| | % | 29,84 | 16,33 | 6,08 | 23,94 | 17,73 |
| | 2006 | 230,77 | 138,84 | 67,73 | 1013,74 | 1451,07 |
| | % | 17,89 | 12,45 | 5,23 | 17,34 | 12,56 |
| Matos | 1990 | 664,35 | 876,34 | 1154,58 | 3906,73 | 6602,00 |
| | % | 51,50 | 78,58 | 89,19 | 66,84 | 57,23 |
| | 2006 | 810,82 | 916,30 | 1167,54 | 4159,92 | 7054,59 |
| | % | 62,85 | 82,17 | 90,19 | 71,17 | 61,07 |

Fonte: Tratamento geo-estatístico com base no COS'90 (IGP) e 2006 (ESA-IPVC)

4.2. Freguesias de média montanha

As freguesias de Labruja, Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte, do concelho de Ponte de Lima, situam-se na vertente meridional da Serra da Labruja: elevação montanhosa do sector médio da bacia do rio Lima, com uma altitude máxima de 800m. Nestas freguesias, representativas do povoamento de média montanha na bacia terminal do rio Lima, a área de matos, vegetação arbustiva baixa e pastagens pobres registou um incremento médio de 23%, passando a representar cerca de 50% da área total deste conjunto de freguesias. Apenas a freguesia de Rendufe constitui uma excepção, apresentando um sensível decréscimo, o qual é compensado pelo aumento da área agrícola.

Naturalmente que a expansão da área de matos implicou uma importante redução do espaço florestal, o qual sofre uma diminuição média de 24%, particularmente expressiva na freguesia da Labruja, a qual possui uma significativa área de povoamentos puros de eucalipto e pinheiro bravo (FIGURA 2).

O tecido edificado, que em 1990 representava 1,4% da área total, ocupa agora 3,6%, o que corresponde a um incremento médio de 61%. Apenas a freguesia de Labrujó apresenta uma evolução negativa da área urbana. O processo de urbanização registado nestas freguesias realiza-se quer pela expansão dos aglomerados preexistentes quer, ainda que em menor grau, pela criação de novos núcleos. A expansão da mancha construída ocorre em contra ciclo com as dinâmicas demográficas, visto que a taxa de variação populacional entre 1991 e 2011 regista um decréscimo de cerca de 25%.

Uma vez mais, o risco de incêndio, que surge aqui associado à forte eucaliptização da área florestal e de degradação da paisagem serrana emergem como aqueles que exigem maior atenção por parte dos instrumentos de ordenamento do território.

Quadro 5. Evolução do uso do solo entre 1990 e 2006 para a tipologia “*Média Montanha*”

| | | Labruja | Labrujó | Rendufe | Vilar do Monte | Total |
|----------------------|------|---------|---------|---------|----------------|---------|
| Uso urbano | 1990 | 14,15 | 9,81 | 6,93 | 5,15 | 36,04 |
| | % | 0,94 | 2,47 | 1,88 | 1,61 | 1,39 |
| | 2006 | 58,90 | 8,37 | 14,96 | 10,22 | 92,46 |
| | % | 3,89 | 2,11 | 4,05 | 3,20 | 3,56 |
| Uso agrícola | 1990 | 131,88 | 98,23 | 64,34 | 71,13 | 365,58 |
| | % | 8,72 | 24,71 | 17,42 | 22,30 | 14,07 |
| | 2006 | 122,77 | 78,27 | 83,97 | 58,56 | 343,57 |
| | % | 8,11 | 19,69 | 22,73 | 18,36 | 13,22 |
| Uso florestal | 1990 | 869,59 | 108,33 | 88,09 | 81,97 | 1147,99 |
| | % | 57,47 | 27,26 | 23,85 | 25,70 | 44,17 |
| | 2006 | 633,58 | 107,65 | 72,12 | 60,81 | 874,16 |
| | % | 41,87 | 27,08 | 19,52 | 19,06 | 33,64 |
| Matos | 1990 | 497,48 | 181,11 | 210,03 | 159,97 | 1048,58 |
| | % | 32,88 | 45,56 | 56,86 | 50,15 | 40,35 |
| | 2006 | 697,85 | 203,18 | 198,33 | 189,37 | 1288,73 |
| | % | 46,12 | 51,12 | 53,69 | 59,37 | 49,59 |

Fonte: Tratamento geo-estatístico com base no COS'90 (IGP) e 2006 (ESA-IPVC)

4.3. Freguesias da “*Ribeira Lima*”

As freguesias de Vitorino das Donas, Fontão e Correlhã, que integram a designada “Ribeira de Lima”, são representativas da tipologia de povoamento e uso do solo característica das margens do sector final do vale do rio Lima, que se desenvolve, sensivelmente, a jusante de Ponte de Lima, onde o seu perfil transversal se torna completamente aberto, caracterizando-se por um fundo plano e amplo e por uma extensa planície aluvial.

Neste sector de vale aberto, as margens do Lima apresentam declives muito suaves, sendo frequentemente cobertas por aluviões recentes de cariz arenoso ou depósitos plistocénicos que possibilitam o surgimento de uma galeria ripícola arbórea, em alternância com férteis áreas agrícolas.

Nestas freguesias da “Ribeira Lima” destaca-se o claro predomínio da área agrícola, que corresponde, grosseiramente, a metade do território em análise. Não obstante, verifica-se uma perda do seu peso em todas as freguesias entre 1990 e 2006, com uma variação negativa de 22% para o conjunto.

Em contraponto, o uso urbano evidencia uma expansão significativa em todas as freguesias, com um saldo positivo de 67% a nível médio. Neste caso, o processo de urbanização tende a acentuar o carácter disperso do povoamento, com uma nítida expressão cartográfica da multiplicação das manchas de tecido construído (FIGURA 2), agravando os riscos naturais decorrentes da interpenetração de usos e funções no território.

Os resultados preliminares do XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação confirmam este cenário com um aumento médio do n.º de edifícios de 30% entre 1991 e 2011, enquanto a taxa de variação de população regista somente um aumento de 5%

Os espaços florestais sofrem uma pequena oscilação negativa em termos médios (- 6%), à excepção da freguesia de Vitorino das Dornas. A expressão da área de matos é incipiente, verificando-se, todavia, uma subida significativa em Fontão, provavelmente devido à perda da importância da floresta.

Quadro 6. Evolução do uso do solo entre 1990 e 2006 para a tipologia “Ribeira - Lima”

| | | Correlhã | Fontão | Vitorino das Dornas | Total |
|---------------|-------------|----------|--------|---------------------|---------|
| Uso urbano | 1990 | 65,13 | 15,76 | 11,59 | 92,48 |
| | % | 7,52 | 3,27 | 2,60 | 5,16 |
| | 2006 | 127,31 | 79,77 | 73,91 | 280,99 |
| Uso agrícola | % | 14,71 | 16,53 | 16,59 | 15,66 |
| | 1990 | 542,69 | 315,46 | 265,63 | 1123,79 |
| | % | 62,70 | 65,37 | 59,61 | 62,65 |
| Uso florestal | 2006 | 500,49 | 228,30 | 188,87 | 917,66 |
| | % | 57,82 | 47,31 | 42,38 | 51,16 |
| | 1990 | 142,75 | 146,45 | 92,23 | 381,44 |
| Matos | % | 16,49 | 30,35 | 20,70 | 21,26 |
| | 2006 | 144,64 | 96,19 | 119,16 | 359,99 |
| | % | 16,71 | 19,93 | 26,74 | 20,07 |
| Matos | 1990 | 15,69 | 4,80 | 40,68 | 61,17 |
| | % | 1,81 | 1,00 | 9,13 | 3,41 |
| | 2006 | 48,77 | 55,47 | 45,42 | 149,67 |
| | % | 5,63 | 11,50 | 10,19 | 8,34 |

Fonte: Tratamento geo-estatístico com base no COS'90 (IGP) e 2006 (ESA-IPVC)

4.4. Freguesias periurbanas

Cardielos, Deocriste, e Santa Maria de Geraz do Lima, localizadas no sector final da bacia do rio Lima, num raio aproximado de 10 Km da sede de concelho e capital de distrito, Viana do Castelo, caracterizam-se por vivenciarem um processo de reforço do seu carácter urbano e perda da importância da actividade agro-florestal.

Na verdade, o tecido edificado regista um forte aumento em todas as freguesias, apresentando uma variação média positiva de 59%. Esta expansão urbana é liderada pela freguesia de Cardielos, onde a mancha construída atinge quase 20% em 2006.

O recuo da área agrícola é um fenómeno bem patente em todas as freguesias, com uma redução média de 25%. Não obstante, a área agrícola persiste um uso relevante em Santa Maria de Geraz do Lima, ocupando cerca de 50% do seu território em 2006. Note-se ainda que Cardielos, embora seja a freguesia mais urbana, possui uma elevada percentagem de área agrícola, excedendo os 30% em 2006.

A nível global, a área florestal sofre um decréscimo de 29%, tendência especialmente nítida em Cardielos, onde está correlacionada com o crescimento da área urbana e de matos, que se explicam igualmente pela ligeira diminuição da área agrícola. No quadro da evolução florestal, Santa Maria de Geraz do Lima representa uma excepção: o significativo aumento da área florestal é acompanhado pela diminuição da área de matos e agrícola. Na freguesia de Deocriste o uso florestal é prevaletente, apesar da sua ligeira redução entre 1990 e 2006. Observa-se na cartografia de ocupação do solo para 2006 (FIGURA 2) duas importantes manchas povoamentos de pinheiro bravo e folhosas nestas freguesias. Saliente-se o generalizado avanço da área de matos, com um incremento médio de 50%.

As dinâmicas demográficas pautam-se por uma taxa de variação populacional de 6% entre 1991 e 2011.

A interpretação deste perfil evolutivo aponta numa mutação das lógicas funcionais do território, com um subaproveitamento do seu potencial produtivo a nível agrário e uma degradação dos valores ambientais e paisagísticos.

Quadro 7. Evolução do uso do solo entre 1990 e 2006 para a tipologia “Periurbano”

| | | Cardielos | Deocriste | Geraz do Lima (St. Maria) | Total |
|---------------|-------------|-----------|-----------|---------------------------------|--------|
| Uso urbano | 1990 | 35,87 | 57,21 | 17,18 | 110,27 |
| | % | 8,14 | 7,71 | 4,50 | 7,05 |
| | 2006 | 81,16 | 93,57 | 53,82 | 228,55 |
| Uso agrícola | % | 18,42 | 12,61 | 14,10 | 14,61 |
| | 1990 | 168,77 | 207,51 | 234,98 | 611,27 |
| | % | 38,30 | 27,95 | 61,58 | 39,07 |
| Uso florestal | 2006 | 136,05 | 163,66 | 188,55 | 488,26 |
| | % | 30,87 | 22,05 | 49,41 | 31,21 |
| | 1990 | 197,32 | 389,66 | 112,60 | 699,58 |
| Matos | % | 44,78 | 52,49 | 29,51 | 44,71 |
| | 2006 | 71,04 | 341,99 | 127,51 | 540,53 |
| | % | 16,12 | 46,07 | 33,42 | 34,55 |
| Matos | 1990 | 38,28 | 76,85 | 16,80 | 131,93 |
| | % | 8,69 | 10,35 | 4,40 | 8,43 |
| | 2006 | 121,21 | 132,42 | 11,70 | 265,32 |
| | % | 27,51 | 17,84 | 3,07 | 16,96 |

Fonte: Tratamento geo-estatístico com base no COS'90 (IGP) e 2006 (ESA-IPVC)

4.5. Freguesias suburbanas

Meadela e Santa Marta de Portuzelo enquadram-se na tipologia de ocupação suburbana relativamente à cidade de Viana do Castelo. Em ambas as freguesias se verifica uma acentuada expansão urbana, exibindo um crescimento médio de 43%. Saliente-se que este incremento é mais intenso na freguesia da Meadela, onde o solo urbano é o mais importante de todos os usos. O decréscimo dos usos agrícola e florestal é comum às duas freguesias, com taxas médias de redução de 40% e 61%, respectivamente. Já a área de matos aumenta em 39%. Todavia, em Santa Marta de Portuzelo o uso agrícola ainda representa mais de 45% da área da freguesia.

Quadro 8. Evolução do uso do solo entre 1990 e 2006 para a tipologia “Suburbano”

| | | Meadela | Portuzelo | Total |
|---------------|-------------|---------|-----------|--------|
| Uso urbano | 1990 | 136,28 | 107,92 | 244,20 |
| | % | 16,33 | 14,56 | 15,50 |
| | 2006 | 257,89 | 172,88 | 430,77 |
| Uso agrícola | % | 30,90 | 23,32 | 27,34 |
| | 1990 | 298,36 | 458,96 | 757,31 |
| | % | 35,75 | 61,91 | 48,06 |
| Uso florestal | 2006 | 193,75 | 346,42 | 540,17 |
| | % | 23,22 | 46,73 | 34,28 |
| | 1990 | 226,13 | 128,76 | 354,89 |
| Matos | % | 27,10 | 17,37 | 22,52 |
| | 2006 | 140,50 | 79,47 | 219,97 |
| | % | 16,84 | 10,72 | 13,96 |
| Matos | 1990 | 104,60 | 35,44 | 140,04 |
| | % | 12,53 | 4,78 | 8,89 |
| | 2006 | 138,96 | 89,43 | 228,39 |
| | % | 16,65 | 12,06 | 14,49 |

Fonte: Tratamento geo-estatístico com base no COS'90 (IGP) e 2006 (ESA-IPVC)

Na freguesia da Meadela, a expansão do tecido edificado tende a consolidar a área urbana contínua que se prolonga desde Santa Maria Maior, freguesia onde se implementa o principal núcleo urbano da cidade Viana de Castelo, bem como a promover o avanço da frente de edificação em direcção à área florestal que se desenvolve na vertente sudeste da Serra de Santa Luzia, onde predominam os povoamentos puros de eucalipto.

Em Santa Marta de Portuzelo assiste-se ao reforço do padrão de povoamento difuso, onde o uso urbano, agrícola e florestal se fundem numa estrutura territorial caracterizada pela reduzida dimensão das manchas de ocupação.

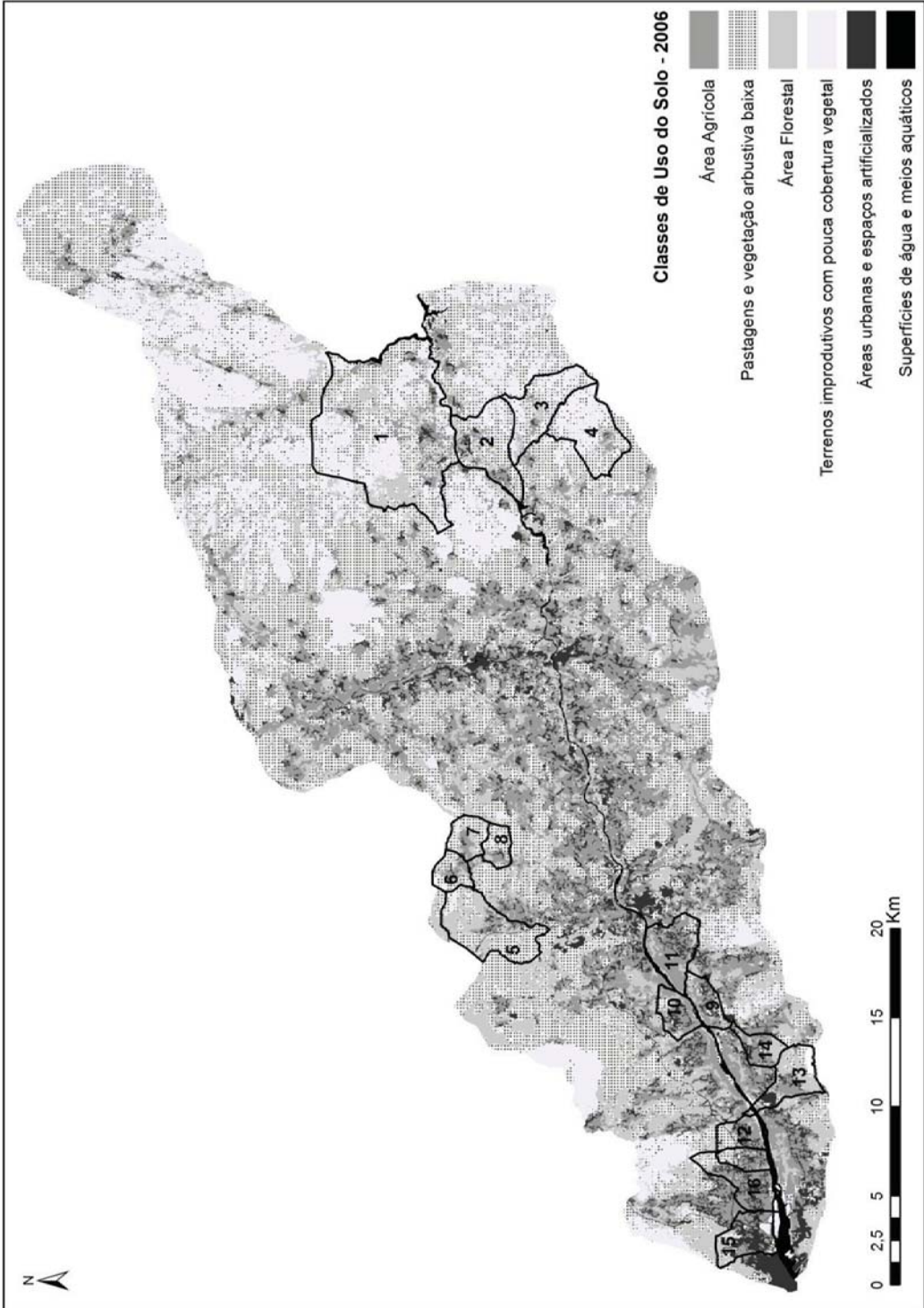
5. Discussão: como integrar as dinâmicas demográficas e funcionais nos instrumentos de gestão territorial?

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, é pioneiro ao considerar o sistema de prevenção de riscos como um dos quatro vectores do modelo territorial. O seu programa de acção define como objectivo estratégico “...*monitorizar, prevenir e minimizar os riscos*”.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT - Norte) cumpre este objectivo à escala regional. Os Municípios que integram a bacia terminal do rio Lima enfrentam agora o desafio de integrar a gestão de riscos no âmbito dos processos de revisão dos seus Planos Municipais de Ordenamento do Território.

É nosso intuito que a presente análise constitua um contributo efectivo para a reflexão sobre as relações entre as dinâmicas territoriais e a gestão de riscos, sensibilizando decisores políticos e equipas técnicas para a necessidade de não restringir a avaliação dos riscos naturais a uma cartografia com uma validade limitada no tempo. Pretendemos alertar para a imprescindibilidade de uma análise mais profunda das lógicas de organização espacial e das tendências de mudança das opções de usos do solo e da paisagem, perspectivadas em escalas não confinadas aos limites administrativos, mas sim orientadas por abordagens supramunicipais.

Figura 2. Cartografia de Uso do Solo da bacia hidrográfica do rio Lima (2006)¹



Fonte: Adaptado de COS 2006 – ESA/IPVC

Bibliografia

- BOSSARD, M; FERANEC, J.; OTAHEL, J. *CORINEland cover technical guide – Addendum 2000*. Technical Report n. 40. Copenhagen: European Environmental Agency.2000.105p.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE.
- CUTTER, S. L., BORUFF, B. J. and SHIRLEY, W. L. (2003), Social Vulnerability to Environmental Hazards. *Social Science Quarterly*, 84: 242–261. doi: 10.1111/1540-6237.8402002.
- CUTTER, Susan L. e FINCH, Christina. Temporal and spatial changes in social vulnerability to natural hazards. *Proceedings of the National Academy of Science of the United States of America*, Fevereiro 2008, vol. 105, n. 7, p. 2301-2306 doi: 10.1073/pnas.0710375105.
- DGOTDU. Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território. Relatório, Lisboa: DGOTDU. (2009) – Acedido em Janeiro de 2012: <http://www.territorioportugal.pt/pnpot/>.
- Diário da República*, 1.ª série — N.º 170 — 4 de Setembro de 2007. 6181. Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro.
- GODSCHALK, David. R, Urban Hazard Mitigation: Creating Resilient Cities. *Nat. Hazards Rev.*, Julho 2003, vol. 4, n.3,p. 136–143.doi: 10.1061/(ASCE)1527-6988(2003)4:3(136). <http://www.dgotdu.pt/showfile.aspx?channelid=86AD646C-08B0-4F63-83B9-7A41EB67DD89&contentid=19DED8AA-86FD-43E4-8FAC-A22FA702180D&lang=pt&ver=1>
- JULIÃO, Rui (Coord.) *Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (SIG) de base municipal*. Lisboa: Autoridade Nacional de Protecção Civil. 2009.91 p. Acedido em Janeiro de 2012:
- PELLING, Mark, The vulnerability of cities: *Natural disasters and social resilience*. London: Earthscan. 2003.
- Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, Porto; CCDR-N. 2007. Acedido em Janeiro de 2012: <http://www.ccdr-n.pt/pt/ordenamento-do-territorio/instrumentos-de-gt/#1>

¹ Nota: Os constrangimentos resultantes da publicação a preto e branco inviabilizaram a representação de todas as categorias de ocupação do solo, tendo-se optado por uma legenda simplificada, com menor número de classes.

A SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA FACE AOS RECURSOS HÍDRICOS EXISTENTES NA VÂRZEA DA NAZARÉ

Carla Carocha

Departamento de Geologia, CeGUL, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, bolsreira da
Fundação da Ciência e Tecnologia,
carlacaroca@sapo.pt

Resumo

O desenvolvimento da agricultura deve ser sustentável com vista à sua valorização económica, social e ambiental; tornando-o mais competitivo e preservando os recursos para as gerações vindouras.

Na Várzea da Nazaré existe ainda activo o Aproveitamento Hidroagrícola de Cela, iniciado em 1940.

Palavras Chave: Agricultura, hidrogeoquímica, Cela, Várzea da Nazaré

Abstract

The development of agriculture must be sustainable in view of their economic, social and environmental valuation, making it more competitive and preserving resources for future generations.

In Várzea da Nazaré exists still active use Cela Hydrofarmer Exploitation, started in 1940.

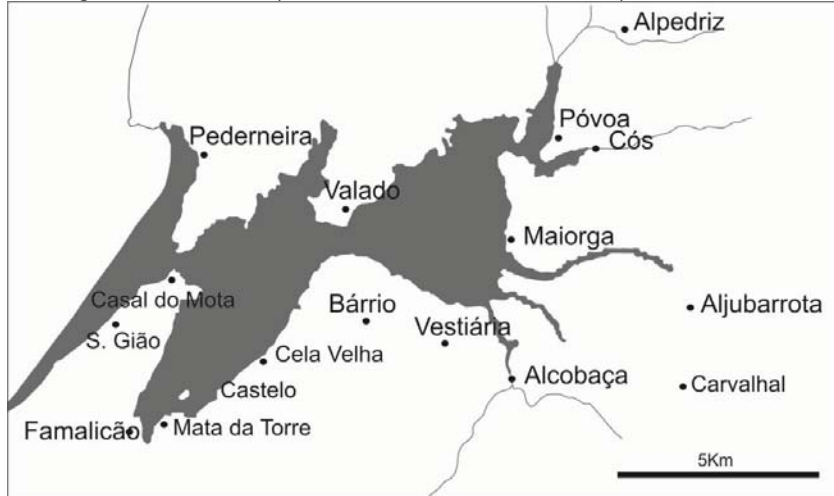
Keywords: Agriculture, hydrogeochemical, Cela, Várzea da Nazaré

1. Introdução

A água é um recurso natural imprescindível à vida, ao desenvolvimento económico e ao bem-estar social.

A agricultura é uma das actividades mais antigas e com maior consumo de água. No relatório da ARH Tejo de 2011 refere que: a «agricultura é o maior consumidor de água, com cerca de 51% das necessidades totais da área»; «segue-se o sector urbano com um peso de 38% das necessidades de água totais e a indústria, com um peso de 9%». Desde os tempos mais remotos, a humanidade tem-se estabelecido em zonas abundantes de água, elemento indispensável, entre outros, para cultivar a terra. No entanto, algumas vezes o solo foi explorado de maneira tão excessiva que provocou o seu empobrecimento e, por conseguinte, a diminuição da vegetação. Um exemplo clássico é o colapso da civilização suméria deixando a Baixa Mesopotâmia desertificada pela salinização (Serralheiro, 2001). Enquanto a população era relativamente escassa mudavam-se para novos terrenos, mas devido ao crescimento demográfico actual, requiere-se um aproveitamento cada vez melhor do terreno e a humanidade vê-se obrigada a economizar água utilizando dispositivos como a irrigação e a canalização.

A Várzea da Nazaré, entre Alcobaça e Nazaré, é conhecida actualmente como sendo uma zona de grande prestígio na produção agrícola, nomeadamente de fruticultura (maçãs e pêras). Este cenário resultou do assoreamento provocado pelo recuo do mar no séc XVIII e pelo esforço dos Monges da Ordem de Cister em dinamizar o espaço desde o séc. XII. No lugar da Várzea existia uma entrada de água do mar onde se praticavam trocas comerciais, a denominada Lagoa de Pederneira. Em redor da lagoa, os terrenos eram arenosos com alguns pântanos e densas florestas. Os recursos hídricos superficiais eram reduzidíssimos dada à geologia e à geomorfologia da zona. Os Monges para a obtenção de água para a rega desviaram linhas de água, construíram valas e, mais tarde, para impedir a entrada da água do mar, as portas de maré. (Barbosa e Moreira, 2006) (**Figura 1**)

Figura 1. Lagoa de Pederneira (actualmente a Várzea da Nazaré) destacada a cor cinzenta.

(desenhado a partir de uma figura de Barbosa e Moreira, 2006).

A partir da década de 1930 com o objectivo de aumentar a produção, grupos de pequenos proprietários foram atraídos para obras de irrigação. Em 1937 cria-se a Lei nº 1949 de 15 de Fevereiro que «estabelece competir ao Estado estudar e realizar as obras de fomento hidroagrícola de acentuado interesse económico e social, orientar e fiscalizar a sua conservação, e a exploração das terras beneficiadas, de modo que se tire delas a maior utilidade social, e promulga as bases para esse efeito». Entende-se que «são consideradas de fomento hidroagrícola as obras de aproveitamento de águas do domínio público para rega, enateiramento ou colmatagem, drenagem e defesa dos terrenos para fins agrícolas, adaptação ao regadio das terras beneficiadas, melhoria de regadios existentes, e a conveniente estruturação agrária.» [Decreto-Lei (DL) nº 269/82 de 10 de Julho]. As “obras de fomento hidroagrícola” passam a ser designadas por “obras de aproveitamento hidroagrícola” a partir do artigo 102º do DL nº 86/2002 de 6 de Abril.

Na Várzea da Nazaré em Paúl da Cella, de 1940 até hoje, a actividade agrícola persiste em actividade mas com muitas dificuldades. O Aproveitamento Hidroagrícola de Cella tem cerca de 454 hectares (ha). «A obra visou a defesa e o enxugo das baixas, em grande parte constituída por terrenos pantanosos (cerca de 300 ha) ou mal drenados, bem como equipar a área com infra-estruturas de rega, de molde a tornar exequível a intensificação agrícola.» (COBA, 2005). A área de aproveitamento é limitada a N pelo Rio Alcobaça, a W pela Serra da Pescaria, a SE pela Serra de Cella e a W pela Serra de Bário.

Este estudo foi efectuado com os dados até agora adquiridos para a realização da Tese de Doutoramento na especialidade de Hidrogeologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e para o Trabalho Final do Curso Direito da Água pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O artigo apresenta de forma breve a avaliação das águas analisadas na Várzea da Nazaré, dando como exemplo de gestão da água para a agricultura, a obra de Aproveitamento Hidroagrícola de Cella.

2. Várzea da Nazaré – Enquadramento Geológico e Hidrogeológico

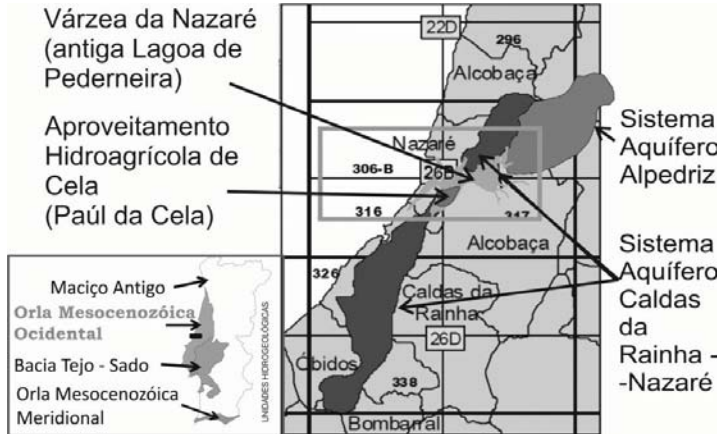
A Várzea da Nazaré é a designação actual para a antiga Lagoa de Pederneira que a partir do séc. XVIII ficou assoreada tornando-se numa zona de intensa actividade agrícola. Abrange os concelhos de Nazaré e de Alcobaça.

Topograficamente é uma zona rebaixada cujas cotas variam de 1m até cerca de 12m.

Geologicamente, a Várzea da Nazaré insere-se na bacia Lusitaniana, na extremidade NNE do Diapiro das Caldas da Rainha. De acordo com a Carta Geológica de Portugal Continental da Folha 26B – Alcobaça, à Escala 1/50000, de 1961, a várzea da Nazaré apresenta-se preenchida por sedimentos arenosos modernos. Em redor da Várzea e numa forma muito geral: a Norte localizam-se os sedimentos arenosos modernos e Plio-plistocénicos e os pequenos afloramentos de rochas eruptivas na forma de chaminés e de filões; a Este apresenta vários complexos detriticos (grés) do Cretácico; a Sul encontra-se as formações de alternância de calcários margosos e margas com ou sem intercalações de conglomerados de idade Jurássica.

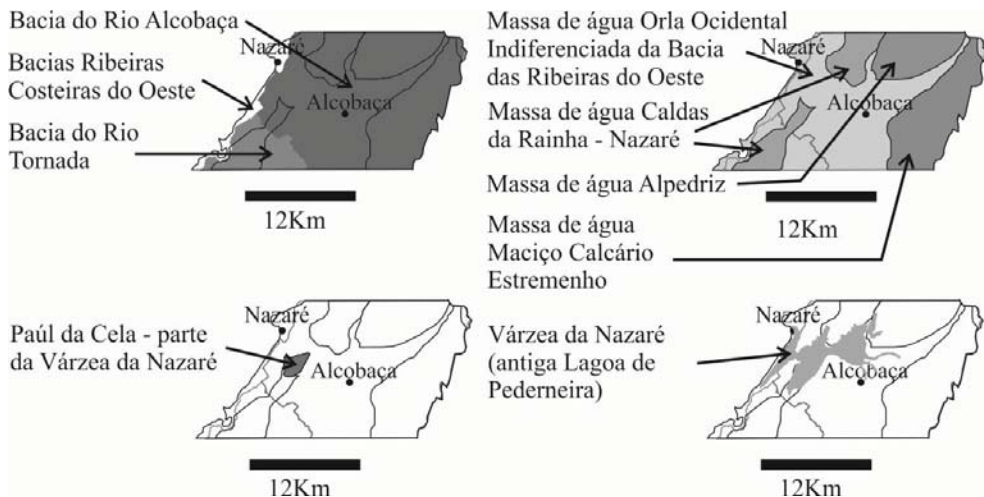
Hidrogeologicamente, a Várzea da Nazaré insere-se na unidade da Orla Mesocenozóica e encontra-se ladeada por dois sistemas de aquíferos, que são o das Caldas da Rainha – Nazaré e o de Alpedriz. (Caroça *et al.*,2012). (**Figura 2**)

Figura 2. Localização da área em estudo e a representação dos limites dos dois sistemas de Aquífero: Caldas da Rainha-Nazaré e de Alpedriz.



De acordo com o DL nº 347/2007 de 19 de Outubro, a área em estudo localiza-se na Região Hidrográfica (RH) com o código RH4, designada por Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste. A área em estudo abrange parte das bacias do Rio de Alcobaca e das Ribeiras Costeiras do Oeste, incluídas na Bacia Hidrográfica Ribeiras do Oeste. A várzea da Nazaré encontra-se na massa de água designada por Orla Ocidental Indiferenciada das Bacias das Ribeiras do Oeste (código de massa de água O04RH4) e ladeado pelas massas de água denominadas de Caldas da Rainha – Nazaré (código de massa de água O33) e de Alpedriz (código de massa de água O19) (**Figura 3**).

Figura 3. Quatro mapas ilustrando parte da RH4 da área de estudo com: as bacias, as massas de água, a localização de Paúl da Cela e da Várzea da Nazaré.



(desenhados a partir dos mapas das fichas de diagnóstico da ARH Tejo 2011).

3. Várzea da Nazaré – Resultados das Análises Físico-Químicas

As amostras de águas foram retiradas de diferentes locais: poços, furos, nascentes, rios e canais de rega, dentro e fora da Várzea da Nazaré, utilizadas ou não para rega e para o consumo humano e/ou animal. O objectivo foi conhecer a composição química. Este conhecimento serviu

para comparar com os valores paramétricos da lei em vigor (DL nº 306/2007 de 27 de Agosto) e também para determinar o grau de perigosidade de salinidade e de alcalinização dos solos utilizando a classificação para as águas destinadas à rega através do Índice SAR. Esta classificação baseia-se na concentração de sais solúveis expressos pela condutividade eléctrica em $\mu\text{S}/\text{cm}$ e na concentração relativa do sódio em relação ao cálcio e ao magnésio, em meq/l , denominada índice SAR (Custódio & Llamas, 1983). Os parâmetros obtidos resultaram de medições “in situ” e de laboratório.

As análises “in situ” consistiram na medição do pH, temperatura, condutividade e potencial redox. Antes da colheita de água media-se a profundidade da água e a profundidade do poço/furo com o auxílio de uma sonda de registo piezométrico manual.

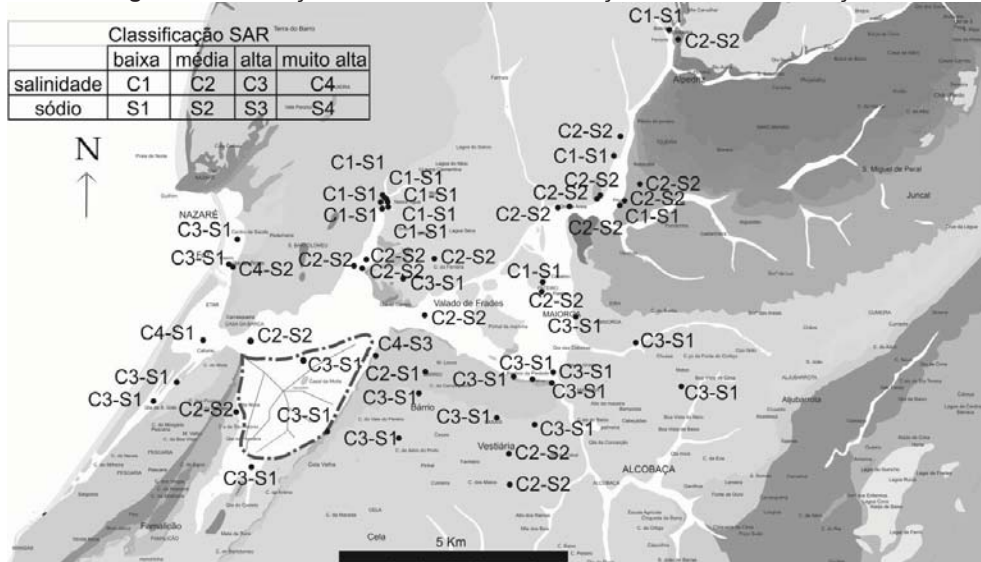
As análises químicas foram realizadas no Laboratório de Análise de Fluidos do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa por métodos de titulação (doseamento de espécies carbonatadas), por cromatografia iónica (análise de aniões) e por absorção atómica de chama (análise de catiões). Também se realizaram análises isotópicas e de elementos menores. As análises isotópicas ($\delta^{18}\text{O}$ e $\delta^2\text{H}$) foram realizadas no Laboratório de Isótopos Estáveis (SIAF - Stable Isotopes and Instrumental Analysis Facility) do Centro de Biologia Ambiental (CBA), da Universidade de Lisboa, utilizando-se o espectrómetro de massa de fluxo isótopo contínuo (CF-IRMS). As análises de elementos menores foram realizadas no Laboratório «ACTLABS – Activation Laboratories, LTD» no Canadá.

As águas analisadas mostraram uma grande diversidade de fácies hidroquímicas: bicarbonatadas, cloretadas e sulfatadas, sejam sódicas, cálcicas e/ou magnésicas.

Comparando os resultados obtidos das análises efectuadas com o actual DL nº 306/2007, de 27 de Agosto sobre o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, verifica-se a não conformidade nos seguintes parâmetros: nitrato, sulfato, cloreto, sódio, pH e condutividade. Estas não conformidades localizam-se onde existem actividades agrícolas, pecuárias e/ou industriais.

A classificação SAR de utilidade agrícola revela que as águas para rega apresentam salinidade e alcalinidade muito variável desde baixa a muito elevada, sendo as mais elevadas, as águas junto ao litoral e no contacto por falha entre as formações carbonatadas e as aluviões da várzea (**Figura 4**).

Figura 4. Localização do resultado da Classificação SAR em cada estação.



4. Paúl da Cela – Aproveitamento Hidroagrícola de Cela

O Paúl da Cela situa-se na Várzea da Nazaré e apresenta uma obra de fomento hidroagrícola executada pelo Estado (finalizada em 1940), classificada no Grupo II – «obras de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região» (artigo 6º do DL nº 86/2002 de 6 de Abril), cujas infraestruturas são geridas pela Associação dos Beneficiários de Cela, nos termos dos artigos 102º e 104º do DL nº 86/2002 de 6 de Abril e da Portaria nº 1473/2007 de 15 de Novembro alterada para a Portaria nº 1001/2009 de 8 de Setembro. (Contrato

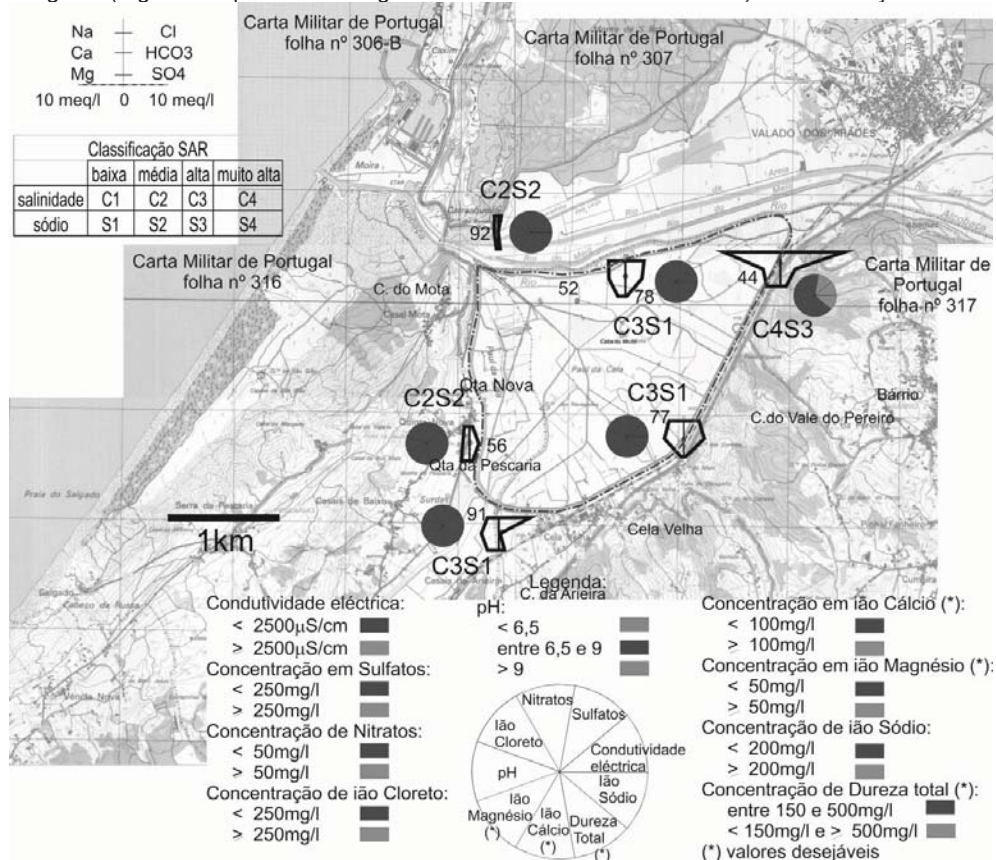
de Concessão, 2011). Em 2011, a gestão do Aproveitamento Hidroagrícola de Cela foi entregue à Associação dos Beneficiários de Cela com base num contrato de concessão de «utilização privativo do domínio público hídrico» com a duração de 20 anos, «nos termos previstos no artigo 69º da Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro, e no artigo 35º do Decreto-Lei nº 226-A/2007 de 31 de Maio», realizado entre a Administração de Recursos Hídricos (ARH) Tejo I.P. e a Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). A partir desta data, a Associação de Beneficiários de Cela está obrigada a várias tarefas, não só a manter em operacionalidade as infraestruturas, mas também a controlar os produtos que usa e a monitorizar a água que entra e sai no perímetro do Aproveitamento Hidroagrícola de Cela.

As culturas mais representativas instaladas no aproveitamento de Cela nos últimos anos são as hortícolas, pomares e outras culturas com pouca representação. A distribuição média das culturas é de 65% de hortícolas, 20% de pomar e 15% de outras culturas, sendo a que consome mais água as hortícolas. (Contrato de Concessão, 2011).

O Aproveitamento Hidroagrícola de Cela retira água do rio Alcobaça «através de um bocal de secção rectangular equipada com uma comporta automática munida por um automatismo eléctrico comandado por telémovel.» «instalada no açude ao Km 4» (Contrato de Concessão, 2011), sem necessidade de bombagem. Este caudal vai alimentar o canal principal, Paúl da Cella, e no final o excedente regressa ao rio Alcobaça. Ao longo deste percurso, o canal principal subdivide-se em primeiro lugar por dois canais de rega, o do Norte e o do Sul. A partir destes, existem vários canais para rega de parcelas. Após a rega, há que drenar a água em excesso na parcela de forma a evitar alagamentos. Para isso recorre-se à estação elevatória, localizada junto ao viaduto VCI da Nazaré, que retira a água do terreno com um caudal máximo (horizonte de projecto) de 0,222m³/s e a encaminha pelo colector Sul até ao rio Alcobaça (Contrato de Concessão, 2011).

Durante o estudo da várzea analisou-se algumas águas dentro e fora do perímetro (**Figura 6**).

Figura 6. Localização das estações próximas e no interior do perímetro já estudadas: Diagrama de Stiff Modificado das águas analisadas, parâmetros utilizados do DL nº 306/2007 de 27 de Agosto (regime da qualidade da água destinada ao consumo humano) e Classificação SAR



A **Figura 6** revela que as águas apresentam fácies hidroquímicas cloretadas, bicarbonatadas sódicas e cálcicas. A nascente (estação 44 situada junto ao caminho de ferro e à autoestrada A8), exterior ao perímetro do aproveitamento hidroagrícola de Cela, apresenta valores dos parâmetros, sódio, condutividade eléctrica e sulfato, superiores aos permitidos pelo DL nº306/2007 de 27 de Agosto. As águas do interior do perímetro do aproveitamento hidroagrícola de Cela não apresentam inconformidades nestes parâmetros, apesar da proximidade a esta nascente. Em relação à classificação SAR de importância para a agricultura, as águas do perímetro (estação 77 e 78) são águas de alta salinidade e baixa concentração em sódio, tal como na estação 91. As estações fora do perímetro apresentam moderada salinidade e moderada concentração de sódio. Na nascente (estação 44), as águas apresentam muito alta salinidade e alta concentração de sódio. A razão da diferença entre as amostras de águas do interior do perímetro para as exteriores é a presença da vala de cintura interna que o protege das águas de escorrência das encostas.

5. Considerações finais

A agricultura é uma das actividades imprescindíveis para a produção de alimentos e para o desenvolvimento económico e social das comunidades rurais. A procura de água para rega durante todo o ano, em quantidade e em qualidade, leva à necessidade da construção de estruturas hidráulicas com o objectivo de extracção e de distribuição de água dos recursos hídricos para as áreas cultivadas.

As “obras de aproveitamento hidroagrícola” (DL nº 86/2002 de 6 de Abril, a partir do artigo 102º) são úteis e devem ser consideradas nas actividades agrícolas como práticas correntes, não só para uma melhor eficiência de rega e de produção de produtos agrícolas, mas também para a gestão e a preservação do recurso hídrico durante o ano inteiro. Considera-se que deveria existir uma entidade com técnico-científicos das áreas da Hidráulica, da Hidrogeologia, da Agronomia e da Economia, para a orientação e a sensibilização dos agricultores a utilizarem “modernas tecnologias de rega de superfície e sob pressão” de forma a gerir, a preservar e a monitorizar a zona onde executam a sua actividade no que refere à água e ao solo. Entende-se por “modernas tecnologias de rega de superfície”, os tradicionais sulcos construídos para permitir o transporte de água, por gravidade, até à parcela a ser regada, e por “modernas tecnologias de rega sob aspersão”, a rega sob pressão (ex: rampa rotativa conhecidos como “pivots”) e a micro-rega (gota-a-gota). (Santos, 2001). Considera-se, também, a importância da realização periódica de análises químicas para o conhecimento da qualidade da água a utilizar na agricultura evitando a perda de solos, e consequentemente, da agricultura.

A Lei também deveria mencionar as obras de fomento hidroagrícola (objectivo único: a rega) separadas das obras hidráulicas, pois estas últimas têm diferentes objectivos. As obras de fomento hidroagrícola são definidas como «obras de aproveitamento de águas do domínio público para rega, enateiramento, ou colmatagem, drenagem e defesa dos terrenos para fins agrícolas, adaptação ao regadio das terras beneficiadas, melhoria de regadios existentes e a conveniente estruturação agrária.» (artigo 1º, alínea 1, do DL nº 269/82 de 10 de Julho). As Infraestruturas hidráulicas são consideradas como sendo «quaisquer obras ou conjuntos de obras, instalações ou equipamentos instalados com carácter fixo nos leitos ou margens destinadas a permitir a utilização das águas para fins de interesse geral» (art 4º alínea ee), do DL nº130/2012 de 10 de Julho).

O aproveitamento da água para rega do perímetro hidroagrícola de Cela faz-se por gravidade do desvio da água do Rio Alcobaça antes de chegar à foz, através de comportas e valas cimentadas, sem bombagem. A água em excesso no perímetro é conduzida pelas valas de drenagem até à estação elevatória de drenagem onde é bombeada. A bomba tem de ser mantida sempre em funcionamento, existindo mais duas bombas para a substituir. Esta drenagem tem de ser realizada, pois cerca de 300ha de terreno está a cotas inferiores ao nível médio do mar. Assim evita-se voltarem, novamente, a serem pântanos, perdendo-se terrenos já com 3% de matéria orgânica (informação oral da Associação). O contrato de concessão foi realizado em 2011 e a Associação não tem condições nem físicas, nem humanas, nem financeiras para realizar todas as suas obrigações, nomeadamente, análises às águas, medições de caudais e registos de produtos de fertilização e de fitofarmacêuticos utilizados. A Associação apenas observa a olho nú a água do rio quando a vai desviar para a rega. Caso verifique alguma alteração, como por exemplo cor ou peixes mortos, avisa a concessionária.

O Aproveitamento Hidroagrícola de Cela é um dos exemplos, com sucesso, de ocupação em terrenos arenosos com águas de alta a muito alta salinidade. Infelizmente, devido à falta de manutenção de limpeza e reperfilamento do rio Alcobaça junto à vala de cintura contra as cheias, o rio por erosão irá provocar, num futuro breve, aluimento (expressão usada pelos agricultores tendo como significado o desabamento da “parede de terra” entre o rio e a vala de cintura contra

as cheias, provocado pela erosão do rio, entrando este no perímetro hidroagrícola). Ocorrendo este acidente todo o aproveitamento hidroagrícola de Cela será destruído, prejudicando o sustento de muitos agricultores e o país.

«Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais é um objectivo estratégico porque é necessário garantir ou melhorar a qualidade do ambiente, da paisagem e a boa utilização dos recursos» (MAOTDR, 2007).

A agricultura portuguesa tem vindo a ajustar-se às políticas agrícolas da União Europeia, no que refere à produção, ambiente e recursos naturais. Considerando o problema da política de preço de água, Pinheiro e Saraiva (2001) referem que «o preço e a quantidade de água procurada variam no sentido inverso». O agricultor opta por culturas não consumidoras de água mais rentáveis (culturas em regime de sequeiro, áreas sujeitas a pousio), de forma a satisfazer os critérios de remuneração do capital e do risco. É necessário re-avaliar o objectivo da Directiva Quadro da Água (DQA) (transposta da Directiva nº 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro) sobre a existência de um preço de água comum. A água é um bem essencial para a vida de todos. A autora considera que a água não pode ser pensada como um bem económico, mas sim sobre as metodologias para a sua fácil aquisição com garantias de preservação do ambiente e de qualidade para consumo humano e de rega. Os objectivos da DQA e da Lei de Água (Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro alterada para o actual DL nº 130/2012 de 22 de Junho) não são atingidos por aumentos de preços e/ou preços comuns para todos os locais e actividades, mas sim com a divulgação de regras e hábitos de utilização dos recursos hídricos de forma sustentável, a todos sem excepção.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, C., MENDONÇA, J.J.L., JESUS, M.R., GOMES, A.J., *Sistemas Aquíferos de Portugal Continental – Caldas da Rainha – Nazaré (033)*, Lisboa, INAG, 2000, pp.421-431;
- ALMEIDA, C., MENDONÇA, J.J.L., JESUS, M.R., GOMES, A.J., *Sistemas Aquíferos de Portugal Continental – Alpedriz (019)*, Lisboa, INAG, 2000, pp.311-319;
- ARH Tejo I.P., *Relatório do Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste – Fichas de Diagnóstico – Síntese para Consulta Pública – versão extensa*, [Lisboa?], ARH Tejo I.P., 2011, pp.56
- BARBOSA, P. G., MOREIRA, M.L., *Seiva Sagrada – A Agricultura na Região de Alcobaça – Notas Históricas*, Alcobaça, Printmor impressores, Lda, 2006
- C. CAROÇA, C. SILVA & M.R. CARVALHO, *Caracterização química das Águas subterrâneas da várzea da Nazaré: resultados preliminares*, in 11º Congresso da Água, Porto, 2012, APRH
- COBA, *Projecto de Execução da Reabilitação e Modernização da Rede De Rega E Açudes De Derivação Do Aproveitamento Hidroagrícola de Cela, Volume 2 – Rede de Rega e Sistema de Automatização e Controlo. Tomo 2.1 – Memória Descritiva e Justificativa. (Rev01-28/03/2005)*, [Lisboa?], Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica Reabilitação e Modernização da Rede de Rega e Açudes de Derivação do Aproveitamento Hidroagrícola da Cela, 2005, pp.167
- CONTRATO DE CONCESSÃO ARHT/0021.11/T/C.CA.S, *Contrato de Concessão relativo à utilização de recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas à rega no aproveitamento hidroagrícola da Cela*, [Lisboa?], 2011, pp.78
- CUSTÓDIO, E., LLAMAS, M.R., *Hidrologia Subterrânea*, Platón 26 – Barcelona, Ediciones Omega, S.A., 2ªEd, 1983, pp2359
- MAOTDR, *PEASAR Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013*, S.I., Produção longoalcançe, gestão de imagem e comunicação, lda, 1ªEd., Gráfica Maiadouro, 2007, pp.172
- PINHEIRO, A. C., SARAIVA, J.P., *Sustentabilidade da Agricultura de Regadio no Alentejo face à Directiva Quadro da Água: uma aplicação com programação multi-objectivo*, Separata da Revista ANAIS, Universidade de Évora, nº 10 e 11, Dezembro 2000-2001: 103 – 156
- SERRALHEIRO, R. P., *A Sustentabilidade do Regadio e a Conservação do Solo e da Água em Condições Mediterrâneas*, Separata da Revista ANAIS, Universidade de Évora, nº 10 e 11, Dezembro 2000-2001: 209-248

A GARTHFARM: UMA RESPOSTA CRIATIVA DE HORTA URBANA EM CONTEXTO DE CRISE ECONÓMICA

Carmen Ferreira

Departamento de Geografia da FLUP
CEGOT
dra.carmenferreira@gmail.com

Helena Pina

Departamento de Geografia da FLUP
CEGOT
helenapina@netcabo.pt

Resumo

Associada a esta crise económica nacional, exemplos de hortas urbanas sucedem-se, produtos da criatividade e da motivação das pessoas envolvidas, criando *designs* exclusivos desses espaços. Apresenta-se e discute-se a *garthfarm*, um novo exemplo de horta urbana criativa de resposta à crise. Palavras chave: espaço urbano; horta urbana; criatividade; *garthfarm*.

Abstract

Associated with this national economic crisis, examples of urban gardens follow up, product of creativity and motivation of the people involved, creating unique designs of these spaces. It is presented and discusses the *garthfarm*, a new creative example of an urban garden as a response to the crisis. Keywords: urban space; urban garden; creativity; *garthfarm*.

1. Introdução

O fenómeno das hortas urbanas surgiu nos países do norte da Europa durante a segunda metade do século XIX, como reação à diminuição dos espaços verdes na sequência da crescente industrialização e urbanização dos núcleos populacionais. Na Alemanha existem hortas urbanas desde 1864, ano em que se criou a primeira associação (Schreberverein), em Leipzig, prática que conheceu um novo incremento no rescaldo das duas grandes guerras do século XX, assumindo-se, então, como um verdadeiro movimento social (Gröning, 1996). Na Dinamarca, o país europeu com a maior percentagem de hortas urbanas, esta tradição remonta ao século XVIII. Atualmente é uma prática corrente a nível internacional.

No mundo inteiro, a agricultura urbana ganha cada vez mais espaço, e é vista como um meio de planeamento sustentável. Mais que uma opção, as hortas urbanas são uma necessidade, não só porque criam novos espaços verdes, como também possibilitam a produção de alimentos de melhor qualidade e constituem-se locais terapêuticos e de lazer.

Em Portugal, a manutenção de espaços agrícolas no interior de núcleos urbanos como Lisboa, Coimbra e Porto, entre outras cidades, sempre foi um facto surgindo, atualmente, projetos de sucesso de hortas urbanas, com especial ênfase na agricultura biológica. O arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles tem sido um acérrimo defensor da prática da agricultura urbana como parte integrante do novo conceito de cidade, onde a agricultura de pequena dimensão joga um papel fundamental na redução da dependência alimentar do exterior (Caldeira Cabral, 2005).

A necessidade do ser humano trabalhar o solo para daí extrair alimentos é uma questão de sobrevivência. A atração que o homem urbano sente pela atividade agrícola não se explica só pela vontade de aceder a outros sabores, tem raízes mais profundas, a que não é alheia uma vontade natural de evasão do ambiente urbano e de retorno a um misto de ócio e trabalho em contacto direto com a natureza. São inúmeros os benefícios das práticas agrícolas em meio urbano, com destaque para o papel que poderão representar na economia familiar e na qualidade da alimentação, para além de funcionarem como recurso lúdico, de recreio e terapêutico. Espaços da cidade, muitas vezes deixados ao abandono e em degradação progressiva durante anos, podem ser substituídos por canteiros agrícolas que, pela diversidade das suas culturas, constituem um contributo importante para a qualidade da paisagem.

Numa altura em que a Organização Nações Unidas (ONU) considera o fomento da agricultura urbana como uma estratégia importante para o planeamento urbano do séc. XXI, as grandes metrópoles dos países devem ser capazes de conciliar o desenvolvimento socioeconómico pretendido com as suas potencialidades agrícolas. A ideia de que o espaço urbano deve

expurgar a paisagem natural do seu interior, reservando-lhe apenas as sobras da construção, está perfeitamente ultrapassada. Com efeito, falar em hortas urbanas é falar de combate a ilhas de calor, maior qualidade de vida em centros urbanos, menor emissão de carbono, alimentação saudável, educação ambiental, e reconexão das pessoas com o que têm de mais elementar: o solo e o alimento produzido, de forma a estimular hábitos alimentares mais saudáveis. Pequenos espaços na área urbana, como terrenos municipais devolutos, o pátio de uma casa ou as janelas e varandas de um apartamento, podem ser aproveitados para cultivar, desde uma micro horta de ervas aromáticas e temperos, até composições mais complexas. Tudo depende da criatividade e do envolvimento das pessoas que reinventam esses lugares, aproveitando os benefícios de uma horta livre de agrotóxicos.

2. Formas criativas de hortas urbanas

De acordo com os agrónomos, dois metros quadrados já bastam para ter uma horta muito produtiva (Machado, 2002). Vasinhas, canteiros, garrafas pet, são também ótimas soluções, já que podem ser colocados no chão ou fixados na parede.

Britta Riley, na procura de uma maneira de cultivar vegetais em pequenos espaços, recorreu à utilização de um sistema hidropónico, ideal para produzir morangos, tomates, alfaces e ervas aromáticas na janela de um apartamento (DiFranzo, 2011). Assim surgiram as *windowfarms* de funcionamento simples (fig. 1).

Figura 1. As *windowfarms* nas janelas de um prédio em Nova Iorque

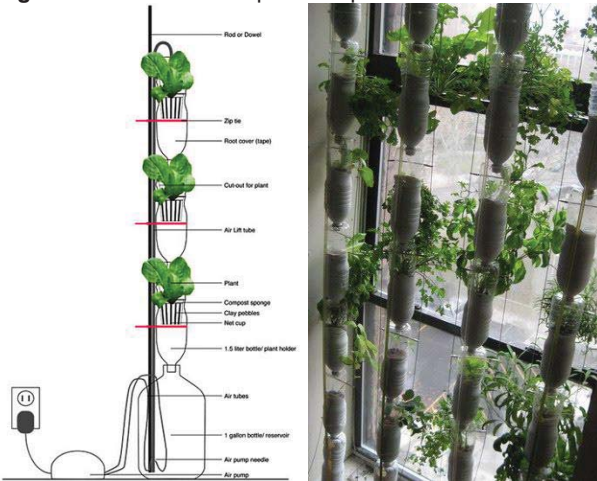


Fonte: http://www.archdaily.com.br/page/82/?attachment_id=lytsgnox

Nos primeiros modelos da *windowfarms* quase todo o material necessário para a sua construção era reciclado, precisando-se, apenas, de uma bomba de ar que promovesse a circulação de uma solução de água e nutrientes por uma coluna de garrafas pet onde eram colocadas as plantas. O líquido não absorvido pelas plantas, retornava ao reservatório e era novamente bombeado para a primeira garrafa, dando início a um novo ciclo (fig. 2).

Riley criou este projecto online, cujo principal objectivo era incentivar os aderentes a encontrar soluções criativas para o seu dia-a-dia e partilhar os resultados com outras pessoas, processo a que a criadora chamou de *Research and Develop It Yourself*. Este processo criativo foi sendo aperfeiçoado pelos participantes de forma que, atualmente, as garrafas pet foram substituídas por materiais mais sofisticados, encontrando-se já à venda todo o sistema pronto a colocar nas janelas (fig. 3). A massificação da produção e comercialização destes modelos é um dos objetivos de Britta Riley.

Figura 2. O modelo e esquema explicativo da *windowfarms*



Fonte: http://coexistaindependentemente.blogspot.pt/2012_02_01_archive.html

Figura 3 – Modelo mais recente e comercializado da *windowfarms*.



Fonte: <http://www.scoop.it/t/sustentabilidade-digital?page=36>

Em Portugal existem também casos sucesso de hortas urbanas criativas. O empresário João Henriques, da empresa UrbanGrow, criou o projecto *HUGS* (Hydroponic Urban Growing Systems) e está atualmente a desenvolver vários kits que reutilizam diversos materiais comuns, como garrafas de plástico, para possibilitar uma horta urbana individual, com elevada produtividade e qualidade, sem pragas, com baixa manutenção e, acima de tudo, com despesas reduzidas.

A empresa está a desenvolver outras soluções para hortas urbanas, como “mini-hortas de parede” (figura 4), um sistema de rega por gravidade e capilaridade, e, finalmente, o kit *Hangrow*, um exemplo de agricultura invertida (figura 5).

Figura 4. Horta vertical (Marcelo Rosenbaum) com reutilização de garrafas pet.



Fonte: <http://acqualokos.wordpress.com/2012/05/16/mini-horta-sustentavel-feita-com-garrafas-pet/>

Figura 5. Hortas na marquise. Um exemplo de agricultura invertida (*Hangrow*).



Fonte: <http://greensavers.sapo.pt/2011/07/14/ja-imaginou-ter-a-sua-salada-a-crescer-na-marquise/>

Surgem, inclusivamente, iniciativas por parte de entidades públicas como a seguida pela Câmara Municipal da Guarda, que possui uma horta plantada no telhado dos Paços do Concelho, projeto iniciado em 2011. De acordo com a autarquia, foram plantadas neste espaço, batatas, tomates, acelgas, beterrabas, pimentos, cebolas, alho francês, courgette e ervas aromáticas, entre outras espécies, produtos utilizados no abastecimento do refeitório municipal (Câmara Municipal da Guarda). No primeiro ano, 2011, a autarquia recolheu 150 quilos de produtos alimentares. Sendo a Guarda a cidade implantada a maior altitude, esta será, também, a horta urbana mais alta do País (figura 6).

Estas formas criativas de hortas urbanas pretendem aumentar os índices de sustentabilidade do meio urbano, independentemente da localização geográfica ou da condição económica da região.

A sustentabilidade deve ser entendida como um processo de consciência da pessoa, tanto no uso dos recursos naturais como na sua forma de consumo e corresponde a todos os processos e metodologias usados para atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras.

Figura 6. Horta urbana no telhado dos Paços de Concelho da cidade da Guarda.



Fonte: <http://greensavers.sapo.pt/2012/05/03/guarda-autarquia-cultiva-uma-horta-no-telhado-dos-pacos-do-concelho/>

3. A *Garthfarm*: uma resposta criativa de horta urbana

A *garthfarm*, designação nossa por contraponto às *windowsfarms*, é uma nova resposta de desenho criativo de horta urbana, que surge no pátio de uma habitação unifamiliar da freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar (fig. 7).

Figura 7. Localização da *Garthfarm* em Rio Tinto, concelho de Gondomar.



Fonte: Foto de autor, 2012

Esta nova forma criativa de horta urbana surge por reconversão de um espaço degradado em consequência do traçado da linha laranja do metro do Porto que liga Fânzeres à Sra. da Hora. Este espaço, que anteriormente funcionava como depósito de veículos para venda, actividade exercida pelo proprietário em stand próximo, recuperou, transitoriamente, a sua função inicial como pátio, sofrendo, no entanto, inovações. Essas inovações correspondem a 8 canteiros circulares, construídos com aduelas de cerca de 1 metro de diâmetro e 60 cm de altura, distribuídas de forma geométrica pelo pátio (fig.8) onde, recorrendo a uma técnica inovadora de rega em profundidade, se passou a produzir produtos hortícolas diversos, em sistema rotativo, de acordo com a época do ano.

Figura 8. A *Garthfarm* em Rio Tinto – um exemplo de horta urbana criativa.



Fonte: Foto de autor, 2012

Em seis dos oito canteiros existentes, o centro é ocupado por uma espécie arbórea frutícola (fig. 9) envolvida por espécies hortícolas diversas, num desenho demonstrativo não só das preferências hortícolas dos seus proprietários, mas também de uma forte componente estética. As duas exceções correspondem aos dois canteiros localizados na parte frontal da casa, no centro dos quais se apresenta uma espécie floral arbustiva, rodeada de alfaces (fig. 10).

Figura 9. Exemplos dos tipos de culturas dos canteiros da *Garthfarm*.



Fonte: Fotos de autor, 2012

Cada canteiro possui uma espécie hortícola diferenciada conjugada, ocasionalmente, com ervas aromáticas.

Figura 10. Canteiros na parte frontal da casa



Fonte: Fotos de autor, 2012

Os produtos hortícolas que se têm cultivado nestes canteiros são diversos, sazonais e da preferência dos proprietários (quadro 1) que, em cada época de cultivo, utilizam matéria orgânica diversa para aumentar a fertilidade do solo. Os produtos utilizados são as ervas daninhas, folhas, resíduos de culturas e cinzas. Estes espaços são, portanto, pequenas hortas biológicas que vão sendo cuidados ao longo do ano pelo proprietário que, manualmente, vai retirando dos mesmos as ervas daninhas que possam impedir o crescimento das espécies hortícolas cultivadas.

Quadro 1. Espécies produzidas na *Garthfarm* em 2012.

| Produtos hortícolas | Ervas aromáticas | Espécies frutícolas |
|---------------------|------------------|---------------------|
| Penca | Salsa | Oliveira |
| Repolho | Coentros | Limoeiro |
| Alface | Hortelã Pimenta | Laranjeira |
| Nabiça | | Tangerineira |
| Espinafre | | Pereira Abacate |
| Tomate | | |
| Cebola | | Morangueiro |
| Bróculos | | |

Fonte: Inquérito próprio, 2012

O casal de proprietários, sexagenários e ambos naturais de Mangualde, criados em meio rural onde auxiliavam as respetivas famílias na execução dos trabalhos agrícolas, apesar de exercerem atividades distintas da agrícola durante o seu período ativo, após terem atingido a idade da reforma regressaram, desta forma, às suas origens rurais, mas num contexto urbano. Esta atividade serve, sobretudo para o proprietário, como terapia ocupacional e lúdica, para além do casal obter produtos de que necessitam para autoconsumo. Aliás, este facto torna-se visível na designação que, carinhosamente, o proprietário dá a este espaço – “jardim de comer”.

A inovação que se verifica nesta tipologia de horta urbana – *garthfarm* - é também visível no sistema de rega utilizado nos canteiros, proporcionado pela colocação de um tubo que permite a rega em profundidade (fig. 11), optimizando-se, assim, a distribuição e consumo da água pelas plantas. Diminui-se, deste modo, os fenómenos de perdas de água do solo por evaporação, já que esta é encaminhada directamente às raízes das plantas.

Embora o cultivo das hortícolas se faça em espaços reduzidos, a produtividade do solo é elevada e de boa qualidade. Cite-se, a título de exemplo, o tamanho das cebolas retiradas destes canteiros que eram todas de grande dimensão (fig.12).

Figura 11. Pormenor da técnica de rega dos canteiros da *Garthfarm*.



Fonte: Fotos de autor, 2012

Figura 12. Dimensão das cebolas retiradas dos canteiros.



Fonte: Fotos de autor, 2012

A *Garthfarm* de Rio Tinto não é só motivo de curiosidade das pessoas que da rua a podem observar, deslumbradas com o desenho, estética e qualidade que demonstram ter os produtos cultivados, mas é também uma forma de publicitar um tipo de horta caseira criativa, garante das necessidades de produtos hortícolas básicos e saudáveis de uma alimentação mediterrânea, bem como uma resposta à crise económica de então, poupando-se na compra deste tipo de produtos.

4. Considerações finais

No mundo inteiro, a agricultura urbana ganha cada vez mais espaço, e é vista como um meio de planeamento sustentável. Mais que uma opção, as hortas urbanas são uma necessidade, não só porque criam novos espaços verdes, como também possibilitam a produção de alimentos de melhor qualidade e constituem-se locais terapêuticos e de lazer.

Para muitas pessoas as hortas urbanas representam o único contacto com a natureza e a oportunidade de se expressarem com criatividade. Para os nascidos na cidade são uma oportunidade para aprender e apreciar o processo de plantio e cultivo. Para os migrantes do campo, as hortas urbanas são uma maneira de utilizar as suas habilidades agrícolas e de terem uma ligação com o solo e a natureza que tinham no campo.

Relativamente pouca pesquisa tem sido realizada sobre a importância e o valor de tais hortas para o bem-estar humano, tanto a nível dos que as cultivam como para aqueles que usufruem, visualmente, de uma paisagem que os aproxima do rural.

Este tipo de projetos encoraja hábitos mais saudáveis de alimentação e incentivam um novo estilo de vida. Para além disso, assumem um papel fundamental na economia familiar, como fonte de rendimento, sendo, por isso, uma resposta eficaz à crise económica que se vive hoje em dia.

Referências bibliográficas

- Caldeira Cabral, F.; Ribeiro Telles, G. (2005) – A Árvore em Portugal. 2ª ed, Assírio e Alvim, Lisboa.
- DiFranzo, D.; Graves, A. (2011) - A Farm in Every Window: A Study into the Incentives for Participation in the Windowfarm Virtual Community. pp. 1-8. In: *Proceedings of the ACM WebSci'11*, June14-17 2011, Koblenz, Germany.
- Dunnett, N.; Muhammad Q. (2000) - Perceived Benefits to Human Well-being of Urban Gardens. *HortTechnology*, January-March 2000 vol. 10, no. 1, p. 40-45, Sheffield, U.K.
- Gröning, G. (1996) - Politics of Community Gardening in Germany. Annual Conference of The American Community Gardening Association (ACGA) "Branching Out: Linking Communities Through Gardening", September 26 - 29, 1996, Montréal, Canada.
- Machado, A.; Machado C. (2002) – Agricultura Urbana, *Embrapa*, Documento 48, Brasil.
- Mougeot, J. (2005) - *Agropolis: The Social, Political, and Environmental Dimensions of Urban Agriculture*. Ed. Luc J. A. Mougeot, International Development Research Center, London, UK.
- Pinto, R. (2007) – *Hortas Urbanas: espaços para o desenvolvimento sustentável de Braga*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7988>.

Agradecimento

Agradecemos ao Sr. Joaquim Pais e D. Matilde Pais, proprietários da *Garthfarm* em Rio Tinto ou, como carinhosamente lhe chamam, o “jardim de comer”, a simpatia e a disponibilidade para responderem ao nosso inquérito e por nos terem autorizado a tirar as fotos na sua propriedade.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL: O CASO DE PIRAI DA SERRA – PARANÁ - BRASIL

Edina Schimanski
UEPG
edinaschi@hotmail.com

Jasmine Cardozo Moreira
UEPG
jasmine@uepg.br

Paulo Rogério Moro
UEPG
paulomoro@uepg.br

Resumo

O presente texto reflete sobre a importância do desenvolvimento de propostas de educação ambiental na região de Pirai da Serra (Paraná-Brasil) que levem em consideração práticas transformadoras em defesa do patrimônio natural e cultural da área. A região constituída de uma paisagem singular é considerada como área prioritária de conservação, nos chamados Campos Gerais. Apesar de esforços empreendidos no sentido de proteger o patrimônio natural, estudos in loco apontam sucessivos processos de degradação da área. Neste cenário, propostas de educação ambiental de caráter crítico-pedagógico tornam-se imprescindíveis para a preservação do patrimônio natural e cultural da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Patrimônio Natural e Cultural

Abstract

This essay reflects on the importance of developing environmental education practices in the region of the Pirai da Serra (Paraná – Brazil) that take into consideration transformative actions towards the defence of natural and cultural heritage of the area. The region is characterized by a singular landscape and it is considered by people as an important area of conservation in the Campos Gerais. Despite some efforts to protect the local natural heritage some studies have showed a continuous process of degradation. In this scenario, it is fundamental to develop a critical pedagogic process of environmental education in order to preserve and restore natural and cultural heritage of the region.

Key-words: Sustainable Development, Environmental Education, Natural and Cultural Heritage

1. Introdução

O presente texto reflete sobre a importância do desenvolvimento de propostas de Educação Ambiental na região de Pirai da Serra que levem em consideração práticas transformadoras em defesa do patrimônio natural e cultural da área. Os dados aqui apresentados fazem parte de um projeto de educação ambiental para Pirai da Serra o qual está vinculado a um projeto maior denominado “Diagnóstico ambiental de Pirai da Serra visando sustentabilidade regional” – da Universidade Estadual de Ponta Grossa – sob a coordenação do Prof. Dr. Mário Sérgio de Melo. A região é constituída de uma paisagem singular e é considerada como área prioritária de conservação, nos chamados Campos Gerais e diversos estudos apontam sucessivos processos de degradação. O presente artigo apresenta na primeira parte do texto uma breve discussão sobre a educação ambiental como instrumento pedagógico de defesa do patrimônio natural e cultural. A seguir é feita a caracterização da região de Pirai da Serra e sua relação com a necessidade de uma educação ambiental crítica. Na terceira parte do texto, são abordadas as diferentes metodologias de ação relacionadas à prática de educação ambiental feita na comunidade, seus avanços e limitações. Finalmente, são analisados os resultados obtidos pelo grupo de trabalho e a proposta de desenvolvimento de práticas ambientais críticas e emancipatórias.

2. Educação ambiental e a defesa do patrimônio natural e cultural como espaço social

Nas últimas décadas vários autores (Sauvé (1997), Loureiro (2005), entre outros) têm demonstrado uma crescente preocupação em analisar a trajetória teórico-metodológica da educação ambiental na busca de uma re-significação prático-conceitual para o tema. De fato, a preocupação constante em definir e encaminhar não somente as ações práticas, mas também

a pesquisa em educação ambiental tem levado a uma verdadeira “guerra paradigmática” (Gaudiano, 2000), na qual a emergência de novas tendências tem diversificado os processos educativos na área ambiental. Um paradigma pode ser entendido como sendo uma visão de mundo orientada por uma ideologia. Para Capra *apud* Fien (1993) paradigma representa uma constelação de conceitos, valores e percepções comungadas por uma comunidade científica. De maneira similar Carr e Kemmis (2002) argumentam que o surgimento de um paradigma acontece quando há a necessidade da elaboração de um corpo teórico de conhecimentos que explique um aspecto específico de um determinado problema. É importante salientar que esta interpretação da realidade (por exemplo: social, política, educacional, ambiental, etc) é que determina o modo como os sujeitos pensam, agem e explicam o mundo.

2.1 Das práticas conservadoras e comportamentalistas a necessidade de uma educação ambiental crítica

Loureiro (2005) aponta que a partir dos anos setenta identificam-se as primeiras experiências denominadas de educação ambiental no Brasil. De acordo com o autor, de lá para cá duas grandes vertentes ideológicas têm influenciado a formulação de paradigmas teóricos na educação ambiental: a **vertente conservadora ou comportamentalista** e a **vertente transformadora ou crítico-emancipatória**. A primeira concepção – *vertente conservadora* – que dá origem às primeiras práticas da educação ambiental na década de setenta. No início dos anos oitenta a *vertente transformadora* começa a emergir no seio das práticas ambientalistas. Neste contexto, a educação é política e o educando não é um mero receptor do conhecimento, mas um agente-político capaz de modificar sua realidade (Freire, 1988). Não pretendemos neste texto nos limitarmos à compreensão do mundo de forma unilateral e a partir disto entendermos as concepções ambientalistas como se estas pudessem ser pura e simplesmente reduzidas e acopladas em “caixas bipolares” na qual a educação ambiental ou estaria comprimida dentro de uma conotação tradicionalista ou dentro de uma matriz crítica (Schimanski, 2005). Contrariamente é precisamente a partir de uma perspectiva de totalidade, onde as questões ambientais emergem como expressões de múltiplas determinações (históricas, sociais e políticas) que a educação ambiental deve ser entendida.

2.2 O patrimônio natural e social como ambiente social e a prática da educação ambiental crítica

O conceito de patrimônio natural [e cultural] é apresentado como ‘herança da humanidade’ (ver, por exemplo, UNESCO, 2005). Neste sentido, tanto o patrimônio natural, quanto o cultural, são reconhecidos como elementos imprescindíveis de uma mesma configuração, a qual é estabelecida entre ser humano e natureza, a partir de uma perspectiva de praxis. Praxis aqui entendida como expressão das liberdades humanas na ação concreta cotidiana: ação-reflexão-ação. Ghimiri e Pimbert (2000:05) apontam que as áreas protegidas são ambientes naturais na medida em que possuem um ecossistema em permanente mudança, mas devem ser entendidas, também, em seu contexto social e cultural, pois são espaços sociais. Pensar uma educação ambiental fundamentada em valores sociais mais amplos que entenda o ser humano como um elemento essencial no processo de construção daquilo que se quer por patrimônio natural e cultural, é pensar ser humano a partir de uma perspectiva praxiológica.

3. Pirai da Serra e educação ambiental

Um dos objetivos centrais do projeto de educação ambiental para Pirai da Serra foi o desenvolvimento de uma proposta pedagógica que considerasse a realidade local e, que, sobretudo, levasse em conta o trabalho já existente no local a respeito da temática. Ficou estabelecido que as ações não fossem realizadas em um formato acrítico e pouco participativo por parte da comunidade. Contrariamente, a idéia de se trabalhar a partir de uma proposta de horizontalidade entre pesquisadores e população permeava o trabalho de campo. Para isto foram escolhidos três diferentes sítios sócio-ambientais da comunidade para participarem do projeto, os quais serão descritos a seguir.

3.1 A participação dos atores e Problemática de Pesquisa

O primeiro grupo selecionado foram os professores da Educação Básica do município, o segundo grupo foi o das lideranças religiosas e o terceiro grupo foi o das lideranças comunitárias. Não foi possível realizar o trabalho com estes dois últimos atores, por diferentes

motivos. Definido o grupo a ser trabalhado, foi necessário conhecer com mais profundidade o trabalho de educação ambiental desenvolvido pelas escolas e o interesse, bem como o potencial em participar do projeto. A coleta de dados inicial, teve como principal objetivo conhecer as práticas pedagógicas relacionadas ao patrimônio ambiental e natural, bem como diagnosticar os problemas ambientais mais representativos na comunidade e sua relação (se fosse o caso) com as questões do patrimônio. Para cada escola participante na pesquisa foi realizado um inventário com a intenção de verificar as práticas ambientais pedagógicas realizadas:

Quadro 1. Mapeamento de práticas de Educação Ambiental nas escolas

| |
|--|
| <p>Mapeamento práticas de Educação Ambiental nas escolas</p> <p>Escola: _____</p> <p>Ensino Fundamental () Ensino Médio ()</p> <p>Número de alunos (as) _____</p> <p>Número de Professores (as) _____</p> <p>1) Projetos de educação ambiental desenvolvidos pela escola.</p> <p>2) Práticas de educação ambiental desenvolvidas na escola relacionadas aos sítios naturais da região.</p> <p>3) Principais problemas ambientais existentes na região.</p> <p>4) Relação entre os problemas ambientais vividos na região e os reflexos na vida dos alunos, e por consequência, na escola.</p> <p>5) Educação Ambiental realizada na escola e sua repercussão na comunidade.</p> <p>6) Formas sugeridas pela escola para desenvolver projeto de Educação Ambiental fundamentado na realidade local visando a sustentabilidade ambiental da região.</p> |
|--|

Ao todo foram selecionadas sete escolas da comunidade, sendo quatro escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental 1º e 2º ciclos, duas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Ensino Médio e uma escola privada de Ensino Fundamental e Médio. Todas as escolas estão localizadas na área urbana e a idéia era traçar um panorama geral das práticas ambientais realizadas nestas instituições.

3.2 – A prática pedagógica das escolas envolvidas no processo

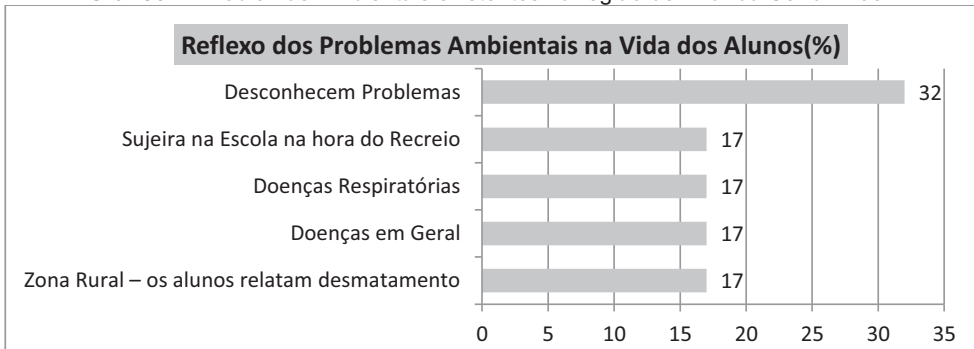
Em relação aos problemas ambientais existentes na região, o lixo foi apresentado pelas escolas como o maior problema, seguido pelas enchentes causadas pelos rios e arroios que cortam a cidade e a poluição gerada pelas queimadas urbanas, entre outras (Gráfico 1).

Gráfico 1. Problemas Ambientais existentes na região de Pirai da Serra - 2007



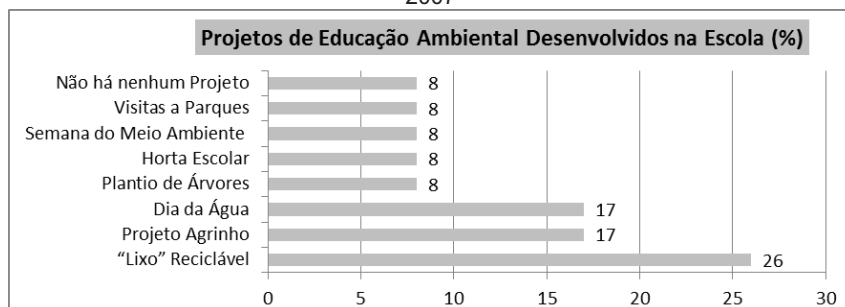
Embora as escolas apontassem esses problemas ambientais experimentados pela população, poucas delas reportaram ações ambientais específicas em relação à vida sócio-ambiental dos discentes e da comunidade onde eles (elas) vivem. Uma das escolas citou a organização de uma passeata com pais e alunos em prol das melhorias das condições ambientais do município. O gráfico 2 aponta os problemas ambientais citados pelas escolas e sua interferência na vida cotidiana dos docentes.

Gráfico 2. Problemas Ambientais existentes na região de Pirai da Serra - 2007



As atividades se referiam a ações reservadas ao interior da mesma e com cunho pontual, como por exemplo, “Dia da Árvore” ou “Dia da Água”, entre outras datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente Corre-se, assim, o risco de haver uma baixa problematização da realidade e pouca evidência em processos históricos no que concerne aos aspectos relacionados à defesa do patrimônio natural e cultural da região (Gráfico 3).

Gráfico 3. Projetos de Educação Ambiental desenvolvidas nas Escolas de Pirai da Serra - 2007



A maior parte das escolas desconhece o conjunto que representa o patrimônio natural e cultural que compõe o cenário de Pirai da Serra e, por conseqüência, não desenvolvem atividades relativas a eles com seus alunos e alunas. Em certa medida, o fato das escolas não conhecerem o patrimônio da região não causou à equipe de educação ambiental estranheza, pois como aponta McLaren, (1995) quando este discute a imposição de culturas externas e predatórias na escola em oposição ao conhecimento e valorização da cultura local, nem sempre nossa cultura tende a valorizar aquilo que é próprio da região e, sim, aquilo que vem de fora.

4. Propostas de intervenção na área

Uma vez conhecida a realidade das práticas de educação ambiental nas escolas da região partiu-se para a reflexão com os sujeitos envolvidos no processo sobre a possibilidade de alargar algumas ações, as quais poderiam contribuir na divulgação e desenvolvimento de estratégias capazes de fortalecer as escolas para atuarem na defesa do patrimônio natural e cultural da região de Pirai da Serra. Neste sentido, foram realizadas diversas visitas da equipe do Projeto Pirai da Serra às escolas, bem como diversas reuniões com lideranças políticas do município (prefeito, secretários municipais, lideranças religiosas, proprietários de terra, membros da população) para divulgação do mesmo. Após a divulgação, foi realizada uma oficina temática com objetivo de sensibilização dos professores (as).

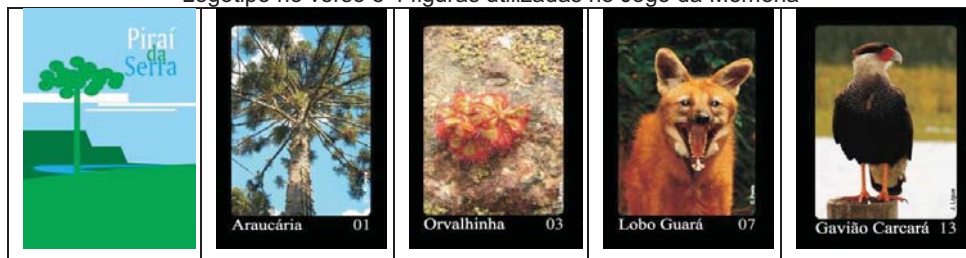
4.1. Oficina temática de sensibilização e visita de campo para (re)conhecimento

A oficina apresentada pela equipe interdisciplinar do projeto foi realizada no segundo semestre de 2008 e contou com a participação das professoras da maioria das escolas da comunidade. Diferentes temáticas foram refletidas com o grupo: caracterização do meio abiótico (unidades litológicas, hidrografia, solo, relevo, clima, estruturas geológicas), diagnóstico do uso das terras (estrutura fundiária, impactos ambientais da agropecuária, processos de produção), patrimônio arqueológico (figuras rupestres), cultura e tradições na região, entre outras. Ainda no segundo semestre de 2008 foi realizada a visita técnica de reconhecimento da área investigada, atividade esta proposta pelas professoras das escolas durante a realização da oficina. A visita foi monitorada pelos professores (as) e alunos (as) pesquisadores do projeto e a visita *in loco* possibilitou ao grupo o alargamento do conhecimento sobre o local e suas riquezas naturais e também culturais através do contato com os moradores dos locais visitados.

4.2. Jogo da Memória como proposta lúdico-crítica de Educação Ambiental

Um dos resultados apresentados pela equipe do projeto foi a criação de uma atividade pedagógica conhecida popularmente como Jogo da Memória, com fotos e informações relativas ao Patrimônio Natural e Cultural dos Campos Gerais. Pode ser utilizado em atividades de educação ambiental voltadas para a interpretação do patrimônio. É uma atividade que estimula a memória e é fácil de manipular²⁰. No caso das crianças, pode auxiliar na sua alfabetização, uma vez que a leitura do título das cartas pode ser incentivada. De qualquer modo, o principal objetivo é fazer com que os participantes conheçam com maior abrangência a biodiversidade e geodiversidade da região. Na elaboração dos 25 pares de cartas do Jogo da Memória foram utilizadas fotos relacionadas ao Patrimônio Natural e Cultural (fig. 2, 3, 4 e 5) em um dos lados e no verso de todas as figuras está o logotipo²¹ utilizado no projeto (fig.1).

Logotipo no verso e 4 figuras utilizadas no Jogo da Memória



Além das cartas, foi elaborado um livreto para acompanhar a atividade. Tal livreto possui informações sobre o que é o projeto, instruções gerais, um mapa de localização de Piraí da Serra e dados básicos a respeito de cada uma das cartas. A sugestão é a de utilizar o livreto lendo o respectivo texto quando o participante acerta os pares. Deste modo, o Jogo da Memória é um recurso de apoio a atividades de educação para a sustentabilidade (educação ambiental), que procura estimular o reconhecimento e valorização de riquezas ambientais e culturais de Piraí da Serra, incorporando-as à identidade regional.

5. Considerações finais

Uma das idéias centrais na proposta de desenvolvimento de uma educação ambiental crítica é a busca de ruptura e transformação de práticas sociais que não levem em conta valores éticos e sociais relacionados à natureza e a defesa do patrimônio natural e cultural de uma dada região. Piraí da Serra é um dos poucos espaços que ainda apresenta área preservada. A prática de uma educação ambiental crítica deve estar alicerçada em valores éticos e sociais comprometidos com a defesa deste patrimônio natural local e com sua população. Entretanto, apesar de boa vontade das escolas, obstáculos podem ser elencados no processo, os quais

²⁰ Cada participante na sua vez desvira duas cartas e deixa que todos as vejam, caso sejam iguais, o participante deve recolher consigo esse par. Se forem peças diferentes, estas devem ser viradas novamente, passando a vez ao participante seguinte. Ganha aquele que tiver descoberto mais pares.

²¹ Logotipo criado pelo designer Élio Chaves.

dificultaram a realização das atividades de educação ambiental. Uma dificuldade foi o fato que as escolas não possuem acesso à *internet* o que, sem dúvida, inviabiliza a participação das mesmas nas redes de educação ambiental. Apesar das dificuldades apresentadas, a possibilidade de participar do projeto e discutir com as escolas permitiu um maior conhecimento sobre a região. Neste sentido, percebe-se que as atividades desenvolvidas possibilitaram uma aproximação mais densa com a realidade da região. Isto pode, apesar dos obstáculos, germinar um processo de politização da problemática ambiental experimentada em Pirai da Serra em sua totalidade e complexidade.

Referências bibliográficas

- CARR, W. and KEMMIS, S. (2002) *Becoming critical. Education, knowledge and action research*. London: Routledge
- FIEN, J. (1993) *Education for the environment. Critical curriculum theorising and Environmental Education*. Austrália: Deakin University,
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. (1988) 18. Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- GAUDIANO, E. (2002) *Environmental Education*. www.vusst.hr/ENCYCLOPAEDIA/environmental_education.htm, - Acesso em 01.02.2005
- GHIMIRI, K. e PIMBERT, M. (2000) *Social change and conservation: an overview of issues and concepts*. IN: GHIMIRI, K. e PIMBERT, M. *Social change and conservation*. London: Earthscan Publications,.
- MOREIRA, J. C. (2008) *Patrimônio Geológico em Unidades de Conservação: Atividades interpretativas, educativas e geoturísticas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- LOUREIRO, C. F. B. (2005) *Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental*. *Educ. Soc.*, Dez 2005 vol.26, no. 93 p.1473-1494.
- LOUREIRO, C.F.B. (2004) *Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental*. SP: Cortez
- McLAREN, P (1995) *Critical pedagogy and predatory culture. Oppositional politics in a postmodern era*. London: Routledge
- SCHIMANSKI, E. (2005) *Developing environmental education in Brazilian primary schools focused on emancipatory actions and ecological citizenship: an action research approach*. Tese de doutorado. Universidade de Londres
- _____ (2005) *Critical environmental education towards emancipatory action: an overview* In: *PhD Essays: Literature Surveys and Other Anxieties*.1 ed. Londres: Institute of Education, University of London.
- SAUVÉ, L. (1997) *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa* 1. *Revista de Educação Pública*, vol. 10, jul/dez, 1997. <http://cgi.ufmt.br/revista>, data de acesso 01.02.2005
- UNESCO (2005) *World Heritage at the Vth IUCN. World Parks Congress – South Africa (Sep - 2003)* Published by UNESCO – Paris.

A ANCESTRAL RELAÇÃO DO HOMEM COM O FOGO – A LONGA HISTÓRIA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL

Flora Ferreira-Leite

Doutoranda – Bolseira FCT

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)

floraferriraleite@gmail.com

António Bento-Gonçalves

Departamento de Geografia da Universidade do Minho

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)

bento@geografia.uminho.pt

Resumo

O fogo faz parte da natureza desde a “criação do mundo”, constituindo um dos elementos, considerados essenciais no universo. Na história da terra e da humanidade o fogo desempenhou um papel da maior importância como elemento decisivo para o avanço da civilização e alteração dos espaços florestais.

Palavras-chave: Homem, uso do fogo, espaços florestais.

Abstract

Fire is part of the nature since the "creation of the world", and constitutes one of the elements considered as essentials in the universe. In the history of the earth and the humanity fire played a major role as a decisive element for the advancement of civilization and modification of forest areas.

Keywords: Humanity, use of fire, forest areas.

1. Introdução

O fogo faz parte da natureza desde a “criação do mundo”, constituindo um dos quatro elementos fundamentais, considerados como essenciais no universo. E embora seja mais comumente associado à ideia de destruição e catástrofe, o fogo pode também ser relacionado com a ideia de bênção ou de renovação. Este aparente paradoxo, reflete o duplo papel do fogo nas sociedades ao longo de milhões de anos, simultaneamente uma forma de destruição e de renascimento, tal como acontece com os ecossistemas que têm evoluído sob influência do fogo. A verdade é que na história da terra e da humanidade o fogo desempenhou um papel da maior importância, constituindo um elemento decisivo para o avanço das civilizações.

Historicamente o fogo sempre exerceu uma grande atração sobre os seres humanos, estando a própria evolução da nossa espécie diretamente relacionada com este. Segundo Johnson (1970), citado por Bayley, há mais de 500 000 anos que o Homem utiliza o fogo, sendo que nos últimos 200 000 anos aprendeu mais sobre a sua utilização. A partir desta conquista o Homem aprendeu a utilizar o poder do fogo em seu proveito, extraíndo a energia dos materiais da natureza ou moldando-a em seu benefício.

À medida que o Homem foi progressivamente ocupando os continentes, o fogo foi surgindo, provocado pelo próprio Homem, como instrumento de suporte ou de defesa da sua sobrevivência (Alves *et al.*, 2006). O domínio do fogo foi determinante para a libertação do Homem em relação à natureza e aos outros animais. O fogo humanizou o próprio Homem primitivo e dotou-o de sentimentos, possibilitando-lhe - por consequência - a sua própria socialização (fig 1 a), b)).

Figura1. a) e b). Uso ancestral do fogo



Fonte: Diário do Nordeste, Brasil

De certo modo, podemos dizer que *“le primordial service du bois, ce fut de donner, en se consumant, le feu, cet élément mystérieux, premier témoin de la puissance des hommes sur la Terre”* [“o serviço primordial da lenha foi o de, ao consumir-se, originar o fogo, esse elemento misterioso, primeiro testemunho do poder dos homens na Terra”] (Deffontaines, 1933). Alguns autores defendem que *“even before the climate, vegetation, and landscape had achieved their modern character, humans were at odds with nature, changing it, manipulating it, and attempting to tame it. Vast areas of forest and grassland were burned, vegetation was altered irretrievably, soils were changed, and fauna were eliminated”* [“mesmo antes do clima, da vegetação e da paisagem terem alcançado o seu carácter moderno, os seres humanos estavam em desacordo com a natureza, alterando-a, manipulando-a e tentando dominá-la. Vastas áreas de floresta e pastagens foram queimadas, a vegetação foi alterada, os solos modificados e a fauna eliminada”] (Williams, 2003 cit. por Alves *et al.*, 2006).

A maior parte da literatura sobre *paleofogos* concentra-se no Holocénico (época do período Quaternário da era Cenozóica que se iniciou há cerca de 11,5 mil anos) e, em particular no Holocénico superior (Rhodes e Davies, 1995; Shakesby e Doerr, 2006), mas existem evidências, embora algo dúbias, que remontam à idade do Fameniano (idade do período do Devónico Superior da era Paleozóica, a aproximadamente 415 milhões de anos) (Jones e Rowe, 1999; Prestianni *et al.*, 2010; Scott, 2000). Pausas e Keeley (2009) argumentam que o fogo apareceu acompanhando a origem das plantas terrestres e desempenhando um papel importante ao longo da história da vida. No entanto, à medida que o Homem expandiu o seu uso do fogo, as suas ações passaram a dominar alguns ecossistemas e a alterar os processos naturais, ameaçando a sustentabilidade de algumas paisagens (Pausas e Keeley, 2009). Devendo, portanto, o Homem ser considerado uma influência natural dos ecossistemas que evoluíram ao longo de milhares de anos (Kilgore, 1985). A partir do momento em que o Homem dominou o fogo, ele mudou de forma irreversível o curso da história da Terra, criando novos regimes de fogo (Rego, 1996), devendo ser considerado parte integrante do conceito de regime de fogo.

O regime de fogo refere-se à *“natureza dos incêndios que ocorrem durante um período prolongado de tempo”* (Brown, 1995). Os regimes de fogo podem ser descritos pela frequência, gravidade e intensidade, previsibilidade, dimensão, sazonalidade, e padrões espaciais de ocorrência do fogo (Heinselman, 1981; Agee, 1993; Crutzen e Goldammer, 1993; Chang e Skinner, 1996; Brown e Smith, 2000; Bento Gonçalves *et al.*, 2012).

2. Incêndios florestais em Portugal - uma realidade milenar

O Homem, no território que hoje corresponde a Portugal continental, teve sempre uma estreita relação com o coberto vegetal que encontrou, porém, conforme o testemunham as análises polínicas, foi procedendo à sua destruição, e/ou transformação em função das suas necessidades, e para tal usou o fogo como principal ferramenta.

Os estudos palinológicos de sondagens em sedimentos pós-glaciários efetuados sobretudo nas montanhas mais altas (Peneda, Gerês e Serra da Estrela) (Romariz, 1949, 1950; Janssen e Woldringh, 1981; Van Den Brink e Janssen, 1985; Coudé-Gaussen e Denèfle, 1980), parecem

mostrar que durante a última fase do atlântico, e sem que seja possível datar com precisão o começo do fenómeno, a proporção de urzes (Ericaceae) vai aumentando progressivamente, e a presença de vários tipos de cereais torna-se constante, enquanto aumentam igualmente os indicadores de áreas desarborizadas. Estes vários indícios, ainda que discretos, sugerem o impacte crescente do Homem sobre a vegetação. As análises palinológicas são de grande importância para o estudo e reconstituição da cobertura vegetal, permitindo aceder à transformação desta última por ação do Homem. O início desta ação que se efetuou sob a forma de incêndios (queimadas) terá tido em vista a obtenção de espaços para o cultivo motivando a intensificação da erosão, fenómeno que terá provocado, inclusive, o aparecimento da pseudo-turfeira da Prova (Cordeiro, 1990, p. 75). Com base nos dados disponíveis, S. Daveau (1988) refere a presença do fogo por volta de 4300 anos a.C, no cume da serra, que deu origem a um tipo de mato de urzes que veio substituir a floresta, que sucumbiu aos incêndios florestais, enquanto nas vertentes inferiores persistia a floresta de carvalhos. De acordo com Devy-Vareta (1993), as sondagens da serra da Estrela mostram ainda níveis de cinzas, que testemunham incêndios de grande proporção, no terceiro milénio (cerca de 3000-2000 a.C), que corresponde ao Neolítico final e Calcolítico, período em que, no território de Portugal se processam a “consolidação do sistema agro-pastoril”, a ocupação de novos territórios e a sedentarização das comunidades, numa grande variedade regional dos sistemas culturais e sociais (Jorge, 1990).

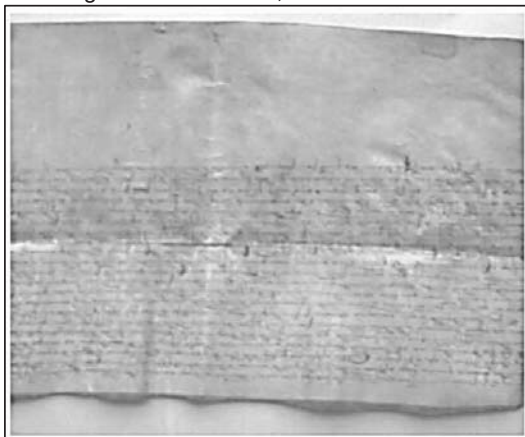
A transformação da cobertura vegetal pelo Homem foi se acentuando progressivamente, tanto nos cumes da serra, como nas terras baixas periféricas, onde a arqueologia permite reconstituir a implantação e organização da sociedade, nos períodos do bronze e do ferro, vivendo já então os Homens de atividades económicas diversificadas (Daveau, 1988, Devy-Vareta, 1993).

A evolução do coberto florestal em Portugal terá assim seguido, ao longo dos anos, um padrão comum a todo o Mediterrâneo, com a destruição da floresta original por fogos frequentes destinados a favorecer o pastoreio, com a utilização dos melhores solos para a cultura de cereais, e com o uso do material lenhoso para combustível e para a construção (Rego, 2001). Era assim evidente uma tendência geral para a desarborização, que se acentuaria a partir da Idade Média sendo as causas inevitáveis da ruína das nossas florestas a “povoação aumentada que requer para edifícios e cozinha maior consumo de madeira e lenhas” e a “maior quantidade de terras roteadas para a lavoura” (Andrada e Silva, 1815).

Apesar dos reconhecidos esforços para a proteção das florestas, como as medidas respeitantes à proteção de sobreiros e pinheiros incluídas no último *Código Visigótico* promulgado no século VII (Mendes de Almeida, 1935), e a Carta de 13 de Julho de 1310 de D. Dinis, para que “*se não faça dano nos sobreirais nem nas outras árvores*”, (Baeta Neves, 1980-1990), a verdade, porém, é que “*à medida que a nação portuguesa se constituía que, volvendo a paz, o país se ia povoando, as frondosas e vastas florestas, outrora existentes, caíam derrubadas pelo machado ou desapareciam consumidas pelo fogo proposadamente lançado pelos povos para, com menor dispêndio, converter o seu solo à cultura agrícola, facilitar a pastagem de gados ou delas expulsar o urso, o lobo (...)*” (Ferreira Borges, 1908). O fenómeno, contudo, não é o dos incêndios florestais na perspetiva contemporânea, mas o das queimadas que desde cedo foram feitas pelo Homem, quer para abrir espaço às suas atividades quer para a sua proteção.

As primeiras referências escritas conhecidas de incêndios florestais no nosso país podem remontar-se, pelo menos, aos fins do século XII, e os seus nefastos efeitos operaram uma modificação quase integral na cobertura vegetal de Portugal, e o conseqüente assoreamento de uma grande parte dos nossos rios. São conhecidos, por exemplo, os problemas de erosão na bacia do Mondego (Fernandes Martins, 1940) e da conseqüente intervenção Real em 1464, através da Carta Régia de D. Afonso V, onde o monarca ordenou: “*(...) a requerimento da cidade e para evitar a continuação dos grandes danos provocados pelo assoreamento do Mondego, se proibiu que de Coimbra a Seia se pusessem fogos até uma légua das margens do Mondego (...)*” (fig. 1).

Figura 1 .Extrato da Carta Régia de D. Afonso V, de 22 de Setembro de 1464.

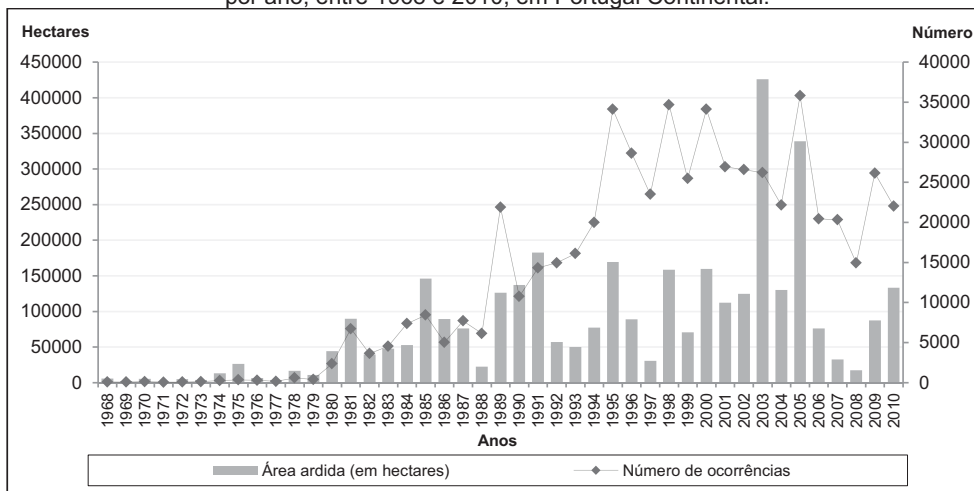


Fonte: Lourenço, 2010

Embora em Portugal não sejam conhecidos muitos documentos escritos relativos a incêndios florestais anteriores ao séc. XX, podemos, contudo, destacar alguns relatos existentes: F. M. P. SILVA e M. B. O. BATALHA (1859) referem que a região da Mata Nacional de Leiria foi afetada por diversos fogos entre 1818 e 1824; também A. PINTO, na sua obra “O Pinhal do Rei” (1939), faz também referência ao incêndio florestal que em 1824 consumiu cerca de 5 000 hectares na referida Mata Nacional de Leiria; ainda no séc. XIX, em 1882-1883 (?), terá ocorrido um incêndio de grandes proporções na “Matta do Bussaco”, relatado por E. NAVARRO (1884) no seu livro “Quatro dias na serra da Estrela”.

Mas foi sobretudo a partir do último quartel do século passado que os incêndios florestais em Portugal Continental registaram um aumento significativo, este aumento extraordinário tanto do número de incêndios florestais, bem como das áreas ardidas, especialmente depois dos anos sessenta (fig. 2), ficou a dever-se a causas de índole diversa, muitas das quais terão resultado das profundas alterações introduzidas na estrutura socioeconómica da população portuguesa, em especial da residente nas áreas florestais.

Figura 2. Evolução do número de ocorrências de incêndios florestais e da área ardida total, por ano, entre 1968 e 2010, em Portugal Continental.



Fonte: R. Natário, 1997; DGRF, 2001; AFN, 2011/SGIF

A fuga às precárias condições económicas, quer com destino aos distritos mais urbanos e industrializados, quer com destino ao estrangeiro, levou a que, nas áreas de partida, se tivesse verificado uma diminuição dos efetivos demográficos que, por sua vez, levou ao abandono dos campos que, naturalmente passaram a ter condições particularmente favoráveis à propagação do fogo (Cravidão, 1989). A redução dos efetivos populacionais nos espaços florestais ou com aptidão florestal determinou grandes mudanças na população, e na economia tradicional que assentava principalmente na agricultura, na pastorícia e na floresta (Cravidão, 1990; Bernaldez, 1991; Botelho, 1993; Alves *et al.*, 2003; Lourenço, 2004, 2006, Bento Gonçalves *et al.*, 2010a). Segundo Pinho *et al.*, 2006, “*a raiz dos problemas dos fogos florestais reside essencialmente no colapso das sociedades rurais tradicionais e na consequente perda de utilidade direta e abandono dos espaços silvestres*”).

Ora, estas situações, não sendo diretamente geradoras de incêndios florestais, e por isso consideradas causas indiretas (Lourenço, 2004), são consideradas como as principais responsáveis pela existência de grandes incêndios florestais. Com efeito, ao criarem condições que, *a posteriori*, têm interferência no comportamento dos incêndios, facilitando a progressão das frentes de chamas e, por isso, o rápido desenvolvimento dos incêndios, contribuem, indiretamente, para uma maior dimensão das áreas queimadas, que se tem verificado de um modo geral nas últimas décadas.

Indubitavelmente, as décadas de 70 e 80 do século passado foram um período de transição entre a realidade dendrocaustológica que vigorou na primeira metade do século XX, em que o uso do fogo era um dos instrumentos de gestão dos espaços silvestres e a realidade atual, onde os incêndios florestais passaram a “fazer parte” dos espaços silvestres e do nosso quotidiano no período estival.

O período revolucionário vivido após Abril de 1974 viria a modificar a floresta portuguesa: os Serviços Florestais, que tinham até então uma gestão e presença ativas no território, sofreram alterações que debilitaram a sua ação, muito embora seja importante referir aqui que esta tendência já era evidente desde o início da Guerra Colonial, a qual, devido ao enorme esforço financeiro que implicou, retirou “dinheiro às florestas” (Bento Gonçalves, 2006).

Na transição entre um regime de carácter autoritário e um contexto revolucionário, permitiu-se utilizar os recursos naturais sem particular cuidado e o resultado foi um aumento espetacular dos incêndios florestais, constituindo um verdadeiro escândalo nacional a destruição não só da nossa vasta área de pinhal, como de algumas relíquias florestais (Lourenço, 2004). Para além da delapidação técnica e humana dos Serviços Florestais, operada pelos sucessivos governos após a “Revolução dos cravos” (1974), também a impreparação democrática da maior parte da população e a sua inconsciência ambiental, contribuíram para esta nova realidade. Os incêndios florestais passam assim a ser um dos grandes problemas da floresta portuguesa. O aumento da área ardida foi expressivo, chegando mesmo a quadruplicar até 1980 (APIF, 2005), ano em que sob tutela do MAI se cria primeiro o Serviço Nacional de Bombeiros e, pouco depois, o Serviço Nacional de Proteção Civil.

Contudo, ao contrário do que se pode pensar a área florestal em Portugal tem aumentado nas últimas décadas (Rego, 2003) em virtude quer do aumento da expansão da área de plantação de eucalipto mas também em virtude do abandono da atividade primária e que tem conduzido ao aumento da área florestal em detrimento da anterior.

Apesar de se registar, em termos absolutos, uma menor importância dos efetivos populacionais a habitarem as áreas rurais assistiu-se, nas últimas décadas, ao “estabelecimento de zonas turísticas nas confrontações da floresta, com a necessidade cada vez maior de habitar em contacto com a natureza” (Catarino, 2003). São várias as situações de construção de habitações em áreas florestais, “o resultado é uma paisagem na qual as habitações e árvores são inextricavelmente imbricadas, criando assim uma interface urbano-florestal original e agradável para os habitantes, mas extremamente perigosa para o habitat e seus ocupantes” (Carrega, 1992).

Em suma, tem-se assistido ainda ao êxodo das populações para a cidade o que se por um lado conduz ao abandono de algumas habitações em áreas florestais, por outro, potencia uma necessidade de expansão das cidades para os espaços florestais. Consequentemente o abandono das práticas agrícolas tradicionais têm conduzido a um aumento da frequência e da dimensão dos incêndios florestais.

3. Conclusão

Na maioria dos ecossistemas terrestres, o fogo é um fenômeno de perturbação natural, um agente de mudança omnipresente no espaço e no tempo, que desempenha uma função benéfica na regeneração da vegetação estimulando a biodiversidade. Na ausência do Homem, o regime do fogo é determinado pela interação entre vegetação e clima. Contudo, apesar de ser um fenômeno com impacto na Terra há mais de 400 milhões de anos, tudo mudou profundamente quando os primeiros hominídeos aprenderam a manuseá-lo e a controlá-lo à sua vontade, ocupando um lugar de destaque no triângulo do fogo.

A transformação da cobertura vegetal pelo Homem, com recurso ao fogo, foi-se acentuando progressivamente no nosso país, tanto nos cumes das serras como nas terras baixas. Durante o quarto milénio antes de Cristo eram já evidentes os sinais de modificação da vegetação, como a desarborização e a maior extensão das urzes, simultaneamente com pólenes de cereais, que evidenciam desde logo a intervenção do Homem, que utiliza o fogo como principal ferramenta para abrir espaço às suas atividades. No terceiro milénio, assiste-se à consolidação do sistema agro-pastoril, à ocupação de novos territórios, e a uma grande variedade regional dos sistemas culturais e sociais.

Ao longo dos anos contudo, foi-se mantendo, nos espaços florestais portugueses, uma certa relação de “harmonia” entre o Homem e o fogo que se viria a quebrar mais recentemente, por volta da segunda metade do século passado, com consequências muitas vezes dramáticas. Ora, mercê de um conjunto de transformações políticas, económicas e sociais, a realidade dendrocaustológica do país alterou-se e o fogo aumentou a frequência da sua ocorrência, sendo que também a distribuição espacial e temporal dessa incidência se alterou, assim como a dimensão das ocorrências, perceptível ao longo das últimas décadas no nosso país.

Bibliografia

- AGEE, J. Fire Ecology of Pacific Northwest Forests. Washington, DC: Island Presse, 1993.
- ALVES, A., CARVALHO, N., SILVEIRA, A., MARQUES, J., COSTA, Z., HORTA, A. *O abandono da atividade agrícola*. MADRP, Lisboa, 2003.
- ALVES, A., PEREIRA, J., SILVA, J. A introdução e a expansão do eucalipto em Portugal. In ALVES, A. M., PEREIRA, J., SILVA, J. (Eds.). *O Eucalipto em Portugal: Impactes Ambientais e Investigação Científica*. Lisboa: ISAPress. 2006, p. 13-60.
- ANDRADA E SILVA, J. *Memória sobre a Necessidade e Utilidades do Plantio de Novos Bosques em Portugal, particularmente de pinhaes nos areaes de beria-mar; seu methodo de sementeira, costeamento, e administração*. Typografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1815.
- APIF-AGÊNCIA PARA A PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS – Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. Miranda do Corvo, 2005, Vol 2.
- BAETA NEVES, C. *Dos Monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores*. Lisboa: Anais do Instituto Superior de Agronomia, 1965, Vol. XXVIII, p. 19-172.
- BENTO GONÇALVES, A. *Geografia dos Incêndios em Espaços Silvestres de Montanha – O caso da Serra da Cabreira*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho, Braga, 2006.
- BENTO-GONÇALVES, A., VIEIRA, A., ÚBEDA, X., MARTIN, D. Fire and soils: Key concepts and recent advances. *Geoderma*. 2012. doi:10.1016/j.geoderma.2012.01.004
- BERNALDEZ, F. Ecological consequences of the abandonment of traditional land use systems in central Spain. *Options Méditerranéennes*, 1991, 15: 23-29.
- BOTELHO, H. Importância dos combustíveis para a previsão do comportamento do fogo em incêndios florestais. Simpósio sobre catástrofes naturais: Estudo, Prevenção e Proteção, LNEC, Lisboa, 1993.
- BROWN, J., SMITH, J. *Wildland Fire in Ecosystems: Effects of Fire on Flora*. RMRS-GTR-42, vol. 2, USDA Forest Service, Rocky Mountain Research Station, 2000.
- CARREGA, P. *Risque de feu de forêt et habitat disperse dans le Sud de la France*. In *Finisterra*. 1992, Volume XXVII, n.º 53 - 54.
- CATARINO, V. Floresta e incêndios. In Revista Técnica e Formativa; Escola Nacional de Bombeiros. 2003, n.º 26.
- CHANG, C. Ecosystem responses to fire and variations in fire regimes. Sierra Nevada. *EcosystemProject: Final report to Congress*, vol. 2, University of California, Centers for Water and Wildland Resources, 1996, p. 1071-1099.

- CRAVIDÃO, F. *A População da área do incêndio de Arganil (1987) – Análise geográfica*. Coimbra: Grupo de Mecânica de Fluidos.
- CRAVIDÃO, F. Populations and Forest Fires – some relationships. *Proceedings*. International Conference of Forest Fire Research. Coimbra, 1990, p. A11-1.
- CRUTZEN P., GOLDAMMER J. Fire in the Environment The ecological, atmospheric and climatic importance of vegetation fires. John Wiley and Sons, New York, 1993.
- DAVEAU, S. Progressos recentes no conhecimento da evolução Holocénica da cobertura vegetal, em Portugal e nas regiões vizinhas. *Finisterra*. 1988, XXIII, 45, p. 101-152.
- DEFFONTAINES, P. *L'Homme et la Forêt*. 24th Ed. Paris : Gallimard, 1933.
- FERNANDES MARTINS, A. *O esforço do Homem na Bacia do Mondego*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1940.
- FERREIRA BORGES, J. A Silvicultura em Portugal. In *Notas sobre Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.
- HEINSELMAN, M.L. Fire intensity and frequency as factors in the distribution and structure of northern ecosystems. In *Fire Regimes and Ecosystem Properties*. U.S. For. Serv. Gen. Tech. Rep. 1981, p. 7-57.
- JONES, T., ROWE, N. The earliest known occurrences of charcoal in the fossil record. Harvard University, Cambridge, MA, USA. Houston, TX, USA: Lunar and Planetary Institute, 1999.
- KILGORE, B., 1985. What is "natural" in wilderness fire management? In
- LOTAN, J, KILGORE, B., FISCHER, W., MUTCH, R. (Technical Coordinators), *Proceedings, symposium and workshop on wilderness fire*. United States Department of Agriculture Forest Service, Intermountain Forest and Range Experiment Station, 1985, p. 57-67.
- LOURENÇO, L. *Manifestações do Risco Dendrocaustológico*. Coletâneas Cindínicas IV. Coimbra: Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, Faculdade de Lestras da Universidade de Coimbra, 2004. ISBN 972-9038-66X e 972-8330-15-4
- LOURENÇO, L. *Paisagens de Socalcos e Riscos Naturais em Vales do Rio Alva*. Coletâneas Cindínicas VI. Coimbra: Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, Faculdade de Lestras da Universidade de Coimbra, 2006. ISBN 972-8330-20-0
- MENDES DE ALMEIDA, A. *Lições do Curso de Economia Florestal*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1935.
- PAUSAS, J., KEELEY, J. Burning Story: The Role of Fire in the History of Life. *BioScience*. University of California Press, 2009, 59 (7), p. 593-601. ISSN 0006-3568
- PEREIRA, J. PEREIRA, J., CASTRO REGO, F., SILVA, J., PEREIRA DA SILVA T. (Eds.), *Incêndios Florestais em Portugal*. ISA Press, Lisboa, pp. 327-354.
- PINHO, J., LOURO, G., PAULO, S. Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas: A experiência da Equipa de Reflorestação. In
- PRESTIANNI, C., DECOMBEIX, A., THOREZ, J., FOKAN, D., GERRIENNE, P. Famennian charcoal of Belgium: charcoal and its use in palaeoenvironmental analysis. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*. 2010, 291 (1–2), p. 60-71.
- REGO, F. O fogo na dinâmica dos ecossistemas mediterrâneos. Actas do encontro pedagógico sobre fogos florestais, ASEPIF, 1996, pp. 73-82.
- REGO, F. As florestas portuguesa. In *Ambiente 21 – Sociedade e Desenvolvimento*, Carnaxide, 2003, n.º 11.
- RHODES, T., DAVIES, R. Effects of late Holocene forest disturbance and vegetation change on acidic Mud Pond. *Ecology*, Maine, USA. 1995, 76, p. 734-746.
- SCOTT, A. The pre-Quaternary history of fire. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*. 2000, 164, p. 281-329.
- SHAKESBY, R., DOERR, S. Wildfire as a hydrological and geomorphological agent. *Earth-Science Reviews*, 2006, 74, p. 269-307.

ÁREAS PROTEGIDAS E ACTORES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL. ESTUDO DE CASO: A VEIGA DE SÃO SIMÃO (VIANA DO CASTELO)

João Azevedo

Doutorando em Geografia – Estudos da Paisagem
Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho
jjrazevedo@hotmail.com

António Cardoso

Professor-Adjunto (PhD), Instituto Politécnico de Viana do Castelo/ESA
Investigador do Centro de Investigação em Ciências Sociais
Universidade Minho
antoniocardoso@esa.ipvic.pt

Resumo

Esta comunicação tem por base um estudo que pretendeu analisar as percepções, aspirações e actividades de um conjunto de actores, individuais e institucionais, identificados como potencialmente relevantes na criação e gestão de uma área protegida, de modo a possibilitar o diagnóstico social e compreender de que forma a implementação de um espaço protegido pode contribuir para o desenvolvimento local e em que medida é possível envolver e mobilizar os actores locais. Para tal foi seleccionado como estudo de caso a Veiga de São Simão localizada no estuário do Lima em Viana do Castelo. Este estudo vem mostrar que a criação de áreas protegidas não pode ser feita de forma isolada e pontual, sendo sim necessária a sua inserção em políticas de desenvolvimento, que sejam capazes de oferecer às populações as condições e meios de governabilidade, na procura de um desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Áreas protegidas, Ordenamento do Território

Abstract

This communication is based on a study that aimed the analysis of the perceptions, aspirations and activities of a group of stakeholders, identified as potentially relevant to the creation and management of a protected area, in order to enable a social diagnosis and understand how that implementation can contribute to local development and in which way it's possible to involve and mobilize local stakeholders. For this case study we select the Veiga de São Simão located on the estuary of Lima in Viana do Castelo. This study has shown that the creation of protected areas should consider the inclusion of development policies that are able to offer to the populations the conditions and means of governance, in the search for sustainable development.

Keywords: Local Development, Protected Areas, Spatial Planning

1. Introdução e problema

A criação de áreas protegidas quer na Europa quer nos Estados Unidos datam do Séc. XX e até mesmo do Séc. XIX²². O aparecimento dos parques naturais, no início do século XX²³, prende-se não apenas no âmbito de preocupações com a biodiversidade e a preservação de espécies mas tem a ver também com interesses e representações quer da parte de alguma aristocracia quer da parte da burguesia, no intuito de restabelecer uma relação idealizada com a natureza e o significado simbólico inerente a esta concepção 'naturalista' e não mercantilista do campo e da floresta (Mormont, 1987:5).

Sobre o espaço várias são as visões, desde a funcionalista (Durkheim, 2002), para a qual o espaço constitui a primeira referência de vida dos indivíduos, até à marxista (Castells, 1975), para quem o espaço é uma variável dependente da estrutura social, considerando também a concepção interacionista simbólica (Goffman, 1993), para quem o espaço constitui um lugar de representação e de interacção entre actores sociais. De acordo com Giddens (1984), deve-se evitar não só a visão física determinista do espaço, mas também ultrapassar as concepções dualistas entre estrutura e acção, e acima de tudo considerar a componente ambiental e sociocultural na avaliação dos espaços, nomeadamente os rurais.

²² Numa lógica de protecção ambiental, é de referir os casos do National Park de Yellow Stone e de Yosemite, (o primeiro inaugurado em 1872 e o segundo em 1880), ambos nos Estados Unidos da América.
<http://jus.com.br/revista/texto/19774/parques-nacionais-nos-estados-unidos-parque-nacional-de-yellowstone-e-parque-nacional-de-yosemite> consultado em 20 Outubro 2012.

²³ Em Portugal este tipo de preocupação surge numa fase bastante mais tardia, início dos anos setenta do século passado.

As comunidades rurais locais, com suas actividades específicas, enquanto utilizadoras e tradicionais detentores directos da propriedade e dos solos, numa perspectiva de modernização ecológica situam-se entre o nível de exploração agrícola individual e as novas lógicas e interesses da conjuntura sociopolítica regional, nacional e até internacional, em muitos casos em contextos de abandono rural e de globalização da economia.

Estas comunidades tendem assim a serem consideradas de importância residual nas tomadas de decisão no que ao uso do espaço rural concerne, assim como a aspectos ligados às identidades colectivas²⁴ e modos de vida, processo este que, pela relevância e potencial explicativo, importa reconstituir de modo a perceber as diferentes lógicas e dinâmicas presentes e, cada vez mais, a ausência de capacidade e poder de decisão ao nível da própria comunidade (cf. O'Neill 1984, Pinto 1985, Almeida 1986, Silva 1998, Sobral 1999).

Com o surgimento de novas políticas agrícolas, geralmente decisões centralizadas e globalizadas, as comunidades rurais aperceberam-se de que os territórios entraram em declínio ecológico e, hoje em dia, não conseguem níveis de rentabilidade sustentáveis. É nessa consequência que o homem, elemento fundamental desse mesmo equilíbrio do passado, abandona o território e (e)migra, desliga-se temporária ou definitivamente do seu meio.

Foi nesse contexto de degradação do meio ambiente, no desenvolvimento do trabalho de pesquisa em causa, que fomos indagar sobre o estado de desenvolvimento das comunidades que confinam a Veiga de São Simão, junto ao estuário do Rio Lima, e principalmente querer saber das percepções e aspirações dos actores locais e regionais que potencialmente pudessem ser relevantes na eventual criação de uma área protegida, na lógica de um processo de desenvolvimento local.

Numa lógica de multifuncionalidade dos territórios e do desenvolvimento de políticas públicas e intervenções estatais nos mesmos, podemos questionar qual o papel das áreas protegidas e em que medida as mesmas podem contribuir para o desenvolvimento local? Foi usada a entrevista presencial e recorreu-se também ao inquérito. A recolha de informação, através da aplicação das técnicas referidas, incidiu principalmente em proprietários, população em geral, associações e instituições locais, técnicos e usufruidores do espaço (turistas).

O trazer para o espaço de gestão os saberes, aspirações, eventuais contradições e sugestões das comunidades locais pode adicionar valor no desenvolvimento de projectos. Por outro lado, o laço que se estabelece entre determinado projecto e o compromisso das comunidades locais pode ser gerador de sinergias de apoio à gestão do território.

2. Sociedade, natureza e desenvolvimento

Desde que a humanidade se sociabiliza em núcleos sedentários, foi confrontada com a melhor forma de desenvolver meios de convivência com a natureza e de conservar a sua diversidade para permitir uma continuidade temporal na eficiência de obtenção dos recursos naturais (Davenport e Rao, 2002).

A apropriação do natural partiu da construção de símbolos, estabelecendo-se teias de relações nas suas dimensões materiais, espirituais e culturais (Gonçalves, 1989) entre si e com outras sociedades, tal como refere Silva (1991) em que "o lugar social o é em si mesmo e como lugar social para outro", ou seja, as sociedades, criam, desenvolvem e consolidam um ideal de natureza, adaptando-o à sua própria realidade cultural e temporal.

A natureza e as sociedades humanas, assim como natureza e cultura não são realidades opostas, mas acima de tudo interdependentes (Cardoso, 2002), constituindo a natureza uma teia de relações interconexa, em que a atribuição de conteúdo ao "Natural", depende das formas de apropriação e entendimento de determinada sociedade, em função dos ideais dominantes e dos interesses daquelas num determinado período específico (Horkheimer, 2008, Gorz, 2007).

Na dicotomia entre a exploração e a conservação dos recursos naturais, o conceito de desenvolvimento sustentável representou um avanço no entendimento que o ser humano dispunha das suas perspectivas de crescimento e consolidação das várias vertentes das próprias sociedades humanas.

A consciência adquirida de décadas de experiências de modelos de base fundamentalmente economicista que levaram a situações de estagnação económica e social, agudização das

²⁴ Segundo Levi-Strauss (1979), citado por Silvano (2010:25) na organização social e espacial, existe um laço inseparável entre a estrutura do espaço e as identidades colectivas de pequena dimensão.

assimetrias regionais e a uma delapidação predatória dos recursos endógenos, levou a que se procurasse novas formas de relacionamento entre o Homem e o meio.

Se a sustentabilidade e o conceito que lhe é inerente de desenvolvimento são expressões de um estado histórica e espacialmente identificado de uma determinada sociedade humana, a concretização territorial do próprio conceito assume-se como uma perspectiva ambígua dentro do carácter paradoxal da abrangência conceptual da noção de desenvolvimento sustentável.

Contudo o território enquanto elemento de apropriação do espaço constitui um elemento dinâmico, pois os territórios onde se desenvolvem as actividades humanas resultam de um desenvolvimento longo de consolidação de processos, de contextos e dinâmicas, variáveis no espaço e no tempo²⁵. O território como conceito nas suas diversas dimensões analíticas, com potencialidades e limites no desenvolvimento de relações entre actores, os indivíduos residentes e participantes desse espaço, não podem ser vistos como “agentes ou recipientes passivos” ou “vítimas de mudança planeada”, nem como “rotineiros” que limitam uma série de regras e convenções (Long e Van der Ploeg, 1994:69). Ou seja, o meio natural ganha assim uma relevância neste contexto ao possibilitar a explanação de estratégias de desenvolvimento sustentável em planos territoriais percebidos pelas sociedades como repositórios da herança cultural e natural e potenciando a acção e envolvimento quer das comunidades locais, assim como de outros actores directa e indirectamente envolvidos (Azevedo, 2012).

Num processo de desenvolvimento (local) com determinados objectivos, será obviamente pertinente questionarmo-nos sobre o porquê e para quê essa acção ou intervenção, e a quem se destina determinado projecto.

3. A Veiga de S. Simão²⁶ e os seus múltiplos actores – um estudo de caso.

A criação de áreas protegidas não pode ser feita de forma isolada e pontual, sendo sim necessária a sua inserção em políticas de desenvolvimento que sejam capazes de oferecer às populações condições e meios de governabilidade.

Estes espaços, traduzindo-se em objecto de planeamento de recursos endógenos, finitos e mutáveis, poderão constituir-se como “núcleos de condensação” (Azevedo, 2012) na perspectiva de poderem agregar em torno do seu projecto estratégias e outros projectos visando uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, tendo em conta a participação pela base e a satisfação das necessidades da população.

A procura da imutabilidade de cenários paisagísticos e de características ambientais duradouras, conduziu à desconsideração que esses espaços tivessem estado, em muitos casos, na génese de séculos de influência e acção das comunidades locais, que normalmente mantiveram relações de equilíbrio com o meio envolvente.

Esta assunção foi muitas vezes geradora de conflitualidades entre as perspectivas das comunidades locais e os modelos de gestão territorial. Durante muito tempo, as políticas de ordenamento do território remeteram-se para o modelo tecnocrático-legislativo, sem ter em consideração o potencial que o capital social de uma dada região possuía e que é, ao mesmo tempo, potenciadora de outras formas de desenvolvimento social.

Daí que, para se alcançar um efectivo desenvolvimento local é fundamental a interacção de uma estrutura mista entre actores e/ou parceiros com objectivos comuns, que interajam no mesmo meio e raio de acção territorial. O envolvimento da população é pois um elemento preponderante na procura de consensos em que o todo seja maior do que a soma das partes,

²⁵ Estas variáveis são pré-requisitos das estruturas sociais, dos contextos organizacionais, assim como o são, também, no desenvolvimento das interacções e transacções da vida quotidiana seja no sentido de aproximação ou inclusão seja mesmo no sentido de distância ou exclusão social (Cardoso, 2008:65)

²⁶ A Veiga de S. Simão destaca-se pelas suas características enquanto zona húmida. Com cerca de 450 hectares de terrenos alagados e aproximadamente 200 hectares de campos e matas dispersas envolventes, localiza-se em pleno estuário do Rio Lima na sua margem esquerda. Facilmente inundável no Inverno, em consequência da subida de caudal do Lima e/ou em situações de cheias encontramos nesta zona, a presença no caniçal de manchas arbóreas compostas por amieiros, carvalhos e salgueiros e a “coexistência” deste biótopo com o meio rural e florestal nas encostas dos relevos circundantes. enquadrando-se num conjunto de elevado valor cénico e paisagístico, e de diversidade e riqueza biológicas. É assim possível encontrar no mesmo local, espécies completamente diferentes relativamente às suas “apetências ecológicas”, como por exemplo, a *Silene alba*, sobretudo em terrenos incultos e nas margens dos campos de cultivo, *Linaria triornithophora* e ainda espécies do género *Ranunculus*, em áreas encharcadas, destacando-se pela sua raridade enquanto espécie florística a Orquídea (*Serapias cordigera*) e animais como a Lontra (*Lutra lutra*).

promovendo uma co-responsabilização colectiva e a salvaguarda de interesses quer individuais quer colectivos.

É importante ressaltar os interesses e comportamentos dos diferentes actores envolvidos directamente no processo de transformação do território onde interagem em área de protecção ambiental, possibilitando o entendimento de como um projecto de conservação poderá induzir resultados sustentáveis.

Alterar ou limitar determinado tipo de actividades que tradicionalmente são praticadas em determinado território é gerador de conflitualidades que poderão ser minimizadas se se proceder a uma conveniente ligação com as populações que interagem com esse mesmo espaço, daí que seja fundamental a clarificação de um projecto como englobado numa estratégia de desenvolvimento local.

Para este estudo houve a preocupação na identificação não apenas dos actores locais, como entidades exteriores que promovem políticas ou acções com incidência local, abrangendo o mais possível relativamente a actores locais não-institucionais na compreensão dos modos de apreensão do espaço territorial *Veiga de São Simão*.

Nesse sentido, a consideração passou por procurarmos incluir na realização dos inquéritos os habitantes das freguesias da envolvente da área de estudo: Mazarefes, Vila Franca e Subportela, para além dos usufruidores do espaço e visitantes oriundos de diversas regiões, técnicos ligados ao planeamento e ambiente, indivíduos que directamente utilizam o espaço sem objectivos de rentabilização económica, e, finalmente, indivíduos que utilizam o espaço na perspectiva de rentabilização.

Pelas limitações impostas à extensão da presente comunicação, iremos apenas destacar as componentes do estudo que melhor traduzem a contribuição de um espaço protegido para o desenvolvimento local.

Foram efectuados 267 inquéritos de modo a abranger uma amostra superior a 5% da população residente²⁷, (que se traduziria em 10% na consideração dos indivíduos com mais de 18 anos), em que praticamente 52% são naturais de uma das três freguesias anteriormente referidas.

Na perspectiva de enquadrar e compreender o conjunto dos actores envolvidos nos processos de desenvolvimento das freguesias e na possível “construção” da Veiga de São Simão como área protegida, houve também a necessidade de se proceder a uma caracterização dos mesmos em conjuntos segundo características de semelhanças e diferenças, tendo por base as categorias adoptados por Fernandes (2004) para essa caracterização. Assim e de acordo com essa perspectiva, os actores foram agrupados da seguinte forma:

²⁷ Pelos Censos de 2011, verificamos que o total de população residente para as freguesias envolventes da Veiga de São Simão chegava aos 4557 indivíduos (Fonte: www.ine.pt/Censos_2011).

Figura 1. Caracterização da população inquirida relativamente ao modo de percepção da Veiga de S. Simão.

| Categorias Atributos | Actores envolvidos e de apoio total | Actores de apoio | Actores de rejeição | Actores de rejeição total | Actores desintegrados e de rejeição total |
|---|---|---|--|--|--|
| Caracterização da população | População com uma formação académica média ou superior. Geralmente com cultura de participação e mobilização em movimentos cívicos ou individualmente | População com formação média, estudantes e trabalhadores do sector terciário | Activos não especializados, profissionalmente ligados à indústria e à agricultura. Com interesses de posse no espaço | Activos não especializados. Integram actividades contrárias aos objectivos de áreas protegidas, como a caça ou a pesca. Proprietários de áreas importantes no espaço | População mais idosa. No geral sem escolaridade, ou baixo nível de escolaridade. |
| Grau de conhecimento das características da Veiga de S. Simão | Elevado. | Médio. Reconhece algum valor ambiental e paisagístico. | | Fraco. Reconhece alguma importância mas sem a definir claramente. | Muito fraco ou inexistente. |
| Envolvimento com a Veiga de S. Simão | Conhecedor do espaço e de áreas similares tendo participado em actividades como visitas guiadas e colóquios. | Não participa em actividades, embora sejam conhecedores do espaço e de outros semelhantes | | Não tem qualquer envolvimento com actividades na Veiga de S. Simão e não conhece a realidade de outras áreas semelhantes. | |
| Consideração do tipo de equipamentos que deveriam existir na Veiga de S. Simão | Principalmente os associados ao interesse pelos aspectos naturais | Reconhecem a importância da existência de determinados equipamentos ligados aos aspectos naturais, mas também de desporto e lazer | | | Preferem a ausência de equipamentos em detrimento de acessibilidades internas |
| Consideração das principais acções de beneficiação do espaço | Valorização ambiental e paisagística. Proibição de actividades degradantes do espaço | | Valorização paisagística e de infra-estruturas de lazer | Arranjo de caminhos e limpeza de matos numa perspectiva essencialmente agrícola | |
| Perspectivas da Veiga de S. Simão como área protegida | O espaço poderá desempenhar um importante papel no desenvolvimento regional. | O parque tem tido um papel positivo, em especial na protecção do ambiente. | O parque tem um papel negativo. | O parque tem um papel muito negativo. | |
| Postura | | | | | |

Fonte: Azevedo (2012).

Tendo em conta atributos de caracterização (escolaridade, actividade ou profissão, idade), grau de conhecimento e/ou informação, envolvimento, infra-estruturas e perspectivas de utilização do espaço territorial em consideração, foram consideradas cinco tipos de categorias.

Os primeiros dois grupos, nomeadamente designados por “**actores envolvidos e de apoio total**” e “**actores de apoio**”, constituem inequivocamente os sectores que reconhecem a importância da Veiga de São Simão nas suas diversas perspectivas: ambiental, paisagística, cultural e como elemento importante para o desenvolvimento da região. Normalmente com elevada formação, dominam as terminologias técnicas e reconhecem os aspectos simbólicos do espaço, tendo por cenário de fundo principalmente a questão ambiental. Trata-se de um

grupo formado por indivíduos que tendem a envolver-se e a participar nas questões de desenvolvimento local e que poderão desempenhar um papel importante na agregação de indivíduos que normalmente adoptam uma atitude de rejeição.

Em oposição o grupo formado pelos “actores de rejeição”, pese embora como terceira categoria que ao ser permeável no assumir das suas posições, envolve-se mais com a maioria da tendência do que uma postura ideológica propriamente dita. Tecem desconfianças relativamente a projectos originários de entidades estatais, reconhecendo o valor do espaço e de algumas das suas potencialidades, mas sempre numa visão redutora de utilização do espaço com o objectivo mais de produção do que de protecção.

As duas últimas categorias assumem uma posição completamente contrária á criação de um espaço protegido. São constituídas por indivíduos com escolaridades mais baixas ou com fortes pretensões relativamente à posse e uso de terrenos, ou ainda, pertencem a associações que exercem actividades potencialmente contrastantes com os objectivos ou lógicas de protecção do espaço, como por exemplo a caça, a extracção de inertes e de madeiras.

Nesta diversidade de actores e agentes identificados no estudo, procuramos saber que ideias ou visões têm os inquiridos acerca do que é o desenvolvimento local e o modo como poderá ser alcançado.

Da questão formulada relativamente ao processo de planeamento de gestão territorial, sobre a existência de um modelo que privilegie a participação pública num contexto de gestão colaborativa, houve unanimidade na resposta pelo “sim”. Relativamente à justificação da mesma, 83% dos inquiridos refere que é necessária a inclusão dos cidadãos nos projectos de modo a sensibilizá-los para as questões ambientais e dessa forma valorizarem o espaço, promovendo igualmente um espírito de apropriação e de apoio.

Daí que vários actores entrevistados apontem para a preferência de projectos de desenvolvimento que privilegiem aspectos como os saberes e tradições, na medida em que verificam que existe uma crescente falta de identidade das populações com os recursos, símbolos e valores da região.

Nas entrevistas é igualmente mencionado que a congregação de um conjunto de simbologias á volta da Veiga de São Simão, pode juntar várias populações em torno de um objectivo comum, sendo que para isso não se pode continuar a apostar em agentes externos que não conhecem as populações nem as dinâmicas sociais e territoriais e desse modo conseguir ter uma visão holística do espaço e tentar integrar essa visão nas perspectivas de desenvolvimento, trabalhando com o espaço e não sobre o espaço.

Neste sentido inquiriu-se também na assunção de se compreender de que modo as populações se revêm nos territórios que habitam. Desde logo e fruto do cenário económico e social actual, são referidos em primeiro lugar as questões relacionadas com o emprego e a atracção de investimentos seguido pelos aspectos simbólicos de apropriação territorial, nomeadamente a requalificação dos espaços urbanos e a valorização do património cultural e natural e por tudo aquilo que possa induzir melhores condições de vida.

De referir ainda, que a criação de um parque natural obteve 7,4% das respostas e os aspectos relativos às mentalidades das populações (expressos na significância de mudança de mentalidades e comportamentos e a participação das populações) que no seu conjunto assume aproximadamente 11%.

Querendo saber a opinião sobre quem é que deveria promover ou ter uma maior responsabilidade no desenvolvimento local, as respostas indicam que são principalmente as instituições administrativas de âmbito local que devem desempenhar esse papel.

A escolha por estes elementos relaciona-se com o facto de a nível local estar enraizada a figura de gestão local na câmara municipal e na junta de freguesia, sendo estas as duas entidades que mais próximas estão e que mais visibilidade assume junto da população ao nível da sua projecção relativamente a políticas e projectos de âmbito local.

Também a Diocese na figura do pároco é igualmente um dos meios/figuras preferida na questão do desenvolvimento local pelos mesmos motivos indicados para as autarquias assim como a União Europeia, que embora esta estando distante das populações, a sua conveniência seria no âmbito dos programas de investimento e de apoio financeiro regional.

Urge então igualmente a análise das tensões geradas pela apropriação do território. Para este estudo importa considerar, nomeadamente, de que forma as comunidades locais percebem a Veiga de São Simão enquanto espaço de valor e qualificação natural e qual é a postura perante a hipotética criação de uma área protegida para o referido espaço territorial.

Se atentarmos em algumas das questões formuladas, compreendemos que a Veiga de São Simão é o elemento considerado como um dos espaços detentores de maior valor natural e reconhecido como um dos elementos mais distintivos das populações locais.

E qual a postura perante aquele espaço como área protegida?

Nesse sentido elaboramos algumas questões de modo a aferir a idealização de parque natural e a consciência individual e colectiva das comunidades acerca da implantação de um projecto semelhante na região.

Quando questionados acerca do facto se já alguma vez tinham visitado algum parque natural, a esmagadora maioria respondeu afirmativamente. Contudo não podemos deixar de comentar o facto de 18% de inquiridos responder negativamente, se tivermos em consideração mesmo num contexto de fraca mobilidade geográfica, a proximidade com parques e áreas protegidas, como por exemplo as Lagoas de Bertandos ou o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Vários serão os motivos para esta situação, mas analisando o perfil dos inquiridos que responderam a estas questões verificamos que estamos perante um perfil correspondendo ao grupo de «Actores de rejeição total» e «Actores desintegrados e de rejeição total».

Este facto reveste-se de elevada importância pela possibilidade de concretização de um parque natural, independentemente do estatuto que possa assumir, esta parcela da população poderá não compreender e assimilar facilmente o seu conceito.

Nesse sentido, quisemos “trazer” para o espaço territorial natural dos inquiridos a ideia de implementação de um espaço de semelhante tipologia, pelo que colocamos a questão relativa à importância que tal processo poderia representar para a comunidade.

Do total das respostas chegamos à conclusão que a maioria dos inquiridos concordariam com a criação de uma área protegida na sua região (~73%), em oposição a um número reduzido de inquiridos (~4%) que não reconhecem as razões para considerar esse um factor importante (mas não querendo dizer com isso que seriam contra uma área protegida). De realçar ainda um número considerável de inquiridos (23%) que não tem opinião ou não souberam responder a esta questão. Este facto pode estar relacionado com o desconhecimento que estes inquiridos têm sobre o que consiste formal e institucionalmente uma área protegida e/ou que vantagens a mesma poderia trazer para a sua região.

A partir do resultado das entrevistas compreendemos que este tipo de dúvidas estão presentes em alguns dos entrevistados, pois percebemos frases como “*se se fizesse algo como um parque, não traria muitas vantagens, (...), pois há segundas intenções nestes projectos*”, embora uma área protegida na região “*poderia representar um estímulo para a economia local*”, ou “*potenciadas com lucros directos*” e desse modo “*dar uma maior visibilidade em termos de conservação da natureza e ao turismo*”.

Relativamente às motivações das respostas dadas, a principal preocupação (29%) prende-se com a conservação e a preservação dos espaços naturais mais relevantes da região. As preocupações seguintes estão relacionadas com as questões do emprego, com a atracção de turistas e/ou visitantes (23%) e com a criação de emprego propriamente dito e a geração de receitas (18%).

No conjunto das respostas, praticamente 16% dos inquiridos refere-se à perspectiva de criação de um espaço que não existe na região. Este factor é bastante relevante na medida em que uma parte significativa da população seria a favor da criação de uma área protegida, num cenário de conservação da natureza, induzida nestes indivíduos pela procura da qualidade de vida e do desenvolvimento local (expresso nos 14% das respostas).

Nas entrevistas efectuadas, encontramos considerações semelhantes no sentido de que a população tem uma “*maior motivação para esses [espaços] que já existem, que fazem parte da sua experiência de vida, do que ver uma coisa nova que não existe a surgir e com maior investimento à volta*”.

Dos 4% de respostas contra a criação de uma área protegida, a principal razão para a oposição destes inquiridos passa pelo facto de considerarem que aquele espaço deveria ter uma função essencialmente agrícola. Esta ideia que representa no total aproximadamente 2% do total de inquiridos é avançada sobretudo por inquiridos com um perfil correspondendo ao grupo de «actores de rejeição total» e «actores desintegrados e de rejeição total».

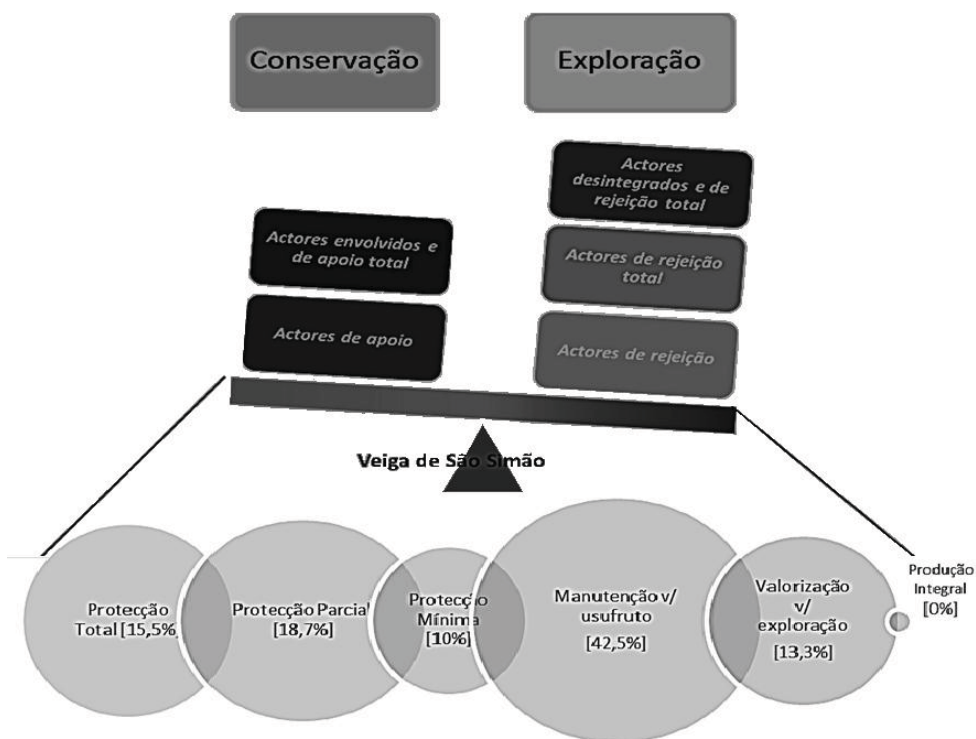
Nesta perspectiva ainda, foram inquiridos os líderes das associações/ instituições no sentido de saber se a criação de um espaço de preservação/valorização natural, poderia vir a ter um papel importante no desenvolvimento da região, verificando-se uma unanimidade no conjunto das respostas. Ao se analisarem os motivos para as respostas afirmativas, verificamos que a

principal razão apontada (23,5%) é a possibilidade de atracção de turistas/visitantes àquele espaço na perspectiva de ganhos económicos directos e indirectos para as freguesias.

Como já foi referido anteriormente, no jogo de conflitos ou de perspectivas de desenvolvimento territorial existentes para a Veiga de São Simão, a visão que cada actor possui do espaço territorial em consideração deriva das apropriações simbólicas possuídas que levam cada indivíduo a tecer considerações em função de uma perspectiva de conservação ou de exploração num contexto maior de apoio ou de rejeição.

A figura 2 reflecte o equilíbrio de forças entre actores a que a Veiga de São Simão está sujeita de acordo com as perspectivas funcionais expressas através dos inquéritos e das entrevistas realizadas. A dualidade é clara mas nem sempre completamente perceptível, pois encontramos indivíduos que são a favor da protecção daquele espaço (natural), mas que ao mesmo tempo reconhecem que o espaço deve ser explorado quer para lazer quer para a produção agrícola integral e inversamente, verificamos que existem indivíduos que reconhecem no imediato que a Veiga de São Simão é um espaço ideal para exploração mas que ao mesmo tempo deve existir algum estatuto de protecção.

Figura 2. Perspectivas funcionais por tipo de actor



Fonte: Azevedo (2012)

Relativamente ao conjunto de aspectos identificados pelos inquiridos, identificamos algumas perspectivas funcionais para a Veiga de São Simão de acordo com a tipologia do actor envolvido, tal como pode ser verificado na figura anterior. Na mesma está igualmente representado o peso das motivações a favor da criação de um parque natural na região, onde 29% dos inquiridos refere as questões relativas à conservação da natureza como a principal

motivação contra os quase 71% que indica razões associadas à exploração de um espaço semelhante²⁸.

Já os “actores de apoio” dividem-se na sua opinião, relativamente ao modelo de intervenção a ser efectuado, com maior predisposição para uma intervenção que vá de encontro a um parque natural (34%) do que a criação de uma área de paisagem protegida (23%). Os actores de “rejeição total” integram-se na última resposta ao considerarem que a Veiga de São Simão não necessita de qualquer intervenção (4%).

Os aspectos de âmbito de conservação assim como de exploração encontram-se bastante distribuídos nas opções identificadas pelos inquiridos, pese embora, verificarmos que as perspectivas funcionais de manutenção visando o usufruto serem aquelas que reuniram o maior número de escolhas, tal como pode ser verificado pela análise da figura 2 onde é perceptível o peso que as perspectivas de exploração assumem na opinião dos inquiridos.

Ainda de referir que um projecto que envolvesse a criação de uma área protegida seria visto acima de tudo como um factor de desenvolvimento local (22% das respostas), isto apesar de no conjunto dos inquiridos a maioria das respostas indicar que esse projecto só traria vantagens para a região. Enquanto meio para a promoção de localidades - apenas 4,1% da população indica que um projecto desse âmbito só traria desvantagens e que 11% dos inquiridos considera que uma área protegida poderia gerar emprego e riqueza, numa óptica evidentemente enquadrada na perspectiva funcional de exploração do espaço²⁹. Mais uma vez, e no seguimento da questão anterior, apenas os “actores de rejeição” e desintegrados e os de “rejeição total” referiram que não têm uma opinião formada (~11%).

Questionando-se depois relativamente a outros benefícios indirectos que poderiam advir da implementação de uma área protegida, as principais motivações prendem-se com a exploração do espaço.

Verificamos que a principal motivação referida é a atracção de vários investimentos para as freguesias (30%), logo de seguida da perspectiva de utilização turística (22%). As razões ligadas ao desenvolvimento só surgem depois ao ser referido que uma área protegida pode beneficiar localmente as populações promovendo projectos conjuntos entre freguesias (ambas com 17% das respostas) e finalmente pouco mais de 4% refere que poderá constituir um local de investigação e de lazer, tal como é referido em algumas entrevistas.

A grande maioria dos proprietários inquiridos (~84%) é a favor de um projecto que passa pela consideração de uma área protegida sobretudo de carácter de conservação, repartindo-se 33% pelo conjunto de actores «envolvidos e de apoio total» e 51% no conjunto de «actores de apoio». Por outro lado, pouco mais de 15% enquadra-se no conjunto de «actores de rejeição» (8,8%), de «rejeição total» (3,5%) e «desintegrados e de rejeição total» (3,5%).

4. Conclusão

Reconhecemos que as áreas protegidas podem acima de tudo, constituir um epitome entre aos pressupostos ambientais e as questões de desenvolvimento das comunidades locais. Nesse sentido é um meio capaz de induzir mudanças na esfera social e económica enquanto elemento chave de um novo modelo de desenvolvimento (Pasquis, 2009).

Sendo então um elemento agregador de mais-valias no desenvolvimento territorial, compreende-se pois que a perspectiva de se procurar alcançar um ideal de progresso a longo prazo, não seja facilmente perceptível e assimilada pelas comunidades locais, particularmente por aquelas afectadas pela implementação de um estatuto de protecção.

Daí que, de entre o universo de actores que poderão ter uma influência concreta na definição de um espaço protegido em determinado território, o reconhecimento das suas aspirações, anseios, dúvidas, vontades e expressões, é de suma importância para a convergência de interesses entre promotor e as comunidades locais afectadas em todo este processo.

²⁸ O conjunto de motivações que representam 29% dos inquiridos, partem do grupo de actores de apoio e envolvidos de apoio total, enquanto as motivações para a exploração que somam 41% dos inquiridos partem do grupo de actores que se enquadram no conjunto de actores de rejeição.

²⁹ Este aspecto assume ainda maior relevo pelo facto de 78% das respostas nesse item serem de inquiridos enquadrados no grupo de actores de rejeição. Este grupo é assim vincadamente marcado por uma perspectiva essencialmente economicista prevalecendo sobre uma perspectiva de conservação da natureza.

Consideramos pois, que a criação de uma área protegida na Veiga de S. Simão poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável local. Verificamos na região um conjunto largo de paisagens e territórios naturais ambientalmente qualificados, e relativamente bem conservados. Este factor de escala é muito importante do ponto de vista da estruturação e promoção turística, tendo sido porém amplamente considerado que a inexistência de um local protegido a nível municipal, é um factor de menor notoriedade para o concelho.

Na assunção da criação de uma área protegida, várias possibilidades se configuram enquanto vectores de desenvolvimento, podendo a região beneficiar com o estender do tipo de oferta autóctone, possibilitando o surgimento de oportunidades de negócio, assim como a criação de emprego local. Também, as questões relacionadas com o ensino, educação e sensibilização ambiental, são vectores que a região poderá aproveitar. Mesmo algumas actividades económicas que ainda subsistem na Veiga de São Simão, nomeadamente a agricultura, sairia beneficiada pela obtenção de conhecimento e de apoio técnico que poderia ser disponibilizado, possibilitando a obtenção de maiores rendimentos para os agricultores.

Depreendemos que as populações locais concordam com a criação de uma área protegida. Embora não seja o tipo de classificação o aspecto mais preocupante para estas comunidades, a sua tipologia poderá exercer efeitos de atracção ou repulsão para um projecto a ser desenvolvido. O tipo de apoio ou rejeição varia em função das características de cada sujeito, estando dependente de aspectos como as condições socioeconómicas, grau de escolaridade, local de residência, faixa etária e actividades exercidas. Estes aspectos vão inferir na postura de cada indivíduo e na disponibilidade para aceitar condicionamentos justificados por estratégias de conservação que estarão na base dessa acção.

As maiores resistências estarão na disponibilidade para a mudança de determinados hábitos, quer nos usos directos do solo (agricultura e silvicultura essencialmente), quer no pleno usufruto do espaço (pedestrianismo, caça, pesca, campismo, actividades de lazer, etc.). No primeiro caso essencialmente relacionado com mudanças nas práticas agrícolas, e no segundo caso, na determinação da capacidade de carga do sistema, traduzido num plano de ordenamento de modo a zonificar de acordo com uma política de conservação as actividades impactantes no território.

A verdade é que a Veiga de São Simão é um espaço com qualidade natural e paisagística que tem sofrido graves pressões traduzidas em cicatrizes ambientais profundas, num processo de degradação cada vez mais evidente. O tempo urge e, desse modo, oportunidades poderão ser perdidas se se continuar "agrafado" a escalas e agendas políticas desgastadas e completamente desconcertadas de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente adaptado à realidade regional e local.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira. *Classes sociais nos campos. Camponeses parcelares numa região do Noroeste*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1986.

AZEVEDO, João. *A Protecção de Espaços Naturais e Desenvolvimento Local; Participação, Actores e Governança. O caso da Veiga de São Simão*. Tese de Mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, ESA, 2012

CARDOSO, António. "Turismo, ambiente e desenvolvimento sustentável em áreas rurais" in *Observatório Medioambiental* 2002, Vol. 5, p. 21-45. [Acesso em 11/10/2010] Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ccal/11391987/articulos/OBMD0202110021A.pdf>, 2002.

CARDOSO, António. *Desarrollo local: virtualidades y limites*. Tese de doutoramento. Universidade Complutense de Madrid, 2008.

CASTELLS, Manuel. "Há uma Sociologia Urbana?" in *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Presença, 1975.

DAVENPORT, Lisa e Madhu RAO. "A História da Protecção: Paradoxos do Passado e Desafios do Futuro". In SPERGEL, Barry et al (org.) *Tornando os Parques Eficientes: estratégia para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba, UFPR / Fundação O Boticário, p. 53-73, 2002.

DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Oeiras, Celta (1ª ed. 1912), 2002.

FERNANDES, José. *Território, Desenvolvimento e Áreas Protegidas - A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

- GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984.
- GOFFMAN, Erving. *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D'Água, 1993.
- GONÇALVES, Carlos. *Os (des)caminhos do meio ambiente*, São Paulo, Editora Contexto, 1989.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão económica*. 2ª Edição, São Paulo, Annablume Editora, 2007.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse of reason*. 6ª Edição. Continuum International Publishing Group Edts, 2008.
- LONG, Norman e Jan Douwe van der PLOEG. "Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure", in David Booth (org.), *Rethinking Social Development, Theory, Research and Practise*, Harlow, Longman Group Limited, p. 62-89, 1994.
- MORMONT, Marc. "Rural Nature et Urban Nature" in *Sociologia Ruralis*, XXVII (1) pp. 3-20, 1987.
- O'NEILL, Juan Brian. *Proprietários, lavradores e jornaleiras*, Lisboa, Dom Quixote, 1984.
- PASQUIS, Richard. *Áreas protegidas e desenvolvimento territorial: Conceitos e métodos*. Anuário Americanista Europeo, n° 6-7, 2008.
- PINTO, José Madureira. *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto, Afrontamento, p. 73-91, 1985.
- SILVA, Armando. *Geografia e lugar social*. Coleção caminhos da geografia. Editora contexto, 1991.
- SILVA, Manuel Carlos. *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento, 1998.
- SILVANO, Filomena. *Antropologia do Espaço*, Lisboa, Assirio & Alvim, 2010.
- SOBRAL, José Manuel. *Trajectos: o Presente e o Passado na vida de uma Freguesia da Beira*: Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 1999.

O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DE UM PADRÃO INSTITUCIONAL EM TORNO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Rita Alcântara Domingues

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

_rima7@hotmail.com.br

Resumo

Este trabalho constrói uma análise crítica dos efeitos de mudanças institucionais que caracterizaram o planejamento regional no semiárido brasileiro associado ao uso dos recursos hídricos. Pauta-se no reconhecimento de que as ações de organizações federais, seguindo diretrizes institucionais, estão no processo de estruturação desse espaço.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Região Semiárida Brasileira; Organização Territorial; Ambiente Institucional.

Abstract

The work focuses on a critical analysis of the effects of institutional changes that characterizes the regional planning in the Brazilian semi-arid region associated with the use of water resources – and acknowledging the premise that the actions of federal organizations are based on institutional guidelines, which are in the process of structuring this space.

Keywords: Regional Development; The Brazilian Semi-arid Region; Territorial Organization; Institutional Environment.

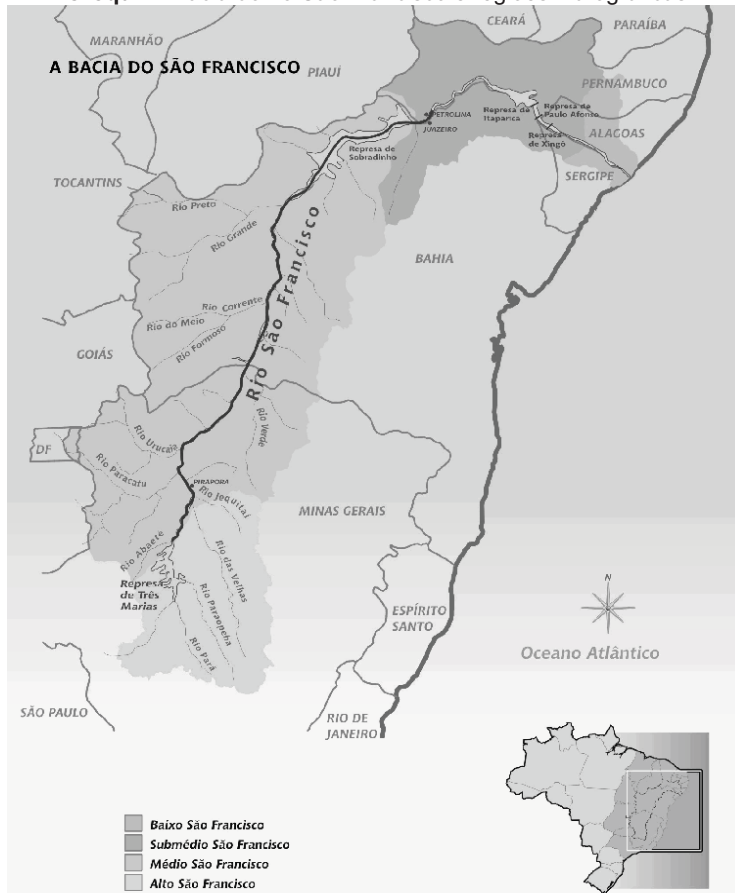
1. Introdução

A região Nordeste – o Sertão, em particular – vem passando por transformações significativas do ponto de vista econômico e social, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. No passado, o elemento água, restrito a algumas regiões, definiu o processo de ocupação, a apropriação de uma elite, a conquista de terras e o desenvolvimento de atividades de subsistência, quando praticamente todas as atividades se desenvolviam em função de seu ciclo. Partindo dessa premissa, qualquer solução pensada envolvia a questão da água, que era vista como problema, mas, ao mesmo tempo, também como solução para a carência e pobreza da região. No entanto, ignoravam-se a concentração de terras, a estrutura produtiva injusta e os privilégios históricos da oligarquia política dominante.

Nesse contexto, a existência de um manancial do porte e da extensão do rio São Francisco extrapola os limites de um acidente geográfico e de um bem público isolado, para se converter numa matriz de possibilidades estratégicas, da qual depende toda a população.

Especificamente, o território do submédio São Francisco, situado na divisa dos estados de Pernambuco e Bahia – sertão brasileiro –, assume funções que vão além do espaço local, atingindo a dimensão regional, quando o uso das águas do rio São Francisco (Croqui 1) é disputado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), para geração de energia elétrica, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), para irrigação, e, no momento, pelo governo federal, com a transposição de águas do rio São Francisco.

Croqui 1. Bacia do rio São Francisco e regiões hidrográficas



Fonte: Ministério da Integração Nacional. *Novos limites*, 2004.

Diante dessa realidade, a questão central deste trabalho é: Em que medida a escassez ou disponibilidade de água, a definição de seus usos pelo quadro institucional e as ações da Chesf e da Codevasf são responsáveis pela organização e estruturação do Submédio São Francisco?

Para tanto, algumas questões metodológicas e alguns instrumentos teóricos respaldam uma análise crítica, sob o olhar do método histórico e dialético, com a investigação de acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade contemporânea, partindo-se da premissa de que tanto a realidade como as instituições são dinâmicas, contraditórias – em determinadas situações – e dialéticas entre si. Tem destaque, nessa reflexão, o arcabouço teórico desenvolvido pelo economista Douglass North (1990, 1992), a respeito da Nova Economia Institucional, que resgata os conceitos de instituições e organizações.

2. A emergência de um padrão institucional no submédio São Francisco

É possível observar um padrão institucional no submédio São Francisco, no que tange à utilização dos recursos hídricos. Dois usos refletem, de modo claro, esse padrão: a energia elétrica e a irrigação. A cada um corresponde uma organização com lógicas de atuação diferenciadas, embora haja interdependência entre elas, uma vez que não se pode compreender o território, encarando os elementos isoladamente, fora dos fenômenos circundantes (STALIN apud LAKATOS e MARCONI, 2000, p.84).

Metodologicamente, no primeiro momento, serão abordadas as ações da Chesf, que, ao longo dos anos, constituiu-se numa organização dominante para o setor elétrico na região, tornando-

se centro de decisão e controle dos recursos hídricos. Paralelamente, o trabalho concentrar-se-á nas ações da Codevasf, no âmbito da irrigação, setor apontado como principal usuário consuntivo. Vale lembrar que, na prática, essa divisão estrita não é possível, porque as ações dessas organizações, apesar de individualizadas, misturam-se e se complementam, ou seja, caminham paralelamente, tocando-se em vários momentos.

Entre 1909 e 1945, a preocupação do governo federal com o Nordeste brasileiro estava ligada, basicamente, à acumulação de água com vistas às soluções hidráulicas. Depois, as mudanças na economia impuseram novos usos para as águas do rio São Francisco, e a geração de energia hidrelétrica tornou-se prioridade (LEITE 1997, p.95; CHESF, 1998, p.151).

A criação da Chesf representou o marco inaugural de um novo estágio no desenvolvimento do setor elétrico, com o envolvimento direto do Estado. Contudo, atrás dessa ação, havia um sentido mais abrangente, uma vez que a preocupação do governo com as secas periódicas deixou de ser apenas no campo assistencialista, e voltou-se para a adoção de planejamento para a região. Nessas circunstâncias, é possível estabelecer diálogo com as ideias de Veblen (velho institucionalismo), que reconhece a existência de uma relação entre a instituição e a necessidade que a fez surgir.

Com o fortalecimento do setor elétrico, implantou-se um dos pilares do desenvolvimento nacional, não só com o abastecimento de energia elétrica das cidades, mas também com o acionamento do equipamento fabril, condição essencial para o ingresso do Nordeste brasileiro no estágio da industrialização, já disseminada no Centro-sul do país desde os anos 1930.

Ao tratar de alternativas ou estratégias de desenvolvimento regional, a economia dá a possibilidade de análise, via equações e abstrações da própria ciência. No entanto, segundo autores da velha economia institucionalista, como Veblen (1965), também é possível integrar a economia a outras ciências sociais, numa abordagem multidisciplinar. É nesse sentido que este estudo segue.

Dando continuidade a essa política de ampliação da infraestrutura de geração de energia elétrica para fins econômicos, havia, também, a necessidade de utilização da energia para o desenvolvimento agrícola, para viabilizar a irrigação. Assim, naquele momento, tal modelo tinha como base uma política industrial e agrícola, com a possibilidade de frear o acelerado processo de desequilíbrio entre as duas regiões: Nordeste e Sudeste brasileiros.

Paralelamente à criação da empresa específica do setor elétrico, e inspirada na Tennessee Valley Authority (TVA), após a II Guerra Mundial, nasceria, em 15 de dezembro de 1948, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), concebida para desencadear o Plano de Aproveitamento do Vale do São Francisco, que preconizava a importância do uso das águas do rio São Francisco também para a irrigação (1950) e a navegação (1952).

A extensa gama de responsabilidades atribuídas à CVSF promoveu uma série importante de ações, que resultaram na implantação de projetos pioneiros de irrigação no médio e submédio curso do rio São Francisco, principalmente em Petrolina e Juazeiro. Vê-se, portanto, que foram ações conjugadas em dois sentidos: na geração de energia elétrica e na implantação de irrigação.

Para melhor compreensão do que esse arranjo institucional representou décadas depois, a irrigação, sobretudo a privada, passou a comandar o processo de produção agrícola no polo Petrolina-Juazeiro e, de modo geral, tem sido extremamente eficaz no processo de modernização e criação de empregos. Para Domingues (1989, p.213), os projetos de irrigação podem ser considerados a “mola mestra” do crescimento econômico do polo.

Ainda com relação ao quadro regional, num momento de significativa importância do papel da Chesf e da CVSF, o sertão brasileiro vivenciou grande seca, nos períodos de 1951-53 e 1958. Essa ocasião levou o governo a introduzir mudanças, como a criação de outro agente destinado a financiar a infraestrutura da região: o Banco do Nordeste. Apesar dos esforços, constatou-se que a solução pautada na açudagem, ainda que combinada com ações de agências como o IFOCS (malha rodoviária), a CVSF e a Chesf (energia elétrica farta), não era capaz de resolver o problema da estagnação da região.

Naquele contexto, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que, seguindo orientação do economista Celso Furtado, aprofundou as análises em busca dos problemas reais e de soluções que pudessem ser viabilizadas, mediante uma nova organização, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por meio da Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959. A conclusão do documento identificava o problema central do Nordeste como de caráter econômico, e não mais natural, observando que a

estratégia do planejamento regional, naquele momento, era a industrialização como alternativa da economia. Por meio da Sudene, deveria ser incentivada a transferência de parte do capital industrial do Sudeste para o Nordeste, deslocando-se, para essa região, atividades que certamente liderariam o crescimento industrial, possibilitando o dinamismo na área.

Para viabilizar tal dinamismo econômico, a legislação federal (ambiente institucional) aprovou o Primeiro Plano Diretor da Sudene (Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961) e instituiu um mecanismo de dedução do imposto de renda, inicialmente, para as empresas de capital nacional que aplicassem essa dedução em investimentos industriais no Nordeste do país, o qual, posteriormente, estendeu-se para empresas de capital externo. Os recursos seriam oriundos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e dos mecanismos de incentivos fiscais, conhecidos como Artigo 34 da Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e Artigo 18 da Lei n.º 4.239, de 27 de junho de 1963, que na prática serviram, de fato, ao financiamento da expansão de grandes empresas.

Nesse sentido, é possível ir além da mera tentativa de compreensão, não se conformando com uma imagem simplificada e redutora do quadro regional. A Sudene seria, pois, uma forma de assegurar a liderança do governo federal no processo de desenvolvimento e uso de receitas, por meio do planejamento regional.

No submédio São Francisco, vários projetos industriais foram aprovados. Paralelamente a isso, a efetivação de projetos públicos de irrigação permitiu às indústrias de beneficiamento agrícola ampliar a escala de produção e, ao mesmo tempo, constituir um mercado de peso de maquinaria e insumos agrícolas.

Com base nessa política de incentivos, houve, sem dúvida, avanço, representado pela ruptura com a política de açudagem, embora, mais uma vez, “não se question[asse] a existência da grande propriedade, nem tampouco a fragilidade da classe trabalhadora e as relações de produção perversas” (GOMES, 1995, p.74). Com tal postura, as ações do governo assumiram os contornos da ideologia da classe dominante da região.

Nesse ponto, é possível estabelecer diálogo entre teoria e realidade, uma vez que o comportamento apontado é compatível com as ideias de Veblen (1965, p.178-179), quando vincula instituições a tipos de caráter, a indivíduos, normalmente, da classe dominante, que, uma vez selecionados, moldarão as instituições a sua imagem e semelhança.

Dessa forma, o fortalecimento da economia nordestina seria promovido por setores cujos responsáveis eram os empresários, e, por outro lado, a eliminação do problema aconteceria no lado mais frágil, dos trabalhadores, que, historicamente, ficaram à margem de qualquer grande projeto que tenha sido pensado como solução para pobreza da região. Para Andrade (1983, p.23), não se devem confundir “os interesses e as aspirações do Nordeste com os interesses e as aspirações da classe dominante, que se beneficia do subdesenvolvimento”. Nesse caso, as organizações que definiram o padrão institucional na região estavam influenciadas pelo ‘jogo de poder’ entre as oligarquias dominantes dos nordestes (canaveiro-têxtil e algodoeiro-pecuário) e, ainda, do Centro-sul, marcando presença em todas as etapas do processo: implantação, atuação e definição de políticas públicas de uso do espaço.

A Sudene, sendo órgão de planejamento regional, sem dúvida, trabalhava conjuntamente com a Chesf e a CVSF. A partir de 1964, a atuação do governo seguiu duas direções: recriar condições para a retomada da expansão da economia e fornecer as bases institucionais adequadas à instauração da eficácia do mercado como elemento ordenador da economia.

No que se refere à política de irrigação, no final da década de 1960, foi estruturado pelo governo federal o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), visando à implementação de estudos, projetos e obras de irrigação e drenagem, particularmente na região semiárida do Brasil. Em setembro de 1966, a CVSF deixou de dispor de recursos constitucionais, situação essa reiterada pela Constituição de 1967, e à comissão pioneira sucedeu a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), em fevereiro de 1967.

Segundo relatório do Senado Federal (1995) foi proposta a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, em 1974.

O programa de irrigação teve por finalidade o desenvolvimento socioeconômico da região, bem como pretendia contribuir para o equacionamento de um amplo conjunto de problemas e deficiências estruturais do setor. Tais ações estabeleciam relação entre as ações governamentais e a iniciativa privada, com ênfase, porém, no capital privado. Esse modelo era compatível com a política nacional, e, como resultado das ações, favoreceu grupos locais fortes, empresas externas à área. Além disso, mantendo-se a tendência de concentração do

capital, a produção era voltada, sobretudo, para a exportação, em vez de beneficiar a população local.

Ainda nesse sentido, ressalta-se a importância do papel do Estado como indutor de política setorial e das instituições de pesquisa, dentre os fatores estruturadores para o desenvolvimento da agricultura sustentável.

Nos anos 1980, o setor elétrico brasileiro caracterizava-se pela hegemonia de empresas estatais, pela baixa competitividade e falta de estímulo à eficiência e à competição, fatores que culminaram com tarifas defasadas e obras paralisadas (ANEEL, 1999, p.113). A década de 1990 tornou-se um marco, e, como resultado desse processo, verifica-se disparidade entre oferta e demanda elétrica. Nessa conjuntura de reestruturação, o Estado assumiu a postura de privatizar as empresas estatais, sob a alegação da necessidade de melhorar a eficiência dos serviços prestados à comunidade, abater as dívidas e, ao mesmo tempo, inserir-se com competitividade no cenário mundial.

É bom lembrar que as empresas públicas de energia surgiram em um momento histórico, em que o Brasil estava na fase de substituição das importações, precisando de indústrias e serviços que melhorassem sua infraestrutura. O setor público, naquele momento, surgiu como proposição pragmática, voltada para a promoção do desenvolvimento e, por trás desse processo, estava o Estado. Aqui, pode-se fazer uma comparação do processo de criação de estatais ocorrido no passado e o processo de privatização que ocorre no presente. O primeiro foi determinado no espaço político nacional, enquanto o segundo é impulsionado por forças exógenas, embora pactuadas com as elites locais. O segundo processo foi a deflagração de uma crise no setor elétrico brasileiro, que ocasionou diversos impactos no país, nos âmbitos econômico, político e social.

Assim, é possível perceber que o padrão institucional e o desempenho econômico caminham juntos, e podem ser um recurso para entender o peso e a importância das ações de organizações como a Chesf e a Codevasf, especificamente, no submédio São Francisco.

3. Reflexão Teórica: visões institucionalistas

Este item volta-se para as bases conceituais da abordagem institucional, cujas origens estão associadas aos trabalhos de Veblen (1965), para, em seguida, apresentar as contribuições mais recentes, vinculadas, principalmente, às concepções de Douglass North (1993). Esta reflexão contempla, ainda, a perspectiva institucional na geografia econômica.

3.1 O velho institucionalismo

Nos últimos anos, observa-se o interesse na importância das instituições para a análise econômica, embora não exista acordo quanto à forma de tratá-las, nem quanto às implicações de incorporá-las. Os institucionalistas americanos foram os primeiros a destacar a importância econômica dos hábitos de conduta e de pensamento dos grupos humanos e a analisar e compreender o complexo papel das instituições sociais na dinâmica econômica.

A perspectiva institucional de Veblen (1965) tem sua origem na corrente de pensamento americana de economia política, dominante entre 1890 e 1940. Essa corrente, que foi influenciada pela escola histórica alemã do século XIX (Hildebrand, Knies e Schmoller), utilizava conceitos procedentes da psicologia e do evolucionismo darwinista britânico e criticava a exclusão das instituições do núcleo da economia.

A fundamentação do trabalho de Veblen está na própria concepção de instituição como conjunto de ideias, modos de pensar compartilhados, hábitos sociais passíveis de ser identificados e mutáveis no tempo e no espaço. Assim, a instituição não teria a materialidade de uma entidade, isto é, definia-se pela maneira própria dos indivíduos de conceber a organização da vida comum.

Pode-se dizer, pois, que o velho institucionalismo adota uma concepção cultural de formação e evolução dos valores e do comportamento social. Destaca, ainda, o papel dinâmico do progresso técnico, suas contradições com as instituições estabelecidas e as estruturas sociais. Apresenta uma visão histórica e evolutiva do processo de transformação econômica e social, e adota, como ponto de partida da análise, a sociedade com seus comportamentos. Atribui grande importância ao poder e ressalta o papel do Estado, destacando os sistemas ideológicos e de poder expressos nas esferas política e governamental, como variáveis que determinam a evolução do processo de desenvolvimento. Há um diálogo entre o quadro regional nordestino em questão e o entendimento institucionalista de Veblen, conforme discutido no item anterior.

Apesar dos avanços teóricos, o dilema da economia institucional deve-se ao fato de ser difícil representar suas conclusões mediante um conjunto de equações, devido à complexidade e subjetividade dos problemas. Nesse caso, suas teorias são informais, ainda que alguns tenham feito grandes esforços para formalizar suas ideias e construir seus modelos.

3.2 Nova Economia Institucional

Na década de 1990, um conjunto de conceitos e métodos de análises econômicas, que esteve em elaboração por quarenta anos, encaixou-se como peças em um quebra-cabeça, para compor o que foi chamado de Nova Economia Institucional. Dentre os maiores destaques teóricos dessa escola, podem ser citados Douglass C. North, Ronald H. Coase, Gary Becker, James M. Buchanan e Williamson. Neste artigo, apenas alguns autores, como North, Coase e Williamson, serão explorados com detalhes.

A nova economia institucional considera o indivíduo como ponto de partida da mudança, mas se diferencia, ao dar grande importância às instituições, inclusive destacando como fundamentais as normas formais e informais, regras, leis e hábitos de conduta. É, portanto, uma ampliação de seus postulados, que levaria a entender melhor o comportamento dos agentes econômicos e políticos.

North (1993, p.1-3) começou a esboçar um novo programa de investigação, que se apoiaria, cada vez mais, em argumentos institucionais, para explicar os complexos problemas do crescimento econômico em perspectiva histórica.

Outros autores, como Williamson (1993), adicionaram pontos importantes a essa corrente de pensamento, todavia, segundo alguns estudiosos, foi de Coase a contribuição mais relevante, com a teoria dos custos de transação. Para essa teoria, os custos de transação tendem a aumentar, quando as instituições são consideradas frágeis. Na busca pela substituição da racionalidade dos modelos explicativos, Williamson (1993) avança teoricamente e mostra que, num contexto em que o mercado é insuficiente, a instituição impõe-se na função de coordenação. North (1993) vai além, e coloca que essa teoria pode ser um instrumento pertinente, tanto para a história econômica quanto para a análise da dinâmica institucional, no processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Esse último autor (1992, p.13-4; 1993, p.7) define instituições como um conjunto de regras, procedimentos de aceitação e normas de comportamentos morais e éticos, criado para restringir o comportamento dos indivíduos. As instituições políticas e econômicas formam a estrutura de incentivos de uma sociedade, portanto, são determinantes fundamentais do desempenho econômico. O tempo, segunda categoria de análise, tanto se relaciona com as mudanças econômicas e sociais como constitui uma dimensão na qual o processo de aprendizagem (terceira categoria) ocorre, favorecendo, assim, o desenvolvimento das instituições.

Ampliando o conceito de instituição econômica, North (1993) aponta a existência de normas implícitas ou explícitas, que regulam a adoção de decisões dos agentes e limitam, voluntária ou involuntariamente, sua capacidade de decidir. Isso é o que ele chama de regras formais (regras políticas, de caráter jurídico, leis e constituições) e informais (convencões, normas de comportamento, hábitos de conduta, regras não escritas, porém aceitas). Elas são interdependentes e complementares, posto que as instituições informais influenciam as instituições formais. Em sua dinâmica e em seu movimento, elas constituem um processo imaterial, que se materializa no espaço.

North estende sua análise às organizações, que, assim como as instituições, proveem estrutura para a interação humana, mas com elas não se confundem. Partindo dessa concepção, o autor (1992, p.13, 23-4) distingue instituições e organizações: as primeiras como as regras do jogo e as últimas como os jogadores. Posteriormente, ele afirma que as instituições determinam as organizações e, ao mesmo tempo, estas afetam a evolução das instituições. Em outras palavras, quando ocorrem alterações, é gerada, temporariamente, uma situação de desequilíbrio, que leva os agentes a repensar novas organizações e instituições que estejam adaptadas à situação presente. As organizações políticas ou econômicas competem para transformar as instituições da maneira que mais atenda a seus interesses. Isso quer dizer que as organizações buscam manter o status quo que lhes interessa ou o modificam, quando o sistema de regras não lhes permite resolver seus conflitos ou alcançar seus objetivos.

É possível remeter esse entendimento a nossa área de estudo e apontar que não apenas no submédio São Francisco, mas também na região Nordeste do país, as mudanças institucionais específicas e a existência de organizações como IOCS, IFOCS, DNOCS, Chesf, Banco do Nordeste, Sudene e Codevasf constituíram essencialmente os agentes que determinaram a organização do território.

3.3 A perspectiva institucional na geografia econômica

A incorporação da perspectiva institucional na geografia econômica é relativamente recente, e talvez por isso tal discussão encontre-se na periferia dessa ciência. Todavia, Martin (2000, p.79) aponta que, a partir da década de 1990, houve o reconhecimento de que a evolução da paisagem econômica não pode ser compreendida sem atenção especial às diversas instituições das quais ela depende. Ainda, segundo o autor, a perspectiva institucional na geografia sofreu forte influência dos trabalhos de North e Williamson, principalmente, no que diz respeito ao papel central dos fatores institucionais em todos os níveis de apreensão da atividade econômica.

Para este estudo, interessa colocar em evidência a distinção dos conceitos de ambiente institucional e arranjo institucional, à medida que eles, ao serem incorporados pela geografia econômica, permitem passar de uma representação do território como simples base de recursos naturais para uma representação que inclui questões sobre o papel, impacto e evolução das instituições no processo de desenvolvimento de regiões, como no caso do submédio São Francisco, localizado na região semiárida do Brasil. Essa perspectiva não significa, contudo, atribuir às instituições papel exclusivo nas condições de desenvolvimento, mas sim compreender os efeitos do regime institucional na configuração de regiões e territórios.

Assim, dentre as mudanças propiciadas pelo diálogo entre a geografia econômica e a perspectiva institucional, salienta-se o reconhecimento do papel do território como componente de um processo de construção de recursos específicos, que implica interações entre agentes econômicos e seu ambiente institucional.

4. Conclusão

Ao longo do último século, os investimentos e políticas públicas na região semiárida brasileira voltaram-se, basicamente, para ações que envolvessem o uso dos recursos hídricos. Essa percepção ocorre ao se concentrar a atenção na adoção de estratégias, normas e procedimentos que conferem força política e econômica a determinadas organizações. Inclui-se, nesse caso, a Chesf, empresa que define, na região, o uso da água para geração de energia elétrica, e a Codevasf, companhia que, indiretamente, estrutura o espaço produtivo com modernas técnicas agrícolas de irrigação como responsáveis pela organização do submédio São Francisco – semiárido brasileiro. Mais do que isso, o entendimento da abordagem institucional abre uma possibilidade de análise e de compreensão da dinâmica de longo prazo e das contradições e dos ajustes necessários a toda mudança de caráter estrutural.

Evidencia-se, ainda, que as modificações institucionais não repercutiram na mesma velocidade e intensidade nas organizações e que as últimas podem apresentar resistências importantes à implantação de mudanças.

Referências Bibliográficas

- ANEEL. *Regulação do setor elétrico brasileiro: panorama e tendências*. São Paulo, 1999.
- ANDRADE, M. C. de. *A seca: realidade e mito*. Recife: Asa Pernambuco, 1983.
- CHESF. *Centro de Memória da Eletricidade no Brasil – 50 anos: 1948-1998*. Recife, 1998.
- DOMINGUES, R. A. *Aspectos institucionais da gestão dos recursos hídricos: o caso do submédio São Francisco*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- DOMINGUES, R. A. *Petrolina: crescimento urbano & intervenção do Estado*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.
- GOMES, A. M. *Imaginário social da seca, suas implicações para mudança social*. Recife: FUNDAJ, 1995. Estudos e pesquisa, 99. ISBN 85-7019-313-0.
- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 85-224-2439-x.

- Lei n.º 3.692*, de 15 de dezembro de 1959. Criação da Sudene. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm>. Acesso em: 5 fev. 2012.
- Lei n.º 6.662*, de 25 de junho de 1979. Lei de Irrigação. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/legislacao/leis/lei-no-6-662-de-25-de-junho-de-1979/>>. Acesso em: 5 fev. 2012.
- Lei n.º 3.995*, de 14 de dezembro de 1961. Primeiro Plano Diretor da Sudene. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3995-14-dezembro-1961-376756-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 fev. 2012.
- Lei n.º 4.239*, de 27 de junho de 1963. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4239.htm>. Acesso em: 10 fev. 2003.
- LEITE, A. D. *A produção de energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. ISBN 85-209-0829-2.
- MARTIN, R. Institutional approaches in economic geography. In SHEPPARD, E. e BARNES, Trevor J. *A companion to economic geography*. London: BlackWell Publishers, 2000, p.77-94.
- MINTER. *Novos limites*. 2004. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2004.
- MINTER. *Relatórios Anuais de 1979, 1980, 1981. Recife: Sudene, 1979, 1980, 1981.*
- MINTER. *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Recife: Sudene, 1985.
- MINTER. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2ª ed. Recife: Sudene, 1967.
- NORTH, D. C. *Desempeño económico en el transcurso de los años*. In Conferencia de North en Estocolmo, Suecia, el 09 diciembre del 1993, al recibir el Premio Nobel de Ciencias Económicas, 1993. Disponível em: <www.eumed.net>. Acesso em: 03 mai. 2004.
- NORTH, D. C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. São Paulo: Instituto Liberal, 1992. Série Ensaios e Artigos.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 1990. ISBN 0-521-39734-0.
- SENADO FEDERAL. Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco. *Relatório parcial n.º 1*. Brasília, 1995. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: jan. 2003.
- VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Pioneira, 1965 [1899].
- WILLIAMSON, O. E. *Transactions cost economics and organization theory*. Berkeley: University of California, 1993.

INVESTIGAÇÃO JÚNIOR

NOVAS ESPACIALIDADES NOS TRILHOS DO GEOCACHING

Ana Catarina Alves

Licenciada em Geografia e Planeamento. Universidade do Minho
anaalves1991@live.com.pt

Virgínia Teles

Departamento de Geografia. Universidade do Minho
CEGOT
vteles@ics.uminho.pt

Resumo

A inovação tecnológica aplicada ao conhecimento e usufruto do espaço foi a condicionante essencial para o emergir de um novo conceito – o *Geocaching*, através do qual o território, em especial o espaço urbano passa a ser o “palco do jogo” de uma reinventada caça ao tesouro, extravasando o nosso imaginário infantil e cinematográfico.

Palavras-chave: Geocaching, Tecnologia, Espaço Geográfico, Espacialidade

Abstract

Technological innovation applied to knowledge and enjoyment of space was the essential condition for the emergence of a new concept - Geocaching, where by territory, especially the urban space, becomes the "stage play" for a reinvented treasure, hunting game pouring our childhood imagination and cinematic.

Keywords: Geocaching, Technology, Geographical Space, Spatiality

1. Introdução

A inovação tecnológica condiciona fortemente as nossas actividades, o modo como interagimos e usufruímos o território permitindo-nos oportunidades inovadoras e lúdicas na sua actualização ao ponto de transformar o espaço geográfico num cenário de caça ao tesouro dos tempos modernos.

Assim, é nosso propósito reflectir sobre a relação que se estabelece entre uma nova prática de jogo no espaço público associando o uso deste com a utilização de novas tecnologias tecendo relações interdisciplinares entre os campos do turismo, do território e da comunicação.

Neste sentido, o *Geocaching* surge como prática em fortíssima expansão, ao apresentar-se como um modo interessante de explorar o mundo mas, também, ao alterar as noções de espaço dos seus praticantes promovendo um forte contacto entre paisagens e lugares que, de outra forma, poderiam nunca vir a ser explorados.

2. Cidade(s), mobilidade(s) e tecnologia(s)

O desenvolvimento tecnológico exponencial que as sociedades modernas têm assistido acarreta profundas quebras no plano social e cultural manifestando-se necessariamente no modo como o ser humano se relaciona com a vida.

Nas cidades que encontramos cada vez mais apinhadas de gente, o acto de caminhar significa, tantas vezes, tão-somente uma acção mecânica que nos leva de um lado para o outro. Perante isto, mais do que os benefícios físicos que advêm deste exercício devem ser considerados aqueles que são estimulados por marcantes processos sensoriais, emotivos e psíquicos. A cidade deve apresentar-se como um espaço que transmita segurança e prazer na sua fruição e que não impeça o corpo de se movimentar livremente. Passear pelas ruas permite às pessoas desenhar o seu próprio trajecto, permitindo desenvolver cada vez mais complexos mapas mentais, estimulando o seu sentido de orientação.

Devemos entender o acto de caminhar a pé pela cidade como um prolongamento das relações que estabelecemos enquanto seres humanos com a nossa própria casa, em que a cidade se assume como uma moradia colectiva de vida em sociedade. A exercitação de passearmos pelas ruas, pelos jardins, de conhecermos os recantos do local em que vivemos assume-se como um exercício necessário ao Homem com o seu ambiente vital, “(...) as paisagens (...) são todas culturais, por a sua identificação decorrer de uma visão integrada do território e, portanto, cultural” (Lamas, 2007:195). O desconforto social e cultural que alguns modos de vida ditos contemporâneos implicam deve ser revisto e repensado. Neste sentido, o *Geocaching* pode devolver, em certa medida, a pluralidade perdida e estimular a mescla social.

Esta aproximação dos indivíduos ao espaço que os envolve sustenta vínculos importantes que se fortalecem à medida que a relação de reciprocidade entre o espaço e as pessoas que o percorrem se intensificam, “a cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou cenário à espera de ser analisado” (Lynch, 1960: 11). O indivíduo acaba por se reconhecer invariavelmente na paisagem, enquanto percorre o espaço, estabelecendo com ele relações de influência mútua.

Segundo Meneguelo (2009:128) “para além dos usos e sentidos, o espaço urbano constitui-se de imagens e construções mentais a ele associados” sendo a vivência da urbanidade um aspecto essencial na relação entre o espaço e as pessoas. Como refere Lynch (1960:11), “todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações”. Assim, a cidade, mais do que um mero aglomerado de construções urbanas surge, sobretudo, como uma ideia e um sentimento de pertença para as pessoas que aí habitam.

Desta relação espacial que se estabelece entre o território e o uso do mesmo emerge um certo sentido de compromisso social pelo que, recolhermo-nos no território, assume-se como fundamental numa realidade acolhedora com a qual nos identificamos e pela qual nos sentimos responsáveis.

O modo como as tecnologias, em particular as tecnologias móveis, assumiram um papel de destaque na vida em sociedade, proporcionando “novas velocidades de troca, (...) novas distâncias, (...) novas formas e lugares e sociabilidade do trabalho, do lazer, etc.” (Portas, 2012:535), aliada a uma inegável incorporalidade que as vidas quotidianas foram adquirindo, “o desenvolvimento de redes sociais e a imaterialidade de muitas interações deu a ideia de um decrescente contacto com a natureza e com os suportes físicos da paisagem” (Fernandes, 2012:3). Esta realidade fez repensar a Geografia enquanto ciência, implicando diferentes leituras do espaço físico como objecto de análise e de reflexão.

Este determinismo tecnológico acabou por não se confirmar, pelo contrário, a inclusão das novas tecnologias estimulou o perspectivar de novas abordagens espaciais. As novas relações que se criam arrastam consigo novas sociabilidades de reciprocidade entre o indivíduo e o espaço.

Com o *Geocaching* não se pretende que o espaço público se assuma apenas como um simples objecto de consumo devendo, pois, procurar promover-se uma perspectiva contemplativa sobre a paisagem e sobre o território. Ao estimular a aproximação das pessoas à matriz física do espaço, estas vão registando e construindo sobre ele significâncias próprias.

Assim sendo, “todo o consumo é *cultural*, ou seja, um processo produtor de consumo é simbolização, independentemente de que, ao mesmo tempo, desempenhe funções práticas” (Mantecón, 2009: 312).

O *Geocaching* assume-se como um *interface* entre os mundos material e virtual deambulando numa realidade mista, altamente interdependente, fazendo com que o espaço público e o espaço virtual se transformem mutuamente, proporcionando-se uma reflexão do espaço público em ambiente virtual, colocando este jogo numa plataforma híbrida. Impõe-se um espaço de fusão entre o mundo real e virtual, onde paisagens físicas e virtuais coexistem, segundo Viana (2011:241), “as tecnologias serviam e servem à permanência e conforto dos espaços privados, contudo, desvios e (re)apropriações do espaço público também se multiplicam em virtude dessas mesmas tecnologias”.

Ao tratar-se de uma actividade complementada entre os espaços físico e virtual o *Geocaching* beneficia dos sistemas sociais de troca de informação e experiências em grupos que, através da internet e no terreno, fomentam a convergência das novas tecnologias de informação e localização geográfica com as regras tradicionais de caça ao tesouro que residem no nosso imaginário infantil e cinematográfico.

Através das coordenadas geográficas fornecidas pelo GPS³⁰, numa configuração marcadamente virtual, parte-se em busca de um objecto físico que se materializa numa *cache*³¹ (fotografia 1) estabelecendo, neste sentido, uma forte interdependência entre ambos os domínios que se pretende sobreposta. Ainda assim, enquanto o jogador espera um bom sinal

³⁰ Acrónimo do original inglês *Global Position System*.

³¹ O termo *cache* é originário do francês - *acher* - que significa esconder. Existem vários tipos de *caches* com diferentes graus de dificuldade e de âmbito muito diverso. Quanto ao tipo podemos ter *caches* tradicionais, *multicaches* e *caches* mistério: no seu interior encontram-se normalmente um livro de registos, vulgo *logbook*, e alguns objectos para troca entre os *geocachers*, como os *travel bugs* ou *geocoins*.

GPS para poder encontrar sintonia entre os dois “mundos” assiste-se a uma desfragmentação permitindo que os sentidos flutuem entre os lados desta plataforma provocando uma interessante desconexão momentânea.

Fotografia 1. Caches, tipos e dissimulação



3. Geocaching – (re)configurações e práticas

O *Geocaching* e as novas espacialidades que este gera acabam por diluir os padrões espaciais de arrumação do “urbano” e do “rural” promovendo uma maior homogeneização do território que se encontra alicerçada, também, em muitos outros fenómenos urbanos e sociais.

Deste modo, este exercício permite levar vida aos vazios urbanos que se impõem como interrupções da actividade social e podem ser entendidos como oportunidades para que lhe sejam atribuídos novos usos, “(...) o *Geocaching* apropriou múltiplos lugares e ocultou *caches* em baixas densidades rurais e em área urbanas, em monumentos, jardins, muros, sinais de trânsito ou placas informativas” (Fernandes, 2012:10). O espaço é composto de mosaicos e essa pluralidade deve ser fomentada, assim, “(...) a paisagem tem a sua existência condicionada pela capacidade do indivíduo em reter, reproduzir e distinguir elementos significativos (...) desse mosaico construído” (Gomes, 2000: 57). Estas novas utilizações do espaço urbano podem ajudar a colmatar problemas que decorrem da fragmentação deste modelo de ordenamento territorial. Embora a prática do jogo não seja tão vulgar quanto isso e, como tal, não extensível a realidades mais alargadas, pode actuar na resolução dos problemas de descontinuidade e fragmentação do território.

Não obstante, a prática deste exercício vem quebrar determinadas barreiras sensoriais e cognitivas que se consubstanciam na mitigação dos constrangimentos que cada um de nós regista sobre os seus mapas mentais, melhorando a percepção e as relações que cada um estabelece com os espaços que suportam a vida em sociedade.

Para além da dependência que o jogo demonstra quer da sociedade da informação, quer do consumo de espaço físico, este carece de uma confortabilidade que o território pode, ou não, oferecer na esteira de múltiplas variáveis, sentidas de modo diferente em função da inserção de cada um no contexto social, das suas impressões culturais e sociais. Quanto melhor a imagem que os indivíduos vão construindo do espaço vivido, maior a probabilidade de aproximação e de fruição deste.

O que demarca este jogo de outras vivências reside, fundamentalmente, na resposta à procura da individualização na percepção do território, na particularidade das intenções e das necessidades de utilizações diferenciadas, autonomizando-se da massificação que o consumo do espaço vem verificando, uma vez que “as novas tecnologias democratizam a produção mas também a capacidade de difusão de conteúdos” (Fernandes, 2012:13) abrindo as opções de quem viaja, uma vez que permite a cada jogador definir os seus percursos. Aqui o GPS surge como um complemento essencial para uma busca contínua de maior autonomia para o indivíduo.

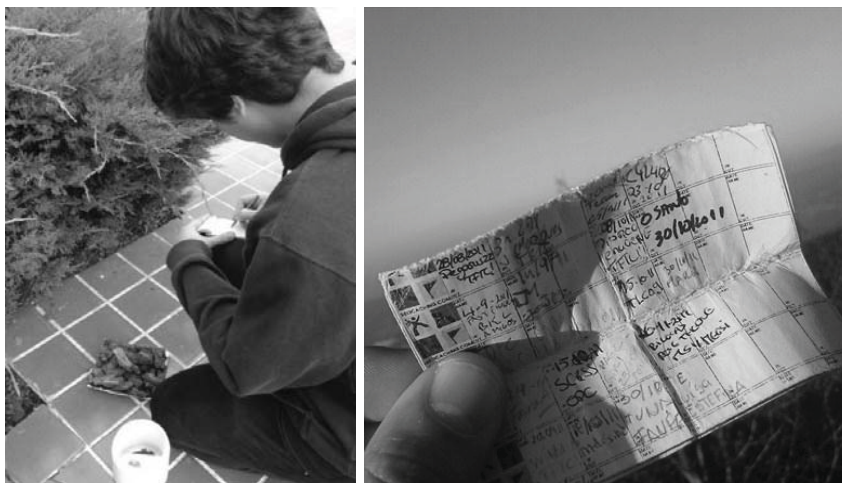
A lógica do *Geocaching* assenta tanto nas intenções dos jogadores que escondem as caches como nas dos que as procuram funcionando de um modo simples, não carecendo de infra-estruturas ou de qualquer preparação prévia, apresentando-se adequada a quase todas as idades e capacidades físicas. Permite aos jogadores uma maior aproximação ao local onde

vive e um conhecimento mais abrangente das condições que este lhes oferece. Os locais onde são colocadas as *caches* são, regra geral, escolhidos propositadamente para chamar a atenção para determinados aspectos do património arquitectónico, histórico ou natural de um dado território, todavia estes espaços reflectem normalmente o interesse do jogador que as coloca, resultando muitas vezes no resgatar das suas de vivências pessoais.

A distribuição geográfica das *caches* acaba por redefinir permeabilidades de fluxos a locais que muitas vezes se encontravam esquecidos ou desvalorizados, reconstituindo as suas espacialidades. Ainda que assim seja, todo o trajecto é planeado pelo jogador baseado no espírito de aventura, na descoberta e exploração de outros locais, com duração e extensão diferenciadas, mediante as capacidades e os propósitos individuais.

O jogador ao encontrar uma *cache* faz o registo em duas propriedades: assinando o “livro de registos” (fotografia 2) que se encontra no interior da *cache*, registando para além do seu “*nickname*”, a data em que o registo foi feito e, posteriormente, também, numa plataforma *online*, nomeadamente nos sítios dedicados à temática (e.g. www.geocaching.com ou www.geopt.com) onde o jogador tem a sua própria conta e vai registando as suas aventuras no terreno, partilhando experiências com a comunidade, estabelecendo redes de sociabilidade que acabam por, também elas, caracterizar o jogo.

Fotografia 2. Registo no *logbook*



4. Perfil do *geocacher*

O nascimento do *Geocaching* ocorreu com a libertação pelos Estados Unidos da América do sinal GPS à utilização civil, em Maio de 2000. Daí em diante vem-se assistindo a uma expansão para os países com índices económicos e de consumo mais elevados, aliada à procura de uma melhor qualidade de vida. Numa lógica de cidades superpovoadas em que os padrões de massificação dominam verifica-se uma necessidade emergente de evasão, tanto numa busca de novos relacionamentos com o espaço social, bem como de uma recuperação do contacto com o meio natural outrora perdido.

Esta é uma prática que tem reconhecido cada vez mais adeptos em todo o mundo, ainda que os estudos sobre a temática sejam ainda embrionários, daí que, não será consensual estabelecer padrões no que respeita aos seus jogadores. São múltiplas as motivações que orientam a comunidade de *geocachers*, não sendo fácil estabelecer uma correcta caracterização sociológica.

Tal como acontece com as *caches* existem, também, vários tipos de *geocachers*. Se a um interessa todo o percurso e relações inerentes à descoberta da *cache* – param para observar, valorizam as particularidades do lugar e usufruem dele, simbolizando a *cache* apenas um pretexto para a interacção com a área envolvente, outros há que apenas querem contabilizar mais um *log* e partir em busca de novas *caches*, desafiando os extremos das resistências física e intelectual. Seja qual for a situação que se verifique “ali se criou uma nova centralidade, a partir dali se difundiram experiências e de induziram outros praticantes a decalcar os mesmos

passos” (Fernandes, 2012:16). Como este autor refere, “para além das dinâmicas estatísticas, o *Geocaching* distingue-se pelos percursos e por uma espacial relação entre o *geocacher* e o lugar” (Fernandes, 2012:13).

Importa no âmbito deste estudo tentar perceber o modo como a comunidade de *geocachers* se relaciona, o que os motiva e como agem no território e perante a sociedade em geral. Deste modo foi disponibilizado *online* um inquérito no fórum de um dos *sites* especializados da actividade com maior visibilidade em Portugal – GeoPT. Dos cerca de 17 000 jogadores registados desde 2001, ano em que se iniciou a prática do *Geocaching* em Portugal, apenas 83 responderam ao inquérito, pelo que a amostra corresponde a cerca de 0.5% de toda a comunidade registada, embora se deva considerar que nem toda se mantenha activa ou tenha por hábito participar nos fóruns de discussão. Este facto torna a amostragem recolhida não representativa, pelo que os resultados não poderão ser extrapolados a toda a comunidade. Ainda assim, é-nos possível padronizar algumas particularidades importantes inerentes à prática, tanto através dos resultados obtidos pelas respostas ao inquérito, como de outras experimentações vividas de perto com parte desta comunidade.

A prática deste jogo parte maioritariamente de pequenos grupos de amigos ou familiares ou, mesmo, de iniciativas individualizadas tratando-se, normalmente, de jovens-adultos. Os praticantes de *Geocaching* são essencialmente homens ou, pelo menos, são estes que manifestam maior pró-actividade e que incitam as pessoas que os rodeiam a aderir ao jogo, resultando esta numa justificação plausível para a disparidade de géneros que verificamos na análise à amostra recolhida.

Devido a uma necessidade de alguns conhecimentos informáticos, assim como o acesso a *internet* e a localizadores GPS é natural que a maior parte dos praticantes residam em áreas com menores índices de infoexclusão e maior permeabilidade das novas tecnologias, tornando esta prática, de alguma forma, elitista fazendo com que a distribuição de jogadores se encontre focalizada essencialmente nas duas áreas metropolitanas e no litoral português, verificando-se uma correspondência entre o número de praticantes e a distribuição geográfica das *caches*.

No que respeita ao comportamento dos *geocachers* activos, estes praticam a modalidade com bastante assiduidade, essencialmente, aos fins-de-semana ou em períodos de férias, por haver uma maior disponibilidade de tempo livre e maiores oportunidades para reunir a família e os amigos para uma “cachada”, termo vulgar entre a comunidade de *geocachers*.

O conhecimento deste jogo não se faz de forma massificada, desenvolvendo-se uma rede social específica através de contactos da comunidade com pessoas das suas sociabilidades, passando de “boca em boca” entre amigos e familiares.

Grande parte da comunidade mantém, normalmente, relações de proximidade com outros jogadores, sendo esse aproximação assegurada através de páginas dedicadas, no contacto no terreno ou, mesmo, através de eventos sociais organizados entre *geocachers* onde estes trocam experiências e partilhas, fixando-se uma rede de contactos assente num forte sentido de pertença e cooperação entre os praticantes.

A agremiação do *Geocaching* assume-se como uma espécie de tribo que se rege por princípios e condutas específicos e comuns, fortemente ligados às questões ambientais, incutindo boas práticas de sustentabilidade que, muitas vezes, os *geocachers* já trazem da sua formação pessoal.

5. Desafios e potencialidades do *Geocaching*

Muitos são os desafios que actualmente se colocam ao futuro do *Geocaching*. A sua sobrevivência altamente dependente do secretismo e de um “jogo de invisibilidade” (Fernandes, 2012:14) aos olhos da sociedade, uma vez perdida pode comprometer a continuidade e a magia do jogo.

O sentido de transgressão é transversal ao jogo, procurando-se os lugares mais inesperados e os pormenores mais imprevisíveis para a colocação das *caches* confundindo, muitas vezes, a actuação do *geocacher* no terreno com acções de vandalismo, fazendo com que as pessoas não conhecedoras do jogo, denominadas *muggles* entre a comunidade de jogadores, estranhem e reprovem estas acções, apontadas vulgarmente como uma ameaça.

Perante uma rápida e superficial análise desta prática, facilmente se associa uma potencial estratégia de marketing territorial e turística que assentará, forçosamente, sobre as égides de um uso massificado.

No que respeita à educação e à pedagogia, o *Geocaching* pode assumir-se como uma importante ferramenta na possibilidade única que oferece para apreciar os processos naturais e a contemplação da natureza mas, também, o aperfeiçoar do sentido de orientação, o despoletar de uma consciencialização ambiental que se pretende participativa, bem como, o estímulo do trabalho em equipa e o espírito de entreajuda.

Perante isto, importa ressaltar os princípios fundamentais que norteiam a prática do *Geocaching* baseados num secretismo e anonimato em que as práticas acima descritas, apesar de importantes, não se compadecem com estes, acabando pois por desarticular toda a lógica do jogo. Neste sentido, o desenvolvimento de trabalhos académicos sobre esta temática, embora necessários, uma vez que se geram sobre o espaço emergentes territorialidades que importa incorporar nas novas abordagens geográficas, acabam por trazer a “público” uma realidade que não surgiu inicialmente com este propósito.

6. Notas conclusivas

O desenvolvimento tecnológico não veio retirar as pessoas do espaço público, pelo contrário, acabou por trazer-lhe novas práticas e usos assim como novas relações sociais.

O *Geocaching* constitui uma actividade com carácter marcadamente geográfico trazendo consigo novas experiências territoriais aliando o espaço virtual ao usufruto do espaço físico, convocando novamente as pessoas para o espaço público que se assume, neste sentido, como o cenário de um jogo que se tem revelado como uma prática capaz de gerar novas sociabilidades, uma vez que junta famílias ou grupos de amigos em busca do tesouro escondido cruzando mobilidades e olhares sobre o território, ajustando o modo como os *geocachers* imprimem a sua visão sobre a paisagem, gerando novas espacialidades, algo misteriosas, que se movimentam e se apropriam da paisagem.

Independentemente da dimensão que o jogo possa vir a assumir no futuro, a sua prática fez com que as pessoas saíssem de casa, extravasassem o ambiente, caminhassem pelo espaço, o reconhecessem e se identificassem nas paisagens que vão trilhando levando-as a conhecer novos locais e a ter experiências na sua relação com o espaço.

Bibliografia

FERNANDES, João Luis (2012) – “Tecnologia, georreferenciação e novas tecnologias – o caso do geocaching”. *Cadernos de Geografia*, FLUC, Coimbra, no prelo.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar (2000), “Natureza e Cultura – Representações na Paisagem” in ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) *Geografia Cultural*, Rio de Janeiro, UduERJ, 49-70.

LAMAS, António Ressano Garcia (2007), “Sustentabilidade da paisagem cultural de Sintra” in *Geophilia – O Sentir e os Sentidos da Geografia – Homenagem a Jorge Gaspar*, Centro de Estudos Geográficos (org.), Lisboa, Colibri Artes Gráficas, 195-203.

LYNCH, Kevin (1960), *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70, Lda..

MANTECÓN, Ana Rosas (2009), “Consumo cultural na cidade” in FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.) *Série Cidades e Arquitectura*, Coimbra, Edições Almedina, 299-317.

MENEGUELO, Cristina (2009), “Espaços e Vazios Urbanos” in FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.) *Série Cidades e Arquitectura*, Coimbra, Edições Almedina, 127-138.

PORTAS, Nuno (2012), “Espaço público e cidade emergente” in *O Ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas*, Fundação Cidade de Guimarães (org.) Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 534-535.

VIANA, Juliana Alencar (2011), “A mobilidade como aventura na cidade: jogos baseados em geolocalização (gps) e apropriação urbana”; in *Movimento*, vol. 17, nº1 disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18451>.

INTEGRAÇÃO DAS FUNÇÕES CLIMÁTICAS NO CONTEXTO DA ESTRUTURA ECOLÓGICA COMO CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA. O CASO DE GUIMARÃES

Catarina de Almeida Pinheiro

Departamento de Geografia, Universidade do Minho
catarina-pinheiro@mail.com

Maria Manuela Laranjeira

Departamento de Geografia, Universidade do Minho
Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa
manuela.laranjeira@geografia.uminho.pt

Resumo

A dinâmica climática da área urbana de Guimarães foi analisada através da caracterização de climatopos e avaliação das respetivas funções climáticas. Confrontou-se esta avaliação com a Estrutura Ecológica Municipal proposta na revisão do Plano Diretor Municipal de Guimarães de 2012, de modo a aferir em que medida esta poderá promover aquelas funções climáticas.

Palavras-Chave: estrutura ecológica; clima urbano; climatopo; funções climáticas; Guimarães

Abstract

The climate dynamics in Guimarães urban area was analyzed based on both climatopes characterization and climatic functions evaluation. We confronted the results of this analysis with the proposed municipality green infrastructure in order to assess how this management instrument promotes those climatic functions. Key Words: green infrastructure; urban climate; climatopes; climatic functions; Guimarães

1. Introdução

Em Portugal as condições climáticas à escala local e as suas implicações sobre a qualidade do ar, o conforto bioclimático, a saúde pública e a eficiência energética raramente são avaliadas de forma explícita no âmbito do ordenamento do território e do planeamento urbano. Salvo a preocupação com a qualidade do ar, não existe nenhuma legislação que salvaguarde e promova diretamente a dinâmica climática local, apesar do reconhecimento geral de que a sua desregulação pode acarretar graves problemas ambientais, em particular nas áreas mais densamente urbanizadas, com a formação da ilha de calor urbano (Lopes, 2008). Neste contexto, a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) – figura cuja obrigatoriedade de delimitação foi introduzida com o Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro (que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial) – pode assumir um papel muito importante na salvaguarda de topoclimas e microclimas favoráveis, já que a estrutura ecológica deve integrar as noções de *continuum naturale* e de aptidão ecológica da paisagem (Magalhães, 2007). Assim sendo, ao afetar à EEM as áreas fundamentais para o correto funcionamento da dinâmica climática local mantêm-se e valorizam-se as funções climáticas, pelo que esta figura se revela de extrema importância para a sustentabilidade ambiental urbana, no atual quadro legal.

Neste trabalho analisou-se a dinâmica climática da área urbana de Guimarães, com base na distribuição espacial das temperaturas de superfície obtidas a partir de uma imagem de verão do satélite Landsat 7 ETM+, bem como na delimitação de um conjunto de unidades espaciais com características físicas relativamente homogêneas, que potencialmente apresentarão uma resposta climática semelhante, designadas por climatopos (Scherer *et al.*, 1999; Alcoforado *et al.*, 2005). Seguidamente foram determinadas e avaliadas as funções climáticas que os diversos climatopos desempenham e, por fim, confrontou-se esta avaliação com a EEM constante na revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Guimarães, de 2012 (versão disponibilizada para discussão pública), com o objetivo de aferir em que medida esta proposta poderá promover aquelas funções climáticas.

A área de estudo foi delimitada, inicialmente, a partir do perímetro urbano de Guimarães, de acordo com os dados referentes ao ano de 2010, da Câmara Municipal de Guimarães (CMG). Contudo, os limites do perímetro urbano são definidos com base em critérios socioeconómicos e de ocupação territorial, sendo que no âmbito da presente investigação é fundamental a consideração dos processos naturais, pelo que optámos por estabelecer uma área de análise

que abrangesse a envolvente física do perímetro urbano recorrendo aos interflúvios circundantes como elemento de fronteira.

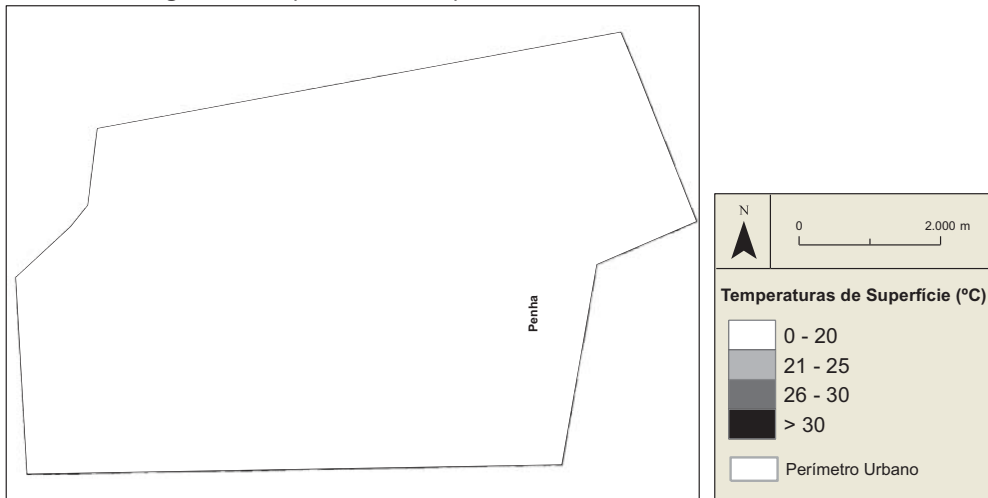
2. Caracterização da Dinâmica Climática

A análise da dinâmica climática em áreas urbanas é, desde logo, limitada pela reduzida informação (inexistente, em muitos casos) sobre os elementos do clima, aplicável a esta escala (observações microclimáticas). Contudo, esta limitação pode ser, em parte, ultrapassada, recorrendo a imagens de satélite. A partir do tratamento da banda 6.1 (região do infravermelho térmico) da imagem do satélite Landsat 7 ETM+, de 24/06/2000, às 10h (hora local) calculámos as temperaturas de superfície para a área urbana de Guimarães. Como a imagem utilizada diz respeito ao período do dia em que as diversas superfícies ainda estão a aquecer, a informação obtida não traduz os valores máximos de temperatura que essas superfícies podem atingir. Na realidade, o facto da captação de imagens pelo satélite Landsat 7 ETM+ se realizar sempre à mesma hora representa também uma limitação, pois não nos permite analisar os fenómenos típicos da tarde e da noite. Para obter as temperaturas de superfície foi necessário recalcular os valores de radiação espectral a partir do número digital associado a cada *pixel*, segundo as fórmulas do Landsat Project Science Office (2001). É importante notar que se considerou um valor fixo de emissividade de 1.

As diferentes temperaturas de superfície resultam de distintas propriedades radiativas e térmicas dos materiais (em particular, o albedo, a emissividade e a condutibilidade térmica), que determinam o modo como a radiação solar é por eles refletida e o calor é armazenado, emitido e libertado na atmosfera urbana inferior influenciando, por consequência, os valores da temperatura do ar (Lopes, 2008). Nas áreas urbanas, as temperaturas de superfície são, em geral, mais elevadas porque os materiais artificiais que as constituem são, por um lado, mais eficientes no armazenamento da energia solar, podendo reter duas vezes mais calor do que as áreas rurais vizinhas, e, por outro, possuem alta condutibilidade térmica (Costa *et al.*, 2010).

Na área de estudo verifica-se uma acentuada variação dos valores da temperatura de superfície (Figura 1), designadamente entre as áreas exteriores ao perímetro urbano de Guimarães (mais arborizadas) e as que lhe são interiores (com maior densidade de construção), podendo-se atingir mais de 10°C de diferença. As superfícies nas áreas mais densamente urbanizadas registam temperaturas claramente superiores às das áreas mais rurais, fenómeno designado por ilha de calor urbano superficial - a única ilha de calor que esta informação permite identificar diretamente, segundo Lopes (2008). Assim, na área analisada, é possível reconhecer em grandes traços os locais de acumulação e produção de calor (por radiação de longo comprimento de onda e calor sensível) - *i.e.*, as ilhas de calor urbano superficial -, bem como os locais de menor retenção e produção de calor (por reflexão da radiação de curto comprimento de onda e libertação de calor latente) - *i.e.*, as ilhas de frescura. Nesta sequência, as principais ilhas de calor formam-se no núcleo urbano central de Guimarães, Pevidém e Urgeztes, e, por oposição, no monte da Penha tem lugar a principal ilha de frescura (Figura 1), dada a sua elevada florestação.

Figura 1. Temperaturas de superfície na área urbana de Guimarães



(Fonte dos dados: Landsat 7 ETM+, 24 de Junho de 2000; CMG)

A existência de espaços verdes junto às áreas onde se formam as ilhas de calor urbano superficial (e.g., Parque da Cidade e Campus de Azurém), além de contribuir para a diminuição das temperaturas do ar permite, também, alterar a direção do fluxo do vento e melhorar a qualidade do ar (Hough, 1995). Contudo, a influência climática das áreas verdes é muito limitada no espaço (Andrade e Vieira, 2007), sendo que, segundo Leal *et al.* (2008), esta não depende diretamente das suas dimensões mas da respetiva composição vegetal. Nas áreas onde a vegetação arbórea não existe, ou não é tão densa (áreas agrícolas e/ou com construção dispersa, como na Veiga de Creixomil), as temperaturas de superfície aumentam consideravelmente (Figura 1), comprovando a importância das áreas arborizadas para a redução efetiva das temperaturas de superfície, mais do que qualquer outro fator, como a posição topográfica, a exposição das vertentes ou a altitude.

A ideia subjacente ao conceito de climatopo é a de que áreas com morfologias urbanas distintas, localizadas em diferentes posições topográficas (fundo de vale, vertente, topo), interagem de forma diferenciada e característica com a atmosfera urbana (Scherer *et al.*, 1999). Assim, os climatopos traduzem os diversos microclimas urbanos, permitindo determinar quais as funções climáticas que estes desempenham. Para a delimitação dos climatopos na área urbana de Guimarães adotámos a metodologia de Marques *et al.* (2009) aplicada a Coimbra, que, por sua vez, teve como referência o trabalho de Alcoforado *et al.* (2005) para Lisboa. Esta delimitação foi assumida em função da topografia e da densidade urbana. Em relação à topografia, foram definidas três "unidades de relevo": topos com altitude superior a 340 m; topos com altitude inferior a 300 m e vertentes; e, fundo de vale. Estas unidades foram posteriormente subdivididas em função da densidade urbana, parâmetro que foi obtido através de duas fontes de informação: (i) a delimitação das áreas com solo urbano, efetuada pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN); e, (ii) a informação do edificado da CMG. Deste modo, foram definidas 3 classes de densidade urbana, designadamente "baixa ou nenhuma", "média a baixa" e "elevada". A Tabela 1 sintetiza as principais características dos climatopos da área de estudo.

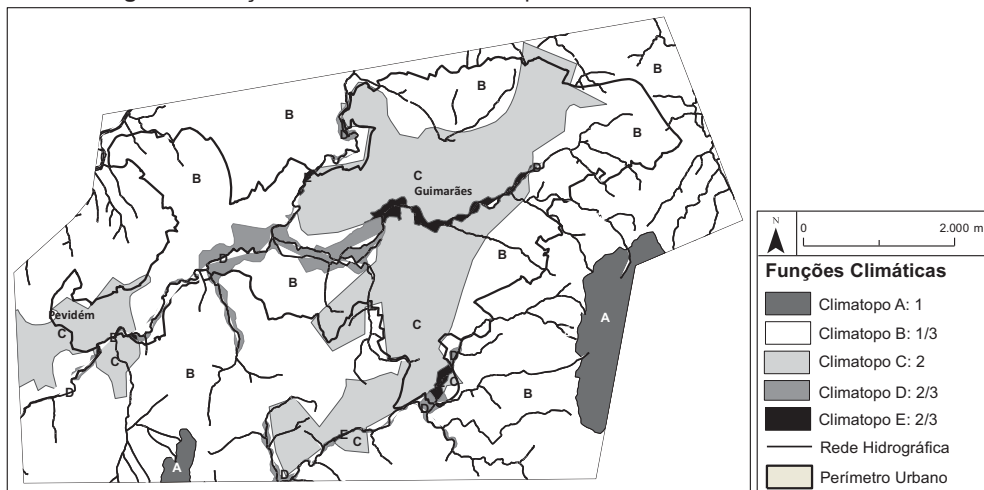
Tabela 1. Caracterização dos climatopos da área urbana de Guimarães

| Unidades De Relevô | Densidade Urbana | Climatopo | Comportamento Aerodinâmico | Comportamento Térmico |
|---------------------------------------|------------------|-----------|---|--|
| Topos com altitude >340m | Baixa a Nenhuma | A | Escoamento do ar frio em noites de arrefecimento radiativo (brisa descendente de vertente) | Ilha de frescura superficial (dia e noite) |
| Topos com altitude <300 m e Vertentes | Média a Baixa | B | Escoamento do ar frio em noites de arrefecimento radiativo (brisa descendente de vertente) Dissipação do ar quente em dias de elevada insolação (brisa ascendente de vertente) Canalização das brisas de vertente ao longo dos principais entalhes (corredores de ventilação) | Variável |
| | Elevada | C | Variável consoante a orientação e a morfologia urbana (rugosidade) Redução da velocidade das brisas | Ilha de calor superficial |
| Fundo de Vale | Baixa a Nenhuma | D | Corredores de ventilação: Drenagem do ar frio (brisa de montanha) Canalização do ar fresco (brisa de vale) | Condições extremas Acumulação do ar frio em noites de arrefecimento radiativo Acumulação do ar quente em dias de elevada insolação |
| | Elevada | E | Variável consoante a orientação e a morfologia urbana (rugosidade) Redução da velocidade das brisas | Ilha de calor superficial |

3. Funções Climáticas

A identificação e caracterização dos climatopos da área urbana de Guimarães permitiu-nos determinar as funções climáticas – designadamente, a produção de ar fresco, a renovação do ar fresco e corredores de ventilação –, que cada um desempenha (Figura 2).

Figura 2. Funções climáticas dos climatopos da área urbana de Guimarães



(Fonte dos dados: CMG e DRAPN)

A importância relativa da realização das funções climáticas por cada um dos climatopos foi avaliada através de uma matriz, sendo que procurámos identificar igualmente os principais condicionalismos ao seu funcionamento (Tabela 2).

Tabela 2. Importância das funções climáticas na área urbana de Guimarães

| Climatopo | Unidades de Relevó | Morfologia | Funções Climáticas | | |
|-----------|---|----------------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------|
| | | | Produção de ar fresco | Renovação do ar fresco | Corredores de ventilação |
| A | Topos | Altitude >340m | +++ | | |
| B | Topos e Setor Inicial das Vertentes | Altitude <300m e Vertentes | ++ | | +++ |
| | | Declive >46,6% | | | +++ |
| | Vertentes | Declive 26,8 - 46,6% | | | +++ |
| | | Declive <26,8% | | | ++ |
| C | | Áreas Urbanas | | | ++ |
| D | Setor Basal das Vertentes e Fundo de Vale | Margens Ribeirinhas | | +++ | +++ |
| | | Áreas não Inundáveis | | ++ | ++ |
| E | | Áreas Urbanas | | ++ | ++ |

+++ - muito importante; ++ - importante; + - função condicionada pela ocupação urbana; - função condicionada pela existência de socacos; - função condicionada pela existência de socacos, pela ocupação urbana e dependente da localização favorável dos espaços verdes; - função dependente da localização favorável de espaços verdes.

Para a melhor avaliação das funções climáticas – e tendo em conta também a análise posterior da sua salvaguarda pelas áreas integradas na EEM de Guimarães – tornou-se necessário desagregar as unidades de relevó com base em características morfológicas (Tabela 2), nomeadamente o declive, no caso das vertentes, e a distinção entre as margens ribeirinhas e as áreas não inundáveis, em relação ao fundo de vale.

4. Salvaguarda das Funções Climáticas pela EEM

Com a avaliação da EEM definida no âmbito da revisão do PDM de Guimarães (versão disponibilizada para discussão pública, 2012), pretendemos aferir em que medida a delimitação proposta, de acordo com a respetiva hierarquização (funções e regime de gestão) acautela o correto funcionamento da dinâmica climática – e, em particular, as funções climáticas – na área de estudo. Assim, numa matriz, com a base constante na Tabela 2, identificou-se o nível da EEM (nível I, II e III) em que cada uma das áreas climaticamente homogéneas se insere (Tabela 3). Como raramente se observou a situação em que estas áreas são abrangidas por apenas um dos níveis da EEM indicou-se o nível predominante em primeiro lugar e, entre parêntesis, outros a considerar (pela respetiva ordem de importância).

Tabela 3. Salvaguarda das funções climáticas pela EEM na área urbana de Guimarães

| Climatopo | Unidades de Relevó | Morfologia | Funções Climáticas | | |
|-----------|---|----------------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------|
| | | | Produção de ar fresco | Renovação do ar fresco | Corredores de ventilação |
| A | Topos | Altitude >340m | I (II) | | |
| B | Topos e Setor Inicial das Vertentes | Altitude <300m e Vertentes | I (II) | | I (II) |
| | | Declive >46,6% | | | I (II) |
| | Vertentes | Declive 26,8 - 46,6% | | | I (II) |
| | | Declive <26,8% | | | I |
| C | | Áreas Urbanas | | | II (III) |
| D | Setor Basal das Vertentes e Fundo de Vale | Margens Ribeirinhas | | I (II, III) | I (II, III) |
| | | Áreas não Inundáveis | | I (II, III) | I (II, III) |
| E | | Áreas Urbanas | | III (II) | III (II) |

I – nível I da EEM (Proteção ambiental); II – nível II da EEM (Valorização ambiental); III – nível III da EEM (Regeneração e proteção ambiental)

A EEM proposta abrange todas as áreas de topo com altitude superior a 340 m (climatopo A) no seu nível I (ou nível II). Assim, a função climática da produção de ar fresco encontra-se à partida salvaguardada, pois, de acordo com o Regulamento do PDM (2012), as “ações privilegiadas” para o nível I da EEM prendem-se, de um modo geral, com a proteção das áreas naturais (n.º 1 do artigo 11.º) e, especificamente, com a regularização das amplitudes térmicas (alínea c, n.º 1 do artigo 11.º). As “ações excluídas” (n.º 2 do artigo 11.º) para este nível também conduzem à salvaguarda da dinâmica climática local, uma vez que são consideradas neste item as ações de loteamento e as alterações do coberto vegetal. Por outro lado, visto que a área de topo inserida no nível II corresponde ao espaço verde da Penha, o papel da EEM pode ser muito importante, ao prevenir uma maior edificação – tal como está previsto em algumas das “ações privilegiadas” para este nível (n.º 3 do artigo 11.º) –, bem como se forem promovidas ações de arborização. Ao condicionar fortemente a impermeabilização e a edificação, é possível manter as ilhas de frescura superficial (diurna e noturna) que têm lugar nestes topos, e assegurar a produção local de ar fresco, que permite a substituição do ar quente noturno (relacionado com a formação de ilhas de calor superficial) nos centros urbanos de Guimarães, Urgez e Pevidém. Além disto, é importante conservar e promover a arborização, não só para a manutenção da ilha de frescura, como também para evitar a formação de ar muito frio, que se acumularia no fundo do vale.

Nos topos com altitude inferior a 300 m e no setor inicial das vertentes (climatopo B) desenvolvem-se funções climáticas comuns às áreas de topo e das vertentes. Ao contrário do que sucede para o climatopo A, nem todas as áreas se encontram abrangidas pela EEM, destacando-se o caso da freguesia de Polvoreira e parte da vila de Pevidém. Porém, as áreas salvaguardadas inserem-se maioritariamente no nível I, como é o exemplo do setor inicial da vertente da Penha e da Senhora do Monte. As áreas englobadas no nível II são reduzidas e funcionam, essencialmente, como elemento de ligação entre as áreas de nível I, conferindo maior coerência espacial (e funcional) à estrutura ecológica. Nas áreas do climatopo B, embora com menos importância do que nos topos situados a uma altitude mais elevada, ainda ocorre a produção de ar fresco. Assim, tal como defendido para o climatopo A, também nestas áreas é fundamental a manutenção e incremento da arborização, de modo a potenciar esta função climática. Para além disto, também já se manifestam as brisas de vertente (ascendente e descendente), que ocorrem preferencialmente ao longo dos entalhes da rede hidrográfica. Ora, dado que praticamente todas as linhas de água na área urbana de Guimarães foram inseridas no nível I da EEM, aos corredores de ventilação correspondem as áreas com o nível mais elevado de proteção garantido por esta figura, sendo fundamental que o regime *non aedificandi* nas áreas adjacentes às linhas de água seja escrupulosamente cumprido.

Parte significativa da área urbana de Guimarães desenvolve-se ao longo de vertentes (climatopo B). Todavia, na versão da EEM disponível à data, verifica-se que em vários setores já bastante urbanizados esta não foi sequer delimitada. Isto sucede nas vertentes com declives entre 26,8 e 46,6%, e particularmente, onde o declive <26,8%. De facto, aqui encontramos a maior mancha na área de estudo sem qualquer delimitação da EEM, designadamente na freguesia de Silves, um dos principais locais de expansão da cidade. Esta situação evidencia bem que a salvaguarda de áreas com elevada importância ecológica não é totalmente contemplada no processo do crescimento urbano. Não obstante, a função dos corredores de ventilação encontra-se, em certa medida, acautelada, uma vez que os entalhes das linhas de água existentes nas vertentes correspondem a áreas protegidas ao abrigo da EEM (nível I).

Tal como evidenciado na Tabela 2, o desempenho das áreas de vertente como corredores de ventilação encontra-se condicionado quer pela existência de socacos (que, no entanto, são fundamentais para a proteção do solo) quer pela ocupação urbana, que se localiza junto às linhas de água, por onde se dá primordialmente a circulação das brisas de vertente. Nestas áreas, onde o aumento da construção deve ser condicionado, o facto de a EEM não ter sido delimitada em setores críticos compromete seriamente a realização da função climática que lhes está associada. Consequentemente, os entalhes das linhas de água merecem uma análise a uma escala de maior pormenor, de modo a poderem ser definidos corredores verdes que promovam o efetivo desempenho desta função, determinante para a dissipação do ar quente que se forma no fundo do vale e na cidade.

Nas vertentes densamente urbanizadas (climatopo C) estão presentes o nível II (espaços verdes urbanos) e o nível III (faixa de proteção da circular urbana), embora nesta área densamente urbanizada também se localizem muitos setores sem qualquer delimitação da

EEM, como em Pevidém. Na realidade, a cidade de Guimarães constitui o único centro urbano onde a estrutura ecológica foi considerada, demonstrando o desigual tratamento (provavelmente decorrente de um também desigual grau de pormenor da informação existente) de que as áreas mais densamente urbanizadas foram alvo, na versão da EEM disponível à data.

Na área urbana de Guimarães, o setor basal das vertentes e o fundo do vale da ribeira de Costa/Couros e do rio Selho encontram-se integrados na EEM, repartindo-se esta proteção pelos três níveis (Tabela 3). Distinguiram-se as margens ribeirinhas e áreas não inundáveis, que constituem o climatopo D, das áreas urbanas, que correspondem ao climatopo E. As margens ribeirinhas encontram-se maioritariamente abrangidas no nível I, com o grau de proteção mais elevado no âmbito da EEM, encontrando-se, deste modo, salvaguardadas as respetivas funções climáticas. Para as áreas ribeirinhas incluídas nos níveis II e III (troço da ribeira de Costa/Couros a jusante do Parque da Cidade) não foi contemplada, no âmbito do Regulamento do PDM de Guimarães (2012), nenhuma “ação privilegiada” diretamente relacionada com a dinâmica climática. Porém, nestas áreas seria importante a criação de espaços verdes e a restrição da construção. Por sua vez, as áreas não inundáveis estão inseridas nos três níveis da EEM. Na veiga de Creixomil, onde o vale do rio Selho é mais amplo, as áreas não inundáveis inserem-se no nível I, porém com o sucessivo afastamento às margens ribeirinhas (leito de cheia) estas passam a ser consideradas no nível II, e, por fim, quando a urbanização começa a ser mais relevante não encontramos qualquer delimitação da EEM. Para estas áreas, em função dos diferentes níveis da EEM, aplica-se a situação descrita para as margens ribeirinhas.

Nas áreas urbanas que ocupam o fundo do vale (climatopo E), as funções climáticas – renovação do ar fresco e corredores de ventilação – encontram-se seriamente condicionadas pela edificação. Aqui, cabe à EEM, restaurá-las e promovê-las. Atravessando a cidade de Guimarães, a ribeira de Costa/Couros, inserida no nível III da EEM, constitui parte significativa do corredor primordial de circulação das brisas de vale e de montanha, na área em estudo. Todavia, esta ribeira encontra-se muito alterada, como resultado de séculos de urbanização, fazendo atualmente parte integrante de uma malha edificada muito densa, que dificulta a circulação das brisas junto à superfície, podendo mesmo interrompê-las. Assim, é fundamental a adoção de medidas de regeneração específicas para o microclima, que o Regulamento do PDM de Guimarães (2012) não prevê (cf. os n.º5 e 6 do artigo 11.º); aliás, das “ações privilegiadas” para este nível apenas se aplica a de não impermeabilização do solo (alínea d, n.º5 do artigo 11.º). Em Pevidém, o rio Selho encontra-se inserido no nível II. As suas margens, embora com uma largura muito reduzida, deveriam ser destinadas ou reconvertidas em áreas verdes, indo, assim, ao encontro do disposto no Regulamento do PDM de Guimarães (2012) que, para este nível, privilegia ações de complemento a espaços verdes (alínea c, n.º 3 do artigo 11.º). Tal permitiria, ao mesmo tempo, oferecer um espaço de lazer e salvaguardar as funções climáticas.

5. Notas Finais

Em Portugal, as condições do clima à escala local raramente são consideradas como uma componente essencial do ordenamento do território e, em particular, do planeamento urbano. Neste sentido, a afetação no âmbito da EEM das áreas determinantes para o correto funcionamento da dinâmica climática local revela-se de uma enorme importância para a sustentabilidade ambiental urbana.

Na área urbana de Guimarães, as funções climáticas encontram-se, de um modo geral, salvaguardadas pela EEM proposta, uma vez que as áreas de produção de ar fresco (topos com altitude >340m) e os corredores de ventilação (entalhes da rede hidrográfica, nas vertentes, e o fundo do vale), se encontram abrangidos por esta figura legal. Todavia, a proteção dos entalhes de vertente e das áreas ribeirinhas não decorre diretamente da sua relevância para o desempenho das funções climáticas, mas sim da respetiva importância na salvaguarda dos recursos hídricos e na proteção contra as inundações fluviais. Com efeito, é importante realçar que, em todo o regime de gestão da EEM, apenas uma ação (classificada de privilegiada) se refere diretamente ao clima, e à necessidade de redução das amplitudes térmicas diurnas (cf. alínea c, n.º 1 do artigo 11.º), revelando a ainda incipiente consideração dada ao clima local no âmbito do ordenamento do território vimaranense.

Bibliografia

- ANDRADE, Henrique e VIEIRA, Rute. A climatic study of an urban green space: the Gulbenkian Park in Lisbon (Portugal). *Finisterra*, 2007, vol.XLII, nº84, p.27-46.
- ALCOFORADO, Maria João, LOPES, António, ANDRADE, Henrique e VASCONCELOS, João. *Orientações climáticas para o ordenamento em Lisboa*. 1ªed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. 2005.
- Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro. *Diário da República*, 2007, 1.ª Série, n.º143, p.6636-6670.
- COSTA, Douglas, SILVA, Hélio e PERES, Leonardo. Identificação de ilhas de calor na área urbana de Ilha Solteira (Sp) através da utilização de geotecnologias. *Engenharia Agrícola*. Setembro/Outubro 2010, vol.30, n.º5, p.974-985.
- Landsat Project Science Office. *Landsat 7 Science Data Users Handbook* [Online]. 2001. <http://landsathandbook.gsfc.nasa.gov/pdfs/Landsat7Handbook.pdf>
- LOPES, António. O sobreaquecimento das cidades: causas e medidas para a mitigação da ilha de calor de Lisboa. *Territorium*, 2008, n.º15, p.39-52.
- HOUGH, Michael. *Naturaleza y ciudad: planificación urbana y procesos ecológicos*. 1ª ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1995.
- LEAL, Cátia, GANHO, Nuno e CORDEIRO, António R. O contributo dos espaços verdes da cidade de Coimbra (Portugal) no topoclima, microclima e no conforto bioclimático. *Cadernos de Geografia*, 2008, nº 26/27, p.331–341.
- MAGALHÃES, Manuela R. Estrutura ecológica da paisagem: conceitos e delimitação, escala regional e municipal, 1ªed. Lisboa: ISAPress.2007.
- MARQUES, David, et al. O contributo de estudos climáticos à escala local para o ordenamento urbano. o exemplo de Coimbra (Portugal). In *Cabo Verde: Redes de Desenvolvimento Sustentável: actas do 1.º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, 15.º Congresso da APDR, 2.º Congresso Lusófono de Ciência Regional, 3.º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*. 2009.
- Regulamento do PDM de Guimarães [Online]. 2012. http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=40456
- SCHERER, D., FEHRENBACH, U., BEHA, H.-D. e PARLOW, E. Improved concepts and methods in analysis and evaluation of the urban climate for optimizing urban planning processes. *Atmospheric Environment*. 1999, n.º33, p.4185-4193.

SINALIZAÇÃO DOS LOCAIS DE INSEGURANÇA EXISTENTES NO CASCO HISTÓRICO DE GUIMARÃES SEGUNDO A PERCEÇÃO DOS MUNICÍPIES

Sara Catarina Gomes da Silva

Mestranda do Departamento de Geografia
Universidade do Minho
sara.catarina.g@gmail.com

Resumo

O presente estudo de caso analisa as freguesias que pertencem ao casco histórico de Guimarães, centrando a atenção na percepção dos residentes face à criminalidade ocorrida. Conclui-se, de forma sumária que a insegurança percebida pelos inquiridos é distinta da sentida. Assim sendo, neste artigo é abordado de que modo a segurança e a arquitetura da malha urbana poderão influenciar os sentimentos de repulsa ou atração em relação a um lugar.

Palavras-chave: Furtos, Roubo, Bens, Crime, Casco histórico de Guimarães.

Abstract

This study case, analyzes the parishes belonging to the historical area of Guimarães, focusing on the perception of crime occurred, by the residents. We concluded, within the collected sample, that perceived insecurity is distinct from the one that is felt. Therefore, in this paper we discuss how security and architecture of the urban environment can influence the feelings of repulsion or attraction to a certain place.

Keywords: Robbery, Theft, Property, Crime, Guimarães historical area.

1. Introdução

A criminalidade em meio urbano tem-se afigurado como um tema relevante para a população portuguesa, conduzindo a alterações mais ou menos significativas das suas rotinas diárias, de modo a sentir-se mais segura. O município de Guimarães tem sido estudado em vários domínios sociais e culturais, mas sabe-se muito pouco sobre a problemática da criminalidade e o sentimento de insegurança na área urbana e em especial no seu centro histórico. Atualmente pode-se afirmar que a criminalidade pode ser atenuada ou inconscientemente potencializada, pela disposição da malha urbana, como comprovaram Jacobs (1961), Newman (1972), Jeffery (1971, 1977) e Crowe (1991), nos seus estudos desenvolvidos sobre o espaço urbano e a sua dinâmica organizacional.

O crescimento acelerado e pouco ordenado das cidades (provocando a alteração do tecido urbano e acarretando com isso impactos diretos no modo de vida das populações), associado ao aumento do consumo e ao crescimento económico durante a década de 60 e de 70 do século XX, conduziu ao debate, por toda a Europa, do tema da insegurança. A partir de então esta temática passou a ser explorada pelos políticos, pelos órgãos de comunicação social e pelos cidadãos, criando imagens dos espaços associados à (in)segurança.

A partir de um estudo exploratório desenvolvido entre Março e Junho de 2012, usando como fonte primária a aplicação de um inquérito por entrevista semiestruturada à população vimaranense residente e não residente no centro histórico de Guimarães, segundo o modelo utilizado por Esteves (1999), concluiu-se que a população revela imagens distintas sobre este espaço, comprovando em parte que, a malha urbana, a iluminação e a imagem criada de um lugar, influenciam as deslocações a pé e/ou de carro dentro desta área.

O presente texto centra-se na análise dos resultados encontrados no inquérito que foi aplicado a 17 vimaranenses com o objetivo de aferir as suas preocupações e percepções perante a criminalidade, com destaque para o furto e roubo existente no casco histórico de Guimarães.

O aumento de criminalidade está bem patente na percepção dos inquiridos em relação aos últimos anos. Esta noção de aumento poderá estar ligada a inúmeros fatores sociais e económicos, e até mesmo como resultante da postura da comunicação social. Os órgãos de comunicação influenciam, em parte, a imagem que se cria de um espaço. Segundo Surrlette (2011), os meios de comunicação são considerados os causadores do sentimento de insegurança, criando nas pessoas um mapa mental dos locais relacionados com a criminalidade.

2. Crimes em estudo

O direito à propriedade tem suporte constitucional no n.º1 do art.º 62º da Constituição da República Portuguesa: “A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição”. O direito pode ser de propriedade privada, colectiva ou propriedade pública e cooperativa seja qual for a expressão usada ou o conteúdo subjacente corresponde ao direito romano *plena in potestas* “um direito inviolável e sagrado (...)” (Villey, 1993: 84; Justo, 1999: 109-114 citados por Martins, s.d.: 20).

A infração ao direito ao património é punível por lei, tal como se encontra descrito no Código Penal nos art.º 203º ao 235º, sendo que estes se dispersam por vários capítulos. Para o presente estudo de caso foram considerados apenas os crimes reconhecidos no C.P., que estão patentes dentro do segundo capítulo, “Dos crimes contra a propriedade”, dando especial atenção ao furto art.º 203º e roubo art.º 210º.

3. Estudo de caso

Tendo por base os pressupostos enunciados nos itens anteriores, utilizou-se no presente artigo como base empírica a readaptação do modelo de inquirição utilizado por Alina Esteves aquando da elaboração da sua dissertação de mestrado. O seu estudo foi, entretanto, compilado e editado no livro “A criminalidade na cidade de Lisboa” (1999).

O inquérito foi aplicado no dia 15 de Maio de 2012, entre as 14h e as 17h, a 15 habitantes do município de Guimarães que trabalham ou estavam de passagem no centro histórico da cidade de Guimarães. O pré-teste do inquérito foi realizado no dia anterior nas mesmas condições das do inquérito final, demorando este cerca de 10 minutos a ser aplicado, englobando a explicação do conceito de furto e roubo. O inquérito por entrevista semiestruturada tinha como alvo de estudo o sentimento e percepção dos munícipes de Guimarães perante a ocorrência de furtos e roubos na cidade de Guimarães.

Antes de partir para a aplicação dos inquéritos, foi realizado o levantamento dos dados oficiais sobre os crimes de furtos e roubos registados no município de Guimarães, bem como, no caso dos roubos, o tipo de armas mais utilizadas para a subtração dos bens das vítimas.

Após este levantamento, seguiu-se a identificação das freguesias que compõem o casco histórico de Guimarães (Oliveira do Castelo, São Sebastião e São Paio). A Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) garante a segurança dos cidadãos dentro da área de estudo, já que a P.S.P. abrange territorialmente as áreas urbanas e grandes metrópoles (Durão, 2011).

Após a aplicação do inquérito, seguiu-se a análise dos atributos preponderantes decorrentes da aplicação do inquérito.

3.1. A importância do patrulhamento na área de estudo

O município de Guimarães abrange 69 freguesias, sendo que 3 destas dizem respeito ao casco histórico. Segundo os resultados preliminares dos censos de 2011 a população total do município era de 158.124 habitantes naquele ano. A freguesia de Oliveira do Castelo contava com 3.265 habitantes, a de São Sebastião com 1.976 e a de São Paio com 2.533, perfazendo um total de 7.774 habitantes, significando que 5 pessoas em cada 100 habitantes do município vivia no casco histórico da cidade de Guimarães.

3.2. Entidade Pública responsável pela segurança da área de estudo

As forças e serviços de polícia criminal a nível nacional dividem-se territorialmente consoante a distribuição da população bem como a divisão territorial (Figura 1).

Figura 1. Esquema da divisão das forças de Segurança Nacional



Fonte: <http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnpr1/qrsv0vnp1EE> (Consultado a 18 de Maio de 2012).

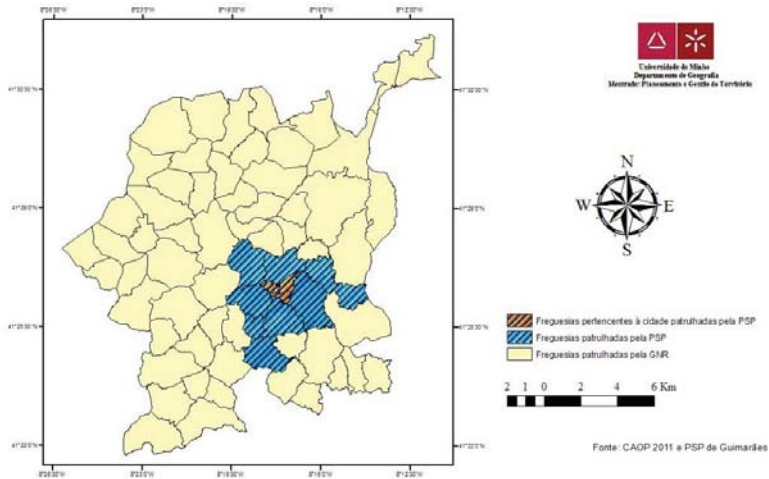
No caso da cidade de Guimarães e em particular no estudo de caso, apenas se tomou em consideração os dados de furtos e roubos registados pela Polícia de Segurança Pública (P.S.P.).

Segundo Durão (2011), a P.S.P. é a entidade que garante a patrulha em cidades de média e grande dimensão, sendo responsável por criar um ambiente citadino seguro. É um órgão de segurança público civil e de características de ação particulares desenvolvendo uma ligação à população distinta de cidade para cidade, existindo uma readaptação das estratégias de segurança face ao tipo de população alvo. “O policiamento tem as suas geografias morais. (...). Numa área de supervisão de uma esquadra, os polícias classificam desde logo o espaço urbano. Diferenciam os bairros de “classe média”, os “bairros da droga” e os “bairros pobres” (...).” (Durão, 2011: 137).

Apesar de as várias forças policiais terem uma área de atuação pré-definida todas elas poderão atuar em qualquer área – área urbana ou rural – desde que estejamos perante um pedido de ajuda, uma ordem especial ou imposição legal.

No município de Guimarães a P.S.P. atua nas freguesias de S. Paio, S. Sebastião, Oliveira do Castelo, Costa, Mesão Frio, Azurém, Fermentões, Creixomil, Urgeztes, Polvoreira, Mascotelos (Figura 2)

Figura 2. Freguesias do município de Guimarães patrulhadas pela P.S.P.



A população que reside dentro do perímetro de patrulha da P.S.P. contabiliza-se segundo os censos de 2011 em 51.549 habitantes.

3.2.1. Análise do número de furtos e roubos existentes no município de Guimarães entre os anos de 2005 e 2011

No Quadro 1 estão presentes os crimes registados contra a propriedade (que no Código Penal vão desde o art.º 203º ao 216º) dentro das 11 freguesias patrulhadas pela P.S.P..

Quadro 1. Crime Contra a Propriedade registados pela P.S.P. entre 2005 e 2011, no município de Guimarães

| Guimarães | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-----------|-------|------|------|-------|-------|-------|-------|
| | 1.009 | 986 | 999 | 1.219 | 1.565 | 1.501 | 1.250 |

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça, Estatísticas da Justiça.

O número de queixas registadas vão variando consoante o ano existindo uma diminuição entre os anos de 2006 e 2007 para baixo do patamar dos mil, mas nos anos seguintes os números sobem e vão variando entre os 1.200 e os 1.500 crimes declarados às autoridades. Tendo em conta o total da população residente nesta área e o número de crimes ocorridos, poderá afirmar-se que os números declarados às autoridades são baixos.

Segundo Teresa Heitor (s.d.) o número de crimes tem uma relação direta com o número de oportunidades, ou seja “Parte-se do princípio que a ocorrência de delitos em meio urbano está relacionada com a “oportunidade” da acção ser cometida. A oportunidade ocorre do confronto entre o delinquente e o alvo ou vítima, numa situação vulnerável”.

Quanto ao panorama nacional (Quadro 2), poder-se-á afirmar que tal como no município de Guimarães, os anos de 2008 a 2011 são os que apresentaram valores mais elevados, com especial destaque para o ano de 2008 com 130.367 queixas.

Quadro 2. Crime Contra a Propriedade registados pela P.S.P. entre 2005 e 2011 por N.U.T. II

| Anos N.U.T. II | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Continente | 102.829 | 100.409 | 98.540 | 122.615 | 114.759 | 108.970 | 107.531 |
| R. A. Açores | 4.920 | 4.659 | 4.976 | 4.853 | 4.693 | 4.549 | 4.294 |
| R. A. Madeira | 3.824 | 3.821 | 3.590 | 2.899 | 3.118 | 3.080 | 2.933 |
| Não Identificados | - | - | - | - | - | 4 | 6 |
| Total | 111.573 | 108.689 | 107.689 | 130.367 | 122.570 | 116.603 | 114.764 |

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça, Estatísticas da Justiça.

Apesar destes serem os anos com maior registo de queixas, a partir de 2008 o número de crimes Contra a Propriedade foi baixando progressivamente até 2011 (114.764 de queixas registadas).

Quanto ao crime de roubo os números ainda são mais baixos, atingindo o máximo num panorama geral, em 2009, de 61 queixas de existência de força física no ato do assalto e o número mais baixo ocorreu em 2007 com 8 queixas de ameaças ou coação psicológica.

Quadro 3. Crime de roubo segundo arma utilizada, registados pela P.S.P. nos anos de 2005 a 2011 no município de Guimarães

| Tipo de arma | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Arma de fogo | 26 | 14 | 12 | 20 | 15 | 11 | ... |
| Arma branca | 14 | 12 | 11 | 32 | 21 | 24 | 22 |
| Força física | 20 | 24 | 23 | 29 | 61 | 50 | 38 |
| Ameaça/Coação Psicológica | 15 | 17 | 8 | 10 | 45 | 11 | 9 |

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça, Estatísticas da Justiça.

Poder-se-á concluir que as 11 freguesias incluindo a cidade de Guimarães é um espaço seguro e de baixa violência aquando da ocorrência dos furtos.

Segundo Indovina (2001: citado por Freitas, 2011: 19), “(...) pode-se afirmar a existência de uma específica violência de lugar, nas cidades, decorrente da convivência e da aglomeração (...)”. No caso do casco histórico de Guimarães o volume populacional é baixo (7.774 habitantes) e as pessoas acabam por se (re)conhecer.

Quadro 4. Crime de roubo segundo arma utilizada, registados pela P.S.P. nos anos de 2005 a 2011 a nível nacional

| Anos | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Tipo de arma | | | | | | | |
| Arma de fogo | 1.113 | 1.178 | 1.135 | 1.554 | 1.305 | 820 | 704 |
| Arma branca | 3.14.3 | 3.637 | 2.675 | 2.796 | 2.744 | 2.092 | 1.619 |
| Instrumentos de trabalho | 17 | 19 | 25 | 20 | 12 | - | - |
| Outros instrumentos | 174 | 197 | 146 | 190 | 156 | 890 | 813 |
| Veneno ou outro produto químico | 56 | 43 | 80 | 127 | 25 | - | - |
| Ameaça/Coacção psicológica | 2.071 | 1.848 | 1.524 | 1.615 | 1.837 | 1.065 | 832 |
| Outra arma ou instrumento | 293 | 331 | 165 | 255 | 175 | 4.715 | 4.752 |

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça, Estatísticas da Justiça.

A nível nacional os crimes de roubo por tipo de arma utilizada são substancialmente diferentes, com especial destaque para “Outra arma ou instrumento” que nos anos de 2010 e 2011 atingiu valores exponenciais (4.715 e 4.752, respetivamente). Num panorama geral e ao contrário do município de Guimarães o uso de arma branca prevalece sobre a ameaça/coacção psicológica, levando-nos a crer que a nível nacional o crime de roubo é executado de forma mais hostil e violenta.

Apesar dos dados serem inquietantes a nível nacional, Valente (2004: 284) afirma ser “(...) impossível determinar se hoje existem mais crimes ou não do que no início do século XX ou finais do séc. XIX. Mas, dos relatórios podemos afirmar que, nos finais do séc. XVIII e meados do séc. XIX, o crime era mais sangrento e mais violento e fortemente situado nas Cidades de Lisboa e do Porto”.

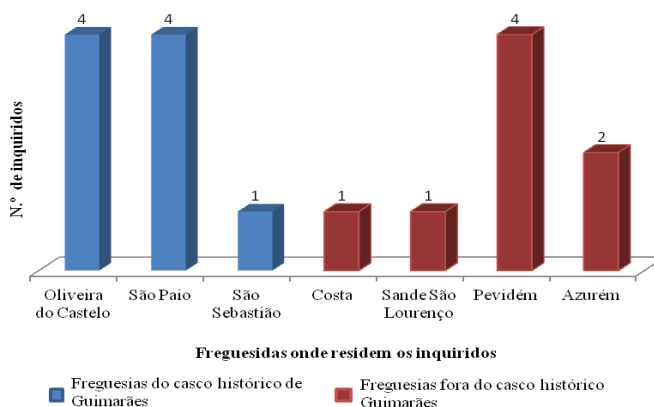
3.2.2. Análise dos inquéritos

Este trabalho tem por objetivo aferir as preocupações e perceções da população perante a criminalidade com destaque para o furto e o roubo existentes no casco histórico de Guimarães. O inquérito aplicado molda-se num formato semiaberto, garantindo respostas concisas e concretas. A justificação para esta necessidade de perceber quais os sentimentos da população prende-se com o facto de ouvir e sentir que a população da cidade murmura queixas de instabilidade, sentimento este que vai contra os números oficiais. Será então o casco histórico de Guimarães seguro?

a) Caracterização da amostra em estudo

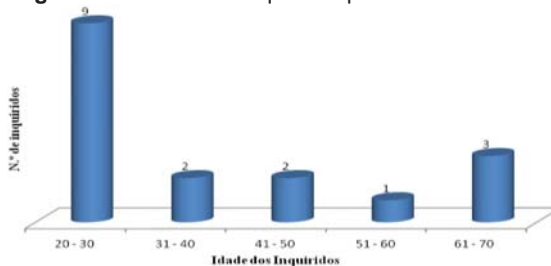
A amostra em estudo conta com nove indivíduos residentes no casco histórico de Guimarães, sendo que quatro são de Oliveira do Castelo; quatro de São Paio e um de São Sebastião (Figura 3). Em relação aos restantes indivíduos um reside na freguesia da Costa; um em Sande (São Lourenço); quatro em Pevidém e dois em Azurém. Quanto ao sexo dos inquiridos, no total são cinco do sexo masculino e doze do sexo feminino, sendo que cinco do sexo feminino habitam no casco histórico e sete fora. No que se refere ao sexo masculino quatro habitam no casco histórico e um fora

Figura 3. Freguesia de residência dos inquiridos



Fonte: Inquérito por entrevista realizado dia 15 de Maio de 2012, entre as 14h e as 17h.

Figura 4. Divisão dos inquiridos por escalões etários



Fonte: Inquérito por entrevista realizado dia 15 de Maio de 2012, entre as 14h e as 17h

No que concerne às idades, a amostra em estudo tem nove indivíduos entre os vinte e os trinta anos sendo que os restantes indivíduos da amostra dividem-se mais ao menos equitativamente pelas restantes idades.

b) Vivência do inquirido

Nesta primeira fase do inquérito, aferimos junto dos inquiridos se estes sofreram de algum ato que fosse contra a sua liberdade de propriedade. Perante a pergunta “Já alguma vez na sua vida foi vítima de um ato criminoso?” treze dos inquiridos respondem que não *versus* quatro que respondem que sim. No caso das respostas afirmativas, dois dos inquiridos foram vítimas por duas vezes, sendo que os restantes inquiridos apenas foram vítimas uma vez. Quanto ao período da semana em que sucedeu o crime, quatro vezes ocorreram durante a semana, e os restantes dois ao fim de semana.

Segundo as respostas dos inquiridos à pergunta “Foi vítima de Roubo ou Furto?”, dos quatro que foram vítimas apenas um foi vítima de roubo, existindo no ato da extorsão, coação psicológica.

Perante a questão “Informou as autoridades?”, estes dividem-se, sendo que dois respondem “sim” e os outros dois respondem “não”. A justificação apresentada para não apresentar queixa junto das autoridades prende-se, num dos casos, com a descrença em recuperar os bens perdidos e a outra explicação está relacionada com o bem furtado ser de baixo valor.

No grupo de dezassete indivíduos, apenas quatro terão sido vítimas de um ato criminoso (três foram vítimas de furto e um de roubo), demonstrando assim a existência de um baixo índice de roubos. No entanto, há a salientar no caso das quatro vítimas, duas delas referem ter sido vítimas de um ato criminoso duas vezes, aumentando assim para seis o total de crimes ocorridos na amostra.

- c) Perceção dos residentes que vivem fora e dentro do casco histórico de Guimarães face à (in)existência e evolução da criminalidade

- c. l) Perceção do grupo de inquiridos que residentes fora do casco histórico

Perante a pergunta “Como pensa que têm evoluído os assaltos a pessoas nas ruas, nos transportes públicos, a residência, a veículos e a lojas, nos últimos anos no casco histórico de Guimarães?” (Quadro 5), os inquiridos que residem fora do casco histórico, percecionam ter aumentado muito a criminalidade, principalmente os assaltos a residências, seguindo-se os assaltos a lojas e a pessoas na rua. Quanto aos “assaltos a pessoas nos transportes públicos”, quatro referem não saber ou desconhecer existir.

Quadro 5. Perceção dos inquiridos que residem fora do casco histórico da evolução da criminalidade nos últimos anos

| | Aumentaram Muito | Aumentaram ligeiramente | Estabilizaram | Diminuíram | Diminuíram muito | NS/NR |
|---|------------------|-------------------------|---------------|------------|------------------|-------|
| Assaltos a pessoas nas ruas | 4 | 2 | - | 1 | - | 1 |
| Assaltos a pessoas nos transportes públicos | 1 | - | 1 | 1 | - | 4 |
| Assaltos a residências | 5 | 1 | 1 | - | - | - |
| Assaltos a veículos | 3 | 2 | - | 1 | - | 1 |
| Assaltos a lojas | 4 | 2 | 1 | - | - | - |

Fonte: Inquérito por entrevista realizado dia 15 de Maio de 2012, entre as 14h e as 17h.

Quanto à perceção da segurança do casco histórico em relação ao período do dia, da semana ou do ano (Quadro 6), os inquiridos afirmam ser seguro ou pouco perigoso. Dos oito inquiridos, seis afirmam ser pouco perigoso o casco histórico ao fim-de-semana.

Quadro 6. Perceção dos inquiridos que residem fora do casco histórico em relação à criminalidade nos vários períodos do dia, da semana, e do ano

| | Muito Perigoso | Perigoso | Pouco Perigoso | Seguro | Muito Seguro | NS/NR |
|------------------|----------------|----------|----------------|--------|--------------|-------|
| Durante o dia | 1 | - | 3 | 4 | - | - |
| À noite | - | 2 | 5 | 1 | - | - |
| Durante a semana | 1 | 1 | 2 | 3 | - | 1 |
| Ao fim-de-semana | 1 | - | 6 | 1 | - | - |
| No Inverno | 1 | 1 | 2 | 3 | - | 1 |
| No Verão | 1 | - | 3 | 3 | - | 1 |

Fonte: Inquérito por entrevista realizado dia 15 de Maio de 2012, entre as 14h e as 17h.

Quando pedimos para classificar a sua área de residência em termos de segurança (Quadro 7) os inquiridos sentem-se na generalidade seguros, em especial à noite e ao fim-de-semana.

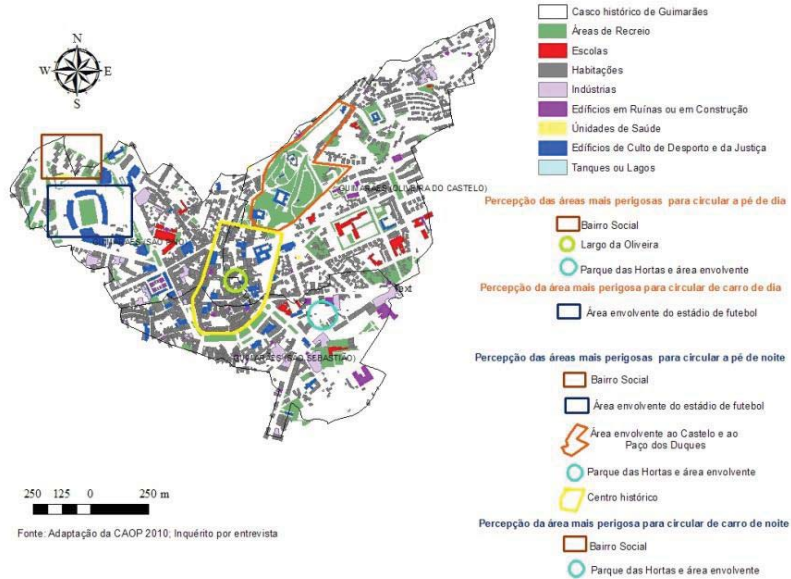
Quadro 7. Classificação dos inquiridos que residem fora do casco histórico em termos de segurança da sua área de residência

| | Muito Perigoso | Perigoso | Pouco Perigoso | Seguro | Muito Seguro | NS/NR |
|---|----------------|----------|----------------|--------|--------------|-------|
| Durante o dia | - | 2 | 1 | 2 | 2 | - |
| À noite | 1 | 1 | 1 | 4 | - | - |
| Durante a semana | - | 2 | 1 | 3 | 1 | - |
| Ao fim-de-semana | 1 | - | 2 | 4 | - | - |
| Comparativamente a outras áreas da cidade | - | 2 | 1 | 3 | 1 | - |

Fonte: Inquérito por entrevista realizado dia 15 de Maio de 2012, entre as 14h e as 17h.

Quando os inquiridos são confrontados com a pergunta, “Na sua opinião quais as áreas do casco histórico de Guimarães que considera mais perigosas para: circular de dia ou de noite, a pé ou de carro?” (Figura 5), encontramos duas respostas que apontam o Bairro Social e o Parque das Hortas e a sua área envolvente como sendo as duas das áreas mais perigosas para circular de dia a pé, e à noite a pé e de carro. Os inquiridos percebem a área do casco histórico mais perigosas para circular, à noite em detrimento de durante o dia, principalmente nas deslocações a pé.

Figura 5. Percepção dos inquiridos que habitam fora do casco histórico dos locais mais inseguros para circular de dia ou de noite, a pé ou de carro



c. II) Percepção do grupo de inquiridos que residem no casco histórico de Guimarães
 Os inquiridos que residem no casco histórico de Guimarães perante a pergunta “Como pensa que têm evoluído os assaltos a pessoas nas ruas, nos transportes públicos, a residência, veículos e a lojas, nos últimos anos no casco histórico de Guimarães?” (Quadro 8) apontam para um aumento elevado. No entanto existe um resultado que merece especial destaque, ou seja, seis dos nove residentes no casco histórico desconhecem a existência de assaltos a pessoas nos transportes públicos.

Quadro 8. Percepção dos inquiridos que residem no casco histórico de Guimarães da evolução da criminalidade nos últimos anos

| | Aumentaram Muito | Aumentaram ligeiramente | Estabilizaram | Diminuíram | Diminuíram muito | NS/NR |
|---|------------------|-------------------------|---------------|------------|------------------|-------|
| Assaltos a pessoas nas ruas | 3 | 1 | 2 | 1 | | 1 |
| Assaltos a pessoas nos transportes públicos | 1 | | 1 | 1 | | 6 |
| Assaltos a residências | 4 | 1 | 1 | 1 | | 2 |
| Furto de veículos | 3 | | 4 | 1 | | 1 |
| Furtos de Lojas | 4 | 1 | 2 | 1 | | 1 |

Fonte: Inquérito por entrevista realizado dia 15 de Maio de 2012, entre as 14h e as 17h.

Perante a pergunta “Como pensa que é o casco histórico de Guimarães em relação ao crime?” (Quadro 9), os inquiridos revelam ser um espaço pouco perigoso ou seguro. Seis dos nove inquiridos afirmam sentir-se seguros durante o dia no casco histórico.

Quadro 9. Perceção dos inquiridos que residem no casco histórico de Guimarães em relação à criminalidade nos vários períodos do dia, da semana, e do ano

| | Muito Perigoso | Perigoso | Pouco Perigoso | Seguro | Muito Seguro | NS/NR |
|------------------|----------------|----------|----------------|--------|--------------|-------|
| Durante o dia | | | 2 | 6 | 1 | |
| À noite | 1 | 1 | 3 | 2 | 1 | 1 |
| Durante a semana | | | 3 | 5 | 1 | |
| Ao fim-de-semana | 1 | 1 | 3 | 4 | | |
| No Inverno | | 1 | 3 | 4 | 1 | |
| No Verão | | 2 | 2 | 5 | | |

Fonte: Inquérito por entrevista realizado dia 15 de Maio de 2012, entre as 14h e as 17h.

Quando a pergunta é “Como classifica em termos de segurança a sua área de residência?” (Quadro 10), os inquiridos residentes no casco histórico percecionam que residem num espaço seguro ou muito seguro.

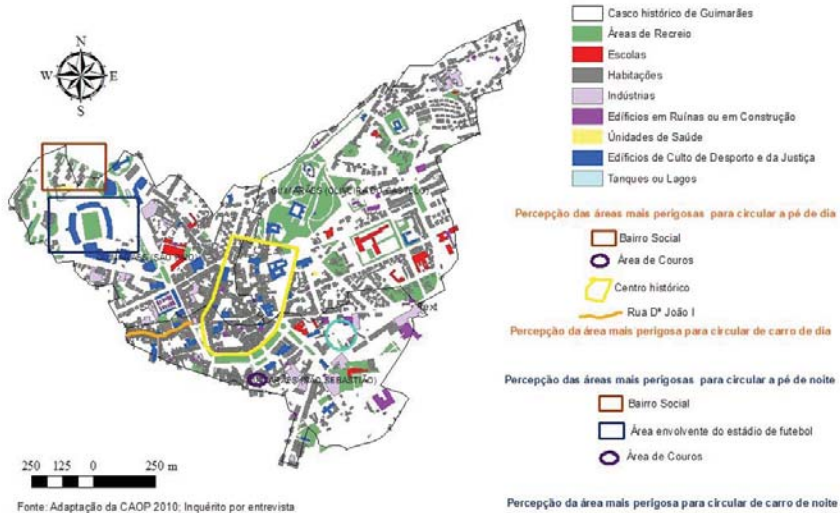
Quadro 10. Classificação dos inquiridos que residem no casco histórico de Guimarães em termos de segurança da sua área de residência

| | Muito Perigoso | Perigoso | Pouco Perigoso | Seguro | Muito Seguro | NS/NR |
|---|----------------|----------|----------------|--------|--------------|-------|
| Durante o dia | | | | 7 | 2 | |
| À noite | | | 2 | 6 | 1 | |
| Durante a semana | | | 1 | 6 | 2 | |
| Ao fim-de-semana | | | 1 | 6 | 1 | |
| Comparativamente a outras áreas da cidade | | 2 | | 5 | 2 | |

Fonte: Inquérito por entrevista realizado dia 15 de Maio de 2012, entre as 14h e as 17h.

Quando questionamos sobre se “Na sua opinião quais as áreas do casco histórico de Guimarães que considera mais perigosas para: circular de dia ou de noite, a pé ou de carro?” (Figura 6), os inquiridos apenas apontam áreas perigosas para circular durante o dia e à noite a pé. Tal como no grupo dos residentes fora do casco histórico, o Bairro Social volta a ser o mais destacado. Outra das áreas referenciadas é a de Couros como sendo perigosa para circular a pé tanto de dia como de noite.

Figura 6. Percepção dos inquiridos que habitam no casco histórico de Guimarães dos locais mais inseguros para circular de dia ou de noite a pé ou de carro



d) Locais que os inquiridos evitam circular no casco histórico de Guimarães

Quando questionados “Na sua deslocação a pé ou de carro, durante o dia ou durante a noite evita circular em alguma rua ou local do casco histórico? (Figura 7), aqui as respostas estão de acordo com os locais mais referenciados como inseguros.

Figura 7. Locais que os residentes fora ou dentro do casco histórico de Guimarães evitam circular a pé ou de carro de dia ou de noite



Os inquiridos dos dois grupos evitam circular de dia e de noite de carro ou a pé no Bairro Social. O grupo dos residentes fora do casco histórico para além do Bairro Social também refere a área envolvente ao Castelo e ao Paço dos Duques como sendo outra área que evitam circular de noite.

Tal como anteriormente foi referido, segundo o criminologista Charles Murray (1995) “a relação que se estabelece entre o espaço físico e o risco de crime é revelada tanto pelo senso comum como pela experiência do quotidiano. Implícito no facto de se evitarem ruas mal iluminadas ou zonas da cidade em declínio, está a percepção da vulnerabilidade do lugar.” (Murray, C., 1995; citado por Heitor, s.d.). Seguindo o raciocínio de Murray, e o resultado obtido de 17 inquiridos, o espaço do Bairro Social precisa de ser avaliado pelas entidades políticas e policiais com mais detalhe de modo a tomar medidas para atenuar ou até mesmo eliminar o sentimento de insegurança que está associado aquela área.

4. Conclusão

A vida no seu dia-à-dia segue a um ritmo alucinante de mudanças na qual temos de estar preparados para todos os problemas que elas acarretem. Segundo Teresa Sá (s.d., s.p.) “as estatísticas criminais, o crime que na realidade oficialmente aumentou, nas últimas décadas na sociedade europeia, foi o crime contra o património”.

Esta noção de aumento de criminalidade está bem patente na percepção dos inquiridos em relação aos últimos anos. No entanto a percepção não passa disso mesmo, “uma tomada de conhecimento sensorial de objetos ou de acontecimentos exteriores;” (Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, 2008). A percepção no caso dos nossos inquiridos é diferente do sentimento de risco associado ao casco histórico de Guimarães.

Existe uma dualidade entre o que o inquirido “pensa” e o que efetivamente sente. A percepção está muito longe da realidade, e o sentimento do inquirido encontra-se muito mais perto dos verdadeiros números.

Tal como anteriormente foi mencionado, o casco histórico de Guimarães agrega 7.774 habitantes, alastrando a malha urbana para 51.549 cidadão. Os dados aos quais tivemos acesso referem-se aos crimes contra o património de toda a malha urbana do município de Guimarães, ou seja a juntar às três freguesias do casco histórico (Oliveira do Castelo; São Paio; São Sebastião), temos mais oito freguesias (Azurém; Costa; Creixomil; Fermentões; Mascotelos; Mesão Frio; Polvoreira; Urgeztes) e neste total, as queixas registadas pela P.S.P. entre 2005 e 2011 variam entre as 1000 e 1500, o que dá um valor final muito baixo de crimes contra a propriedade em toda a malha urbana. Apesar de não existirem dados oficiais com referência específica ao casco histórico, as ilações retiradas permanecem iguais, as freguesias que compõem o núcleo histórico parecem ser seguras. O baixo número de furtos e roubos não justifica o sentimento geral de insegurança.

Quanto à questão inicial levantada, poder-se-á dizer que a população percebe uma cidade muito mais insegura do que efetivamente ela o é. A percepção justifica-se em parte pelas notícias anunciadas pela comunicação social local. Esta justificação enunciada baseia-se no elevado número de lamentos escutados durante a elaboração dos inquéritos. As pessoas lamentavam os assaltos que tinham ouvido nas notícias, chegando a referir que “cada vez mais se ouvem notícias de assaltos a casas e a carros”. Poderá ser esta uma das possíveis justificações para a existência desta percepção de insegurança.

Segundo Surette (2011), os meios de comunicação são considerados os causadores do sentimento de insegurança, criando nas pessoas um mapa mental dos locais relacionados com a criminalidade. Todos os dias os cidadãos ouvem, veem ou leem nos meios de comunicação a uma escala local, regional ou nacional notícias relacionadas com crimes, com a justiça ou outro assunto relacionado. Esta exposição é usada segundo Surette (2011) como entretenimento de forma a ocupar espaços noticiosos. Todo este “bombardear” de informação diário ao longo do tempo provoca nos cidadãos uma percepção, e em alguns casos sentimentos, de insegurança e de instabilidade.

Bibliografia

Obras e Artigos

- CALDEIRA, T. (2000), *Cidades de muros – crimes, segregação e cidadania em São Paulo*, 3.ªEd., Editora 34, Brasil.
- MACHADO, H. (2008), *Manual de Sociologia do Crime*, Edições Afrontamento, Porto.
- MARTINS, J. (s.d.), *O Crime de Dano e o Património Cultural*, Ed. livraria Petrony-Editores, Lisboa.
- ESTEVES, A. (1999), *A Criminalidade na Cidade de Lisboa Uma Geografia da Insegurança*, Ed. Colibri, Lisboa.

Publicações Estatísticas

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VITIMA, (2011), *Estatística do Crime contra o património 2004/2010* – http://www.apav.pt/portal/pdf/Crimes_contra_patrimonio_2004-2010.pdf (consultado a 23 de Abril de 2012)

DIRECÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA, (2012), *Crimes registados pelas autoridades policiais em 2010* - http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/crimes-registados-pelas_1/downloadFile/file/Crimes_registados_20120329.pdf (consultado a 23 de Abril de 2012)

DIRECÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA, (2011) *Os números da Justiça 2010* - http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/os-numeros-da-justica_1/downloadFile/attachedFile_f0/Os_numeros_da_Justica_2010.pdf (consultado a 23 de Abril de 2012)

Legislação

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1999.04.14, Colectânea de Jurisprudência – STJ, 1999, II, pág. 174;

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1997.01.15, Colectânea de Jurisprudência – 1997 – I, p. 182;

Acórdão do Supremo tribunal de Justiça de 01.04.1998, Processo nº 116/98 – 3ºSecção;

WebGrafia

DURÃO, S., (2011), *Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes*, Etnografia - <http://etnografica.revues.org/850> (Consultado a 17 de Maio de 2012)

FREITAS, L., (2011), *Influência do desenho urbano na insegurança da cidade*, *Dissertação de arquitetura* – <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/990070/1/dissertacao.pdf> (consultado a 26 de Março de 2012)

HEITOR, T (s.d.), *Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas* - http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-20492007000200003&script=sci_arttext (Consultado a 7 de Maio de 2012)

SÁ, T. (s.d.), *Segurança e o seu sentimento na cidade*, IV Congresso Português de Sociologia - http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc462900dd_1.PDF (Consultado a 29 de Junho de 2012)

VALENTE, M., (2004), *Evolução Sócio-Jurídica da criminalidade* - http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Manuel_Valente_p281-307.pdf (consultado a 26 Março de 2012)

AS VANTAGENS DE UM CORREDOR VERDE NUMA CIDADE – O CASO DE COLLSEROLA - MONTJUÏC EM BARCELONA

Sara Catarina Gomes da Silva

Mestranda
Departamento de Geografia
Universidade do Minho
sara.catarina.g@gmail.com

Jorge Luís Blom Carneiro Leão

Mestrando
Departamento de Geografia
Universidade do Minho
jorgecleao@gmail.com

Resumo

A cidade de Barcelona, é um exemplo de comunhão entre a natureza e o meio urbano. O *Ajuntament de Barcelona* tem trabalhado de forma a garantir uma qualidade de vida saudável e sustentável na cidade. Neste artigo analisamos algumas das vantagens que os Corredores Verdes trouxeram para a cidade, em especial o corredor de *Collserola-Montjuïc*.

Palavras Chave: Corredor Verde; Barcelona; Natureza; Bem-Estar;

Abstract

The city of Barcelona -it is an example of communion between nature and the urban environment. The Barcelona *Ajuntament* has worked to ensure a healthy and sustainable quality of life in the city. In this article, we explore some of the advantages that the Green Corridors brought to the city, especially the Greenway -*Collserola Montjuïc*.

Keywords: Green Corridor; Barcelona; Nature; Welfare

1. Introdução

Os corredores verdes na cidade de Barcelona possuem uma designação específica, sendo que “um corredor verde na Cidade de Barcelona é uma facha contínua, com a presença dominante de vegetação e uso exclusivo, ou pelo menos prioritário, para pedestres e ciclistas, e que é atravessado por parques urbanos que ligam ecossistemas circundantes.” (Codinach, T.; Rifà, M.; Matas, M., 2010).

Nesta cidade, os corredores verdes surgiram depois de um estudo encomendado pelo Conselho Municipal da Agência de Ecologia Urbana no âmbito do Acordo dos Cidadãos para a Sustentabilidade *Compromís ciutadà per la sostenibilitat*, assinado em 2002 no âmbito da Agenda 21 de Barcelona, com o objectivo de melhorar as conexões entre os espaços verdes em áreas urbanas e periféricas, formando uma rede com três corredores no sentido montanha-mar (*Collserola-Montjuïc*, *Collserola-Citadel* e *Collserola-Forum*).

Para que possa ser criado um corredor em Barcelona este tem de seguir 12 critérios, estando entre eles a continuidade, a estratificação, a biodiversidade e o ser atraente (Codinach, T.; Rifà, M.; Matas, M., 2010). Tem que, igualmente, alcançar 12 objectivos, ressaltando a criação de conectividade ecológica, ser a natureza dentro da cidade e maximizar o conforto urbano.

Após a estabilização dos critérios de criação, os primeiros corredores surgiram em 2006, com o principal objectivo de ligar as colinas de *Collserola* e, longitudinalmente, os rios *Llobregat* e *Besos*. O Parque de *Collserola* faz parte da Rede Natura 2000, sendo este considerado o pulmão da cidade, com mais de 8.000 ha e com inúmeras espécies de fauna e flora, fundamental para a vida saudável da cidade.

O método utilizado na pesquisa desenvolvida baseia-se na sinalização, através do *Google Earth*, das características do corredor *Collserola – Montjuïc*, desde os espaços verdes existentes (áreas relvadas, parques, jardins públicos e privados, linha de metro verde, casas verdes, telhados ajardinados, percursos pedonais), à identificação das ruas e avenidas com mais ou menos arborização, dos pontos de *BicingBarcelona*, fundamental para a deslocação

pela cidade e pelo corredor, e por fim os espaços em devoluto, que poderão servir para um futuro jardim.

2. Corredor Verde vs. Corredor Ecológico

O conceito de Corredor Verde é originário da tradução directa de *Greenway*, muitas vezes confundido com *Corredor Ecológico*.

De acordo com Charles Little, no seu livro *Greenways for America*, um corredor verde pode ter várias formas ou origens. Idealmente um corredor verde é um espaço linear, que é estabelecido ao longo de corredor natural, como por exemplo uma frente ribeirinha ou uma ferrovia. Pode ainda ser, a união entre vários parques, reservas naturais, espaços culturais ou históricos, através de vias de comunicação para pedestres ou ciclistas, previamente planeada (Little, 1990, citado por Ahern, J. 2003).

Já Ahern, no seu livro *Greenways: the Beginning of an International Movement*, atesta que através da pesquisa bibliográfica e da sua experiência, proveniente de projectos de planeamento nos Estados Unidos da América, um corredor verde é desenhado, planeado e gerido com o objectivo de ligar vários espaços em diversas perspectivas, tais como ecológica, recreativa, cultural, estética, ou outros com o conceito de uso sustentável do território. (Ahern, J. 2003).

Em Portugal, a Lei de Bases da Política Florestal nº33/96 de 17 de Agosto, na qual estão previstos os princípios orientadores da política florestal portuguesa, são também determinados o ordenamento e gestão florestal, que devem ser aplicados através dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (P.R.O.F) —estes planos determinam corredor ecológico como “(...) faixas que promovam a conexão entre áreas florestais dispersas, favorecendo o intercâmbio genético, essencial para a manutenção da biodiversidade”. Tendo por base esta definição, um corredor ecológico estabelece uma ligação em rede, que favoreça ecologicamente uma determinada área florestal.

Os Corredores Verdes, segundo a Associação Portuguesa de Corredores Verdes, surgiram durante o século XIX como uma estratégia de planeamento urbano, com o objectivo de atenuar (ou até mesmo eliminar) os efeitos de uma industrialização desenvolvida de forma explosiva e mal planeada, aliada a um crescimento urbano expansivo galopante.

O Corredor Verde nasce com o objectivo de ligar áreas verdes, recreio e/ou lazer entre os espaços urbanos, de modo a assegurar uma melhor qualidade de vidas das populações. São assim considerados pela Associação como corredores de excelência “as frentes ribeirinhas, os cursos de água, os festos, os canais, os caminhos cénicos, e também, muitas linhas de caminho-de-ferro hoje convertidas a usos de recreio, que apoiam o turismo, que ligam entre si centros de interesse, povoações, parques, reservas naturais, património natural e cultural”.

3. Potencialidades do Corredor Verde numa cidade

Os efeitos de um Corredor Verde dependem da área onde está a ser aplicado, bem como o tamanho do espaço urbano e das suas variáveis ambientais. A este grau de cumprimento dos requisitos chama-se grau de conectividade ecológica, que se refere à capacidade de movimentação das espécies que habitam o território. Outro requisito importante para o sucesso do corredor é o grau de permeabilidade – a minimização do efeito das áreas urbanizadas e das infraestruturas poderá ser assegurado pela adopção de materiais de construção que facilitem a permeabilidade das águas.

O Corredor Verde deverá assegurar a naturalização dos espaços urbanos, facilitando a introdução da natureza na estrutura urbana, assegurando o equilíbrio entre o edificado e as áreas verdes. Este equilíbrio idealmente terá de funcionar no plano horizontal e vertical do traçado do corredor. Terá de assegurar uma continuidade linear, a permeabilidade do solo, a riqueza de fauna e da flora. Uma maior conectividade entre o espaço poderá ser assegurada pelo número de árvores nas ruas, ou pela adopção de construção de edifícios verdes (telhados ou fachadas com espécies vegetais).

Um Corredor Verde numa cidade exerce influência directa na qualidade do ambiente e a paisagem daquele espaço assegura uma maior qualidade de vida com efeitos directos na saúde dos cidadãos. Muitos destes espaços possibilitam a prática desportiva e a mobilidade segura dos peões, facilitando e promovendo, de forma espontânea, o relacionamento e a socialização entre as pessoas, permitindo-lhes usufruir daquele espaço para andar, falar, ou trocar opiniões. Os corredores verdes propiciam ainda, o lazer, as relações sociais ou,

simplesmente, um espaço de decompressão ao ar livre, garantindo um alívio da rotina do meio urbano e do stress que este acarreta. Os espaços verdes garantem uma influência psicológica positiva nos indivíduos, oferecendo-lhes comodidade e diversidade visual da cor. No entanto os efeitos positivos de um Corredor Verde não são apenas sociais – são também ambientais. Quando existe natureza e a abundância de "verde" está presente numa cidade, existe um maior equilíbrio do sistema ecológico da área urbana. A cobertura vegetal urbana absorve as poeiras, renova o ar, reduz o ruído e o processo de erosão do solo, regula o nível de humidade, aumentando o conforto urbano, contribuindo para redução do consumo de energias dos edifícios e, principalmente, proporciona um conectividade ecológica e a biodiversidade.

4. Corredor Verde em Barcelona

A cidade de Barcelona beneficia de uma área verde muito importante para o seu funcionamento. A *Sierra de Collserola* com uma extensão de 8.000 ha funciona como o pulmão da cidade, sendo essencial para a aglomeração metropolitana a seus pés. O traçado da rede de corredores verdes projectado na cidade de Barcelona estabelece a ligação entre a *Sierra de Collserola* o litoral mediterrâneo e o leito dos rios *Beisòs* e *Llobregat* estabelecendo a ligação por toda a cidade.

Figura 1. Corredores Verdes Urbanos em Barcelona



Fonte: Ed. Ajuntament de Barcelona, Cod. Codinach, T.; Rifà, M.; Matas, M.; 2010

Como podemos verificar na imagem 1, existem muitos espaços verdes fracionados pela malha urbana, e o que os corredores fazem é ligar os espaços verdes de maior importância, potencializando a conectividade ecológica.

Como anteriormente foi explorado, a cidade de Barcelona retém um estatuto próprio para a definição e para a aplicabilidade de um Corredor Verde na cidade. O objectivo é sempre o de melhorar as conexões entre os espaços verdes em áreas urbanas e periféricas, com a criação

de galerias e corredores verdes da costa para as montanhas, dos rios para a montanha ou para a costa.

Quadro 1. Os 12 critérios a ter em conta na criação de corredores verdes em Barcelona

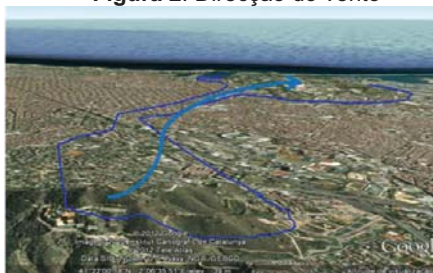
| Critérios | Objectivos a serem alcançados |
|------------------|---|
| Continuidade | Criar conectividade ecológica |
| Estratificação | Criar estratos ricos em vegetais |
| Naturalização | Ser a natureza dentro da cidade |
| Biodiversidade | Acomodar uma diversidade de espécies vegetais e animais |
| Regulamentação | Maximizar o conforto urbano |
| Dinâmica | Reflectir a evolução da natureza e seus ciclos |
| Atraente | Criar paisagens e identidade perceptual |
| Pacífica | Contribuir para a cidade silenciosa |
| Complexidade | Acomodar a diversidade social urbana |
| Saudável | Criar áreas terapêuticas |
| Promocional | Gerar interesse pela natureza |
| Singular | Aumentar o valor do património natural e cultural da cidade |

Fonte: Codinach, T.; Rifà, M.; Matas, M., 2010

De entre os 6 corredores da cidade de Barcelona, aquele por nós explorado foi o *Montjuïc – Collserola*, que corresponde na imagem I ao corredor 1. Segundo o nosso ponto de vista, estas duas áreas verdes são as de maior importância na cidade, onde a natureza vive em harmonia com as actividades humanas.

Este exerce um vasto leque de funções ecológicas (Condução; Filtro; Barreira; Habitat; Fonte e Sumidouro) essenciais para o equilíbrio das actividades humanas e animais na cidade, proporcionando a condução de animais, sementes e ar entre a Sierra de *Collserola* e *Montjuïc*, e através das vias multifuncionais estabelecem a circulação segura dos peões, ciclistas (nas pistas de *Bicing*) e veículos.

Figura 2. Direcção do vento



Fonte: google earth
(consultado a: 15 de Junho de 2012)

Figura 3. Vias multifuncionais



Fonte: google earth
(consultado a: 15 de Junho de 2012)

As áreas verdes e o número de árvores nas avenidas e ruas de Barcelona ajudam na absorção das águas da chuva e na retenção das de escorrência, garantindo o equilíbrio do ciclo da água. Em Barcelona, 64% do território é impermeável, tornando difícil a infiltração – só com ajuda das folhas, ramos e coberto vegetal o impacto das gotas da chuva sobre o solo é menor e, ao mesmo tempo, ajuda à criação de humidade no ambiente urbano (Codinach, T.; Rifà, M.; Matas, M., 2010). A existência de um grande número de árvores ao longo das avenidas ligadas aos jardins ajuda na regulação do microclima, evitando a luz solar excessiva para os peões e também atenua o fenómeno de ilha de calor (no verão modera as altas temperaturas e no inverno as baixas). Este equilíbrio é essencial para a poupança de energias dos edifícios. Os benefícios deste corredor para a cidade não ficam por aqui – a vegetação melhora a qualidade do ar, através da absorção de gases poluentes, tais como o monóxido de carbono. Desde 2006, Barcelona tem vindo a aumentar o número de árvores pela cidade, adicionando

de ano para ano cada vez mais. Graças a isso, só em 2008, foram filtradas 300 toneladas de contaminantes (Codinach, T.; Rifà, M.; Matas, M., 2010).

Figura 4. Barreira de árvores



Fonte: google earth
(consultado a: 20 de Junho de 2012)

Figura 5. Carrer de Gandesa



Fonte: google earth
(consultado a: 20 de Junho de 2012)

Figura 6. Avinguda Diagonal



Fonte: google earth
(consultado a: 20 de Junho de 2012)

Figura 7. Avinguda Diagonal



Fonte: google earth
(consultado a: 20 de Junho de 2012)

Com o aumento das áreas urbanizadas surgiram novas espécies exóticas na cidade, como o Papagaio da Argentina e a Pomba Colarinho, que estão restritas às zonas ajardinadas. O Rouxinol do Japão é a única espécie exótica que, com sucesso, coloniza as áreas florestais (Chaparro, I; Terradas, J; 1999).

5. Conclusão

O Conceito de Corredor Verde surge como uma estratégia de planeamento, capaz de trazer para as áreas urbanas a natureza, o equilíbrio e o bem-estar das populações. São assim notórios os benefícios, não são apenas psicológicos, mas também ambientais e financeiros para toda uma comunidade.

É claro que tudo o que foi descrito, desde as funções sociais, como lazer, recreio, mobilidade de peões e bicicletas e a socialização propriamente dita, consequência do bem-estar proporcionado por este conceito, bem como as funções ambientais, como a poupança de energia, a conectividade vertical e horizontal, o reequilíbrio do ciclo da água, a atenuação do ruído e a redução da poluição atmosférica, que desde logo trazem grandes vantagens económico-financeiras, são concretamente as mais-valias a médio e longo prazo da implementação do conceito de corredores verdes.

Felizmente começamos a assistir, também como consequência das políticas ambientais europeias, uma maior preocupação e implementação desta ideia, numa sociedade cada vez mais preocupada com questões ambientais.

Bibliografia

- AHERN, J. (2003) *Greenways in the USA: Theory, trends and prospects* - <http://people.umass.edu/jfa/pdf/Greenways.pdf> (Consultado a 25 de Outubro 2012)
- AJUNTAMENT DE BARCELONA (2012) *Què é Bicing?*, Barcelona - <https://www.bicing.cat/modulos/modulos.php?TU5fSU5GT1JNQUNJT04%3D&NA%3D%3D&NW%3D%3D> (Consultado a 16 de Maio de 2012)

- AJUNTAMENT DE BARCELONA, (2012) *Barcelona, premiada pels seus parcs i jardins*, Notícies, Barcelona - http://w3.bcn.cat/V01/Serveis/Noticies/V01NoticiesLlistatNoticiesCtl/0,2138,1653_1802_1_1779_373665,00.html?bcnAccessible=true&accio=detall&home=HomeBCN (Consultado 10 de Junho 2012)
- AJUNTAMENT DE BARCELONA, (s.d.) *Compromís Ciutadà per la Sostenibilitat*, Consell Municipal de Medi Ambient i Sostenibilitat, Barcelona - <http://www.bcn.cat/agenda21/compromis/compromiscatala.pdf> (Consultado a 20 de Maio de 2012)
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CORREDORES, (2012) *O Conceito de Corredor Verde* - <http://www.apcverdes.org/conceito/> (Consultado 20 de Setembro de 2012)
- CHAPARRO, I; TERRADAS, J; (1999) *Serveis Ecològics del Verd Urbà a Barcelona*, Centre de Recerca Ecològica i Aplicacions Forestals, Universitat Autònoma de Barcelona Bellaterra - http://www.catpaisatge.net/fixers/guies/planejament/Serveis_Eco_Verd_Urb.pdf (Consultado a 16 de Maio de 2012)
- CODINACH, T.; RIFÀ, M.; MATAS, M; (2010) *Els Corredors Verds Urbans*, Ajuntamento de Barcelona, Barcelona pel Medi Ambient, Barcelona - http://80.33.141.76/agenda21/download_rekurs.php?idRekurs=876 (Consultado a 16 de Maio de 2012)
- EL PAIS, (1999) *Barcelona proyecta un pasillo verde que arranque en la Ciutadella y acabe en el parque del río Besòs*, Barcelona - http://elpais.com/diario/1999/02/23/catalunya/919735650_850215.html (Consultado a 15 de Maio de 2012)
- GOBIERNOS LOCALES POR LA SUSTENTABILIDAD, (2012) *Serie semanal de estudios de casos de Acción Local por la Biodiversidad: Caso de la Ciudad de Barcelona* - <http://www.iclei.org/index.php?id=8678> (Consultado a 15 de Maio de 2012)
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO; (2007), PROF da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga (AMPEDV) - <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/gestao-florestal/profs/prof-da-ampedv> (Consultado a 14 de Junho de 2012)
- PARC DE COLLSEOLA, (s.d.) *Ecològica*, Barcelona - <http://www.parcnaturalcollserola.cat/pages/ecologica> (Consultado a 16 de Maio de 2012)

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA PARA INCÊNDIOS FLORESTAIS DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA, BRASIL.

Sarah Moura Batista dos Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana
saamoura@gmail.com

Washington Jesus Sant'anna da Franca Rocha
Universidade Estadual de Feira de Santana
francarocha@gmail.com

Resumo

No Brasil, a ocorrência de queimadas está relacionada tanto aos fenômenos naturais climáticos e meteorológicos, como raios no início e fim da estação chuvosa, associada ao longo período de seca e baixa umidade relativa do ar. Como também podem ser influenciadas por ações antrópicas, as quais se devem às constantes intervenções humanas no meio ambiente. Nesse sentido, o Parque Nacional da Chapada Diamantina – Bahia, Brasil (PNCD) utiliza um sistema de vigilância terrestre fixo para incêndios florestais, o qual é composto por uma rede de mirantes naturais de observação de incêndios, que desde a sua implantação vem contribuindo muito para a gestão e combate dos incêndios.

Palavras Chaves: Incêndios, Mirantes de observação, Planejamento.

Abstract

In Brazil, the occurrence of fires is related both to natural climatic and meteorological phenomena such as lightning in the beginning and end of the rainy season associated with the long period of drought and low relative humidity. As can also be influenced by human actions, which are due to constant human intervention in the environment. Thus, the National Park of Chapada Diamantina - Bahia, Brazil (PNCD) uses a surveillance system for terrestrial fixed wildfires, which consists of a network of natural viewpoints for observing fire, which since its inception has many contributions for the management and fighting fires.

Palavras-Chaves: Fires, Observational Viewpoints, Planning.

1. Introdução

Os incêndios florestais podem causar grandes prejuízos à biodiversidade, destruindo grandes extensões territoriais de cobertura vegetal. No Brasil o fogo constitui um fenômeno natural, podendo funcionar como ferramenta de manejo e renovação da vegetação, propiciando o estímulo da floração de certas espécies depois de incêndios, o que acarreta em produção de sementes em momentos propícios ao estabelecimento de novos indivíduos. No entanto, o uso de queimadas também pode ser consequências de ações humanas, visto que, quando o seu uso foge do controle surgem os incêndios, interferindo na natureza. Assim sendo entre os fatores observados por diversos estudos, considera-se que o que mais impacta a biodiversidade e o clima é a queima da biomassa nos ecossistemas. (COUTINHO, 1980).

A criação de um sistema de vigilância para incêndios florestais emerge a partir de um tema importante para conservação da natureza, já que os efeitos diferenciados do fogo na vegetação e no clima, em escalas locais a globais, geram uma rede complexa de consequências que precisam ser mais bem compreendidas. Nesse sentido na temporada 2006/2007, o PNCD diante da necessidade de adequar o monitoramento realizou um melhoramento no sistema de radiocomunicação, assim, foi possível começar os trabalhos de controle e monitoramento nos mirantes naturais.

Atualmente o monitoramento da área do Parque e da sua zona de amortecimento é realizado por 10 pontos fixos de observação com vigilância permanente na temporada de incêndios, esses foram selecionados e implantados no ano de 2007, no entanto inicialmente foram eleitos 20 pontos de monitoramento os quais nem todos foram selecionados devido ao difícil acesso (PLANO DE MANEJO, 2007).

Diante do exposto considera-se importante refletir sobre o seguinte questionamento: como o sistema de vigilância para incêndios do PNCD pode contribuir para o monitoramento dos incêndios florestais de forma eficiente e baixo custo no Parque e em sua zona de amortecimento?

Nessa perspectiva, é objetivo desse trabalho caracterizar o sistema de vigilância de incêndios florestais no PNCD utilizados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

(ICMBio) e brigada do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) o Prevfogo (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), o qual conta com um sistema de vigilância terrestre fixo, que é composto por uma rede de mirantes naturais em pontos mais altos do Parque, para assim poder contribuir num correto planejamento e eficaz gestão desse sistema de vigilância. É importante considerar que este trabalho parte de um projeto mais amplo com o objetivo de realizar a avaliação do atual sistema de vigilância terrestre fixo de incêndios florestais do Parque Nacional da Chapada Diamantina e verificar sua eficiência para contribuição no planejamento e gestão do parque.

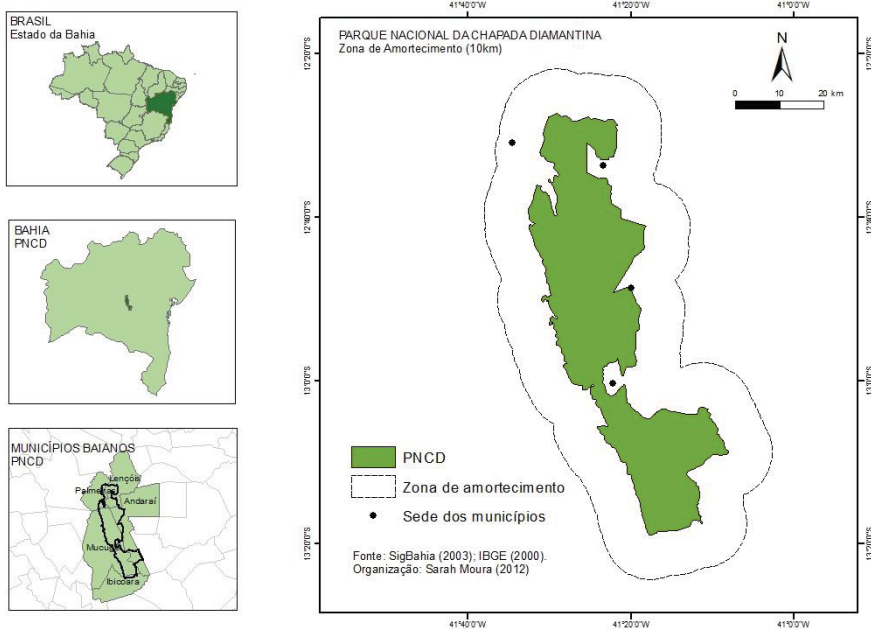
2. Material e método

2.1. Área de estudo

O PNCD configura-se como unidade de conservação integral, foi criado em 17 de setembro de 1985 pelo decreto federal nº 91.655, com o objetivo de preservar os recursos naturais e o ecossistema da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, assegurando assim a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para a visitação, a pesquisa científica, a conservação de sítios e a estruturação de interesses histórico-culturais (PLANO DE MANEJO, 2007).

O Parque compreende uma área de aproximadamente 152 mil hectares, tendo 110 km de comprimento e 27 km de largura máximos, seu perímetro externo é de cerca de 370 km. Está situado na parte central do estado da Bahia, a 425 km de Salvador (capital do estado), entre as coordenadas geográficas 12°24'23"S e 13°11'57"S; 41°35'38"W e 41°05'45"W, distribuindo-se pelos municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. (Figura 01).

Figura 1. Localização do Parque Nacional da Chapada Diamantina.



Fonte: SigBahia (2003), IBGE (2000).

O PNCD é o único parque no mundo a estar inserido na zona núcleo de três Reservas da Biosfera (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga). Outro aspecto importante a ser considerado é a proteção das principais cabeceiras da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu que é uma forte contribuição para a unidade e para o estado da Bahia, haja vista ser essa a principal bacia hidrográfica estadual (abastecendo dezenas de cidades, entre elas a capital Salvador), com a incrível marca de que 80% das águas da Bahia “nascem” na Chapada (FRANCA-ROCHA et al, 2004).

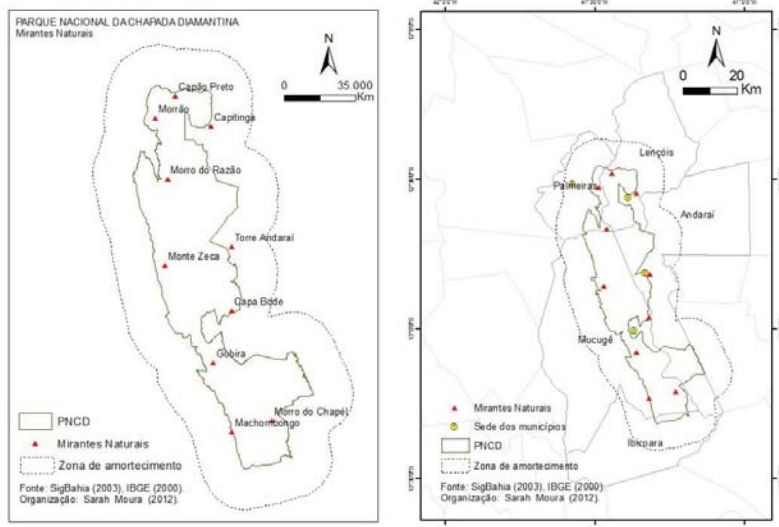
É importante considerar que o Parque está inserido em uma das regiões mais elevadas, quase toda com mais de 500 m de altitude. O relevo apresenta-se muito acidentado, com planaltos, serras quebradas e montanhas, encostas íngremes, vales estreitos e profundos e grandes superfícies planas de altitude. Apresenta clima tropical, subquente e semi-árido brando com seis meses secos por ano, com precipitações pluviométricas variando entre 750 e 1000 mm/ano (FRANCA-ROCHA et al, 2004)..

2.2. Coleta de dados

A pesquisa estruturou-se basicamente em levantamento bibliográfico acerca do tema estudado em diversas fontes. Os dados relativos à localização dos mirantes naturais foram disponibilizados pelo ICMBio em formato shapefile, no entanto, foi necessário a realização de trabalho de campo para coleta de dados dos mirantes utilizados pelo Prevfogo, visto que esses não tinham sido mapeados até o momento.

Assim, na coleta de dados em campo foi utilizado um GPS de navegação Garmin com média de erro +/- 15m. Seguindo a etapa de coleta de dados foi elaborado o mapa de localização dos mirantes naturais, utilizando o software ArcGis (ESRI), para com isso poder realizar a caracterização do sistema de vigilância, levando em consideração suas localizações, vias de acesso, proximidade da sede dos municípios, potencial de utilização de equipamentos eletrônicos tal como o rádio de comunicação entre outros.

Figura 2. localização dos Mirantes Naturais do PNCD.



Fonte: SigBahia (2003), IBGE (2000).

3. Resultados e discussão

Na análise das características recentes, mencionadas no texto, é importante observar a existência de uma série de experiências com grande potencial para contribuir na prevenção e controle de incêndios florestais e consequentemente a de viabilização de estratégias e alternativas de proteção. Nesse sentido, destacam-se as iniciativas inovadoras como a implantação de um sistema de monitoramento terrestre fixo para Identificação de focos de incêndios.

Uma vez que a preservação dos ecossistemas da serra do Sincorá (que abrange áreas de cerrado³², caatinga³³, campo rupestre, mata atlântica e brejos³⁴) propicia a manutenção de um

³² Termo Brasileiro utilizado para designar Savana.

³³ Termo Brasileiro utilizado para designar Estepes.

³⁴ Designação utilizada para um tipo especial de ecossistema de águas rasas e semi-paradas, coberto com ervas de diversos tipos e tamanhos. O nome oficial adotado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para estes

banco genético importantíssimo para a pesquisa científica e para a manutenção da biodiversidade brasileira. É importante considerar que em termos de regularização fundiária, a unidade ainda não realizou a indenização de toda a área, o que dificulta muitas vezes a prevenção dos incêndios florestais, visto que, muitos dos focos são deflagrados quando os pastos estão sendo renovados.

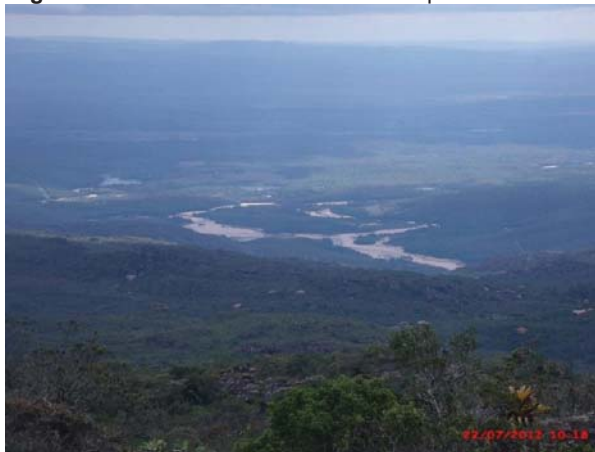
Em face desse problema que pode alcançar inúmeros danos aos ecossistemas florestais, a identificação de áreas com elevado potencial para incêndios torna-se de extrema importância, visto que a rapidez e a eficiência na detecção e monitoramento dos incêndios florestais são fundamentais para a viabilização do controle das queimadas, redução dos custos nas operações de combate e atenuação dos danos (RODRIGUE et al, 2011).

Nesse sentido, levando em consideração informações disponibilizadas pelo ICMBio, os melhores resultados em termos de identificação de focos de incêndios foram conseguidos na temporada em que o sistema de monitoramento foi implantado.

“O sistema de monitoramento funcionou muito bem, contribuindo para os bons resultados alcançados. Vale mencionar que, como resultado do monitoramento, até mesmo um incendiário chegou a ser flagrado e autuado. Por outro lado, parte do mérito também pode ser atribuída ao fato das chuvas terem sido mais intensas na temporada.” (ICMBio, PLANO DE MANEJO, 2007).

Assim de acordo com o sistema de vigilância o monitoramento da área do Parque e do seu entorno imediato ocorre em pontos de observação com vigilância permanente. São utilizados 10 pontos permanentes, que foram implantados no ano de 2007, (Figura 02). Nos mirantes, sempre são disponibilizados dois brigadistas (monitores) com exceção de alguns pontos, como por exemplo, o mirante da Torre de Andaraí e do Capa Bode (Figura 03), onde é possível a permanência de apenas um brigadista, já que são pontos próximos de cidades.

Figura 3. Vista do Mirante Natural do Capa Bode.

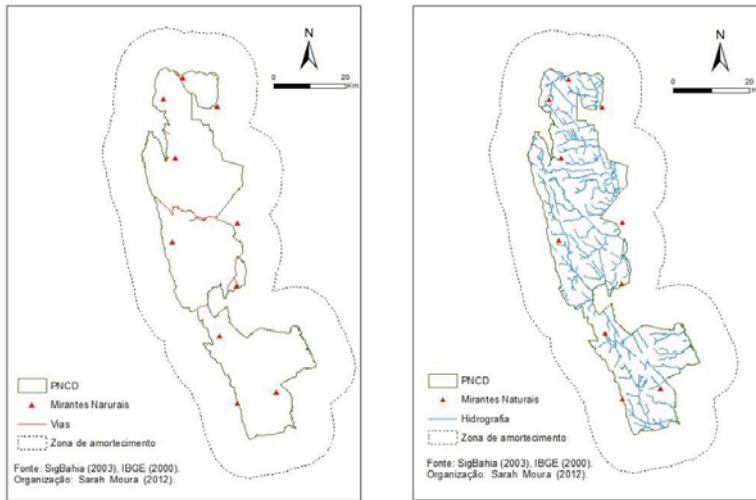


Fonte: Sarah Moura (2012).

Outros fatores importantes na análise e caracterização do sistema de vigilância devem ser levados em consideração, um deles é a localização dos mirantes naturais, uma vez que o Parque está localizado em uma das regiões mais elevadas do estado da Bahia, com o relevo bastante acidentado com grandes altitudes, nesse sentido considerando que não existem muitas vias de acesso (Figura 04), alguns dos mirantes efetivamente não são tão bem utilizados como deveriam ser, pois encontram-se em áreas de difícil acesso em altitudes bem consideráveis.

ecossistemas é “comunidade aluviais”. Internacionalmente, são conhecidos como “Wetlands” (terras úmidas ou terras alagadiças).

Figura 4. Vias e hidrografia na área do PNCD.



Fonte: SigBahia (2003), IBGE (2000).

Outro fator muito importante a ser considerado nessa análise é a possibilidade da utilização de rádios para comunicação ou até mesmo aparelhos de celular, uma vez que a região possui uma boa cobertura da rede de telecomunicação, nos topos de serra onde estão localizados os mirantes. Assim ao detectarem fumaça, os monitores comunicam o fato por meio de rádio a uma das sedes do Parque, e estas farão contatos com outros mirantes para a triangulação e localização exata do incêndio. Com a localização exata a brigada de primeiro combate será enviada para a área do incêndio para o combate efetivamente.

Figura 5. Vista do Mirante do Zeca, Beco da Guiné.



Fonte: Sarah Moura (2012).

É importante observar que não existe nenhuma infraestrutura física instalado nos mirantes, no entanto estar previsto no Plano de Manejo do Parque (2007) a instalação de pequenos abrigos

nos mirantes, elevados do nível do solo a uma altura suficiente para a visualização da área a ser monitorada, contendo proteção contra intempéries, tendo dimensão suficiente para abrigar duas pessoas. Estes mirantes poderão ser equipados, ainda, com sistemas de monitoramento eletrônico à distância, utilizando câmeras, que permitirão ampliar o período de acompanhamento, principalmente quando não estiverem vigendo os contratos temporários. (PLANO DE MANEJO, 2007).

4. Considerações gerais

A identificação de focos de incêndios através do sistema de vigilância terrestre fixo é viável para o Parque Nacional da Chapada Diamantina e sua zona de amortecimento, devido à sua magnitude territorial. No entanto, é extremamente irreal considerar que os Mirantes Naturais possibilitem a observação de todas as áreas por igual, dessa forma, há a necessidade de aperfeiçoar esse sistema, utilizando a análise de vários outros parâmetros, que associados a análises do raio de visibilidade, propiciem um aumento na precisão de informações sobre o perímetro da área que é coberta pelos mirantes.

Nesse sentido o aperfeiçoamento desse sistema pode contribuir num correto planejamento e eficaz gestão da Unidade de Conservação citada e assim colaborar para a redução dos danos causados pelos incêndios florestais. Por isso, é importante considerar a necessidade de se melhorar a infraestrutura oferecida pelos órgãos que fazem a gestão desse sistema e pensar em opções que possam contribuir para a ampliação do sistema de vigilância. Dessa forma as pesquisas sobre as características do sistema de vigilância terrestre fixo no PNCD são muito importantes no desenvolvimento de metodologias mais apuradas para a detecção e controle de incêndios florestais.

Referência bibliográficas

- CATRY, F. X.; ALMEIDA, R. M.; REGO, F. C. Produção de Cartografia de Visibilidade para Portugal Continental, a Importância da sua Utilização na Vigilância Contra Incêndios Florestais. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/slu/v12n2/12n2a07.pdf>. Acesso: 08/02/12.
- COUTINHO, L. M. As queimadas e seu papel ecológico. *Brasil Florestal*, v. 44, n. 4, p. 7-23, out.-nov.-dez., 1980.
- COX, B. & MOORE, P.D. *Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária*. 7 Ed. Editora LTC, 2009.
- FRANCA-ROCHA, W. J. S., NOLASCO, M. C., LIMA, C. C. U. A Chapada Diamantina e a Serra do Sincorá - Aspectos Físicos. In: *Serra do Sincorá - Parque Nacional da Chapada Diamantina e seu entorno*, 2004.
- IBAMA. Relatório de Ocorrência de Incêndios em Unidades de Conservação Federais 2005. Brasília. 2006. Disponível em: www.ibama.gov.br/.../ocorrencias-de-incendios-em-ucs-federais. Acesso em: 14/10/11.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). *Plano De Manejo Para O Parque Nacional Da Chapada Diamantina*. 2007.
- NOGUEIRA, Ruth E. *Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais*. 2. e.d. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- RODRIGUE, R.P.; BORGES, E. F.; FRANCA-ROCHA, W. J. S. Identificação das zonas de ocorrência e incêndios no Parque Nacional da Chapada Diamantina – Ba. In: *XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR)*, 2011, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.8050. Disponível em: < <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p1091.pdf>>. Acesso em: 10/10/11.
- Secretaria do Planejamento – SEPLAN. *Sistema de Informações Gerenciais do Estado da Bahia, SIG Bahia, 2003 – CD-ROM*.

CONDIÇÕES TÉRMICAS AVALIADAS POR ÍNDICES URBANÍSTICOS E TEMPERATURAS DE SUPERFÍCIE NUMA CIDADE DE PEQUENA DIMENSÃO (FAFE, PORTUGAL)

Teresa Costa

Departamento de Geografia
Universidade do Minho
teresa_ap4@hotmail.com

Maria Manuela Laranjeira

Departamento de Geografia
Universidade do Minho
Centro de Estudos Geográficos (CEG)
manuela.laranjeira@geografia.uminho.pt

Resumo

Para uma cidade de pequena dimensão (Fafe), examinou-se a relação entre diversos índices urbanísticos e o padrão espacial das temperaturas de superfície, obtidas a partir de uma imagem da banda do infravermelho térmico do satélite Landsat 7 ETM+. A análise realizada teve como objetivo avaliar indiretamente as condições térmicas da cidade de Fafe.

Palavras-Chave: clima urbano; temperatura de superfície; índices urbanísticos; modelos de regressão linear

Abstract

We examined the relationship between several urban planning indices and the spatial pattern of land surface temperatures, retrieved using the thermal infrared band of Landsat 7 ETM+, for a small urban area (Fafe). This study aims to indirectly assess the thermal conditions of the city of Fafe.

Key-Words: urban climate; land surface temperature; urban planning indices; linear regression models

1. Introdução

O reconhecimento unânime, por parte de climatologistas e dos diversos agentes envolvidos no processo do ordenamento do território, de que as condições do clima urbano podem ser modificadas e melhoradas através de estratégias e medidas do planeamento urbanístico não se salda ainda numa concretização generalizada, nomeadamente no caso de Portugal. De entre as razões que contribuem para esta situação, a inexistência de dados climáticos recolhidos de forma sistemática e durante períodos de tempo suficientemente longos em grande parte das regiões do país, incluindo centros urbanos de média e pequena dimensão, representa um verdadeiro obstáculo à integração da componente climática no planeamento.

Vários estudos de climatologia urbana demonstraram haver uma estreita correspondência entre padrões morfológicos distintos e a diversidade de microclimas patentes numa cidade (Scherer *et al.*, 1999; Alcoforado *et al.*, 2005), independentemente da sua dimensão (Amorim e Monteiro, 2011). Neste contexto, assumem particular interesse os trabalhos que exploram a relação existente entre variáveis da morfologia urbana utilizadas no planeamento e a distribuição espacial das temperaturas do ar (*e.g.*, Baltazar, 2010).

Por outro lado, a recente utilização de dados de deteção remota captados na região do infravermelho térmico veio permitir a análise das temperaturas de superfície (T_s), interpretando-as no contexto do balanço radiativo e energético urbano (*e.g.*, Lopes, 2008), e relacionando a sua variação com as propriedades físicas dos materiais construtivos e dos elementos vegetais das cidades, bem como com a repartição espacial de diferentes tipologias urbanas (*e.g.*, Santana, 2007; Amorim *et al.*, 2009; Amorim e Monteiro, 2011; Eum *et al.*, 2011).

No presente trabalho, tendo em conta a ausência de dados significativos da temperatura do ar para a freguesia urbana de Fafe, examinou-se a relação entre diversos índices urbanísticos e o padrão espacial de T_s , obtida a partir de uma imagem de verão do satélite Landsat 7 ETM+. A análise realizada teve como objetivos avaliar indiretamente as condições térmicas da cidade de Fafe, com base em fatores que influenciam e regulam a temperatura do ar e, simultaneamente, averiguar o potencial dos índices urbanísticos e de T_s como indicadores climáticos, num centro urbano de pequena dimensão.

2. Delimitação de climatopos para a freguesia de Fafe

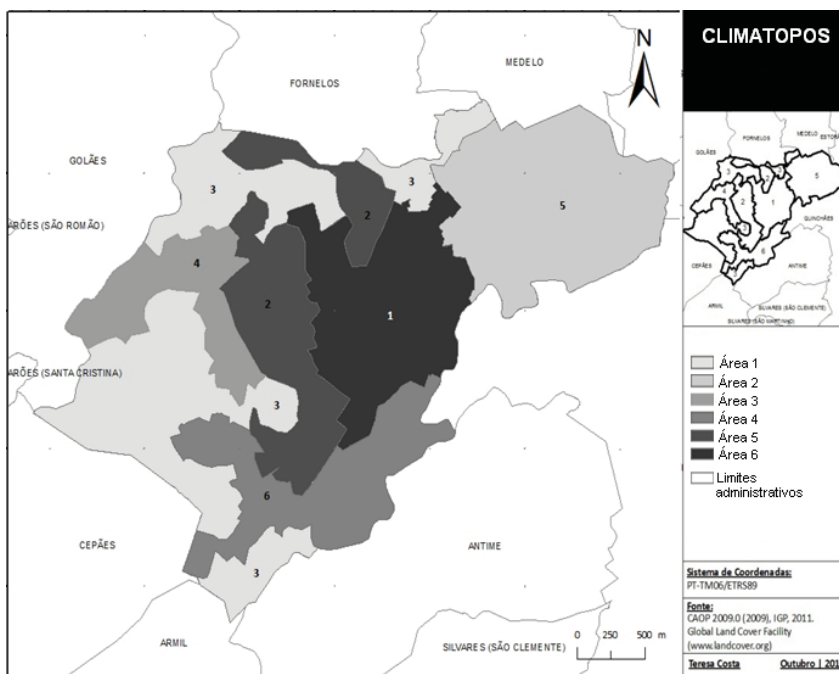
Para o cálculo dos índices urbanísticos e o estudo da sua relação com a distribuição espacial de T_s delimitaram-se 6 setores relativamente homogêneos quanto à morfologia urbana, com base na análise comparativa da densidade e tipologia da construção, altura dos edifícios, dimensão e tipo de espaços verdes, a partir de dados cedidos pela Câmara Municipal de Fafe (com direitos de propriedade Logica Portugal) e de ortofotomapas do Instituto Geográfico Português (cobertura aérea digital de 2010), que abrangem a freguesia urbana de Fafe. Esta delimitação teve como pressuposto o conceito de climatopo (Scherer *et al.*, 1999), de acordo com o qual unidades espaciais com características físicas relativamente homogêneas apresentarão potencialmente uma resposta climática semelhante (Alcoforado *et al.*, 2005).

Atendendo às características da área urbana em análise, foram definidas 4 classes da densidade de construção: baixa densidade (espaços em que a área edificada ocupa menos de 15% da superfície); média densidade (espaços em que a área edificada ocupa entre 15% a 30% da superfície); elevada densidade (espaços em que a área edificada ocupa entre 30% a 50% da superfície); e, muito elevada densidade (espaços em que a área edificada ocupa mais de 50% da superfície). No que diz respeito à tipologia e altura predominante do edificado, agruparam-se os edifícios, tendo em conta as seguintes classes de altura: 1 – 3m; 3,01 – 7m; 7,01 – 12m; 12,01 – 17m; e, por fim, 17,01 – 35,17m. Os espaços verdes foram delimitados a partir dos ortofotos e classificados com base no mapa CORINE Land Cover, de 2006, definindo-se 3 classes: áreas agrícolas e agroflorestais; florestas e meios naturais e seminaturais; e, áreas verdes urbanas.

Com base nos parâmetros descritos, distinguiram-se as seguintes áreas homogêneas, ou climatopo (Figura 1):

- Centro da cidade (Área 1);
- Lugares de Sabugal, Santo Ovídio, Corredoura e Calvelos (Área 2);
- Espaços florestais limítrofes (Área 3);
- Lugares de Agrela e Fafoa (Área 4);
- Lugares de Cumieira e Pardelhas (Área 5);
- Lugares da Fábrica do Ferro e Sol Poente (Área 6).

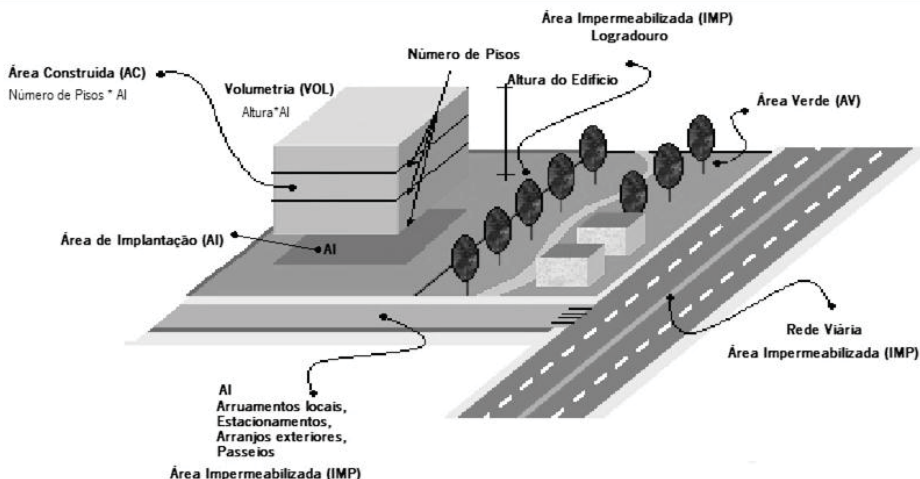
Figura 7. Climatopos da freguesia de Fafe.



3. Morfologia urbana

Os índices utilizados neste trabalho constam das normas urbanísticas e caracterizam, para determinado espaço, a densidade e a verticalização da área construída, contabilizando a respetiva área verde, a área impermeabilizada, a área edificada, a altura dos edifícios e a volumetria do edificado (Figura 2).

Figura 2 – Parâmetros urbanísticos para o cálculo dos índices analisados.



(Fonte: Elaboração própria)

De maneira a examinar os principais aspetos da morfologia urbana com influência sobre as condições térmicas, calcularam-se os índices urbanísticos para cada uma das áreas homogêneas da freguesia de Fafe, cujos valores são os constantes na Tabela 1.

Tabela 1. Índices urbanísticos calculados para os climatopos de Fafe.

| Climatopo | Área (m ²) | IAV (%) | IIMP (%) | IAI (%) | IAC (%) | CVOL | NMP | ALT (m) | | |
|--|------------------------|---------|----------|---------|---------|------|-----|---------|------|-----|
| | | | | | | | | Med | Max | Min |
| Área 1 Centro da Cidade | 1.310.45 2 | 27,82 | 72,18 | 21,68 | 86,72 | 2,37 | 4 | 10,9 | 35,2 | 1,4 |
| Área 2 Sabugal, Santo Ovídio, Corredoura e Calvelos | 1.207.98 8 | 37,40 | 62,60 | 15,98 | 47,93 | 1,33 | 3 | 8,3 | 32,6 | 1,6 |
| Área 3 Espaços Florestais Limitrofes | 2.204.97 4 | 93,71 | 6,29 | 1,21 | 2,43 | 0,08 | 2 | 6,4 | 15,2 | 1,6 |
| Área 4 Agrela e Fafoa | 654.059 | 56,81 | 43,19 | 11,50 | 22,99 | 0,86 | 2 | 7,5 | 14,5 | 1,4 |
| Área 5 Cumieira e Pardelhas | 1.593.87 3 | 80,05 | 19,95 | 4,74 | 9,48 | 0,35 | 2 | 7,4 | 20,7 | 1,7 |
| Área 6 Fábrica do Ferro e Sol Poente | 1.003.26 7 | 52,24 | 47,76 | 13,71 | 41,12 | 1,04 | 3 | 7,6 | 15,4 | 1,4 |

IAV- índice de área verde; IIMP- índice de área impermeabilizada; IAI- índice de área de implantação; IAC- índice de área construída; CVOL- índice volumétrico; NMP- número médio de pisos; ALT Med- altura média dos edifícios; ALT Max- altura máxima dos edifícios; ALT Min- altura mínima dos edifícios

4. Temperaturas de superfície

Para a elaboração do mapa da distribuição espacial das temperaturas de superfície (T_s), na freguesia de Fafe, utilizou-se a banda 6.1 (infravermelho térmico) da imagem do satélite Landsat 7 ETM+, de 24/06/2000, às 10h (hora local), com uma cobertura de nuvens de 60%. Para obter a T_s , recalcularam-se os valores de radiância espectral, a partir do número digital (DN) associado a cada *pixel* da imagem (resolução espacial de 60m), segundo as fórmulas do Landsat Project Science Office (2001). Nestes cálculos, considerou-se um valor fixo de emissividade de 1. Como a imagem utilizada diz respeito ao período da manhã, quando as diversas superfícies se encontram a aquecer, a informação obtida não traduz os valores máximos de temperatura que essas superfícies podem atingir durante o dia.

A variação de T_s resulta das distintas propriedades radiativas e térmicas das superfícies (nomeadamente, o seu albedo e condutibilidade térmica), que determinam o modo como a radiação solar é refletida e o calor é por elas armazenado, emitido e libertado na atmosfera urbana inferior (*i.e.*, entre o nível do solo e o nível médio do topo dos edifícios; Lopes, 2008), influenciando por consequência os valores da temperatura do ar. Assim, a análise dos padrões espaciais de T_s permite reconhecer os locais de acumulação e produção de calor (por emissão da radiação de longo comprimento de onda e libertação de calor sensível) – *i.e.*, as ilhas de calor urbano superficial (Lopes, 2008) –, bem como os locais de menor retenção e produção de calor (por reflexão da radiação de curto comprimento de onda e libertação de calor latente) – *i.e.*, as ilhas de frescura.

O mapa da Figura 3 representa a distribuição espacial de T_s , para o conjunto dos climatopos da freguesia de Fafe. Os valores máximos e mínimos de T_s registados, bem como a média calculada para cada uma das áreas homogêneas em análise são os constantes na Tabela 2.

Tabela 2. T_s Máxima, Mínima e Média para os climatopos de Fafe, 24/06/2000.

| Climatopo | T_s Máxima (°C) | T_s Mínima (°C) | T_s Média (°C) |
|--|-------------------|-------------------|------------------|
| Área 1 Centro da Cidade | 36,84 | 26,36 | 31,75 |
| Área 2 Sabugal, Santo Ovídio, Corredoura e Calvelos | 34,53 | 25,37 | 30,61 |
| Área 3 Espaços Florestais Limitrofes | 36,38 | 22,84 | 27,64 |
| Área 4 Agrela e Fafoa | 34,07 | 23,86 | 28,86 |
| Área 5 Cumieira e Pardelhas | 34,07 | 23,86 | 28,82 |
| Área 6 Fábrica do Ferro e Sol Poente | 35,46 | 23,86 | 29,77 |

É possível constatar claramente que os valores mais elevados de T_s se repartem *grosso modo* pelo centro da cidade (Área 1) e os lugares de Sabugal, Santo Ovídio, Corredoura e Calvelos (Área 2), diminuindo em direção aos espaços florestais limitrofes (Área 3).

No centro da cidade (Área 1), a T_s média é de 31,75°C, a mais elevada de entre as médias calculadas para o conjunto dos climatopos em estudo (Tabela 2). Importa salientar que não se observam valores inferiores a 26,36°C, sendo que apenas 13% desta área apresenta $T_s \leq 30^\circ\text{C}$. A classe dos valores de T_s com maior representatividade espacial é a de 32,01°C-34°C (Figura 3), que se verifica em cerca de 39% da área. Comprova-se, assim, que o centro da cidade de Fafe, caracterizado por elevados índices de impermeabilização (IIMP de 72,18%) e de área construída (IAC de 86,72%), constitui o climatopo onde ocorre um maior armazenamento de calor na superfície, tanto das coberturas dos edifícios (em geral, de cimento) como dos vários tipos de pavimentos existentes (como os asfaltados), calor esse libertado posteriormente sob a forma de radiação de longo comprimento de onda e de calor sensível (Bonan, 2002), fazendo aumentar significativamente a temperatura do ar.

O climatopo correspondente aos lugares de Sabugal, Santo Ovídio, Corredoura e Calvelos (Área 2) regista uma T_s média de 30,61°C e apresenta características relativamente semelhantes às do centro da cidade, no que se refere às temperaturas de superfície observadas (Tabela 2 e Figura 3), embora aqui se verifique uma menor densidade de construção e existam mais espaços verdes do que na Área 1 (Tabela 1). De salientar que cerca de 31% desta área regista $T_s \leq 30^\circ\text{C}$, uma proporção bastante mais significativa do que aquela que diz respeito ao centro da cidade. Por sua vez, importa referir que 26,44% desta área regista valores de T_s entre os 30,01°C e os 31°C, e apenas em 17,54% a T_s se situa na classe dos 32,01°C-34°C.

Os espaços florestais limítrofes (Área 3), com o maior índice de área verde (IAV de 93,71%), constitui o climatopo onde se regista a T_s média mais baixa (Tabela 2). Com efeito, cerca de 88% desta área apresenta $T_s < 30^\circ\text{C}$ e, destes, 11,25% regista $T_s < 25^\circ\text{C}$ (Figura 3). Estes espaços de floresta resultam, portanto, em áreas consideravelmente mais frescas que o centro da cidade, tendo em conta que refletem uma maior proporção de radiação solar e transferem a maior parte da energia absorvida para a atmosfera sob a forma de calor latente (Bonan, 2002).

5. Relação entre a temperatura de superfície e os índices urbanísticos

Conforme referido anteriormente, para além da análise da distribuição espacial das temperaturas de superfície, procurou-se estabelecer a relação entre estas (nomeadamente, a T_s máxima, T_s mínima e T_s média de cada um dos climatopos) e os diversos índices urbanísticos calculados, através da realização de testes de correlação de Pearson e de análises de regressão linear múltipla. O modelo de regressão selecionado foi o “melhor modelo”, em função do R^2 ajustado, com o máximo de duas variáveis explicativas, que se considerou ser o que mais se adequa aos dados em análise. Os resultados obtidos encontram-se devidamente identificados nas tabelas que se seguem.

Atendendo aos resultados apresentados na Tabela 3, verifica-se que, de entre os índices urbanísticos analisados, apenas ALT Min não se correlaciona de forma significativa com nenhum dos outros. A ALT Max só apresenta uma correlação significativa positiva com ALT med. Todas as restantes variáveis urbanísticas se correlacionam significativamente entre si e, com exceção do IAV, apresentam relações lineares positivas, tal como era expetável. De referir que o IAV apresenta uma relação linear inversa perfeita com o IIMP, como também era expetável.

Tabela 3. Matriz de correlação de Pearson (correlações com $p \leq 0,05$).

| Variáveis | NMP | IAV | IIMP | IAI | IAC | CVOL | ALT Med | ALT Max | ALT Min |
|--------------------------------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|
| NMP | 1 | | | | | | | | |
| IAV | -0,849 | 1 | | | | | | | |
| IIMP | 0,849 | -1,000 | 1 | | | | | | |
| IAI | 0,889 | -0,992 | 0,992 | 1 | | | | | |
| IAC | 0,971 | -0,928 | 0,928 | 0,960 | 1 | | | | |
| CVOL | 0,935 | -0,943 | 0,943 | 0,970 | 0,992 | 1 | | | |
| ALT Med | 0,902 | -0,843 | 0,843 | 0,882 | 0,953 | 0,964 | 1 | | |
| ALT Max | | | | | | | 0,833 | 1 | |
| ALT Min | | | | | | | | | 1 |
| T_s Máxima | | | | | | | | | |
| T_s Mínima | 0,870 | -0,899 | 0,899 | 0,900 | 0,929 | 0,942 | 0,953 | 0,931 | |
| T_s Média | 0,936 | -0,947 | 0,947 | 0,955 | 0,970 | 0,965 | 0,935 | 0,851 | |

Por sua vez, a T_s máxima não apresenta nenhuma correlação significativa com índices urbanísticos analisados (Tabela 3). Pelo contrário, a T_s mínima e a T_s média correlacionam-se com todas as variáveis urbanísticas, à exceção de ALT min. Estas correlações são positivas, excetuando com IAV, ou seja, quanto maior for a proporção de áreas verdes, menores tenderão a

ser os valores da T_s mínima e da T_s média. Por outro lado, quanto mais densa e em altura for o tipo de ocupação urbana (características quantificadas pelos restantes índices urbanísticos), mais elevados tenderão a ser os valores mínimos e médios de T_s observados.

Atendendo ao facto de que a T_s máxima não exhibe uma relação linear com qualquer dos índices urbanísticos, apenas se efetuaram análises de regressão linear múltipla com respeito à T_s mínima e à T_s média, que constituíram, assim, as variáveis dependentes a estudar.

Tabela 4. Melhor Modelo de Regressão Linear.

| Variável Dependente | Melhor Modelo de Regressão Linear | | |
|---------------------|-----------------------------------|-------------------------|--|
| | Variáveis Explicativas | R ² ajustado | Significância do Melhor Modelo (p-valor) |
| T_s mínima | IAV*IIMP / ALT Med*ALT Max | 0,998 | <0,0001 |
| T_s média | IAV*IAC / ALT Med*ALT Min | 0,988 | 0,0003 |

O modelo de regressão linear com o melhor ajustamento aos dados de mínima põe em evidência o efeito de duas interações (Tabela 4). A primeira refere-se à do índice de área verde com o de impermeabilização (IAV*IIMP), e a segunda diz respeito à da altura média com a altura máxima dos edifícios (ALT Med*ALT Max). Atendendo aos resultados das correlações de Pearson (Tabela 3), este modelo demonstra que a T_s mínima tende a ser mais elevada quanto mais escassos forem os espaços verdes (*i.e.*, quanto menor for o IAV e, simultaneamente, maior o IIMP), e maior for a altura dos edifícios existentes (*i.e.*, quanto maiores forem, simultaneamente, as alturas médias e máximas), numa determinada área ou climatopo.

O melhor modelo para a T_s média salienta a influência da interação entre o índice de área verde e o índice de área construída (IAV*IAC), bem como a da interação entre a altura média e a altura mínima dos edifícios (ALT Med*ALT Min). Este modelo demonstra, assim, que a T_s média tende a ser mais elevada quanto maior for a verticalização do edificado, em detrimento da existência de espaços verdes (*i.e.*, quanto menor for o IAV e, simultaneamente, maior o IAC, assim como quanto mais elevados forem ambos os valores da ALT Med e ALT Min), numa determinada área ou climatopo.

6. Conclusões

Os melhores modelos de regressão linear evidenciam claramente a influência da tipologia de construção sobre os valores de T_s – em particular o efeito da verticalização do edificado, através da interação entre as alturas dos edifícios, mas também entram em consideração com as características da envolvente da área construída, através das interações que envolvem o índice de área verde (IAV). Com efeito, os valores mais elevados da T_s média tendem a relacionar-se fortemente com as áreas de construção densa e em altura, em detrimento da existência de espaços verdes, tal como se verifica nas Áreas 1 e 2 da freguesia urbana de Fafe. No caso da T_s mínima, os seus valores tendem a ser mais baixos nas áreas com maior extensão de espaços verdes e, portanto, menos impermeabilizadas, sendo que a construção existente tende a apresentar a tipologia de vivendas isoladas. Esta situação observa-se, sobretudo, na Área 3.

A relação entre o aumento dos valores de T_s e uma maior área construída em altura pode ser justificada pelas propriedades dos materiais usados nas construções urbanas. De facto, os materiais das coberturas dos prédios caracterizam-se pela elevada capacidade de absorção da radiação solar (baixa refletividade), o que resulta numa maior acumulação de calor, e, por consequência, no aumento da sua temperatura de superfície (Bonan, 2002; Lopes, 2008). Para além disso, trata-se de materiais que facilitam a condução de calor, contribuindo para o aumento da temperatura do ar (Lopes, 2008).

Em suma, os resultados do presente estudo demonstram bem a relação existente entre as T_s mais elevadas (indicadoras de fontes de calor) e o setor central da cidade de Fafe – impermeabilizado, compacto e verticalizado –, onde predominam as superfícies menos refletoras (com albedo reduzido). Por sua vez, a importância dos espaços verdes, para o conforto térmico urbano, é salientada pela distribuição espacial das T_s mais baixas, associadas às áreas florestadas e à tipologia de vivendas unifamiliares, com jardins e hortas privados.

Evidenciada a influência que as diferenças do tecido urbano produzem nas condições microclimáticas, espera-se que em estudos de planeamento urbano realizados futuramente seja

considerada a avaliação bioclimática, como instrumento de apoio à elaboração de estratégias e medidas, e que o mapa de climatopos definido para a freguesia urbana de Fafe permita um conhecimento mais profundo da dinâmica climática da cidade.

Referências bibliográficas

- ALCOFORADO, Maria João, LOPES, António, ANDRADE, Henrique e VASCONCELOS, João. *Orientações climáticas para o ordenamento em Lisboa*. 1ªed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. 2005.
- AMORIM, Margarete C. T., NETO, João L. M. S., Dubreuil, V. Estrutura térmica identificada por transectos móveis e canal termal do Landsat 7 em cidade tropical. *Revista de Geografia Norte Grande*, 2009, vol.43, p.65-80.
- AMORIM, Margarete C. T., MONTEIRO, Ana. As temperaturas intraurbanas: exemplos do Brasil e de Portugal. *Confins*, 2011, nº13 [Online]. <http://confins.revues.org/7284>
- BALTAZAR, Sofia C. P. *Mapas bioclimáticos de Lisboa*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.
- BONAN, Gordon. *Ecological climatology: concepts and applications*. 1ªed. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.
- EUM, Jeong-Hee, SCHERER, Dieter, FEHRENBACH, U. e WOO, J.-H. Development of an urban landcover classification scheme suitable for representing climatic conditions in a densely built-up Asian megacity, *Landscape and Urban Planning*, 2011, vol.103, p.362– 371.
- Landsat Project Science Office. *Landsat 7 Science Data Users Handbook* [Online]. 2001. <http://landsathandbook.gsfc.nasa.gov/pdfs/Landsat7Handbook.pdf>
- LOPES, António. O sobreaquecimento das cidades: causas e medidas para a mitigação da ilha de calor de Lisboa. *Territorium*, 2008, n.º15, p.39-52.
- SANTANA, L.M. Landsat ETM+ image applications to extract information for environmental planning in a Colombian city. *International Journal of Remote Sensing*, 2007, vol.28, nº19, p.4225-4242.
- SCHERER, Dieter, FEHRENBACH, Ute, BEHA, H.-D. e PARLOW, E. Improved concepts and methods in analysis and evaluation of the urban climate for optimizing urban planning processes. *Atmospheric Environment*, 1999, vol.33, p.4185-4193.